

JESUS
NO SEU TEMPO

por Daniel-Rops



na capa:

«A MOEDA DO TRIBUTO»
Quadro de Ticiano. 1515.

(Museu de Dresda)

JESUS

NO SEU TEMPO

O original francês desta obra intitula-se:
JÉSUS EN SON TEMPS

Versão Portuguesa de
Jaime Napoleão de Vasconcelos

1.ª Edição, comemorativa do Ano Santo: 1950.
2.ª Edição (a presente): 1953.

INTRODUÇÃO

COMO CONHECEMOS JESUS?

O mistério de Jesus

NÃO há dúvida de que, num tempo perfeitamente determinado, nos reinados de Augusto e de Tibério, viveu um certo homem; a sua existência é um facto inegável. Conheceram-no como carpinteiro, de fita de madeira na orelha, trabalhando com suas mãos, impelindo a garlopa e servindo-se do martelo. Viram-no a caminhar, ao longo de determinado caminho, que ainda hoje nos pode ser indicado; viram-no comer pão, azeitonas, algumas vezes peixe — o alimento mais apreciado pelo seu povo — e, à noite, estendido numa esteira de junco ou numa rede de cordame; encontraram-no a dormir, prostrado de fadiga, homem entre os homens, absolutamente semelhante a qualquer de nós.

Não obstante, proferia as palavras mais surpreendentes que se poderiam ouvir: que era o Messias, o testemunho providencial por meio de quem o povo eleito atingiria a glória e a suprema perfeição; e — mais espantoso ainda — afirmava ser o filho de Deus. E acreditaram-no. Houve quem o acompanhasse pelas estradas da Palestina, ao longo das quais, sem cessar, peregrinava. Os prodígios saíam-lhe das mãos, com uma facilidade perturbante. Numerosos foram aqueles que dele esperaram a libertação política de Israel. Mas, não é certo que todo o iluminado tem os seus fanáticos? Para cúmulo deste escândalo do espírito, tal homem foi, de repente, aniquilado, sem que opusesse resistência. Porém, longe de se deixarem desencorajar por tamanho fracasso, os do seu bando foram pelo mundo além, para darem à sua divindade um testemunho assinado com sangue; e, desde então, a

humanidade, fazendo dessa derrota o sinal duma vitória, prostra-se diante de um patíbulo de facínoras, exactamente como se, amanhã, qualquer igreja propusesse à veneração das multidões a abjecção do cadafalso.

O mistério de Jesus é, nada mais, nada menos, que o Mistério da Encarnação. Que importam as pequenas dificuldades sobre as quais se escrevem volumes de glosas? Que se lhe não saiba com rigorosa exactidão, nem o ano do nascimento nem o da morte; que se identifique imprecisamente a sua aldeola natal; — tudo isso e o resto tem apenas importância secundária e de estreitas perspectivas. O essencial reside no enigma que nos oferece este homem semelhante a nós, cujas palavras e gestos determinam a todo o instante forças desconhecidas, e esse rosto crispado pela agonia e no qual transparece a própria face de Deus.

Jesus é da História, mas ultrapassa a História. Se se considerarem o número e a convergência dos documentos que lhe dizem respeito, a abundância de manuscritos que nos transmitiram o seu Evangelho, deve dizer-se que não há nenhuma personagem do seu tempo a respeito da qual estejamos tão bem informados. Todavia, «sinal de contradição» — como ele próprio vaticinou — continua sendo a causa da milenária disputa que cada geração julga útil começar de novo. Que este homem da mais modesta origem, sem cultura, transforme, dum só golpe, as bases da filosofia e abra ao mundo futuro um campo ignorado do pensamento; que este humilde filho duma nação em decadência, nascido em obscuro cantão de insignificante província romana, este Judeu sem nome, igual a tantos outros que os Procuradores de César menosprezavam, fale com voz tão forte que domine a dos próprios Imperadores — são surpresas que a História ainda pode admitir.

Mas a sua vida, tal como nos foi contada, é tecida de milagres, e tudo nela resplandece com uma evidência sobrenatural. E é tão difícil arrancar da textura da sua existência esses factos surpreendentes que, para os suprimir, será preciso rasgar a própria textura, negar essa existência inteira, pôr em dúvida a palavra de todas as testemunhas. Mais espantoso ainda, em conclusão: essa vida terminada no suplício, recomeça numa estupenda perspectiva. Esse morto renasce; fala; actua; mos-

tra-se àqueles que o conheceram quando vivo; e esse desafio supremo à lógica, dirão os seus discípulos ser para eles o testemunho mais formal e o mais incontestável. «Se Cristo não ressuscitou — exclamará São Paulo — é vã a nossa prédica, e vã também a vossa fé!» (I, Cor. xv, 14). A História tem de negar o Cristianismo ou de aceitar a Ressurreição.

Bastarão estas dificuldades para explicar a violência e o azedume de que se acompanhavam as discussões referentes a Jesus? Parece não ser possível falar na sua pessoa, sem pôr nisso uma paixão em que os interesses do conhecimento não são os únicos em jogo. Num outro domínio, ainda ele é «sinal de contradição». No mais íntimo de cada ser, o seu olhar penetra: julga; é-se contra ele, ou por ele. Pois ele é aquele cuja voz obriga todo o homem digno de tal nome, a repetir para consigo mesmo: «E tu, quem és?» A moral mudou de sentido depois que, do alto da colina, por cima do lago de Tiberíade, ele pronunciou as palavras das Bem-aventuranças. E, de futuro, todo o acontecimento só por ele tem alcance. Episódio da História que ultrapassa a História, a vida de Cristo faz ainda mais que empurrar a razão até uma desconhecida e trágica humildade: ela é a explicação suprema, e o estalão pelo qual tudo se mede; é por ela que a História tem significação e se justifica.

O que souberam os contemporâneos

Se a vida de Cristo apresenta, a todo o instante, a quem a estuda, o enigma da natureza divina que transfigura o carácter humano, nem por isso nos é menos permitido considerá-la como o faríamos com qualquer outra personagem da História, dado que o próprio facto dessa vida é o testemunho primordial da Revelação. Nesse caso, surge o problema que o historiador depara no limiar de toda a investigação: como conhecemos a Jesus? Têm-se exagerado extraordinàriamente as dificuldades que as diversas fontes opõem à nossa documentação, e até muitos Cristãos, iludidos pelas asserções duma crítica pretensamente «livre», não avaliam hoje devidamente a solidez das bases sobre as quais está edificada a sua fé.

O quadro em que viveu Jesus é eminentemente histórico;

os textos não o situam num tempo lendário, nos horizontes dum passado nebuloso, como acontece nas tradições respeitantes a Orfeu, a Osíris ou a Mitra. O Império romano do século I é por nós conhecido com notável precisão. Grandes escritores, cuja obra possuímos, estavam produzindo quando Jesus vivia: um Tito-Lívio, um Séneca; Virgílio, se não tivesse morrido aos cinquenta e um anos, teria podido ver o Menino. Outros, como Plutarco e Tácito, pertencem à geração que se seguiu à dele.

Melhor: um grandioso número de personagens que os relatos referentes a Jesus põem em cena, é iluminado por outros documentos da história; por exemplo, as que S. Lucas cita, no capítulo III do seu Evangelho: Tibério, César, Pôncio Pilatos, Herodes, Filipe, os sumos sacerdotes Anás e Caifás, e João Baptista, de quem Flávio Josefo relatou o apostolado e a morte (1). Mas isto não é tudo; os costumes, os hábitos, todo esse conjunto de modos de ser que tão exactamente assina data a uma existência humana, são, pelo que lhe respeita, rigorosamente semelhantes àqueles que podemos observar, estudando os seus contemporâneos da Palestina.

Eis aí, portanto, um homem cuja acção se situa num meio político e social devidamente estudado. Poder-se-á admitir que sendo míticas todas as tradições que lhe dizem respeito, sejam exactas, todavia, quanto ao quadro? Seria preciso imaginar que os evangelistas e os apóstolos eram todos especialistas do romance histórico e que, partindo de documentos, aliás diferentes entre si, puderam reconstituir uma figura que, através das suas várias obras, conserva uma unidade perfeita.

No entanto, aqui surge um escolho. Teriam os grandes contemporâneos de Jesus falado a seu respeito? Não. O facto nada tem que surpreenda, se restituirmos às suas justas perspectivas um acontecimento que nos parece extraordinário, só pelas consequências que teve. Custa-nos a aceitar que a vida, os ensinamentos e a morte de Cristo não hajam tido tal repercussão que os próprios fundamentos do mundo, naquele mesmo instante, se

(1) Um só — Lisânias, tetrarca de Abileno — citado por São Lucas, é por nós mal conhecido, se bem que duas inscrições, recentemente descobertas junto de Abil, lhe confirmem a existência.

sentissem abalados. A verdade é que essa história não revestiu para o cidadão de Roma, do reinado de Tibério, maior importância que aquela que para nós teria a aparição de qualquer profeta obscuro em Madagáscar ou na Reunião.

Encontrar-se-á nos documentos oficiais da administração romana algum vestígio da sua existência? Conservavam-se em Roma duas espécies de arquivos: as *Acta senatus*, actas das sessões senatoriais, e os *Commentarii principis*, em que se encontrava reunida toda a correspondência enviada ao «Príncipe», isto é, ao imperador. Mas nem um só resumo de qualquer deliberação sobre o Cristianismo, tomada no Senado. Haveria qualquer relatório sobre Cristo, enviado a Tibério por Pôncio Pilatos? É provável; não o temos, porém. São Justino, mártir, escrevendo, cerca do ano de 150, a sua *Apologia do Cristianismo*, que dedica ao imperador Antonino-o-Pio e a seu filho Marco-Aurélio, faz alusão a esses «Actos de Pilatos», sem que, pelo texto, se consiga compreender se os conheceu, ou se em vez disso os supôs. A segunda hipótese parece mais verosímil. Diz-nos Tácito que os arquivos imperiais eram secretos, e que ninguém era admitido a consultá-los. Cinquenta anos depois, Tertuliano, o grande polemista africano, entende que a frase de Justino tem o valor de uma afirmação, e declara que o julgamento e a morte de Jesus tinham sido, por Pilatos, relatados a Tibério. No século IV, alguns falsários piedosos, como tantos que existiram, inventarão semelhante documento, mas, enganando-se, porão o nome do imperador Cláudio no lugar do de Tibério ([1]).

---

(1) A *Histoire de la Ville de Vienne*, de *M. Mermet aîné* (Didot, 1828), contém «uma história inédita da cidade de Viena no tempo dos doze Césares, que eu (ou o autor...) traduzi e anotei...» (p. 9). Essa história dirigida a C. Plínio Coecílio Secundo por seu autor «Trebonius Rufinus, senador, e antigo ministro da dita cidade», dataria do ano 109 ou 110. Lê-se aí, no livro VI, cap. VII (p. 281): — «Contudo afirma-se que Tibério propôs ao Senado admitir o Cristo na categoria dos deuses; mas examinado cuidadosamente o assunto, chegou-se ao convencimento de ser perigoso admitir um culto cuja base era a igualdade absoluta entre os homens. Além disso parecia inconveniente deificar um indivíduo punido com o suplício dos escravos, autorizado por um procurador romano». Seguem-se algumas linhas sobre a perseguição de Nero.

O silêncio dos documentos oficiais é completo? No Outono do ano 111, chegava às províncias da Bitínia e do Ponto, situadas ao longo do mar Negro, com o título de legado imperial, um homem de letras importante: Plínio-o-Moço. Como uma grande parte da sua obra literária consistia, precisamente, na sua correspondência, ele guardou cuidadosamente a cópia dos relatórios que enviou ao seu imperador, Trajano; por tal facto, o segredo dos arquivos imperiais ficou sob este aspecto, facultado à posteridade.

É um homem sério, inteligente, este Plínio; um escritor firme, pitoresco, por vezes um pouco precioso, um administrador minucioso. No decurso do ano 112, enviou a Trajano uma carta pormenorizada, a respeito dos cristãos. Recebeu denúncias, mandou prender membros da seita. Levado mesmo até ao recurso das torturas — particularmente no caso de duas «diaconisas» — o inquérito nada averigua de culposo: aquela gente reune-se, canta hinos a Cristo, e compromete-se, mediante juramento, a não roubar, nem mentir, nem cometer adultérios. Nenhum mal havia nisso. Mas os sacerdotes dos deuses lastimam-se: os templos vão sendo abandonados; os vendedores de carne destinada aos sacrifícios deixaram de fazer negócio. Que procedimento deverá adoptar o magistrado romano? Desta carta (e da resposta de Trajano) o que resulta evidente é que já naquele tempo o Cristianismo existia sòlidamente fixado sobre o solo da Ásia Menor, e que os cristãos de então sabiam todos que descendiam de Cristo e o tinham por seu Deus (1).

Um pouco depois, um rescrito do imperador Adriano, dirigido no ano 125 ao procônsul da Ásia, Minúcio Fundano, confirma o testemunho de Plínio. O predecessor de Minúcio assinalou alguns abusos, por ocasião de diversos processos anticristãos: acusações que provocam tumultos, denúncias sòrdidamente par-

---

(1) Tem-se perguntado, várias vezes, por que razão Plínio, que tinha sido pretor em Roma, isto é, chefe da justiça, achara necessário formular tantas perguntas a respeito dos Cristãos. Ele devia ter visto tantos em Roma! A sua carta parece significar, sobretudo, que tendo-os estudado melhor na Ásia-Menor, já não partilhava das ideias odiosas que na Cidade Eterna tinham curso, a respeito da seita dos cristãos.

ciais. Adriano, imperador sensato, decide que os acusadores se apresentem em pessoa, e, quando acusem caluniosamente, sejam punidos.

Mas 112, 125, estas duas datas são bastante tardias, distantes oitenta e noventa anos da morte de Jesus. Não haverá um texto que forneça informações precisas, respeitantes a uma época mais próxima do facto? O mais importante é o de Tácito, isto é, do historiador latino — sem dúvida, o mais sólido — no qual a sensibilidade e a imaginação, aliás vivas, não opõem entraves a uma vontade crítica, rara no seu tempo, e a uma grande honestidade na investigação do documento. Tácito, que escreve os seus *Anais* cerca de 116, fala-nos dos cristãos, a propósito do incêndio de Roma em 64; «Um boato infamante atribuía a Nero a ordem do incêndio. Para lhe pôr cobro, inventou culpados e entregou às torturas mais horríveis esses homens detestados pelas suas preversidades, e que o povo apelidava de cristãos. Este nome vem-lhes de Cristo que, sob o reinado de Tibério, foi condenado ao suplício pelo procurador Pôncio Pilatos. Esta seita perniciosa, reprimida a princípio, expandiu-se de novo, não sòmente na Judeia onde tinha tido a sua origem, mas na própria Cidade...»

O historiador conta, a seguir, as horríveis torturas infligidas aos cristãos, e, muito humanamente, indigna-se contra elas; mas, em tudo quanto aí escreve, mostra que só conhecia os cristãos por ouvir dizer, e que professava a respeito deles as opiniões então correntes. Essa própria hostilidade torna mais preciosa a exactidão das duas linhas em que fala de Cristo. Donde lhe viera a documentação acerca de Jesus? Dentre as suas fontes, Tácito utiliza muitas vezes as *Histórias* de Plínio-o-Antigo, o naturalista, o filósofo, aquele mesmo que morreu em 79 por ter querido observar demasiadamente de perto a erupção do Vesúvio que sepultou Pompeia; Plínio-o-Antigo, na verdade, havia feito parte do estado-maior de Tito, em 70, por ocasião da guerra dos Judeus; por sua via e também pela de Tácito, teríamos, assim, uma directa tradição local, que até nós chegou.

Um outro historiador, contemporâneo de Tácito — Suetónio — igualmente habilíssimo na utilização das fontes, nomeia duas vezes os Cristãos, nas suas *Vidas dos Dozes Césares;* num passo,

confirma as perseguições de Nero; noutro diz que Cláudio «expulsou de Roma os Judeus, tornados, sob o impulso de Chrestus, uma causa permanente de desordens». O facto de tal perseguição é confirmado pelos *Actos dos Apóstolos:* São Paulo, em 52, foi reencontrar em Corinto um lar judaico, que havia sido expulso de Roma por aquele motivo. É, seguramente, assaz deplorável que Suetónio nada nos tenha dito de Jesus a propósito de Tibério, mas a sua frase basta par provar que, por volta de 50, isto é, menos de vinte anos decorridos sobre a morte de Cristo, havia cristãos em Roma que faziam a sua propaganda entre a judiaria local.

Por consequência, se nos ativermos apenas aos documentos romanos, não é rigorosamente demonstrável que Cristo tenha existido, que fosse condenado e crucificado no governo de Pilatos; isso parece, todavia, muito provável, tendo o facto sido admitido por grande número de pessoas, pouco tempo decorrido após a morte de Jesus. Ainda assim, um último testemunho pode ser salientado — o dos adversários. O termo de *cristão* foi, a princípio, apenas uma alcunha; como teria ele aperecido, se se tivesse admitido que Cristo nunca existira? Um dos polemistas anticristãos do século II, Celso, cujos ataques atingiram tal violência, que notáveis cristãos, como Orígenes, tentaram refutá-los — nunca põe em dúvida a história de Jesus, tal como nós a conhecemos. Ter-lhe-ia sido fácil declarar: «O vosso Cristo nunca existiu!» Mas a verdade é que o não declarou.

O silêncio de Flávio Josefo

Recorrendo aos compatriotas de Jesus entre os quais decorreu a sua vida humana, e procurando recolher-lhes os respectivos testemunhos, não se fica, de nenhum modo, mais adiantado, antes se nos depara novo enigma. Entre os Judeus da época de Cristo, existiram diversos escritores. Em Alexandria vivia o filósofo Filon, um neoplatónico de quem possuímos algum meio cento de tratados; nascido cerca de vinte anos antes de Jesus, e tendo morrido aproximadamente vinte anos depois, foi rigorosamente seu contemporâneo. Contudo, ele não pronuncia o seu nome em parte alguma. Sem dúvida que este requintado

intelectual, cujo horizonte era todo helénico e romano, não deveria ter qualquer curiosidade pelos feitos e atitudes de um desses agitadores populares, em que foram férteis aqueles últimos tempos de Israel. Mas Justo de Tiberíade, galileu como Jesus, nascido precisamente no momento da morte de Cristo, como poderá compreender-se que a sua *Crónica*, que ia desde Moisés até aos dias de Herodes Agripa II (em 100 depois de Cristo), não aluda sequer àquele cuja prédica acabava de convulsionar o povo hebraico? A explicação de tal silêncio, deu-a o historiador bizantino do IX século, Fócio, que tinha lido essa *Crónica* (hoje perdida), e deu-a, sem dúvida nenhuma, convenientemente formulada: «Judeu de raça, imbuído de preconceitos judaicos, Justo não faz qualquer menção da vinda de Cristo, nem dos sucessos da sua vida, nem, tampouco, dos seus milagres». Há silêncios intencionais e reveladores. O de Flávio Josefo poderia bem ter um tal sentido.

É um considerável historiador, este Josefo. As suas *Antiguidades Hebraicas* são, com algumas reservas, infinitamente preciosas para completar as indicações do Antigo Testamento sobre o destino de Israel. A sua *Guerra Judaica*, publicada por 77, isto é, pouco tempo depois da catástrofe em que para sempre se afundou o povo eleito, é um documento inestimável. O homem é pouco simpático. Membro daquela aristocracia sacerdotal cujo oportunismo se acomodava belamente com o jugo romano, é um vaidoso, um conformista, e a sua espinha é assaz flexível. É ele próprio quem nos conta a respeito de si próprio muitos pormenores edificantes: que aos treze anos era já tão forte em teologia que os Rabis de Jerusalém o chamavam a consultas; que aos dezasseis anos, exaltado pelo fervor religioso, se refugiara no deserto, macerando, na ascese, a sua carne. Na realidade, bem cedo foi a Roma, e ali urdiu úteis intrigas. Quando a suprema guerra dos Judeus começou em 66, assegurou-se de um comando, mas de uma forma que lembra, antecipadamente, a de Bazaine, em Metz, no ano de 1870. Há, particularmente, uma história muito singular de praça-forte sitiada, de combatentes decididos a matarem-se uns aos outros para não caírem nas mãos dos legionários, de acaso que, admiràvelmente faz com que Josefo seja o último sobrevivente e, por fim, de uma rendição que tem um ar muito suspeito. O certo é que este general judeu,

finda a guerra, era amigo pessoal do seu vencedor, Vespasiano, a quem — parece — tinha predito que haveria de ser um dia imperador. Acrescentou, então, o nome do seu senhor — Flávio — ao seu próprio nome, exactamente como se fosse um escravo forro; e, bajulador até à abjecção, não hesitou em escrever que o verdadeiro Messias, esperado por Israel, era, incontestàvelmente, Vespasiano!

É preciso não perder de vista os traços de tal carácter, se se quer explicar este «silêncio de Josefo», a respeito do qual se fizeram tantos comentários. As suas *Antiguidades* apareceram em 93. Que ele tenha conhecido o Cristianismo, parece evidente. Por volta de 57, tem cerca de vinte anos; a Igreja adquiriu já um lugar importante em Jerusalém; quando São Paulo chega, por essa época, à cidade santa, a sua presença dá origem a uma sedição (*Actos dos Apóstolos*, XXI, XXVI) e São Paulo é preso. Não terá o futuro historiador notado esse episódio? Quando, em 64, Josefo está em Roma, vai começar a perseguição de Nero: introduzido nos meios influentes por um seu amigo, o actor judeu Alitiro, não teria ouvido nada das discussões a propósito de Cristo, que traziam apaixonada toda a judiaria romana?

Duas personagens contemporâneas de Jesus são citadas por Josefo: João Baptista, de quem relata a prédica e o suplício, em termos perfeitamente exactos; e Tiago, primeiro bispo de Jerusalém, de quem narra a lapidação, e que ele designa assim (notemos o laivo de desdém): «O irmão de Jesus, cognominado o Cristo». Mas, se nos cingirmos aos textos indiscutidos, não há, na sua obra, qualquer outra alusão a Cristo.

O problema complica-se pelo facto de, no livro XVIII das *Antiguidades*, se poder ler um passo singular em que Josefo fala de Cristo. «Por esta época apareceu Jesus, homem sapiente, *se é que devemos chamar-lhe homem*. Porque ele realizou coisas maravilhosas, foi o mestre daqueles que recebem com júbilo a verdade, e arrastou muitos Judeus, e igualmente muitos Gregos. *Esse era Cristo*. Por denúncia dos principais da nossa nação, Pilatos condenou-o ao suplício da cruz; mas os seus fiéis não renunciaram ao seu amor por ele; *porque, ao terceiro dia, ele surgiu-lhes ressuscitado, conforme fora anunciado pelos divinos profetas, assim como mil outros prodígios a*

seu respeito. Ainda hoje subsiste a seita que, devido a ele, recebeu o nome de cristãos». Bastará ler este passo para nos convencermos de que, se Josefo, na verdade, o escreveu (e, em particular, as frases que vão sublinhadas), assinou desse modo a sua adesão ao Cristianismo. Por isso, vai em três séculos, que essas três linhas provocam rudes discussões. Uns fazem notar que elas cortam o fio do discurso; outros respondem que o estilo é exactamente o de Josefo. Invoca-se, então, Eusébio, que, no começo do século IV, conhecia esse texto e o aceitava; mas o adversário contrapõe que os primeiros Padres da Igreja — Orígenes, por exemplo — o ignoravam e diziam até que Josefo não tinha acreditado que Jesus fosse o Messias. Católicos como Mgr. Batiffol e o P. Lagrange estão de acordo com Guignebert para crerem que o fragmento foi interpolado, enquanto alguns críticos avançados e protestantes, como Burkitt e Harnack, sustentam a sua autenticidade. Talvez que (Mgr. Ricciotti inclina-se para esta interpretação que Th. Reinach defendeu) o passo seja verdadeiro, mas haja sido refeito, isto é, «melhorado» no século II por algum copista cristão mais forte em boas intenções do què em escrúpulos.

Se repudiarmos as dez linhas referidas, o silêncio de Flávio Josefo é impressionante. E é incontestàvelmente voluntário. Sem se chegar até dizer com Pascal: «Josefo oculta a vergonha da sua nação...» (*Pensamentos*, 629), nem a sustentar, paradoxalmente, que tal mutismo demonstra a existência de Jesus, pois só se odeia o que existe, poder-se-á adivinhar, pelo que se conhece da personagem, qual o motivo por que se calou. Judeu que, para uso do grande público romano escrevia livros, todos com a intenção de defender ou exaltar o seu povo, ele que falou o menos possível do messianismo, ideia considerada pelos vencedores eminentemente suspeita; ele que sabia tão bem disfarçar os dados essenciais do judaísmo com as cores do paganismo ambiente, iria, porventura, contar essa anedota de um exaltado que logrou alguns pobres diabos, perturbou durante certo tempo a ordem estabelecida, e acabou, como merecia, miserável e ridículo? Isso, sim! Ele sabe muito bem o que deve à sua carreira e à sua reputação!

«A palavra viva e perdurável»

Afastados os Pagãos e os Judeus, resta virarmo-nos para aqueles que, desde o começo, se acobertaram com Jesus: os Cristãos. É naturalmente por estes que nós o conhecemos mais completamente, e o feixe dos seus testemunhos é tão sólido que alguns séculos de crítica não conseguiram desfazê-lo. Todavia, no limiar de um exame desses textos, logo uma dificuldade se apresenta que, ao homem moderno, não parecerá pequena. Habituados, desde o nascimento, a não aprendermos coisa alguma senão por intermédio de textos impressos, cada um de nós imagina toda a tradição, que diz respeito a Cristo, sob a forma habitual de alguns livrinhos. Ora, é absolutamente certo que o mais antigo ensinamento cristão desprezava o texto escrito e era apenas rigorosamente oral.

Ninguém ignora que o meio social em que viveu Jesus, era de gente muito humilde — operários, artífices, pescadores do lago de Tiberíade. Dos seus doze discípulos saberiam todos escrever? Decerto Levi, dito Mateus, o colector de impostos, e Judas, o tesoureiro do grupo. Mas os outros? Ignoramo-lo. Ainda que todos tivessem sido versados na arte dos escribas, nem assim teriam, certamente, preferido a letra ao verbo; todo o hábito dos Semitas, por mais longe que se alcance na história de Israel, era inversa (1). Há apenas trinta anos, o crítico «livre» Salomon Reinach, cujos erros e asserções tendenciosas não têm conta, declarava, peremptòriamente, recusar-se a «considerar como histórica uma redacção dos discursos de Jesus, baseada em reminiscências de iletrados». Renan, contudo, tinha sabido bem melhor encarar o problema, e, depois disso, numerosos trabalhos, especialmente os do P.e Jousse (2), demonstraram inteiramente que, se os discípulos de Jesus não possuiam certi-

---

(1) Cf. Daniel-Rops: *O Povo Bíblico,* tradução portuguesa publicada pelo mesmo editor. As referências a esta obra serão dadas, de futuro, sob a sigla: DR : PB.

(2) R. P. Marcel Jousse: *Le style oral mnémotechnique chez les Verbomoteurs,* estudo de psicologia linguística, Paris 1925.

ficados de estudos, nem por tal facto os seus depoimentos são menos dignos de fé.

O velho bispo da Frígia, Papias, que, pelo ano 130, invocava a autoridade da «palavra viva e perdurável», tinha inteiramente razão. A memória dos Israelitas, como a dos Árabes, nada tinha de comum com a nossa, tão empobrecida e tão esclorosada. Os discípulos dum mestre escutavam-no e retinham «de cor» as suas palavras, graças a um treino especial que às crianças era imposto, logo a partir dos seus primeiros estudos. Não foram as profecias de Jeremias passadas a escrito, após vinte e dois anos de recitação oral? A Mishna, a parte mais importante do Talmud, que outra coisa será, senão o traslado tardio para a escrita, dum ensino feito verbalmente? Não foi o Alcorão inteiramente elaborado por idêntico processo? «Um bom discípulo — diziam os rabis judaicos — é semelhante a uma cisterna bem construída, donde não foge nem uma gota de água». O Evangelho, antes de ser escrito, foi conservado assim, em memórias sem fissuras, bastante mais intacto do que poderemos calcular.

Esta «arte de aprender e de reter» estava unida a uma «arte de falar» que assentava no ritmo e na mnemotecnia, em que participava o corpo inteiro, por meio de oscilações, de mímicas e até de danças. Quando o evangelho de São Lucas (VII, 31, 32) se refere àqueles pequenitos que, sentados nas praças públicas, replicam uns aos outros: «Nós tocámos flauta sem que vocês dançassem; nós tocámos trenos, sem que vocês chorassem» — descortinamos um dos métodos de auxiliar a memória, com a repetição de estribilhos, em vozes alternadas. Havia um conjunto completo de «trucs» pedagógicos para ajudar o espírito a recordar-se com precisão; o emprego de cadências regulares, de forma tantas vezes estrófica, o uso de certas palavras destacantes, verdadeiros grampos do discurso aos quais se prendem os pormenores, o recurso a paralelismos e antíteses que solicitam a memória quase espontâneamente. «Pedi, e ser-vos-á dado; procurai, e encontrareis; batei, e abrir-se-vos-á», «não julgueis, para que não sejais julgados, pois que, com o mesmo juízo que julgardes, também sereis julgados», são, entre muitos outros, dois exemplos de tais paralelismos; e todo o Sermão da Montanha, tal como é referido por São Lucas (VI,

20, 29), com a sua sucessão de bem-aventuranças e maldições, é um perfeito exemplo do método antitético.

Assim, por este treino metódico da palavra e da memória, se poderá explicar não só a facilidade com que o homem do povo, mesmo iletrado, podia improvisar, mas também o rasto evidente de alusões literárias em todos os textos evangélicos. Jesus cita as Escrituras com muita frequência, e quando a Virgem Maria deixa brotar o seu sublime cântico de graças — o *Magnificat* — as alusões bíblicas surgem nela, com toda a espontaneidade dos conhecimentos profundos que, dentro em nós, fazem corpo com a consciência.

Os ensinamentos de Cristo foram, pois, conservados por essa forma habitual entre os Judeus. No Evangelho, quanto nos surpreendem pelo poder do seu encanto e pela precisão do seu estilo as fórmulas que lhe são atribuídas! Tais fórmulas possuem — diz Renan, com propriedade — «uma espécie de brilho, ao mesmo tempo doce e horrível, uma força divina, se me é permitido assim dizer... (que) as faz sobressair no contexto e as torna fàcilmente reconhecíveis». Ao lê-las, não se pode duvidar, um só instante, de que sejam, na verdade, palavras que brotaram dos seus lábios. Nessa tradição oral, que se formou durante o próprio tempo em que Jesus ainda vivia, essas fórmulas surpreendentes tiveram de ser guardadas mais preciosamente do que tudo. Quando, ao contacto dos Gregos e Romanos, os discípulos sentiram o desejo de fixar pela escrita os seus ensinamentos, foram, verosìmilmente, colectâneas de aforismos e de sentenças pronunciadas por Jesus, que constituíram os seus primeiros livros. Foi dada forma fixa às palavras que ele havia proferido.

Todas as palavras de Cristo terão passado daquelas colectâneas para os nossos textos tradicionais? Talvez não. Conhecem-se, de facto, idênticas sentenças que não figuram nos nossos evangelhos actuais, e que, não obstante, possuem o fulgor da prédica de Cristo. Por exemplo — São Paulo cita, nos *Actos dos Apóstolos* (xx, 35) esta frase de Jesus: «Há mais ventura em dar que em receber»; ninguém duvida um só instante da sua autenticidade. Outras foram achadas nos Padres da Igreja e nos polemistas dos primeiros séculos. «Quem está perto de mim, está perto do fogo; quem está longe de mim, está longe

do Reino»; e «Se viste o teu irmão, viste o teu Deus». Citados, o primeiro por Orígenes, o segundo por Clemente de Alexandria e Tertuliano, não serão tais aforismos duas jóias preciosas? De igual modo, ainda outros se descobrem em velhíssimos manuscritos da Escritura, como esse texto que o protestante Teodoro de Bèze descobriu no convento de Santo Ireneu de Lião, e remeteu à Universidade de Cambridge, com esta nota cautelosa: «Mais para guardar que para publicar» — e que contém um aforismo espantoso sobre o «sábado» (1); e ainda como aqueles papiros que as areias do Egipto deixam, por vezes, arrancar-lhes das entranhas (os mais célebres são os de Oxirinco, descobertos no final do século passado), e onde se encontram pérolas como estas: «Onde estiverem dois, não estão sem Deus» (cotejar com *São Mateus*, xviii, 20) e ainda: «Levanta a pedra e aí me encontrarás; fende a madeira, estou lá dentro!» Estes documentos — dir-se-á — não nos fornecem mais que pormenores, mas tudo quanto se relaciona com Jesus é precioso, e, lendo-se as *Logia* (ditos) ou *Agrapha* (não passados à Escritura) (2), compreende-se melhor o que eram esses primeiros depoimentos da Escritura cristã na sua origem.

Que a essas colectâneas de sentenças se acrescentem narrativas sobre os gestos de Jesus, sobre o homem que ele foi, sobre os incidentes da sua vida — diz Santo Agostinho: «Sendo Cristo a palavra de Deus, os seus próprios actos são para nós palavra e ensinamento» — e obter-se-á qualquer coisa como colecções de apontamentos, de livros de lembranças mais perfeitos, que os propagandistas da nova fé transportarão consigo, e cuja existência nos é assegurada por uma alusão precisa de São Lucas, no começo do seu evangelho. Pode-se mesmo fazer ideia do que seriam tais resumos, esses Pré-evangelhos, lendo-se nos *Actos dos Apóstolos* (x, 37-41) o breve discurso que Pedro pronuncia, perante o centurião Cornélio: quinze linhas muito simples, sem efeitos de estilo, mas onde tudo o que é essencial na doutrina cristã está indicado, e onde até já aparece essa grande

(1) Cf. adiante no cap. VIII, o parágrafo *Evangelho e judaismo.*
(2) Cf. E. Besson: *Les Logia Agrapha,* Bihorel-lez-Rouen. 1923.

divisão quadripartida que se encontra ainda no Evangelho: prédica do Baptista e Baptismo de Jesus; ministério de Cristo em Galileia; viagem a Jerusalém; Paixão e Ressurreição. Toda a essência do nosso São Marcos está ali.

Que este ou aquele desses mementos adquira forma um tanto mais minuciosa, sem que perca o seu destino apologético e missionário; tenham por autor ou responsável alguém cuja personalidade lhes confira autoridade indiscutível, e surgirá o documento primordial de todo o estudo acerca de Jesus: o Evangelho.

Cânone e Apócrifos

Assim, tornam-se claros muitos caracteres desta Sagrada Escritura sobre a qual assenta o nosso conhecimento de Jesus, se se considerarem as condições em que ela foi elaborada. Quando se quer penetrar a fundo o sentido do Evangelho, é preciso esquecer que esse texto se lê hoje num grande livro armoriado, carregado de ouro e cobre; que sòmente uns pequenos fragmentos dele são agora conhecidos, — e ainda pior! — mal compreendidos pela maior parte dos fiéis, mal escutados por essas imensas multidões que frequentam as nossas igrejas de mármore e veludo; é indispensável reportarmo-nos, em pensamento, àqueles dias das comunidades primitivas, quando, reunidas clandestinamente em míseros tugúrios ou nos subterrâneos, os Cristãos recebiam esses textos como o pão e o vinho da sua alma, através dos quais tentavam encontrar, viva e próxima, a imortal presença do Amigo. O que a primitiva catequese procurava fazer ressuscitar, era o próprio Jesus que tinha agido, falado, amado e sofrido, pelos outeiros da Palestina; e o desejo imenso do seu regresso, nessas comunidades fraternais, enchia de esperança indescritível o coração de cada um. Com que avidez eram ouvidos aqueles que o tinham visto, com os seus olhos carnais! Depois, quando essa geração estava já morta, os que haviam sido discípulos dos discípulos! Assim se estabelecia uma filiação directa do testemunho, e nessa elaboração de uma doutrina tradicional cada um participava como que na guarda colectiva dum tesouro.

Se não podemos dizer exactamente como do ensino oral se operou a passagem para o texto, dado que são desconhecidos os primeiros «mementos» apostólicos, é possível compreender de que garantias essa fixação pela letra foi cercada. Certos teóricos sustentaram ([1]) que o Novo Testamento é um produto da «colectividade criadora», súbita manifestação «espontânea» dessas comunidades primitivas — do mesmo modo que a *Ilíada* e a *Odisseia* seriam obra de potências gregárias semelhantes. Mas as multidões, em tais domínios, só produzem obras curtas, informes, infantis; apenas a pessoa e o génio são criadores. O papel fundamental dessas comunidades foi o de, com exigência apaixonada, conservar viva a tradição, e de cercar os testemunhos oferecidos por um Marcos, um Mateus, um Lucas, um João, daquela garantia que é, no fim de contas, nada menos que a garantia da Igreja.

Nada mais falso que imaginar as origens do Cristianismo mergulhadas na lenda. Aliás, nunca é no próprio momento em que os acontecimentos se inscrevem na História, que a lenda se apodera deles; mais tarde, quando esses acontecimentos atingiram todo o seu alcance, é que o homem procura interpretá-los por forma que lisonjeie tais ou tais interesses. Por exemplo, quando, cerca de 170, o Cristianismo foi introduzido no reino de Edessa, ninguém, dentre aqueles novos cristãos, pensou, decerto, em socorrer-se duma propaganda mais deslumbradora que aquela de que beneficiavam todo o Império e os seus vizinhos. Mas, um século mais tarde, engendrou-se uma lenda que pretendeu ligar aquela conversão ao próprio Jesus. Disse-se que um rei de Edessa, Abgar, atacado por moléstia sem remédio, escrevera ao Messias e recebera dele uma resposta. (Bem entendido que se mostrava a carta e a resposta!) E Jesus enviara Tadeu, um dos setenta ([2]), levar ao reino a boa-nova.

Mas, precisamente, o que podemos saber dos métodos críticos usados na Igreja primitiva, diz-nos que se dava caça à

([1]) Cf. adiante *Anexos I. Jesus e a crítica.*

([2]) Cf. adiante cap. VII, parágrafo *Amigos e fiéis.*

lenda. Tertuliano, o grande polemista que escrevia pelo ano 200, refere que, trinta anos antes, aparecera na província da Ásia certa narrativa em que aparecia São Paulo a converter uma rapariga pagã, Tecla, e esta consagrando-se a pregar o Evangelho; que, por semelhante narrativa ter parecido suspeita, se procurara o seu autor, um padre cheio de boas intenções, e que esse ingénuo imaginativo fora degradado.

Esta severidade descortina-se no que virá a ser o Cânone cristão. Antes de se receber como legítimo o ensinamento de Cristo, pretendia-se saber quem era que o transmitia. Um texto não era aceite senão quando o seu uso nas comunidades fosse geral, quando a doutrina que exprimisse fosse ortodoxa, e, sobretudo — tal era o critério essencial — quando fosse possível invocar a autoridade dum apóstolo. Os Apóstolos são os verdadeiros testemunhos de Cristo; daí, esta fórmula reveladora: *Evangelho de Jesus Cristo segundo...*

É por eles, é através deles que o Messias se exprime. E o que os mesmos dizem, só por ele tem sentido. Dois dos Evangelhos serão garantidos directamente por dois dos Doze, São Mateus e São João; os outros dois, pela autoridade de São Pedro e de São Paulo. Por mais longe que se alcance no conhecimento destes textos, esta garantia é invocada sempre: pode afirmar-se sem erro, que muito poucos documentos históricos antigos beneficiaram de cuidados semelhantes.

Por vezes, podemos até apreender esse esforço crítico dos primitivos Cristãos. Sabe-se que o célebre episódio da mulher adúltera, uma das jóias do Evangelho segundo São João (VIII), de começo não fez parte do texto. Houve hesitação em o incorporar neste. Teria sido isso, conforme se escreveu, a pedido dos maridos, receosos de que as esposas vissem aí uma certa concessão? ou ter-se-ia hesitado em admitir que uma tal ampliação dos princípios fosse conforme ao que se sabia de Aquele que pretendia «não derrogar, mas cumprir a Lei»? A prova mais formal do valor científico da Escritura cristã, não deverá procurar-se nas próprias diferenças que — verificámo-lo — são manifestas entre os Evangelhos? Na hora em que se fixou o texto definitivo, teria sido muito simples engendrar uma única versão ou, em qualquer caso, fazer desaparecer aqueles pontos em que a semelhança não era absoluta! Mas isso não se fez.

«Nunca se viu tão bem a honestidade da Igreja, como nessa conjuntura», observa muito justamente Renan.

Pode-se, pois, fazer uma ideia bastante exacta de como foi constituído esse conjunto de textos que formam, ao presente, a nossa Escritura cristã. A tradição oral fixa-se, a pouco e pouco, pela escrita; no conjunto dos depoimentos, a comunidade, a Igreja — cujo papel é considerável — escolhe aqueles que possuem garantias de autenticidade, e fica em seguida a velar ciosamente para impedir que outros se lhe juntem. Assim se consegue construir um sólido bloco que, açoutado vezes sem conto pelas desvairadas ondas da fábula, permanece intangível, como um castelo roqueiro da verdade.

E, contudo, Deus sabe como foram numerosas e enormes as tempestades que sobre ele desabaram! Em redor do Evangelho e dos textos apostólicos, é todo um mar de lendas, de «diz-se», de documentos falsos e de autoridades usurpadas. A todo este conjunto é dado o nome de — *os Apócrifos* (1). Não parecia o próprio São João reconhecer-lhes qualquer autoridade — ele que asseverava no final do seu Evangelho: «Jesus fez ainda muitas outras coisas; se fossem relatadas com minúcia, não creio que o mundo inteiro comportasse os livròs que seria preciso escrever»? Os que defendem os Apócrifos podiam, pois, ter a pretenção de oferecer um testemunho valioso sobre aquilo que os Evangelhos não referem. Mas, ao lê-los, avalia-se o abismo que os separa dos textos que a Igreja admitiu. Não há nenhum que não contenha desses exageros manifestos, dessas descomunais faltas de tacto, que denunciam a inventiva de baixa qualidade. São Jerónimo classifica-os de «sonhos doentios» e Renan tinha razão ao acoimar a maior parte deles, de «amplificações infantis e sem relevo». Compreende-se mal o gosto,

---

(1) O conjunto destes textos foi publicado muitas vezes: por exemplo, em *O Dicionário dos Apócrifos*, de Migne; por Ch. Michel e Peeters, nos *Evangelhos Apócrifos* (Paris, 1911-1914); mais recentemente pôde ler-se a edição magnificamente crítica do *Evangelho de São Pedro*, por L. Vaganay (Paris, 1930); por último, as edições Letouzly levam a efeito a publicação completa de todas estas versões. Ver também Daniel-Rops: *Les Évangiles de la Vierge* (Paris, 1948) e *Évangiles Apocryphes* (Paris, 1952).

igualmente doentio, de certos críticos que se dedicam à busca, nos Apócrifos, dos segredos que não crêem ser-lhes possível encontrar nas Escrituras.

No entanto, convém que se façam distinções neste magma. Certos «apócrifos» parecem ter sido, nas origens, documentos admitidos em diversas partes da Igreja, e depois rejeitados, ou porque se encontrassem incompletos, ou por terem sido talvez insensìvelmente desviados em direcção suspeita. Tal é o *Evangelho segundo os Hebreus,* citado por Clemente, Orígenes, Eusébio e Epifânio, e que São Jerónimo conheceu pelos fins do IV século, declarando-o muito próximo do nosso São Mateus; dele não possuímos mais que três pequenos fragmentos, mas certamente ele esteve em uso nas comunidades cristãs-judaicas, entre as quais o grego era ignorado. O texto estava escrito em língua arameia: a prova reside em que o Espírito-Santo, ali, é chamado «mãe», porque espírito — em arameu, *rouâh* — é feminino. Continha elementos esplêndidos, tais como esta frase de Jesus: «Não vos alegreis senão quando tiverdes olhado, com amor, o vosso irmão»; mas continha também extravagantes pormenores, como aquele do Cristo levado para o alto de um monte pelo Espírito-Santo, que o suspende por um único cabelo!

Outros apócrifos correspondiam, sem dúvida, a intentos menos puros. Conhecem-se muitos (todos por fragmentos, aliás) que foram visìvelmente elaborados, nos primeiros séculos, em agrupamentos heréticos; introduzindo-lhes os actos e as palavras de Cristo, procuravam impeli-los no sentido que a seita desejava. O *Evangelho de São Pedro* que era colocado sob a autoridade do chefe dos Apóstolos, é certamente muito antigo. Serapião, bispo de Antioquia pelo ano 200, falava dele aos seus fiéis, aconselhando a não o lerem. Històricamente, esse texto parece conter muitos erros, como o de dizer que Jesus foi condenado por Herodes; para cúmulo, é suspeito de *docetismo,* isto é, da heresia que afirmava não ter o Cristo encarnado, mas apenas assumido a aparência do corpo humano. Um outro, o *Evangelho dos Ebionitas,* havia sido redigido para uso dessa curiosa seita de cristãos judaizantes, com tendências ascéticas, em que se praticavam diversos ritos singulares, e se era vegetariano. Enfim, e para terminarmos esta enumeração, quando do judaísmo alexandrino se destacou a corrente gnóstica, esse

conjunto de especulações em que a metafísica se sobrecarrega de legiões de potências invisíveis, e em que só se trata de forças misteriosas, de «eons», de alegorias, para provar que Cristo era um outro nome do Logos platónico, a forma de qualquer «eon» superior, apareceram evangelhos chamados, um de *Tomás*, outro de *Filipe*, e um outro mesmo de *Eva;* dos fragmentos que deles restam, não há muito que aproveitar.

Um terceiro grupo, infinitamente mais curioso, obedece a desígnio completamente diferente. Depois de Jesus ter vivido, a piedade dos fiéis alimentou sempre o desejo violento de conhecer, nos mais insignificantes pormenores, os acontecimentos da sua vida humana. Essa é uma tendência natural e comovente; e, em tempos mais próximos de nós, o sucesso alcançado pelas revelações de Santa Brígida, de Maria de Agreda, e pelas narrativas espantosas de Catarina Emmerich, vem provar que tal desejo não deixou nunca de existir, muito vivo, na alma dos Cristãos. Foi essa terna exigência que fez nascer os apócrifos fantásticos, cheios de fábulas, que se chamam o *Evangelho da Infância*, os *Actos de Pilatos* ou *Evangelho de Nicodemo*, o *Proto-evangelho* de São Tiago, e tantos outros. Preocuparam-se bem pouco com a verosimilhança, os bons redactores dessas histórias! Nem mesmo eram dotados de gosto muito apurado! (1) Mas, incontestàvelmente, era viva a sua fé; e essa foi a razão pela qual a Idade-Média, época de fervor e de candura, os teve em tão alto apreço.

Graças à arte medieval, esses contos foram admitidos na História. A *Lenda áurea*, de Jacques de Voragine e o *Espelho histórico*, de Vincent de Beauvais, recolheram deles muitos dados; e como os construtores de então se inspiravam sem cessar naqueles livros, iremos encontrar os apócrifos em muitos pontos das nossas igrejas. Se, no mosaico do grande arco de Santa Maria Maior, em Roma, ou num vitral do Mans, podemos ver a interessante cena em que o Menino Jesus, só com o seu aparecimento, faz desabar os ídolos dum templo egípcio, é ao

---

(1) Veremos adiante alguns exemplos desse mau gosto, cap. II, parágrafo *A Virgem-Mãe, in fine.*

evangelho apócrifo da Infância que devemos tal facto; e se a vedação do coro de Notre-Dame de Paris nos mostra a estrela dos reis-magos levada por um anjo, é ainda esse evangelho falso o responsável. Estamos tão habituados a encontrar o burro e o boi a aquecerem o menino-Deus, no ambiente de um estábulo, que nos esquecemos totalmente de que semelhante tradição não tem nada de canónica, e que só o Apócrifo no-la deu. Mais ainda. A liturgia da Igreja católica celebra a Apresentação da Virgem no Templo, que a Escritura não refere; e se admiramos em Veneza esse episódio encantador que, com traços dum pincel prestigioso, o Ticiano concebeu, é ao *Proto-evangelho* de São Tiago que o devemos. Nem tudo é forçosamente falso nesses Apócrifos lendários, mas quase tudo aparece neles deformado por imaginações pueris.

Compreende-se bem que, em face de tantos ataques, a Igreja tenha, desde os seus primeiros tempos, procurado levantar, ao redor dos seus textos autênticos, uma inexpugnável muralha. Todos os documentos que se podem encontrar relativos aos Padres dos primeiros séculos, mostram com que cuidado eles se dedicavam a discernir, entre as tradições, as que eram absolutamente incontestáveis, daquelas que o eram menos. Um manuscrito assaz curioso, copiado no século VIII, e chamado «Cânone de Muratori», do nome do coleccionador que em Milão o descobriu em 1740, reproduz a lista dos livros que, ao redor de 180-190, a Igreja de Roma tinha por sagrados. Com muita precisão, o dito manuscrito explica ser necessário rejeitar textos como o *Pastor de Hermas*, «demasiado recente e não apostólico», e as pseudo-epístolas aos Laodiceanos e aos Alexandrinos «atribuídas a São Paulo para sustentar a heresia de Marcion». Ora o que ressalta nìtidamente desse texto, é que tal lista era, já nessa época, dum modo geral, a mesma do presente; os dois grupos fundamentais, ou sejam os quatro evangelhos e Actos dos Apóstolos, de uma parte, e treze epístolas paulinas, da outra parte, figuram nela. Pode-se, pois, dizer, sem qualquer espécie de receio, que, cento e cinquenta anos após a morte de Jesus, o essencial dos livros que no-lo fazem conhecer estava fixado por uma tradição de criticismo.

Como se estabeleceu essa tradição? Difícil é dizê-lo. É provável que, pelo que diz respeito aos evangelhos, cada um deles

tenha tido autoridade num dado grupo de comunidades: São Mateus na Síria, São Lucas na Grécia, São Marcos em Roma; mantendo relações amistosas entre si, essas comunidades deram-se mútuo conhecimento dos seus textos. Do mesmo modo, cada igreja, pouco a pouco, deve ter constituído para seu próprio uso, colecções de epístolas dimanadas dos Apóstolos — São Paulo, em particular — as quais, embora dirigidas mais especialmente a tal ou tal de entre aquelas igrejas, continham ensinamentos proveitosos para todas elas. Durante bastante tempo, não houve colectânea oficial aceite por toda a Igreja, e, com certeza, de uma comunidade para outra, a lista poderia variar ligeiramente. Mas a opinião unânime, a aprovação geral, conferindo pouco a pouco a certos textos uma autoridade indiscutível, permitiu que tal lista se fixasse por si própria. Seria pueril imaginar um voto solene, uma espécie de democrático escrutínio em favor daqueles textos; foi, certamente, o espontâneo plebiscito de gerações de Cristãos e, especialmente, dos chefes da Igreja, directamente ligados aos que tinham conhecido Jesus.

No século IV, essa lista está definitivamente solidificada. Descobriram-se catálogos com as datas de 359 (em África), de 363 (na Frígia), de 367 (no Egipto, publicado por Santo Atanásio), de 382 (concílio romano do Papa Dâmaso). Quando, em 397, em Cartago, o concílio que a egrégia figura de Santo Agostinho domina inteiramente, publica, a seu turno, um — que é o mais notório — não faz senão sancionar antiga tradição. E a lista que ele dá é exactamente a que o Concílio de Trento (1546-1563) defenderá perante os Protestantes [1]. Nessa data, existe, incontroverso, o Cânone cristão do Novo Testamento.

O Novo Testamento

«Cânone» e «Testamento» — eis duas palavras que, pelo simples uso que fazemos delas, manifestam uma fidelidade

(1) Com a única diferença da *Epístola aos Hebreus*, que o Concílio de Trento atribui a São Paulo, e que o de Cartago indicava como anónima (o que ainda fazem as Bíblias protestantes).

essencial. Empregam-se igualmente, tanto para a parte antiga da Bíblia, como para a recente; tanto para a que precede Jesus, como para a que no-lo atesta; afirmação gritante dum nexo, duma lógica sucessão, sobre a qual o próprio Cristo insiste com veemência. Não é apenas o acaso que reune sob uma mesma capa, estes dois livros — o Antigo e o Novo Testamentos; é um parentesco orgânico, é a certeza de que um completa o outro e lhe transmite a sua força.

O *Cânone* é, segundo uma palavra grega cujo uso em tal sentido ascende ao século IV, a regra, a medida, o modelo. E *Testamento* é a tradução latina, muito antiga, talvez devida a Tertuliano, da palavra grega *dithêkê*, empregada pelos Setenta [1] para exprimir o termo hebraico consagrado — *berith* — que significava *aliança*. Fixar o cânone do Novo Testamento é, portanto, estabelecer aquilo pelo qual se mede a nova aliança que, utilizando o próprio sangue, Cristo veio assinar com a humanidade. Isto era já sabido por esses três antigos Padres da Igreja que, cerca do ano 120, citavam as palavras de Cristo referidas pelo Evangelho, com o mesmo respeito e segundo as mesmas fórmulas que, tradicionalmente, se fazia quanto à Bíblia de Israel. Santo Inácio, martirizado no reinado de Trajano (98-117), coloca explìcitamente em igual pé o Evangelho e as Antigas Escrituras. A autoridade do texto, como livro sagrado, remonta certamente a menos de cem anos após a morte de Jesus.

O *Decreto sobre as Escrituras canónicas* do Concílio de Trento fixou as peças do Novo Testamento no número de vinte e sete: os quatro Evangelhos, os Actos dos Apóstolos, catorze epístolas de São Paulo, uma de São Tiago, duas de São Pedro, três de São João, uma de São Judas, e o *Apocalipse* de São João. Desse número, sete são chamadas, por alguns autores, «deuterocanónicas», por só tardiamente haverem sido admitidas no Cânone, devido à Igreja ter estado hesitante, não sobre o valor, nem sobre a ortodoxia, nem sobre a sinceridade que re-

---

(1) Sobre os Setenta, ver DR : PB, capítulo *O tempo dos Grandes Impérios*, parágrafo *A Dispersão Judaica*.

velam, mas sobre a atribuição ao autor cujo nome ostentam hoje. (Aos Hebreus, Tiago 2.ª Parte, 2.ª e 3.ª de João, Judas e Apocalipse). Vinte e sete peças escritas, cerca de 400 páginas dum texto impresso como um livro vulgar, eis por conseguinte a parte principal das bases sobre as quais se edifica o nosso conhecimento de Jesus; vinte e sete peças escritas, garantidas pela Igreja, a qual, nessa garantia, empenha toda a sua responsabilidade e o feixe imenso da sua mais sólida tradição.

Mas aqui se levanta um problema (1) cuja importância é manifesta a quem quer que tenha reflectido, ainda que de leve, sobre crítica de textos. Materialmente, como conhecemos nós esses escritos? Em face duma obra literária dos nossos dias, um romance de Balzac ou de Stendhal, por exemplo, o problema do texto põe-se ordinàriamente de maneira muito simples; remetemo-nos à primeira edição, feita na vida do autor, ou àquela que ele mesmo indicou como a melhor; ou ainda ao manuscrito, se existe, o que acontece com bastante frequência. É óbvio que não sucede o mesmo com os textos antigos. Nós já não lemos São Mateus, São Marcos, São Lucas e São João nas cópias feitas em suas vidas, do mesmo modo que não lemos Platão ou Tucídides.

Na origem, os textos do Novo Testamento foram, certamente, escritos, ou pelo autor, ou por um escriba, a ditado daquele, sobre folhas de papiro, quer enroladas quer reunidas em forma de «codex». A epístola de São Paulo aos Romanos devia, por si só, encher um rolo de três ou quatro metros de comprido. Não é conhecido nenhum desses originais. Mas semelhantes papiros, em que se recopiava o texto sagrado, eram enviados dum lado para outro, pelas comunidades que os permutavam entre si. Bem frágil material para perdurar até aos nossos dias! E, todavia, possuímos numerosos fragmentos dessas cópias, que os túmulos do Egipto, sobretudo, nos fornecem; é de cinquenta a sua actual cifra; não raro, aparecem novos fragmentos. O con-

(1) Sobre os problemas de crítica de textos pode ler-se, além dos grandes manuais citados no final, em nossas indicações bibliográficas, o livro de L. Vaganay: *Introduction à la critique textuelle néo-testamentaire*, Paris, 1934.

fronto destes destroços veneráveis (alguns dos quais datam do século II) com os manuscritos posteriores, permitiu fazer cotejos duma importância basilar; demonstrou a solidez dos nossos textos.

Foi, sem dúvida, no decorrer do século III que se generalizou o uso de transcrever no pergaminho tais escritos para lhes dar maior probabilidade de não serem destruídos. Reunidos em cadernos, esses antigos pergaminhos têm quase o aspecto dos nossos livros. Graças ao emprego da preciosa «pele de carneiro de Pérgamo», muitos resistiram maravilhosamente ao tempo. São eles que constituem o mais sólido fundo do conhecimento neo-testamentário, esses *Códices* (do latim *codex)* que se admiram nas grandes bibliotecas, tais como a Vaticana, e, em particular, os dois mais célebres de entre eles, os quais foram escritos no século IV, em magnífica uncial — o *Vaticanus* e o *Sinaïticus* (1)

Repare-se nesta data: o IV século. Datando os textos do Novo Testamento, em geral, do período 50-100, sucede que três séculos se intercalam entre a sua redacção e os primeiros manuscritos completos que dele possuímos. Pode parecer um espaço enorme; contudo, deve frisar-se que isso nada é comparado com o lapso de tempo que medeia entre a data do autógrafo desconhecido de qualquer dos textos clássicos da Antiguidade e a respectiva mais antiga cópia conhecida: mil e quatrocentos anos para as tragédias de Sófocles, assim como para as obras de

(1) O *Vaticanus* parece ser um dos exemplares que o imperador Constantino recebeu, cerca de 340, de Santo Atanásio. O *Sinaïticus* seria um dos cinquenta manuscritos que Eusébio, bispo de Cesareia, refere ter feito para o Imperador Constantino e por ordem sua, sem dúvida por volta de 331; estas cinquenta cópias foram oferecidas pelo Imperador às principais igrejas; o original tirou o nome do lugar onde foi encontrado em 1844, num convento grego do Sinai. Ter-se-á uma ideia da importância destes *Códices* notando-se que o *Sinaïticus* se compõe de 346 fólios e meio, de pergaminho muito fino, talvez de pele de gazela. Cada fólio mede 43 centímetros de altura por 37 de largura: um rebanho inteiro teve de ser sacrificado para isso! Copiado de um manuscrito ainda mais antigo, muito verosìmilmente proveniente do Egipto, ele é considerado, com o *Vaticanus*, um dos dois melhores textos do Evangelho. Sabe-se que o *Sinaïticus*, depois de ter pertencido aos Czares, foi pelos Sovietes vendido à Inglaterra, que o adquiriu por subscrição nacional.

Ésquilo, de Aristófanes e de Tucídides; mil e seiscentos, para as de Eurípedes e de Catulo; mil e trezentos para as de Platão; mil e duzentos para as de Demóstenes. Terêncio e Virgílio são autores favorecidos, pois que a delonga não vai, para o primeiro, além de sete séculos, e, para o segundo, além de quatro. Por conseguinte, o Novo Testamento, pelo que diz respeito à proximidade da cópia em relação ao original, está, inegàvelmente, numa situação de privilégio.

E mais estará ainda, se considerarmos o número dos respectivos manuscritos. Se, de um dado autor, apenas possuímos uma cópia, quem nos demonstrará que o texto não se encontre errado ou mutilado? Só o confronto com outras cópias nos poderá esclarecer. Ora os escritores da Antiguidade são-nos apenas conhecidos através de manuscritos incompletos e em pequena quantidade. Nós só temos Tácito, por exemplo, em cópias fragmentárias e muitas vezes únicas! Ao contrário, com o Novo Testamento, o número de cópias excede tudo quanto a imaginação possa supor. Só de Evangelhos, existem cerca de 2.500 manuscritos redigidos em grego, dos quais para cima de quarenta têm mais de mil anos de existência; existem, além disso, 1.500 *leccionários* que contêm a maior parte do texto evangélico, disposto em lições para o ano inteiro. O texto tem sido traduzido, desde a mais alta Antiguidade, nos mais diversos dialectos — siríaco, grego, copta, gótico, arménio, geórgico, etiópico, e, evidentemente, latim; por vezes mesmo, os manuscritos destas versões são mais antigos que os do nosso texto grego (por exemplo: uma tradução tebaica, em copta, data do século III). A única versão em latim velho chegou até nós através de cinquenta manuscritos; a da Vulgata (estabelecida por São Jerónimo, no século IV), através de cerca de 8.000!

O confronto destas cópias torna-se eminentemente instrutivo. Porque — é evidente — feitas por mãos humanas, é possível que alguns erros se tivessem introduzido; por vezes, mesmo, erros intencionais. Com frequência o copista modifica a ortografia, desloca palavras, acrescenta uma explicação da sua lavra, esquece-se dum bocado de frase. Estas *variantes* pululam, dado o número dos manuscritos existentes; aventa-se a cifra de 250.000. Mas — e aqui reside o essencial — elas não se ve-

rificam num oitavo do total, e as *variantes substanciais* [1], sequer, numa milésima! A missão da crítica textual é estabelecer um texto definitivo, procedendo à escolha das variantes mais constantes e também das mais antigas. Pode-se afirmar, contudo, sem receio de errar, que não existe nenhum outro livro da Antiguidade que nos tenha sido transmitido em tão perfeitas condições.

Aí temos, portanto, esses vinte e sete escritos, através dos quais nos propomos descobrir Jesus. O seu valor histórico é de primeira ordem. Mas — não podemos esquecê-lo — o que guiou as mãos que tantas vezes, os copiaram, não foi a curiosidade científica mas a mais viva fé, o desejo de neles encontrarem cabal resposta aos problemas eternos. Por isso, desde uma idade extremamente antiga, esses escritos foram sempre apresentados com luxo extraordinário, não se podendo falar deles sem recordar os obscuros copistas que, no decurso dos séculos, consagraram a vida à missão fastidiosa, graças à qual nós hoje os possuímos. A biblioteca do Imperador Constantino contava já alguns evangeliários com pinturas admiráveis. A partir do século VI, o género progrediu, tomando uma extensão extraordinária; e não há biblioteca importante que não possua desses manuscritos iluminados, todos rutilantes de ouro e prata, em que as enormes capitulares se retorcem e desenrolam com uma força misteriosa, e que os monges levaram anos a aperfeiçoar. Na Biblioteca Nacional de Paris, o *Evangeliário de Carlos-Magno*, cujo texto está escrito a tinta de ouro sobre um fundo de púrpura, marchetado de pequenas iniciais carolíngias e de pesados entrelaçamentos, encanastrados e linhas cruzadas, ou o de *St. Médard de Soissons*, ou ainda esse *Evangeliário de Sainte-Chapelle*, tão estimado por Carlos V que ele o comprou para a sua biblioteca — são nobres testemunhos daquela arte e daquela veneração. Até às vésperas da Imprensa, o copista man-

---

(1) Uma variante substancial modifica o sentido da frase, às vezes, porém, dum modo insignificante. Por exemplo, lê-se em São Lucas, VI, 10: «E passeando o seu olhar sobre eles todos, disse-lhe: «Estende a mão!». Uma variante acrescenta, depois de *olhar*, as duas palavras: — «com rancor», rebuscadas no texto paralelo de São Marcos. Vê-se que tais variantes substanciais são, por enquanto, coisa de somenos importância.

teve as tradições desse facto; entendiam os nossos pais que a mão do homem não poderia produzir nada que fosse suficientemente belo, para corresponder à beleza do sagrado texto.

O testemunho de São Paulo

Entre as vinte e sete peças escritas do Novo Testamento, se bem que todas nos ensinem a doutrina de Jesus, algumas há que não são de qualquer utilidade para o conhecimento da sua personalidade histórica. São Pedro, São João e São Tiago não fazem, sequer, nas suas epístolas, alusão à vida humana do Mestre, sem dúvida por andarem dela muito próximos, não só eles mesmos como os destinatários; consideravam que o essencial era devidamente conhecido. Além dos quatro Evangelhos, base sólida de todo o estudo de Jesus, não se encontram a seu respeito documentos a não ser nos *Actos dos Apóstolos* e nas *Epístolas* de São Paulo, textos cuja importância é tanto maior, quanto é certo eles serem extraordinàriamente antigos.

Os *Actos dos Apóstolos* são obra do evangelista Lucas, o qual deveria concluí-la pelo ano 63 (aí alude ao primeiro cativeiro de São Paulo, que se fixa naquela data). O objectivo desse livro não é narrar a vida de Jesus, mas, no entanto, encontram-se aí numerosas alusões a factos que já conhecemos de outras fontes: que a mãe dele tinha o nome de Maria, e que c chamavam «o de Nazaré»; que foi baptizado por João Baptista; que se rodeou de doze discípulos; que operou numerosos milagres; que Judas o traiu; que, para não lhe perdoarem, lhe preferiram um bandido; que sofreu a Paixão sob o governo de Pilatos; que foi cruncificado; e que, ressuscitado, depois de ter aparecido a vários, subiu ao Céu. Sob uma forma esquemática, temos ali toda a estrutura do Evangelho (1).

(1) Tem-se, contudo, observado muitas vezes que, entre os Evangelhos e os Actos, existem grandes diferenças de estilo. As palavras luminosas e criadoras do Mestre parecem perder a cor na boca dos discípulos. As palavras de Estêvão, de Pedro, de Filipe, são formosas, mas não têm aquele

Pode estabelecer-se uma idêntica «vida de Jesus», em esquema, utilizando-se as Epístolas de São Paulo, e especialmente as enviadas aos Gálatas, aos Coríntios, aos Hebreus, e aos Romanos; ora São Paulo é um testemunho muito próximo de Jesus. No momento da Crucificação, São Paulo tem cerca de vinte anos. É um «Hebreu autêntico»; ainda que nascido na Diáspora, em Tarso, cidade greco-romana da Cilícia, onde se cruzavam as estradas e as influências de inúmeros países, é crente, escuta os ensinamentos dos Fariseus e, quando toma conhecimento do processo e da morte de Jesus, dá razão aos seus algozes. Um pouco mais tarde, mesmo, tendo vindo a Jerusalém, assiste satisfeito à lapidação de Estêvão, o primeiro mártir. Sabe-se, entretanto, que, vencido pela luz, prosternado na estrada de Damasco por uma fulminante revelação, entra, por volta do ano 35, na comunidade cristã, à qual leva a sua extraordinária inteligência e o fogo de uma alma que nada conseguirá subjugar. Durante sete anos, vive retirado em Damasco, e, a seguir, em Tarso. Em 42, o Apóstolo Barnabé associa-o à sua missão de Antioquia; missionário desde então, levando o seu verbo ao longo de intérminas viagens, missionário ficará sendo, até 66 ou 67, ano em que, às mãos do carrasco, morre em Roma.

É no decurso de tais jornadas, e com o fim de prolongar o efeito da sua palavra, que São Paulo envia a várias igrejas cartas que reproduzem o seu ensinamento. A crítica mais severa já hoje não discute senão duas das epístolas (II *Tessal.*, e *Ef.*); das outras, já não há quem duvide de que tenham tido por autor o Apóstolo dos Gentios. Essas «epístolas» são quase todas verdadeiras cartas, isto é, não são apenas mensagens pastorais, como as que os bispos compõem hoje em dia. Cada uma corresponde a uma dada circunstância, acode a uma necessidade, liga-se a um incidente preciso. Muitas dão a impressão de terem sido redigidas de afogadilho; todas são menos obras com intuitos literários do que instrumentos de acção. O seu fim não

brilho admirável, único, que permite reconhecer o ensinamento directo de Jesus. Resulta desse facto uma prova curiosa, mas indiscutível, para quem tem o hábito de apreciar o estilo dos textos: o que dá ao Evangelho a sua beleza, é, incontestàvelmente, o próprio eco das palavras do Mestre.

é fazer conhecer a vida de Jesus. Os ouvintes de São Paulo sabiam, a esse respeito, o essencial, pois que, nos seus discursos, ele devia referir-se a tal assunto: é ele próprio quem alude (I *Cor.*, II 2 e *Gálat.* III, 1) à sua catequese oral, em que falava de Jesus. Mas, nas cartas, o seu verdadeiro objectivo é transcendente, moral e teológico. O Cristo que ele revela é o que habita na alma dos Santos: «Não sou eu que vivo, mas sim o Cristo que vive em mim!» É pelo interior, é pela experiência mística, para além do humano, que, expressamente, ele declara querer reunir-se ao Mestre.

Portanto, ainda é mais significativo o facto de o seu testemunho decalcar exactamente o dos Evangelistas. Através de São Paulo, nós vemos Jesus, como um «verdadeiro homem» que tenha «nascido da mulher», descendendo de Abraão pela tribo de Judá e pela família de David, tendo «irmãos» (1) — dos quais um era Tiago, — que vivia pobre e humilde no meio dos seus discípulos (Pedro e João são mencionados), aparecendo transfigurado a alguns dos seus, estabelecendo a Eucaristia, orando, na agonia, na véspera da sua morte, sofrendo sob Herodes e Pilatos, crucificado às portas da cidade, ressuscitando ao terceiro dia e, por fim, subindo ao céu. Mais ainda que a exactidão dos factos, esquemàticamente enunciados, o que impressiona nas Epístolas, é a fidelidade do retrato: o homem que pressentimos é exactamente o do Evangelho; e, de resto, como poderia ser de outra maneira, se Paulo falava diante de auditórios em que havia pessoas que tinham conhecido Jesus, e em que todas elas tinham recolhido o imediato testemunho dos Apóstolos? Ele, porém, nunca o havia visto «em carne e osso»; declarou-o; não se encontrava em Jerusalém nos dias da Paixão. Então, donde lhe vinha aquele conhecimento que possuía? Sem dúvida que deveria ter em seu poder qualquer desses mementos de que os missionários se serviam. Decerto que teria ouvido falar de Jesus em Jerusalém, talvez às próprias testemunhas da sua glória e morte, e mais tarde, em Antioquia, a Barnabé, um dos apóstolos de quem

(1) Ver mais adiante a explicação desta palavra, cap. II, parágrafo *A infância em Nazaré.*

foi o adjunto, e cujo primo, Marcos, se tornará seu íntimo colaborador. Uma coisa é certa: o Jesus que aparece nessas cartas escritas menos de trinta anos decorridos sobre a Crucificação, é exactamente o mesmo que o Jesus do Evangelho. As fontes de informação podem ser diferentes: a personalidade de Cristo é tão verdadeira e tão forte, que aparece sempre igual, em toda a parte.

O Evangelho. Um em quatro versões

Por conseguinte, o essencial do testemunho que nos permite o conhecimento de Jesus é isto: O Evangelho! Estes quatro livrinhos aguentam, por si sós, o nosso mundo ocidental — mais que toda a literatura grega e que todo o direito dos Romanos. E encontram-se tão identificados com a medula do nosso ser, que acabamos por olvidar que eles nos fizeram aquilo que somos; mas, onde quer que se ignore ou se disfarce a sua influência, uma carência mortal se manifesta, e o próprio Ocidente é falseado. Obra moral, o Evangelho está indissolùvelmente associado a uma certa concepção do homem que é, pròpriamente, o sinal da verdadeira civilização. Obra literária, ela transpõe os séculos, espalhando pelo mundo a sua irradiação, sem que nunca diminua o seu estranho poder de falar a toda a gente, qualquer que seja o seu país e a sua época, exactamente aquela linguagem que melhor possa ser compreendida. Obra de história, cujo fim, todavia, não é um fim histórico, ela estabelece com tanta solidez a imagem de Jesus, que gerações de críticos não conseguiram levar a cabo a tarefa, sem cessar recomeçada, de a destruir (1).

Existe no Louvre um quadro de Jordaëns que representa os quatro Evangelistas: os três primeiros, São Mateus, São Marcos e São Lucas, recolhidos em profunda humildade, parecem, não obstante a sua idade, apagar-se diante de São João que, com um dedo sobre os lábios, o rosto juvenil iluminado de

(1) Ver, no fim desta obra, a nota: «Jesus e a crítica».

mística exaltação, lê, no Livro Sagrado, coisas sobrenaturais. E os nossos pais, na Idade-Média, gostando dos símbolos, representaram-nos sob o aspecto de quatro seres fantásticos que, na célebre visão de Ezequiel ([1]), suportam o homem providencial, o enviado do Altíssimo: o Anjo (Mateus), o leão (Marcos), o touro (Lucas) e a águia (João); assim Rafael os pintou também no Palácio Pitti. Estas imagens diferentes completam-se. Homens — por tudo o que neles adivinhamos de tangível —, e, não obstante, mensageiros, suportes duma boa-nova que ultrapassa o humano, este duplo carácter resplandece em todas as páginas dos seus livros. E faz com que sejam o que são: uma obra única, que nenhum outro texto no mundo pode ter a aspiração de igualar.

O *Evangelho* é a nova — a *boa-nova*. O uso judaico (conservado na diplomacia pontifical, para as Encíclicas, por exemplo) fazia designar um dado texto pela sua primeira ou pelas suas primeiras palavras; o texto de São Marcos, o mais antigo, começava por esta palavra: *evangelho*. Empregava-se primitivamente «evangelion», em grego, para designar a nova propícia e a gratificação que se dava ao mensageiro; mais tarde, reduziu-se ao seu primeiro significado, por exemplo numa inscrição de Priene, do século I antes de Cristo, a qual se refere ao nascimento de Augusto. Na versão helénica dos Setenta, o verbo «evangelizar» é utilizado para exprimir a messiânica anunciação da boa-nova (*Isaías*, XL, 9; LII, 7; XLI, 27). No Novo Testamento, o termo tem ainda um sentido mais completo: o evangelho é, ao mesmo tempo, a boa-nova revelada por Jesus, a que ele encarna, e a promessa da salvação que ele concede; «é indi-

---

(1) O Anjo, pelo facto de São Mateus começar o seu relato pela aparição dum anjo a São José; o leão, para São Marcos, porque este começa por evocar João-Baptista no deserto; o touro, para São Lucas, por colocar no princípio do seu Evangelho o sacrifício oferecido por Zacarias, pai de Baptista; a águia, para São João, aludindo ao Apocalipse, onde ele aparece como uma águia que vem do céu. Muitos comentadores acrescentaram interpretações simbólicas: a mais evidente é a que frisa que «a Aguia de Patmos» é o intérprete metafísico, aquele cujo Evangelho principia pela fulminante afirmação: «Ao princípio era o verbo...»

visìvelmente — diz o P. de Grandmaison — o dom divino que ele próprio é, e os dons divinos que ele traz».

Testemunho religioso é, pois, o Evangelho — documento de fé; proveniente, de certo modo, como vimos, dessas comunidades cristãs primitivas que, mùtuamente, se transmitiam a viva tradição; mas, ao mesmo tempo, — facto flagrante para quem tem olhos para ver — trabalho individual, com a marca bem vincada de uma personalidade, é autênticamente uma obra literária que teve autores — quatro — cada um dos quais segue um plano, possui um estilo, obedece a rigorosas intenções. Livros inspirados segundo a fé cristã —, isto é, cujos autores receberam um *impulso sobrenatural*, e foram *assistidos enquanto escreviam*, «de tal maneira que concebiam exactamente, queriam relatar com fidelidade, e exprimiam com verdade infalível o que Deus lhes ordenava, e sòmente o que ele lhes ordenava que escrevessem» (1); mas são livros saídos de mãos humanas, feitos, como todos os livros, por autores que tiveram uma documentação, ou pessoal, ou adquirida, da qual usaram utilizando processos e talentos diferentes.

Pode-se, sem dúvida, imaginar, com bastante exactidão, o modo como o Evangelho resultou do ensino oral. No seio dessas comunidades fervorosas, um homem, apóstolo de Jesus ou discípulo imediato dos Apóstolos, fala do Mestre. A vida sentimental, tão rica, da comunidade, favorece o desenvolvimento do seu testemunho; os auditores desejam, sem cessar, mais pormenores e mais ensinamentos. Esse homem tem, verosimilmente, entre as mãos, algum desses «mementos» apostólicos de que já divisamos a existência; possui, por outro lado, as suas fontes de informação — directas, se pessoalmente conheceu Jesus, indirectas, por intermédio dum Apóstolo; sem dúvida também colhe informações por meio de investigações pessoais. Enquanto que a colectividade retém, fiscaliza e se responsabiliza por esse ensino, o autor trabalha; e uma vez organizado o texto — como o seu fim é mais religioso do que histórico, as comunidades

(1) São essas mesmas as expressões pelas quais a encíclica *Providentissimus Deus*, de Leão XIII, define a inspiração.

adoptam-no, e lêem-no com solenidade. Assim se explica esse triplo carácter, tão nítido em todo o Evangelho, de ser, ao mesmo tempo, obra pessoal, obra popular e obra litúrgica.

Tais como nós os lemos nos mais antigos textos, os nossos quatro Evangelhos são escritos em grego. Estariam os originais em qualquer outra língua, e não nos encontraremos em presença senão de traduções antiquíssimas? Supôs-se isso com São Marcos; com São Mateus, o caso parece incontroverso. A primitiva língua não teria sido o hebreu — como o nosso texto actual faz dizer a São João e a São Paulo, visto que esse idioma, desde o século IV antes da nossa era, tornara-se língua litúrgica, língua de letrados, tal como entre nós o latim, na Alta Idade-Média — mas sim aquele dialecto semítico, trazido no decorrer dos séculos pelos bandos inesgotáveis provenientes do Nordeste, e que todo o Crescente fértil havia adoptado — o dialecto que Jesus falava: o arameu. Ainda mesmo que os originais não tenham sido escritos nessa língua, é incontestável que a sua influência foi poderosa no estilo dos Evangelhos. Sucede, por diversas vezes, o «Evangelista» citar uma palavra de Jesus, directamente em arameu, tal como o *Talitha Koumi* que restitui à vida a filha de Jairo *(Marc.* v, 41), ou o *Ephpheta* que abre os ouvidos ao surdo-mudo da *Decápola (Marc.* VII, 34). Através do grego e mesmo do francês, pressente-se muitas vezes o ritmo tão particular da poesia semita: e muito mais sensível deveria ter ela sido ainda, quando o texto conservava a antiga divisão em versículos ou estíquias de trinta e quatro a trinta e oito letras, em lugar da cesura tão arbitrária em versículos desiguais, que Robert Estienne, em 1551, impôs, quando imprimiu em Génova a quarta edição do Novo Testamento.

Pouco importa, aliás, que possuamos o próprio original, ou um texto grego escrito pelo autor ou sob as suas vistas: Flávio Josefo não redigiu primeiramente em arameu a *Guerra Judaica*, antes de a traduzir, para a publicar em grego?

O que conta, é que, desde os tempos mais remotos, antes do fim do segundo século pelo menos, a Igreja haja concedido a estes quatro livrinhos o primeiro lugar para os seus ensinamentos, e que tenha visto neles o testemunho mais completo, e o mais directo, a respeito do Senhor. Papias, o velho bispo da

Frígia, atesta-o, já por volta do ano 130; e cerca de cinquenta anos depois, Ireneu, bispo de Leão — (o sucessor do grande mártir S. Pothin) — tanto mais digno de consideração quanto é certo que regressava de Esmirna, o que quer dizer trazia a tradição das mais antigas comunidades orientais — comparava os quatro Evangelhos aos quatro ventos que enchem o céu, e explicava, com minúcia, o modo como tinham sido redigidos. O seu depoimento confirma a ordem segundo a qual nós lemos tradicionalmente os evangelhos: São Mateus, São Marcos, São Lucas e São João; tal ordem deveria existir antes dele; se assim não fosse seriam mais numerosas as diferenças que se notam na tradição manuscrita.

Mas havia outra ideia tão grata a esses cristãos dos primeiros séculos como a veracidade dos quatro livros: era a da sua unidade absoluta. «Evangelho quadriforme», diz Santo Ireneu. Orígenes, no século imediato, afirmará que «através de todos quatro, o Evangelho é apenas um»; e, no século IV, Santo Agostinho falará dos «quatro livros de um único Evangelho». A célebre expressão «evangelho segundo...» nenhuma outra coisa significa, que não seja a afirmação dessa indissociável unidade. Pode ler-se, no *Cânone de Muratori*, «o terceiro livro do Evangelho, segundo São Lucas». Não há, na realidade, senão um único Evangelho, uma só boa-nova diante da qual se esbatem humildemente os que são seus testemunhos e arautos. Os documentos e as expressões podem variar; a mensagem fica única, indiscutível, como a própria palavra de Deus.

Os Sinópticos

Esta unidade é particularmente impressionante, se se consideram os três primeiros Evangelhos — São Mateus, São Marcos e São Lucas. A leitura mais superficial mostra neles uma evidente semelhança. Depois do século XVIII e do livro de J. Griesbach (1774), *Synopsis Evangelorium*, generalizou-se o hábito de os dizer *sinópticos*, da palavra grega que significa «colocação em paralelo». É frequente eles darem, dum mesmo facto, versões absolutamente análogas; várias vezes se tem publicado um texto

a três colunas, para assinalar as semelhanças [1]. Eusébio, bispo de Cesareia pôde mesmo estabelecer, em 350, uma estatística assaz curiosa, pela qual mostra que, se se dividirem os evangelhos em secções correspondentes a uma ideia ou a um desenvolvimento, muitas daquelas se repetem dum sinóptico para outro: São Mateus, por exemplo, não tem senão 62 secções próprias em 355, e São Marcos chega a ter apenas 19 em 233.

O primeiro problema que se apresenta é o da data. Será possível dizer, com grande precisão, quando foram redigidos esses três livros? Deve-se reconhecer que, em todas as datas propostas, há uma parte de conjectura. Os argumentos opõem-se aos argumentos. «Jesus anunciou a ruína do Templo, dizem os críticos racionalistas; vaticínio feito evidentemente depois do sucesso. De facto, as primeiras redacções são posteriores a 70». Mas os historiadores católicos observam que a sociedade em que Cristo actuou nos é apresentada (segundo o testemunho geral que a tal respeito possuímos) em evidente equilíbrio, inquieta pelo futuro, sem dúvida, mas não confusa e arruinada como depois ficou, após a catástrofe de 66-70. Esta questão da data dos Evangelhos é daquelas que, através dos séculos, vêm sendo debatidas sem nada se adiantar. Como essas discussões giram à volta de poucas dezenas de anos, se se admitir que a tradição foi vigiada e garantida pela Igreja primitiva com o cuidado que já vimos, tais diferenças não têm uma importância capital. Foi o que quis, talvez, dizer Santo Agostinho, ao proferir este conceito: «Eu não teria fé no Evangelho, se a autoridade da Igreja católica a isso me não levasse».

Pode-se, no entanto, observar que a crítica nunca deixou de aproximar a data da redacção dos Evangelhos daquela em que Cristo viveu. Ao passo que, em 1835, David Strauss a colocava «quando muito, em 150», Renan, em 1877, pensava que São Mateus foi escrito em 84, São Marcos por 76, São Lucas por 94; e, em 1911, o grande teólogo protestante, Harnack, colocava São Mateus cerca de 70, São Marcos por 65 e São Lucas por 67, acrescentando mesmo que uma fonte comum — um da-

---

(1) A *Synopse* do P. Lagrange, estabelecida sobre o texto grego, foi traduzido para francês pelo P. Lavergne, na colecção dos «Études Bibliques».

queles mementos de que já nos ocupámos — devia ser «do ano 60 ou até anterior». O mais recente historiador de Jesus, Mgr. Ricciotti, chegou às indicações seguintes: o original arameu de São Mateus é do período 50-55 (o texto grego seria bastante posterior); o Evangelho de São Marcos foi redigido entre 55 e 62, quando o evangelista se encontrava em Roma, com Pedro; quanto a São Lucas, que uma constante tradição assegura ser o último, deve situar-se o seu trabalho muito verosìmilmente em 63. Se opusermos a estas datas as de Guignebert — São Marcos por volta do ano 75 [1], São Mateus por 85-90 e São Lucas por 100-110, ficará o debate circunscrito com bastante precisão. Pode-se, portanto, ter por certo que, menos de cinquenta anos decorridos sobre a morte de Cristo, um Evangelho, ao menos, existia sob a forma que conhecemos, e que, no máximo, oitenta anos depois daquela morte os três sinópticos haviam sido escritos. Há muitos acontecimentos, aliás, na história da Antiguidade, que não conhecemos por depoimentos que lhes estejam tão próximos em data.

O primeiro Evangelho é o de São Mateus; é o primeiro pelo lugar que ocupa no Novo Testamento, é o primeiro pela data averiguada da sua composição, é o primeiro, sobretudo, pela importância que os primitivos cristãos lhe atribuíam. O facto poderá surpreender: o texto de São Lucas, aliás escrito especialmente, como veremos, para um pagão convertido, não foi aquele que a Igreja primitiva mais estimou; foi o de São Mateus, Judeu de raça e de estilo, mas que — e isto explica, sem dúvida, a escolha — conclui a sua obra com um apelo ao universalismo, «ide e ensinai todos os povos», e que surge na verdade, conforme disse Renan, como o evangelista da Igreja. São Justino, o mártir, nos meados do século II, cita-o nada menos que 170 vezes, e sabemos por Santo Ireneu que os muito antigos heréticos Ebionitas não reconheciam nenhum outro senão esse.

O autor, dizem-nos, é um Judeu: um desses Judeus hele-

---

(1) O *Jesus* de Guignebert traz 57, mas, segundo o contexto, trata-se duma transposição dos algarismos de 75.

nizados ([1]), que em grande número existiam na Palestina, havia dois séculos, besuntados de cultura internacional, mas permanecendo profundamente enraizados no solo palestino. A tradição constante da Igreja identifica-o com esse Levi, dito Mateus, um dos Doze que Jesus arrancou aos seus registos de colector de impostos (*Marc.* II, 14 e *Luc.* v, 27). Mateus, Matthaïos é a forma helenizada de Mattaï ou Mattayah, que significa em hebreu «Dom de Ya», de Yahweh. Um publicano, um agente da alfândega e do fisco, sabe, forçosamente, escrever. Afirmada em 130 por Papias, confirmada por Ireneu, Tertuliano e Clemente de Alexandria, tal atribuição nunca suscitou dúvidas, desde os tempos mais remotos da Igreja. «Mateus, escreve Ireneu, no meio dos Hebreus e em língua hebraica, publicou um Evangelho». Papias havia dito o mesmo: «Mateus ordenou os ditos do Senhor, em dialecto hebraico...» Admite-se hoje, quase sem discussão, que a primeira forma de São Mateus devia ter sido um Evangelho escrito em arameu e mais esquemático do que nós o conhecemos. Este Evangelho primitivo, esta «coordenação dos ditos do Senhor», como escreve o velho bispo, as comunidades cristãs transmitiam-no com zelo, e, acrescenta Papias, «cada qual o traduzia, o melhor que lhe era possível». Um momento chegou em que a Igreja pretendeu fixar tais traduções, e foi então que se estabeleceu uma versão grega, oficial, feita provàvelmente pelo próprio autor do texto. Versão ampliada, completada, pois que, entretanto, haviam sido publicados alguns outros documentos (Marc. e Luc.).

Mas que, originàriamente, o livro fosse judeu, escrito por cristãos oriundos da raça eleita, prova-o o exame mais sumário. São Mateus, que se definiu a si próprio como um «escriba perfeitamente instruído em tudo que respeita ao reino dos céus» (XIII, 52), conhece a fundo o que se refere à sua raça e às suas tradições. Dirigindo-se a compatriotas, nunca julgou preciso explicar as alusões que faz aos costumes da Palestina. Só ele emprega (trinta e duas vezes) a expressão «Reino dos *Céus*», visto que *Céus* era uma dessas palavras que substituíram o inefável

---

([1]) Se se admitir que o primeiro autor e o tradutor são um só e o mesmo homem.

nome do Altíssimo, cujo uso se tornara regra em Israel ([1]), enquanto os outros dizem só «Reino de Deus». Sucede-lhe aludir «à mais pequena letra do alfabeto hebreu» (v, 18), ou denunciar as argúcias e as astúcias que se punham em jogo para sofismar a lei de Moisés (xxiii). E que procura ele provar? Que Jesus é autênticamente o Messias, o filho de David, predito pelos profetas, o qual pretende «cumprir a lei — não aboli-la», e foi mandado às ovelhas tresmalhadas da Casa de Israel. Sempre através do seu texto está subentendida a adjuração: «Cristo veio para entre os seus, e os seus não quiseram recebê-lo!» E, como resposta a essa recusa de Israel, o Evangelho termina pelo apelo ecuménico, a palavra prometida a todas as nações.

Literàriamente, o livro, escrito num grego correcto mas sem génio, vale sobretudo pela solidez do seu plano, pela fidelidade evidente ao fim em vista. São, na verdade, como Papias escreveu, os «Ditos do Senhor», que ele refere (o ensinamento de Jesus ocupa mais de metade do Evangelho); todavia, coloca-os, sòbriamente, no seu quadro, com uma consciência de honestíssimo escritor. Não possui, como São Lucas, talento para nos comover, nem a paixão de São João, mas talvez nenhum dos evangelistas dê, a um tal ponto, a impressão de ser uma testemunha que diz apenas o que ouviu.

Muito ao contrário, o segundo evangelista, São Marcos, interessa-se menos pelas palavras que pelos actos de Jesus. E muito especialmente pelos seus actos sobrenaturais, pelos milagres. Este livrinho diminuto em volume — é o mais curto dos quatro, cinquenta páginas apenas — encontra-se repleto de feitos prodigiosos, pelos quais Jesus provou ser Filho de Deus. Nada, porém, está mais distante que tal Evangelho duma «Vida de Cristo» como gostaríamos de possuir, com precisões cronológicas e minúcias de história. Os episódios sucedem-se sem ligação visível; pode-se-lhes modificar a ordem sem que advenha prejuízo. Por certo, este evangelho aproxima-se muito desses «mementos de missionários» a que aludimos; e a gente imagina perfeitamente os humildes, os cristãos dos primeiros séculos contando

---

(1) Cf. DR: PB, *A vida interior da Comunidade.*

uns aos outros, com paixão, os trechos tão pitorescos de São Marcos, com mais fé — deve dizer-se — do que preocupações científicas. Mas, porque é directo, vivo e concreto, ligamos-lhe hoje uma grande importância, maior até do que aquela que lhe davam os Padres da Igreja primitiva, os quais, sem dúvida, o julgavam um tanto dogmático.

Para quem escrevia São Marcos? Não, decerto, para judeus, pois não teria necessidade de precisar que o Jordão é um rio (I, 5), nem de explicar certos usos hebraicos como a purificação das mãos antes das refeições, o banho no regresso dos mercados, e a lavagem ritual das taças. Ao vê-lo traduzir as expressões aramaicas e converter em moeda romana as quantias que menciona, pensa-se que ele se dirigiria a Romanos. Quando refere o episódio da Condução da cruz por Simão da Cirenaica, esclarece: «o pai de Alexandre e de Rufo» (XV, 21). Ora São Paulo, na sua *Epístola aos Romanos*, cita Rufo, como uma das personagens da comunidade romana. Aquela hipótese parece ainda mais verosímil, se agruparmos as informações que possuímos sobre o dito autor.

Há todas as probabilidades de que São Marcos seja aquele que vemos citado simultâneamente por São Pedro, por São Paulo e nos *Actos dos Apóstolos*. Ele devia chamar-se João, em hebreu, e apelidar-se Marcos em latim; pertencia a uma das mais antigas famílias cristãs de Jerusalém, primo de Barnabé, filho dessa Maria que, em 44, abrigará, na vasta casa onde se reunem os cristãos, o apóstolo Pedro miraculosamente evadido da masmorra. Fazendo, assim, parte do meio em que viviam os primeiros apóstolos, ouviu com seus próprios ouvidos os testemunhos daqueles que tinham conhecido Cristo. Tê-lo-ia ele visto? Quando relata a prisão de Jesus, evoca — e ninguém mais fornece este pormenor — a figura dum mancebo que tentou seguir a tropa, que esteve em riscos de ser preso, e que abandonando aos guardas o lençol em que, apressadamente, se tinha embrulhado, fugiu, nu, através da noite (XIV, 51). Quem teria podido referir a São Marcos semelhante episódio? Todos os discípulos tinham fugido. Não seria esse mancebo o próprio Marcos? Não teria ele assinado desse modo o seu relato, como aqueles escultores da Idade-Média que ocultavam o seu nome no recesso dum campanário?

Em todo o caso, através do seu texto, adivinhamo-lo: não

como um letrado, certamente, ou um escriba, mas como homem do povo que recebesse uma instrução modesta (o seu grego é pobre e indeciso), e sem perder o realismo vigoroso e a frescura de visão das almas simples. E compare-se, com as passagens correspondentes de São Lucas e São Mateus, aquela, por exemplo, em que ele nos apresenta a multidão entusiasmada, apertando, comprimindo Jesus, que salta para o barco, para não ser esmagado (III, 7, 12) — e a diferença, manifesta, ressaltará. Os dois outros, como que achataram o relevo vigoroso de São Marcos. Até o seu estilo tem qualquer coisa de rugoso, de popular [1]; faz-nos decerto ouvir a língua em que se falava, nesse humilde meio de pescadores galileus que rodearam Cristo.

Tudo isto torna altamente plausível a afirmação de Papias de que «Marcos foi o intérprete de Pedro», «repetiu as catequeses do apóstolo — o qual as fazia sem ordem», «segundo as necessidades» — e que as repetiu com a preocupação de «nada deixar perder nem deformar-se de quanto tinha ouvido». Confirmada por Justino o Mártir, Ireneu, Clemente de Alexandria, essa indicação é hoje admitida, sem qualquer dificuldade. Considerou-se que, no Evangelho de São Marcos, é sempre o ponto de vista de São Pedro o adoptado, e que o apóstolo desempenha nesse Evangelho um grande papel; por exemplo, no relato da Paixão, em 72 versículos do capítulo XIV, vinte e dois nomeiam São Pedro. Quem, de resto, poderia contar melhor a renegação de Pedro, do que ele? Do mesmo modo, na cena em que Jesus repreende severamente Pedro, por não acreditar no anúncio da Paixão (VIII), ou na cena da Transfiguração, tem-se verdadeiramente a impressão dum testemunho directo. Poderemos, pois, imaginar que esse Evangelho foi redigido da seguinte maneira: cerca de 61. São Marcos foi encontrar-se em Roma com São Pedro, seu amigo, seu pai espiritual; a multidão cristã escuta, com entusiasmo, as vivas narrações do chefe dos Apóstolos; São Marcos, convidado pela comunidade, passa-as a escrito. É assim que Clemente de Alexandria explicava a origem deste Evangelho; tudo concorda para tornar aceitável esse esquema.

---

(1) Os seis últimos capítulos são dum estilo bastante diferente. Muita gente pensa que tenham sido escritos sobre notas e documentos, pouco depois do resto.

Se São Marcos transmitiu a catequese de São Pedro, São Lucas, o terceiro evangelista, repetiu-nos o que São Paulo sabia de Jesus. Tal é a tradição da Igreja, desde o século III pelo menos. Disse-o formalmente Ireneu: São Lucas, companheiro de São Paulo, redigiu «o Evangelho que este pregou»; e o *Cânone de Muratori*, esse fragmento dum autor desconhecido que nos deixou a lista dos livros admitidos pela comunidade cristã cerca de 180 ou de 200 — confirma exactamente aquela informação. Uma tradição não menos constante atribui a São Lucas os *Actos dos Apóstolos*, e tem-se observado muitas vezes que as passagens desse livro, em que o autor diz «nós», são de estilo igual ao do terceiro Evangelho. Há, por conseguinte, todas as razões para supor que São Lucas, o evangelista, é precisamente aquela personagem que se percebe seguir na esteira do Apóstolo dos Gentios, escoltando-o em todas as suas viagens, e chegando com ele a Roma nas proximidades do ano 61; foi aí, sem dúvida, que ele escreveu o seu livro, como complemento do Evangelho de São Marcos e também como catequese destinada a outro público.

Originário de Antioquia, Grego provàvelmente pela raça e, em todo o caso, pela educação, São Lucas é o mais letrado dos quatro evangelistas. «O mais lindo livro que possa existir», dizia Renan. Muitas vezes se tem observado que a longa frase magnìficamente cadenciada pela qual começa o texto, é um modelo de estilo grego, digno dos clássicos. Tudo revela nele o homem que teve estudos, e também o homem de gosto e de talento: não é verdade que uma tradição de expressivo simbolismo pretende que ele tenha sido pintor? Ao redigir o seu livro, procura (e declara-o) seguir um plano regular, conforme aos princípios dos retóricos; se nem sempre o consegue e se, por vezes, se tem a impressão de que colocou, aqui ou além, uma parábola ou um discurso, por não saber onde os arrumar melhor, o conjunto da sua exposição obedece a maior lógica que as outras. E como ele sabe contar! Como as personagens se encontram bem «de pé»! Com que subtileza ele nos dá a respectiva psicologia! Harnack tem razão, ao colocar as descrições daquele livro «entre as pérolas mais nobres da arte narrativa». Convém, todavia, acrescentar que São Lucas não cedeu ao de-

mónio da pena, não enfeitou, nem alindou: isto é confirmado pelos textos paralelos de São Marcos e de São Mateus.

Artista, São Lucas era também homem de ciência. Médico, afirma-no-lo uma tradição que remonta ao próprio São Paulo. Certas teses demonstraram que a sua linguagem denuncia uma sólida erudição de medicina, baseada em Hipócrates, Dioscórides e outros. E pode maliciosamente observar-se que, no episódio da mulher a esvair-se em sangue, que ele e São Marcos relatam, São Lucas deixa perceber que é médico; ao passo que São Marcos diz espavoridamente que «ela tinha sofrido imenso com vários médicos e gasto o seu dinheiro todo, sem obter quaisquer melhoras; pelo contrário, ia de mal a pior» (v, 25), o texto grego de São Lucas diz, mais pùdicamente: «Ninguém tinha conseguido curá-la» (VIII, 43) [1].

Este médico, no entanto, possuía o sentido da precisão, da documentação. Cita muitos nomes próprios, e aproxima os factos evangélicos, dos acontecimentos da história que conhece (II, 1 e sobretudo, III, 1, 2). Antes de escrever, colheu, com cuidado, informações, e completou as que tinha de São Lucas, recorrendo a outras fontes. Já ninguém põe em dúvida que ele tenha lido, atentamente, o texto de São Marcos, escrito havia pouco. E suspeita-se até que haja obtido informações directas, pessoais; por exemplo, a respeito da infância de Jesus, não teria ele sido informado pela própria Virgem Maria? («ela guardava todas estas coisas no coração» — escreve em II, 19). E, acerca de Herodes Antipas, não teria obtido informações de uma mulher que só ele cita: de Joana, esposa de Chuza, intendente do tetrarca?

A quem é que se dirige ele? Também não, certamente, a Judeus; se o fizesse, não explicaria que «a festa dos Ázimos é aquela que se chama Páscoa» (XXII, 1). Pelo contrário, insiste na ideia de que, se os Judeus foram os primeiros a ser chamados, não foram os únicos, e que Deus considera com mais ternura a ovelha desgarrada que as noventa e nove restantes que se conservaram no aprisco. O seu Evangelho dedicado ao «excelente Teófilo» — sem dúvida, personagem oficial do Im-

---

(1) O texto da Vulgata segue aproximadamente os termos de São Marcos.

pério — dirige-se aos Gentios, à massa dos pagãos que foram convertidos. E esforça-se por não os melindrar; as alusões hostis aos pagãos, que se encontram em São Mateus (por exemplo, v, 47), são omitidas por São Lucas. Designa por *Lago* de Genezaré o que os outros apelidam de *Mar* da Galileia: diferença de óptica, para uso de homens que conhecem melhor o mundo do que os camponeses e os pescadores judaicos.

Escritor de vistas largas, bem documentado, dotado dum formoso estilo, tal é São Lucas: acrescente-se ainda, ele é um homem que sabe ir direito ao nosso coração. «Escriba da mansidão de Cristo», diz dele o Dante. Em página alguma se manifesta, melhor do que nas suas, a doçura inefável de Jesus. Ele é o evangelista do bom samaritano, da pecadora perdoada, do filho pródigo que o Pai absolve com tanta ternura. Evangelista dos pobres, ele mostra-nos o Salvador sempre incansàvelmente debruçado sobre a miséria humana. E é ainda o evangelista da mulher, pintor delicado de tantos rostos sobre os quais Jesus pousa o olhar da pureza redentora e da infinita piedade. Mais que nenhum outro, ele faz, através de Deus, pressentir o homem, e esse coração carnal que não batia de forma diferente da do nosso.

Uma vez considerados sucessivamente os três evangelhos sinópticos, um problema resta ainda — o das suas mútuas relações. A profunda semelhança entre eles existente, mais que as diferenças de estilo e de talento, tem desde sempre provocado o espanto dos leitores. É impressionante que, da prédica de João Baptista até à Ressurreição, o quadro geral das diferentes narrações seja sensìvelmente o mesmo, quando, afinal, como se viu, o objectivo dos seus autores não era, de modo algum, escrever uma biografia histórica. E mais impressionante é ainda que nessas narrações, onde em nenhuma conta é tida a cronologia, o encadeamento mútuo dos episódios se repita tão nìtidamente. O leitor mais superficial é levado a reconhecer que muitíssimos passos se encontram nos três textos idênticos, quase palavra por palavra, e não sòmente quando se referem aos conceitos de Jesus, que uma legítima piedade teria mantido inalteráveis, mas até nos casos em que os evangelistas se limitam à exposição de factos.

Mais singulares ainda que as semelhanças, são as diferenças, pois há muitas: e não apenas aquelas que os temperamentos e tendências literárias dos autores podem explicar. Certas dissemelhanças são absolutamente inexplicáveis: porque é que São Lucas, evangelista dos Gentios, omite o episódio tão tocante da mulher de Cananeia, referido por São Marcos (VII, 24), e que, no entanto, teria servido para demonstrar a ternura de Jesus pelos Pagãos que a ele recorriam? Do mesmo modo, certas promessas aos Gentios que se lêem em São Mateus, não figuram em São Lucas. Outras diferenças, sem modificarem o sentido profundo, põem em evidência pormenores que não se conciliam: em São Mateus e em São Lucas, por exemplo, Jesus proíbe aos Apóstolos, que partem em missão, levarem consigo seja o que for, «nem sacola de viagem, nem duas túnicas, nem calçado, *nem bordão*», ao passo que, em São Marcos, lhes recomenda que nada levem: «*Nada que não seja apenas um bordão*». Deve-se confessar, no entanto, que tais diferenças não têm nenhum valor concludente.

Estas divergências, em si, muito longe de constituírem um obstáculo contra a credibilidade dos Evangelhos, aumentam-na. Uma vez que, na matéria essencial, as três narrativas reciprocamente se confirmam, as dissemelhanças apenas provam tratar-se de três testemunhos diferentes, prestados por homens que não se copiavam grosseiramente. O P. Lagrange observou-o e citou a esse respeito algumas pertinentes reflexões de dois historiadores resolutamente «laicos»: Langlois e Seignobos [1]: «A concordância que faz prova verdadeiramente decisiva não é, como natural seria imaginar-se, a semelhança completa entre dois textos, mas um entrecruzamento de dois textos diferentes que não se assemelham senão em certos pontos. A tendência natural é considerar a concordância como confirmação tanto mais probatória, quanto mais completa aquela é; pelo contrário, deve adoptar-se a regra paradoxal de que a concordância prova mais quando se limita a um pequeno número de pontos. São os pontos de concordância dessas afirmações divergentes que cons-

---

(1) *Introduction aux études historiques*. Paris, 1908.

tituem os factos históricos cientìficamente estabelecidos». Mais vale acordo tácito e parcial do que decalque.

Resta, então, averiguar, donde provêm as semelhanças e as diferenças. Pode dizer-se, dum modo geral, que, hoje em dia, todos os críticos, cristãos ou não, admitem, por um lado, que este ou aquele evangelista se deve ter servido do trabalho dum dos seus predecessores, e, por outro lado, que devem ter tido fontes comuns, por eles utilizadas em maior ou menor grau. Nota-se que tanto São Mateus como São Lucas contêm a quase totalidade de São Marcos, mas que os dois têm ainda, em comum, longos desenvolvimentos que São Marcos ignora. Desses factos concluiu a crítica «livre», há quase meio século, que deve ter existido uma fonte escrita em que São Mateus e São Lucas houvessem bebido, fonte que se tem designado por Q (primeira letra do alemão *Quelle* — fonte). Esta hipótese era simples, ou até simplificadora. Seduziu os historiadores dos fins do século XIX — e muitos do sèculo XX que, nesse ponto, não lhes ficam atrás — os quais não consideram, num texto, senão as referências que nele se possam encontrar à documentação. Sabe-se no que, com tais métodos, se transformou a história literária, e o que tantas vezes, na Sorbonne, tem sido feito às obras primas.

Hoje, uma tal hipótese não parece já tão sólida. Tem-se chamado a atenção para o facto de o texto aramaico de São Mateus ser, indubitàvelmente, mais antigo que São Marcos; pede-se que se tomem em linha de conta a catequese oral que, sem dúvida, ajudou os evangelistas nos seus trabalhos, e também esses «livrinhos de missionários», de que se presume a existência, esses «Pré-evangelhos» a que São Lucas alude no começo do seu texto.

A questão sinóptica pode, no estado actual da ciência, resumir-se assim. Da catequese apostólica sai primeiro o texto aramaico de São Mateus. São Marcos que, seguidamente, escreve, procede, ele também, dessa mesma fonte oral, e, especialmente, da tradição de São Pedro; tem, porém, entre mãos São Mateus em aramaico. São Lucas, o último e o mais documentado, recolhe documentos provenientes de São Paulo, e de diversas testemunhas de Cristo; ele conhece, além disso, São Marcos. E, finalmente, São Mateus, quando traduz para grego o seu Evangelho, aumenta-o e esclarece-o, servindo-se de São Marcos e, talvez,

embora menos, de São Lucas. Este jogo complexo de influências é fenómeno muito parecido com o que acontece naqueles meios literários em que os escritores se conhecem, se lêem, e reagem uns sobre os outros; ele explica perfeitamente a unidade do conjunto e as diferenças do pormenor.

São João

O quarto Evangelho encontra-se, — o facto é de cristalina evidência, — fora desse grupo e dessa tradição. Nem pelo plano de conjunto, nem pelo tom geral, nem pela intenção que nele se pressente, poderá ser aproximado dos sinópticos. Já Eusébio observava que perto de metade do seu texto — 106 secções em 232 — é original e não deve nada aos outros. E quem lê o grandioso prólogo «Ao princípio era o Verbo, e o Verbo estava em Deus, e o Verbo era Deus...» avalia, imediatamente, o que separa o *génio místico* — como devia ser o autor duma página assim — dos simples narradores que são São Marcos, São Lucas e São Mateus.

A diferença entre os Sinópticos e o quarto Evangelho é dupla, portanto. Em primeiro lugar, este conta um certo número de factos que os três primeiros ignoram. Insiste sobre o ministério de Cristo na Judeia; e, enquanto os outros não conhecem senão uma viagem a Jerusalém, ele assinala cinco. Ao passo que a matéria dos Sinópticos poderia respeitar a um só ano, a do quarto Evangelho reclama, pelo menos, dois ou três. Tudo se passa como se o autor, tendo conhecido perfeitamente os outros textos, pretendesse completá-los, servindo-se duma documentação diferente da deles, e que, por especiais razões, considerava excelente.

Por outro lado, a dissemelhança manifesta-se claramente no tom. De toda a evidência, o homem que escreveu este Evangelho é um místico, exaltado não sòmente pela fé, mas pela meditação metafísica. O que lhe interessa é a conversa com Nicodemo, na qual Jesus sustenta a necessidade dum «novo nascimento», e a ressurreição de Lázaro em que se afirma a vitória sobre a Morte. Não refere senão sete milagres, cinco dos quais, porém, ninguém conhece a não ser ele, e todos cinco podem

ser interpretados como depoimentos da grande verdade, em cuja glória todo o livro foi escrito: que Jesus é o Filho de Deus, a Luz do Mundo, o Verbo encarnado. Evangelista do Verbo, ele é o único que emprega o termo *Logos*, que era, então, extremamente notório em todo esse Oriente mediterrânico banhado de filosofia grega, uma dessas palavras consagradas cujo sentido por força do próprio uso, se alargou de modo extraordinário, a ponto de se tornar extremamente contraditório. Mas esse termo Logos, não o emprega nem na acepção do Pórtico ou de Fílon, nem mesmo naquela dentro da qual a tradição judaica o confinava, «Palavra do Senhor», sinónimo do Nome inefável ou «Sabedoria»; cria-o de novo, dá-lhe uma ressonância nova. «Nele estava a vida, e a vida era a luz dos homens». Uma das noções essenciais do Cristianismo, exprime-se desse modo.

Será caso de dizer-se, como, por vezes, sustentou a crítica não cristã — Loisy, por exemplo — que se trata duma obra puramente simbólica, duma «contemplação mística», duma «meditação teológica sobre o mistério da salvação»? Renan, antecipadamente, respondia que, «considerado em si mesmo, o relato das circunstâncias materiais da vida de Jesus, tal como no-lo dá o quarto Evangelho, é superior pela verosimilhança à narração dos sinópticos». Nota-se, por exemplo, que ele traz, por si só, mais informes topográficos precisos, que os três outros, todos juntos. Todos os pormenores que se encontram nele, verificam-se no solo da Palestina; ele indica, com precisão, o conteúdo das urnas de Caná, a velocidade dos barcos em luta contra a tempestade. Do ponto de vista psicológico, também não é menos exacto: e a prova temo-la nesse tão curioso passo em que a família de Jesus, os seus «irmãos», se combinam para o fazer partir da Galileia, por começarem a considerá-lo incómodo (VII, 1, 6).

A quem se destina este Evangelho? Decerto que a cristãos já informados, aos quais não há já necessidade de repetir os rudimentos da tradição cristã, de voltar a ensinar determinados factos, de todos conhecidos. Em muitas ocasiões, o autor procede por metáforas. Contràriamente ao que pensam certos críticos como Guignebert, o Jesus que ele nos mostra em nada se opõe àquele que os sinópticos apresentavam, e, no entanto, de uma imagem à outra, há uma indefinível diferença subtil —

uma diferença de luz, de acentuação, talvez pelo facto de o Cristo dos três primeiros ter sido encarado mais pela sua humanidade, e o do quarto mais pela sua divindade. Não faz o autor notar, por várias vezes, que tanto ele como os seus companheiros não compreenderam imediatamente as palavras e os gestos do Mestre, e que só muito mais tarde se aperceberam do seu profundo significado? Tem-se a impressão de ler a obra dum homem que, tendo meditado durante muito tempo sobre um dado ensinamento, uma dada história, deles extraiu tudo quanto neles se continha.

Por fim, o estudo estilístico completa as nossas informações sobre o autor deste quarto Evangelho. O grego que ele escreve é medíocre, embora sem graves incorrecções; pobre e monótono, porém; nada que se pareça com a bela prosa de São Lucas. É, sem dúvida, um semita escrevendo num idioma que aprendeu. Na construção, em antíteses e paralelos, nele frequente (XIII, 16 e seg.; XVI, 21), no próprio ritmo do prólogo, denuncia-se a antiga tradição oral de Israel. E, Israelita, ele é-o ainda pela convicção com que não só afirma ligar-se ao Povo eleito, «porque a salvação vem dos Judeus», a esse povo que «adora o que conhece», — mas também beber a sua força espiritual na «Escritura que não pode ser frustrada», e nos profetas a quem cita uma dúzia de vezes. De boa vontade se diria até que é, igualmente, Israelita pelo modo como condena esse povo rebelde, ameaçado de catástrofes em virtude de se recusar a reconhecer em Jesus o Verbo, o Filho de Deus: um Judeu anti-judaisante, tornado universalista por ser cristão, e que fala a uma comunidade não judaica — tal é o autor do nosso quarto Evangelho; a Igreja diz dum modo preciso: São João.

Todos os caracteres que acabamos de assinalar coincidem perfeitamente com o que a tradição ensina: São João, autor do Evangelho, é o jovem apóstolo do Senhor; redigiu o seu texto pelos fins da sua vida, quando habitava no seio duma comunidade cristã — a de Éfeso. Compreende-se, pois, que ele tenha podido, sem ignorar os trabalhos dos seus predecessores, utilizar-se da documentação directa da sua própria memória; compreende-se também que tendo meditado, durante cerca de sessenta anos, a vida e os ensinamentos do Mestre, tenha sabido

extrair do objecto da sua meditação mais que os outros. Esta atribuição tanto explica o seu estilo, como a sua posição em face dos Judeus. Para a justificar bastaria a simples crítica do texto.

Mas tem outras bases. No fim do Evangelho fala-se dum «discípulo que dá testemunho destas coisas, e de quem estamos certos ser verdadeiro o testemunho» (XXI, 24). De quem se tratará? Di-lo um versículo pouco anterior (XXI, 20): «aquele a quem Jesus amava». Esta designação enigmática, que o texto reproduz nada menos de cinco vezes, visa, sem dúvida, São João, o mais novo dos Apóstolos, o adolescente que podia pousar a cabeça sobre o peito do Mestre. Porque, ao ler os sinópticos, vê-se que os três apóstolos preferidos por Jesus eram Pedro, Tiago Maior e João, irmão do precedente. Ora, «o discípulo que o Mestre amava» não pode ser Pedro que, no quarto Evangelho, tem um papel completamente diferente; e Tiago não é, certamente, o autor do livro, pois que ele foi condenado à morte no reinado de Herodes Agripa I, no ano 44 (Cf. *Actos*, XII, 2). Não pode deixar de ser São João.

Esta atribuição é confirmada por uma tradição muito antiga na Igreja. Policarpo, bispo de Esmirna, cerca de 110-120, cita a primeira epístola de São João, a qual está estreitamente relacionada com o Evangelho do mesmo autor: trinta anos mais tarde, Justino utiliza este próprio Evangelho. No decurso do século II, aquando das grandes discussões com os gnósticos, quantos polemistas dos dois campos se servem do texto joanino! Teófilo de Antioquia, por volta de 180; Polícrates de Éfeso, cerca de 190, tal como Ireneu de Lyon (cerca de 173-185). O *Cânone de Muratori*, nas proximidades de 200, afirma claramente que o Evangelho é de São João. Os textos mais característicos são o de Clemente de Alexandria, reproduzido por Eusébio, e o famoso passo de Ireneu: «São João, por fim — diz Clemente — vendo que nos Evangelhos tinham sido devidamente definidos os traços exteriores de Cristo, compôs, animado pelos discípulos e levado pelo Espírito, o Evangelho dos traços espirituais». E Ireneu: «João, o discípulo do Senhor, aquele que descansou sobre o seu peito, deu — ele também — o seu Evangelho, quando se encontrava em Éfeso». Se reflectirmos em que Ireneu havia escutado o ensinamento de Policarpo (martirizado em 155) e

que este último tinha, segundo o próprio Ireneu, «seguido Cristo durante oitenta e seis anos» (isto é, deveria ter nascido por 70), vê-se que não há qualquer hiato na tradição que ligava São João a Ireneu.

Pode ter-se por certo que o Evangelho refere fielmente o testemunho do apóstolo São João (1), o qual reuniu as suas recordações e o seu ensinamento ao tempo em que, regressado de Patmos, para onde o tinha relegado Domiciano, vivia, com idade avançadíssima, em Éfeso, onde deveria morrer no reinado de Trajano, verosímilmente no ano 104. O Evangelho é, pois, do período 96-104. Tem-se, por vezes, com base num passo de Papias, citado por Eusébio, emitido a hipótese de que o texto não tivesse sido escrito, de facto, por ele, mas, sob a sua imediata influência, por um dos seus discípulos — São João o Presbita ou o Antigo. O interesse de semelhante discussão nada tem de primordial, e talvez que a utilização dum secretário possa explicar as diferenças de estilo que se observam entre o IV Evangelho e o Apocalipse (2). O essencial é que nos seja lícito invocar com carácter de certeza, a autoridade do apóstolo para apoiar o texto evangélico.

Convem refutar uma última objecção. Como é que — tem-se dito, por vezes, — o pescador galileu, o homem do povo que era

---

(1) Um indício corrobora esta asserção: o cuidado que o autor do Evangelho teve em nunca citar João, nem Tiago, seu irmão, nem Zebedeu, seu pai, nem essa Salomé, que foi provàvelmente «a mãe dos filhos de Zebedeu», e que os Sinópticos assinalam no Calvário, na noite de sexta-feira santa e na manhã de Páscoa: assinatura da humildade.

(2) Deixamos deliberadamente de lado o problema da atribuição do Apocalipse a São João, porque essa obra não é de interesse imediato para o conhecimento da vida de Jesus. Diz-se que esse livro fantástico teria sido composto pelo Apóstolo, quando ele se encontrava na Ilha de Patmos (por 95 ou 96). A questão levantada pela dupla atribuição é na verdade muito difícil: o estilo é tão diferente duma obra para a outra que custa imenso a admitir tratar-se dum mesmo autor. É mesmo difícil invocar um progresso, possível em qualquer escritor (seria isso verosímil num homem de setenta e cinco ou de noventa anos?), porque o Apocalipse está escrito com um vigor e uma audácia maiores que o Evangelho. Quanto a dizer-se que seria a avançada idade do autor que explicaria a diminuição de qualidade, isso parece bem difícil de acreditar, se julgarmos pela força da argumentação e pela precisão dos pormenores que se encontram no Evangelho. Este é o caso em que a hipótese de um secretário poderia defender-se.

São João, teria podido adquirir a cultura de que dá provas no Evangelho? Ao que se respondeu: primeiro, que Zebedeu e os seus filhos parece terem sido mais empresários de pesca e de navegação do que simples pescadores; em seguida, que fazia parte da mais sólida tradição judaica terem os Rabis um ofício manual, sapateiro, cozinheiro, marceneiro. Rabi Aqiba, Rabi Meïr, Rabi Johanan, trabalhavam também por suas mãos [1]; que a verdadeira ciência, baseada na Bíblia, estava extraordinàriamente espalhada em Israel e que as discussões referidas no Evangelho têm uma cor rabínica inegável; que, por fim, entre o momento em que São João, talvez na idade de vinte anos, acompanhava Jesus, e aquele outro em que redigiu o seu livro, uma existência de setenta anos havia decorrido, rica de múltiplos contactos e de experiências numerosas. O pescador João não teria, sem dúvida, escrito o IV Evangelho, mas o velho encanecido de Éfeso, podia tê-lo feito.

O IV Evangelho constitui, pois, uma fonte histórica de primeira ordem, que completa de modo insubstituível o que nos ensinam os sinópticos. Acontece até que ele é hoje aquele cujo texto se encontra assegurado pela cópia mais antiga. No decurso do ano de 1935, encontrou-se, com efeito, um pequeno fragmento de papiro egípcio — hoje o Pap. Ryl. Gk. 457 da Biblioteca Rylands de Manchester — que não tem muito mais de oito centímetros, e no qual se lê um passo do capítudo XVIII de São João, ou seja o diálogo de Cristo com Pilatos. Ora a discussão, entre especialistas de todas as tendências, estabeleceu com segurança a data deste despojo inestimável: 130 aproximadamente, isto é, trinta anos decorridos sobre a redacção do Evangelho.

Se este texto não nos tivesse sido transmitido, quantos factos não ignoraríamos nós, da vida humana de Jesus? E, mais ainda, sobre as misteriosas relações que no ser indissociável de Cristo, o humano e o divino mantêm entre si! Pilar fundamental do Cristianismo, é importante observar que todos aqueles que querem negar a divindade de Jesus sejam levados primeiramente a recusar o testemunho joanino. E, todavia, esse testemunho é tão firme que adversários há que se sentiram obrigados a acei-

---

(1) Sem que, por esse facto, São João tenha sido «rabbi» alguma vez.

tá-lo. O P. de Grandmaison observou que, se Renan nas primeiras edições da *Vida de Jesus*, maltratava ferozmente São João, no apêndice à décima-terceira, já aceita melhor o seu valor histórico. Loisy, o mesmo que, em 1903, considerava o IV Evangelho como «Teorema quase sem as características da história», em 1921 tinha moderado sensìvelmente a sua opinião, e já admitia naquele grande número de elementos históricos.

Mas há um argumento que põe fim a toda a discussão: é precisamente o facto de o IV Evangelho ser tão diferente dos três primeiros. Como é que a Igreja primitiva (que tanto cuidado teve — conforme vimos — em recolher os textos da sua tradição, e em pôr de lado os suspeitos, os apócrifos) teria acolhido, no seu cânone, este livro, se não tivesse a absoluta certeza de que ele representa um testemunho irrecusávl, fundado sobre o que ela própria, essencialmente, exigiu sempre: a garantia apostólica? Aqui é que a tentação de unificar, de harmonizar, teria sido forte.

O Evangelho e a História

Tais são os quatro documentos mestres que possuímos para o estudo de Jesus. Mas, se bem que inestimáveis, não são mais que documentos, isto é — importa saber utilizá-los. Se, para escrever a história duma época, dum país, dum homem, dispusermos do trabalho dum historiador contemporâneo, basta examinar a veracidade dos seus ditos, verificada esta, poder-se-á segui-lo até tão longe quanto o seu método e a sua documentação o tiverem deixado ir. Mas, na maior parte dos casos, a história moderna não dispõe nem dum Tácito, nem dum Tucídides, nem dum Flávio Josefo; para reconstituir a série dos acontecimentos e o aspecto da civilização no Egipto do Médio Império ou entre os Hititas, é preciso utilizar-se documentos — textos, objectos arqueológicos — cuja intenção, no espírito dos seus autores, nada tinha de histórico. Mas acontece frequentemente que um texto não histórico presta preciosos serviços à História: a *Canção de Rolando*, por exemplo, dá excelentes informações sobre o feudalismo primitivo, do mesmo modo que a *Ilíada* e a *Odisseia*, romances épicos, nos abrem panoramas

únicos sobre os Árias da Acaia e sobre o grande comércio mediterrânico, nas proximidades do século XII antes da nossa era.

Os Evangelhos não são evidentemente romances, mas também não são livros de história. «Os evangelistas, observa o P. Huby, não pensaram em escrever uma biografia como a concebem os modernos, com o cuidado escrupuloso das precisões cronológicas ou topográficas. O que, sobretudo, os preocupava era pôr em foco o valor religioso da vida de Jesus, por meio de uma selecção de episódios que consigo levassem o seu ensinamento».

Se pensarmos nas condições em que o Evangelho foi propagado entre aquelas comunidades fervorosíssimas que esperavam daquele doutrinação um alimento para a fé, compreender-se-á até que ponto o fim visado pelos evangelistas pôde ser diferente do de Carlyle, do de Michelet, e ainda mais do de Lavisse ou do de Seignobos. Isso não significa, de algum modo, que os Evangelhos sejam livros de partido, espécie de panfletos ou opúsculos de propaganda. São, como dizia Justino e nós já vimos, «Memórias dos Apóstolos», e conservam um carácter primitivo, uma maravilhosa pureza de intenção. As obras dos teólogos, tão numerosas desde há dois mil anos, nunca puderam tornar a ter esta frescura, esta simplicidade transparente.

Nem por isso é menos certo que o leitor que ler os Evangelhos com os hábitos intelectuais do século XX, corre o risco de ficar perplexo. Sem dúvida encontra indicações precisas que o fazem mergulhar em plena História, como esse início do terceiro capítulo, ao qual já fizemos alusão, e em que São Lucas especifica que João Baptista pregou «no décimo quinto ano do reinado de Tibério, sob o governo de Pôncio Pilatos na Judeia, sendo Herodes o tetrarca de Galileia, e seu irmão Filipe o tetrarca da Itúria e da Traconítida...» etc. Mas, por outro lado, o quadro das actividades de Jesus, é extremamente vago. Entre a breve passagem do Menino Jesus, na idade de doze anos, pelo templo de Jerusalém, e o começo do seu apostolado, dezoito anos decorreram, — dos quais nada sabemos. No fim do capítulo IX, São Lucas mostra-nos Cristo «endurecendo o rosto para ir a Jerusalém» e, quase logo em seguida coloca uma narração, cujo teatro foi, certamente, Betânia, depois do

que, por duas vezes, parece anunciar a partida para a cidade, onde, no fim de contas, se não chega, a não ser muito mais tarde. E note-se que São Lucas é o mais documentado, e, dos quatro, o mais bem «arquitectado»! A cronologia e a geografia, —que, segundo uma frase célebre, são as muletas da História,— apresentam-se também pouco explícitas; forçoso é, pois, completá-las. Menos ainda devemos esperar uma fidelidade literal, coisa com que nenhum escritor da Antiguidade se preocupou. Compare-se, nos quatro evangelistas, a legenda da tabuleta em que Pilatos fez marcar o título irrisório sob o qual quis que fosse executado Jesus: não há duas redacções iguais! «Este é Jesus, rei dos Judeus», diz São Mateus (XXVII, 37); «O rei dos Judeus», assevera São Marcos (XV, 26); «Este é o rei dos Judeus», segundo São Lucas (XXIII, 38), transforma-se em «Jesus de Nazaré, rei dos Judeus», no Evangelho de São João (XIX, 19). Indiscutìvelmente estas minúcias não têm importância; provam, porém, que nem a intenção dos autores nem as suas técnicas eram as dos historiadores de profissão.

Será isto um motivo para se desconfiar do *valor histórico* dos evangelhos? De nenhum modo. Os seus testemunhos, confrontados uns com outros, permitem-nos ir até muito perto da verdade histórica. Pelo próprio facto de procederem de tradições diversas, temos a certeza de que nos pontos em que eles se entrecruzam, as probabilidades de exactidão são muito grandes. Bastas vezes se tem formulado a hipótese de os textos haverem sido, com o tempo, modificados, interpolados; nunca se pôde fazer a demonstração de tais transformações; ora, uma obra tão largamente difundida, de que se possuem tantas cópias antigas, nunca poderia ser falsificada sem que o facto se denunciasse prontamente.

Tem-se, por vezes, oposto ao Evangelho um argumento que parece ponderoso: como as profecias do Antigo Testamento são ali citadas com frequência, tem-se sustentado que semelhantes referências não *comentavam* a narração, mas a tinham *sugerido*. O evangelista teria julgado como sucedido, aquilo que sabia estar anunciado. Este argumento é muito menos forte do que se julga. Se é exacto que o Antigo Testamento é muitas vezes invocado, por mera referência, não pode acreditar-se em sugestão, a não ser em poucos casos e sòmente quanto a por-

menores (1). «De nenhuma narração, de nenhum episódio da história evangélica — escreve Mgr. Batiffol — se pode dizer que seja a projecção mítica duma profecia. O argumento profético é feito duma pulverização de pequenos textos que só por sugestão do real puderam ser aproximados». Convém desconfiar de certa crítica que, sendo duma exigência extraordinária quando se trata de provar o valor histórico do Evangelho, força de bom grado os argumentos quando parecem desfavoráveis ao sagrado texto.

Não são apenas as observações sobre o aspecto exterior, que confirmam o valor histórico do Evangelho; é também a sua análise, o seu conhecimento interno. A quem lê os quatro livrinhos sem qualquer parcialidade, parece indubitável que a personagem de Jesus é viva, que «se aguenta em pé», como se diria em crítica literária, e que, até nas suas aparentes contradições, revela, patenteia a realidade dum ser de carne e sangue. E o próprio Alfred Loisy acrescenta: «Jesus vivo trata com homens vivos; o mundo que a gente vê agitar-se em torno dele, é um mundo real; as personagens que nesse mundo se desenham, têm o relevo da sua existência e do seu carácter individual, sente-se vida em toda a parte e, com ela, a verdade da representação histórica».

A autenticidade da figura de Jesus é tanto mais evidente quanto é certo que, tal como se encontra desenhada no Evangelho, se mostrava contrária ao que o meio judeu do tempo concebia. Os concidadãos de Jesus esperavam o Messias glorioso que viria restituir Israel ao seu poderio: pintar um Messias doloroso, agonizando no Jardim das Oliveiras, morrendo como um bandido, era ir contra uma tradição, à qual — como bem se vê em várias conjunturas — os próprios discípulos de Jesus estavam amarrados.

---

(1) Por exemplo, o relato da Paixão informa-nos de que ofereceram a Cristo «vinho misturado com mirra» (São Marcos) ou «vinho misturado com ervas amargas» (São Mateus). A diferença entre os dois resultaria da influência em São Mateus, do Salmo LXIX, em que o Justo perseguido diz: «Por alimento, deram-me ervas amargas, e quando tive sede, dessedentaram-me com vinagre». (Erva amarga diz-se em grego *kholé;* a Vulgata traduziu-o por *fel).*

Uma outra prova pode ainda ser invocada: o facto de as palavras de Jesus e os seus apólogos, e o modo especial do seu ensinamento, não serem imitáveis correctamente. Já observámos que nem os próprios Apóstolos conseguem igualá-los, e mostramos que estas «palavras de Cristo» nos foram, certamente, transmitidas sem erros. Certas fórmulas como: «Considerai o lírio dos campos...» ou «Dai a César», estão assinadas; não podem ter sido inventadas posteriormente. E, de resto, todas têm o mesmo tom, o mesmo estilo; possuem essa «espécie de brilho, ao mesmo tempo doce e terrível», de que fala Renan. O Jesus que se descortina através dos evangelhos é verdadeiramente uma unidade.

E o seu ensinamento também, o que não é menos importante. Tem-se muitas vezes garantido que o Cristianismo havia sido o resultado do trabalho paciente dos discípulos do Mestre, em particular de Paulo. Mas a Transfiguração, a Ressurreição, os milagres, aparecem já a partir dos mais remotos depoimentos. A dogmática da Encarnação e da Redenção não foi Paulo quem a inventou; lê-se nos quatro Evangelhos, e ela só explica esse grande fenómeno que ninguém pode pôr em dúvida: o aparecimento da Igreja, essa projecção na Sociedade, da fé dos primeiros Cristãos. Um Cristianismo sem Cristo é inconcebível; como facto histórico e como depoimento, a Igreja é ainda uma fiança.

O «quinto» Evangelho

Se há, de facto, uma parte de conjectura em toda a «Vida de Jesus» que tente adaptar-se aos nossos hábitos modernos, isto é, seguir com precisão uma cronologia, nem por isso a figura de Cristo deixa de poder ser evocada com probabilidades de certeza bastante superiores àquelas de que gosam numerosas personalidades históricas: não sòmente um Sócrates, um Buda, um Maomé, mas até um Alexandre ou um Clóvis. Podem-se ainda aumentar aquelas probabilidades, fazendo aquilo que um historiador consciente do seu ofício nunca deixa de fazer: estudar o ambiente geográfico e o meio social. Um e outro esclarecem, directa ou indirectamente, a figura de Jesus.

Evocar a terra da Palestina para que se compreenda melhor a Cristo, não será apenas ceder a um fácil gosto do pitoresco, como tantos pintores que, depois da moda ser lançada por Bida e por Tissot, «orientalizaram» à porfia, ao ilustrarem os Livros Santos? Embora fácil, tal pitoresco não é forçosamente inútil nem inoportuno. Tanto a piedade como a curiosidade histórica concordam em imaginar Jesus nas paisagens que lhe foram familiares: baptizado nas margens desse rio de águas amarelas, bordado de loendros e de tamarindos, que é o Jordão; doutrinando da sua barca as multidões na doçura de uma tarde da Galileia, enquanto o Hermão relectia a sua neve, no espelho de azul puro do lago de Genezaré; crucificado no rebordo dos fossos da cidade, a dois passos das muralhas de blocos gigantescos, em qualquer desses lugares de abandono e de detritos que se encontram às portas das cidades orientais. O ar que respirou, o sol tal como o viu, os saltos de temperatura que sofreu, e o doirado das cevadas e dos trigos precoces e o verde vivo dos sicômoros, e a prata refulgente das oliveiras — tudo isso e o resto, tudo o que cercou o seu ser físico com essa múltipla presença familiar que participa nas nossas mais secretas sensações, tudo isso merece ser conhecido e encontrar o seu lugar numa pintura que se pretende seja verdadeira.

Quantos pormenores concretos do Evangelho — que está cheio de pormenores concretos — não dizem nada aos nossos costumes de Ocidentais e reclamam ser esclarecidos! O que era o *aneth* de que Jesus censurava aos Fariseus o pagamento do dízimo, quando eles desdenhavam de muito maiores obrigações? Nada mais do que o funcho, planta conhecida de todos que viajam no Oriente, não o funcho bulboso chamado de Florença que se gasta na Itália para guarnecer pratos de carne, mas o funcho amargo, oficinal, que se utilizava para tisanas diuréticas e cujo valor era muito reduzido. E quando Maria Madalena derrama sobre os pés de Jesus todo um enorme frasco de nardo, não será útil saber que este precioso licor nada mais é do que o suco dos suaves tapetes acastanhados que se encontram no côncavo das rochas da Palestina, mas dos quais será preciso esmagar quantidade superior a duzentas libras de peso, para se obter um só litro de perfume?

Notas deste género fazem mais do que dar a uma «vida

de Jesus», alguma «cor local», ou antes, essa mesma cor local confirma a autenticidade dos seus discursos. Quando, por exemplo, Cristo indica como sinal: «Havereis de ver um homem, transportando água» (*Marcos*, XIV, 13), isso nada nos diz, a nós, Ocidentais; mas um tal pormenor prova a verdade judaica da anedota, pois na Palestina era (e ainda é) tarefa de mulher transportar os cântaros da água. A palavra de Jesus era cheia de imagens; tirava, pois, da experiência quotidiana daqueles que o ouviam, observações recolhidas da realidade concreta. Do mesmo modo que Paulo, pregando aos Gregos de Corinto, faz uma comparação com as corridas do Estádio (I Cor., IX, 24, 25), assim Jesus, visìvelmente, se dirige a um pequeno mundo de cultivadores e pescadores, e fala-lhes das searas e das vinhas, dos barcos e das redes, das ovelhas e dos corvos, dos lobos e das raposas. Através de todo o Evangelho, adivinha-se tão bem este cenário, que poderia reconstituir-se toda a flora da Palestina apenas com estes quatro livrinhos: o trigo, a cevada, o acanto, a figueira, os vinhedos... Tudo ali se encontra, dádiva duma verdade irrecusável.

A geografia do país também não se deixa mostrar menos bem, através dos versículos evangélicos (1). Para que Cristo tenha podido andar nela tanto, dum lado para o outro, é necessário que a terra não seja muito vasta. O viajante que chega à Palestina, acostumado, em espírito, a engrandecer tudo o que diz respeito a Jesus, espanta-se tanto da brevidade das distâncias como da insignificância das cidades. Cafarnaum e Nazaré não estão mais afastadas entre si do que de um dia de viagem; de Jericó a Jerusalém não vão trinta quilómetros. Um automóvel razoável atravessa a Palestina, de norte a sul, num dia escasso; o avião sobrevoa-a, de oriente a ocidente, num quarto de hora. Apenas do tamanho da nossa Bretanha, tal é esse mínimo cantão do mundo que, apesar de tudo, a glória dos continentes não ofusca.

Não menos se pode distinguir o seu relevo nos testemunhos evangélicos. Sem cessar, é preciso subir ou descer; a planície

---

(1) Para um estudo mais minucioso da geografia da Palestina, ver DR: PB, *A Lei e a Terra*.

é rara, não se estende senão à beira-mar, aliás sumptuosa, mas fora do verdadeiro centro da Terra Santa. O pais de Cristo é a zona das colinas, misturadas, complicadas, enrugando-se em ondas amarelas e castanhas, abaixando-se de súbito em patamares abruptos para o profundo fosso em que, rio de paradoxo, o Jordão mergulha, abaixo do nível do Mediterrâneo, até às águas metálicas do Mar Morto.

E o clima, como ele imprime a sua marca nas narrativas evangélicas! Se a chuva não fosse tão rara na Palestina, se a água não fosse ali um génerо de valor inestimável, acaso teríamos tido as sublimes metáforas da água viva, e a anedota empolgante da mulher da Samaria a quem Jesus pediu de beber? E' se as ventanias não atingissem lá a terrível violência que ainda se lhes vê, ler-se-iam essas passagens de São Lucas e de São Mateus, em que a alma fiel é comparada à casa construída em cima do rochedo, contra a qual os ventos sopram, sem que, entretanto, ela se desmorone?

Há inúmeros pormenores do Evangelho que só um estudo geográfico pode fazer compreender. Nesse passo ao qual se acaba de aludir (*Mat.* VII, 27), lê-se este versículo: «A chuva caiu, as torrentes vieram e os ventos sopraram...» o que não tem qualquer sentido em nossos países húmidos, onde os cursos de água, se engrossam no tempo das chuvas, não dependem dos aguaceiros; mas, na Palestina, isso é perfeitamente compreensível, porque os aguaceiros dão, na verdade, origem a torrentes, em lugares onde não havia senão leitos de calhaus, e os ventos acompanham sempre as chuvas. Quer-se outro exemplo, de uma precisão que, sem pretender *explicar* os milagres das pescas milagrosas, as repõe no seu quadro natural? Na baía do lago de Genezaré, que se cava entre Aïn-Tabgah e Magdala, verifica-se, ainda hoje, abundância de peixes; ela é devida ao encontro das águas frias que o Jordão transporta com as neves derretidas do Hermão, e das águas quentes que vomita, por diversas bocas, a corrente de Cafarnaum; igualmente, na Terra Nova, é o contraste de duas águas a diversas temperaturas, que atrai os bancos de peixes.

Dir-se-ia até que, no Evangelho uma espécie de simbolismo está ligado à localização geográfica das cenas da vida de Jesus. Tudo o que se passa na Galileia está marcado com o

selo da caridade e mansidão: o sermão da montanha, o apelo aos apóstolos, o gentil milagre de Caná, tudo isso está colocado no lugar dessa ridente Galileia, verde e branca, marchetada de casais, onde Jesus passou a sua feliz infância e conheceu a doçura de ser amado e compreendido. Pelo contrário, as sagradas violências, as duras apóstrofes e o horror da Paixão: toda essa outra face do díptico evangélico, reflecte a selvajaria da áspera Judeia, de rochedos escalvados e firmamento em fogo, que parece obstinar-se, cheia de orgulho, na fidelidade à Lei, sem qualquer espécie de ternura. Onze dos Apóstolos serão Galileus; da Judeia, verosìmilmente, é o duodécimo apenas—Judas.

Uma pergunta resta ainda fazer: tal como nós a estudamos, a geografia da Palestina dar-nos-á uma ideia exacta do que seria o país no tempo de Jesus? Dum modo geral, com certeza que sim; a cor geral, o desenho do relevo, a feição do clima, e até, sem dúvida nenhuma, o aspecto do habitat na paisagem, não devem ter mudado muito. É preciso, contudo, ter em conta que umas certas plantas que são hoje habituais (e que muitos pintores representam para dar a «cor local») foram introduzidas na Terra Santa muito depois de Cristo: a figueira da Barbaria, o agave, o próprio milho, que é a alimentação usual dos actuais habitantes da Palestina. Mas, por outro lado, parece certo que a vegetação era, há dois mil anos, mais rica e verde do que hoje, arruinada como ficou pela incúria dos Turcos, pelo excessivo corte das árvores, pela destruição da terra vegetal. Só a planície de Esdrélon e as cercanias de Cafarnaum recordam o que eram nos dias evangélicos. Feitas estas reservas, não há dúvida que a Palestina de hoje nos mostra o que foi a de ontem, e sem irmos ao ponto de dizer com Renan, nesse ponto esplêndido discípulo de Taine, que a Terra Santa é um «quinto Evangelho», importa saber fixar o testemunho que, por ela, nos é dado.

O quadro humano

Mas, tanto como o quadro geográfico, interessa-nos o quadro humano em que Jesus viveu. Desde o instante em que a sua existência se situa na História, num certo tempo, e num

dado lugar, deverá fixar-se tudo o que permita conhecer melhor os homens e as instituições de que ele foi contemporâneo. É muitas vezes por não se colocar a mensagem de Cristo no seu ambiente próprio que se chega às piores confusões; aqueles, por exemplo, que falam do «comunismo evangélico», misturam, a seu bel-prazer, noções que associadas, uma e outra, a hábitos de vida e pensamento perfeitamente definidos, só arbitràriamente se podem aproximar.

Para esse conhecimento do quadro humano servirão todos os testemunhos que a História costuma utilizar. Sendo a Judeia da época de Cristo um cantão do Império romano, deverão invocar-se todos os escritores latinos, historiadores ou não, que nos permitam conhecer a sociedade romana e o Estado romano. Virgílio, que morreu em 19 antes da nossa era, parece muito distante das preocupações do historiador de Cristo: poder-se-á, entretanto, ignorar o problema da IV Écloga? E para avaliar a profunda espectativa espiritual a que o Evangelho virá dar satisfação, nem as *Metamorfoses* de Ovídio, nem as *Astronómicas* de Manílio, nem o Séneca da *Consolação a Márcia*, todas três, obras sensìvelmente contemporâneas de Cristo, serão de desprezar. Do mesmo modo, se — conforme vimos — o filósofo judaico-grego de Alexandria, Fílon, não fala de Jesus, não deixará de ter interesse ler, da sua pena, este juízo de Pilatos: «Cruel por natureza, não recuando diante de nada, fazendo reinar por toda a parte o orgulho e a arrogância, ao mesmo tempo que a corrupção».

Os testemunhos escritos não são os únicos que podem invocar-se. As descobertas arqueológicas têm muitas vezes confirmado de um modo surpreendente, ou esclarecido à maravilha, os textos evangélicos. Os comentários que provocou essa «piscina das cinco galerias», de que fala São João (v, 2), onde Jesus curou um paralítico! Por não se poder compreender como podia uma piscina ser pentagonal, procuraram-se explicações simbólicas — até ao dia em que as escavações mostraram tratar-se duma piscina rectangular flanqueada por galerias nos quatro lados, mas que um quinto pórtico atravessa pelo meio, dividindo-a em duas bacias. Do mesmo modo, a recente descoberta, sob os alicerces do convento de Nossa Senhora de Sion, das próprias lajes do *Litrostoto* (João XIX, 13), esse tribunal ao ar livre

aonde Pilatos fez conduzir Jesus, localizou, com perfeita exactidão, a cena do Julgamento: pôde mesmo encontrar-se, gravado na pedra, o desenho duma espécie de jogo do Ganso, o «Jogo do Rei», que bem pode ter dado aos soldados a ideia cruel da coroação com espinhos.

É evidente que, mais ainda que as instituições romanas e os monumentos, nos interessam os usos e costumes dessa sociedade judaica em que Jesus cresceu, viveu e ensinou. A existência humana de Cristo é absolutamente inseparável desse judaismo palestínico cujo remate ele é, num determinado sentido; e não constitui o facto menos admirável, vê-lo, embora preso a esse meio por tantas raízes, ultrapassar-lhe as perspectivas, e situar-se, desde início, num universalismo irradiante.

Essa sociedade palestiniana da época de Cristo é-nos principalmente conhecida através dos últimos livros do Antigo Testamento e pelas obras da tradição rabínica, os *Talmudes.* Sabe-se que se designam por este nome certos conjuntos deveras heteróclitos de textos, sentenças, histórias, comentários. Antes do fim do século II da nossa era, Rabis eminentes como Aqiba, Meïr e, sobretudo, Judas o Santo ou o Príncipe, quiseram fixar pela escrita o que ensinaram mestres anteriores. Assim se organizou a *Michna* ou repetição. Uma nova colecção foi chamada o complemento: *Tosephta.* Depois, sob o pretexto de «conclusão», reuniu-se, tumultuàriamente, na *Gemara,* um pouco à sorte: soluções propostas pelos Rabis sobre pontos duvidosos, contos, apólogos e muitas outras coisas. (Mais tarde ainda, desde o século V até ao X, deviam acrescentar-se histórias exemplares, os *Midraschim).* É a reunião da *Michna* e *Gemara* que constitui o *Talmude,* mas como a *Gemara* foi elaborada simultâneamente nas duas comunidades judaicas — de Jerusalém (século V) e de Babilónia (século VII), — distinguem-se, por isso, dois *Talmudes* que se designam pelos nomes dessas duas cidades. O de Babilónia forma, ele só, onze enormes volumes.

Os *Talmudes* são incontestàvelmente preciosos documentos sobre a vida judaica, e, dada a segurança da tradição oral, como já observámos, pode ter-se por certo que a *Michna* reflecte fielmente o estado dos espíritos no limiar da era cristã. A única reserva a fazer quando se procuram estabelecer relações entre a tradição rabínica e os ensinamentos de Jesus, diz

respeito à data: uma influência cristã não confessada pode ter sido exercida sobre Rabis posteriores ao seu apostolado.

Certo que não é aos *Talmudes* que deveremos ir buscar informações históricas acerca de Jesus. Tudo o que os Rabis dele deixam perceber é hostil, malévolo, insultante. Tão depressa o designam pelo nome de Balaam, filho de Behor, «o falso profeta que fez Israel cair no erro», como pelo seu verdadeiro nome de Jesus de Nazaré, mas acompanhado por um qualificativo infamante — o mentiroso, o impostor, o bastardo. Todas estas fábulas se organizaram na própria tradição rabínica, numa espécie de pseudo-biografia blasfematória que circulará nos meios judaicos a partir dos séculos VIII ou IX, a *Toledoth Jeshua* — geração de Jesus — que o imperador germânico Frederico II de Hohenstaufen, o estranho cruzado excomungado, do século XIII, terá na sua biblioteca, que Voltaire, como bem se compreende, tomará ao pé da letra, e que tem ainda curso nos *ghettos* da Europa oriental. Jesus é nela o filho adulterino da perfumista Maria e dum soldado romano, Pandera ou Pantera. Levado por seu padrasto para o Egipto, aí aprende a magia e, graças às suas práticas, seduz Israel. Detido como amotinador e feiticeiro, é remetido ao Sinédrio e permanece quarenta dias amarrado ao poste, antes de ser lapidado e enforcado no dia de Páscoa. Esclarecem que nos infernos o seu suplício é o da imundície a ferver. Esta fábula repugnante está tão cheia de idiotices que é inútil combatê-la: o padrasto de Jesus é chamado Josué ben Parahia, sendo certo que a personagem deste nome morreu 78 anos antes da era cristã; a alusão à Maria «perfumista» deriva duma confusão com Maria de Magdala, porque Magdala pode significar «cabeleireiro»; o nome de Pantera é, sem dúvida, o resultado de má leitura do grego, de «Parthenou» (Virgem), porque os cristãos diziam Jesus «filho da Virgem». Deixam-se de lado outras da mesma força.

Mas o que os *Talmudes* permitem apreender é a realidade concreta do mundo em que actuou Jesus. Tanto sobre os métodos de ensino dos Rabis, dos quais Cristo se aproxima de uma certa maneira, mas se afasta por outro lado, como sobre a técnica por eles empregada na transmissão oral, exactamente análoga à dos primeiros Cristãos, é por aquelas compilações abstrusas que se pode saber o essencial.

Da mesma forma, conhecemos bem a sociedade judaica, graças a eles. Especialmente esses Fariseus que, nos Evangelhos, aparecem quase todos como irredutíveis adversários de Jesus, de novo os encontramos no *Talmude*, tais como poderíamos esperá-los. Não é a própria tradição rabínica que fala dos «Fariseus pintados», isto é, hipócritas, abeatados em observâncias puramente exteriores, esses mesmos a quem Jesus chama «sepulcros embranquecidos»? Não é ainda o *Talmude* que, a propósito dessas observâncias rituais, nos permite verificar até que ponto eram justificados os sarcasmos de Jesus? Exemplos: não era permitido comer, no dia de sábado, um ovo cuja maior parte tivesse saído da galinha antes do aparecimento da segunda estrela; e, nesse dia consagrado, esmagar um piolho era tão grave como matar um camelo! (Todavia, o R. Abba Saül consentia que o entalassem, e R. Zamuel, mais condescendente, que lhe cortassem as patas!) E igualmente, a respeito dos Saduceus, esse partido aristocrático e altivo que guardava todos os acessos ao Templo, não é ainda o *Talmude* que nos dá esta definição: «São grandes sacerdotes, os filhos são tesoureiros, os genros inspectores do Templo; quanto aos lacaios, desancam o povo à cacetada»? E basta ver, nesses textos rabínicos, em que total desprezo são tidas as pessoas da classe baixa, os «rústicos», os *am-ha-rez*, os que não possuem o inapreciável privilégio de conhecer a Lei, para se compreender por que razão o Evangelho, lançado para as fileiras daqueles humilhados, germinará depressa, em searas sem fim.

Para pintar Cristo...

Tendo assim passado em revista os documentos de que dispõe, o audacioso que tenha a pretensão, depois de tantos outros, de escrever uma «Vida de Jesus», sente-se peado pelo escrúpulo e pela pior desconfiança de si mesmo. Fixar o quadro histórico, tentar até mesmo reconstituir, tão honestamente quanto possível, o que sabemos do procedimento e palavras do Mestre, não seria, decididamente, uma tarefa ilusória para quem se sentisse impelido apenas pela curiosidade do historiador? As «Vidas de Jesus» que se apresentam como neutras,

mesmo quando sensatamente deduzidas, como a de Guignebert, dão uma indefinível impressão de poeirento e inacabado. Escrevendo a sua, fora da obediência cristã, Renan não pôde escapar à sedução da personalidade irradiante e deixa transparecer ternura. Quantos, recusando um tal amor, se desentranham em dissimulado rancor, numa violência mal contida; Couchoud assegura que Jesus não é senão um mito, mas, que violência no seu tom! (1)

É absolutamente impossível escrever a história de Jesus no mesmo estado de espírito com que se fala da de César ou da de Napoleão. Se já, de si, todo o biógrafo tem a tentação de tomar partido no afecto ou na severidade, a opção é ainda mais fatal quando se trata de Aquele cuja palavra e cujo exemplo põem em causa todos os temas aos quais se liga o destino do homem. «Aproximo-me do Evangelho, como da carne de Cristo», dizia um mártir da Igreja primitiva, Santo Inácio de Antioquia. E David Strauss, historiador incrédulo, declarou excelentemente que seria preciso considerar como «atacado de estupidez» quem quer que pretendesse escrever a respeito de Jesus, com o mesmo «desinteresse científico» que usaria para com qualquer outra remota personagem.

Quando se quer pintar esta figura única, é preciso termos presente toda a imensa tradição que emanou de Jesus e se encarna na Igreja. Tal tradição, conforme vimos, é uma garantia do conhecimento que possuimos dele; porquanto se ela é considerada como tendo valor até ao momento em que, por escrito, se exprimiu no Evangelho, porque deixaria de o ser a partir dessa ocasião? Dos outeiros da Palestina à cadeira de S. Pedro, a linha estabeleceu-se sem solução de continuidade. Se é empresa insustentável pretender estudar um cristianismo «fenómeno social» de que fosse expulso Cristo, é quase, de igual modo, temerária, a de tentar compreender Jesus, fora das perspectivas em que se colocam aqueles para quem ele é o que na vida há de essencial.

---

(1) Ver, no fim desta obra, a nota «Jesus e a crítica».

Mas o testemunho da Igreja, mais ainda do que no seu ensino doutrinal, apoia-se na experiência, renovada sem cessar, das almas que participam, por tudo quanto em si têm de mais íntimo, na própria existência de Cristo. Há um conhecimento de Jesus que não pertence, para falar com propriedade, senão aos Santos, aos místicos, às almas privilegiadas que conseguiram uma espécie de identificação do próprio ser com o do Messias, e que puseram os seus actos, os seus pensamentos, numa tal conformidade com os do Mestre, que acabaram por descobrir instintivamente porquê e para quê Jesus pensava e procedia. A maior parte destas permanentes testemunhas nunca escreveram biografias de Cristo, mas basta, muitas vezes, qualquer palavra sua — uma palavra de São Bernardo, de São Francisco de Assis, de São João da Cruz — para iluminar com luz resplandecente as páginas mais secretas do Evangelho.

Os santos, no entanto, não são os únicos seres que, em si, obscuramente, ao menos, e como que furtivamente, podem surpreender um tal segredo. Se, conforme há pouco observámos, a nossa civilização está amassada em cristianismo, se tudo quanto é dela, as instituições e os costumes, a arte e o pensamento, tudo, até as suas tradições, se situa na luz do Evangelho, e se nada, fora dela, poderá ser plenamente compreendido, desde o momento que pertencemos a este mundo ocidental que traz no coração o signo da Cruz, sempre haverá em nós qualquer coisa que permita aproximarmo-nos de Cristo. «O Cristianismo, dizia Miguel de Unamuno, é um valor universal do espírito que tem raízes no mais íntimo da individualidade humana». E é em tal sentido que é preciso compreender a frase magnífica de Santo Agostinho: «Se eu me conhecesse, conhecer-te-ia a ti» (*Solil.* II, 1). *Noverim me noverim te.*

Não se trata de defender aqui a causa dum subjectivismo que só prejudicou enormemente inúmeras *Vidas de N. S. Jesus Cristo*, onde as boas intenções ocupam maior lugar que os documentos. Quanto mais alto é o assunto, mais rigor se deve exigir para o método, e sabe-se até que ponto a fé pode associar-se às exigências do conhecimento, quando se lêem os grandes trabalhos do P. Léonce de Grandmaison, do P. Lagrange, do P. Huby, do P. Prat, de Mgr. Ricciotti. Trata-se, porém, expressamente — para um historiador que não esquece que é romancista

— de reivindicar o direito de iluminar tudo o que, no Evangelho, tem relação com o eterno conflito do homem em luta contra a sua condição de pecador e de mortal, pelo pouco de luz que pôde conquistar, queimando nela os dedos.

A verdade mais profunda sobre Cristo não é da ordem da história. O verdadeiro Jesus é o «Deus emboscado» em cada um de nós, de que Mauriac nos falou. Não é, de modo algum, pela análise, pela crítica, ou pelo método sociológico que se chega à realidade total do «Filho do homem», mas sim, ao contrário, por via desse poder misterioso que só é potencial de sentimento quando se exprime em linguagem humana, mas que, em si é faculdade de conhecimento — e que, até mais do que uma faculdade, é o próprio Conhecimento — ou seja esse poder de adesão que Pascal designou por uma palavra inolvidável — «coração».

Aqui começa, então, a angústia. Porque, se o verdadeiro Cristo é o Cristo interior de cada um de nós, o Deus de quem fugimos ou de quem nos aproximamos, conforme as horas, — de que receio não se sentirá possuído aquele que, sendo indigno, se atreve a descrevê-lo? «Quem quiser pintar Cristo deverá viver em Cristo», dizia o bem-aventurado Fra Angélico. — Pobre de nós!

CAPITULO PRIMEIRO

A VOZ QUE CLAMA NO DESERTO

Bèthabara

A pequena distância da sua embocadura no mar Morto [1], o Jordão oferece, às caravanas que descem do Moab, um fácil vau, conhecido desde os tempos antigos. Bèthabara, «a casa da passagem», simples lugarejo na orla do deserto, conserva a lembrança de quantos viajantes, desde há milhares de anos, têm transposto as águas ténues, por cima destas lages escorregadias. Sem dúvida que Josué atravessou neste lugar a fronteira que Yahweh lhe mandou atacar. Mil e duzentos anos mais tarde, igualmente enviado por Deus, encontrava-se ali um homem, a falar duma outra conquista. Aproximavam-se os dias em que a promessa divina não diria respeito já a uma região a invadir pela força das armas, mas a toda a terra interior, onde o amor haveria de reinar.

O rio dá uma impressão de força. A água rápida, escavando a argila, abriu um desfiladeiro que corta a superfície endurecida do planalto. A corrente limosa borbulha, com um cicio de seda; e, semelhantemente aos túneis silvestres que, na África, acompanham os grandes rios tropicais, uma vegetação espessa de amieiros, mimosas e tamarindos, um brejo de canas gigantescas e de fetos, desafiam com a sua verdura o deserto amarelo e pardacento.

Único lugar do mundo que existe a trezentos e cinquenta metros abaixo do nível do mar, esse vale do Baixo-Jordão deixa

---

(1) Todos os nomes geográficos que são aqui citados, figuram no mapa que se encontra no final deste volume.

adivinhar a singularidade da sua situação, por um indefinível torpor, uma inquietação de natureza mineral. Tudo ali parece concentrar-se em si mesmo e preparar-se para solitárias meditações. Vista do abrupto rebordo das encostas, a paisagem é duma grande majestade. O círculo das colinas avermelhadas não é tão vasto que não se tenha ali a sensação de se estar numa espécie de golfo, nessa fenda geológica, a qual, muito para além da Palestina, desde o Tauro até à África central, rachou o planeta como se este fosse um fruto. Para o norte, o Hermon, coberto de neve, ergue a sua cabeça, que os Árabes de hoje chamam «o velho dos dias», e o vale fica tão fechado por esta massa enorme, que a terra inteira parece ter por limites estas vertentes duras, estas florestas, esta brancura, e aconchegar-se toda aos pés desse elevado cimo onde o Eterno gostava de morar. Para o sul, ao longo das escarpas violáceas do Moab, o mar Morto, imóvel, reluz incansàvelmente, umas vezes cor de safira, outras cor de estanho, e a sua beleza tem qualquer coisa de maléfico. O Sol mordente jamais consegue dissipar por completo a bruma que flutua ao rez das águas viscosas, e lá longe, no vale, corre muitas vezes um odor de enxofre e de betume que faz pensar em Sodoma e em Gomorra — um odor de desespero e de pecado.

No Verão, um tal lugar repele o homem. O ar caustica inexoràvelmente. Quarenta e cinco graus são moeda corrente na região. Mas, no Inverno, o vento norte desce com o rio; à tarde, cai, deixando aproximar-se a paz das noites. Esse inóspito recanto torna-se paradisíaco; durante cerca de dois meses, ele esquece o fogo do sol. E, todavia, ainda então, esse Paraíso continua triste; um mal-estar cheio de angústia, persiste ali. Por isso é que nenhuma cidade se formou no fundo do vale; a meio-flanco da encosta, Jericó, a orgulhosa, ergue os brancos frontões, e as suas palmeiras dos oásis; Jerusalém fica lá em cima, empoleirada nas montanhas, a meio dia de jornada, para quem viaja a pé.

Sem constituir verdadeiramente uma barreira — não é certo que a terra das Doze Tribos de Israel se estendia pelas duas margens? — o Jordão não pode ser atravessado na sua parte baixa, senão em quatro ou cinco vaus determinados. Algumas construções, albergues bem medíocres, abrigos de jor-

nada, marcam-lhes a situação, sendo os únicos vestígios de habitação humana, em zona tão hostil. O mesmo acontecia em Bèthabara [1]. Um vau ou uma ponte são lugares de reunião; junta-se aí o povo, e aí se comunica as novidades. É um bom lugar para quem deseja arranjar discípulos. Entre as brenhas espinhosas, abria-se uma clareira, à beira-rio, onde o Inverno suave permitia que nascesse um pouco de relva. Parava-se, portanto, ali a conversar durante algumas horas; depois, tornava-se a partir, em caravanas, umas que subiam caminho de Sião, outras que se dirigiam para a Pérsia e para o deserto.

Mas, naquele tempo, muitos ficavam ali. De todos esses povos que vinham a tal lugar para transpor o rio — Hebreus de boa raça, Árabes da Transjordânia, Babilónios que traziam uma anilha no nariz, Abissínios acobreados e negros Sudaneses — alguns homens se separavam, e não voltavam a partir com os demais. Um primeiro núcleo se formou assim, — um grupo de devotos como fàcilmente se organiza em países do Oriente, em volta dos inspirados da palavra.

Bem depressa o auditório tinha aumentado, e o pretexto do vau já não bastava, só por si, para explicar aquela reunião de multidões. Havia semanas que uma palavra percorria toda a Palestina; «a asa da ave», a voz pública, transportava-a, e tal palavra era suficiente para arrancar às suas casas e aos seus trabalhos, todos aqueles que ainda se lembravam das antigas fidelidades. «Um profeta!» Havia quinhentos anos que não se ouvira mais essa palavra, que significara outrora tantas coisas para Israel; havia quinhentos anos, que Zacarias tinha, em oito visões monumentais, erguido contra os grandes impérios condenados à ruína fatal, a glória futura das Tribos. Repetiam-se em Sion os queixumes do Salmista: «Onde estão, Senhor, as vossas antigas misericórdias? onde estão os juramentos que prestastes a David? Lembrai-vos do opróbrio dos vossos servidores, perante as nações! Essas longas demoras, os nossos ini-

---

(1) O Evangelho de São João diz «Betânia», no seu texto actual. Mas diversos manuscritos gregos registam Bèthabara. Por isso, estabeleceu-se o costume de empregar de preferência esta segunda palavra, para evitar confusão com a aldeia de Betânia, junto a Jerusalém, onde Jesus dará, de novo, vida a Lázaro.

migos no-las atiram ao rosto!» (*S.*, LXXXIX, 50). «Já não vemos os nossos estandartes! Já não existem profetas, e ninguém, de entre nós, sabe até quando!» (*S.*, LXXIV, 9).

Já não há profetas! Deus estaria, então, calado? Por vezes, tinham-se visto desses indivíduos sem mandato que se haviam declarado posuídos da inspiração — contudo, falsos profetas, impostores, que iludiram o povo, lisonjeiros miseráveis, em vez de justiceiros. Tinham-se visto até tantos desses, que uma alusão se lhes fez na Escritura: «Vestir o manto grosseiro dos profetas, para mentir mais à vontade!» (*Zac.*, XII, 3, 4). Quando um filho se declarava possuído do espírito divino, era amaldiçoado pelo pai.

E, no entanto, subsistia uma última probabilidade. O derradeiro de todos os profetas, Malaquias, — aquele cujo texto terminava o Livro Santo, — não havia ele declarado, em nome do Senhor: «Vou mandar o meu mensageiro, o qual preparará o caminho diante de mim. Então surgirá no seu templo o Senhor da Vossa Súplica, o Anjo tanto tempo desejado. Ele acorre, ele vem, declara Yahweh, deus forte... Eis que chega o seu dia, ardente como uma fornalha. Orgulhosos e maus, serão como o colmo, o dia que desponta devorá-los-á com o seu fogo...» (*Malaquias*, III e IV)?

A inquietação motivada pelo silêncio dos céus, não fazia, portanto, morrer de todo a esperança. Não era mais que uma espectativa, cheia, porém, de quantos tormentos! Quando correu o boato de que um profeta verdadeiro ensinava junto às margens do rio ancestral, Israel inteiro estremeceu. Aquele Inverno era época de grandes lidas, dado que se tornava indispensável redobrar de esforços, após um ano sabático em que todo o labor tinha sido proíbido pela Lei. Não importa. Numerosos foram aqueles que partiram, abandonando tudo. «Jerusalém e todo o país da Judeia, bem como toda aquela região que o Jordão banha...» (*Mateus*, III, 5). Aos viandantes de passagem que, retidos pelo apelo misterioso, abandonavam a pista branca de sal a que o interesse os atraía, juntaram-se outros, muitos outros, que drenavam, para o mesmo lugar, a esperança do dia de Deus. E a todos, pela sua palavra apenas, um homem povoava as almas, dum anseio supremo.

Um profeta

Esse homem chamava-se João — Yahohanan, nome assaz vulgarizado na Judeia de então e que significava: «Yahweh foi favorável». Davam-lhe o sobrenome de «Baptista», por causa do rito de que ele se fazia protagonista, e semelhante alcunha quadrava tão exactamente à sua pessoa que se tornara como que o seu nome verdadeiro.

Favorável, Yahweh tinha-o sido muito especialmente, pois que o nascimento de João constituíra um desses raros avisos pelos quais o Eterno fez, em todos os tempos, conhecer os seus; o mesmo aviso que Abraão recebeu quando Sara, embora nonagenária, lhe deu um filho, Isaac; e o mesmo ainda, dado por ocasião da vinda ao mundo de Sansão, o indomável. Os pais dele, Isabel e Zacarias, envelheciam na tristeza e no opróbrio que atingiam, na terra de Israel, os lares sem filhos, quando a graça de Deus desceu sobre eles.

Pertenciam ambos à classe sacerdotal, e haviam nascido na tribo de Levi. Os sacerdotes descendentes de Aarão estavam divididos em vinte e quatro classes, cada uma das quais compreendiam de duzentos a trezentos membros. Cada uma das classes devia, em regime de turnos e durante uma semana, desde um sábado a outro, fazer o serviço do Templo, oferecer o incenso, imolar as vítimas, tratar das lâmpadas, renovar o pão da proposição, numa palavra — executar os deveres sagrados que o *Levítico* impõe, no seu capítulo vigésimo quarto. Zacarias pertencia à classe de Abia, que era a Oitava.

Ora, uma vez que chegara a época em que os sacerdotes da classe oitava deviam assegurar o serviço do Templo, a sorte, à qual recorriam sempre, para tais indicações — na verdade, o que era a sorte, senão «a mão de Deus»? — atribuiu a Zacarias a oferenda do incenso. Duas vezes por dia, sobre o altar dos Perfumes, na solidão do Santuário, oculto por um véu, à multidão fiel que rezava no átrio do templo. ele devia fazer subir para a Presença inefável a piedosa fumarada que a sua oração acompanhava.

Enquanto assim procedia, segundo o rito, um anjo apareceu sùbitamente junto a si, colocando-se de pé, à direita do altar. Zacarias, ao vê-lo, sentiu-se perturbado e cheio de temor.

Mas o anjo falou-lhe: «Nada receies, Zacarias, pois que a tua oração foi escutada. A tua mulher, Isabel, dar-te-á um filho, ao qual porás o nome de João. Ele será, para ti, motivo de alegria e regozijo, porquanto será grande no Senhor» *(Luc.*, I, 12, 15).

Em seguida, o anjo tinha sido mais claro. Aquele menino consagrado a Deus, deveria obedecer a votos semelhantes aos votos dos «nazirs» (1), não beber vinho nem outra bebida embriagante. Impregnado do Espírito Santo, desde o ventre da mãe, ele iria «com o poder de Elias, preparar para o Senhor, um povo de perfeitos». Para um Judeu, inteiramente formado no conhecimento das Escrituras, os próprios termos de que o Anjo se servira tinham um sentido ainda mais prodigioso. «Ele converterá os corações dos pais aos filhos...» Zacarias reconheceu, com certeza, tais palavras, essas mesmas palavras pelas quais o profeta Malaquias (III e IV) anuncia o arauto do Messias, o novo Elias, cuja vida precederá «o grande e terrível dia do Eterno».

Perturbadíssimo, hesitando em crer em semelhante felicidade, Zacarias pediu qualquer sinal: «Como poderei certificar-me de que isso é verdade? — Porque eu sou velho e minha mulher está avançada em anos». O desconhecido respondeu-lhe: «Sou Gabriel, o arcanjo, e assisto diante de Deus. Fui enviado para te anunciar esta boa nova. O sinal, tê-lo-ás: ficarás mudo em razão da tua dúvida, até ao dia em que estas coisas aconteçam». Abraão *(Génesis*, XV, 8), e igualmente Gedeão *(Juízes*, VI, 36), e Ezequias (II, *Reis*, XX, 8), tinham pedido sinais ao Todo-Poderoso, sem que, por isso, houvessem sido castigados. Convinha, sem dúvida, que se rodeasse dum silêncio completo o mistério que se estava preparando.

Regressado, pois, à aldeia — que a tradição identifica com Ain-Karim, a sete quilómetros a sudoeste de Jerusalém — Zacarias, mudo, esperou. Pouco tempo depois, a mulher ficou pejada; durante cinco meses, conservou-se escondida, mas depois, quando

(1) Cfr. adiante o cap. II, parágrafo *A infância em Nazaré;* e DR : PB, *A vida interior da comunidade.*

as aparências revelaram suficientemente a graça que tinha recebido, mostrou-se em público, louvando a Deus.

Por fim, completaram-se os dias necessários para o parto, e deu à luz um filho. Vizinhos e parentes, sabendo de que divina misericórdia essa criança era penhor, regozijavam-se com ela. Ao oitavo dia, vieram para o circuncidar e dar-lhe um nome. Seria Zacarias, como o pai? — Não, disse a mãe, chamar-se-á João. — Não há, porém, na vossa família, qualquer pessoa com esse nome, objectaram. A um canto, o pai, o surdo-mudo, parecia ter alguma coisa que dizer. Trouxeram-lhe uma tabuinha, e ele escreveu: «João é o seu nome». No mesmo instante, a boca abriu-se-lhe, e a língua desprendeu-se-lhe. Inspirado pelo Espírito Santo, profetizou: «Bendito seja o Senhor, Deus de Israel, pois que visitou o seu povo e o redimiu! E porque inspirou uma força de salvação, conforme, pela voz dos santos, prometera, desde os séculos remotos. E tu, pequenino, serás chamado Profeta do Altíssimo, porque caminharás diante da face de Deus e prepararás os seus caminhos. Ensinarás ao povo que a salvação reside na remissão dos pecados. Iluminarás os que se encontram nas trevas, os que vivem à sombra da morte!» (*Luc.*, I, 57, 80).

O homem à volta do qual se juntavam multidões, no vau de Bèthabara, tinha sido esse menino predestinado. Contava ele, então, apenas trinta anos. Retirado para o deserto desde a adolescência, como por vezes faziam alguns eremitas em Israel, acabara, alguns meses antes, por quebrar o silêncio, começando a ensinar a palavra de Deus. Depressa o seu ministério conquistara auditórios — tão grande desejo tinha o povo judaico de tornar a escutar palavras esquecidas!

Podemos fazer uma ideia bastante exacta deste mensageiro da justiça divina, deste arauto da penitência. Quase absorvido pela luz de Cristo e ocupando na Escritura apenas um lugar episódico, ele possui, no entanto, uma singular força de verdade. A sua existência e a sua missão, não sòmente afirmadas pelos quatro Evangelhos, mas também por Flávio Josefo, são de uma autenticidade irrecusável; e, é realmente, ceder à mania mitológica pretender-se (como algumas vezes se tentou) que ele seja um sucedâneo do herói babilónico Gilgamesh,

ou até a encarnação do deus aquático dos mesopotâmios — Oannès ([1]).

Sem dúvida, não é insinuante: poucas vezes o são os entes justiceiros. Nada existe de gracioso nessa personagem trovejante, nesse pregoeiro veemente das cóleras de Deus. Todavia, é um homem. A sua vontade é daquelas que nada faz quebrar: a simples paixão do absoluto leva-o a ultrapassar-se a si próprio. O fogo que nele arde, ninguém será capaz de o extinguir; para o fazer calar será preciso decepar-lhe a cabeça, mas, ainda depois da sua morte, permanecerá, tão forte, a recordação das suas palavras, que o carrasco viverá cheio de remorsos o resto dos seus dias. Ah! não se trata de «um caniço agitado pelo vento»! E Jesus atestará a seu respeito: «Entre todos os filhos nascidos dum ventre de mulher, nenhum houve maior que João Baptista!»

É disparate representar o santo fanático sob as feições desse loirito de rosadas faces que, na peugada de Correggio, tantas pretensiosas imagens nos apresentam acariciando o Cordeiro místico ou brincando com o Menino Deus. Mais ainda do que o adolescente de rosto seco, tão encantador com o seu rabicho de «Nazir» ([2]) na nuca, e a sua curta túnica de pastor, tal como Donatello o esculpiu, aquele que nos parece mais aproximado do real é o indivíduo grandioso, hirsuto, que, no retábulo de Matias Grünewald, aponta para os pecados do mundo, com o seu dedo acusador, ou o génio poderoso, hirto na sua serenidade impiedosa, tal como, numa expressão sobre-humana, Augusto Rodin o modelou.

Com os ossos salientes, a pele curtida por jejuns e soalheiras, caminha. Fala, sem cessar, inspirado pelo Espírito. O que diz, é a palavra que a humanidade menos gosta de ouvir: «Penitência! Penitência!» Anuncia catástrofes tremendas; não respeita coisa alguma, nem usos, nem situações. Brada ao povo que acorre a escutá-lo: «Quem vos ensinou a fugir da cólera

---

([1]) Cf. Jensen: *Das Gilgamesh-Epos in der Weltliteratur*. Strasbourg, 1906, e Drews, *Le Mythe du Christ*, trad. do inglês, Paris 1926. (Sobre Jensen, ver adiante o anexo «Jesus e a crítica»).

([2]) Os nazires não deviam cortar o cabelo. Exemplo: Sansão.

que vai chegar? O machado corta já as raízes das árvores. Toda a árvore que não produz bom fruto, será cortada e lançada ao fogo» (*Luc.*, xi, 7, 9). Ao próprio reizete, em cuja terra habita, ao tetrarca Herodes Antipas que pratica o adultério com a cunhada, censura esse pecado, em alta voz. Isaías e Jeremias não tinham também, outrora, vaticinado os dias de terror? Não tivera Nathan a ousadia de se levantar diante de David, para denunciar o crime deste? ([1]) E Elias não havia feito frente a Achab e à terrível Jezabel? ([2]).

«Ele tinha — dizem-nos os Evangelhos de São Marcos e de São Mateus — um vestuário de pele de camelo, e, em volta dos rins, um cinto de coiro; e alimentava-se de gafanhotos e de mel silvestre». Esta descrição física completa a personagem, a qual é menos surpreendente do que parece a princípio. O mel, produto das abelhas não domésticas ou suco de certas árvores, abundava no vale do Jordão; o Antigo Testamento menciona-o muitas vezes. Os gafanhotos não eram acepipes mais estranhos do que são as rãs e os caracóis, saboreados em França e repelidos com repugnância pelos Ingleses; o Levítico admitia quatro espécies comestíveis de gafanhotos (xi, 22); os Beduínos da Síria ainda hoje utilizam determinadas variedades gordas, amarelas e violáceas, ou secando-as ao sol, como se fossem uvas, ou reduzindo-as a pó para servirem de tempero, e noutros países do Próximo Oriente, põem-nos de conserva no vinagre. Quanto ao vestuário, por si só, ele denunciaria a qualidade de quem o envergava. Não se vestira Elias da mesma maneira? «Um homem cabeludo, revestido de pele felpuda, com um cinto de couro sobre os rins» (ii, *Reis*, 1, 8).

Um profeta, portanto — eis o que dizia ser, o que desejava ser João, aquele que falava nas margens do Jordão. Colocava-se, por conseguinte, naquela grande tradição de inspirados que, durante cinco séculos, tinham animado o povo de Israel com o zelo devorador do amor divino. Se Abraão recebera a primeira mensagem do Inominado, radicando no coração do

---

(1) Cf. DR : PB, *A majestade real*, parágrafo: *Crises*.

(2) Cf. DR : PB, *O Reino dividido contra si próprio*, parágrafo: *As Rainhas Idólatras*.

Povo Eleito a Promessa inesquecível; se Moisés, arrancando ao exílio no Egipto uma leva de escravos, soubera, pela força da Lei, fazer deles uma nação; os Profetas, esses, assumiram a tríplice função histórica de combater em Israel as forças da decadência que dissolvem as sociedades humanas; de dar uma finalidade às desgraças que subverteram as Doze Tribos; e de salvaguardar a esperança, no âmago das amarguras sem limite. Quando por ocasião das grandes tristezas, o reino, contra si mesmo dividido, marchava para o abismo, quem anunciara a aproximação dos castigos, senão os Profetas Elias, Amós, Oseias, Jeremias, e o maior de todos eles — Isaías? Quem, seguidamente, ao chegar a catástrofe, quem — durante a deportação na Babilónia, e na Palestina em luto — tinha mantido viva a chama, senão ainda os Profetas — Isaías, Ezequiel e Daniel? E quem, no meio das mais extremas dificuldades, tinha pronunciado de novo a palavra consoladora do Altíssimo, reafirmado a fidelidade essencial, senão ainda e sempre os Profetas Ageu, Zacarias, Malaquias, no momento do regresso? À quarta e suprema época, uma voz de profeta era indispensável: ela troava em Bèthabara.

Essa voz, a comunidade judaica estava preparada para ouvi-la; era-lhe sempre nova e, ao mesmo tempo, familiar. Quanto a aceitá-la, isso era outra coisa. Quantos daqueles testemunhos de Deus tinham terminado os seus dias às mãos do carrasco? Pelo suplício, João participará também duma tradição autêntica. Jesus di-lo-á claramente, quando, englobando o Baptista no antigo ensinamento, assegurar: «Até à vinda de João, duraram a Lei e os Profetas» (*Luc.*, XVI, 16). Nas margens do Jordão, o homem que falava era, de facto, um Profeta, um membro da sagrada dinastia dos testemunhos de Deus em Israel — e era o último (1).

---

(1) Poderá a história precisar a data em que João começou a pregar? Sucede justamente que tal data nos é rigorosamente conhecida. É até a única data fixa que aparece marcada no Novo Testamento, sendo exígua a margem de discussão a tal respeito. Observemos, em primeiro lugar, que o ajuntamento das multidões junto ao Jordão só no Inverno poderia efectuar-se; prova-o quanto sabemos do clima daquela região. Por outro lado, a sequência da cronologia de Cristo (retiro no deserto, estadia na Galileia,

Um povo humilhado e que reza

Para medir a força de atracção que a presença de um tal homem no seu seio deveria exercer sobre os Judeus daqueles tempos, seria preciso sentir, como eles próprios sentiam, o que havia de imperativo, de doloroso, e, ao mesmo tempo, de exaltante, na prodigiosa espectativa que dilatava o peito do mais humilde de entre eles. Não os dominava pensamento ou certeza mais ardente que a daquela missão sobrenatural, em que, havia dois mil anos, a sua raça fora investida por Deus. Ser o povo eleito, a nação-testemunha por meio da qual o culto do Único deveria ser afirmado no mundo, tinha bastado, nas horas mais sombrias da sua história, para que eles tivessem tido energia para manter, contra tudo, a sua fidelidade e a sua esperança. E, mais do que nunca, permanecia neles essa convicção — desmentida, aliás, a todos os momentos, pelos factos, — de que o

---

entrada em Jerusalém para a Páscoa) só poderá ser ordenada, lògicamente, se fizermos começar o ministério de São João no decorrer de Novembro ou de Dezembro.

De que ano? Com seis indicações sincrónicas, São Lucas indicou-o no princípio do seu terceiro capítulo. «No décimo quinto ano do reinado de Tibério César, sendo Pôncio Pilatos governador da Judeia, Herodes tetrarca da Galileia, Filipe, seu irmão, tetrarca de Itureia e da Traconítida, Lisânias tetrarca de Abileno, sob o pontificado de Anás e de Caifás, a palavra de Deus foi ouvida no deserto, por João, filho de Zacarias». Esta abundância de pormenores mostra bem a importância que se ligava àquela data nas primitivas comunidades cristãs: ela marcava, dizem os *Actos dos Apóstolos* (I, 22) o começo da evangelização do mundo, o ponto de partida da história pública de Cristo.

De todas estas referências, a que mais fàcilmente se pode utilizar é a que se reporta ao Imperador Tibério; o seu reinado está datado por grande número de documentos oficiais, aos quais é fácil recorrer. Sabe-se que Augusto morreu em 19 de Agosto do ano 14 da nossa era, ou 767 da fundação de Roma. O décimo quinto ano do reinado de Tibério dura, pois, até 19 de Agosto do ano 29, se se tomar como ponto de partida a morte do primeiro imperador. Mas Tibério tinha sido associado ao império, dois anos antes; no verdadeiro significado da palavra, o «collega imperii» reinava desde o ano 12; o décimo quinto ano corresponde, portanto, a 26 e 27.

É de preferência a esta interpretação que nos atemos hoje; ela parece, na verdade, conforme aos usos do império romano que considerava o associado do soberano como um outro verdadeiro soberano. Além disso, tal data

dia do triunfo havia de chegar, e de que eles tirariam a desforra do seu destino hostil (1).

A glória incontestável de Israel consistira, no decorrer dos séculos, em ser o povo religioso por excelência, o único povo cujas grandes determinações tiveram por motivo razões sobrenaturais, o único, afinal, que colocou toda a sua história nas perspectivas duma intenção divina. Quando, no alvorecer do segundo milénio, Abraão deixara Ur, no Sinear, e fora, com o seu clã, para as colinas do Harran, e a seguir para a Terra Prometida, que desígnio o teria impulsionado, senão o de resistir à tirania das idolatrias mesopotâmicas, e o de afirmar o culto do Deus único? Cinco séculos mais tarde, quando Moisés, o chefe de fronte resplandecente, arrancou do Egipto as tribos subjugadas, foi ao redor desse mesmo dogma engrandecido pelo seu génio, que ele selou a unidade do seu povo; Israel acabara, finalmente, de se constituir como nação naquele dia em que, do alto do Sinai, o Eterno ditou as Tábuas da Lei. Nenhum acontecimento se produzira que não revelasse a vontade de Deus: quer recompensasse ou castigasse o seu povo, quer permitisse a glória de Salomão ou a ruína de Sião sob as investidas de Nabucodonosor, fora Ele, sempre Ele, quem regera os destinos — e o seu Nome continuava a ser bendito.

Essa religião de Israel tinha passado, no decurso dos anos, por sucessivas gradações, afastando-se, cada vez mais, do domínio exclusivo do rito que caracteriza os povos primitivos,

---

possui a vantagem de permitir uma interpretação mais rigorosa da passagem em que São Lucas declara que Jesus, por ocasião do seu baptismo. «tinha cerca de 30 anos». (Ver adiante o final do Cap. II). Resta, porém, fixar o ponto de partida desse «décimo quinto ano». É eminentemente provável que São Lucas seguisse, nesse ponto, o uso da Província da Síria, da qual fazia parte a Palestina, uso esse que colocava em 1 de Outubro, o primeiro dia do ano.

É-se levado, pois, com muitas probabilidades de exactidão, a propor para o início da prédica do Baptista, os meses de Novembro e de Dezembro, do ano 27 da nossa era: o baptismo de Jesus, segundo o mesmo cálculo, ter-se-ia realizado, cerca de 28 de Janeiro.

(Ver, no fim desta obra, o resumo cronológico).

(1) Sobre a psicologia religiosa de Israel, ver DR : PB, *A vida interior da Comunidade.*

para se tornar, finalmente, naquilo que, na verdade, constitui uma religião, segundo os homens de hoje: um meio apropriado ao desenvolvimento do ser. Produzira-se nela um constante alargamento, ou, se se prefere, um progressivo esclarecimento, como se a Revelação contida, em estado de promessa, na Aliança de Yahweh com Abraão, se tivesse tornado de cada vez mais evidente.

Ao passo que, a princípio, a simples fidelidade ao *Credo* nacional e o repúdio dos ídolos tinham sido considerados suficientes para garantir a salvação — uma salvação cujos termos, não obstante, eram mal definidos — toda a moral se impregnara, pouco a pouco, de religião, a ponto de as duas noções se terem tornado sinónimas. A fé havia assumido um carácter interior, que os Profetas tinham assinalado por forma inesquecível: em lugar dos sacrifícios do bezerro gordo e até dos prolongados jejuns, o que o Altíssimo vinha exigir era a conduta irrepreensível e o exercício das virtudes. E se, a princípio, o indivíduo só era considerado responsável em função da colectividade inteira, e a justiça castigava, em cada um, os pecados de todos, uma concepção mais alta despontara, segundo a qual ninguém respondia senão por si próprio, tanto pelos seus méritos como por seus erros, a que o juízo de Deus dava a sanção correspondente.

Por conseguinte, da crença de Abraão à doutrina de Job ou da Sabedoria, a transformação fora tão grande que Israel se tornara o povo mais elevado do mundo, na ordem espiritual. Mas, tornando-se mais interior, essa religião nada perdera do seu carácter nacional. Entre o Deus de Israel e o Deus da justiça, tinha havido sempre identificação absoluta, desde o tempo dos Patriarcas. Uma vez que o povo das Doze Tribos tinha sido incumbido por Yahweh de defender a glória do seu nome, justo era que dele recebesse favores e recompensas; se, momentâneamente, os não recebia, é porque o peso dos pecados individuais se tornara tão grande que arrastava toda a nação para o abismo. Salvar-se cada um a si mesmo, ou salvar o seu povo — era tudo a mesma coisa. E esse complexo de religião interior e de religião nacional constituía mais que nunca o fundamento espiritual da comunidade judaica, — desde o dia em que as grandes desgraças haviam feito da fé a única base

estável, sobre a qual o edifício da pátria podia tentar manter-se de pé.

Em 586, e como remate duma longa série de pavorosos acontecimentos, a calamidade suprema desabara sobre o Povo eleito. Os terríveis soldados de Nabucodonosor, senhores de toda a Ásia ocidental, tomaram a Cidade Santa, arrasaram o Templo, exilaram para as margens do Eufrates a melhor gente de Israel. Esta foi a consequência lógica de três séculos e meio de desordens, de infidelidades e de crimes: os erros das nações pagam-se inexoràvelmente. Durante cinquenta anos, «pelas margens dos rios, em Babilónia», a multidão dos deportados conhecera a amargura da pátria perdida, e a tristeza da vida em terra alheia. Contudo, nem por um instante, o pensamento dos banidos renunciara à esperança do regresso. Só a fé lhes permitira conservar a sua consciência nacional, e suplicavam a Deus, ao seu Deus, que se compadecesse do seu destino.

E Deus tivera piedade. Em 539, Babilónia, a cidade inexpugnável, caía perante as arremetidas de Ciro, conforme Daniel, o inspirado de Yahweh, profetizara. No ano imediato, o rei persa, com grande humanidade, permitiu que os exilados retomassem o caminho bendito da Terra Santa e reconstruíssem o Templo do Eterno. Assim voltara a formar-se uma espécie de nação residual, de comunidade, «um Estado — escreve o P. Lagrange — constituído pela estreita aliança da raça e da religião, da legislação civil e da legislação religiosa numa só lei, e pelo exercício duma só autoridade nas mãos do Sumo Sacerdote». Bastará acentuar que na base de tudo estava a fé como verdadeiro travejamento do edifício nacional, e que, num tal regime, só podiam conceber-se instituições que se fundassem na vontade de Deus.

Por isso, todos punham um cioso cuidado em estudar essa vontade divina, e em recolher-lhe a expressão. Cerca dum século após o regresso do exílio, Esdras consagrou todos os esforços da sua longa vida a estabelecer o texto desses livros santos, pelos quais Yahweh tinha falado. Significativa coincidência na história: na mesma época em que a República de Atenas dava à humanidade as obras-primas da sua arte e da sua literatura — o Parténon, Sófocles, Ésquilo, Eurípedes — a comunidade judaica encerrava naquilo a que chamamos a *Bíblia*

do Antigo Testamento, as suas tradições históricas e os seus dogmas, mùtuamente inseparáveis. Desde então, essa elaboração do texto sagrado exigira contìnuamente o zelo mais piedoso, e Israel — fixado para sempre nos seus costumes e nas suas regras, por meio do seu livro santo, — tornara-se, em verdade, «o povo bíblico».

A ossatura da comunidade judaica, no decorrer dos quatro séculos que precedem a vinda do Messias, é, portanto, a *Lei*, a *Tora*. E esta é mais que um código, mais que um manual de piedade; é o testemunho claro da missão em que Deus investiu o seu povo; e é a prova de que a esperança de Israel não foi vã. Luz para os espíritos, regra para as vontades, ela dá ânimo, impregna todos os actos da existência, e não há Judeu piedoso que pronuncie as duas sílabas desse nome inefável sem um frémito de amor. Na *Tora* estão associados os preceitos mosaicos do *Pentateuco*, os grandes ensinamentos dos Profetas, e todo um conjunto de textos místicos, *Salmos, Cântico dos Cânticos* e ainda outros, nos quais a alma se extasia em Deus. Estudada sem cessar, comentada, analizada pelos Escribas, a *Tora* satisfaz a todos os anseios e harmoniza-se com as mais diversas circunstâncias.

Não se pode esquecê-lo: o povo que acudia ao apelo do Baptista (daquele que há-de escutar Jesus) encontrava-se absolutamente impregnado dessa tradição secular. A sua vida estava cheia de observâncias, muitas das quais nos parecem absurdas, ou excessivas. O jugo da Lei era pesado, muito pesado, mas aquele povo gostava de o sofrer, pois sabia bem que nele residiam a sua única razão de ser e a sua salvaguarda. Os Fariseus, que exageravam as exigências da Lei, e cujas ridículas manias conhecemos, talvez nos pareça que arrastavam a religião para um caminho em que o vocábulo já não significa senão feiticismo; todavia, não é menos verdade que tais rigores correspondiam a um instinto vital. Israel, que era um povo para o qual o facto religioso estava em primeiro lugar, tinha a certeza de que o seu destino dependia da sua fidelidade.

Seria, aliás, um erro imaginar que esta religião se confinasse, inteiramente, num estreito legalismo. Bastará ler essas obras-primas espirituais que são o *Livro de Job*, o *Ecclesiastes*, o *Eclesiástico*, a *Sabedoria*, para se medir o nível que a medi-

tação judaica podia atingir. Todos os grandes problemas que têm perturbado, desde sempre, o coração dos homens quanto ao sentido da vida, ao destino do além-túmulo, à punição dos erros, ao bem e ao mal, vêmo-los ali passados em revista, analisados com uma inteligência penetrante.

No próprio povo, cada instante do dia era animado por uma profunda piedade. Com todas as veras da alma, o humilde Judeu recitava, de manhã e à noite, o famoso *Schema: «Escuta Israel...»* e louvava a Deus com as fórmulas das *Dezoito bênçãos*, dessas dezoito bênçãos cujo total recordava o número das vértebras que se deviam inclinar durante a oração. Nas grandes solenidades, no dia dos Tabernáculos, quando o povo ia viver para cabanas de folhagem e soavam as quarenta trombetas de prata; na festa de *Kipur*, quando o pontífice escorraçava para o deserto o bode simbólico carregado com os pecados do povo; na Páscoa, sobretudo, quando todas as famílias imolavam o cordeiro e se alimentavam de pão ázimo: os sentimentos dos crentes eram, decerto, os que dita a fé mais viva, na certeza de realizarem, através das cerimónias dum culto, o supremo fim do homem.

Fora dos quadros oficiais, havia almas tão cheias do amor de Deus, que, por inteiro, a Ele se votavam. Em lugares selváticos, encontravam-se, por vezes, eremitas perdidos em meditações: São João não fora, indubitàvelmente, o único da sua espécie que se refugiara no deserto. Existiam mesmo, não muito longe de Bèthabara — a principal ficava em Engadi, à beira do Mar Morto — verdadeiras comunidades de monges que viviam de modo muito análogo ao dos nossos *cartuchos*, ao dos nossos *trapistas* ou ainda ao dos budistas tibetanos. Chamavam-lhes *Essenianos*. Após o noviciado de um ano, e dos dois anos de provação, o adepto comprometia-se a não possuir nada de seu, abandonando quanto tinha ao convento; a renunciar às mulheres (uma seita particular, contudo, praticava o casamento, a fim de garantir a perpetuidade da raça); a tomar em comum as suas refeições, em que a sobriedade era absoluta. Um rito abundante de banhos e abluções acompanhava todos os actos do dia. Para comer, o Esseniano vestia-se de linho branco. A par de observâncias minuciosas que se juntavam às prescrições da Lei (enterramento de imundícies, por exemplo) notava-se neles um

sério esforço de especulação espiritual que, por vezes, os distanciava bastante das veredas do judaismo oficial e os levava mesmo até perto da filosofia dos neopitagóricos, mas que constitui outra prova da importância que Israel atribuía às coisas eternas.

Era justamente esse fervor, espalhado sobretudo entre o povo judeu, que tornava tão penoso aquele silêncio a que Deus parecia ter-se remetido havia já alguns séculos. Visto que o Altíssimo deixara de se manifestar, acaso teria desaparecido aquela antiga ternura que se estabelecera entre ele e a sua nação querida? Estaria abolida a Aliança? Tal receio amargurava o coração de todo o Judeu crente, e portanto também patriota, dado que fé e pátria eram uma só e mesma coisa.

Tanto mais que tal abandono não parecia merecido. Desde o regresso de Babilónia, a comunidade opusera uma barreira intransponível às tentativas de idolatria que o antigo Israel tão de perto conhecera. Couraçada na sua fé, a alma do povo eleito havia repelido até as simples aparências de contaminação pagã. Durante o domínio persa, o perigo não tinha sido grande; surgira no momento em que, depois da fulgurante passagem de Alexandre, herói macedónio vencedor do Rei dos Reis (334-323), os generais desse herói procederam à partilha do império e a Palestina foi reduzida a província helénica (306). Os Lágidas do Egipto, depois os Selêucidas da Síria tinham procurado fazer penetrar a sua influência no bastião de Israel. Trabalho baldado! Tal como acontecera com o egípcio Serápis, esse mixto de Osíris e de Diónisos, as divindades suspeitas não conseguiram entrar na alma de Sião. Se alguns Judeus ricos (há sempre criaturas prontas a prosternarem-se perante o vencedor) cederam às modas helénicas, desprezando a circuncisão e as observâncias sagradas, aparecendo nos jogos atléticos, — a verdadeira reacção da alma nacional havia sido encarnada pelos Macabeus, de maça de armas em riste. Ao extravagante Antíoco IX Epifâneo (175-163), que tentara instalar no Templo o ídolo de Zeus Olímpico, essa «abominação da desolação» profetizada por Daniel, ripostaram Judas e os seus irmãos com uma luta sem quartel; e os Gregos tiveram afinal de inclinar-se perante esses heróis. Dirigidos pelos seus Reis-Sacerdotes, de então em diante os Judeus haviam continuado, durante um sé-

culo, a entregar-se às suas meditações, na liberdade total das respectivas consciências.

Mais tarde, quando os Gregos, a seu turno vencidos por Roma, viram as legiões invadir todo o Oriente, e Pompeu, em 63, se apoderou da Cidade Santa, Israel continuou na mesma resistência inflexível às influências do paganismo Latino. Debalde o vencedor dotou Jerusalém e a Palestina de estradas, de aquedutos, de termas e de teatros: a alma judaica recusou-se. Quando Roma fez sentar no trono de David o Idumeu Herodes, esse semibárbaro, esse pagão feroz, a desconfiança transformou-se em hostilidade deliberada. A assustadiça crença judaica excitou-se até ao ponto de combater as simples aparências da idolatria, não permitindo que, no seu solo, se cunhasse moeda com efígies humanas, e não consentindo que a imagem duma águia estivesse colocada sobre a porta do átrio do templo. Um povo vencido, mas não subjugado e menos ainda domesticado, e que desejava salvaguardar, mais que a sua liberdade política, o seu direito de acreditar nas verdades eternas — tal era Israel no momento em que João começou a pregar (1).

Os episódios desta resistência política e religiosa pesavam nessa época tão incisivamente na alma de todos, como hoje no espírito de qualquer Francês estão presentes os dias da ocupação alemã, e a deliberada recusa nacional a curvar-se perante ela. Tudo, a cada instante, trazia à memória aqueles sucessos. A Terra Prometida já não era a livre pátria das tribos; a simples presença do legionário e do publicano, fazia sentir pesadamente a sujeição. Todo o Judeu estava humilhado e ameaçado; ele, o herdeiro de uma história tão longa, suportar o domínio dessa aldeola presumida, que nem sequer existia ainda, no seu pântano do Tibre, quando Salomão se encontrava no esplendor! E não era só o orgulho sagrado da pátria martirizada que estava em causa. Não havia família em que não tivesse corrido sangue, muito sangue. Se nos dispusermos a fazer o cômputo daqueles que tombaram durante as guerras de resistência, nas revoltas esporádicas, ou que foram chacinados por Herodes, chegaremos, em cento e cinquenta anos, a mais de

(1) Cf. DR: PB, os dois últimos capítulos.

duzentos mil homens, cifra terrível para uma nação tão pouco populosa, e mais terrível ainda se pensarmos que tais vítimas pertenciam ao escol da sociedade.

A espera do Messias

Foi de todo este conjunto de convicções e sentimentos que surgira, pouco a pouco, no decorrer dos séculos, o grande tema que — como ar vivificante — fazia dilatar com uma esperança prodigiosa, o peito dos últimos Hebreus ([1]). Se, na verdade, Israel era o povo eleito, e, se parecia evidente que em nada tinha desmerecido, então Deus havia de conceder-lhe um dia a sua hora de vingança. O próprio silêncio em que o Eterno se fechara, devia ter um significado que, mais tarde, se tornaria manifesto. O papel de testemunha que o Povo da Promessa, desde os tempos de Abraão, a si mesmo se arrogara, não podia ser-lhe negado: raiaria o dia, em que esse Povo apareceria aos olhos das nações em toda a sua glória, resgatado para sempre das iniquidades pretéritas.

Decerto que este tema não correspondia a uma ideia muito clara, e se pretendermos precisá-lo depressa cairemos no sistema. Era, antes, um enorme pressentimento, várias vezes manifestado pela voz dos Profetas, que sustentava a fé nacional com uma certeza inabalável, e ao qual ninguém pedia que se definisse lògicamente. Os mais poderosos dos mitos são confusos, e não é com ideias claras que se conduzem as colectividades humanas ao seu destino.

Quando chegaria essa «redenção de Israel»? Ninguém o sabia. Uns previam o levantamento do povo contra a dominação estrangeira, à maneira das guerras dos Macabeus, mas agora definitivo. Outros pensavam que o triunfo só adviria na hora suprema, quando o Deus dos exércitos viesse julgar os povos com a sua cólera ardente. O Israel reconstituído em plena glória e o Israel dos tempos vindouros equivaler-se-iam.

---

(1) Ver o capítulo sobre o messianismo em DR : PB, e também, nesta obra, o Capítulo V.

Mas, cada vez mais, os Hebreus associavam esse fenómeno transcendente à vinda de um ser prodigioso, o *ungido* do Senhor, em aramaico *Meschiah*, Messias, e em grego: *Christos.* Deste Desejado não se sabia grande coisa. O termo era vago e permitia encarnar esperanças contraditórias! Em todo o Antigo Testamento, onde o vocábulo é usado trinta vezes, ele tanto se vê aplicado a um rei, como a um padre, ou a um patriarca, e até mesmo a Ciro o Grande. No sentido que hoje lhe damos, apenas se encontra uma única vez, em certo passo de Daniel (IX, 35). Será ele o portador do fogo que devora, ou o distribuidor do maná inesgotável? Ninguém sabe. O que se sabe apenas é que ele há-de vir, e que essa vinda marcará para Israel o fim da sua desdita. Por isso, com quanto amor o estremeciam, ao fiel depositário das sagradas promessas, à garantia da suprema protecção, ao Bendito de Deus! Os crentes de Israel viviam daquela esperança, e o mais ímpio de todos os Judeus não ousaria pùblicamente pôr em dúvida que o Messias houvesse de chegar um dia [1].

Basta abrir o Evangelho para se encontrarem provas numerosas dessa unânime convicção. Apóstolos ou Fariseus, gente do vulgo ou sacerdotes, todos falam da vinda do Messias como de um facto indubitável. A primeira pergunta que a João Baptista farão os seus ouvintes, será esta: «És tu o Messias? Sim ou não?» E até num país de heréticos, na ímpia Samaria, a mulher com quem, na fonte, Jesus conversará, há-de dizer, como coisa inteiramente aceite: «Sei que o Messias há-de vir».

Contudo, esta corrente messiânica que foi para o judaísmo um auxílio tão admirável, e possui em si tanta nobreza, deveria arrastar o Povo eleito para a trágica e crítica posição de que nunca mais poderia libertar-se.

Quando, à luz dos textos sagrados, o fiel tentava imaginar

---

(1) A demora que o Messias punha em aparecer provocava, entretento, algumas ironias. Um Fariseu escrevia, com azedume: «Se estiveres a fazer uma enxertia e, nesse instante, te anunciarem o Messias, termina a enxertia, pois terás muito tempo para ires ao seu encontro»! No calão judaico desse tempo, dizer «até que volte Elias», era o mesmo que adiar para as calendas gregas, era qualquer coisa como dizer «até ao dia de São Gilngilin».

como deveria ser o Messias, as imagens mais frequentes mostravam-no como um cabo de guerra conduzindo à vitória o povo das tribos, um rei faustoso associando Israel à sua glória. Certo passo característico dos *Targums*, comentários rabínicos à Lei, descrevia-o também: «Como é formoso o Rei Messias, que deve surgir da Casa de Judá! Ele cinge os rins, avança pela planície, trava combate com os seus inimigos, e manda matar os Reis!» Muitas vezes pintavam-lhe o reino com as cores duma tranquila felicidade, como neste passo dos *Salmos de Salomão*, apócrifo que data do século primeiro antes da nossa era: «Ele reunirá o povo santo na justiça; governará as tribos santificadas; não deixará nelas a iniquidade, e nenhum mau haverá no seio delas. Porque Deus fê-lo poderoso em espírito de santidade, e rico pelo dom luminoso da sabedoria. Felizes os que viverem nessas épocas! Esses verão Israel cheio de júbilo, e as tribos outra vez reunidas!» Sucedia, também, que a tais visões edénicas se preferissem outras, em que todo o rancor, toda a violência e toda a fúria dum povo humilhado se exprimiam; então o Messias aparecia como uma espécie de Átila que «pulveriza nações com uma clava de ferro», que as reduz a cacos como se fossem «vasos de oleiro», que despedaça as cabeças, acumula «os cadáveres em extensos países», e trespassa de «flechas agudas o coração dos inimigos»! (*S.* II, XX, XLV).

Temos de confessar que, para se reconhecer, nessas descrições proféticas, o Cristo tal como ele veio a apresentar-se, teria sido preciso ser-se iluminado muito singularmente pelo Espírito! E, no entanto, a imagem da vítima expiatória, a imagem da humildade, do martirizado, estava também na Escritura. No imenso pressentimento de Israel, existia também, a figura do Messias humilde, que «vem montado num jerico, num burrinho, num filho de jumenta» (*Zacarias*, IX, 9), e, mais ainda, a figura do Redentor que oferece a sua dor e a sua morte para a salvação do Mundo. Há um admirável passo de Isaías, em que Cristo, no Calvário, já ali está, todo inteiro:

«Objecto de desprezo, abandonado pelos homens, homem de dor, experimentado no sofrimento; imagem diante da qual se vela o rosto; alvo do nosso desprezo; dele não fizemos caso algum.

«Em verdade, ele tomou sobre si os nossos males. Era com as nossas dores que ele carregava, e nós considerámo-lo um réprobo a quem Deus ferira e humilhava.

«Ele, porém, foi traspassado por causa dos nossos erros, esmagado pelas nossas iniquidades. O castigo que nos devia trazer a paz, sofreu-o ele; as suas chagas representam a nossa cura.

«Maltratam-no, e ele submete-se ao sofrimento. Cordeiro que levam ao matadouro, ovelha que fica muda diante daqueles que a tosquiam, ele não descerra a sua boca... Foi arrebatado pela opressão e pelo julgamento.» *(Isaías,* LIII).

Entre estas duas imagens — a do Rei vencedor, e a do Cordeiro imolado — poderia haver hesitação possível para uma nação que conservara sempre vivo o orgulho do seu destino sobrenatural, e era impelida pela desdita dos tempos para desejos de vingança? Seria preciso conhecer mal a natureza humana, para nos surpreendermos com a escolha que a maior parte dos Judeus havia de fazer. Mergulhada no olvido, a profecia de Isaías não surgirá como explicação decisiva, senão depois da Cruz.

Tal era a alma judaica naqueles tempos em que João Baptista pregava. Desbordante de fé, dilatada por uma prodigiosa espectativa. E não era natural que, de dia para dia, mais ansiosa se tornasse essa espectativa? Relia-se o texto em que Daniel anunciara que ao fim de sessenta e nove «semanas de anos» terminariam as desgraças de Israel, que «o pecado seria apagado, a iniquidade patenteada, a justiça eterna compensada» e que, então, «realizada a profecia, o Santo dos Santos receberia a sua unção». Acaso teriam chegado a seu termo, as tais «semanas de anos»? Estariam próximos os tempos? E as delongas estariam a atingir o seu fim? *(Daniel,* IX, 24, 26).

A Mensagem do Baptista

Com semelhantes perspectivas, a presença de João nas margens do Jordão, e o seu ministério profético, nada tinham de extraordinário; tais factos podiam considerar-se providenciais. O silêncio de Deus terminara, por fim; o Povo eleito ia

escutar uma dessas grandes vozes familiares e formidáveis. Quem sabe? Não teria o próprio Messias acabado de aparecer?

Por isso, mal o boato da estranha pregação começara a espalhar-se em Jerusalém, os chefes da nação, os «Príncipes dos Padres», como se dizia, mandaram logo uma comissão oficial averiguar. Sacerdotes e Levitas, competências portanto, constituiam os membros dessa delegação. À primeira pergunta que lhe fizeram, o Baptista respondeu com a sua franqueza habitual: «És o Messias? — Não, não sou». Não seria! Mas visto que, desde o velho Amós, todo o Hebreu instruído sabia que «Javé nunca realiza seus desígnios sem ter revelado o seu segredo a seus servidores, os profetas» *(Amós,* III, 7, 8) e, uma vez que Malaquias tinha predito que o Messias teria a precedê-lo um Anunciador, poderia João ser, ao menos, esse arauto das glórias divinas, o novo Elias prometido. «És o Elias? — Não.» Ele detinha em si o poder, o espírito de Elias, mas não era o antigo profeta que houvesse voltado à terra: os tempos tinham mudado. «Quem és, então?»

«Eu sou a voz que clama no deserto: aplanai o caminho do Senhor. Assim Isaías o profetizou.» *(João,* I, 23). «Virá aquele que é mais poderoso do que eu, e do qual eu não sou digno sequer de desapertar o cordão do seu calçado. Na mão traz o crivo, e ele limpará a sua eira, juntará o trigo no celeiro, mas a palha será queimada no fogo inextinguível» *(Luc.,* III, 16).

Estaria o povo judaico à altura de compreender o ensino que João ministrava, no vau de Bèthabara? Sim, quanto a uma grande parte desse ensino. Quando proclamava a necessidade de penitência, a necessidade de alcançar «dignos frutos de arrependimento», ou impunha aos seus discípulos «muitos jejuns e orações» *(Luc.,* V, 33), ele encontrava-se bem dentro da tradição profética: Isaías, Jeremias, Amós, Oseias, e tantos outros, tinham falado linguagem análoga! Para manter um povo numa estrada sensìvelmente recta, não é mau que estas recomendações sejam repetidas muitas vezes. Até mesmo as alusões — que ele multiplicava — a uma ameaça indefinida mas premente, a uma catástrofe prestes a desabar sobre Israel, não se situavam fora dos hábitos espirituais da comunidade judaica; desde o exílio, ela tinha de tal modo aprendido a sofrer, que instintivamente se dispunha ao sofrimento; toda a literatura dos Apo-

calipses estava repleta dessas visões de terror. Ele encontrava-se, portanto, bem na linha em que vimos confundirem-se as preocupações da moral individual, com as do destino nacional.

Ensinava ainda a caridade, a justiça e a doçura. Aos que lhe perguntavam: «Que é preciso fazer?», respondia: «Aquele que tem duas túnicas, dê uma a quem não tem nenhuma, e aquele que tem de que comer, faça a mesma coisa». Aos colectores de impostos e outros cobradores, ordenava: «Nada exijam além do que é legal». Aos soldados: «Abstende-vos de toda a violência; não roubeis; contentai-vos com o vosso soldo». E também estes conselhos se encontravam na tradição judaica: não impunham os códigos moisaicos a obrigação de permitir que os pobres respigassem nos campos depois da ceifa, o dever de restituir a túnica ao devedor miserável, para que ele não tivesse frio, e de ajudar até o burro do inimigo a levantar-se, se acontecesse vê-lo caído por terra? E o Rabi Josué ben Qorha não dirá que o erro cometido contra a caridade é bem mais grave do que a própria idolatria?

Mas, sob outros aspectos, como o novo profeta era falaz! Nem uma só vez tinha anunciado que o tal Messias, de quem dizia ser o arauto, viria restituir o povo de Israel à sua glória e ao seu poder. Pior ainda: nem sequer reservava o seu ensino para os Hebreus de boa raça, para as pessoas de bem que tinham meditado a Lei. À volta dele viam-se publicanos, que eram tidos por pecadores averiguados, soldados e talvez pagãos. E ao povo eleito, ousava declarar: «Não tenteis dizer para convosco: Abraão é o nosso pai!» Isto é: Estamos certos da salvação, visto que pertencemos ao povo da Promessa. «Porque, eu vo-lo digo, até destas pedras pode Deus suscitar filhos de Abraão!» *(Luc.*, III, 8). Estas palavras, pelas quais João se antecipava ao universalismo de Jesus, deviam recebê-las como ultrajes os piedosos de Israel.

E, além disso, o arauto baptizava. Era esse o seu rito pessoal; uma invenção que lhe era própria. Os que desejavam comprometer-se a seguir, de futuro, o caminho que ele lhes indicava, tinham de entrar na água. Extravagante rito! E não seria, justamente, a sua singularidade que atraía as multidões, a princípio para o vau do Jordão, e depois, quando a estação

se tornou quente, mais para cima, para a região de Scytopolis, onde havia belas fontes, chamadas «Mananciais da paz»?

Não pode dizer-se que semelhante rito estivesse fora das tradições antigas, especialmente das tradições israelitas. Era mesmo tão antigo que os Rabis discutiam, se uma espécie de baptismo que assinalava a iniciação dos «prosélitos» pagãos nas comunidades judaicas, seria anterior ou posterior ao exílio. Abluções daquele género conheciam-se muitas que eram obrigatórias, segundo o *Levítico* e os *Números;* em certos dias, sobretudo para os funcionários do Templo, o banho ritual, o *mikweh,* multiplicava-se à semelhança das bênçãos, e para a festa de *Kippur*, da *Expiação,* o sumo sacerdote devia tomar dez banhos, e esses mais solenes, em nome do seu povo. As seitas essenianas tinham um banho quotidiano, e ainda hoje se vêem, nas margens do Jordão, fiéis de antigos cultos que praticam diàriamente, no rio, o velho rito.

Mas, até João, fora um rito e, nada mais, bastante parecido com o que existia na religião egípcia de Ísis: Juvenal fez ironia à custa de certa devota dessa boa deusa, cujos pecados eram tão contumazes que ela fora, em pleno Inverno, pôr-se três vezes de molho na água frígida do Tibre. É certo que a imagem da água que lava o corpo, lembra, tão naturalmente, a purificação da alma, — que o banho, em muitos casos, tinha o valor de puro símbolo. Não se lia no Antigo Testamento: «Lavai-vos, purificai-vos! Afastai de mim as vossas malignidades! Deixai de proceder perversamente!» *(Isaías,* I, 16) e Javé, pela boca de Ezequiel, não havia prometido: «Derramarei sobre vós uma água pura; e ficareis purificados das vossas máculas e das vossas idolatrias» *(Ezequiel,* XXXVI, 25)?

Mas o baptismo de João era muito diferente. O facto de o «Baptista» em pessoa, estar presente e oficiar, caracterizava essa diferença. Como administrava ele o seu baptismo? Não sabemos. Era provàvelmente por imersão que o neófito realizava o rito, e, além disso, foi só a partir do século XIV da nossa era que, na representação do baptismo, a arte mostra João derramando água sobre a fronte de Jesus, com um vaso ou uma concha: a mais antiga tradição referia-se, sem dúvida, a um facto evidente. Que papel exacto desempenharia o próprio Baptista? Pronunciaria uma oração, um exorcismo, ou

uma invocação? Ignorámo-lo; mas o que é certo, é que a intenção do fiel não era idêntica à do Judeu piedoso que fazia as suas abluções.

Este baptismo era um «baptismo de penitência», o que equivale a dizer que constituia o sinal, a marca visível de uma vontade declarada de mudar de vida. Nada mais; mas isso era já muito. A ablução ritual, moisaica, não passava de uma purificação necessária antes de se praticar um acto religioso. Entre os Isíacos, o rito valia só por si, sem que nele interviesse qualquer intenção espiritual. No ensinamento de João está ligado a uma completa transformação moral; entrar na água é o mesmo que declarar desejar-se fazer penitência, e que se está repeso dos pecados. Por isso, parece que tal baptismo era administrado apenas uma vez, como iniciação a uma vida inteiramente nova.

O rito de João pretencia-lhe, pois, inteiramente, e as investigações feitas com o intuito de descobrir as suas origens, não levaram a nenhum resultado decisivo. Tem-se defendido, por vezes, a hipótese de o Baptista haver sido membro da seita dos Essénios, e de ter recebido deles a ideia do baptismo. Além de nada demonstrar que João estivesse filiado em qualquer comunidade desses eremitas conventuais, nada há, também, a mostrar que na própria seita o banho tenha tido significação diferente da simbólica. Se o Baptista apenas copiou o aspecto exterior do rito, transportando-o para as margens do Jordão com mais amplo significado, isso corresponde a dizer que houve invenção.

Mas, felizmnete para os críticos, que consideram suspeita, por princípio, toda a espontânea criação do génio, foi descoberta no século XVII, nas margens do Tigre, não longe de Bassorá, uma igreja herética, dita «dos Mandeanos», — com o sobrenome de «Cristãos segundo São João». Conta cerca de mil e quinhentos fiéis. Estes têm um culto da água, e acreditam que ela é um elemento divino, de virtudes tão grandes que purifica a própria alma, contaminada pelo corpo. O livro dessa pequena comunidade, o *Rechter Ginza*, muita tinta fez correr desde que foi conhecido; com efeito, o Baptista ocupa nele um lugar importante, sob o nome de Yahya-Yohanné. Daí até admitir que João fora buscar a sua doutrina a essa seita (declaravam-na, claro está, extremamente antiga), ou até supor que ele pudesse ter

sido o seu reformador, um pouco à maneira de Zoroastro em relação ao velho masdeísmo iraniano — não ia mais que um passo. Trabalhos mais recentes demonstraram que se tratava, simplesmente, duma deformação assaz tardia de dogmas e tradições cristãs. E, para mais, o retrato de João Baptista delineado no Evangelho e por Flávio Josefo, não é em nada o dum herético pertencente a qualquer seita estranha, mas o dum Judeu autêntico, austero, fiel servidor da Lei.

A verdade é que o Anunciador esteve bem dentro do seu papel. Mostrou o caminho a seguir; não o traçou por inteiro. O seu baptismo não é o baptismo cristão, em que a água é mais que um símbolo, e mesmo mais que o penhor da transformação, pois é até sacramental. No novo rito, quem renuncia a seus erros e aceita o baptismo, recobra, de repente, o próprio espírito de Deus. Mais tarde, quando o apóstolo Paulo tornar a encontrar em Éfeso pessoas de boa vontade que «só tiverem sido iniciadas pelo baptismo de João» (*Actos*, XIX, 2), administrar-lhes-á o baptismo de Cristo, como um rito mais eficaz — um complemento. Não o sabia já o Profeta, ao apagar-se, na sua humildade sublime, diante do Messias? — «Por mim, baptizo-vos na água; mas virá Aquele que é mais forte do que eu; e Esse baptizar-vos-á no Espírito Santo e no fogo» (*Luc.*, III, 16).

Todo o destino do Baptista, simultâneamente glorioso e humilde mensageiro do Altíssimo, resumiu-o o evangelista São João em quatro versículos formais:

«Houve um homem enviado por Deus, e seu nome era João.

«Veio como testemunha, para prestar testemunho à Luz, e para que, por meio dele, todos cressem.

«Não que ele próprio fosse a Luz, mas ele tinha de dar testemunho da Luz.

«Mas ia chegar ao Mundo a verdadeira Luz, aquela pela qual todo o homem é iluminado!» (*João*, I, 6, 9).

João baptiza Jesus

Os quatro Evangelhos, que são concordes em colocar no momento do baptismo o início do ministério de Jesus, dão, desse facto, uma narrativa convergente. Na multidão que se comprime para escutar o Profeta está oculto um homem em quem

ninguém repara. Por que motivo, de resto, haviam de distingui-lo dos outros? O seu vulto e o seu rosto são tudo que há de mais vulgar. «Simples Israelita», como dizem, ele não é Sinedrita, nem sacerdote, nem sequer Levita; não é um poderoso, nem um sábio. Usa, conforme à Lei, uma túnica de linho de longas mangas e um grande manto de lã guarnecido de pequenas borlas: assim o ordenou o *Deuteronómio*. Traz a cabeça coberta pelo «couffieh», espécie de turbante que ainda pode ver-se na gente da Palestina. Um entre milhares, afinal...

O seu nome é a própria banalidade: Jeshouah. Trata-se dum desses velhos vocábulos como tantos outros que existem na língua hebraica, e que derivam da palavra sagrada pela qual se indica Deus, palavra a que foi restituida a consideração antiga, após o regresso do exílio. Há enorme quantidade de «Jeshouah», de Jesus; Flávio Josefo citará uma dúzia deles: camponeses, chefes, rebeldes, sacerdotes. Nota-se, não há dúvida, entalada na orelha deste recém-vindo, uma simbólica fita de madeira, a indicar que é marceneiro-carpinteiro; anàlogamente, os tintureiros traziam como distintivo um farrapo de cor, e os escribas públicos uma pena. Pela fala vê-se que é Galileu. Mas com certeza há muitos outros artistas que trabalham em madeira, entre os auditores que cercam o Baptista, pois tal ofício é bastante vulgar e aquele peregrino não é o primeiro que, depois de quatro ou cinco dias de jornada, chega da longínqua Galileia ao vau de Bèthabara.

No entanto, terá um pressentimento atravessado a alma do Precursor, quando Jesus se lhe aproxima? Porque, na verdade, ele resiste e esquiva-se. Aquele rito que ele impõe a toda a gente, aquele rito que lava do pecado, bem sabe ele que não é próprio para aquele homem: «Sou eu que devo ser baptizado por ti, e és tu que vens a mim!» Mas logo Jesus a responder-lhe: «Deixa por agora! Convém que cumpramos toda a justiça!» (*Mat.*, III, 14, 15). No próprio instante em que Cristo se mostra aos nossos olhos, apresenta-se como em toda a sua vida o havemos de ver desdenhoso de quanto possa lembrar as glórias vãs do mundo, mas perseverando, com a certeza da sua missão divina, num objectivo só dele conhecido.

Mais tarde, João testemunhará aquele acontecimento. Este sucesso deu-se; ele, João, procedeu ao baptismo de Jesus.

E, nesse momento, viu o Espírito descer do céu, sob a forma duma pomba, e pousar naquele que havia saido do rio. Desse modo ele soube que acabara de se realizar um vaticínio que Deus outrora lhe fizera; ele, o que baptizava pela água, havia compreendido que o que baptizava pelo Espírito Santo acabara de surgir. Momento de glória e de milagre! Os céus tinham-se aberto e uma voz do alto proclamara: «Este é o meu filho bem amado, em que puz todas as minhas complacências» (*Mat.*, III, 17; *João*, I, 32).

Tal é a cena grandiosa que a Igreja cristã se compraz em celebrar, e de que a arte tem fornecido tantas representações. Frescos das catacumbas, monumentos primitivos, livros litúrgicos, vitrais e mosaicos, mostrarão ao despique a teofania de Bèthabara, penhor de eternidade, promessa de perdão. Impressiona verificar que a tradição antiga vê aquela cena sob a sua aparência mais legítima, sem fausto nem aparato. Os grandes acontecimentos espirituais decorrem com extrema singeleza, e a revelação do Messias ao Baptista dispensa embelezamentos. No célebre saltério de Ingeburge, da Dinamarca, que data do século XIII, e no qual toda a sumptuosidade do ouro e das cores vivas escarnece do esmalte, o hieratismo primitivo conseguiu chegar a uma tal renúncia de processos que, possìvelmente, tornou essa página medieval na mais sugestiva evocação do mistério de Bèthabara. Mergulhado, até meio corpo, na água ondulante, Jesus medita profundamente. João oficia com um gesto solene. Anjos inclinam-se, enquanto que, imagem da Criação estupefacta perante um tal prodígio, o génio tutelar do rio, escondido nas águas, esboça um gesto de admiração. É com essa pureza, com essa transparência espiritual que deve ser representada a cena; no dito Saltério — como num vitral de Chartres, e até na célebre miniatura das *Riquíssimas Horas do Duque de Berry*, em que João Colombe, apesar de tanto se tentar com os preciosismos fáceis, saberá reencontrá-la, — refulge aquele poder contemplativo, aquela esperança que irradia dos próprios versículos do Evangelho. O mais longe quanto possível da verdade é aquilo que se vê no quadro banal que para São Nicolau de Chardonnet pintou o terno Corot — seguido por muitos imitadores — e onde o Baptista não passa de pretexto para serem exibidos alguns nús harmoniosos.

O Baptismo é a hora em que, através duma forma humana semelhante a tantas outras, se manifesta a Divindade. O resto é «literatura». Pouco importa que a piedade imaginativa de certas velhas comunidades tenha exagerado o maravilhoso da cena: lê-se, por exemplo, no evangelho apócrifo dos *Ebionitas* que no próprio instante em que a voz divina ressoou, uma grande luz se fez, e tudo em volta ficou iluminado; Justino há-de falar dum fogo que brotou das águas fluviais; e os *Actos de Tomé*, outro apócrifo, transcrevem o que pretendem ser o hino que o coro dos Anjos entoava no momento em que Jesus entrou no rio: «Desce, ó Espírito Santo! Desce, ó Pomba Santa! Desce, ó Mãe Divina!» (Mãe, porque em aramaico, *rouah*, espírito, é feminino). Estes pormenores nada acrescentam de novo.

Algumas perguntas concretas foram, entretanto, formuladas, a respeito do Baptismo, as quais se revestem de maior interesse. João e Jesus conhecer-se-iam antes de se encontrarem no Jordão? Não se teriam eles combinado para orquestrar uma cena destinada a impressionar a imaginação das multidões? O evangelho de São João (I, 33), afirmando que o Baptista desconhecia Jesus, parece estar em contradição com o texto de São Mateus (III, 13). Se as famílias desses dois homens eram aparentadas entre si, como, aliás, é crível, dado que Maria, mãe de Jesus, tinha ido visitar a prima Isabel — um anterior encontro entre os dois seria de admitir, se bem que um deles tivesse sido criado na Judeia e o outro na Galileia. Também houve quem supusesse que João e Jesus pertenciam a uma mesma seita, e que o baptismo se realizou em virtude de um bem combinado entendimento; mas isso não passa de uma das muitas hipóteses gratuitas que pululam neste campo. A cingirmo-nos aos textos, chega-se à seguinte alternativa: ou João não conhecia Jesus, e foi o espírito da revelação profética que permitiu àquele, ao primeiro olhar, dsecobrir neste último o Messias, ou então os dois homens já se tinham visto, mas a qualidade sobrenatural de Jesus só se revelou a João no momento em que os dois se encontraram na passagem do rio. Quanto a supor qualquer fantástica combinação publicitária, destinada a «lançar» o recemvindo, pela mão do que já era conhecido, é cair, mais uma vez, na gratuitidade absoluta.

Mais interessante foi a pergunta que, já no século III, fez

rudemente o grande heresiarca Manés — aquele que viria a originar a seita dos Maniqueus: «Acaso Cristo pecou, uma vez que o baptizaram?» Esta interrogação é como que o reflexo do espanto de João Baptista, quando hesitou em oficiar sobre o enviado de Deus. E o evangelho apócrifo dos *Hebreus* precisa a pergunta ao colocá-la na própria boca de Jesus: «A mãe do Senhor e os irmãos diziam-lhe: João baptiza para a remissão dos pecados. Vamos, pois, nós também, receber o seu baptismo. Mas ele respondeu-lhe: Que pecado terei eu cometido para que vá fazer-me baptizar por ele? a menos talvez que nem eu mesmo saiba o que digo». Se o baptismo de João é um baptismo de penitência, o simples facto de recebê-lo equivale a uma confissão. Relativamente àquele que pôde legìtimamente dizer: «Quem me arguirá de pecado?» *(João,* VIII, 46), esse baptismo representa um escândalo sem explicação. Santo Inácio tentará explicá-lo, assegurando que Jesus, com isso, apenas quis santificar a água, dar-lhe, em suma, o seu poder sacramental — e São Tomás de Aquino perfilhará esta opinião. Mas, na verdade, a submissão do homem-Deus a um rito que só para pecadores pode valer, tem um sentido mais profundo: ilumina, imediatamente, uma faceta da sua personalidade que a sua vida inteira vai pôr em evidência. Homem, exemplo para o homem, sofre a humilhação, por maior e mais injusta que ela seja — para dar um exemplo, do mesmo modo que, em muitas outras circunstâncias, se carrega com o pesado fardo da Lei, para ele tão absolutamente inútil. A condição humana tem de se aceitar, sem restrições; nada há de mais essencial que este preceito, em todo o ensinamento cristão.

Uma outra questão mais subtil acresce a esta. Os heréticos Ebionitas, sustentando que Cristo fora pecador até à hora do baptismo, como todos os homens, mas que no instante em que a pomba pousara sobre ele, Deus havia entrado nele para sempre — admitiam já que o rito tinha sido como que o pretexto duma profunda transformação da própria personalidade de Jesus. No evangelho apócrifo dos heréticos citados, a voz do Alto não clama: «Tu és o meu filho bem amado, no qual pus todas as minhas complacências», mas: «Tu és o meu filho bem amado; hoje mesmo te gerei». Este será um dos temas mais frequentes da gnose; os «adopcionistas» afirmarão que

«Jesus é um homem semelhante a todos os outros, no qual, no momento do baptismo, foi colocado o Cristo, descido dos céus, sob a forma duma pomba». O seu baptismo seria, pois, muito mais que um rito realizado com fins exemplares; foi o momento em que Deus teria investido o homem-Jesus na sua missão messiânica, e em que ele próprio teria tomado consciência da sua vocação. O menos que se pode dizer é que estas teses heréticas contradizem muitos outros passos da Escritura, particularmente tudo o que São Lucas nos refere sobre o nascimento de Cristo.

Todavia, baptizando Jesus, João não dera ainda inteiro cumprimento àquilo de que fora encarregado. No dia imediato, refere o quarto Evangelho, vendo-o vir para si, o profeta exclamou: «Eis aqui o Cordeiro de Deus, aquele que tira os pecados do mundo!» (I, 29). A simples palavra de Cordeiro despertava, no espírito de qualquer Judeu, a imagem da vítima expiatória, do animal humilde que, desde o desterro no Egipto e desde Moisés, resgatava Israel com o seu próprio sangue. E, certamente, alguns dos auditores, ouvindo essas palavras, revocaram à memória o profético dito de Isaías (LIII, 7): «Maltratam-no e ele submete-se ao sofrimento. Não abre a boca, cordeiro que é levado ao matadouro, ovelha muda diante daqueles que a tosquiam» — palavras pelas quais o grande visionário havia anunciado o Messias doloroso que haveria de resgatar o mundo pelo sacrifício de si próprio.

Assim, ao mesmo tempo que predizia a glória de Deus descida sobre um homem, João, o precursor, evocava a outra imagem do Messias, aquela que Israel preferia olvidar. A união destes temas começava a realizar-se. No vau de Bèthabara consumara-se um mistério insondável; nunca mais será possível separar o filho de Deus, designado pelo Pai, da vítima oferecida para as sangrentas redenções.

CAPITULO SEGUNDO

A VIRGEM-MÃE E O MENINO-DEUS

O nascimento de um Deus

MIL recordações acordam em nossa consciência quando evocamos as circunstâncias de que o Evangelho cerca as origens terrestres de Jesus. O modesto casal formado por seus pais, abrigando sua vida errante numa gruta a que se acolhem os rebanhos; a jovem mãe que por suas mãos enfaixa e deita o seu filhinho; o Menino-Deus que dorme nas palhas do estábulo, aquecido pelos focinhos carinhosos do boi e do jumento — qual o homem do Ocidente que não conserva ainda hoje tais imagens nessa zona secreta da memória em que sobrevive a todos os ataques do cepticismo um reino de ternura e encantamento? Todos nós temos sonhado com essa noite límpida em que, louvando a Deus, o coro dos querubins prometeu aos homens a paz e a protecção do Alto; os pastores, os reis Magos, fazem parte das nossas evocações mais familiares, e a mais ingénua e tosca das memórias votivas que orlam os caminhos da Provença, desperta em nós um coração infantil.

Nenhuma solenidade litúrgica é mais popular que o Natal. Só ela tem o condão raro de reconciliar, num júbilo comum, aqueles que consideram essa festa como sendo a comemoração do nascimento de Deus, com aqueles para quem a mesma nada significa. Celebra-a também o mais incrédulo dos homens, com champanhes e salsichas; e esta veneração universal constitui um facto da História; provam essa veneração, a seu modo, os foliões das ruidosas comesainas e bailes da noite de consoada.

A arte tem multiplicado as obras-primas inspiradas nestes temas. Nenhum motivo foi, nesse aspecto, mais fecundo que o

daquela jóvem mulher que, mesmo apresentando Jesus ao mundo, porque ele é Deus, o envolve em seus braços, porque é seu filho, e o protege com todo o seu amor humano. Italianos, Flamengos, Germânicos, Espanhóis, nenhuma escola de pintores deixou de ter a sua «Anunciação», a sua «Natividade», a sua «Adoração dos Magos» e a sua «Fuga para o Egipto». É maravilhosa esta constante renovação de temas imutáveis! Do Mestre de Moulins ao Luini do Louvre, o ambiente em que é apresentado o estábulo assumiu o das mais variadas paisagens; a simplicidade dos antigos artistas, ignorantes da cor local e da pretensa erudição, acostumaram-nos a imaginar a cena sob os aspectos que nos são habituais, fazendo-a assim passar para a medula e para o sangue da nossa consciência. E, por vezes, a criação dos antigos é tão vigorosa que impõe ao espírito o quadro que eles escolheram; por isso custa-nos imaginar a fuga para o Egipto na cruel realidade dum dos mais temíveis desertos do mundo, desde que *Fra Angélico* a pintou na Toscana, numa paisagem de ocre, suave e luminosa, e de ciprestes aprumados.

No entanto, os documentos em que se baseia o nosso conhecimento de tais factos, resumem-se a bem pouco. Nem São Marcos, nem São João, nos seus Evangelhos, nem São Paulo nas suas Epístolas, os referem. Apenas São Mateus e São Lucas lhes consagram alguns capítulos; e, mesmo assim, mais sob a forma de introduções, de prefácios às suas obras. Um e outro, aliás, não contam de igual modo os episódios essenciais. Admite-se, hoje, que estes trechos dos dois Evangelhos não derivam da catequese primitiva, mas que foram acrescentados pelos respectivos redactores, segundo informações por eles colhidas e como que a título pessoal.

Porquê? O P. Lagrange fez notar que, desde que os soberanos orientais, divinizados, foram considerados como salvadores, sentira-se a necessidade de atribuir caracteres maravilhosos ao seu nascimento, para lhes autenticar a divindade. Em 238 a. J. C., o aniversário de Ptolomeu era considerado como data especialmente auspiciosa, sinal de uma era de alegria para os homens. Pelo I século a. J. C., celebravam-se na Ásia Menor as epifanias sacras de Antíoco de Comagénio. E, no ano 9.º antes da nossa era, um procônsul da Ásia tinha proposto que o dia

natalício do «divino César» Augusto fosse o início do ano civil, de tal modo era evidente que ele inaugurara uma era de admiráveis acontecimentos, a era de regeneração da humanidade. Ao reivindicarem o título de salvador para uma criança tão humilde, tão desprezada, que só teve um estábulo para lugar do seu nascimento, não obedeceriam os Evangelistas ao desígnio evidente de pôr em cheque as glórias falazes do mundo? Os primeiros cristãos podiam ir em linha recta ao essencial, isto é, à mensagem de Cristo, tal como ela se encontra no corpo do Evangelho, mas, à medida que crescia a veneração em torno de Jesus e que, ao mesmo tempo, os acontecimentos da sua infância despertavam cada vez maior interesse, haveria um certo prazer em os opor — tão extraordinários e admiráveis eram eles — às lendas dos pseudo-salvadores, dos potentados divinizados do Oriente.

No entanto, os mais antigos manuscritos e versões de São Mateus e de São Lucas, todos possuem esses capítulos com o mesmo teor que têm hoje. Desde o II e o III séculos que certos Padres da Igreja, tais como Justino e Ireneu, os citam, e o mesmo fizeram os heréticos Cerinto e Carpocrata, e o pagão Celso, anti-cristão. A sua linguagem é igual à do resto do Evangelho, o qual forma um todo homegéneo. O seu tom de convicção é evidente: Tito Lívio deixa nìtidamente perceber que não toma nada a sério a fábula de Rómulo e de Remo, e Heródoto elimina das origens de Ciro a cadela que o teria amamentado; São Mateus e São Lucas falam de coisas nas quais, visìvelmente, crêem.

Como as souberam eles? Sem dúvida que nos próprios meios sociais em que Jesus tinha vivido. Em dois lugares declara São Lucas que «Maria guardava com cuidado aquelas coisas no coração» (II, 19, 51), como se com isso quisesse indicar uma das suas melhores fontes. Como é admissível que os dois evangelistas tenham feito separadamente as suas investigações entre as pessoas que conviveram com Cristo, explicam-se bem as suas discrepâncias. Mas, seja como for: para nos convencermos de que semelhantes narrações não são devidas ao trabalho imaginativo das massas populares, a essa criação folclórica — a qual, como se sabe, cai tão fàcilmente no ridículo, — bastará comparar com os apócrifos os dois Evangelhos ca-

nónicos: dum lado, até no maravilhoso, há medida, comedimento; do outro, imensas vezes, se vêem o absurdo, o exagero, e até o indecoroso. Sem nos recusarmos a reconhecer, nos relatos da infância, o aspecto ao mesmo tempo poético e exemplar que neles tomam os episódios — um pouco como em nossas canções de gesta, por exemplo nas *Enfances Tristan* — podemos considerá-los como ligados à História e, incontestàvelmente, muito afastados daqueles contos piedosos, com os quais numerosas hagiografias embelezarão os primeiros passos dados no mundo pelos santos cujas vidas hão-de contar (1).

A estrada de Bethléem

Cerca de trinta anos antes de o Baptista aparecer nas margens do Jordão, tinha havido um recenseamento na Palestina. Os Judeus nada gostam de semelhantes formalidades estatísticas em que o homem, essa realidade única, se enumera por centos ou milhares, como se de cabeças de gado se tratasse. O próprio Moisés tinha-se visto em sérios embaraços para obrigar as tribos a tal sistema. Roma, porém, exigia das províncias, a inscrição, em registo oficial, dos nomes, profissões e haveres de todos os habitantes; tornava-se assim mais fácil estabelecer a distribuição dos impostos e ficavam mais rigorosamente localizadas as forças utilizáveis em tempo de guerra. É verosímil que Roma houvesse imposto essa obrigação ao pequeno reino judaico que ela mantinha sob a sua protecção, a menos que Herodes, sempre solícito em dar mostras de zelo perante o protector, tivesse sido quem espontâneamente a houvesse estendido ao seu país.

Na Palestina, o recenseamento implicava certas complica-

---

(1) Pode observar-se que os evangelhos da infância sublinham que o Filho de Deus é também, e inteiramente, um homem. São testemunhos concretos da Encarnação. Por isso os heréticos que negaram a humanidade de Jesus, não aceitam tais capítulos: Márcion declarava ter horror àquele estábulo e àquelas faixas, justamente quando estas mesmas humildes realidades inspiravam hinos a São Bernardo, cantor emocionante de Cristo humanizado (Cf. Daniel-Rops: *Mystiques de France*, pág. 80).

ções: a inscrição não se fazia no local da residência, mas na terra originária da família de que se descendia. Essas tradições familiares tinham sido sempre fortes em Israel; e muito mais ainda se tornaram desde que Esdras ([1]) tanto se esforçara por conservar a pureza da raça hebraica e por proibir o casamento com estrangeiros. Ainda hoje, o mais humilde dos Orientais se ufana de conhecer os seus antepassados; encontram-se, em Nova Iorque, Maronitas emigrados há três ou quatro gerações que podem ainda referir o nome da sua aldeia libanesa, e o Árabe sabe tão bem o sítio do seu clã ancestral, como Maomé sabia o do clã de seus maiores, os Ben Qoraïch, a «*gens* de Qorah». Tais recenseamentos feitos no lugar de origem, não eram, de modo algum, excepcionais; em 103 da era de Cristo, Caio Víbio Máximo, prefeito do Egipto, ordenará a todos os que não residirem na terra de origem das respectivas famílias, a regressarem sem demora a essa terra para aí se fazerem inscrever; podem ler-se em Londres os papiros que contêm esta ordem. E tais deslocações, esses vaivéns ao longo das estradas deviam parecer menos insuportáveis a criaturas ainda próximas dum certo ideal nómada, como os Hebreus, do que o seriam para o povo sedentário do Egipto, ou para os Franceses de hoje em dia.

Portanto, «tendo sido publicado um édito de César Augusto, que ordenava o recenseamento, todos se puseram em marcha, a fim de se inscreverem nos seus lugares de origem. José deixou Nazaré, na Galileia, e subiu à Judeia, à cidade de David, — chamada Bethléem, — pois que ele era da raça de David. E Maria, sua esposa, acompanhava-o; ela ia pejada» (*Luc.*, II, 1, 5).

Que casal era esse que o evangelista nos mostra, a caminhar pelas estradas, para obedecer à ordem do César? Um lar constituído pelos sagrados laços do casamento ([2]), e não menos, pelos liames do afecto; visto que só os varões eram obrigados a recensearem-se, acaso seria indispensável que uma mulher tão

---

([1]) Cf. DR : PB, *O tempo dos grandes impérios*, par. *Esdras e a Lei*.

([2]) Jesus, filho deles, comparecerá no Sinédrio, por ocasião do seu processo, privilégio esse reservado aos homens de nascimento indiscutivelmente legítimo (Cf. *Deuteronómio*, XXIII, 2).

nova (e no seu estado), fizesse o esforço duma tal viagem, se os dois esposos não tivessem querido realizar em comum essa tarefa? Eram uma pobre gente, um homem e uma mulher da plebe trabalhadora, mais ricos de coragem que de dracmas, dessa gente humilde que o poder encontra sempre dócil e resignada. Quando o seu filho nascer, para pagar a oferta obrigatória ao Templo, terão de contentar-se com um simples casal de rolas, pois a compra de um cordeiro ultrapassaria os seus recursos.

Ele é um operário, um carpinteiro, ao que se depreende confrontando dois versículos, de São Lucas (IV, 22) e de São Mateus (XIII, 55); de qualquer modo era um desses artistas cultivadores que formavam a grande massa dos habitantes da Palestina, e cuja piedade, disciplina e dedicação pelo trabalho tinham permitido à comunidade judaica, após o regresso de Babilónia, enraizar-se de novo no solo dos antepassados. José é o seu nome, um velhíssimo nome de Israel, o mesmo do glorioso filho de Jacob, cuja vida no Egipto está inscrita no Livro. O Evangelho envolve de sombra, de humildade e de silêncio, a sua figura; adivinhamos mais do que vemos, o vulto dum homem já maduro, a quem a experiência da vida ensinou bom-senso e moderação.

Ela, sua mulher, com certeza muitíssimo mais nova que ele, pois era de uso casar as donzelas logo que atingiam a nubilidade — ao passo que os homens esperavam pelos vinte e cinco anos e, muitas vezes, mais: uma Judiazinha de catorze anos tem já toda a aparência de mulher feita. Chama-se Maria, nome tão vulgarizado na Palestina desse tempo, como hoje o está em nossas freguesias, e que originário, talvez, do exílio no Egipto (a irmã de Moisés chamava-se *Myria*, no sentido de «Amada de Yahweh») significava, então, muito modestamente, sob a forma ortográfica *Miriam* ou *Mariam*, alguma coisa como «Boa-Dama». Naquela ocasião em que essa judiazinha se dirigia para Bethléem, que poderia ver-se nela senão uma jovem esposa vulgar, modesta, rica de fé e de virtudes ocultas, submissa a seu marido e, na aparência, semelhante a outras jovens mães que se encontram ainda hoje na Terra Santa, transportando uma criança a cavaleiro nos ombros ou na anca?

Sem dúvida, duas pessoas humildes: mas seria possível

que pertencessem à raça real de Israel? O facto não deverá surpreender. Era abundante a descendência dos populosos haréns, que David e Salomão sustentaram, e nem toda ficara exercendo altos cargos, e faustosas dignidades. No tempo dos Macabeus, a existência de numerosos herdeiros da família de David impedira os irmãos gloriosos de cingirem imediatamente a coroa; e quando, mais tarde, o imperador Domiciano (81-96) — informado da profecia segundo a qual um descendente de David teria a glória de abater perante si os poderosos e os tronos, — mandar convocar os últimos representantes da estirpe real de Israel, parecer-lhe-ão tão inofensivos e humildes os pobres campónios que lhe hão-de apresentar — dois netos de Judas, o apóstolo — que lhes poupará a vida e os restituirá às respectivas enxadas.

José e Maria eram, um e outro — ao que parece — da geração de David. Quanto a José, afirmam-no expressamente dois evangelistas — São Mateus, mesmo no começo da sua obra (I, 1, 17) e São Lucas, logo que principia a falar da carreira pública de Jesus (III, 23, 38); é que o facto assumia especial relevância por ser notório que o Messias havia de ser da progénie do grande rei, «ramo saído do tronco de Jessé, rebento brotado das suas raízes», como diz Isaías. Não têm importância as divergências que se notam entre os dois textos, as evidentes simplificações motivadas pelo desejo de obrigar todas as gerações a manterem-se em grupos de catorze nomes — catorze é o número das letras do nome de David — e as engenhosas explicações que, desde há dois mil anos, numerosos cristãos quiseram dar daquelas dificuldades (1); o essencial reside na categórica afir-

---

(1) Sem pretender entrar em todas as minúcias desta muito complexa questão, pode ter-se por certo que os dois evangelistas não procuraram estabelecer a genealogia de Jesus, com a rigorosa precisão a que visa o método histórico de hoje. A intenção deles era outra, dogmática, catequística, sendo facílimo apontar divergências e lacunas. Quando São Mateus encerra a lista completa dos antepassados de Cristo em três séries de catorze nomes, é evidente que suprime vários elos da cadeia. Por exemplo, entre Joram e Ozias, são esquecidos três monarcas; de igual modo, entre Josias e Jeconias, não se fala de Joaquim; de igual modo, também, entre Pharés, que nasceu no país de Canã, antes da família de Jacob passar ao Egipto, e Naassão, chefe da tribo de Judá no tempo do Êxodo, há apenas

mação dos dois evangeilstas, os quais não divergem senão quanto aos pormenores, talvez propositadamente. Pelo que se refere a Maria, é tradicional o facto de ela pertencer à progenitura de David: São Paulo parece afirmá-lo (*Rom.*, I, 3); os Padres da Igreja sustentaram, desde o século II, essa opinião, que tem a seu favor o costume, assaz frequente entre os Judeus, de os casamentos se fazerem entre indivíduos da mesma família, muitas vezes, por motivos de ordem legal. É, porém, impossível

---

três gerações num período de três séculos. Assim se explicam diversas contradições: por exemplo, de Zorobabel a Jacob, São Mateus não coloca mais do que oito elos da cadeia; São Lucas, entretanto, enumera dezassete até Héli.

As duas genealogias desenvolvem-se em sentidos opostos: a do primeiro evangelho desce de Abraão para Jesus, a do terceiro sobe de Jesus até Adão, «que nasceu de Deus». A diferença resulta dos objectivos visados pelos dois evangelistas: um quer provar aos Judeus que em Jesus se cumprem as promessas feitas a Abraão e a David; o outro, escrevendo para pagãos convertidos, demonstra que Jesus Cristo veio para salvar toda a descendência de Adão.

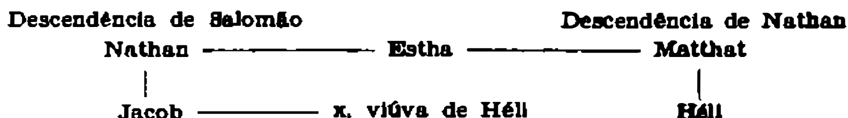
De Abraão até David, as duas listas são idênticas; mas de David a São José nada têm de comum senão os nomes de Salathiel e de Zorobabel; e ainda se pode discutir a identidade dessas personagens. Poder-se-ão conciliar estas divergências? Foram propostas muitas teorias, das quais as três principais são as seguintes:

1.ª — Admitamos que as duas listas dão os antepassados de José. Teremos o direito de notar que, entre os Judeus, as mulheres não figuravam nas genealogias, por não transmitirem qualquer espécie de direitos, e além disso, de recordar o famoso costume israelita do *levirato*, segundo o qual (*Deuteronómio*, XXV, 5) quando um homem casado morria sem sucessor, o irmão dele devia casar com a viúva e dar-lhe filhos, os quais eram considerados do morto, e tinham, assim, dois pais — um natural, outro legal. Fundando-se nesse costume, Júlio o Africano, escritor do século III, que afirmava ter obtido a informação dos próprios parentes de Jesus domiciliados em Nazaré, pretende que um evangelho se referia à filiação natural, e o outro à filiação legal. Por exemplo: Nathan teria tido de sua mulher Estha um filho chamado Jacob. Enviuvando, Estha teria desposado Matthat e ter-lhe-ia dado um filho, Héli. Por consequência, Jacob e Héli eram irmãos uterinos, descendendo um deles, por Nathan, de Salomão, e o outro, por Matthat, de Nathan. Como Héli tivesse morrido sem filhos, seu irmão Jacob teria desposado a viúva, e desta união teria nascido José, filho real de Jacob, descendente de Salomão, e filho legal de Héli, descendente, portanto, de Nathan.

estabelecer uma filiação que mostre a ligação entre a mãe de Jesus e David.

Dirigiram-se a Bethléem, por conseguinte: a Escritura dava essa cidade como lugar do nascimento do grande rei. O livro de Samuel afirmava-o claramente (I *Sam.*, XX, 6 e 28). Mil anos antes, fora nos campos de Bethléem que Ruth, a Moabita, vivendo por caridade nessa terra estranha, conquistara, numa noite de amor, o excelente Booz, dono do campo

---



2.ª — Outra hipótese seria a de que São Mateus tivesse dado a lista dos herdeiros oficiais do trono, com o fim de mostrar como os direitos reais foram transmitidos de David até Jesus, através de José. São Lucas, pelo contrário, reproduziria a série particular dos antecessores reais ou legais. Seria exactamente como se, para firmar os direitos do conde de Chambord ao trono da França, aquando da tentativa de restauração monárquica de 1873, dois propagandistas lhe tivessem estabelecido a genealogia, um pela série dos reis de França, isto é, passando pelos Valois (extintos com Henrique III) e pelos Bourbons, a partir de Henrique IV, o outro seguisse a verdadeira filiação pelo ramo dos Bourbons que começa com Roberto de Clermont, sexto filho de São Luís. Extinta com Jacob a estirpe salomónica, teriam os direitos reais passado, para o ramo mais novo de Nathan, e portanto para José, filho de Héli. Uma expressão como «Jacob dará José», que parece contrária a semelhante solução, não a torna, contudo, insustentável, pois São Mateus também escreveu claramente que «Joram dará Josias», sendo certo que estes dois príncipes estão separados um do outro pelo intervalo de três gerações!

3.ª — Tudo se tornaria simples se admitíssemos que, enquanto São Mateus nos indica os ascendentes de José, São Lucas enumera os de Maria. A fórmula de São Lucas (III, 23): «Jesus era, conforme se julgava, filho de José», pode, em rigor, significar: «Jesus passava por filho de José, mas, na verdade, não o era». Sabe-se que a tradição cristã admite que o pai de Maria se chamava Joaquim e não Héli, mas o Talmude dá Héli por pai a Maria, e, por outro lado, Héli é o diminuitivo de Elíacin que parece ter sido sinónimo de Joaquim, como o demonstra o livro de Judite, em que o sumo sacerdote é chamado indiferentemente por um ou outro nome.

A exposição mais clara que conhecemos sobre o conjunto deste debatidíssimo problema, é a do cónego Auzet, na sua edição comentada dos Evangelhos (Desclée, editor). A presente nota deve-lhe muito.

onde, após a ceifa, ela fora apanhar do chão algumas espigas, e de tal união surgira, através de um filho, Obed, a «árvore de Jessé», essa poderosa progenitura que os nossos escultores góticos evocaram, tantas vezes, nas fachadas das catedrais, e da qual fora David o mais belo florão (*Ruth*, IV, 18, 22) [1].

É longa a distância de Nazaré até Bethléem: perto de cento e cinquenta quilómetros por estradas medíocres que Roma não tivera ainda tempo de reconstruir dentro da sua técnica. Em passo de burrico, a montada tradicional que mesmo os mais indigentes possuiam, a viagem levava quatro dias cheios. Atravessada a planície de Esdrelon, onde ecoava ainda a glória bélica de Débora, a profetiza, seguia-se para o Sul, de povoado em povoado, cada um dos quais evocava determinadas personagens da longa história de Israel: Sulam, Eliseu, o homem dos milagres, e essa Sulamita, de quem o *Cântico dos Cânticos* eternamente exalta «o nome brando como um aroma»; Yzréel, a rainha idólatra Jezabel e as suas práticas abomináveis; no limiar de Gilboé, recordavam-se Saúl e Jonathas, infelizes heróis ali caídos em combate. A seguir, embrenhavam-se os viajantes na Samaria, não sem tristeza, pois a terra de Garizim tantas vezes bendita, aquela que possuia ainda a sepultura de José e o povo de Jacob, seria de futuro o país do cisma e da traição. Aparecia, enfim, a Judeia, agreste e ruiva; Silo, Betel, os antiquíssimos lugares santos dos Patriarcas já não eram mais que nomes; mas quando, à saída de um desfiladeiro, Jerusalém surgia, toda branca, vincando bem o perfil dessa longa prega de terreno pardacento que a sustém, eriçada de torres e palácios, todo o filho de Israel sentia contrair-se de ternura o coração e, buscando com os olhos o Templo, esse Templo que Herodes acabava de reconstruir, murmurava, numa acção de graças, o *Schema* dos antepassados.

Linda viagem, emocionante para almas pias, mas, também, penosíssimo trajecto para aquela mulher grávida, durante quatro ou cinco dias sacudida pelo trote da montada; quase se compreendem os apócrifos que, num sentimento de piedade, afirmaram que Maria, por milagre, tinha sido poupada às pertur-

---

(1) Para a história de Ruth, ver DR : PB. 2.ª parte, III.

ꞏbações que aquele seu estado, ordinàriamente, determina. A duas horas da Cidade Santa e depois de se ter saudado ainda a sepultura de Raquel, a desolada, chegava-se, por fim, a Bethléem.

Após tantos penhascos e tantos ermos, onde, como vestígio de vida, apenas se encontram alguns arbustos e um ou outro tufo de anémonas vermelhas e de cíclames, constituia espectáculo reconfortante o daquela vilazinha branca, empoleirada a cerca de 800 metros de altitude, nos flancos de duas colinas gémeas. Para lá de Bethléem, com o aspecto de chumbo a ferver que, de súbito, houvesse coagulado, recomeça o deserto em declive, na direcção do Mar Morto. Em volta da povoação, só se vêem pomares, campos dourados, olivais de prata. Beth-Léem, «a casa do pão», segundo a etimologia popular, chamada ainda Ephrata, «rica de frutos», merece bem tais nomes. Hoje é uma cidade de nove mil almas, com ruas tortuosas, cheias de povo, semelhante a tantas que se encontram no Oriente, e cuja originalidade característica é a de ser quase na sua totalidade cristã. As mulheres usam curiosas toucas ponteagudas, que datam possìvelmente do domínio francês, e chales de seda, de um branco imaculado. Certamente, mais pequena que hoje nos tempos de Cristo, ela não era, apesar disso, insignificante, e conhecia perfeitamente a sua gloriosa antiguidade.

Não lhe tinha vaticinado o profeta Miqueias o destino fulgurante? «E tu, Bethléem, a fértil, pequenina entre os milhares de outras de Judá, tu não és a menor, pois de ti sairá o chefe que há-de reinar sobre o meu povo de Israel, aquele cuja geração ascende aos velhos tempos, aos dias da eternidade!» *(Miqueias*, v, 1). Poderiam José e Maria esquecer esta profecia, eles que descendiam de David e que sabiam, sobretudo, de que prodígio era penhor aquele filho que Maria trazia nas entranhas? Uma grande esperança os amparava, e talvez dissessem consigo que o César não assinara o seu decreto, nem mobilizara os seus funcionários e escribas, senão para que se realizasse aquilo que, desde todos os tempos, havia de acontecer; porque os desígnios divinos permanecem obscuros para os homens, e os mais poderosos dos mortais não passam de instrumentos nas mãos de Deus.

A Virgem Mãe

Tudo isto acontecera, no ano antecedente, naquela aldeia de Nazaré, perdida entre as colinas da longínqua Galileia, donde vinham os viajantes. Maria não era, então, mais do que a noiva de José. Um anjo entrara no lugar onde ela se encontrava, e dissera-lhe: «Eu vos saúdo, cheia de graças; o Senhor é convosco; bendita sois vós entre todas as mulheres». Ao vê-lo, Maria sentira-se turbada. Que significaria uma tal saudação? — Nada receeis, replicara o anjo. Achastes graça diante de Deus. Ides conceber em vosso ventre; dareis à luz um filho e pôr-lhe-eis o nome de Jesus. Ele será grande; chamar-lhe-ão o Filho do Altíssimo. O Senhor lhe dará o trono de David, seu pai, e ele reinará eternamente na casa de Jacob. — Como poderá isso acontecer, se eu não conheço nenhum homem? — tinha Maria objectado. Mas o anjo, disse: «O Espírito Santo descerá sobre vós; o poder do Altíssimo cobrir-vos-á com a sua sombra. E por isso o Santo que de vós há-de nascer, será chamado Filho de Deus» (*Luc.*, I, 29, 35).

A cena admirável tem tantas vezes inspirado a arte e o génio, que nos sentimos prisioneiros de milhares de imagens quando pretendemos evocá-la. Será naquele delicioso jardim florentino que a devemos imaginar, entre o cenário de ciprestes e de flores garridas, em que o anjo se ajoelha, as mãos cheias de lírios, na frente de Maria manifestamente surpreendida, tal como Leonardo da Vinci a concebeu? Ou nessa burguesa simplicidade, nesse honesto conforto, em que a concebeu o velho mestre do Alto Reno, o qual nos mostra um anjo coberto com magnífico manto encarnado e uma Virgem Santa, no seu vestido azul dos Domingos? Cada pintor fantasiou sobre esse tema, segundo o seu espírito ou segundo o seu capricho.

A arqueologia quer um cenário com menos fausto. Ela mostra-nos, em Nazaré, aqueles casebres semi-troglodíticos, onde, muitas vezes, a mesma dependência, dividida ao meio, serve de um lado para o gado, e do outro para a família, ou aquelas barracas construídas com adobes, baixas, quadradas, dispersas pelos olivais, como aos milhares existem no país de Galileia. A basílica da Anunciação, moderna, mas construída, segundo se julga, no próprio lugar onde se erguia aquela outra

que, por ordem de Constantino, São Macário edificou, abriga, por baixo do altar-mor, uma cripta estreita; a tradição pretende ver aí a ante-câmara em que Maria se encontrava, quando o arcanjo Gabriel lhe apareceu. Estava ela a fiar lã, trabalhando para o Templo, assegura o apócrifo da Natividade. A Igreja grega, todavia, apoiando-se noutros textos não canónicos, coloca a cena junto daquela fonte inexaurível, situada à beira do caminho de Tiberíade, onde as mulheres de Nazaré vêm ainda, trazendo à cabeça, em equilíbrio — deitada, quando descem, direita, quando sobem — uma ânfora de argila negra, com reflexos azuis; chamam-lhe «a fonte de Maria», *Aïn Sitti Mariam*.

As palavras do anjo podiam confundir de estupefacção e de humildade a rapariguita a quem eram dirigidas; contudo, não eram tais que ela as não compreendesse inteiramente. A esperança do Messias, tanto acalentava uma criança de quinze anos apenas, como qualquer outro membro da comunidade judaica; e, acaso, uma descendente de David haveria de se recusar a acreditar que o «tronco de Jessé» pudesse, através dela, dar a suprema floração? Além disso, a promessa fora formulada pelo anjo, exactamente de acordo com as perspectivas em que tal promessa era mais aceite, pois ele não anunciou a Maria o Messias doloroso, a vítima sagrada (esta outra profecia virá mais tarde, na hora da Apresentação no Templo). Mas disse-lhe que Deus daria a seu filho o trono de David, e o poder eterno sobre a casa de Jacob. Por isso é que, só a custo ela formulou uma pergunta, muito simples, natural, que foi, contudo, talvez a revelação do seu voto mais secreto — o de manter a virgindade; depois aceitou, entregando nas mãos de Deus o seu corpo e a sua alma, e, também, a sua honra e o seu destino terrestre.

Porque, embora fosse sobrenatural o mistério de que o anjo se fizera anunciador, esse acontecimento levantava um problema, num plano humildemente humano. Maria era a noiva de José, o que bastava para estabelecer entre os dois um estado contratual, de que os nossos esponsais em nada são o equivalente. Segundo as nossas leis civis e religiosas só o casamento é acto e compromisso absoluto; a rotura de promessa não dá direito a qualquer reparação, senão muito raramente, quando há escândalo e prejuízo. Entre os Hebreus, os esponsais tinham

um significado muito vizinho do do casamento, conferindo todos os direitos, excepto o da coabitação. Durante um ano para as donzelas, e um mês para as viúvas, a noiva ficava colocada, antecipadamente, sob a jurisdição daquele a quem estava prometida. Embora as relações «conjugais» fossem, em princípio, proibidas entre os noivos, ensina-nos o Talmude serem elas bastante frequentes; o homem podia possuir a sua futura mulher, em casa de seu sogro. A criança nascida em semelhantes condições era legítima. A fidelidade, por consequência, era de estrita obrigação, nesse estado pré-nupcial; a infiel era tida por adúltera, e, se fosse denunciada pelo noivo, sofria a pena prevista pelo *Deuteronómio* (XXII, 23): à morte.

Quando Maria concebeu «antes de terem coabitado, José, seu marido, que era um homem justo, não querendo difamá-la, resolveu afastá-la de si, secretamente. Ora andando com esta ideia no pensamento, eis que um anjo do Senhor lhe aparece em sonhos, e lhe diz: — José, filho de David, não temas receber Maria por tua esposa, porque aquilo que nela foi concebido é obra do Espírito Santo» *(Mat.*, I, 18, 20). Tal como Maria tinha acreditado na palavra do anjo, assim José acreditara nessa revelação do sonho: está-se ainda nesse universo sobrenatural em que o Antigo Testamento costuma apresentar tantas das suas personagens e onde o contacto directo com as Potestades encontra o homem dócil e tolerante. A atitude do noivo que, por bondade, não quer denunciar a sua jovem prometida, mesmo quando as aparências são terríveis, e que, humildemente se sujeita ao difícil papel que, por Deus, lhe foi imposto, tem uma nobreza tal que as ironias fáceis não podem atingir. «Essa grande figura de São José, diz Claudel, do qual o nome basta para fazer sorrir as pessoas superiores» (¹).

Pouco tempo depois, novo sinal ia confirmar o prodígio que ocorreria com a donzela. O anjo havia ainda dito, como garantia do que acabara de prometer: «Eis que Isabel, vossa parente, de igual modo concebeu. Ela que diziam estéril, terá também um filho, na sua velhice; e está já no sexto mês» *(Luc.*, I, 36). Maria quis, por si própria, verificar este facto

---

(¹) ***Positions et Propositions*, pág. 147.**

que, tão de perto, lhe interessava. Fez a longa viagem da Judeia, chegou a casa de Zacarias e saudou Isabel. «Ora, apenas esta ouviu o cumprimento de Maria, o menino estremeceu-lhe no ventre; Isabel ficou cheia do Espírito Santo, e, levantando a voz, exclamou: — Bendita sois vós entre todas as mulheres. Bendito é o fruto do vosso ventre! E como mereço eu que venha ter comigo a Mãe do meu Senhor? Porque logo que a vossa voz chegou aos meus ouvidos, o meu filho estremeceu em meu seio. Bem-aventurada aquela que teve fé! Porque se hão-de cumprir as coisas que, da parte do Senhor, vos foram ditas!» (*Luc.*, I, 40, 45).

No mesmo instante, o espírito da profecia apoderou-se também da jovem visitante. Para agradecer ao Altíssimo, que acabava de fazer resplandecer a sua glória, deixou-se arrebatar pelo canto. O hino brotou dos seus lábios, um desses hinos magníficos de que tanto gostava a tradição israelita, animado pelo ritmo, amparado por todo um jogo de oposição de termos e cadências, impregnado de reminiscências dos textos (encontra-se neles qualquer coisa do cântico que a mãe de Samuel, Ana, improvisou por ocasião do nascimento de seu filho (I *Sam.*, II, 1) e que veio a ser esse hino litúrgico de que a Igreja ainda se serve para afirmar, do fundo da sua humildade, o orgulho da sua eleição, o *Magnificat* (*Luc.*, I, 46, 55).

«A minha alma glorifica o Senhor, e o meu espírito exulta de alegria em Deus, meu Salvador, porque lançou os olhos para a humildade da sua serva.

«Eis que, de futuro, todas as gerações me chamarão bem-aventurada, porque fez em mim grandes coisas o Todo-Poderoso, aquele cujo nome é santo.

«A sua misericórdia estende-se de idade em idade, sobre aqueles que lhe são submissos. O seu braço poderoso afasta os orgulhosos e apeia do trono os potentados.

«Mas eleva os humildes e cumula de bens aqueles que têm fome, e despede os ricos, levando vazias as mãos.

«Voltando a lembrar-se da sua misericórdia, tomou cuidado de Israel, seu servo, conforme prometera aos nossos pais; e protege para sempre os filhos de Abraão.»

Assim, no limiar do Evangelho se levanta a emocionante figura de Maria. Nela venera cumulativamente a fé cristã o

duplo ideal dessa pureza milagrosa, da qual o ente mais maculado conserva sempre a secreta nostalgia, e dessa inesgotável e universal ternura que a maternidade carnal reserva exclusivamente para os filhos que se lhe geraram nas entranhas. A imagem da Virgem Mãe transforma-se no coração do mundo ocidental em uma presença familiar: não se faz bem ideia de quantas coisas seriam diferentes se, das nossas tradições, a sua figura se apagasse. Festas das nossas quadras anuais, nomes de nossas mulheres e nossas filhas, nomes também de tantas cidades e aldeias, quantos dos nossos costumes trazem o signo de Maria, do mesmo modo que a nossa linguagem, a nossa literatura, e, mais ainda, a arte dos nossos monumentos! Crescendo, sem cessar, no decorrer dos séculos, sobretudo depois que a Idade Média francesa o colocou num lugar proeminente, o culto de Maria é um facto da História: São Bernardo encontra, só no amor da Virgem, a força necessária para que, embora tão fraco, possa realizar uma tarefa sobre-humana; os cruzados de Godofredo de Bulhão conquistam Jerusalém, cantando a *Salve Regina;* o P. de Foucault pacifica o Hoggar, milhares de missionários dedicam-se a obras de inesgotável caridade, não tendo por conforto mais do que a imagem dessa pequena Virgem Mãe no fundo dos corações. Dela nos dão também testemunho as catedrais de Amiens, de Paris, de Chartres, de Reims, de Florença e de Colónia, bem como as multidões de Lourdes ou de Fátima. Graças ao amor pelo modesto menino que a vontade do Todo-Poderoso enche de luz, a mais doce das tradições cristãs preenche em cada um de nós esse desejo insaciável e sempre insatisfeito, de tornar a encontrar, através das mais rudes amarguras, o nosso coraçãozinho de criança.

É natural que, em torno duma tal figura, a lenda tenha abundantemente germinado. Referindo-nos apenas aos antigos textos dos apócrifos, quantas fábulas piedosas alindaram uma história cuja nobreza dispensa fantasias! Esses contos têm, entretanto, um interesse histórico: a arte medieval que os encontrou no *Miroir* de João de Beauvais e em Jacques de Voragine, inspirou-se neles abundantemente. Quis-se conhecer os pais da Virgem — Ana e Joaquim — cujos nomes são absolutamente tradicionais. Garantiu-se que Ana casara três vezes e que, por isso, eram suas filhas as três Marias que se vêem junto de

Jesus, a filha de Joaquim, a Cléofas e a Salomé. O nascimento da Virgem teria sido milagroso: a mãe tê-la-ia concebido, segundo uns, ao cheirar uma rosa; outros diziam que, tendo Joaquim encontrado Ana, à Porta de Ouro do Templo, Deus lhe sugerira que a beijasse, e que Maria nascera desse beijo (um fresco delicado representa esta cena no pequeno claustro de Santa Maria Novella, em Florença). Quanto ao próprio casamento de Maria, como não havia ele de ser prodigioso! O esposo fora escolhido milagrosamente. O Sumo Sacerdote reunira no Templo os homens da tribo de Judá, tendo cada qual sua varinha na mão. Todas as varinhas, depois de serem depositadas no Santo dos Santos, haviam sido restituídas aos respectivos donos: da que Deus escolhesse voaria uma pomba. A pomba, porém, não aparecera. Então, um anjo advertiu o Sumo Sacerdote de que se esquecera da varinha de José. Logo que ele lha entregou, a ave do Espírito Santo fez a sua aparição...

Outras minúcias que os apócrifos nos dão, são menos delicadas. A virgindade da Mãe de Jesus parecia um milagre tão extraordinário que pretendiam demonstrá-lo por superabundância. Dizia-se que, para a testemunhar, Maria tivera de se submeter à prova da água amarga e que, depois de dar sete voltas ao altar, mostrara ao Sumo Sacerdote que nada aparecia no seu rosto. Garantia-se que, de tão misteriosa anomalia, poderiam ser testemunhas certas parteiras (as quais se vêem nos vitrais, em Laon, em Mans e noutros lugares); há mesmo uma anedota do *Proto-evangelho de Tiago*, em que a parteira Salomé, desejando, como Tomé, mais tarde em diferente circunstância, uma confirmação demasiado rigorosa, vê a sua mão ficar mirrada de repente, o que é dum gosto muito duvidoso. *Deliramenta Aprocryphorum*, diz São Jerónimo.

É evidente que o nascimento milagroso de Jesus forneceu matéria para abundantes discussões. Hoje, a «livre» crítica, repudiando «o mito da Virgem Mãe», propõe diversos argumentos ou hipóteses. Não teria sido uma tal «fábula» influenciada pelas diferentes partenogéneses que se encontram na antiguidade grega e oriental? A mãe do Deus Atis não ficou pejada, por ter comido uma dada romã? Não é verdade que Pitágoras, Platão, o próprio Augusto, beneficiaram de nascimentos mila-

grosos? E toda a gente sabe que Perseu, o herói grego, nasceu da virgem Dánae, fecundada por Zeus, que para o efeito tomou a forma duma chuva de oiro. Ou, pelo contrário, esse tema não teria aparecido nas primitivas comunidades cristãs, para mostrar que se cumprira a profecia em que Isaías diz: «A Virgem conceberá e dará à luz um filho» (VII, 14), passo que é, de facto, citado no Evangelho segundo São Mateus (*Mat.*, I, 21)? E' faz-se notar que o texto de Isaías só tem esse significado na tradução grega dos Setenta, onde se lê *parthenos*, virgem, sendo certo que a palavra correspondente do texto hebreu *'almah* tem um sentido bastante mais lato e significa apenas «ente feminino».

A isto responde a crítica católica dizendo que se podem fazer aproximações análogas com diversas histórias ou religiões em relação a quase todos os factos ou dogmas. Houve «críticos» que admitiram ser a vida de Napoleão a expressão dum mito solar; isso depende apenas da exigência que se manifeste quanto aos termos da comparação. E é preciso certa boa vontade para identificar as fábulas de Zeus transformado em chuva de oiro, em touro ou em cisne, com a descrição perfeitamente sóbria de São Lucas. A ideia dum deus pré-existente que se encarna, não se encontra em toda a Antiguidade. Além disso, seria plausível que as comunidades judaico-cristãs, tão hostis a qualquer penetração estrangeira, fossem aprender com as tradições idólatras? Quanto ao argumento colhido na citação de Isaías, deve dizer-se que já não é incontestável. Primeiro, porque o significado exacto da palavra *'almah* é objecto de infinitas controvérsias, e porque, além disso, se é verdade que os redactores do Evangelho gostam de citar as profecias do Antigo Testamento que fundamentam as suas narrações, nunca se pôde demonstrar que os factos tivessem sido inventados por eles com o fim de fazerem crer que a profecia se realizara. Nada autoriza, nesse ponto, a pôr em dúvira a veracidade, aliás exacta, do texto do Evangelho. A discussão poderá continuar durante muito tempo, sem que se avance um passo. E discutir o acontecimento será colocá-lo no seu verdadeiro campo? São Tomás de Aquino, falando do nascimento miraculoso de Jesus, e de outros factos análogos, disse que «não são *sinais* de fé, mas *objectos* de fé» (*Summa theologica*, III, p. 9, 29, art. 1 e 2).

Objecto de fé, foi-o desde logo para a própria Maria o nascimento prometido, pois que, ao aviso feito pelo anjo, respondeu com uma simplicidade magnífica: «Eis aqui a Serva do Senhor; faça-se em mim segundo a vossa palavra!» *(Luc.*, I, 37). Bossuet, nas suas *Élévations sur les Mystères*, observou: «É este o sólido alicerce da grande devoção que a Igreja teve sempre pela Virgem Santa». A Encarnação de Deus reclamava uma aceitação humana; para que o homem se salve é preciso ainda mais alguma coisa que uma intervenção exterior, seja ela de Deus: são necessários também o próprio esforço e a vontade de cada um. Nada poderá, todavia, também fazer-se sem a vontade do Alto. Fora isso, por certo, que o Profeta quisera acentuar quando anunciara que o nome do filho da Virgem seria *Emmanuel (Isaías*, VII, 14), e do mesmo modo o anjo, quando dissera a Maria que desse ao filho o nome de *Jesus (Mat.*, I, 21), pois que *Emmanuel* significa: «*EL* (Elohim) está connosco», e *Jeshouah:* «Yahweh é a nossa salvação». Uma e outra palavra têm significados evidentíssimos: o nascimento milagroso prometia ao mundo o seu Salvador.

Natividade

À entrada do aglomerado de Bethléem, uma vasta construção a que São Lucas chama «hospedaria» poderia ter recebido os viajantes. Tratar-se-ia, talvez, desse «Khan de Chanaam» que o Galadita, filho de um amigo de David, tinha, dez séculos antes, construído para os seus rebanhos. Essa espécie de caravançará, semelhante a tantos outros que se encontram ainda nos países do Oriente, nada tem de confortável: uma cerca quadrada limita uma superfície a céu aberto, onde se amontoam animais; um alpendre de madeira abriga, como calha, os seres humanos; quanto aos quartos, minúsculos e raros, alugam-se a preços muito altos, se considerarmos a sua qualidade. Este albergue de toda a gente poderia, assim mesmo, ter parecido acolhedor, àquele casal fatigado, se a afluência de povo o não tivesse tornado impraticável. Estava cheio: aos nómadas que, regularmente, vinham a Bethléem, com o fim de comprar trigo e vender queijos e tecidos, tal como ainda

fazem hoje, juntavam-se todos os demais que ali iam para se recensearem. Faz-se bem ideia daquele tumulto pitoresco, daquelas carriolas postas a monte, daquela barafunda barulhenta e malcheirosa; os burros zurram, os camelos, peados, procuram soltar-se; mulheres disputam um recanto abrigado das correntes de ar; e sobre toda esta gente extenuada paira o odor do sebo requentado que, desde a Grécia até ao Egipto, e da Argélia ao Teerão, as multidões do Oriente desprendem, invariàvelmente. Compreende-se que José tenha arrastado Maria para longe de semelhante rebuliço.

Demais, o tempo urgia. «Mal tinham acabado de chegar a tal lugar, completaram-se os dias em que devia dar à luz». Diz a mais antiga tradição que José instalou a mulher numa gruta, uma dessas grutas como tantas que se vêem ainda hoje em profusão na Palestina — as colinas de Bethléem estão autênticamente esburacadas — e que serviam de currais para os rebanhos. São Justino, o mártir, que escrevia no século II e conhecia bem tais paragens, dá desse facto um testemunho decisivo. Ali, a juvenil mulher encontraria, pelo menos, paz e silêncio.

Um curto versículo de São Lucas (II, 7) resume tudo quanto sabemos sobre o caso, ao mesmo tempo tão simples e tão prodigioso. «Deu à luz o seu filho primogénito, e o enfaixou e o deitou numa mangedoura». Inútil será bordar considerações sobre esta sóbria indicação. A frase deixa a impressão de que Maria estava só, que nenhuma outra mulher se encontrava com ela para lhe prestar assistência: os teólogos concluíram daí muitas coisas concernentes às condições milagrosas do nascimento e à virgindade de Maria *in partu*. Da mangedoura vêem-se ainda hoje os sucedâneos nesses comedouros em forma de gamela, onde se coloca a cevada dos rebanhos. Desprende-se deste episódio uma lição de extrema humildade que corresponde perfeitamente àquilo que se há-de observar mais tarde naquele que será «brando e humilde de coração». Quanto ao burro e ao boi que os nossos costumes põem de cada lado da mangedoura, vêm do Evangelho apócrifo da *Natividade*, cujo redactor se lembrou, possìvelmente, de duas passagens da Escritura: «O boi conheceu o dono, e o burro a mangedoura do seu Senhor» *(Isaías*, I, 3) e, segundo a versão dos Setenta, «Vós haveis de manifestar-vos, entre dois animais» *(Habacuc*, III, 2;

o hebreu traz: «no meio dos anos»). Mas a intenção é tão tocante — por associar, sob a forma de animais humildes, a Criação inteira ao nascimento do Salvador, — que a liturgia aceitou a tradição antiga, e, num responso do Natal, fala «dos animais que viram o Senhor deitado no estábulo».

Hoje, a igreja da Natividade está longe de conservar aquele carácter de pungente singeleza que se vê no episódio do Evangelho. Penetra-se nela como numa fortaleza; contra uma muralha ciclópica apoia-se uma torre macissa sem quaisquer aberturas que não sejam uma porta baixa e diversas seteiras. Um nartex, onde foram encontrados alguns formosos mosaicos, dá entrada para uma basílica de estilo antiquíssimo, uma dessas «Constantinianas» do IV ou V séculos que provocam sempre forte impressão de majestade. Tem cinco naves, divididas por filas de colunas de pedra encarnada, encimadas por capiteis brancos. Esta igreja, que abriga o local onde se verificou a misericórdia divina, serve de campo de batalha às rivalidades humanas; e até chegou a ser, em 1873, a liça de um ataque contra os católicos, lançado, em forma, pelos ortodoxos (1). Quanto à cripta profunda, muito comprida e pouco larga, que sob ela se estende, nada se parece com o que pode esperar-se duma gruta própria para estábulo; já não comunica com o exterior e não tem outro acesso que não sejam duas escadas. Um lugar retirado tem o nome de presépio: ouro e prata, com pedrarias cintilantes sob a luz de cinquenta lâmpadas de azeite; mármore, jaspe, pórfiro, metais raros, foram espalhados ali por toda a parte. E, no entanto, repetia São Jerónimo, o grande eremita que viveu, solitário, numa gruta vizinha: «Não foi entre ouro e prata que o Senhor veio ao mundo, mas na lama!» No meio duma laje de pórfiro, brilha uma estrela de prata dourada, que pretende assinalar o lugar exacto em que nasceu Jesus. Se não fosse a piedade, sem cessar renovada, das multidões que, do fundo dos países e do fundo dos tempos, vieram pousar lábios de crentes sobre esse pobre símbolo, sentir-se-ia aqui aquela cólera que todos os Lugares Santos — ou quase todos — com tanta facilidade provocam.

---

(1) Os Franciscanos nada mais têm, além do direito de passagem para a gruta.

Todavia, o acontecimento ocorrido na miserável gruta não ficaria confidencial. «Não longe havia uns pastores que passavam a noite nos campos a guardar os seus rebanhos». Tratar-se-ia desses pastores de aldeia que recolhiam, de noite, o gado no aprisco e que, por turnos, se mantinham de atalaia, para defender os seus bens, das feras e dos ladrões? O costume da vigilância nocturna dos rebanhos existe ainda na Palestina, e ouvem-se, muitas vezes, na escuridão e no silêncio, os gritos ritmados dos vigias, respondendo uns aos outros, e às vezes as modulações de alguma frauta pastoril que, entre si, alternam. Ou seriam verdadeiros nómadas que nunca recolhem os seus carneiros, limitando-se a deixá-los, de noite, com uma pata amarrada à cauda, a espessa cauda das raças ovinas do Levante?

«De repente, apareceu junto deles um anjo do Senhor, e envolveu-os com o esplendor da sua glória. Eles aterrorizaram-se; porém o anjo disse: — Nada temais, pois que vos anuncio uma boa nova. Todo o povo exultará de alegria. Hoje, na cidade de David, nasceu um Salvador que será o Messias. Reconhecê-lo-eis por este sinal: é um recém-nascido envolto em faixas, que está deitado numa mangedoura.

«E eis que, no mesmo instante, uma legião da milícia celeste se juntou ao anjo, e louvou a Deus, dizendo: Glória a Deus nas alturas, e, na terra, paz e boa-vontade para os homens.

«Quando os anjos, subindo ao céu, os deixaram sós, os pastores disseram uns aos outros: — Vamo-nos ver a Bethléem o que é que lá sucedeu, esse acontecimento que o Senhor nos mandou anunciar. Dirigiram-se à pressa para ali, e encontraram Maria, José e o recém-nascido no estábulo. E, ao vê-lo, contaram a revelação que lhes tinha sido feita, relativamente àquele Menino. Depois, tornaram a partir, louvando e glorificando a Deus» (*Lucas*, II, 8, 20).

O céu havia revelado aos humildes pastores um facto que todo o mundo ainda ignorava: a vinda à terra, daquele que deveria chamar-se a si mesmo o Bom Pastor.

Em que data nasceu Jesus?

Será possível atribuir a este acontecimento um lugar preciso no tempo, uma data, no sentido em que a história considera esta palavra? Temos aqui de reconhecer a nossa ignorância e que tal data, tão importante, — pois, nos usos do Ocidente, dela dependem todas as outras, — é das que mais sujeitas estão a conjecturas.

Se o nascimento de Cristo serve hoje de ponto de partida para a nossa era, devemo-lo a um monge cita, Dinis, o Pequeno, Dyonisius Exiguus, que vivia em Roma no VI século. Apoiando-se no célebre texto em que São Lucas (III, 1, 2) estabelece o momento da prédica do Baptista — pois fornece para esse facto seis coincidências, — Dinis raciocinou do seguinte modo: João começou a pregar no ano 15 do reinado de Tibério; o ministério de Jesus iniciou-se no ano imediato. Ora São Lucas (III, 23) ensina-nos que Jesus «por ocasião do seu baptismo, tinha aproximadamente trinta anos». Um simples cálculo, recuando trinta anos em relação ao ano 15 de Tibério, deu-lhe o ano 754 da era romana (754.º ano da fundação lendária da cidade): e foi esse número o adoptado. O excelente monge, não tendo nenhum meio de determinar a data em que morreu Herodes, nem a do censo, admitiu que estes dois acontecimentos foram anteriores a 754, e parou aí.

As coisas não são tão simples. Primeiro, como vimos, temos plausìvelmente de aceitar que o «décimo quinto ano» de Tibério se situa, não em relação à morte de Augusto, mas em relação à data em que o seu herdeiro foi associado ao trono (1). Além disso, a fórmula «cerca de trinta anos» não dá uma indicação muito precisa a respeito da idade de Cristo, sobretudo se pensarmos que sendo os trinta anos exigidos, pelo costume judaico, para se entrar na vida pública, o evangelista poderia muito bem querer tão sòmente assinalar que ele tinha a idade legal, que já não era adolescente. Se admitirmos que o baptismo se realizou em Janeiro do ano 28, Jesus, «com a idade aproximada de trinta anos», terá nascido, pelo menos, dois ou três anos antes do ano I da nossa era.

---

(1) Cf., mais acima, a nota da página 86.

Mas, sem dúvida, nasceu muito antes. Encontram-se, de facto, no Evangelho, outros esclarecimentos cronológicos. Jesus, segundo São Mateus (II, 1), nasceu «nos dias do rei Herodes», o que São Lucas confirma a propósito do Baptista (I, 5) e do anúncio feito a Maria (I, 26), e o que, de outro modo, volta a dizer o próprio São Mateus, a propósito da visita dos Magos (II, 3) e da fuga para o Egipto (II, 19, 22). Ora, nós sabemos por Josefo que Herodes morreu no ano 4 antes da nossa era; esta data é até verificada por um eclipse da lua, que o historiador judaico afirma ter precedido de perto a morte do potentado, e que a astronomia coloca em 12 de Março do ano 4 antes de J. C. Sabendo-se também que Herodes passou os últimos meses da sua vida nos banhos de Callirhoé, e depois em Jericó, e que os Magos o encontraram em Jerusalém, — temos de referir a 5 antes de J. C., pelo menos, a visita deles, e, plausìvelmente a 6, o nascimento de Jesus.

Um outro dado cronológico figura em São Lucas (II, 1, 2): diz respeito ao recenseamento que obrigou José e Maria a deslocarem-se a Bethléem. Esse recenseamento, que o Evangelho situa «no tempo do governo de Quirino, na Síria», provocou numerosas discussões. A história conhece perfeitamente esse Públio Sulpício Quirino, senador, antigo cônsul, antigo combatente de África, que foi, realmente, legado imperial na Síria; trata-se do mesmo que, encarregado de vigiar Tibério, então em Rodes em exílio mais ou menos voluntário, se entendeu com ele de tal modo que o futuro imperador ficou sendo seu amigo, e que é também o mesmo de quem Tácito conta o processo escandaloso que moveu a sua mulher, Emília Lépida, a quem havia repudiado. Infelizmente, nenhum autor profano se refere a esse recenseamento geral «da terra inteira». Talvez que tal facto nada tenha de surpreendente, dado que Dion Cássio, o único biógrafo que, de Augusto, escreveu uma vida pormenorizada, só chegou até nós, na parte relativa a essa época, sob a forma de fragmentos; que Tácito começa os seus *Anais* no reinado de Tibério; e que Suetónio e Josefo não estão completos. A célebre inscrição de Augusto em Ancira (Ankara) menciona três recenseamentos ordenados por esse Imperador: um em 726 (28 a. J. C.), outro em 746 (8 a. J. C.) e o terceiro em 767 (14 anos depois de J. C.). Diriam respeito tais

recenseamentos a todos os habitantes do Império, ou sòmente aos cidadãos romanos? É ponto discutível. E, tratando-se do segundo recenseamento, é preciso pôr a questão de Quirino: teria ele podido proceder ao recenseamento de — 8? Supôs-se que ele exerceu, por duas vezes, as funções de legado e que uma das suas legações foi na Síria a partir do ano 6 *depois* de J. C. Resta saber se a outra teria sido anterior, e se, por exemplo, pode ser situada no período que vai de 4 a. J. C. a 1 depois de J. C., época durante a qual há uma interrupção na lista, que possuímos, dos legados na Síria. Mas 4 a. J. C., não é 8; é preciso, portanto, admitir um outro recenseamento além daquele que figura no mármore de Ancira — um recenseamento que Quirino teria ordenado especialmente para os seus administrados: isto nada tem de inverosímil, pois que a administração romana gostava das coisas feitas com rigor e de bom grado se envolvia em papelada. Este recenseamento seria chamado «o primeiro» pelo evangelista, a fim de o distinguir dum outro que teria sido realizado dez anos após a morte de Herodes, e do qual nos falam os *Actos dos Apóstolos* e Josefo. Mas isso não dá uma coincidência absoluta com a data que pode estabelecer-se em relação à morte de Herodes (1).

Pode-se, pois, dizer que Jesus nasceu entre o ano 8 e 4, muito provàvelmente no ano 6. Esta incerteza, de resto, pela parte que diz respeito à sua vida, não tem senão importância diminuta, uma vez assente que o texto de São Lucas — «aproximadamente trinta anos» (III, 23) — deve ser tomado em sentido lato.

---

(1) Um leitor atento, M. L. Henry, tendo lido uma edição anterior deste livro, fez-nos uma observação muito interessante. É muito possível que o recenseamento tenha sido feito, nas diversas partes do Império romano, em datas muito diferentes. Em apoio da sua opinião, cita o facto seguinte: o recenseamento que se realizou no tempo do governo de Luís-Filipe nos territórios franceses de além-mar, não foi feito em toda a parte na mesma data: a Guiana forneceu a sua estatística em 1835, a Martinica em 1837, o Guadalupe em 1838. Da mesma forma o recenseamento de 1886 teve, nas colónias, atrazos análogos: Guadalupe só o fez em fins de 1888, a Reunião em fins de 1887. Igualmente ainda o de 1891 só em 1894 foi realizado na Martinica. Se análogas diferenças se registaram nos recenseamentos romanos, a interpretação do texto de S. Lucas torna-se extremamente flutuante.

Quanto ao dia exacto do nascimento, que todo o mundo, hoje, fixa em 25 de Dezembro, esta data resulta duma simples tradição. No século III, Clemente de Alexandria optava por 19 de Abril; propunham-se também os dias 29 de Maio e 28 de Março; no Oriente, durante muito tempo, admitiu-se 6 de Janeiro; e foi sòmente por 350 que a nossa data tradicional se afigurou estabelecida com maior exactidão. Pensaram certas pessoas que ela podia ter alguma relação com a festa do deus Mitra, ou do «Sol invencível», posta em concordância com o solstício do Inverno, segundo o calendário romano. Conhecem-se muitos casos em que a liturgia cristã utilizou, nas suas perspectivas, antigas festas pagãs. Não aconselhava o papa Gregório o Grande, aos missionários que enviava à terra dos Bretões, que «baptizassem os usos e os lugares venerados pelos idólatras»? As nossas fogueiras do São João e a nossa festa de Todos-os-Santos têm análogas origens. Consagrada pela comemoração do divino nascimento, a data de 25 de Dezembro já não invocará o deus iraniano, o touro imolado, ou mesmo o sol recobrando a sua força sobre os poderes da noite, mas sim aquele outro astro do qual Malaquias dissera: «Sobre vós, que temeis o meu nome, erguer-se-á o sol da justiça» (IV, 2).

Presságios de dor e de glória

Quando o Menino Jesus completou oito dias (prazo regulamentar), procederam à sua circuncisão, segundo o velho costume dos antepassados que, desde Abraão, Israel conservava por penhor do seu pacto com Deus (1). A circuncisão de João, o futuro Baptista, havia dado lugar a uma cerimónia familiar, durante a qual a glória de Deus tinha descido sobre Zacarias, seu pai. Para Jesus, filho de viajantes em trânsito, a coisa fez-se com a maior simplicidade. Deram-lhe o nome, aquele que fora indicado pelo anjo, e a rudimentar operação foi realizada, para obedecer à Lei.

Não era essa mais do que uma das diferentes obrigações legais que o nascimento dum filho, e, em especial, dum primo-

(1) Ver DR : PB, primeira parte, capítulo I.

génito, impunha aos pais. «Todo o primogénito varão me será consagrado» (*Êxodo*, XIII, 2, 13), tinha ordenado Yahweh, em recordação da graça que havia concedido, naquela noite em que, fulminando com a morte as crianças do Egipto, poupara as de Israel. Resgatava-se um rapaz com a oferta de cinco siclos (cerca de quinze francos-ouro) e, se bem que o texto sagrado tal não exigisse formalmente, havia o uso de o apresentar ao Senhor.

Por outro lado, os preceitos moisaicos impunham às mulheres que tivessem dado à luz, o dever de ir ao Templo para uma purificação. Durante quarenta dias, se dera à luz um filho, ou durante oitenta dias no caso de ser filha, a mãe permanecia impura. E devia ainda oferecer um sacrifício: conforme as posses, um cordeiro de um ano ou um casal de rolas ou de pombas (*Levítico*, XII).

Para cumprir estes dois deveres, Maria e José dirigiram-se, pois, a Jerusalém, e isso foi a causa dum outro sinal, duma importância singular. Um ancião da cidade, homem justo e temente a Deus, sendo avisado pelo Espírito Santo, veio ao Templo, justamente no momento em que o humilde casal, perdido na turba, levava ali o seu filhinho. Chamava-se o homem Simeão; prometera-lhe Deus que não morreria sem ver, com os seus próprios olhos carnais, o Messias que a sua alma tanto desejava. O conhecimento profético designou-lhe, no filho de Maria, o Ungido do Senhor, e tomando-o em seus braços, transportado de fervor, deixou explodir a sua alegria num cântico, nesse *Nunc dimittis* que a liturgia católica repete à hora de deitar e à hora da morte, como a expressão mais nobre duma confiança absoluta em Deus:

«E agora, Senhor, deixai partir o vosso servo em paz, segundo a vossa palavra, pois que os meus olhos viram a Vossa Salvação, o que preparastes ante a face das nações, a Luz que dissipará as trevas dos povos, a glória dos filhos de Israel!» (*Luc.*, II, 29, 32).

Mal tinha, porém, acabado de agradecer a Deus, quando o espírito da profecia lhe segredou outras palavras. E disse, dirigindo-se a Maria: «Esse menino vem ao mundo para a queda e para a ressurreição de muitos em Israel: será um sinal de contradição. A vós mesma, um punhal vos trespassará a

alma. O que se esconde no fundo dos corações será, assim, revelado» *(Luc.,* II, 34, 35). Singulares palavras essas para aquela mãe a quem a alegria do nascimento transportava, e que trazia dentro de si a certeza das promessas do Altíssimo! Contudo esboça-se ali a verídica imagem de Cristo, tal como ele há-de vir a ser: melhor ainda que na anunciação do anjo, vê-se nessas palavras o Messias. O grande apelo ao universalismo, que será o apelo de Jesus, anunciava-o o cântico de Simeão e a sequência dos seus versos fixava antecipadamente os aspectos do drama: a recusa de Israel, o conflito fatal, e, junto à Cruz futura, Maria já de pé, banhada em lágrimas.

E, como para confirmar os dizeres de Simeão, eis que Ana, uma velhinha, dotada, ela também, do espírito da profecia, filha de Phanuel, aparece em seguida e, por seu turno, reconhece no Menino o sinal da redenção: Simeão, Ana, — santas figuras, em quem se exprime o melhor do judaísmo decadente, mas profundamente fiel, daquela gente humilde que, sem se importar com as argúcias farisaicas nem com os conluios saduceus, traziam realmente Deus nos corações.

Os dois evangelhos da infância de Jesus completam-se neste ponto de modo surpreendente. São Lucas é o único que refere a cena da Apresentação no Templo, e, através das palavras de Simeão, o presságio do Cristo doloroso; São Mateus, e só ele, descreve outro episódio em que refulge a glória do Altíssimo, Rei dos Céus.

«Uns magos chegaram do Oriente a Jerusalém. — Onde está, diziam eles, o rei dos Judeus que acaba de nascer? Porque nós vimos a sua estrela no Oriente e viemos adorá-lo». Tendo sabido, então, que, segundo a Escritura, devia ser Bethléem o lugar do nascimento desse predestinado, puseram-se a caminho para ali. «E eis que a estrela, que tinham visto no Oriente, avançava diante deles; até que, sobre o lugar em que o menino se encontrava, parou». Maria e José, regressados de Jerusalém, habitavam, então, não já na gruta, mas numa casa do lugar. «Os Magos encontraram o Menino com Maria, sua mãe, e, prosternando-se, adoraram-no; depois, abrindo os seus tesouros, ofereceram-lhe ouro, incenso e mirra» *(Mat.,* II, 1, 12).

Essa pitoresca cena em que os três faustosos viajantes

do Oriente vêm inclinar-se perante o berço dum pobre recém-nascido é, de todas as do Evangelho da Natividade, uma das que mais têm impressionado as imaginações. O seu sentido simbólico tem sido imensas vezes posto em evidência pelos místicos: os poderosos da terra reconhecem, prosternados, a suprema autoridade do Menino-Deus; e as três oferendas dos Magos assumem o valor de signos: ofereceram o ouro, como a um rei; o incenso, como a um Deus; a mirra, como a um homem votado à morte. Muitos artistas a tomaram por tema, como Sassetta, Gentile da Fabriano, Dürer na rutilante tela dos Ofícios, e tantos outros — caprichando em fazer ressaltar o fausto dos adornos, dos mantos reais, das pedrarias com que ornamentam os Magos, em vivo contraste com a modéstia parda e escura do ambiente do Menino-Deus.

Muitos pormenores fixados pela Arte nada devem ao Evangelho segundo São Mateus, antes procedem, não dos Apócrifos sequer, que sobre tal ponto se mostraram particularmente discretos, mas de fontes ignoradas, de procedência oriental. A lenda que se formou em torno dos Magos proliferou através dos séculos, a ponto de crear, em muitíssimos lugares, como, por exemplo, na Provença, uma verdadeira tradição de natureza folclórica. Os Magos são os descendentes do grande adivinho Balaão. As moedas de ouro que levaram a Jesus, foi Terah, pai de Abraão, quem as cunhou, sendo elas depois dadas aos habitantes do país de Sabá, por José, filho de Jacob, quando lá foi comprar perfumes para embalsamar o corpo do seu progenitor. Fixou-se em três o número dos visitantes, quer para encarnarem as três idades da vida, quer para que um representasse a raça dos semitas, o segundo todos os Brancos restantes, e o último todos os Negros. Deram-se-lhes os nomes de Gaspar, Melchior e Baltasar, os quais, escritos numa fita que se traga no pulso, preservam dos ataques epilépticos. Por toda a parte, por toda a cristandade, se encontram estes temas lendários, como nos baixos-relevos da catedral de Amiens, em Saint-Trophime d'Arles, nos vitrais de Lião, do Mans; no tímpano do frontão norte de Chartres vêem-se os Magos deitados debaixo duma mesma capa, sem dúvida de conformidade com algum desconhecido pormenor da fábula. No castelo dos Baux nota-se ainda o escudo adornado com a estrela dos Magos, a atestar

que tão ilustre casa era aparentada com os gloriosos visitantes do Menino; e, porque se tinha como certo havê-los São Tomé baptizado na fé cristã quando viajou pelas Índias, a catedral de Colónia recolheu-lhes as relíquias!

Poderá a história acrescentar dados precisos a coisas tão lindas? Quem eram esses Magos vindos do Oriente? Desde o princípio do século III, época em que parece haver Tertuliano estabelecido semelhante tradição, chamam-lhes muitas vezes «Reis Magos», decerto porque o Salmo LXXI diz: «Os reis de Társis e os das ilhas pagarão tributo; os reis da Arábia e de Sabá oferecerão presentes». Originàriamente, os Magos eram os sacerdotes da religião masdeísta, tal como a praticavam os antigos Medos e Persas (1). Constituídos em casta muito fechada — segundo Heródoto, numa verdadeira tribo — passavam por levar austera vida, mantendo o fogo dos Altos Lugares, estudando o curso dos astros e os sonhos. Eram muito poderosos; fora um Mago quem tentara apoderar-se do poder imperial na Pérsia, enquanto Câmbises fazia guerra ao Egipto, afirmando ser Esmérdis, irmão do imperador, ressuscitado. Mas nada parece provar que, na época do nascimento de Cristo, isto é, durante o domínio dos Partos, os Magos desempenhassem ainda um papel primordial. Tem-se, antes, a impressão de que aquela designação se aplicava nesse tempo a todas as pessoas que se dedicavam ao estudo dos astros, tanto astrónomos como astrólogos, havendo entre eles bom e mau, uns que eram sérios, outros que eram charlatães. Os Magos da Escritura pertenciam, com toda a evidência, ao que havia de melhor.

Que tais homens, cujo ofício consistia em estar atentos às coisas misteriosas, tivessem sido advertidos do nascimento do Messias, é coisa que fàcilmente se pode admitir. Os Judeus haviam espalhado por todo o Oriente, e até nessa remota Pérsia em que se localizavam as aventuras de Tobias e de Ester, o grande tema da sua espectativa. Eles podiam conhecer a profecia que Balaão fora forçado por Deus a pronunciar em favor do Povo Eleito: «Sai uma estrela de Jacob, ergue-se um cetro de Israel» (*Números*, XXIV, 17). E Tácito, por muito orgulhoso

(1) Ver DR : PB, quarta parte, capítulo I, *A queda de Babilónia e a glória de Ciro.*

Romano que fosse, escreveu: «Estava-se geralmente persuadido, em razão de antigas profecias, que o Oriente iria tomar a vanguarda, e, dentro em breve, se veriam sair da Judeia aqueles que governariam o Universo» (*Hist.*, v, 23).

O problema da estrela é mais difícil (1). Em primeiro lugar, ocorre perguntar em que medida os «Magos» tinham, relativamente aos astros, conhecimentos tão prodigiosos como pretende uma arraigada tradição. Convém não esquecer que, por fazerem as suas observações a olho nu ou com instrumentos rudimentares, aos Magos faltavam certas bases que o mais pequeno telescópio fornece ao conhecimento moderno. Posto isto, que hipóteses poderemos formular? Acode imediatamente ao espírito a de uma «*nova*», a de uma verdadeira «estrela nova» como aquela que apareceu na Águia em 1918, ou como a que se viu em 1572 após a «matança de S. Bartolomeu»; essa hipótese tem, entretanto, contra si a circunstância de nenhuma aparição de semelhante natureza ter sido assinalada na época em questão, por qualquer autor digno de fé. Seria possível tratar-se dum cometa? Quando, em 10 de Janeiro de 1910, o de Halley se tornou visível em Jerusalém, observou-se nìtidamente a passagem da sua claridade, de leste para oeste; tornou-se difusa a oriente e reapareceu no ocidente, bem visível, o que confirmaria a indicação do Evangelho. Mas o cometa de Halley passou apenas, no céu dos nossos países, no ano 12 antes de J. C., e não em 6; outros cometas, assinalados pelos Chineses em 4 e em 3 antes de J. C., parece não terem sido observados no Ocidente. Por outro lado, os cometas, sujeitos, como todos os astros, ao movimento diurno, não podem indicar uma direcção exacta, e ainda menos uma casa da cidade. Pensou Képler que o fenómeno astral poderia ter resultado duma conjunção dos planetas Júpiter e Saturno no signo zodiacal dos Peixes e, coisa extremamente curiosa, calculara que esse fenómeno deveria ter-se produzido em 6 antes de J. C., ignorando completamente que é essa a data mais provável do nascimento de Jesus. Seja como for, o termo *astro* da Escritura pode perfei-

(1) As preciosas informações de ordem científica que utilizamos aqui, foram, em grande parte, fornecidas por M. Jean Bosler, director do Observatório de Marselha.

tamente, segundo o significado grego, ser tomado, não como *estrela*, mas como *fenómeno astronómico*. É lícito, pois, admitir ainda tratar-se desse magnífico fenómeno da luz zodiacal, claridade considerável que tantas vezes se observa no Oriente, em países de céu puro, centrada sobre o sol poente e que impressiona sempre a imaginação. Finalmente, já nos confins da ciência e da lenda, Méréjkovsky sustentou que a Escritura se referiria a um fenómeno celeste extremamente raro, a precessão astronómica, a passagem do ponto equinoxial do signo zodiacal do Carneiro para o dos Peixes, o que teria significado, para os Magos babilónicos, obcecados pela ideia de um esperado e novo Dilúvio, a promessa do fim do mundo, o anúncio duma nova era da humanidade.

A cólera de Herodes

Havia na Judeia um homem a quem esta visita dos Magos interessava tanto como a José e a Maria, embora por motivo diferente: esse homem era Herodes, o próprio senhor daquele país, o velho déspota que, estando enfermo nessa ocasião e obcecado pelo terror da morte, de dia para dia mais ameaçadora, nem por isso deixava de continuar a defender, com a paixão de sempre, as suas prerrogativas de reizete. Quando os visitantes do Oriente chegaram à cidade e ele soube o que procuravam, ficara profundamente preocupado. Fora ele quem, tendo obtido informações fidedignas, aconselhara os Magos a irem a Bethléem, recomendando-lhes que viessem avisá-lo, logo que tivessem encontrado o menino; também ele o queria ir adorar! Realizada a visita, os Magos foram-se embora por outra estrada, sem voltarem ao palácio herodiano: um sonho lhes ordenara que assim procedessem.

Esse foi um acto de prudência, porquanto, para barrar o passo a quem quer que lhe parecesse capaz de lhe fazer sombra, jamais Herodes recuara perante processos categóricos. Esse Beduíno, de sangue mesclado, sentia na crueldade um prazer de artista. Por suas mãos afogara seu cunhado, o formoso Aristóbulo, pequeno Sumo Sacerdote de dezassete anos, que, em sua opinião, se tornara demasiado popular; sucessivamente, o seu

outro cunhado, José; Hircano II, rei octogenário; Maríame, a orgulhosa Asmoniana, apesar de ser sua esposa muito querida; depois ainda Aristóbulo e Alexandre, seus próprios filhos — todos tinham morrido por sua ordem. Com os pés na cova, e espia ainda outra vítima, o seu terceiro filho Antipater, a quem fará cortar a cabeça, na véspera do dia em que ele, Herodes, vier a falecer. Todo o seu governo (de 40 até 4) foi assinalado por ondas de sangue. As execuções em massa não lhe repugnavam mais que os assassínios isolados: por terem derrubado a Águia de Ouro, ídolo desonroso que o tirano quisera colocar na fachada do Templo, ele fez supliciar quarenta mancebos, verdadeiras tochas vivas a que mandou lançar o fogo; e já em frenética agonia, ordenou a chacina de todas as personagens principais da comunidade judaica, «para ter ao menos alguém que chorasse sobre a sua sepultura» (1).

«Ora Herodes, vendo que tinha sido enganado pelos Magos, ficou muito encolerizado. Mandou matar todos os meninos que havia em Bethléem e arredores, da idade de dois anos para baixo, de harmonia com a data que conhecia exactamente pelos Magos» *(Mateus*, II, 16). Esta «Degolação dos Inocentes», — tal é a expressão consagrada, — não parece de todo incompatível com aquilo que sabemos do carácter de Herodes. Talvez até que ela houvesse parecido menos horrível aos Antigos que a nós: Suetónio fez-se eco dum boato, segundo o qual o Senado romano, pouco antes do nascimento de Augusto, teria sido avisado por um presságio de estar para vir ao mundo uma criança que reinaria em Roma, pelo que decretara uma hecatombe perfeitamente análoga. O número desses assassínios praticados nos recém-nascidos de Bethléem, não parece ter sido muito grande. A povoação devia contar, ao tempo, cerca de duas mil almas. Se admitirmos que nasçam por ano umas trinta crianças por cada mil habitantes, e tendo em conta que esse número se deve dividir entre os dois sexos (pois só os varões foram abrangidos pela determinação real), e atendendo também à mortalidade habitual, poderemos concluir pela cifra de vinte e cinco aproximadamente. A Igreja venera essas pequeninas vítimas que pagaram com a vida a segurança do Messias e mostra-as, de

(1) Sobre Herodes, ver DR : PB, quarta parte, fim do capítulo II.

um modo encantador, na liturgia que lhes consagra, a brincarem com as palmas e as coroas de mártires inocentes.

Porque, milagrosamente, Jesus havia sido salvo. Um anjo do Senhor aparecera a José: «Levanta-te, pega no Menino e na mãe, foge para o Egipto e deixa-te lá estar até que eu te previna, porque Herodes vai procurar o Menino para o matar» (*Mateus*, II, 13). José obedecera e, nessa mesma noite, havia partido. Desde a destruição de Jerusalém por Nabucodonosor, eram numerosos os Judeus, em terras do Nilo; e a colónia que formavam não tinha ainda deixado de aumentar, depois de a Palestina haver passado à condição de província helénica. Deviam ser, à data, muito perto de um milhão. Alguns deles tinham até edificado em Leontópolis um templo que se dizia rival do de Sião. Mas a maior parte mantinha-se fiel, em constantes relações com os seus irmãos da Palestina: em Alexandria, onde constituíam dois quintos da população, não tinham os seus sábios, segundo se dizia, vertido os livros sagrados para a biblioteca do Faraó Ptolomeu II, versão que se chamava «a dos Setenta»? Era perfeitamente natural que, procurando fugir, José se dirigisse para essa terra hospitaleira.

A família partiu, pois, com o menino. O burro transportava toda a fazenda e toda a esperança daquela pobre gente, o burro, bom animal infatigável, ao qual quarenta quilómetros de jornada não diminuem a coragem. Seguiram, certamente, a pista das caravanas que passa tão perto quanto possível do litoral. Porque o interior do país é pavoroso; um oceano de areia, onde não aparece o mais insignificante vegetal; o litoral, pelo contrário, tem a estepe, embora pedregosa e eriçada de pequenos silvados. Os exércitos que se viram obrigados a transpôr estes lugares hostis, sempre aí encontraram muitas dificuldades; o de Gabínio, em 55 antes de J. C.; o de Tito, em 70 depois de J. C.; e o último, o de Lord Allenby, em 1918, por ocasião do seu ataque à Palestina.

Os redactores do Evangelho apócrifo da Infância, apiedados com a lamentável sorte do pobre trio, nessa jornada, contam duas fábulas encantadoras. Numa delas, é a Virgem Maria que, sentada ao pé duma palmeira, tem desejo de comer algumas tâmaras; mas, como elas estão inacessíveis, o Menino Jesus ordena à árvore que se curve, e, para a recompensar da

sua obediência, anuncia-lhe que um anjo vai levar um dos seus ramos ao Paraíso, a fim de lá ser plantado e, para que de futuro, as palmas sirvam aos Bem-aventurados, para louvar a Deus: na divisória do coro de Notre-Dame de Paris, como nos vitrais de Lião e de Tours, está evocado esse episódio. Na outra fábula, José e Maria são abastecidos de provisões por dois salteadores de estrada, que se apiedaram da miséria deles; um desses bandidos caridosos seria nem mais nem menos que o bom ladrão, ao qual Jesus, pregado já na Cruz, prometeu o Paraíso; esse episódio está reproduzido num esmalte limosino do Museu de Cluny.

Quanto pròpriamente à estadia no Egipto, coisa alguma se sabe. Numa cripta do Velho Cairo, em pleno bairro copta, venera-se—segundo se crê, desde longa antiguidade,—um lugar onde a Sacra Família teria residido. Em Matarieh, a dez quilómetros do Cairo, um sicômoro passa por ser aquele a cuja sombra Maria gostava de sentar-se; trata-se duma velha árvore, mas, apesar das grades que a protegem das devoções excessivas, é muito duvidoso que tenha dois mil anos! Os Apócrifos, bem entendido, sabem a tal respeito muitas coisas mais, e contam-nos que, no instante em que Jesus entrou no templo de Heliópolis, ruíram os ídolos dos 365 deuses que ali havia; vendo isso, o governador Afrodísio, o centurião da praça, e os seus homens, converteram-se ao cristianismo. O célebre mosaico do arco triunfal de Santa Maria Maior, em Roma, mostra-nos esse prodígio, enquanto que num vitral de Mans, a estátua que desaba (assim fica mais bem marcado o símbolo) tem a cabeça de ouro, o peito de prata, o ventre de cobre, as pernas de ferro e os pés de barro, segundo a descrição profética que Daniel dera dos ídolos, desses ídolos que simbolizam as potências da terra condenadas à destruição (*Daniel*, II, 31, 35).

Essa estadia, em todo o caso, não deve ter sido muito longa, pois São Mateus diz que José, avisado pelo Anjo, de que Herodes morrera, reconduziu Maria e Jesus à Palestina; mas, ao saber que Arquelau substituíra o pai, não ousou instalar-se na Judeia e regressou a Galileia. Sensata precaução, pois que Arquelau era quase tão feroz como o seu predecessor: não inaugurara ele o seu reinado com uma chacina de três mil Judeus? Herodes morreu em Março ou Abril do ano 750 de

Roma, e imediatamente Arquelau lhe sucedeu. A execução dos três mil rebeldes ocorreu, de facto, no começo do reinado. Jesus, nascido, sem dúvida, em 749 ou 748 da era romana, deveria ter entre oito e dezoito meses, quando seus pais reentraram na terra em que ele nascera.

A infância em Nazaré

É para Nazaré, na Galileia, que São Lucas e São Mateus fazem voltar a Sagrada Família, após a estadia no Egipto. São Mateus acrescenta: «A fim de que se cumpra a palavra dos Profetas: ele será chamado Nazareno» *(Mateus,* II, 23). Justamente este dito tão preciso provocou infinitas discussões, a ponto de levar a pôr em dúvida a existência do referido lugarejo galilaico. No versículo de São Mateus, duas ideias se confundem: a afirmação de que Jesus viveu em Nazaré, e a alusão a profecias que essa estadia em Nazaré viria confirmar.

A respeito do segundo ponto, é forçoso confessar que pairamos em plena conjectura. As palavras «ele será chamado Nazareno» não se encontram, textualmente, em nenhum lugar do Antigo Testamento. Por isso o evangelista se exprime num tom vago: «Os Profetas», diz ele; mas qual? Quando muito, poder-se-á observar que a etimologia liga Nazaré a certos termos que exprimem a ideia de *ramo*, de *rebento*, de *germe* e que devido a isso, por um desses jogos de palavras de que tanto gostam as línguas orientais, São Mateus teria querido fazer alusão às profecias em que o Messias é anunciado como «o ramo do tronco de Jessé» *(Isaías,* XI, 1), «o rebento suscitado a David» *(Jeremias,* XXXIII, 15), «aquele cujo nome será germe» *(Zacarias,* VI, 12).

Quanto a Nazaré, é certo que nenhum texto pagão ou judaico, anterior a Cristo, assinala a sua existência. Nem mesmo no Talmude, nem em Josefo, o seu nome é pronunciado. Um único escrito judaico lhe faz alusão: um poema de Éléazar Kalir que data do século VII; cita-a como uma das localidades galilaicas, onde, após a destruição de Jerusalém, no ano 70, as vinte e quatro classes sacerdotais procuraram refúgio. Este silêncio é menos inquietador do que, a princípio, parece. Nazaré

era, certamente, um lugarejo de mínimo valor, perdido nessa Galileia que os Judeus de Jerusalém tinham por excêntrica e remota. Os Rabinos não se interessavam senão pelos lugares em que florescia alguma das suas escolas. Não oferece dúvidas que Nazaré tenha existido no IV e V séculos, e, em qualquer caso, no momento em que a *Mischna* do Talmude foi redigida: todavia, ela não diz uma palavra a seu respeito. Se não está, assim, provado por textos exteriores à Escritura que Nazaré tenha existido na época de Cristo, tal incerteza não permite, de modo algum, que nos recusemos a admitir, sobre esse ponto, os testemunhos convergentes de São Lucas e de São Mateus, ainda confirmados por São Marcos (I, 9) e por São João (I, 45, 46) (1).

A crítica não-cristã tem, no entanto, perguntado se não será muito mítica a localização da infância de Jesus em Nazaré, e se o termo «nazareno» não teria significação completamente diferente. É certo que essa palavra anda aplicada à personalidade de Cristo, em todo o Evangelho, como uma espécie de qualificativo, ao mesmo tempo alcunha e determinativo. Conhecem-se, porém, outros exemplos de sobrenomes análogos: Judas, o rebelde, que combaterá Arquelau, será chamado o Gaulanítida, sem que, por isso, se ponha em dúvida a realidade do seu cantão natal. Sustentou-se que Jesus teria pertencido a determinada seita de «nazarenos» de que nos fala um Padre da Igreja grega do século IV, Epifânio, os quais não seriam outros senãos esse mandeanos que já vimos no séquito de João Baptista; nada prova, porém, que tal seita haja existido anteriormente a Cristo. A não ser que se trate de alcunha provocada por alguma semelhança exterior entre Jesus e aquela gente: mas, então, por que motivo os seus discípulos, e ele próprio, a empregaram? Mais recentemente, houve quem apresentasse a tese (2) de que *nazareno* podia relacionar-se

---

(1) Esta última alusão confirma a ideia que se pode fazer da mediocridade de Nazaré naquele tempo. Quando se diz ao futuro apóstolo, Natanael, que Jesus vem de Nazaré e é o Messias, ele responde, com desdém: «Poderá sair alguma coisa boa de Nazaré»?

(2) Principalmente Guignebert.

com *nazir* e que Jesus, que é muitas vezes designado como «o santo de Deus», teria sido um desses fervorosos servos do Altíssimo que, como outrora Sansão, se entreligavam por um certo número de votos (¹); ao que logo se objectou nunca transparecer do Evangelho que Jesus estivesse ligado por votos de qualquer espécie, e que, além disso, os compromissos do Nazariato eram, na época de Cristo, apenas temporários. No fim de contas, estas engenhosas hipóteses não conduzem a nenhuma solução decisiva; Renan escreveu sem qualquer hesitação que Jesus nasceu em Nazaré, como se Bethléem devesse relegar-se para o âmbito das fábulas; Guignebert, que já não acredita em Bethléem, duvida também da existência de Nazaré; é o que se chama progredir em conhecimentos...

Por conseguinte, também é «científico» admitir que Nazaré teve existência, e que Jesus viveu ali, e aceitar mesmo aquela tradição antiquíssima que nos diz ser a pátria de Cristo esse insignificante lugarejo branco e verde, que se aninha hoje, um pouco à guisa das cidades da Úmbria, no rebordo dos montes encrespados que fecham, pelo norte, a planície de Esdrelon. Conta ele, actualmente, três a quatro mil almas; as suas ruas e as suas casas assemelham-se a todas as que se vêem no Oriente. Distingue-se apenas pela multiplicidade das suas igrejas, dos seus conventos e dos seus campanários. Está totalmente envolvido por um círculo de colinas harmoniosas, salpicadas de pequenas casas rústicas construídas com adobes brancos; fusos de ciprestes negros, erguem-se por entre olivedos, vinhas e campos de trigo. Os jardins estão repletos de lírios e verbenas, e sobre muros sem conta as bungavílias exibem, com sumptuosidade, os seus pluviais de púrpura episcopal.

É nesse quadro que podemos imaginar Jesus menino. Bastante diferente do que no-lo mostra, aliás encantadoramente, uma antiga estátua do século IV que pode ver-se em Roma, no museu das Termas, muito sossegado e muito compostinho, na sua túnica comprida e plissada, — ele seria, quanto ao físico, muito parecido com os rapazitos judeus, nervosos, cheios de vida,

(¹) Ver, atrás, pág. 84.

que se encontram pelas estradas da Palestina, nessa planície de Esdrelon transformada em verdadeiro centro de sionismo, escassamente vestidos, descalços, um ar de grande inteligência e de grave paixão a transparecer-lhes no rosto.

A vida da Sagrada Família, da qual tantos pintores procuraram evocar o segredo, desenrolou-se numa dessas casitas modestas que se encontram ainda no lugar; um compartimento único, em geral, onde paira um cheiro adocicado, de azeite de oliveira; o fumo sai, muitas vezes, pela porta única da casa; à noite, uma lâmpada de barro colocada em castiçal de ferro ou em cima de uma pedra saliente da parede, dá uma triste claridade. Julga-se que a Igreja da *Nutrição*, como revelam vários trabalhos arqueológicos, ocupe justamente o lugar em que estava a casa em que José «criou» Jesus; anàlogamente àquela em que Maria recebeu a visita do Anjo, ela seria subterrânea em grande parte, escavada no calcário brando da região; e aquelas escadas grosseiras, hoje ornamentadas com mosaicos, tê-las-ia o Menino subido e descido.

A sua educação deve ter sido igual à que todos os mancebos Israelitas recebiam então. Parece ter havido, nessa época, um verdadeiro ciclo de estudos que o Talmude nos descreve. Dependiam da sinagoga, e eram presididos pelo *hassan*, espécie de bedel e de administrador do lugar venerado onde se reuniam os fiéis. No *beth-hasepher*, na escola primária, sentados no chão em volta do rolo em que estava escrita a Lei, as crianças repetiam em coro versículos da Escritura até ficarem bem sabidos. Em hebreu, uma mesma palavra acabou por significar repetir ou aprender. Este ensino explica, decerto, o conhecimento profundo dos textos do Antigo Testamento que Jesus, quando homem, mostrará possuir: grava-se em nós aquilo que aprendemos bem em criança; foi da *Torá*, e só da *Torá*, que o pequeno Judeu recebeu a sua primeira formação. Terá Jesus levado mais longe os seus estudos? Terá, porventura, frequentado qualquer dessas escolas rabínicas que poderiam existir não longe de Nazaré? Nada o indica; mas poderemos desconfiar que não, a julgar pelo espanto que mostrarão os seus compatriotas, quando, ao inaugurar o seu ministério, ele se revelar mais sábio e

mais instruído das coisas divinas que os «mestres em Israel» (*Marcos*, VI, 2).

Um problema de maior delicadeza surge agora: O menino Jesus viveu entre irmãos e irmãs, ou era filho único? O Evangelho fala várias vezes dos «irmãos» do Senhor, e até os enumera, Tiago, José, Judas, Simão, acrescentando irmãs (*Marcos*, VI, 3). Mas a opinião dum grande número de cristãos [1] opõe-se à interpretação que acode, imediatamente, ao espírito, de que José e Maria, após o nascimento miraculoso de Jesus, teriam tido filhos, esses naturalmente concebidos. A Igreja católica prega, porém, a virgindade perpétua de Maria — *ante partum, in partu, post partum* — esta última apoiada numa tradição que existe na Igreja, desde época muito remota. Parece certo, a quem considera objectivamente os textos, que no Evangelho se não vê, junto de José e de Maria, senão uma criança; em particular, por ocasião do incidente de Jesus perdido no Templo, que vamos referir, tem-se nìtidamente a impressão de que os pais não possuíam outros filhos. No decorrer da sua vida, os concidadãos de Jesus chamar-lhe-ão invariàvelmente «filho de Maria» e Renan interpreta tal qualificativo como a prova de que Jesus era filho único da viúva Maria. E como iria Jesus Cristo, já moribundo na Cruz, confiar sua mãe ao discípulo João, se ela tivesse ainda sete filhos? A resposta de Maria, dada ao Anjo: «Como poderá isso acontecer, se eu não conheço nenhum homem?» — parece subentender que ela queria preservar a sua virgindade. Deixamos aqui, incontestàvelmente, um feixe de argumentos dignos de consideração.

Resta ainda a expresão «irmãos do Senhor», que precisa de ser explicada. Há muito tempo já que a explicou o simples estudo das línguas semíticas. Em arameu *aha*, em hebreu *ah*, significa ao mesmo tempo irmão, meio-irmão, primo, e até mesmo próximo parente. O Antigo Testamento fornece numerosíssimos exemplos dessa palavra *irmão*, empregada em sentido lato. Abraão diz a seu sobrinho Loth: «Nós somos irmãos»

---

(1) Mesmo de certos protestantes, cf. V. Taylor, *The historical Evidence for the Virgin Birth*, Oxford 1921, e J. Gresham-Machen, *The Virgin Birth*, New-York, 1930.

(Génesis, III, 8), e Labão emprega a mesma palavra relativamente a Jacob, que também é seu sobrinho. No primeiro livro das *Crónicas (*XXIII, 21, 22), os filhos de Kis são classificados de «irmãos» das filhas de Éléazar, quando, na verdade, são primos germanos delas. O termo, portanto, bem poderá significar, no Evangelho, que Jesus tinha primos e primas [1], e talvez haja sido empregado muito intencionalmente se esses seus parentes próximos, os filhos de Maria de Cléofas, por exemplo, tiverem vivido com Jesus na mesma casa, como acontece muitas vezes no Oriente, onde as famílias de bom grado se associam. Loisy, confirmando neste ponto a tradição da Igreja, escreveu: «O sentimento comum dos exegetas católicos não pode ser qualificado de arbitrário. Nenhum passo do Evangelho nem dos Actos o contraria» e é legítimo concluir-se, sensatamente, com o P. Lagrange: «Não afirmamos que esteja històricamente demonstrado que os irmãos do Senhor fossem seus primos; dizemos apenas que absolutamente nada pode ser contraposto à perpétua virgindade de Maria, que diversas passagens da Escritura sugerem e a tradição afirma».

A imagem familiar de Jesus-menino, crescendo entre o pai e a mãe na humilde casa de Nazaré, tem, por conseguinte, a seu favor muita verosimilhança histórica, pelo menos quanto aos primeiros anos, e ainda que, após a morte do marido da sua ama, José, ele haja vivido na companhia de numerosos primos. A respeito deste período, as nossas informações são escassas. «O menino crescia e tornava-se forte; mostrava-se cheio de sabedoria, e a graça de Deus era com ele» *(Lucas*, II, 40). Um único episódio, que se situa por alturas dos doze anos de Jesus, nos é referido. «Um Judeu de doze anos, observou Mauriac, deixou já o período da infância». Seja como for, deixara-o no ponto de vista legal; e foi, sem dúvida, nisso que pensou o evangelista: aos doze anos, a criança de Israel, tornava-se «filha da Lei»; devia submeter-se a todas as suas minuciosas prescrições e, se acaso as violasse, sofreria as penas cominadas. Jesus, «Filho da Lei»? Bastante mais: senhor dessa

---

(1) Em língua polaca, igualmente, os primos germanos são chamados *brat* (irmão) e *siostra* (irmã).

Lei que ele veio «completar» — conforme dirá mais tarde; é esse o significado do episódio do Templo *(Lucas*, II, 41, 50).

José e Maria, Judeus piedosos, iam todos os anos a Jerusalém para celebrarem a Páscoa. Seria aquela a primeira vez que lá levaram o filho? Tinha sido cantado, pelo caminho, o coro dos peregrinos, aqueles Salmos que os Antigos haviam escrito para cadenciar os passos: «Levantei os meus olhos para a montanha. Donde me virá, então, o socorro? O meu socorro vem do Eterno que fez a Terra e os Céus!» (CXXI). «Os nossos passos chegam às tuas portas, Jerusalém, Jerusalém, junto de ti cujos muros não têm brecha, e para onde as tribos se dirigem...» (CXXII). Havia sido comido o cordeiro e o pão ázimo, provado o vinho, as ervas amargas e o molho vermelho do antigo uso. Quando as últimas «Hallelouia» acabaram de soar, os peregrinos voltaram a partir.

Na noite da primeira jornada, José e Maria procuraram o filho entre os parentes e pessoas conhecidas. Não o tinham visto durante toda a caminhada, mas haviam julgado que ele seguia com qualquer grupo de peregrinos seus amigos. Inquietos, voltaram a Jerusalém. E foram-lhes necessários três dias para o irem descobrir no Templo. Sob os pórticos os doutores e os mestres da Lei ensinavam, no meio de discípulos dispostos em círculo. Era costume as crianças meterem-se entre esses grupos: por vezes, até lhes deixavam formular perguntas. Conta o historiador Josefo que, em garoto, participava naqueles torneios do espírito, e, não sendo a modéstia o seu forte, acrescenta até que era com ele que «os chefes dos padres e as pessoas gradas da cidade vinham informar-se, com exactidão, das coisas da Lei»! Jesus encontrava-se ali, entre os doutores e os sábios de Israel. «E todos aqueles que o ouviam, diz com simplicidade São Lucas, estavam maravilhados com a sua inteligência e com as suas respostas» (II, 47).

À mãe que se espanta e docemente o repreende — «Por que procedeste assim para connosco? O teu pai e eu andávamos à tua procura cheios de aflição» — o Menino-Deus responde: «Por que me buscáveis? Não sabieis que devo ocupar-me das coisas de meu Pai?» Dura, desumana palavra, em que, pela primeira vez, ressalta a certeza que Jesus tem da sua missão, e em que já se delineia aquela grande lição do Evangelho, de que aquele

que quer servir a Cristo deve despedaçar todas as suas afeições humanas por mais queridas que sejam essas afeições (1).

Este episódio único, todavia de valor tão significativo, não bastou para satisfazer a curiosidade das turbas, e os Apócrifos, especialmente o *Evangelho da Infância* e o chamado de *Tomé*, multiplicaram as anedotas relativas a esse período ignorado da vida de Jesus. Algumas são célebres e encantadoras. Jesus brinca com jovens camaradas, a modelar passaritos de barro, depois dá-lhes vida, e os miraculosos animais levantam voo, quando ele bate palmas. Diverte-se à entrada de uma caverna, na companhia doutras crianças; surgem duas enormes serpentes; todo o alegre bando foge, soltando grandes gritos, excepto Jesus que permanece calmo e ordena aos répteis temíveis que vão meter as cabeças sob os pés de Maria, sua mãe. Atribuíram-lhe um sem número de milagres, alguns deles decalcados sobre os dos Evangelhos canónicos: uma semente que ele lança à terra em época de fome, basta, ela só, para alimentar toda a cidade; um jovem operário é por ele ressuscitado. Outros de carácter extravagante, um tanto ou quanto mágicos: sentando-se em cima dum burro, Jesus liberta-o dum mau fado e o animal volta a ser um formoso mancebo; um peixe conservado em sal, estremece quando o chama a divina voz; na ocasião em que o mestre-escola começa a ensinar o alfabeto a Jesus-menino, este demonstra sabê-lo sem nunca o ter estudado. Referem-se, finalmente, outros milagres apócrifos que têm aspecto desagradável: pretendendo o mesmo pedagogo castigar o seu discípulo, este faz com que a mão lhe seque; para mostrar o seu poder aos companheiros de folguedos, transforma um deles em carneiro; um outro que, por descuido, fora de encontro a ele, caiu morto. Todas estas fantasias mais ou menos delirantes não possuem outro interesse que não seja o de terem inspirado, um pouco por toda a parte na Cristandade, os imaginários da Idade Média; as esculturas das nossas catedrais estão cheias de alusões a essas fábulas. É evidente que elas nada acrescentam àquilo que sabemos do Menino-Deus.

(1) «Vim para separar o homem de seu pai, a filha de sua mãe. Quem quer que ame seu pai e sua mãe mais do que a mim, não é digno de mim» (*Mateus*, x, 35, 37). São Lucas acrescenta que os pais «não compreenderam o sentido do que Jesus lhes tinha dito».

A vida oculta

Os anos passaram, numerosos, pois será apenas quando tiver chegado aos trinta, que Jesus deixará a vida oculta, e começará a falar. Daqueles anos, não conhecemos coisa alguma, a não ser que ele «progredia em sabedoria, em tamanho e em graça, diante de Deus e diante dos homens» *(Lucas,* II, 52). Naquele insignificante cantão do Império, o mais modesto dos Judeus é tão ignorado pelo mundo, como o pode ser uma formiga entre as suas semelhantes. Os sucessos da História pertencentes a esse período, desenrolam-se sem qualquer espécie de ligação com aqueles em que o Menino-Deus está completando a sua formação humana.

Que se sabe, aliás, na Palestina, desses acontecimentos que perturbam os corações e os espíritos? Não se desconhece que lá longe, em Roma, depois de tantas desordens e de tanto sangue derramado, um homem sustenta com firmeza as rédeas do poder, e que Augusto é magnífico e glorioso. Mas que o longínquo imperador se debata no meio de intrigas da família por causa da sua sucessão, ou que, no ano 9 da nossa era, a sua política de conquista sofra, dos germanos de Armínio, o pesado revés em que as legiões de Varo são desfeitas, que importa isso à comunidade dos Judeus? Jesus teria quase vinte anos quando Augusto morreu, em 14, com setenta e seis anos de idade, e lhe sucedeu Tibério, o filho de Lívia, adoptado por ele: o facto de o velho senhor do mundo ser proclamado deus depois de morto, não era, para um fiel da Lei, senão uma prova suplementar da idolatria dos Romanos. E que o novo imperador, deixando à vontade o seu sinistro favorito Sejano, vibre golpes repetidos naqueles que o cercam, é coisa que só serve para demonstrar a barbaria que os domina. Em Antioquia, no ano 19, Germânico, o herói das fronteiras do Reno, morre misteriosamente; teria a notícia ido da Síria para a Palestina e chegado até Nazaré?

Só os acontecimentos que directamente diziam respeito à Terra Santa podiam interessar aos Judeus. Em 6, no próprio ano em que ocorrera o incidente de Jesus no Templo, o filho de Herodes, Arquelau, etnarca da Judeia, era deposto por Au-

gusto e por ele exilado; o cavaleiro Copónio, Procurador romano, instalava-se na Judeia, onde deveria demorar-se três anos; em seguida, virão outros, Marco Ambívio (9-12), Ânio Rufo (12-15), Valério Grato (15-26). Jesus tem, sem dúvida, trinta e um anos de idade e está em vésperas de começar a sua carreira pública, quando desembarca (em 26) um tal Pôncio Pilatos, perante quem, numa hora trágica, mais tarde ele virá a encontrar-se. Quanto à Galileia, feudo de Herodes Antipas, filho também do grande Herodes, ela encara, com desconfiança, esse reizete que imita servilmente os costumes romanos, e que edifica, a peso de ouro, nas margens do lago, a sua sumptuosa e pecadora capital, Tiberíade. Depois, quando o vêem, em 28, repudiar a sua legítima mulher e apoderar-se de Herodíade, sua cunhada, todos os fiéis se indignam e, entre si, repetem em voz baixa as condenações que o Deus do Sinai fulmina contra o adultério.

Um só facto respeitante a Jesus pode ser descortinado nas entrelinhas do Evangelho: a morte de José. Quando do incidente do Templo, estava ele ainda vivo; mas não mais voltará a aparecer em toda a vida pública de seu filho adoptivo. Uma tradição antiquíssima afirma que Jesus tinha dezanove anos por ocasião do falecimento do pai, e a lendária *História de José, o carpinteiro,* põe o próprio Cristo a descrever as circunstâncias dessa morte. A impressão que se colhe a respeito de Maria, no decorrer do Evangelho, é, de facto, a de uma mulher que já não tem marido, e podemos imaginá-la na casa de Nazaré, usando o vestido cingido das viúvas, e ocupando na sala comum o lugar de honra que compete, segundo o Talmude, às mães de família privadas de marido. O bom pai de circunstância desaparece, portanto, com a simplicidade de quem sabe que a sua missão na terra está cumprida e que, quanto ao resto, confia em Deus. Protegera o filho, tal como tinha permitido à Mãe que seguisse a sua vocação sobrenatural; o «nunc dimittis» de Simeão, poderia tê-lo dito, ele também; o apócrifo, por conseguinte, não está fora da razão, ao mostrar o anjo do Senhor, velando na agonia desse homem de bem.

Fora ele, muito provàvelmente, quem ensinara a Jesus o ofício que, durante os anos obscuros, lhe permitiu viver. Na

comunidade judaica, todos deviam saber trabalhar por suas mãos, mesmo aqueles que se consagravam ao estudo da Lei: Rabi Hillel era lenhador, Rabi Schammai, carpinteiro. Mas Jesus, esse, trabalhou, de facto, para viver, como um pobre, segundo a obrigação que fora imposta a Adão. «Quem não ensina um ofício ao seu filho, ensina-o a roubar», dizia um preceito rabínico. O artista a quem vulgarmente se chama carpinteiro era, na realidade, um operário que conhecia todos os ofícios em que a matéria prima era a madeira; tanto cortava em esquadria vigas para apoio de terraços, como fabricava cangas, lanças de carro, aguilhadas, ou ainda camas, cofres, cadeiras, arcas e masseiras. Em grego *tekton*, em arameu *naggar*, significam, ao mesmo tempo, marceneiro e mestre-de-obras. «O lavrador, o ferreiro, o pedreiro e o carpinteiro são, como justamente observou Papini, os operários cujas artes manuais se encontram mais associadas à vida humana, as mais inocentes e as mais religiosas».

A vida que Jesus levou foi uma vida de pobre. Habitava, por certo, uma casa modestíssima, inteiramente semelhante àquela em que vimos o Anjo visitar Maria, e José estabelecer o seu lar. A sua alimentação era a do povo galileu, o pão de cevada, muito pouca carne, ovos, leite coalhado, hortaliças e, nos dias de festa, «peixes grelhados que fertilizam o organismo do homem», como diziam os Rabis. Compreende-se bem, ao ler as parábolas da Escritura, que Jesus nunca se abeirou dos ricos nem dos poderosos da terra; ele fala do luxo com aquela tendência simplificadora que se encontra nos humildes. Quando evocar a dracma perdida, poderá, sem dúvida, recordar-se da mãe, com a lanterna em punho, a procurar, na casa pobre, uma moedazita perdida e ficando toda contente quando torna a encontrá-la. Existência duma simplicidade maravilhosa, cuja imagem se não deve esquecer, ao ver o Messias, já em plena glória, arrastando atrás de si as multidões, e a cuja humildade corresponde a daquele grande místico moderno que, nesse mesmo lugarejo de Nazaré, quis ser apenas o último dos servos, varredor dum convento de clarissas: o capitão de caçadores de África, visconde Carlos de Foucauld.

É deste meio social de gente pobre, de pescadores do lago,

de vinhateiros, de lavradores, de artistas, que Jesus recebeu aquela formação que cada um de nós colhe dos contactos humanos que nos é dado ter. Os Galileus eram gente de bem, menos formalistas que os Judeus da Judeia, corações simples, embora um pouco rudes: Jesus imitar-lhes-á o modo de falar, os costumes, inúmeras imagens da sua linguagem. E será, durante toda a sua vida, um desses homens do povo, cuja nobreza natural é tão grande que os eleva ao nível de quaisquer outros.

Também do seu país natal, a terra de Galileia, ele recebeu ensinamentos. Artífice de pequena cidade, cultivaria, provàvelmente, também um bocado de terra. Pretende certa tradição que, em criança, tenha apascentado carneiros. E muitas vezes, no decorrer da sua vida pública, vê-lo-emos retirar-se de noite para os campos, com o fim de orar ao Pai *(Luc.*, VI, 12), como se sentisse em si o velho hábito dessas solitárias meditações em que, cercada de milhares de presenças invisíveis, a alma, graças a toda essa beleza que a envolve, encontra com mais facilidade o Criador.

Das alturas que dominam Nazaré, o olhar descortina uma paisagem magnífica. A planície de Esdrelon, essa Beauce ou Califórnia da Palestina, exibe os seus tabuleiros de tons castanhos, ocres e amarelos, e as suas aguarelas onde se combinam as mais diversas gradações do verde. Ao longe, cintila o Mediterrâneo, anil e prata. Para o norte, o Hermont, de refegos violáceos, ergue, acima das colinas, a sua coroa de neve, enquanto, mais próximo, suavemente, sobre um leito de verdura desbotada, o Tabor exibe o cume imponente, esse monte do qual São Jerónimo elogiava a harmoniosa esfericidade. Para o sul, os montes da Samaria alargam-se de forma a abrigarem Enganim e seus encantos. Junto às alturas da Décapole, escancara-se o profundo desfiladeiro em que dormita, escondido, o lago de Tiberíade, donde por vezes sobem ligeiras neblinas.

Toda a Galileia dá uma impressão de abundância e de beleza que contrasta com a severidade de Judá. Ali, as colinas são suaves, e a terra, que é mais fértil, não deixa perceber o seu esqueleto pedregoso. Chove mais; sessenta centímetros por ano, muito mais que em Jerusalém e, sobretudo, que no vale do baixo Jordão. Vive-se melhor ali. E, assim, a Galileia será

a terra das alegrias de Jesus: a sua infância, a sua existência secreta e laboriosa, mais tarde os primeiros êxitos do seu apostolado, tudo se passou ali. A Judeia será a terra da sua dor. É importante que, durante os anos da sua formação, o livro da natureza lhe tenha falado com aquela voz tão amiga; essa recordação estará presente em todo o Evangelho.

Foi dali que ele partiu, certo dia de Inverno do ano 27, para se dirigir ao vau de Bèthabara, onde o esperava, com a grande figura do Baptista, o anúncio do seu destino. «O semeador saiu para semear...» (*Marcos*, IV, 3). Onde irá cair a semente?

CAPITULO TERCEIRO

UM CANTÃO NO IMPÉRIO

Roma e a Palestina

HAVIA então pouco menos de um século que as legiões de Roma, senhoras do Oriente, haviam acrescentado, aos imensos despojos que os filhos da Loba tinham arrebatado aos inimigos, esse quinhão modesto constituído pela terra de Canã. Em 63 antes da nossa era, após um cerco de três meses e matanças imensas, Pompeu transpusera as muralhas sagradas de Jerusalém. Viram-no irromper, de espada nua, no Santo dos Santos, e depois sair de lá, desiludido, confundido com os costumes desse povo, cujo Templo não abrigava o ídolo de nenhum Deus.

Este episódio que pôs fim à longa história de Israel, nada tivera de premeditado; ali, como em qualquer outra parte, Roma aceitou o facto, mas soube aproveitá-lo às mil maravilhas. A dura guerra conduzida por Mitridates, rei do Ponto, depois as incursões do Arménio Tigrane, genro do precedente, não haviam dado outro resultado que não fosse o de levar as águias a alargarem o seu voo até regiões cada vez mais distantes. Em 64, sobre as ruínas dos reinos dos Selêucidas, fora edificada a província romana da Síria. E como, na mesma ocasião, os indignos descendentes dos Macabeus, Hircano II e Aristóbulo II, sacrificavam, numa luta fratricida, as últimas forças de Judeus, foi com a maior facilidade que o novo vizinho interveio nessas querelas e se assegurou da fiscalização daquela indispensável passagem para o Egipto, oferecido, de futuro, aos apetites latinos.

Na Ásia, como por toda a parte, a política romana revelara essa feliz combinação de maleabilidade e de força, que fez daquela a obra-prima dos processos de conquista. Há regimes mais cómodos que o da anexação, e um vassalo presta, por vezes, mais serviços que um súbdito. As cidades helenísticas haviam sido declaradas autónomas ([1]) e, em muitos países, as dinastias indígenas, mantidas no trono, foram encarregadas da manutenção da ordem e do pagamento dos impostos. Por isso, na Palestina, como os Asmoneus parecessem decididamente incapazes de entrar no jogo da grande política, Roma suscitou aos Judeus novos senhores, sob a forma duma família beduína que revelara as mais felizes qualidades de plasticidade diplomática, por ocasião das guerras civis em que Pompeu e César se tinham defrontado. Em 40 antes da nossa era, Herodes (filho de Antipater, administrador do Palácio), tinha-se preparado para cingir a coroa de David, porque Marco-António e Octávio assim o haviam decidido. E o povo de Deus teve de sofrer, durante trinta e seis anos, a férula deste Idumeu, deste semibárbaro, cujos antepassados praticavam a circuncisão havia apenas menos dum século, e cuja magnificência incontestável não compensava o seu arbítrio e crueldade.

Na época de Cristo, restava ainda na Palestina muito do que Herodes tinha feito. Sessenta e nove anos de ordem estabelecem uma prosperidade sólida, mesmo se essa ordem tem como alicerces o terror. Os monumentos deste grande construtor estavam em toda a sua magnificência: o seu palácio de mármore, a poente da cidade; a fortaleza que, por adulação ao protector, era designada pelo nome de Antónia; o seu tú-

---

([1]) Assim eram, na Palestina, as do *Decápolo*, cujos territórios se intercalavam entre os diversos principados judeus e árabes. As principais eram Citópolis, a ocidente do Jordão (a antiga Beth-Shéan, cognominada «cidade dos Citas» porque os terríveis nómadas, quando da sua grande sortida do século VII, haviam estabelecido aí uma guarnição) e, na Transjordânia, Hippos, Gerasa, Pella, Gadara, Filadélfia; Damasco, na Síria, se bem que muito mais ao norte, assim estava também. Constituíam todas uma federação de fracas amarras políticas, mas ligadas sòlidamente umas às outras por interesses comerciais. Por algum tempo submetidas ao poder dos Asmoneus, por Alexandre Janeu (com excepção de Damasco), de novo foram proclamadas livres por Pompeu, quando este chegou à Síria-Palestina.

mulo gigantesco, o Herodium, a quatro léguas de distância de Sião, no topo duma montanha; e, principalmente, entre muitos outros edifícios, orgulho particular do seu reinado, o Templo, todo reconstruído, mais vasto que o de Salomão e ultrapassando-o largamente pelo número e dimensões das respectivas colunas, e pelo esplendor dos ornamentos. Os métodos de governo inaugurados por Herodes sobreviveram-lhe também: conta-se que, certo dia, o rei, para saber o que pensavam dele, interrogara, incógnito, um homem do povo; este, porém, prudentemente, limitara-se a responder: «Até as aves do céu fazem parte da polícia». Roma podia estar satisfeita: em Israel reinava a ordem.

É óbvio que Herodes só tivera a liberdade que os seus senhores lhe concederam. A sua política externa fora exclusivamente dirigida de Roma. O seu exército, recrutado principalmente entre mercenários — gauleses, trácios ou germanos — colocara-se à disposição de Augusto, em todas as emergências. E, ainda mais, tinha sido convencionado expressamente que o seu poder, estritamente pessoal, não podia ser, por ele, transmitido aos sucessores, a não ser com a aprovação imperial.

Desse modo se passavam as coisas, no ano 4 antes da nossa era, quando Herodes apresentou finalmente ao Tribunal do Todo-Poderoso o processo dos seus crimes. Dos inúmeros filhos que tinha tido de variadíssimas mulheres, restavam-lhe, escapados aos seus morticínios, Herodes-Filipe I, Herodes-Antipas, Arquelau e Herodes-Filipe II; além disso, seu filho Aristóbulo, morto no ano 7, deixara um filho, o futuro Herodes-Agripa I. Tinha o déspota acalentado a esperança de manter a unidade do seu reino, mas, ainda mal lhe haviam levado os despojos ao Herodium, numa liteira de ouro incrustada de pedras preciosas, escoltada pelo exército e pela casa real que conduzia substâncias aromáticas, e já a discórdia se levantara entre os herdeiros. Arquelau, mancebo de dezoito anos, parecia dever arcar sòzinho com o poder, e depois de ter subjugado, segundo os métodos paternos, uma sedição judaica, partira para Roma, a solicitar de Augusto a investidura. Logo o irmão Antipas exigira a sua parte e, do mesmo modo, embarcara para Itália, enquanto que o meio-irmão dos dois, Herodes-Filipe II, se estabelecia tão sòlidamente nas regiões do norte, que, de-

pressa, se tornara irremovível. O Imperador adoptara a solução que mais favorecia os interesses romanos: a partilha do Estado herodiano em feudos mais pequenos, em principados de algibeira.

Dos quatro filhos de Herodes, todos estavam vivos por ocasião do levantamento de Jesus, mas nenhum dispunha dos poderes que aquele tivera. O mais velho, Herodes-Filipe I, neto, por parte da mãe, do Sumo Sacerdote Simão, fora explìcitamente deserdado; à falta de território, esperava conseguir o Soberano Pontificado, mas a mitra branca e o peitoral sagrado, em lugar de premiarem a sua espectativa, foram parar sucessivamente aos seus tios-avós, ao seu avô — *bis placent repetita* — e a um dos seus tios, ficando ele, simples sacerdote, à mercê dos sarcasmos de sua ambiciosa esposa, a Herodíade.

A dignidade de rei desaparecera. Seria, contudo, natural que Augusto fizesse luzir, durante algum tempo, a promessa da realeza aos olhos de Arquelau, etnarca da Judeia, para que fosse razoável; quanto aos outros dois, o magro título de tetrarca deveria contentá-los, mas, para lhes agradar, os lisonjeiros apelidavam-nos de reis. Herodes-Filipe II e Herodes-Antipas eram vizinhos, ali, à beira do lago de Genesaré: um, como tetrarca de Gaulanítida, Traconítida, Bataneia e Paneias, o outro, como senhor da Galileia e da Pereia. Os dois entendiam-se perfeitamente bem, o que, entre os herodianos, é caso digno de nota. Filipe era um homem simples, sossegado, que vivia na sua província à maneira dum grande proprietário de terras, donde não saía senão para as viagens legais ao Templo. Herodes-Antipas — aquele a quem o Evangelho, à data da morte do Baptista, chama apenas Herodes — tinha inclinações menos moderadas. Mais rico que o irmão, possuía o seu exército e os seus correios, sabendo-se que gostava de banquetes e mulheres. Tanto um como o outro pretendia continuar a obra paterna, mas com os próprios meios que, aliás, não eram grandes. Ambos tinham querido possuir cada um a sua cidade nas imediações desse lago admirável que — diziam os Rabinos, — «Elohim reservou para a sua exclusiva satisfação». Antipas construira a sua mesmo à beira da água para nela banhar os seus palácios: e chamara-lhe Tiberíade, em homenagem a Tibério, ao tempo

senhor do mundo; mas se tirava daí algum orgulho, também arranjara desgostos, porque, edificada em parte sobre um cemitério, era tida por impura pelos Judeus fiéis que a evitavam com nojo (Jesus nunca lá entrou). Quanto ao irmão, para duplicar a sua capital, a antiga Panias, tornada a baptizar com o nome de «Cesareia de Filipe», escolhera para sua situação, a leste da foz do Jordão no lago, uma colina agradável, refrescada pelo vento norte; era ali que se erguia, um pouco triste por causa do basalto que servira para material de construção, a sua «nova Bethsaida» cognominada Julíada, em honra e em memória daquela *gens* Júlia que tinha tido a glória de dar ao mundo César. Era de Antipas que Jesus havia sido súbdito durante a infância; será nas terras dos dois tetrarcas que irá começar as suas prédicas.

Arquelau tivera menos sorte. Se bem que dispondo em Roma de numerosas relações (pois tinha sido educado ali, em grande parte) alienara, no entanto, a protecção de Augusto. Já quando, imediatamente após a morte do pai, fora pedir ao soberano o trono que cobiçava, encontrara-se lá com uma delegação de Judeus notáveis que, por seu lado, suplicavam respeitosamente ao Imperador que suprimisse a dignidade real na Judeia e encorporasse o país na província da Síria. Arquelau conseguiu remover essa dificuldade e obteve a melhor parte do território da Palestina: a Samaria, a Idumeia e a Judeia, tendo Jerusalém por capital. Beneficiara ainda de um gesto principesco de Augusto que, renunciando aos 1.500 talentos que lhe legara Herodes (equivalentes a cinquenta milhões, pelo menos), lhos havia abandonado. Mas Arquelau, se tinha a crueldade e a violência do pai, herdara-lhe a perspicácia em menor grau. Em lugar de seguir os conselhos de moderação que lhe dera o protector, multiplicou os actos de arbitrariedade, depondo por capricho os Sumos Sacerdotes, punindo a ferro e fogo os menores murmúrios que se esboçassem contra ele, e agravando os impostos sem motivo. Como Herodes, construíra cidades, acabando de reedificar, com magnificência, Jericó, e fazendo Arquelais sair da terra; mas, para o mais, não possuía termos nem propósitos. Quando, no décimo ano de reinado, em 6 da nossa era, uma nova delegação foi a Roma acusá-lo de tirania, Augusto encolerizou-se, depô-lo, fixou-lhe a residência

em Viena, nas Gálias, privando-o inclusivamente dos seus rendimentos. Veio então substituí-lo um procurador romano.

Desta maneira, portanto, a Palestina encontrava-se, na época de Jesus, dividida em três parcelas; era, na verdade, um desmembramento exagerado para terra tão pequena, à qual, mesmo fazendo incluir nela bastantes desertos da Transjordânia e da Idumeia, não se poderá atribuir mais de 28.000 quilómetros quadrados de superfície, menos que a Bélgica (29.400), a Sicília (29.230), ou a Bretanha (29.000), e cuja população, pela certa, não seria superior a um milhão de habitantes [1]. Mas esta complicação política, da qual o texto evangélico dá tão profundamente ideia (III, 1), não deve iludir quem quer que seja: distrito agregado à Província da Síria, ou tetrarquias vassalas, era tudo a mesma coisa, pois que, duma forma ou doutra, nada se fazia sem licença de Roma, e o procurador da Judeia, do seu palácio de Cesareia Marítima, fiscalizava eficazmente tudo, «desde Dan a Bethsabé», como se dizia antigamente [2].

A partir do decreto de 27 antes da nossa era, pelo qual Augusto partilhara o Império entre ele próprio e o Senado, havia quatro tipos de administração provincial. As regiões pacificadas eram chamadas «províncias senatoriais»; cada uma delas dependia dum procônsul, «*Spectabilis proconsul S. P. Q. R.*» tirado à sorte entre os antigos cônsules ou pretores. Aquelas em que se esboçavam ainda algumas ameaças, dependiam do Imperador, que para lá mandava o seu representante, «*clarissimus legatus Augusti*». O Egipto, por motivo das tradições monárquicas e burocráticas, lá estabelecidas pelos Ptolomeus, gozava dum regime de excepção: era administrado por um Prefeito, espécie de intendente ou representante directo do Príncipe. Enfim, partes mais insignificantes — constituídas por qualquer pequeno reino recentemente anexado, ou por um distrito militar composto de regiões difíceis, de recursos mal conhecidos ou pouco explorados, — eram como que propriedades

---

(1) O recenseamento de 1922 deu 761.796 habitantes; o de 1935, 790.448. Muitos historiadores entendem que a Terra Santa era um pouco mais povoada há dois mil anos do que hoje.

(2) Cf. DR : PB, *A Lei e a Terra*, parágrafo *Terra de Caná*.

que o Imperador se encarregava de valorizar. Assim sucedia, então, com as duas Mauritânias (África do Norte), com a Rétia (Suíça), com a Nórica (Áustria), a Trácia e a Judeia. A personagem que nessas províncias representava o senhor, usava o título de *Procurador*, e pertencia quase sempre a essa classe de cavaleiros em que os Imperadores sempre souberam encontrar tão excelentes servidores. Os seus direitos eram muito amplos, nìtidamente superiores aos de qualquer funcionário de finanças: uma espécie de vice-rei. Exército, fisco, justiça, polícia, tudo dependia dele. Só ele possuia o direito de vida e de morte. Em princípio, o governador da Síria exercia uma certa fiscalização sobre o Procurador da Judeia, Idumeia e Samaria; mas, na realidade, não intervinha senão em casos de perigo averiguado.

No momento em que Jesus aparece em público, o legado da Síria é Pompónio Flaco, velho companheiro de orgia de Tibério, e o procurador da Judeia, o quinto da série, é Pôncio Pilatos. Estes altos funcionários, que administravam as províncias em nome do Imperador, estavam longe daquele tipo dos Procônsules e Propretores da República, cujo principal objectivo era enriquecerem à custa dos administrados. Senadores ou cavaleiros, pertenciam àquele género de aristocratas que por exagero de civilização se tornam duma polidez desdenhosa e céptica, sem aliás, perderem as qualidades de acção. O facto de Filon, Judeu de Alexandria, haver traçado de Pilatos um retrato muito carregado, acusando-o de imoral, de cruel, de injusto, de ter animado a violência e a corrupção — não seria razão decisiva, para que se lhe desse crédito. Sabemos, no entanto, que o Procurador foi demitido em 36, por causa das suas brutalidades. A psicologia dum tal funcionário define-se perfeitamente através de dois sentimentos: o seu medo permanente de ser denunciado a César por qualquer comissão apoiada em Roma por algum dos numerosos Judeus benquistos na corte, e o absoluto desprezo que nutria pelos seus administrados.

Protectores e protegidos

Esta presença dos triunfadores na Palestina não deve ser perdida de vista por quem estuda a história de Jesus. No panorama do Evangelho o soldado romano perfila-se com o seu capacete e a sua clâmide vermelha, e, nas noites de Jerusalém, é preciso escutar o bradar compassado da guarda procuratoriana, de sentinela no alto dos torreões da Antónia. O desenrolar do processo de Cristo e o seu trágico desfecho, não se compreendem senão tendo-se em conta o enorme poder de que Pilatos desfrutava. Mais ainda do que um país ocupado por exército estrangeiro, a Judeia parecia, realmente, uma colónia onde a população branca, sem se misturar com os indígenas, fiscaliza todos os domínios, em que o seu interesse esteja em jogo.

Com os seus métodos de organização colonial, os Romanos davam provas daquele realismo em que o seu poderio se firmou. Os seus funcionários sabiam ter em conta as diferenças locais, para melhor dominarem os vencidos e tê-los sempre na mão. Assim, a Sicília, e a Sardenha, acostumadas desde velhos tempos às extorsões cartaginesas, não eram administradas do mesmo modo que a Palestina, onde, como os Romanos muito bem sabiam, o orgulho nacional, sustentado por milenárias tradições, não podia ser vencido. Procuravam dar aos Judeus a impressão de que, nos assuntos que verdadeiramente lhes interessavam, e especialmente no capítulo da fé, eles continuavam absolutamente livres: isso, de modo nenhum impedia, porém, os Romanos de depor os Sumos Sacerdotes que se não mostrassem dóceis; oito deles o foram, desde o ano 6 até 41. Os impostos, que lançavam até ao exagero, eram cobrados por empregados locais, os «publicanos», sobre os quais recaía a ira popular. Quando se tornava oportuno, fomentavam-se em Jerusalém as cisões entre os partidos, que se degladiavam com violência. Os Ingleses, para guardarem trezentos milhões de Hindus, contentam-se com uma centena de milhar de homens, na sua maioria indígenas; Roma não tinha legiões na Palestina, mas sòmente auxiliares, Sírios, Samaritanos, Gregos ou Árabes, três coortes de infantaria e uma ala de cavalaria, ao todo cerca de três mil homens.

A comparação é impressionante; e é-o ainda mais, se considerarmos as relações entre a potência protectora e os reizetes

locais. Em princípio, era reconhecida a soberania dos tetrarcas; mas viu-se que Augusto depôs Arquelau, e que, mais tarde, será apenas a imperial vontade que voltará a dar um trono a Herodes-Agripa I. Os seus reduzidos exércitos eram fiscalizados por Roma que, decerto, lhes fornecia o corpo de oficiais. O Procurador mantinha com estes régulos relações da mais alta cortesia, sem ignorar que a todo o instante poderia ter de proceder contra eles (não foi Herodes Antipas um espião às ordens de Tibério?), ou ser denunciado por este ou por aquele ao Imperador; é essa exactamente a política dos vice-reis de Delhi em relação aos Marajás, a esses Aga-Khans avassalados, nem sempre de confiança, mas recebidos na corte de Sua Majestade.

Para falar com franqueza, o sentimento que mais certamente devia animar os Romanos em relação aos Judeus era o do desprezo completo, qualquer coisa como esse mixto de desdém, de indiferença, quase de voluntária incompreensão que se reflecte na palavra inglesa *native*, e sobre o qual alguns romances como *The Rains came*, de Bromfield e *A Passage to India*, de Forster, nos fornecem concretos depoimentos. Um Pôncio Pilatos deveria considerar os seus administrados como uma espécie de animais exóticos, ou de crianças atardadas que convém castigar de quando em quando, para evitar complicações, mas que inútil seria tomar a sério. Isto é perfeitamente nítido na atitude dele com a turba, quando foi do processo de Jesus. Não caía Pilatos em viver em Jerusalém, no meio duma gritaria perpétua, e do cheiro daqueles frenéticos: Cesareia, cidade nova, à beira-mar, possuía mores encantos. É absolutamente certo que a autêntica grandeza do povo eleito, a sua aspiração milenária a uma religião cada vez mais espiritual, a força das suas convicções monoteístas, a sua indefectível obstinação em fazer frente ao destino — desconheciam-na, com tranquilidade, a maior parte daqueles funcionários. Estamos aqui muito distantes da concepção francesa que, no facto colonial, vê essencialmente um meio de descobrir outros homens e de os elevar até ao nível dos civilizados, concepção essa que se exprime pelos nomes simbólicos de Brazza e Lyautey!

Aquele desprezo mais ou menos expresso, correspondia, da parte dos Judeus, um orgulho que — esse — não era tácito. Tal orgulho fora, de algum modo, o bastião da comunidade

judaica, era ele que a vinha impedindo, havia já quinhentos anos, de ceder às influências e às tentações pagãs. Fundava-se na certeza de que o privilégio de Israel ultrapassa todo o poder humano e as contingências políticas não lhe podem acarretar o mais insignificante prejuízo. Quando Jesus disser aos seus discípulos: «A verdade tornar-vos-á livres», os Judeus protestarão: «Somos da raça de Abraão e jamais estivemos sob o jugo de ninguém. Como nos dizes tu que seremos livres?» (*João*, VIII, 31, 35). Procurador, soldados de Roma, tributos devidos ao vencedor: que importa isso? A verdadeira independência é interior. Mais do que nunca, na sua miséria, o povo de Jacob, de Moisés e dos Profetas, sabia-se protegido por Deus. Rabi Éléazar, interpretando um passo do *Deutoronómio*, faz dizer a Deus: «Do mesmo modo que vós me reconheceis como o Deus único no mundo, assim eu vos reconheço como o único povo sobre a terra!» Se os Romanos desprezavam os Judeus, também eles aos olhos dos fiéis de Yahweh não existiam na qualidade de homens. São Paulo, que provinha desse mesmo povo, definirá perfeitamente tal estado de espírito: «Tu glorias-te com o nome de Judeu, e ufanas-te de Deus. Tu, conheces a sua vontade, tu sabes a fundo a sua Lei, tu distingues o Bem do Mal! Julgas ser o guia dos cegos, a luz dos que erram nas trevas, o pedagogo dos ignorantes, o preceptor dos escolares. Tens o conhecimento e a certeza...» (*Rom.*, XVII, 20).

Entre estas duas potências estabelecidas em planos tão diferentes, as relações não eram muito cómodas. Todas as noites, quando a trombeta do *Hassan* chamava os crentes para a *minha*, o mais miserável dos Judeus escutava-a como se ela fosse um protesto cheio de desprezo contra aqueles estrangeiros que, pelo facto de ocuparem momentâneamente a Terra Prometida, julgavam dominar o povo do Altíssimo. Tem o Judeu da actualidade uma opinião diferente, do *goy?* Não surpreende que, em tais condições, tenham explodido numerosos incidentes.

Por vezes, houve verdadeiros combates contra os Romanos ou contra os príncipes herodianos, seus lacaios. Já nos referimos à luta que encheu de sangue a subida ao trono de Arquelau: entrincheirados no átrio do Templo, os rebeldes tinham repelido os primeiros ataques; chegara a ser preciso até em-

pregar toda a força disponível para vencer a resistência, à custa da morte de três mil homens. Depois, enquanto Arquelau esteve em Roma, os tumultos voltaram a produzir-se; e o país inteiro encontrou-se a ferro e fogo. Na Judeia, dois mil soldados de Herodes, no gozo de licença, haviam assaltado as tropas romanas. Em Pereia, Simão, antigo escravo, incendiara o palácio de Jericó e proclamara-se rei; o mesmo facto ocorrera na Judeia com um pastor de força hercúlea, chamado Athronges, enquanto na Galileia, Judas, filho daquele Ezequias que já tanto dera que fazer a Herodes, se apoderava do arsenal de Séforis e por sua vez se proclamava rei. Fora necessário que Varo, legado da Síria, chegasse com duas legiões, e, para exemplo, crucificasse dois mil judeus nos lugares elevados do país. Em 6 da nossa era, nova explosão de ódio. Um outro Judas chamado o Gaulanítida, meio bandido, meio Messias, sublevara uma grande parte do país, antes de sucumbir aos golpes duma repressão inexorável. Cinco anos após a morte de Cristo, de novo um crime horrendo enlutará a Samaria, onde, refugiados no Monte Garizim, bandos de amotinados serão chacinados por ordem de Pilatos. Baldadas agitações, inúteis tentativas! Quando Roma punha o borzeguim sobre um país, era muito difícil conseguir que o retirasse!

Houve ainda, noutras ocasiões, incidentes menos graves, mas não menos significativos. Pôncio Pilatos, logo que entrou no exercício do seu cargo, ficou à sua custa a conhecer a altivez judaica. Fora o caso que, mandando entrar de noite em Jerusalém alguns estandartes com a efígie do Imperador, os Judeus estremeceram horrorizados com tal idolatria, e correram a Cesareia a implorar do Procurador a remoção dos ímpios emblemas. Durante cinco dias, a multidão hululou diante do palácio. Como Pilatos ameaçasse mandar matar toda essa gente, logo os fiéis de Deus, pondo o peito a descoberto, declararam antes quererem morrer que recuar. E foi Pilatos quem cedeu. Doutra vez, como o Procurador tivesse decidido distrair para a construção dum aqueduto, parte dos fundos sagrados pertencentes ao Templo, eclodiram manifestações tão violentas, que Pilatos teve de ordenar que soldados disfarçados se misturassem com a turba e, depois, a um sinal dado, se lançassem sobre ela, à bastonada; houve alguns mortos. Noutra ocasião ainda, por-

que o Procurador tivesse mandado pendurar, no palácio de Herodes, uns escudos em que se lia o nome de Tibério, a agitação recomeçou, e teria, decerto, terminado no pior, se o próprio Imperador muito sensatamente não houvesse ordenado a remoção dos tais escudos.

Mesmo quando a resistência ao poder colonizador se não traduzia em factos, nem por isso ela era menos certa e quase unânime. O grupo dos Herodianos de que fala o Evangelho (*Marcos*, III, 6 e XII, 3; *Mat.*, XXII, 16), e que por vezes, tem sido considerado como um partido vendido a Roma e à dinastia idumeia, parece ter sido formado por políticos que buscavam, num entendimento com o Romano, não tanto o seu próprio interesse pessoal, como um processo de prevenirem o futuro e de se acomodarem com o presente. A grande maioria dos Judeus não estava disposta a seguir esses zelotas, nacionalistas fanáticos, e ferozes observadores da Lei, que começavam, no tempo de Cristo, a fomentar contra os Romanos e contra aqueles dos seus compatriotas que reputavam demasiado dóceis, uma campanha terrorista, — esses zelotas, verdadeiros combatentes do punhal, que hão-de proliferar a partir do reinado de Herodes Agripa I — e virão a ser os verdadeiros responsáveis da catástrofe de 70. Não obstante, todos os habitantes da Palestina teriam podido, sem dúvida, escrever aquela frase melancólica com que Flávio Josefo resume a situação: «Viam-se muitas coisas com horror, e, todavia, toleravam-se».

A Comunidade fechada

Assim se explica essa mistura íntima de religião e de política que faz do Estado judaico, nos dias de Jesus, um caso ímpar na História. Por um lado, a única política pela qual o Hebreu fiel se interessava era a que dizia respeito aos problemas espirituais e à salvaguarda da fé; pelo outro, a religião, desempenhava um papel autênticamente político, visto que era a verdadeira armadura da existência nacional. Um processo religioso, com semelhantes perspectivas, transformar-se-á, imediatamente, em caso político, e então, poderá contar-se com a astúcia dos Judeus, para manobrarem os funcionários romanos!

A única palavra com que é possível definir o regime em que vivia o pequeno Estado residual de Israel, é a de teocracia; tudo ali se pretendia fazer em nome de Deus, e sob as suas vistas: dum Deus, valha a verdade, muito acanhado e miudinho, ferozmente nacionalista. Em tudo quanto não afectasse os seus interesses imediatos, os Romanos concediam aos protegidos uma grande liberdade. Desde que a ordem fosse mantida e pagos os impostos, concordavam em não se imiscuirem nas inúmeras querelas e nas complicações sem fim, com que se comprazia aquele povo tão estranho: isso parecia desculpável e conforme aos habituais métodos de Roma; mas, de certo modo, os Judeus iam-se-lhes escapando, e o despertar seria rude, por ocasião do grande levantamento de 70!

À cabeça desse Estado encontrava-se o Sumo Sacerdote, chefe da religião, mestre de cerimónias, a quem competia exclusivamente o ofício sagrado do Templo em certas ocasiões solenes, por exemplo na da festa da Expiação. Mas, por gosar desta preeminência litúrgica, julgava-se ele tão importante como o chefe político da comunidade; uma espécie de Presidente da República que fosse ao mesmo tempo Papa, ou, pelo menos, arcebispo. Os Asmoneanos, que alguns aparentavam com os Macabeus, ao reunirem as duas dignidades do trono e do Sumo Sacerdócio, tinham aberto o caminho à identificação dos dois poderes. É verdade que Herodes em primeiro lugar, e Roma em seguida, haviam diminuído singularmente o campo de acção dessas altas personagens e, ao reduzi-las à sujeição, tinham exercido uma pressão directa sobre toda a política judaica. Em princípio, os Sumos Sacerdotes eram eleitos vitalìciamente; mas de facto estabelecera-se o costume de os depor com frequência. Um texto rabínico exprime esta cruel verdade: «Tal como os Sumos Sacerdotes conceberam o seu ministério, assim os seus dias foram cerceados». Ambiciosos sempre, muitas vezes venais, estavam muito longe de encarnar essa autoridade serena que tão própria seria para os representantes directos do Altíssimo. Duas estirpes disputavam entre si o peitoral e a mitra — a de Boeto e a de Anás; Josefo apelidou este último de «feliz», pois que cinco dos seus filhos passaram, depois dele, pelo cargo, sem falar do genro, o que dá provas dum elevado sentimento de família. No ano 29 era precisamente o genro, Caifás, quem,

desde o ano 18, exercia o cargo supremo, com o que, de resto, Anás não se importava extraordinàriamente, porque Caifás, bastante medíocre, deixava o sogro desempenhar o eficiente papel de mentor (1).

No exercício das suas funções sacerdotais, eles tinham em sua volta um verdadeiro mundo de Sacerdotes, de Levitas, sacrificadores, liturgistas, tesoureiros, sacristães, músicos ou porteiros. Vinte e cinco mil homens, pela certa, viviam assim do Templo, alimentados pelas enormes somas esportuladas não só pelos Judeus que residiam na Terra Santa, mas também pelos que se tinham espalhado pelos quatro cantos do Império. Apenas os Aarónidas, descendentes do irmão de Moisés, podiam proceder aos ritos minuciosos, às oferendas públicas e às grandes imolações. Os simples Levitas ficavam confinados em tarefas subalternas. Nem uns nem outros exerciam influência profunda, desde que os Escribas haviam aparecido.

Este género de homens surgira por ocasião do exílio em Babilónia. Nesse tempo, longe do seu templo, sem qualquer meio de celebrar o seu culto segundo os ritos obrigatórios, o Povo eleito apegara-se àquilo que ficara sendo, para ele, o único bem, por acaso um bem temporal e que, nalguns rolos de papiro, ou, sobretudo, no recesso das memórias, tinha podido ser transportado ao longo das estradas do deserto: a Lei. Isso fez com que se revelassem certos especialistas da *Torá*, que a repetiram, comentaram e ensinaram, com aquela subtileza e aquela obstinação infatigáveis em que o espírito judaico é exímio. À volta de cada um deles haviam-se formado grupos de fiéis que nas doutrinas daqueles bebiam uma perpétua consolação; foram esses ouvintes e discípulos que deram aos seus mestres o qualificativo, depois tornado corrente, de *Rab* ou *Rabbi*, que significa «grande» ou «minha grandeza». Mais tarde, o povo de Yahweh regressou à terra ancestral e transformou-se

---

(1) Do que o bom povo pensava dos altos senhores do Templo, esclarece-nos o *Talmude*, por forma pitoresca: «Casa de Boeto, maldito seja eu! Maldito seja eu, por causa das maças deles! Casa de Anás, maldito seja eu! Maldito seja eu, por causa dos silvos de víboras que eles soltam! Eles são Sumos Sacerdotes, os filhos deles são tesoureiros; os genros deles, inspectores do Templo; e os lacaios deles sovam o povo à bastonada!»

numa pequena comunidade fechada; então, porque a Lei havia sido a sua mais forte salvaguarda, os escribas, que lhe conheciam todos os escaninhos, não mais deixaram de ver crescer a sua influência. Constituíam, no tempo de Cristo, uma verdadeira casta em que se ingressava muito novo e dentro da qual contìnuamente era mantida uma viva emulação no capítulo das coisas espirituais — uma casta cuja acção era infinitamente mais profunda que a dos servos de Yahweh, prisioneiros do seu ritualismo.

Estas duas tendências, a dos Sacerdotes e a dos Escribas, tinham representantes no seio dum organismo que muito auxiliava na sua tarefa o Soberano Sacerdócio: o Grande Sinédrio. Era este uma espécie de Senado, ou Conselho de Anciãos. Queria a tradição que a sua origem ascendesse a Moisés: a verdade é que fora no decorrer dos últimos cinco séculos que a instituição ganhara corpo, encorajada primeiramente pelos reis Selêucidas, e depois oficialmente reconhecida pela corte de Roma, que discretamente se utilizava dela para melhor influir em toda a Comunidade. Formava, no conjunto, um corpo aristocrático, cujo núcleo fundamental era constituído pelos «Anciãos e Príncipes dos Sacerdotes», isto é, pelos representantes das duas nobrezas, leiga e clerical. Era presidente do Grande Sinédrio o Sumo Sacerdote e faziam parte dele todos os Sumos Sacerdotes retirados dos cargos. Mas, pouco a pouco, introduziram-se nessa assembleia inúmeros escribas, «doutores da Lei» de tendências mais populares, aos quais a indiscutível competência garantia uma preponderância progressiva. Enfim, o Sinédrio compreendia igualmente simples fiéis: os Anciãos. Cumulativamente conselho de governo, tribunal supremo e areópago teológico, esta assembleia de setenta notáveis era o órgão directivo nos complexos domínios em que a religião e a política se encontravam misturadas. Será diante dele que Jesus irá comparecer pelo crime de subversão da Lei e pelo de agitação perturbadora da ordem pública: as duas causas eram da competência do Sinédrio e, a bem dizer, identificavam-se [1].

Idêntica ligação íntima da política com os negócios religiosos se encontra nas duas grandes correntes em que se divide

(1) Ver adiante, no Capítulo x, o parágrafo *Perante o Sinédrio*.

a opinião: *Fariseus* e *Saduceus*. Estas palavras designam, ao mesmo tempo, um partido e uma espécie de seita; abrangem simultâneamente um certo modo de conceber a vida espiritual e de cada qual se comportar nas suas relações com os poderes públicos. A divisão de Israel nestas duas correntes resultara muito naturalmente das condições históricas em que a comunidade se encontrara, ao regressar do exílio. Como sempre acontece em países ocupados, certos elementos adoptaram uma atitude de categórico repúdio das influências estrangeiras; outros, menos irredutíveis, procuraram colher da situação tudo o que, de aceitável, ela pudesse comportar. Os primeiros obstinavam-se numa religião severa, numa austeridade cada vez maior; os segundos, socorrendo-se duma antiga tradição, fundavam no ritual a essência da sua vida do espírito, e nada acrescentavam aos rigores da Lei, já de si muito severos.

Os Fariseus descendiam desses *Hassidim* ([2]) que tinham sido a alma da resistência às potências da dissolução, quando a dinastia dos Macabeus começara a deixar-se contaminar pelas influências estrangeiras. O nome que lhes damos é uma alcunha como a de *huguenotes* dada aos protestantes; *peruchim*, fariseus, quer dizer «os que se põem de parte, os que se separam». A si próprios, eles chamavam-se *haberim*, «companheiros». É muito difícil julgá-los com equidade, tendo a memória repleta daquelas críticas terríveis que Jesus contra eles produziu. Seriam todos «hipócritas», «sepulcros branqueados»? É duvidoso que Cristo os tenha englobado a todos numa mesma censura: afinal, o seu apóstolo Paulo não virá a sair das fileiras deles? O qualificativo pitoresco com que Papini os mimoseia não é, talvez, inteiramente equitativo: «tartufo-laureado»! O seu papel foi útil, essencial, visto que, mais do que ninguém, eles salvaguardaram a integridade do património espiritual; mas a verdade é que, na exaltação de orgulho e no culto da letra em que se tinham refugiado, havia dois ou três séculos, vieram a fossilizar-se.

Não atingiam número muito elevado: avaliam-se em seis mil, em toda a Palestina. Muito frequentemente pertenciam a

---

([2]) DR : PB, *O tempo dos grandes Impérios* par. *A Resistência ao Helenismo e os Macabeus.*

classes populares e muitos exerciam um ofício manual: carniceiro, vendedor de molhos, pastor, lenhador, ferreiro. Se bem que o Evangelho associe muitas vezes na mesma reprovação «Escribas e Fariseus», o maior número dos Fariseus não era de escribas profissionais, e conhecem-se Escribas, doutores da Lei, que não eram Fariseus. Em religião, a sua doutrina consagrava-se a procurar a via estreita: dir-se-iam puritanos ou jansenistas, se tais aproximações não encerrassem uma grande dose de artifício. Era seu dever fazerem-se notar, em toda a parte, pela sua austeridade, pelo seu ar grave, pelos «filactérios» que traziam na fronte durante o dia inteiro (enquanto que o simples Judeu apenas para rezar aplicava essas caixinhas que encerravam os versículos da Lei) e pelas suas túnicas compridas, sem enfeites. Declaravam fugir até da simples aparência do mal. Proibiam, como é lógico, todo o casamento com pagãos, e mesmo qualquer contacto com eles. Não entravam na casa dum Romano senão por motivo grave, e depois purificavam-se abundantemente. Acrescentemos que as minúcias da sua observância ultrapassavam muitas vezes os próprios limites do absurdo.

Poder-se-ão nomear alguns desses devotos militantes que vivessem cerca do século I? O grande Hillel, glória da alma farisaica, do século anterior, já não vivia. Mas o neto, Rabi Gamaliel, decerto que ensinava: era um homem afável, moderado, cuja débil constituição não prejudicava o ardor da sua fé. O fogoso Rabi Johanau ben Zaccaï fazia-lhe concorrência: tendo já, nessa altura, setenta anos, viveria ainda mais meio século, fazendo os seus auditórios vibrar de entusiasmo e de mística paixão. Havia também um sacerdote descendente de Esdras, de nome Rabi Eléazar ben Azarias, acerca do qual se garantia que, sobre um mesmo tema da Escritura, podia improvisar trezentas dissertações; e o Rabi Josué ben Ananias, que ainda muito pequenino transportara o próprio berço para a Sinagoga, a fim de escutar a palavra santa; e, em certa montanha sobranceira ao lago de Tiberíade, Rabi Yossé o Galileu, famoso intérprete da Lei; e vários outros... Todos subtilizados pelo estudo incessante do texto sagrado, dele extraíram um sem número de comentários, de glosas, de problemas. Como determinados casuístas, teriam eles, pela exagerada subtileza

da minúcia, chegado a perder de vista as grandes linhas fundamentais? e, como certos devotos, teriam chegado também ao apuro de lhes causar tanto júbilo as aparências do bem que isso lhes dispensasse a prática da virtude? Eis o que Jesus virá a censurar-lhes. Mas o fervor religioso de que deram prova fazia com que eles fossem um elemento essencial da política palestínica em face de Roma: constituiam «uma liga santa», como os definiu, numa expressão que diz tudo, o P.e de Grandmaison.

Quanto aos Saduceus, que pretendiam estar aparentados com um certo Sadoc, príncipe dos sacerdotes no tempo de David e Salomão — eram, com satisfatória exactidão, aquilo que hoje em dia chamaríamos os «bem-pensantes». Recrutados entre as classes ricas, — que, em todos os tempos e em todos os países, sempre tiveram a opinião de que as grandes aventuras espirituais ou patrióticas não merecem que se lhes sacrifique um conforto razoável — não preconizavam resistência muito violenta a essas potências estrangeiras, que, inegàvelmente, mantinham a ordem em Canã. Bernanos diria deles, como dos bem-pensantes, que procuravam o «mal menor». Não que fossem maus Judeus: mas, em religião, preferiam ater-se aos precisos termos da Lei — sobretudo quando esta lhes era favorável — e consideravam com desdém esses desenvolvimentos dogmáticos que tinham proliferado na velha árvore oriunda de Moisés. Acreditavam tanto nas subtilezas farisaicas relativas à observância do Sábado, como nas doutrinas, demasiado recentes, dos que afirmavam existir uma vida de além-túmulo, e até que os mortos hão-de, um dia, ressuscitar. O *Eclesiastes*, com a sua desenganada sabedoria, e muitos *Provérbios* em demasia pragmáticos, correspondem a esse estado de espírito. Ora não é com essas ideias que se entusiasmam as turbas, e os que se encontram satisfeitos, raras vezes conseguem arrastá-las. Por essa razão, a influência deles encontrava-se singularmente decadente. E quanto mais tempo decorrer, mais os extremistas do outro campo os afastarão da cena: tal facto não será, aliás, para bem de Israel.

Por esta maneira se operava a cisão dos espíritos exactamente na hora em que Jesus vai começar a difundir a sua palavra. Fariseus de um lado, Saduceus do outro: os Zelotas,

se quisermos, não eram mais do que a extrema esquerda da tendência farisaica, e os Herodianos a extrema direita da casta saduceia. Deve, porém, observar-se que tanto uns como outros desses caudilhos constituíam minorias fechadas e muito soberbas. Uns porque se sabiam imbuídos da ciência de Deus, outros simplesmente porque estavam «governados» — todos tinham igual desprezo pela arraia miúda, pela turba vulgar.

Chamavam à gente do comum *am-ha-arez*, o que quer dizer «gente da terra», mas, na prática, o termo tinha uma significação assaz pejorativa. Em francês, não o esqueçamos, a mesma palavra latina *pagani* deu *païens* (1) e *paysans* (2). Os *am-ha-arez* eram mais ou menos considerados como pagãos pelos mestres em leis farisaicas. Não estavam esses brutos carregados de impurezas rituais? As frutas que vendiam teriam sido correctamente «dizimadas»; e as carnes proviriam de animais que tivessem sido mortos como mandavam os ritos? Mais valia conservá-los absolutamente à margem. Os Saduceus tinham por aqueles labregos o desdém que as aristocracias fatigadas sempre mostram logo que perdem o contacto com a gleba que as nutre. Muitos desses camponeses não eram pobres — fala-se no Evangelho dum lavrador que possuia cinco juntas de bois —; todos, porém, se sentiam humilhados.

Esta situação social foi duma importância extrema. Um verdadeiro estado de hostilidade disfarçada reinava entre as classes de Israel. Os Fariseus, no Evangelho de São João, dizem com ódio: «Esta populaça que não conhece a Lei, são uns malditos!» (VII, 49) e Rabi Aqiba que foi, no século II, uma das glórias da seita farisaica, refere que, na época em que não pertencia ainda a esse credo, e apenas se encontrava entre a «gente da terra», sentia na presença dos doutores cólera tão grande que, se tivesse podido ter um deles à sua mercê, o teria mordido como um burro, até lhe esmigalhar os ossos. Por seu lado, os Doutores professavam a respeito dos *am-ha-arez* opiniões não menos categóricas: Rabi Hillel, o doce Hillel, garantia que «um lapuz não tem consciência»; Rabi Jonathan aconselhava a «rachar ao meio, como se faz aos

(1) Pagãos (N. do T.).
(2) Camponeses (Id.).

peixes, as pessoas que desconhecessem a Lei»; Rabi Éléazar esclarecia ser indispensável abri-los de alto a baixo, e não imolá-los, pois a palavra «imolar» ainda tem um sentido religioso! E todos concordavam em que, num dia de sábado, não era proibido esfaquear qualquer *am-ha-arez*. Lê-se na *Enciclopédia Judaica*, no artigo *Am-ha-arez*, a conclusão dum escritor judeu, S. Bialoblotzki: «Esta separação contribuíu muito para fortalecer a nova seita dos Cristãos. Junto deles, as «pessoas da terra» encontravam amor e acolhimento, enquanto que, da parte dos letrados, não achavam senão a mais brutal repulsa. O Cristianismo não terá, em relação a quem for para ele, as exigências dos Fariseus, na questão da fidelidade à Lei, mas terá em melhor conta as condições de vida da população da Galileia».

Fariseus, Saduceus, Am-ha-arez: será entre estes três elementos que Jesus exercerá a sua acção de propaganda, do mesmo modo que será do Sumo Sacerdote e do Sinédrio que, acusado, a sua sorte virá a depender.

A dispersão judaica no Império

O espantoso é que, sendo esta uma comunidade fechada e ciosa em não estabelecer, fosse com quem fosse, as menores relações, tenham sido de tal modo poderosas as suas ligações com o imenso Império, do qual ocupava um modestíssimo cantão, que pudesse uma doutrina gerada na Palestina espalhar-se instantâneamente em todas as regiões do mundo romano. Porque — não será sòmente entre os montões de pedras da Judeia ou nas boas colinas galilaicas que o semeador há-de lançar o seu grão. Ao ensinar, Jesus não se dirigirá, em nenhuma ocasião, apenas ao povo de Israel, mas, para além dele, pensará nessas outras multidões dispersas no Império, que, desde a Espanha até à Ásia, e da África a Bizâncio, trazem em si, do mesmo modo, a ansiedade das grandes mutações. Proclamada no território do mais expansivo povo do mundo, a sua doutrina será a mais universal. O quadro em que, de começo, alastrará, será o quadro do Império; e mal Jesus tenha morrido, logo o Evangelho deitará raízes em todos os pontos em que o legionário romano haja exibido o seu capacete; em menos de três

séculos a História considerará como sinónimos, cristianismo e latinidade.

Evidentemente que um dos meios desta instantânea sementeira fora, aliás involuntàriamente, preparado pelo próprio Judaísmo. O fenómeno da dispersão judaica, da *diáspora*, começara no tempo da deportação babilónica, quando numerosos Israelitas se deixaram ficar na Mesopotâmia e no Irão; Alexandre, os Lágidas, os Selêucidas, favoreceram, depois, estas correntes de emigração. Motivos de negócios explicavam ainda a instalação de importantes grupos hebreus no Egipto, na Grécia e mesmo em Roma. Desde o século II da nossa era, os Judeus faziam dizer aos *Livros sibilinos* apócrifos: «A terra está cheia da tua raça, e o mar, com ela, regorgita». Estrabão, escrevendo no reinado de Augusto, diz a respeito deles: «Invadiram todas as cidades, e a tal ponto que, difìcilmente, se encontraria um lugar onde esse povo não tivesse sido bem recebido e não se convertesse em senhor». Os Romanos, duma maneira geral, tinham contribuido muito para essa dispersão; César havia sido amigo dos Judeus, e toda a cidade pôde observar o luto solene com que eles assinalaram o falecimento do reinante; Augusto, Tibério e Cláudio, embora lhes exigisse que respeitassem a paz pública e os direitos alheios, protegiam-nos também, e conhecem-se casos em que, tendo alguns magistrados da província molestado filhos de Israel, o Imperador puniu rigorosamente esses funcionários inábeis. Mais ainda: os Judeus serão autorizados a escolher entre as formas exteriores do culto obrigatório do Imperador; serão consideradas suficientes determinadas compensações, como, por exemplo, sacrifícios a Yahweh em honra de Augusto.

No seu conjunto, estes elementos dispersos permaneciam firmemente ligados à Comunidade palestínica. Poucas apostasias, e poucos casamentos com pagãos. Todos os anos, milhares de peregrinos, de todas as partes do Império, iam a Jerusalém celebrar a Páscoa, e a partir da idade dos vinte anos todo o Judeu pagava ao Templo um imposto sagrado. Por isso, em toda a écumena romana aqueles núcleos faziam penetrar o pensamento de Israel. As relações com as populações indígenas eram complexas: conhecem-se verdadeiras crises de fúria antijudaica, com perseguições e chacinas, e podem ler-se ainda as

polémicas dos Drumont da Antiguidade, como as de Ápio, por exemplo, as quais fazem lembrar extraordinàriamente a dos nossos anti-semitas. Mas, ao mesmo tempo, a filosofia judaica e a doutrina, tão alta, do Deus único, exerciam uma influência decisiva.

Filon, judeu alexandrino, contemporâneo de Cristo, profundamente crente, desenvolve, na estirpe platónica, a sua concepção do Logos, potência de Deus, intermediário de que se serve o Todo-Poderoso para intervir no mundo, objecto de contemplação para quem quiser subir até ao Inefável. A sua doutrina, sem ter tido a irradiação universal que lhe atribuíram outrora, penetrou, todavia, nos círculos egípcios, e dela se encontram alguns vestígios em Clemente de Alexandria e em Orígenes.

Um pouco por todo o Império, os Judeus tinham seguido o conselho que lhes dera o velho Tobias: «Se Deus vos dispersou entre as nações que o desconhecem, foi para que lhes contásseis a sua glória e lhes revelásseis o seu Poder» *(Tobias,* XIII, 4). Grupos de prosélitos, para comparticipar nesta religião tão elevada, consentiam em tornar-se verdadeiramente Israelitas; tinham nisso merecimento, pois que exigiam deles a circuncisão (esta é uma das razões que explicam ser maior o número de mulheres nesses grupos). Sem aderir a todos os ritos da Torá, outros pagãos declaravam adoptar a fé e os principais usos dos Judeus: eram simpatizantes, os *tementes a Deus*. «Não há cidade grega, nem povo bárbaro — escreverá Flávio Josefo — em que não sejam observadas muitas das nossas leis relativas à alimentação, aos jejuns, ao acender das luzes...» Esta penetração do judaísmo na carne viva do Império romano assemelha-se muito à que numerosas religiões orientais realizavam por essa mesma época, conforme vamos ver. Mas completada, transformada na sua plenitude pelo Cristianismo que lhe aproveitará os núcleos, esta doutrina, mais que nenhuma outra, será chamada a desempenhar o papel dum fermento poderoso.

«Immensa romanæ pacis majestas»

Um fermento num corpo que estava ansioso por fermentar. É, na verdade, incontestável que muito daquele estado político, social, moral, espiritual da Romanidade, explica a facilidade com que o Evangelho nela virá a propagar-se.

Contraste singular é esse de que o mundo romano oferece então o espectáculo, entre a impressão de majestade, de ordem, de poder que nos dá o seu magnífico sistema político, e os germes de morte que a História lhe descortina no seio. No momento em que as sociedades atingem a sua plenitude, já dentro delas está o mal que lhes anuncia a destruição.

Roma é, então, mais forte do que jamais alguém foi. Diziam a verdade, os dois versos que Virgílio acabava de escrever: «Ela ergueu a cabeça mais alto que todas as restantes cidades, tanto como o cipreste, por cima das flexíveis clematites». É a hora em que os filhos da Loba acabam de fundar essa supremacia espiritual que faz da sua civilização a mais fecunda da História (1). O seu domínio sobre as raças vencidas parecia, ao mesmo tempo, mais estável e mais humano que o de todos os impérios que precederam o deles. Instituições, direito, arte, língua, literatura, tudo quanto deles emana tem um alcance infinito, tanto no espaço como no tempo.

A fórmula política que adoptaram parece realizar o *optimum* e permite resolver os imensos problemas que um tão prodigioso desenvolvimento multiplica: o Império ocupa, nessa altura, pelo menos, um milhão de quilómetros quadrados. Um homem compreendeu, alguns trinta anos antes de Jesus haver nascido, a necessidade de uma reforma radical dos métodos e das instituições. A história de Roma, graças a ele, deixou de ser a história duma cidade, para se tornar a de um vasto conjunto de países, ao qual um pensamento coerente aplica concepções universais. Essa mudança, ele a realizou em seu pro-

---

(1) Só, talvez, no outro extremo do mundo poderia parecer igual a ela, pelo que respeita à raça amarela, essa civilização chinesa que, naquele momento, estava nas mãos das dinastias Han (—202+220). *A Pax Sínica* equivalia à *Pax Romana* e a arte atingia um alto grau de esplendor. (Cf. René Grousset: *Histoire de la Chine*, Paris, 1941).

veito; ninguém lho quis mal por isso, pois todos a consideraram necessária. Pôde anular as velhas magistraturas e o Senado, sem encontrar oposição. Quando, em meados de Agosto do ano 29 antes da nossa era, um triunfo de três dias designou aos Romanos o seu senhor, tudo aceitaram sem murmúrios os filhos daqueles que tinham assassinado César por suspeitarem nele ambições meramente pessoais.

Octávio fundou o Império que virá a ser o campo de acção dos Apóstolos. Era um homem pouco simpático, poltrão na guerra, cheio de ódios na vitória, cruel nas represálias, e pouco seguro para os seus próprios amigos. Rosto magro, boca estreita, nariz comprido, ele denota, mesmo nos retratos oficiais, não se sabe o quê de duro e traiçoeiro. Conseguiu, contudo, modelar pouco a pouco a sua imagem espiritual, e, tornado Augusto, alcançou uma plenitude serena e um domínio de si próprio que se reflectiram em todo o Império. Tibério, seu sucessor, não tem, sem dúvida, os mesmos méritos; político atilado, hábil diplomata, excelente general, é infelizmente orgulhoso e brutal, desconfiado e hipócrita; mas as violências sem piedade a que a sua eterna desconfiança o arrasta, cada vez mais, à medida que vai envelhecendo, não atingem senão um reduzido número das pessoas que o cercam e, quanto aos mais, a grande maioria dos vasalos usufrui, com alegria, uma paz, da qual, havia muito, todos se tinham esquecido.

Immensa romanæ pacis majestas, a imensa majestade da paz romana, segundo a frase de Plínio o Antigo, é o que mais se admira no início deste Império. Um imperador, mesmo tão cruel como Calígula, não poderá abalar-lhe sensìvelmente os fundamentos. É preciso recordarmo-nos dos tempos calamitosos que tinham precedido uma ordem semelhante, para exactamente avaliarmos a fecundidade desta última. Durante o século I antes da nossa era, as guerras civis de Roma, a revolta de Mitridates e as sortidas dos piratas só acumularam ruínas em todo o leste mediterrânico. Os exércitos de Sila, de Pompeu, de César, de António e de Octávio assolaram a Itália, a Grécia e o Oriente. Houve terríveis hecatombes: o rei do Ponto fez executar 80.000 Italianos de uma vez, não se tendo ainda perdido a memória das horríveis proscrições de Sila. O que Au-

gusto impôs foi o fim dessas misérias todas, foi a ordem e foi a paz.

Ele ainda, e só ele, impediu os funcionários de continuarem com as suas rapinagens nas províncias que lhes estavam confiadas. Lutou contra a corrupção dos tribunais. Modificou o sistema dos impostos, os quais, graças a ele, se tornaram menos pesados e arbitrários. A polícia foi, enfim, instituída, e os actos de banditismo entraram, por toda a parte, em declínio.

Como o corpo gigantesco carecesse duma rede de estradas bem construidas, Augusto ocupou-se do assunto. Um dos seus primeiros cuidados foi o de chamar a si o encargo de reparar as grandes vias da Itália, ao mesmo tempo que os governadores das províncias recebiam ordens, a seu turno, para que consertassem as dos respectivos territórios. De Roma às colunas de Hércules ou à ponta extrema da Armórica, ou a Bizâncio, a Atenas, às bocas do Reno e do Danúbio, podia-se ir sem dificuldade; e até do outro lado do Pas de Calais, como do outro lado do Bósforo, se encontram ainda as magníficas calçadas de lajes regulares, trilhadas por um comércio copioso. Do Nilo ao Atlântico, existe a estrada litoral africana, que nós, modernos, apenas concluímos.

O mar também, por sua vez, pacificado, não oferece menores facilidades. Os grandes portos estão em plena prosperidade. Com destino a Roma, por Pozzolo e Óstia, chegam trigos da Sicília e do Egipto, metais da Espanha, lãs e peles da Gália, madeiras da Síria, cerâmicas da Grécia, especiarias, mirra e incenso do Oriente. No coração do mar Egeu, Delos armazena formidáveis quantidades de mercadorias. Rodes, Antíoco, Alexandria, Éfeso, aonde são trazidas as porcelanas, transaccionam com a Ásia remota, e mesmo com a China, pelo caminho das caravanas. Marselha, Bordéus, Bizâncio, Cartago reconstruída, gozam uma expansão magnífica. Corporações de armadores têm nas mãos estes negócios imensos. Existe mesmo um autêntico turismo: vai-se no Inverno para o Egipto, contemplar as Pirâmides, admirar o Boi Ápis e atirar pão aos crocodilos sagrados.

Não há dúvida que uma grande parte dessa enorme actividade é feita em benefício da própria Roma, e, muitas vezes, foi para a engrandecer, para a ornamentar, enriquecer e ali-

mentar, que todo esse trigo, todos esses mármores, todas essas majestosas árvores e todos esses escravos foram arrebatados às províncias e aos protectorados. Uma boa parte dos impostos é igualmente destinada a esse fim. Rivalizando, então, com os maiores aglomerados do mundo — e, sobretudo, com a sua concorrente, Alexandria — Roma, na época em que é vivo Jesus, encontra-se em plena transformação urbanística. É conhecida a frase de Augusto, referida por Suetónio, na qual aquele se gaba de ter deixado de mármore a cidade que encontrara de tijolo. Para falar a verdade, construída ao acaso, sem a disposição geométrica da cidade fundada pelo Macedónio, Roma possui ainda muitos bairros medíocres, com ruas estreitas e com casas de aluguer, pouco atraentes e pouco confortáveis. Mas os monumentos são nela mais profusos que noutra qualquer parte: templos múltiplos, e edifícios oficiais formam bons conjuntos. No alto do Capitólio, dominando o Forum por um lado e o campo de Marte pelo outro, o Templo de Júpiter ergue sobre a cidade as suas telhas de bronze dourado e a sua quadriga gloriosa. À volta dele, comprimem-se templos, estátuas, altares, tão acumulados que a custo deixam espaço para passarem procissões. Em frente, Juno Moneta possui o seu santuário, mais pequeno, mas, igualmente, belo. Augusto, por toda a parte, nos mais diferentes bairros da cidade, imprimiu a sua marca: Panteão de Agripa, Termas, templo de Apolo Palatino, pórtico de Octávia, teatro de Marcelo, e, sobretudo, o seu famoso Forum com o templo de Marte vingador. No governo de Tibério, este conjunto magnífico do Forum e do Palatino completa-se com a erecção do templo consagrado ao próprio Augusto e com as sumptuosas ampliações do Palácio imperial. Tudo isso foi pago pela enorme paciência e pela metódica tenacidade dos filhos da Loba, e esse desejo de manifestar o esplendor dum incontestável poderio, é perfeitamente humano.

Pelas estradas impecáveis, pelas rotas do mar bem vigiadas, as mercadorias não circulavam sòzinhas. As civilizações em que se formam grandes correntes de trocas tendem forçosamente para o cosmopolitismo, com tudo o que este termo encerra, ao mesmo tempo, de bom e detestável. Os melhores elementos das classes dirigentes encontram nelas alguma coisa

mais que a satisfação do luxo e do prazer: a alegria duma cultura comum, duma fecundação de ideias e doutrinas, a nobre visão duma *societas generis humani*, como Cícero disse, impõe-se ao espírito dum grande número de pessoas, e o facto não será perdido para o Cristianismo que irá propor a esta «Sociedade do género humano», a sua lei de amor.

Mas, também, a quantos outros esse cosmopolitismo não dava senão inquietações! Não é bom para uma sociedade ver aumentar demasiado depressa o número de estrangeiros inassimiláveis, nem ser invadida, de repente, por noções que se harmonizam mal com a sua índole. A afluência dos *mœteci* (¹) e *peregrini* a todas as principais cidades do Império, tinha como resultado aquilo que acontece hoje em nossos grandes portos: os negociantes sírios não vendiam apenas jóias, marroquins, perfumes ou tecidos de seda; os «gramáticos e retóricos» da Grécia ou da Ásia não ensinavam apenas a arte do discurso, da mesma forma que os Judeus, conforme vimos, não se limitavam a fazer os seus negócios. Através de todas estas corporações estrangeiras, insinuavam-se no organismo do Império substâncias que virão a causar-lhe a morte.

Um mundo ameaçado

O mundo romano tinha pois atingido o apogeu; mas poderia, acaso, escapar à lei da natureza segundo a qual um êxito dessa ordem comporta as suas ameaças e, uma vez atingido o cume, a descida se torna de uma necessidade imperativa? Sipião, sobre os muros de Cartago que ele acabava de destruir, chorara outrora, ao pensar que destino idêntico aguardava a sua pátria. Eram decerto numerosos, no escol da inteligência, os que sabiam, em Roma, encontrar-se ferida de morte a sociedade, e que repetiam consigo, como o grande Africano, aquele verso de Homero: «Assim Tróia, a cidade santa, acabará, bem como Príamo e o seu invencível povo». Os Partos e os Germanos, contidos ainda, com firmeza, nas fronteiras,

(¹) Nome dado aos estrangeiros domiciliados, que usufruíam direitos civis, mas não direitos políticos. (N. do T.).

eram um perigo bem menor do que aquilo que a própria alma do mais glorioso dos povos continha em si de desequilíbrios e de dúvidas. Dia virá em que as duas causas de ruina haverão de reunir-se e em que São Jerónimo poderá declarar: «O que torna os Bárbaros tão fortes, são os nossos vícios».

Este estado de crise latente derivava, por um lado, das próprias condições e necessidades da paz admirável em que Augusto apoiara o seu Império. Uma vez «pacificada» a política, isto é, expurgada de toda a liberdade, dirigido o pensamento segundo os desígnios da propaganda, domesticada a arte pelo poder, que restava àqueles a quem não bastavam as comodidades e as satisfações da disciplina e do negócio? O erro de quase todos os regimes autoritários é julgarem que existindo felicidade material não há outros problemas. A liberdade interior, mais que nunca indispensável, procura-se na discussão daquilo que constitui os próprios fundamentos do sistema. Acaba sempre por chegar o dia em que a manutenção da ordem estabelecida já não parece justificar a continuação das injustiças, das misérias e dos vícios que essa ordem encobre, e em que a sociedade inteira se encontra disposta a conquistar uma ordem nova, mesmo à custa da violência.

Esta crise em gestação era, antes de mais, uma crise do espírito. Se Roma dotara o seu Império com uma unidade administrativa primorosa, a unidade de civilização que nele se observava não provinha dos Romanos mas dos Gregos. Que «a Grécia conquistada tinha conquistado os seus ferozes vencedores» era sobretudo exacto no campo das coisas intelectuais. E, melhor do que isso — após a divisão do Império de Alexandre e o progresso espantoso da civilização helenística, filha da sua aventura, o Grego revelou-se, não como um indivíduo afim deste ou daquele povo, mas como um homem que recebeu determinada forma de educação, que atingiu um certo nível espiritual, e fez aceitar, em toda a parte, as suas normas, as quais, para ele, definiam o mais alto padrão humano; a noção de universalismo admitida no Império de Roma não é, portanto, latina, mas estrangeira. Relativamente ao ponto basilar pelo qual se aprecia, verdadeiramente, uma forma de civilização, isto é, quanto à concepção que essa forma tem da vida, os Romanos não são mais que imitadores. E isto, que explica

em larga escala a facilidade com que eles haverão de aceitar uma outra «weltanschauung», — a concepção do mundo segundo os cristãos, — esteriliza também os seus maiores triunfos.

No meio dos inúmeros contributos de ideias e doutrinas atraídas pela glória de Roma, é necessário um enorme esforço para manter — ou tentar manter — uma direcção latina. Esse esforço tentou-o Augusto, auxiliado por alguns amigos, como, por exemplo, Mecenas. Virgílio quis fazer da *Eneida* a súmula das ideias, crenças e tradições da sua pátria. Tito-Lívio desenrolou, desde as origens até ao reinado de Augusto, o cortejo grandioso das glórias nacionais. Houve, nessa época, uma enorme floração literária: Tibulo, Propércio, Ovídio. Mas teria sido isso, na verdade, uma produção espontânea do génio romano, e não estará a influência grega na base de toda a literatura, teatro, poesia, bem como na da arte? Salvo no domínio jurídico, que foi que Roma criou? Além disso, as grandes obras por nós veneradas representam realmente o pensamento médio dos tempos do Império? Não são Virgílio e Tito-Lívio quem modela os espíritos, mas os retóricos, em cujas inúmeras escolas, sempre repletas, eles habituam os alunos a controvérsias, análises, argumentações tão subtis como pouco substanciais. Os próprios assuntos da inteligência se tornam mesquinhos: prova-o a pobreza do teatro; e prova-o também a multiplicação desses extractos, repertórios, florilégios, de que Higino, no reinado de Augusto, e Valério Máximo, no reinado de Tibério, foram compiladores, e dos quais Séneca nas suas *Questões naturais* e Plínio o Antigo na sua *História natural*, muito perigosamente se aproximam. Esta crise do espírito romano pode parecer de medíocre importância, em confronto com as crises morais, sociais e religiosas, que são mais evidentes. Mas é quando a inteligência se debilita que as sociedades se submetem; para que revivam, é necessário fornecer-lhes uma nova força criadora.

Fala-se mais vulgarmente do delíquio moral do paganismo. Convem não exagerar. Nos dias de Augusto e de Tibério, o conjunto da sociedade não tinha ainda sofrido essa desagregação que há-de ir tão longe nos tempos da decadência; e é preciso não julgar a Roma do século I pelo *Satyricon* de Petrónio, da mesma forma que o Paris de hoje não pode ser julgado

através das peças divertidas mas cruéis de Edouard Bourdet, ou dos romances mundanos de Marcel Proust. Uma casta luxuosa e corrompida pode oferecer, a escritores de talento, modelos que sendo pitorescos, nem por esse facto, sejam representativos do seu tempo. Uma vez que se abandonem os textos literários, onde tudo gira em torno dos ricos e poderosos, e se estudem documentos mais modestos, como epitáfios, inscrições, papiros, tem-se a sensação de que a vida privada manteve as mais sólidas virtudes. O amor conjugal, a ternura para com os pobres, a piedade filial e fraternal, tudo isso aparece exaltado em termos emotivos. Junto do trono do próprio Augusto, sua irmã Octávia não será uma figura nobre e delicada, — tão fiel a seu marido António, que até criou os bastardos que ele tivera de Cleópatra? As virtudes públicas não eram menos incontestáveis: piedade, dignidade, glória, três palavras em que se resumia a velha moral latina, não haviam perdido o seu significado para os homens da época de Augusto; e, no conceito de *cidadão virtuoso*, inteiramente devotado ao bem geral, conforme o entendem Cícero, Virgílio, Séneca e muitos outros, existe mais alguma coisa que um simples tema para divagações literárias.

Contudo, o problema ético era uma realidade, sobretudo quanto às classes dirigentes. Em primeiro lugar o dinheiro, ganho depressa demais e sem esforço depois das grandes conquistas, provocara uma rápida desmoralização. Só o despojo trazido do Oriente por Pompeu em 61, representara 216 milhões de francos-ouro; muitos outros se lhe seguiram. Este ouro que não era solicitado por nenhuma aplicação industrial, ao contrário do que aconteceria hoje, tinha apenas um destino: o luxo; a habitação, a mesa, o vestuário, tornam-se então pretexto para despesas extravagantes. Aumenta-se descompassadamente o número de escravos, pelo prazer exclusivo de brilhar. E esta influência desastrosa não se limita aos meios directamente beneficiários da conquista — altos funcionários, generais: o mais insignificante legionário exige a sua parte e, pelo sistema da clientela, todo o povo se acostuma a preferir ao trabalho, a ociosidade e a espórtula. Em nome de que é que se há-de lutar contra este poder de el-rei dinheiro?

O outro perigo que ameaça a sociedade romana é aquele

que anda sempre associado aos excessos do luxo e dos lucros. A família está em decadência. O divórcio tornou-se duma facilidade tão grande que impressionou os poderes públicos: duas leis, uma de 19 antes de Cristo, outra de 9 já da nossa era, procuraram limitar o desastre, combater o adultério, favorecer os nascimentos. Mas o próprio Augusto não praticava o que ensinava, e muito menos a sua corte, onde o escândalo florescia. Transformar a família em instituição oficial, declarar obrigatório o casamento — representam excelentes intenções que não bastam para que se moralizem os costumes. Por outro lado, o aborto e o abandono dos recemnascidos em lugares públicos não são considerados crimes e praticam-se correntemente. Para se refazer a moral dum povo é preciso coisa diferente da vontade dum soberano.

A respeito desta crise e da impossibilidade em que um Estado, mesmo bem intencionado, sempre se encontra quando quer dar remédio a semelhantes males sem proceder a uma reforma total da sociedade, escreveu Tito-Lívio esta frase desesperada: «Chegamos a um ponto em que não podemos suportar os nossos vícios, nem os remédios que, deles, nos poderiam curar». E este sentimento da absoluta inanidade de todo e qualquer esforço, que invariàvelmente se revela em todas as sociedades extremamente inteligentes, era talvez o sintoma supremo dessa crise, porventura o pior. Poder-se-á admirar a força de ânimo dos Estóicos cuja influência começa a crescer no tempo de Augusto e de Tibério; mas a última palavra da doutrina que aqueles professam é a ataraxia, o desinteresse total, a recusa a intrometerem-se entre os homens. «Foge da multidão, — bradava Séneca — foge do pequeno grupo, foge até de estar na companhia dum único homem». Que esperar duma sociedade da qual se afastam os melhores? O que Jesus ensinará de mais profundamente decisivo, é que não podemos estar presente para nós mesmos, quando não queremos estar presente para todos.

Não se encontrava em menor desorganização o estado social. A diferença entre as classes tendia a acentuar-se. Entre um homem do vulgo e um grande, havia certamente maior distância no reinado de Tibério que na época dos Gracos. Em cima, os *honestiores*, aristocracia fundada, essencialmente, no dinheiro, pois que é preciso, para fazer parte dela, ter um

censo de 40.000 sestércios (100.000 frs.-ouro): cavaleiros, que vivem de vultuosos negócios e de funções públicas lucrativas, e senadores, proprietários de terras, e altíssimos serventuários do Estado, todos revestidos de túnica com cinta cor de purpura, «angusticlave» para uns, «laticlave» para os outros; todos com os mesmos preconceitos e os mesmos ares superiores, fecham-se, cada vez mais, aos *homens novos*. Augusto acaba de vincar o carácter cerrado desta classe, alargando à mulher e aos filhos até à terceira geração, os privilégios do senador; gera-se assim, uma *nobilitas*, baseada nos títulos e não nos serviços.

A massa dos *humiliores*, homens livres ou libertos, que, no tempo do Império, nem sequer são já dignos de fornecer um corpo de eleitores, é abandonada à sua vida medíocre, ao seu destino sem horizonte. Algumas inscrições funerárias trouxeram até nós a memória das suas preocupações e dos seus trabalhos. São cada vez mais numerosos os que se comprazem numa ociosidade pedinchona e se resignam a viver à custa dos grandes. O povo, esse, não é, em rigor, muito infeliz, e a sua vida sem brilho, encerra alguma felicidade modesta. É, porém, incontestável que, habituado às facilidades das cidades, confinado na sua mediocridade, resvalando cada vez mais para a preguiça, esse povo não constituía, por coisa alguma, um reservatório em que o escol pudesse renovar-se. A sociedade estagnou e ir-se-á esquelorozando progressivamente, até ao dia em que a passagem dos Bárbaros a revolverá numa convulsão sangrenta.

A escravatura constitui, nesta sociedade, um perigo mais temível. Razões de ordem económica não bastam para explicar a abundância desta população servil que representava, com certeza, um terço da população total; o escravo era, até certo ponto, indispensável naquele tempo em que se possuíam tão poucos engenhos e máquinas; mas o prazer do luxo aumentara, duma forma singular, a cifra desses enormes rebanhos humanos. Em Roma, muito mais que na Grécia, a sorte do escravo era, frequentemente, tenebrosa: considerado como *res*, como *coisa*, era apreciado exclusivamente na sua qualidade de elemento de riqueza e nada mais. Os escravos domésticos podiam ser, às vezes, bem tratados: isso dependia do capricho do senhor junto do qual viviam; mas os dos campos, sujeitos ao *villicus*, os das oficinas, e, pior que todos, os das minas, estavam votados

a atrozes destinos. Se pensarmos que nas suas fileiras se encontravam reunidos não só filhos de escravos, nascidos na servidão, mas também devedores insolventes, e até desgraçados que os piratas haviam arrebatado nos mares e, seguidamente, vendido, avaliaremos o horror de semelhante instituição.

Esse é, em verdade, o cancro que devora a sociedade romana. Primeiro, porque mantém nela uma ameaça permanente: no ano 24 da nossa era, pouco antes de Jesus aparecer, diz-nos Tácito que Roma «tremera» de pavor, por ocasião dum movimento de escravos rurais, no sul da Itália; muitas outras revoltas se seguirão e irão longe. Depois, porque tal situação habitua o homem à dureza, uma dureza até certo ponto indispensável, porque os rebanhos dos servos podem ser perigosos: um contemporâneo de Cícero lançava, às moreias como alimento, os seus escravos; o próprio Augusto mandou pregar um dos seus ao mastro dum navio; e, no tempo de Nero, porque certo funcionário importante tivesse sido assassinado, os seus quatrocentos escravos, homens, mulheres e crianças, todos reconhecidos como inocentes, foram crucificados por não terem sabido proteger o seu senhor.

Não é para admirar que esta humanidade dolorida tenha procurado uma consolação. Vindos de todos os pontos do Império, os escravos contribuirão poderosamente para introduzir em Roma todas as formas de inquietação religiosa, desde o misticismo até à superstição. As criadas de quarto chegadas de Antioquia ou de Alexandria farão a propaganda desses cultos exóticos que prometem uma existência menos injusta, — enquanto não fizerem a propaganda do Evangelho. A crise social encontra-se, neste ponto, com a crise religiosa em que, naquele mesmo momento, Roma tão profundamente se debatia.

Uma crise religiosa

Tem-se escrito muito (1) da profunda inquietação que a alma romana manifesta nesta época. A velha religião latina, estabelecida sobre um ritualismo seco e uma permuta de ser-

(1) Cf. DR : PB, *A inquietação religiosa no Mundo Romano.*

viços entre o homem e a divindade, já não satisfaz a ninguém. O culto da cidade que outrora acompanhava todos os instantes da vida com cerimónias colectivas, mas que se transformara em culto imperial, não era mais que um aspecto da lealdade e da disciplina. Mesmo renovada pelos Gregos, a mitologia parecia absurda e inadequada. O cepticismo crescia. Cláudio Pulcro, atirando à água os frangos sagrados para os impedir de darem sinal de mau agouro, e Marcelo, correndo, com um sorriso, as cortinas da liteira para não ver os maus presságios, encontram-se com Juvenal quando este escreve: «Que existam manes, um reino subterrâneo, rãs negras no Estige, e um barqueiro armado com um croque, o qual, numa única barca, passe tantos milhares de homens — isso, nem já as próprias crianças o acreditam!»

No entanto, como em todas as sociedades em declínio, manifestava-se uma profunda aspiração para qualquer coisa — fé, doutrina, superstição, até — que preenchesse o vácuo deixado pela falta de religião oficial. Roma pulula de magos, de adivinhos, de charlatães; haverá, por várias vezes, necessidade de expulsá-los (assim fará Tibério no ano 16), mas, como diz Tácito: «Com uma das mãos expulsam-se os Caldeus, com a outra obrigam-se a ficar». Agripa manda ler o seu horóscopo; Horácio declara-se feliz por ter nascido sob a mesma conjunção de astros que Mecenas, porquanto a ambos protege Júpiter das ameaças do obscuro Saturno. Tibério, em Capri, rodear-se-á de astrólogos. Todos os nobres, em Roma, têm em sua casa adivinhos e mágicos.

Os cultos orientais, veiculados por todas essas massas de homens que, como soldados ou funcionários, tinham ido à África ou à Ásia, ou, como escravos, tinham vindo de lá, estão desde há muito difundidos no Império. A deusa negra da Frígia que, de ora em diante, se chamará Cibele, escoltada por Átis, o belo e patético mancebo; depois a Ísis egípcia, penhor de imortalidade, patrona das cortesãs; depois o Adónis morto e renascido, de Biblos; depois Astarteia, Afrodite, Ategártis e tantos outros, conquistaram adeptos em todos os meios romanos. Os *mistérios* com os seus ritos de iniciação, o seu esoterismo, a sua doutrina cujo carácter universalista ou transcendente seduz os espíritos generosos, começam a conhecer no Império uma

voga que irá crescendo no decorrer dos dois primeiros séculos da nossa era. Todas as grandes personagens, o próprio Augusto inclusive, fazem-se iniciar nos Mistérios de Elêusis. Os de Dióniso têm adeptos sem conta. Mais tarde, virá Mithra, o deus persa, moço caçador ou touro que se imola, cujo baptismo sangrento há-de seduzir os soldados das legiões.

Singular espectáculo e confusão extraordinária! Tudo se confunde e se amontoa; elementos provenientes de origens contraditórias, num sincretismo em que a lógica não tem o menor lugar! Ao excessivo racionalismo da religião oficial, opõe-se um irracionalismo multiforme. A tentativa de Augusto para restituir alguma vida à velha fé latina, está votada ao fracasso; apenas lhe ligam certa importância política. O que se pede a essas confusas doutrinas é tudo quanto o homem tem o hábito de esperar dos ritos e dos dogmas. Mesmo através dos êxtases suspeitos, das práticas mais ou menos recomendáveis de certos mistérios, das cerimónias de carácter sexual, surge uma intenção, que métodos de penitência e princípios de disciplina rigorosa melhor ainda manifestam: a intenção de ultrapassar os limites da condição humana e mitigar uma inquietação eterna.

A filosofia, entre as pessoas mais cultas, esforçava-se por apresentar soluções para os mesmos problemas. O estoicismo procurava menos consolar o homem do que ensinar-lhe a aceitar a necessidade universal, e não lhe oferecia, para participar na vida divina, senão a submissão ao destino. O alexandrinismo de Filon, com a sua concepção do êxtase que voltará a aparecer no neoplatonismo, correspondia por outro modo à aspiração da alma que pretende libertar-se da vida presente e aproximar-se de Deus. Em esferas certamente assaz restritas, uma doutrina cuja importância tinha sido, até hoje, mal avaliada e que, ao presente, é muito mais exactamente conhecida (1), exercia uma profunda influência: o neopitagorismo. Pretendendo inspirar-se nas ideias de Pitágoras, filósofo grego do século VI, cuja existência é problemática — esse mesmo que teria inventado o famoso teorema sobre o quadrado da hipotenusa dos triângulos rectângulos — tal doutrina afirmava que a alma humana, par-

(1) J. Carcopino: *La basilique pythagoricienne de la Porte Majeure*, Paris, 1927, e *Virgile et le Mystère de la IV.ᵉ Eglogue*, Paris, 1930.

cela da divindade, é um foco onde se concentram os raios do mundo, *microcosmos* misteriosamente ligado ao *macrocosmos* e que, caída do céu com a criação, é chamada a subir de novo para o lugar donde veio, como que sua verdadeira pátria. Misturada com muitas correntes órficas, egípcias e outras, essa doutrina manifestava-se no tempo de Augusto, não como seca teoria, mas como verdadeira e viva fé. Um contemporâneo de Cícero, Nigídio Figulo, redigira sobre ela uma exposição bastante completa, e descobriu-se em Roma uma basílica subterrânea onde se reuniam os fiéis dessa filosofia que tanto se aproximava duma religião.

Sabe-se que Virgílio, na sua IV Écloga, escreveu versos misteriosos, em que, sob a invocação da Sibila, profetiza para breve uma transformação do mundo, ligada com o nascimento duma criança predestinada que será o anunciador da idade de ouro. Já não se reconhecem hoje a esse poema as intenções «messiânicas» que, muitas vezes, se pretendeu descobrir nele, mas parece averiguado que se trata ali da aplicação, a um acontecimento ocasional, das concepções pitagóricas que afirmavam, nas proximidades da nossa era, a fatalidade duma radical alteração de todo o existente. Na Duomo de Siena, no mosaico do pavimento, vê-se, junto do limiar, a meio da nave, Hermes Trimegista, e, ao lado deste, a Sibila de Cumas que desdobra um filatério em que se lêem os versos da IV *Écloga*. O poeta, através duma ficção, faz perfeitamente sentir o estado de ansiosa espectativa em que se encontravam então muitos espíritos. O mundo romano, em plena glória, sentia-se confusamente condenado à ruína, e buscava um sentido para aquilo que pressentia.

«Pátria do Cristianismo nas suas origens», segundo a frase de Mgr. Duchesne, o Império preparou ao Evangelho o quadro favorável para a sua difusão, os meios de comunicação de que os Apóstolos haverão de utilizar-se, e a paz que lhe permitirá ganhar raízes antes de soar a hora das grandes convulsões. Mas a todos os problemas que se punham então aos homens, foi Cristo quem trouxe a solução. Crise de inteligência: a doutrina de Jesus vai reconstruir as próprias bases da pessoa humana, e desse modo fundará um humanismo novo. Crise moral: essa doutrina provocará uma radical mudança nos princípios que, em lugar de dependerem apenas da razão e dos

interesses sancionados por leis colectivas, se remeterão directamente a Deus. Crise social: o Evangelho, que restitui o homem à sua dignidade própria e que proclama que a única lei necessária é o amor, satisfará de chofre a esperança dos humilhados e escravos, e permitirá à sociedade que um sangue novo circule em suas veias. Crise espiritual: toda uma aspiração confusa a um ideal de justiça sobre a terra e de paz no além-túmulo se resolve, enfim, na luz duma doutrina exacta, mais pura do que qualquer outra. O facto histórico do Império romano permitiu enormemente ao grão semeado na Palestina que germinasse e que crescesse, longe e depressa, mas tudo demonstra que esse grão era necessário — e esperado pelo mundo no íntimo da sua consciência.

CAPITULO QUARTO

SAÍU O SEMEADOR A SEMEAR

O título deste Capítulo, e os dos Capítulos V e VII, aludem à célebre parábola do Semeador: «O Semeador saíu a semear. E semeando, caíu uma parte ao longo do caminho e foi calcada aos pés, e as aves do céu comeram-na. Uma outra parte caíu nas pedras, e, tão depressa germinou, logo secou por falta de humidade. Uma outra parte caíu entre os espinhos que, crescendo, a abafaram. Uma outra parte caíu em boa terra, e, tendo germinado, deu frutos cento por um...» (*Luc.*, VIII, 4, 15).

O Adversário

PARECERIA natural que Jesus, quando, em Bèthabara, recebeu de seu Pai o sinal que o revelava aos olhos dos homens, tivesse começado a satisfazer a sua vocação messiânica, doutrinando, ele também, as multidões, tal como, dentro da sua esfera de acção, o Baptista havia feito. Todavia, só decorridos, talvez, quatro meses, ele iniciou o seu aliciamento solene; período esse que se diria de preparação e de espectativa, em que os gestos que se lhe vêem fazer são como que as promessas daqueles que realizará mais tarde, mas nos quais se esboça inteiramente, em alguns episódios característicos, o homem que ele virá a revelar-se. Corresponderá esta demora a uma tácita intenção de deixar ao Precursor o tempo necessário para concluir a sua mensagem, pois sòmente depois de a grande voz de São João ter sido obrigada a emudecer é que Jesus, por seu turno, falará? Uma cena estranha que os três sinópticos referem, permitiria imaginar a existência de outros motivos para essa reserva temporária — uma cena que ilumina de luz tenebrosa a insondável região em que, na alma do Messias, se agitava a consciência de Deus.

No seu modo simples, São Marcos resume-a assim: «O Espírito impeliu Jesus para o deserto. Ali permaneceu quarenta dias, tentado por Satã; encontrava-se entre animais ferozes e era servido pelos Anjos» (I, 12, 13). É evidente que os episódios desta longa crise, só aquele mesmo que os vivera os pôde relatar e transmitir aos evangelistas. O apócrifo dos *Ebionitas*

é mais preciso: «Dizia-nos o Senhor que o diabo discutiu com ele e o tentou durante quarenta dias». Esta cena era tida, pois, como essencial. Os nossos escultores da Idade Média que repetidas vezes a evocaram nalguns recantos das nossas catedrais, na fachada de Reims, nos capitéis de Saulieu ou d'Autun, sentiram bem o seu horror e mistério: a pureza perfeita em luta com o imundo, o homem-Deus aceitando sofrer a sorte comum dos homens, e temperando, no fogo da dialéctica do adversário, o aço da sua decisão. No Antigo Testamento, também Jacob, no momento de arriscar a aventura decisiva, lutara durante uma noite inteira contra o poder invisível em que, depois de ser dia, lhe foi possível pressentir o anjo de Deus; e Moisés, regressando à terra do Egipto, incumbido, por Yahweh, de libertar o povo, conhecera agonias semelhantes. E ainda, nesses casos de Moisés e de Jacob, não se tratava senão de objectivos de natureza fundamentalmente temporal.

O desejo de se entregar a retiros espirituais depois do acontecimento do Jordão, nada tinha de sobrenatural para um homem como Jesus. Quantas vezes o Evangelho o há-de mostrar abandonando as multidões para tornar a colocar-se perante Deus! Esta necessidade constante de meditação será um dos traços fundamentais do seu carácter. «Retirava-se para os desertos e rezava» *(Luc.*, v, 16). «Partiu para um local retirado e solitário» *(Mat.*, XIV, 13). «Naqueles dias, refugiou-se na montanha para rezar, e passou toda a noite a orar a Deus» *(Luc.*, VI, 12). Às almas místicas, a oração solitária e o silêncio pareceram sempre o meio indispensável para a acção.

Sabe-se, desde o Sinai, que uma alta montanha é propícia às conversações com o Altíssimo, mas sabe-se também, desde os mais antigos tempos, que o deserto encerra forças do mal, às quais é costume ser destinado o infeliz bode expiatório carregado com os pecados de Israel *(Levítico*, XVI). Quarenta dias foi, exactamente, o tempo que Moisés permaneceu na montanha *(Êxodo*, XXXIV, 28), e, igualmente, o tempo gasto por Elias para chegar até Horeb (I *Reis*, XIX, 8); e é, entre os cristãos de hoje, a duração da Quaresma. A que solicitações violentas não se torna sensível qualquer corpo humano extenuado por um jejum assim longo e, de tal maneira, rigoroso?

O Djebel Qarantal, «Monte da Quarentena», onde a tra-

dição fixa o rceolhimento de Jesus, fica, não muito longe de Jericó, numa serra de cré, de um branco opaco, na qual se abre a garganta negra duma torrente. Alguns monges ortodoxos, — herdeiros dos anacoretas do século v, dos quais se distinguem ainda as celas, cavadas na rocha, — conseguiram erguer sobre os flancos da montanha um modesto convento. O sítio tinha já aparecido na história de Israel: ali se encontrava a fortaleza onde morreu Simão, o último dos Macabeus. É dos lugares mais austeros desse deserto de Judá, em que as águias planam e se fazem ouvir os uivos dos chacais. Visto do alto, o panorama, muito profundo, mas vastíssimo, apresenta-se tão admirável como inhumano; através de areias amarelas, e entre duas fitas de verdura, semelhando um fio de prata, serpenteia o Jordão; ao norte, acima da confusão dos montes da Samaria, o Hermont, coberto de neve, flutua sobre o horizonte; a poente, num recôncavo em meia-lua, Jerusalém é assinalada ùnicamente por densos olivais; e, para o sul, a planície cada vez mais deserta, cada vez mais cintilante por causa do sal, mergulha na concha onde dorme a água morta do mar maldito.

Jesus terá tido, portanto, tudo isto sob seus olhos: esses lugares donde a vida humana parece ausente, essa paisagem desolada. Há-de ter visto erguer-se o sol, repentinamente, sem aurora, por detrás do Monte Nebo, e, ao fim da tarde, terá experimentado, naquele instante de ténue luminosidade que precede a queda brusca da noite, essa tristeza pungente de que o fim silencioso de um lindo dia enche o coração do homem. Certamente, durante aquelas cinco semanas de vigília, deve ter sentido subir para ele, da planície até à gruta em que se recolhia, o sopro negro do vento da Arábia — o Khamsin — hálito do deserto, que lhe levava as perguntas vociferadas pelo adversário.

Desse drama da solidão, o que sabemos é isto: tendo jejuado quarenta dias e quarenta noites, Jesus sentiu fome. Aproximou-se o Tentador e disse-lhe: «Se sois o filho de Deus, ordenai que estas pedras se transformem em pães!» Jesus respondeu: «Está escrito: nem só de pão vive o homem, mas de toda a palavra que venha dos lábios de Deus». O diabo, então, do alto duma montanha, para onde, com o seu sortilégio, o

transporta, mostra-lhe todos os reinos da terra, e declara-lhe: «Este poder e esta glória, eu vo-los darei, porque se encontram à minha obediência: dou-os a quem me parecer. Prosternai-vos diante de mim, e eles serão vossos». Mas logo Jesus replica: «Está escrito: Adorarás o Senhor teu Deus, e a ele só servirás». Arrebatando-o, agora, para Jerusalém e colocando-o no pináculo do Templo, o inimigo sugere-lhe ainda: «Se sois o filho de Deus, atirai-vos daqui abaixo. Porque está escrito: Ele deu, em vosso favor, ordens aos seus anjos; eles transportar-vos-ão em suas mãos, com medo de que o vosso pé bata contra a pedra». E o Invencível, enfim, a responder: «Também está escrito: — Não tentarás o Senhor Teu Deus». Apanhado no laço, vencido, o adversário retira-se, e os anjos aproximam-se e servem a Jesus (*Luc.*, IV, 1, 13; *Marc.*, I, 12, 13; *Mat.*, IV, 1, 11).

Aos olhos da «crítica histórica» basta a presença do demónio, nesta cena, para a tornar absolutamente inverosímil, e obrigar a considerá-la como mítica. Alguns teólogos católicos, afirmando embora que «semelhantes tentações foram, decerto, uma luta pessoal entre Jesus e o demónio», têm por defensável que o transporte para o pináculo do Templo e para o cume duma elevada montanha, fossem fenómenos de visão ([1]). No entanto, nesse breve e dramático diálogo, o Adversário parece terrìvelmente real, esse Adversário em cuja existência acreditaram, não apenas um Dante e um Tomás de Aquino, mas um Newton e um Pascal: esse «estranho filho do Caos»—*Chaos wunderlicher Sohn* — do qual Goethe sentia, à sua volta, a presença concreta e ameaçadora. Falando deste episódio, o Grande Inquisidor de Dostoïewski observa que «estas três tentações dominam inteiramente a história e mostram as três imagens a que se reduzem todas as insolúveis contradições históricas da natureza humana, sobre toda a face da terra». Sensualidade, ambição do poder, orgulho de ultrapassar a condição mortal, as três mais fortes causas determinantes das loucuras humanas, estão ali indicadas.

O deserto encontra-se cheio duns blocos monstruosos, de

([1]) Ver a nota da página 80, tomo I de *La Vie et l'enseignement de Jésus Christ, Notre Seigneur*, pelo R. P. Jules Lebreton S. J., professor do Instituto Católico de Paris.

cor quente e tostada, que imitam o pão como por escárnio. Ao longe, para os lados do Oriente, para além do Nebo e dos Montes de Moab, a visão infinita da planície sugere a lembrança desses reinos longínquos, desses impérios cujos nomes estão cheios de prestígio — Ninívia, Babilónia, Assur, Pasárgada, para cuja glória contribuiram a Mesopotâmia e o Irão. A parte mais alta do Templo era o terraço que, do alto da ravina do Cedron, dominava o pórtico de Salomão; todos, mesmo os pagãos, eram ali admitidos, e era lá que permaneciam os soldados romanos durante a celebração das festas judaicas. O muro exterior fora construído no cimo de tão formidável precipício que—segundo diz Flávio Josefo—não se podia olhar para baixo sem vertigens. Quanto ao passo da Escritura que o diabo, bom teólogo, cita de um modo tão astucioso, trata-se de certo fragmento do Salmo XCI, em que se canta a ventura do fiel que põe em Deus toda a sua confiança.

Incontestàvelmente que esse episódio, contado logo no começo do Evangelho, contém uma importante lição. Esclarece o conceito que Jesus tinha do messianismo justamente no limiar do seu ministério público. Será o reino de Deus instituído no mundo pelos processos de que se servem as potências humanas? Será o Messias o Rei forte, o Vencedor aguardado por quase todo o Israel? É a isso que Jesus responde: *não*, — quando se furta às solicitações do adversário, quando rejeita não só os Reinos deste Mundo, mas também a demonstração demasiado fácil do salto no espaço, dado de cima do Templo. E, recusando-se a transformar a pedra em pão, denuncia já a vontade que nele sempre se verá — nele que, em benefício dos homens, tantos milagres há-de operar — de não realizar nenhum em seu proveito: e, de igual modo, não se desligará da Cruz.

Esta cena que dizem ser inverosímil, situa-se, no entanto, em plena humanidade. O filho de Deus, condescendendo em afrontar os nossos perigos mais vulgares, mostra-se numa contingência que qualquer de nós pode imaginar em si mesmo. «Como ele próprio foi tentado, pode socorrer aqueles a quem a tentação assalte», dirá a Epístola aos Hebreus (II, 18), e é com uma intenção muito justificada que certo escultor do século XVI, sobre um cadeiral de São Bertrand de Comminges, mostra, no plano por detrás da Tentação de Cristo, a de

Adão e Eva no Paraíso terreal. «Não temos um soberano Sacrificador, diz ainda a Epístola — isto é, um deus longínquo, perdido nos ritos — que não possa compadecer-se das nossas fraquezas; semelhante a nós mesmos em todas as coisas, ele também foi tentado» (IV, 15). São Lucas, ao acrescentar, no fim da página onde refere este episódio, que o demónio se afastou de Jesus «por algum tempo» *(Luc.*, IV, 15), terá querido assinalar que, do princípio ao fim da vida, tal como outra qualquer pessoa, o Messias teve de combater? No jardim das Oliveiras, na noite da agonia, de novo se adivinhará a presença do Adversário. Como tudo isto o faz nosso e bem humano!

Tendo, assim, experimentado em si a força da sua alma, Jesus podia cumprir o seu destino de Messias: para quem quiser tentar uma grande obra, esta avaliação das próprias forças tem de ser o primeiro acto de vontade a realizar (1).

Sob o olhar de Deus

Deve ter sido em princípios de Março do ano 28, que Jesus tornou a descer da montanha e regressou às margens do Jordão. Nessa estação, em volta de Jericó, os trigos e as aveias começam a aloirar. Há calor durante o dia, mas as noites continuam a ser frias: «em *adar* (Março), diz um ditado judaico, o boi tirita de manhã, mas ao meio-dia procura a sombra das figueiras, para defender a pele». No «ghor», junto de Bèthabara, a atmosfera ardente e densa devia começar a ser penosa; o próprio João Baptista cedo deixaria o vau, para subir à região das colinas, até às «Fontes da Paz», a fim de continuar o seu apostolado pelo baptismo: Jesus não ficaria ali por muito tempo.

Todavia, a sua rápida passagem tinha de ser assinalada por um episódio de importância singular. Apenas São João o re-

(1) Esta lei é tão geral que um idêntico episódio se encontra na vida de Buda, a quem Mara vem tentar com as suas atraentes filhas, os seus poderosos exércitos, os seus gigantes, os seus elefantes, os seus najas, mas que, não obstante, vence a crise, antes de entrar na vida pública.

fere (*João*, I, 35, 50): e uma tradição que se firma em lógica sólida, vê nessa página do Evangelho joanino o eco directo da recordação que o discípulo dilecto conservava daquele instante de perturbação e de milagre em que o olhar do Deus feito homem se detivera nele. Preciso, João marcou-lhe o instante exacto: «a décima hora», cerca das quatro da tarde; sobre a crista dos montes da Judeia, já o sol ia quase no fim do seu percurso. São João — se é a ele que na verdade se refere uma alusão em que o santo não nomeia ninguém — passeava na companhia dum dos peregrinos do vau, igualmente Galileu, e cujo nome era André. Entre tantos outros, esse André acorrera ao baixo vale do Jordão para escutar a prédica e receber o baptismo; abandonara os barcos e a pesca que o seu irmão Simão e ele possuíam no lago de Genesaré, de sociedade com Zebedeu, pai de João. Tinham ouvido o profeta da pele de animal pregar às multidões a penitência. E até mesmo tinham estado presentes no momento em que uma delegação de pessoas idóneas fora perguntar a João Baptista se, sim ou não, era o Messias.

Ora naquela noite, eles encontravam-se junto do seu mestre, quando passou um homem para quem aquele lhes chamou a atenção: «Eis ali o Cordeiro de Deus!» Imediatamente compreenderam o sentido dessa frase, e que ela respondia tanto às interrogações dos rabis como à sua própria espectativa. A cena, ocorrida seis semanas antes, da descida do Espírito do Senhor sobre a cabeça daquele desconhecido, no momento em que João o baptizara, não devia ter caído no olvido entre a multidão fervorosa de Bèthabara. Os dois discípulos do Profeta não hesitaram; seguiram o caminhante. Este, ao ver-se escoltado, perguntou-lhes: «Que buscais?» Então, como honestos camponeses que dão uma qualificação honorífica a qualquer pessoa que os impressione, vá de responder com uma dessas frases de enleio em que, tantas vezes, se confessam os mais puros sentimentos: «Rabi — Mestre — onde morais?» «Vinde — disse Jesus — e vereis». O texto acrescenta apenas que os dois foram à sua habitação e ali permaneceram com ele naquele dia. Mas que tivessem ficado ambos imediatamente dominados até ao mais íntimo da alma, provam-no, de sobra, o resto dessa página e todos os outros evangelhos. Deste modo, no próprio instante em que Jesus aparece em público, logo se manifesta

aquela característica que tantas vezes lhe tornaremos a encontrar, aquele poder misterioso de penetrar, de súbito, todos quantos deseje, e de possuí-los por inteiro: André, João, Simão, e Filipe, e Natanael, e a mulher samaritana, e Madalena a pecadora... quantos serão por ele conquistados, com essa violência excepcional? «Deus desce sobre as almas, como a águia sobre o pardal», repetirão mais tarde os místicos da Espanha. Se, na cena da Tentação, o lado humano de Jesus parecera manifesto, estes breves encontros com os primeiros discípulos revelam o outro lado da sua dupla natureza. Aqui, é a face de Deus que aparece.

Simão, o irmão de André, não estava com este e com São João, quando estes dois encontraram Jesus. Foram estes últimos ter com Simão, e André bradou-lhe: «Encontrámos o Messias!» Imediatamente Simão pediu que o levassem até junto de Jesus. Então, *tendo-o fitado*, salienta o Evangelho, Jesus disse-lhe de chofre: «Tu és Simão, mas, de futuro, serás chamado Kephas». Kephas, isto é, Pedro. A frase devia parecer muito obscura; e apenas alguns meses depois será explicada. Mais profundamente ainda que no caso dos dois primeiros, Cristo, num ápice, apodera-se deste homem. Com um só olhar, avaliou-o. Com soberana autoridade, muda-lhe o nome: todo o Judeu sabia o que tal coisa significava. No Antigo Testamento, a imposição de um nome novo é a expressão simbólica duma escolha divina, a promessa duma missão extraordinária: assim aconteceu com Abrão, que se tornou Abraão, e com Jacob transformado em Israel. Todo o Oriente — o Egipto, a Caldeia, os povos semitas —, atribuiu sempre importância extraordinária, como que uma força oculta, ao nome que designa um ser. Descobrir o nome dum Deus, é tê-lo à sua mercê. «O nome de Yahweh» não deve ser invocado em vão. E, na China, existe ainda o nome confidencial que só os parentes mais chegados têm o direito de empregar. Entrando para esse grupo de discípulos que, mais tarde, será a Igreja, Simão aparece desde o princípio, marcado com um sinal absolutamente específico, pelo poder destas duas sílabas misteriosas: Kephas, «a Rocha».

André, João e Simão, foram três compatriotas que o galileu Jesus escolheu para seus penitentes, de entre os penitentes do Baptista. Juntos, regressaram à província a que

pertenciam. A estrada mais curta para Nazaré sobe o Jordão até à distância de duas léguas do lago de Tiberíade — durante cerca de 90 quilómetros — depois, virando para oeste, engolfa-se por uma larga passagem que é dominada pelo cabeço doirado do Tabor. Com os seus três fiéis, Jesus meteu-se portanto por essa velha rota do vale, aquela mesma que, desde os tempos mais remotos, seguiam os peregrinos, em intérminas coortes; Arquelais, Citópolis, cidades ímpias, desonradas por palácios com esplendores pecaminosos, e até pelo ídolo de Astarteia, recordaram-lhes, só com a sua presença, a cruel situação do povo de Israel. Ao chegarem à encruzilhada em que devia separar-se dos amigos, parece que Jesus se desviou do seu rumo, acompanhando-os em direcção à parte norte do lago, onde ficava a pescaria. Foi, com efeito, em Bethsaida, pátria de André e de Simão-Pedro, que ele, mais uma vez, aliciou dois homens, tal como havia feito com os precedentes.

Encontrou Filipe e disse-lhe: «Segue-me!» O Evangelho nada mais refere a respeito deste episódio, mas a influência de Jesus sobre esse novo discípulo deve ter sido bem profunda, pois imediatamente ele deitou a correr para ir anunciar aos amigos a sua descoberta, fazendo-se propagandista com o zelo de um convertido.

«Encontrámos aquele de que Moisés fala na Lei, aquele que os Profetas anunciaram!» Interrogam Filipe. Quem é? «Jesus, filho de José de Nazaré». Respondeu como lhe era possível, pois sem dúvida nada mais sabia, ao certo, daquele em quem acabava de pôr a sua fé. Mas em Bethsaida perfeitamente se conhecem Nazaré e os seus habitantes; a aldeia não fica senão a cerca de meio dia de viagem — uma aldeia de montanheses, sem renome nem títulos de ancestralidade. «Que pode vir de bom, de Nazaré?» contrapõe Natanael, um dos ouvintes. Sabe-o ele melhor do que ninguém, pois é oriundo de Caná (*João*, XXI, 2), aldeia situada a umas duas ou três léguas de distância daquela que Filipe pretende assinalar como pátria do Messias. Mas o neófito sustenta o que dissera: «Vem, e verás!»

De novo se desenrola, então, uma dessas breves cenas em que Jesus, de súbito, se apodera dum ente, cena essa, decerto, a mais misteriosa de todas, e a mais rica em evocações. Este

Natanael é um homem sério, carácter talvez áspero, inteligência inclinada à crítica, mas consciência sem refolhos. Do colóquio com Jesus irrompe para ele esse instantâneo clarão em que uma alma se patenteia por inteiro, fremente de desejo e ansiedade, e, ao mesmo tempo, satisfeita. A noite de fogo de Pascal deve ter tido a inundá-la esta sobrenatural claridade. «Natanael — disse Jesus — quando estavas ainda debaixo da figueira, antes de Filipe te chamar, já eu te tinha visto». Esta frase foi suficiente: os pensamentos, que ignoramos quais fossem, a meditação porventura dolorosa a que se entregava Natanael, no seu isolamento, tudo o homem de Nazaré adivinhou. Àqueles que nos conhecem até ao fundo do nosso ser, nós pertencemos, de certo modo, mesmo que o não queiramos. A revelação perturbou extraordinàriamente o coração do justo. O entusiasmo sagrado dominou-o: «Rabi, vós sois o Filho de Deus, o rei de Israel!» Imediatamente, pois ele andava depressa demais, Jesus contém-no: «Sim, acreditaste, porque te disse: vi-te debaixo da figueira. Mas verás ainda coisas mais importantes do que essa!» E, pela primeira vez, empenhando a sua promessa de Messias, anuncia, fazendo alusão ao célebre sonho da escada em que Jacob recebera de Deus a garantia do triunfo, que, por seu intermédio, o céu e a terra irão juntar-se, e que outros factos sobrenaturais hão-de em breve confirmar a divina surpresa com que Natanael se sentira arrebatado.

Desde Bèthabara até Bethsaida, Jesus acaba, pois, de conquistar, mediante algumas frases muito simples, cinco homens de grande fé, que o seguirão até à morte. Todos cinco serão apóstolos. Aquele a quem o quarto Evangelho denomina Natanael é, verosìmilmente, o mesmo que os Sinópticos chamam Bartolomeu, entendendo-se que a primeira palavra seja o nome, e a segunda um qualificativo de filiação. Bar-Tholmaï, «filho de Ptolomeu». E quatro dentre eles haverão de acabar mártires. Assim entram na vida trágica aqueles que são fixados pelo olhar de Deus.

Nas bodas de Canã

Dos cinco discípulos, parece que três terão ficado junto do lago, onde os retinha, sem dúvida, o trabalho: Simão, André e João. Talvez não tivessem ainda compreendido que, para viver a vida para a qual Jesus os convidava, era necessário um rompimento total, e que coisa alguma, nem ofício, nem família, deve entravar os movimentos. Tornaremos a encontrar, mais tarde, esses pescadores, que serão chamados pescadores de homens.

Filipe e Natanael acompanham o seu novo mestre. Dirigia-se este — segundo nos ensina o Evangelho de São João, o único onde vem referido o episódio (*João*, II, 1, 11), — a Canã de Galileia, para assistir a uma festa de noivado: já ali se encontrava Maria, sua mãe. O local que hoje se visita como sendo o do milagre é Kefr Kenna, grande aldeia taful, no meio de jardins e cursos de água, na vertente dum monte secundário, entre o Tabor e o Djermaq; os recém-formados casais da Palestina vão ao local fazer abençoar a sua união. Mas existe, em nível inferior, um lugar chamado Kirbet Qana, onde se encontra hoje um campo de ruínas; este facto dá aos arqueólogos o prazer de contraporem variados argumentos em favor duma ou doutra das localizações mencionadas. De qualquer modo, tanto Kefr Kenna como Kirbet Qana ficam a uma curta distância de Nazaré — uma a dez quilómetros, outra a catorze, seguindo pela estrada, mas ainda a menos, quando se vai pelos atalhos. Seria muito natural, por conseguinte, que Jesus tivesse ali amigos ou parentes, sem necessidade de se supor um convite de Natanael, nativo de Canã, e, ainda menos, de imaginar que o noivo fosse o discípulo João e a noiva Maria Madalena, como por vezes fantasiaram os artistas da Idade Média, que os representaram com a auréola.

A vereda, desde Bethsaida até Canã, sobe em grande inclinação. O lago está a 208 metros abaixo do nível do mar; Canã a cerca de 500 acima dele. E a jornada é assaz longa: vinte e oito quilómetros, calculando em números baixos. À medida que se vai subindo e trocando a região das palmeiras pela dos trigos e das vinhas, alarga-se o horizonte. Olhando para trás, antes de entrarmos no desfiladeiro de Arbeel, poderemos

gozar o espectáculo da ampla baía, dum azul ferrete, onde o Jordão desemboca vivamente entre os canaviais; ali vê-se o Hermont brilhante com as suas neves, e, na Primavera, não é raro que uma passagem de flamingos desenrole sobre as águas a longa serpentina do seu voo róseo e negro. Já no fim do trajecto, quando o caminho segue mesmo pela crista do monte, fica-nos sob os olhos o tapete cambiante da planície de Esdrelon, onde amadureceu a novidade. Ah! como este mês de Março é uma época feliz para a região! «Já acabou o Inverno, as chuvas acabaram, e as flores brotam da terra; chegou o tempo das canções. A voz das rolas repercute pelos campos, a figueira vai deitando os primeiros frutos, e a vinha, toda em flor, derrama já os seus aromas». Assim se exprime o *Cântico dos Cânticos*, e em Canã, naquele dia de alegrias, vibrava o epitalâmio que completa a estrofe: «Ergue-te, ó bem--amada, e vem, ó minha bela, minha pomba escondida nas fendas dos rochedos! Fala-me, mostra-me o teu rosto, porque a tua voz é doce, e graciosa a tua fronte...» (*Cant.*, II, 11, 14).

As bodas, em país judaico, eram assinaladas por numerosas cerimónias e diversões e duravam de três a oito dias, consoante a riqueza dos nubentes. Essas, a que Jesus vinha assistir, deviam ser de pessoas bem instaladas na vida, a julgar pelas quantidades de água previstas para as abluções do ritual, e pela presença dum «mestre de cerimónias», ou seja dum mordomo. Começadas numa quarta-feira, dia usual para o casamento de donzelas, deveriam certamente prolongar-se, pelo menos, até ao sábado imediato. Uma vez transportada em cadeirinha a recém-casada até ao local do seu novo domicílio, quebrado o vaso ritual sob o docel, trocados os juramentos à sombra do véu nupcial, tinham começado os prazeres da mesa. Ordinàriamente sóbrios, os Judeus, em tais ocasiões, gostavam do fausto e quase do excesso. Os pratos fortes, a escorrerem gordura, carnes e caça, peixes recheados, sucediam-se. Em quase todos eles entrava a cebola, base da cozinha de Israel depois da estadia no Egipto, no tempo de José. Bebia-se abundantemente. Em hebraico, banquete e beberete empregam-se como sinónimos, sem qualquer espécie de sentido pejorativo. Os vinhos da Palestina são excelentes, ricos em graduação alcoólica, e a vinha é uma planta tão querida e tão vulgar que Jesus apro-

veitará dela vários dos seus símbolos, chegando mesmo a declarar: «Eu sou a verdadeira cepa, e o meu Pai o vinhateiro» (*João*, xv, 1). Para abençoar o precioso néctar, antes de o beber, a ciência dos rabis previra várias hipóteses; com o vinho puro, deveria dizer-se: «Bendito seja o Criador do fruto das árvores!» mas se o vinho continha água: «Bendito seja o autor do fruto da videira!» Em festim de noivado, era a primeira bênção a que devia ser usada; nesse dia, as prescrições que se referiam à água não tinham oportunidade, nem a que determinava que a não deixassem destapada, nem a que proibia bebê-la num vaso colorido. A água servia apenas para as abluções.

Ora, algum tempo depois da festa começada, veio o vinho a faltar. O dono da casa tomara mal as suas providências. Jesus, que estava presente ao festim, entre os convivas estendidos sobre as camas da sala, viu a mãe aproximar-se. As mulheres observam com rapidez e têm destas gentilezas. «Acabou-se-lhes o vinho», disse Maria. O convite era discreto. Jesus compreendeu-o. Mas não se deu por entendido: «Entre nós dois, mulher, que é que existe?» É assim que o texto evangélico refere a sua resposta, a qual, realmente, surpreende, vinda dum filho dedicado que voltava a encontrar sua mãe após dois meses de ausência. Em nossas línguas modernas, sobretudo, parece abrupta e quase brutal; não assim, porém, em arameu, onde o termo «Mulher» era de absoluta cortesia (Éliézer interpelava assim a mãe de Rebeca, e o próprio Jesus dará a Maria esse nome, do alto da cruz), em arameu onde a frase que nos impressiona desagradàvelmente, empregada várias vezes no Antigo Testamento (por exemplo *Juízes*, xi, 12, 11; *Sam.*, xvi, *10;* xix, 22; *Reis*, xvii, 18; iii, 13), nada mais significa do que: «Não te preocupes com isso» (1). Seja como for, o sentido de tal recusa era claro, pois Jesus pensava: «Não chegou ainda a minha hora». Esta vontade de aguardar antes de se manifestar pùblicamente, que já nele suspeitámos, está aqui expressa com clareza. Maria, no entanto, não se deixa convencer. «Fazei

---

(1) Em árabe «maloh» que quer dizer «que tens com isto?» é empregado num sentido semelhante.

tudo o que ele vos ordenar!», disse aos servos. Ela conhecia bem seu filho.

Seria apenas por se condoer do embaraço do hospedeiro que Jesus se resolveu a corresponder ao convite da mãe? Hesita-se em pensar que tão alto poder divino se haja posto ao serviço duma causa tão temporal. Seria a intenção simbólica, tão clara neste milagre, a sua razão verdadeira? Ou, com maior probabilidade, a explicação ser-nos-á dada pelo evangelista, quando afirma que, depois de verem o milagre, os «discípulos acreditaram n'Ele»? Neste caso, esse milagre teria sido uma resposta à espectativa de Natanael, uma daquelas primeiras coisas surpreendentes que Jesus prometera mostrar-lhe.

À entrada da casa havia seis talhas de pedra, destinadas às abluções do ritual: cada uma comportava duas a três medidas. Como a «medida» — *bath* entre os Judeus, *métrête* entre os Gregos — correspondia a cerca de quarenta litros, os seis vasos deveriam conter o total de 600 a 700 litros, uma boa meia pipa! Jesus disse aos criados: «Enchei de água estas urnas!» Deitaram água nelas, até cima: «Agora, tirai, continuou ele, e levai ao mordomo!» Logo que este último acabou de provar da bebida, como não sabia donde tal vinho tinha vindo, dirigiu-se ao noivo, e interpelou-o num gracejo: «Usualmente, serve-se primeiro o vinho bom, e, quando se tem já bebido muito, serve-se então o menos bom. Tu, entretanto, ao melhor, guardaste-o para o fim!»

Tal foi, em Canã de Galileia, o primeiro dos milagres de Jesus: «O primeiro, comenta o meigo Aliocha dos *Irmãos Karamazov*, o milagre gentil, em que Cristo visita a alegria humana, a alegria e não a dor!» São João que tão poucos milagres (sete ao todo) nos refere, teve o cuidado de citar este, logo no início do seu Evangelho: por conseguinte, não o julgou fútil. Ele tem, na verdade, o bom perfume das coisas naturais; está próximo da terra, como Cristo há-de sempre gostar de estar também. Não será, de modo algum, sob aspectos sumptuosos, à maneira de Ticiano e Veroneso, que convirá imaginar essas ágapes rurais; o vinho que mana à voz de Jesus, é o mesmo, ou quase o mesmo do vinhedo galilaico, exactamente como o pão que na Ceia ele transformará será o pão de toda a gente. Este milagre que parece ter levado o

brilho pretendido às festas dum casamento, não é assim tão fútil; dir-se-ia que, antecipadamente, Ele pretendia consagrar a união do homem e da mulher, no sentido que Jesus virá a fixar.

Que esse milagre tenha tido também uma significação ainda mais secreta, e que seja realmente, segundo a definição que dele nos dá Santo Agostinho, «não sòmente um facto real e extraordinário, mas também o símbolo duma operação mais alta», toda a tradição o admite. A transformação da água em vinho deixou, em todos os tempos, os homens sonhar com outras divinas mutações; no coro das *Bacantes*, de Eurípedes, Dionisos faz com que das fontes brote vinho em lugar de água, e Plínio, o Naturalista, acredita no prodígio da ilha Andros, segundo o qual a água que corria no templo do deus se transmudava em vinho pelas nonas de Janeiro. A Igreja cristã evoca exactamente nessa data o milagre de Canã (no segundo domingo após a Epifania), sem dúvida mais uma vez em virtude da intenção, observada já para a liturgia do Natal, de «baptizar» um costume tradicional dos pagãos. Contudo, para os discípulos do mestre, para um Filipe, um Natanael, o milagre tinha um alcance ainda maior: imagem da transmutação que o Messias pedia às almas, ele acabava de as comprometer para sempre. Em Bèthabara, João baptizava com água simples; mas esse vinho milagroso não seria a água do Espírito?

«No teu seio, ó Jerusalém!»

Deixando Canã, Jesus voltou a descer a Cafarnaum, junto do lago (*João*, II, 12), para uma rápida estadia, ou fosse por convite de Filipe, ou porque desejasse encontrar-se com os seus amigos Simão-Pedro, André e João, ou ainda porque, na sua condição de Galileu, preferisse a estrada do vale, à da ímpia Samaria, no seu caminho para Jerusalém, aonde os deveres da Páscoa o chamavam.

Esta ida à cidade santa e o episódio retumbante que lá assinalou a passagem de Jesus fazem parte das primeiras manifestações, ainda semi-veladas de mistério, em que o mestre mais deixou transparecer — do que exemplificou — a sua voca-

ção de Messias. Esta estadia em Jerusalém estabelece entre o Salvador e a cidade sagrada de Israel o laço que, no Calvário, se tornará irrefragável, e, entre o templo de Yahweh e esse corpo carnal em que, de futuro, se abrigará o mistério divino, uma correspondência simbólica que virá a manifestar-se estrondosamente na Ressurreição (1).

A Páscoa atraia a Jerusalém multidões de que podem dar ideia as grandes peregrinações cristãs aos lugares dos milagres — a Lourdes, por exemplo, — ou, ainda melhor, as imensas deslocações humanas da Índia para Benares, e do Islão em direcção a Meca. Do Norte, do Sul, do Levante e do Poente, dos confins do deserto e das cidades do Egipto, até de Babilónia e das comunidades da Ásia Menor, os fiéis acorriam, dormindo, semanas sucessivas, em tendas de campanha, e cobrindo, com os seus acampamentos heteróclitos, e durante oito dias, as praças, as colinas, o circuito das muralhas de Jerusalém. Nos portos de Cesareia e, principalmente, de Jopé, verdadeiras empresas de transportes marítimos descarregavam os seus barcos atulhados de peregrinos, como hoje no Mar Vermelho acontece em Djeddad, para os que se dirigem a Meca; quando pisavam o solo sagrado da Terra Prometida, os viajantes beijavam-no. A acreditar em Flávio Josefo, na Páscoa que precedeu a destruição do Templo, no ano 70, foram imolados 255.600 cordeiros, e deve calcular-se uma vítima por cada família de dez peregrinos. Teria sido, pois, um fluxo gigantesco de dois milhões e meio de almas, que se agitou em volta da colina sagrada, nesses momentos de fervor excepcional.

O Templo era então aquele que, cerca de meio século antes, Herodes resolvera reconstruir para atestar a sua própria glória e para lisonjear o povo da Judeia. No local exacto em que Salomão erguera o dele, uma santa maravilha, e no qual, mais tarde, após o regresso do exílio, o grupo dos proscritos reconstruira outro, modesto, obra de vencidos, empreendera o tirano edificar o seu, tão rico, tão amplo, tão esplendoroso, que quarenta e seis anos depois de colocada a primeira pedra, a cons-

(1) Sobre o *Signe du Temple* e a simbólica que pode desprender-se de numerosos passos do Evangelho em que Jesus está em relação com o santo edifício, ver o precioso livrinho do R. P. Jean Daniélou, Paris, 1942.

trução não estava terminada, e só o estaria em 64, justamente seis anos antes de ser destruida.

É que o Idumeu traçara um plano grandioso! Aquele amor do fausto, das belas obras de cantaria, é uma das facetas apreciáveis do seu carácter que, aliás, não tem muitas análogas. Empregando dez mil operários, obrigando mil sacerdotes a aprender o ofício de pedreiro para trabalharem nas partes interiores do Templo, onde os profanos não podiam entrar; amontoando pedras, madeiras, mármores raros, metais preciosos — ele pusera nessa empresa o melhor de uma vontade e de uma astúcia que a História não lhe nega. O *Santuário* do novo edifício reproduzia exactamente o do Templo de Salomão; mas ampliaram-se muito as construções externas, para o que foram levantados nas encostas da colina enormes muros de suporte que permitiam duplicar a superfície da parte superior. (São as pedras destes envasamentos herodianos que constituem hoje o célebre «Muro das Lamentações»). Nesse planalto artificial erguiam-se quatro terreiros, cada qual mais elevado à medida que se avançava para o *Santo*. No «átrio dos Gentios» até os próprios pagãos podiam penetrar. Uma inscrição — que foi encontrada — indicava-lhes o limite para além do qual não deveriam passar, sob pena de morte. No «átrio das mulheres» era livre o acesso às mulheres judaicas; só os homens podiam entrar no «átrio dos Israelitas», para o qual dava, rigorosa e zelosamente guardado, o «átrio dos sacerdotes».

A parte mais populosa era a do átrio dos Gentios. Esta gigantesca esplanada, flanqueada por dois pórticos, constituia o local em que ordinàriamente se reuniam, comerciavam e passeavam os habitantes de Jerusalém. O pórtico oriental, dito de Salomão, com as suas sessenta e duas enormes colunas, dispostas em três naves, desempenhava papel análogo ao de muitos pórticos semelhantes, nos quais, em cidades da Itália, da Grécia e da Ásia Menor, os habitantes costumavam reunir-se. Durante a Páscoa a barafunda no átrio dos Gentios atingia o auge. Véus brancos, amarelos ou raiados, *akals* pretos ou dourados, turbantes e barretes encarnados da Frígia — todos os vestuários e todos os toucados em uso no Império e no próximo Oriente, se viam neste magma de gente. De *taliss* branco (véu ritual, ornado de franjas, cujos nós significavam o nome três

vezes santo do Senhor) lançado sobre as túnicas, os Judeus piedosos, empurrando com os cotovelos, procuravam alcançar o átrio dos crentes.

Para chegar lá, eram necessários grandes esforços. O átrio não constituia apenas um lugar de reunião ao ar livre; era também o banco, o mercado, a mercearia, o aviário, a feira dos gados e o touril. Aqui, apresentando as suas moedas sobre mesinhas em forma de estantes, os cambistas recebiam a impura moeda grega ou romana dos peregrinos e com bom lucro davam em troca moedas da Judeia, para que todos pudessem, «em remissão de sua alma», liquidar o imposto do meio siclo obrigatório. Além, Levitas e outros sacristães estadeavam as suas tendas de sal, farinha, vinho, incenso e azeite, para as santas oferendas. O mais incómodo de tudo era o gado que se encontrava, no maior à-vontade, misturado com a turba; ao chegar ao Templo, o fiel comprava, antes de mais nada, num escritório dirigido pelos sacerdotes, um «selo» cujo preço variava segundo a sua fortuna e a sua fé, selo da vitela, selo do carneiro, selo do cabrito, selo do pescador, em troca do qual adquiriria no terreiro a vitela, o carneiro, a cabra ou mesmo o touro, para imolar no momento em que as trombetas de prata dessem os três sinais. Este gado sagrado era vendido pelos sacerdotes em pessoa, os quais viviam desse comércio e incitavam ao seu consumo. As discussões sobre o preço dos animais não se faziam, bem entendido, sem vociferações e guinchos agudos. As práticas idênticas em torno da pedra negra de Meca, são hoje réplicas perfeitas. A religião lá se acomoda, melhor ou pior, com tais negócios de piedosas intenções.

Compreende-se que uma alma fervorosa não tenha suportado sem dor semelhante espectáculo; o baixo mercantilismo das lojas de Lourdes e Lisieux fere do mesmo modo o mais elementar sentimento que se tenha do respeito devido a um lugar santo, e as «Virgens laváveis e inquebráveis» provocam em nós um pouco da cólera sagrada experimentada por Jesus. Não tinha o Profeta Malaquias anunciado que o Mensageiro do Senhor purificaria o Templo? E os Levitas (III, 1, 3) e Zacarias não tinham dito que no tempo do Messias «deixaria de haver negociantes no Templo de Yahweh»? (*Zacarias*, XIV, 21). Quando se viu no meio de todos estes traficantes, Jesus

sentiu-se indignado; atou algumas cordas a modo de chicote e pôs-se a fustigar os vendilhões que se encontravam no átrio; depois, debaixo dos pórticos, derrubando mesas e estantes, fazendo rolar as moedas, atirou-se com igual violência aos cambistas das dracmas e dos sestércios. «Arde em mim o zelo da tua Casa!» exclamava o Salmista (LXIX, 10). O profeta de Nazaré poderia repetir essa frase. «Nos átrios do Eterno, no teu seio, ó Jerusalém» *(Salmos,* CXVI, 19), ele tinha visto o escândalo, e, filho do Pai, não pudera tolerá-lo.

O incidente abre uma importante perspectiva sobre a alma de Jesus e o seu carácter de vivente. Homem, ele vibra aqui com humana paixão; indigna-se, luta e agride. De modo bem diverso do das insípidas estátuas nas quais a praça de São Sulpício oferece à veneração um «passa-culpas», de gesso e unto, impressiona-nos este Judeu nervoso que, sem se importar com a turba, ousa levantar o seu protesto. Mas o acontecimento tem ainda retumbância por outro motivo. Aos circunstantes que lhe perguntam: «Com que direito procedeis dessa maneira? Podeis vós fazer um milagre, demonstrar as vossas prerrogativas de profeta, para vos justificardes?», Jesus responde: «Destruí este templo, e eu o levantarei de novo, dentro de três dias!» E logo os Judeus a encolherem os ombros, duvidosos: «Há quarenta e seis anos que se começou a trabalhar para construir este templo, e tu, em três dias, pretenderias reconstruí-lo?» (1) E, por certo, que lhe voltam as costas, considerando-o louco. Mais tarde, aquela frase que servirá de acusação no processo, tornar-se-á clara: o Templo que seria reconstruído em três dias não era o dos átrios cheios de gente, e das ricas colunatas, mas o Templo vivo em que Deus residia encarnado. Mais um passo estava dado na promessa das verdades messiânicas, mas, diz o Evangelho, foi sòmente quando Jesus ressuscitou que os discípulos recordaram as palavras que ele havia pronunciado, e isto fortificou-lhes a sua fé.

---

(1) Esta resposta dos Judeus fornece um precioso elemento de cronologia, a confirmar a data de 28 que admitimos para o início da acção pública de Cristo. Herodes começou o Templo no seu décimo oitavo ano de reinado, como sabemos por Josefo, ou seja em 19 antes de J. C. O quadragésimo sexto ano a partir dessa data é, por conseguinte, 27-28 depois de J. C.

Nicodemo

Outra promessa messiânica será formulada pouco depois, igualmente em Jerusalém. Quem a vai receber é um dos chefes da comunidade judaica, um daqueles senadores ou daqueles sinedritas, em que se encarnam a autoridade e as tradições nacionais. Sem dúvida que esse compreendeu o que ela significava. Faltou-lhe, contudo, a força para se render, e transformar a sua vida obedecendo a esse apelo. Imagem do destino de Israel.

Tal como o pinta o Evangelho de São João (III, 1, 15), foi um homem honrado esse Nicodemo, uma dessas pessoas de bem, com senso moral suficientemente subtil para saberem escolher a estrada que deve ser seguida para se dirigirem à perfeição, mas que se encontram impedidas de enveredar por ela, com ardor, dados os seus hábitos intelectuais, a sua respeitabilidade burguesa, e, digamos tudo, a sua profunda falta de coragem. Nicodemo era extraordinàriamente rico: com ênfase, diz o Talmude, a seu respeito, que ele teria podido sustentar durante dez dias todo o povo de Israel; rico e considerado...

Por isso, quando, por ter ouvido falar do novo profeta, quis ter, com ele, uma conversa, desejou que o encontro se efectuasse de noite. A prudência é uma virtude: estimam-na muito as pessoas «bem». Nicodemo encontra-se, pois, com Jesus. Muito delicadamente — porque a delicadeza é também a regra na sua casta — dirige-lhe perguntas. Dos feitos miraculosos que lhe são atribuídos, que deverá concluir-se? «É preciso que o Todo-Poderoso seja convosco!» Mas — e aí está a decisiva interrogação, aquela que formula ìntimamente todo o Judeu com fé: é ele, na verdade, o Esperado? Irá ele promover o Reino de Deus?

Jesus que, com um simples olhar, devassara aquela alma, como fizera com as outras, e que sabe o que nela existe de conformismo, de opiniões feitas, de miséria, a despeito duma real boa vontade, responde pondo o problema num campo inteiramente novo: «O Reino de Deus? Em verdade, em verdade te digo que ninguém, se não nascer de novo, poderá ver o Reino de Deus».

Aqui, pela primeira vez, Jesus esboça a sua doutrina. Nascer *de novo*, ou nascer *do alto* (o termo grego do Evan-

gelho permite as duas traduções), é operar a transformação total, a integral renovação que coroa aquela intenção de penitência para a qual o Baptista convocava. Para um estrito observador da Lei, que queria isto dizer? Filon, o filósofo, bem ensinara que a alma, desembaraçada do corpo, entra no seio do Criador e que isso constitui um «segundo nascimento»; e nos cultos com mistérios, é designado pelas mesmas palavras o facto da iniciação. Mas Nicodemo, quanto a ele, não pensa nas especulações alexandrinas, nem nos ritos de Cibele ou da Ísis. Assaz grosseiramente, pergunta: «Como é que um velho pode renascer? Deverá entrar segunda vez para o ventre materno?» Jesus explica: «O nascimento que ele proclama não é dos que dependem da mulher. O que nasce da carne, é carne, mas o Espírito, como qualquer mãe, deita ao mundo aquilo que é do Espírito». *Espírito:* feminino em arameu e em hebreu, diz-se *rouah,* palavra que significa também «sopro do vento». E é verdade que o Espírito Santo se comporta como o vento; não se sabe donde vem, nem para onde vai; sopra para onde quer e conserva-se invisível; e, no entanto, como os seus efeitos são notórios! É ele que transforma a alma, que lhe dá uma vida nova, que lhe insufla a força para servir a Deus. Esta doutrina não estará nos textos? Poderá um Doutor de Israel ignorá-la?

E, de súbito, é para além do Sinedrita que Jesus fala, como se estivesse a dirigir-se ao mundo ansioso pela revelação. Um horizonte inesperado abre-se diante desse tímido bom homem. Aquele que ali está, e que lhe fala, foi enviado para ensinar ao género humano o segundo nascimento: aquele homem lho diz. Poderá acreditá-lo? Para um Judeu piedoso, como é desconcertante esse Messias, e quão pouco parecido ele é com a imagem daquele que se espera! Nicodemo cala-se; não ousa compreender. E Jesus, no mesmo instante, diz-lhe: aqueles para quem a mensagem está, desde início, reservada, negar-se-ão a admiti-la; confundidos com os mais simples dos prodígios, hesitarão diante das coisas transcendentes. O drama do povo eleito é inteiramente esse.

Mas, que importa? Será a semente da salvação confiada apenas a essa única testemunha, entrincheirada em voluntária surdez? Num longo monólogo, Jesus esclarece; dir-se-ia que,

antecipadamente, resume o Evangelho. O Filho do homem desceu à terra; Deus feito carne, Filho único do Altíssimo, foi enviado para salvar os homens — «para salvar e não para julgar». Moisés, outrora, no deserto, havia protegido o seu povo contra a terrível mordedura das serpentes; de igual modo, o recém-vindo trará consigo a redenção e o amparo. Por ele, será a luz separada das trevas. A verdade esplenderá. Os que o seguirem, terão a vida eterna. O «novo nascimento» é isso: a transformação interior pelo Espírito.

Não refere o Evangelho qual tenha sido a resposta de Nicodemo, mas como este não figura entre os Apóstolos, fàcilmente se conclui que não se rendeu. Na verdade, ele não é senão um homem como todos nós, esse senhor respeitável peado pelos conformismos e a quem as grandes decisões fazem tergiversar. Contudo, a cena nocturna conservar-se-lhe-ia indelèvelmente gravada na memória, e, sem dúvida, ele ficará tendo pelo profeta, que debalde o chamou, um certo respeito e ternura, no mais íntimo do seu hesitante coração. No momento em que se organizar a conspiração contra Jesus, ousará defendê-lo (*João*, VII, 50); para sepultar o corpo do Crucificado trará cem libras de mirra e aloés (*João*, XIX, 39). Uma antiga tradição, enternecida com a boa vontade revelada por Nicodemo, pretende que ele haja sido baptizado por São Pedro e tenha vindo a morrer mártir de Cristo. Seja como for, desempenhou um papel singularmente importante, ao proporcionar a Jesus o ensejo de fazer um resumo completo da sua doutrina e vocação.

«Que ele cresça e eu diminua»

O período do esboço e da discreta anunciação vai terminar. A dupla natureza, divina e humana, de Jesus já se manifestou; já foram oferecidas as primícias da sua doutrina; produziram-se as primeiras demonstrações do poder de que lhe será permitido utilizar-se; e já foram anunciadas a sua morte e a sua ressurreição. Simultâneamente, dão-se acontecimentos que põem em marcha os destinos.

João, o precursor, enquanto Jesus permaneceu em Jeru-

salém, continuara a baptizar as multidões. Diz-nos o IV Evangelho (*João*, III, 22, 30) que aquele estava em «Ainon de Salim, onde havia muita água»; é costume identificar esta localidade com um sítio em que existem umas nascentes não longe de Citópolis, e muito perto de um certo «Tell Sarem». Como *Ainon*, em arameu, significa *fonte*, e *Salim*, significa *paz*, tal localidade era bem escolhida pelo seu valor simbólico. Mas, por sua vez, Jesus, tendo deixado Jerusalém, baptizava igualmente, ou melhor (*João*, IV, 2), consentia que os seus discípulos procedessem em sua presença a esse rito, não o executando, ele, porém: a hora do baptismo pelo Espírito não tinha ainda chegado (*João*, VII, 39); soaria apenas depois da morte e glorificação de Cristo.

Os dois grupos deviam andar muito próximos um do outro, pois os fiéis do Precursor sentiram ciúmes da actividade de Jesus. Chegou a esboçar-se como que um conflito; suscitou-se uma dessas intrigas em que são exímios os cortesãos das pessoas importantes, sempre ciosos das prerrogativas dos respectivos patrões. Um Judeu, que provàvelmente recebera o baptismo de Jesus, veio falar com azedume, entre os partidários de João, das eficácias relativas dos dois ritos. Ora, como aqueles se queixassem ao seu mestre, — ao Baptista — este, grande como sempre na sua humildade, respondeu-lhes:

«O homem não pode receber coisa alguma se do céu não lhe for dada. Vós mesmos sois testemunhas de que vos disse: Não sou o Cristo; mas fui enviado adiante dele. O que tem a esposa, é o esposo; mas o amigo do esposo, que está com ele, e o ouve, enche-se de prazer com a voz do esposo. Pois já este meu gozo é cumprido. Convém que ele cresça, e que eu diminua» (*João*, III, 30).

Linguagem sublime! — digna, aliás, do alto espírito que tão bem soubera adaptar-se ao difícil papel que Deus lhe atribuíra. Quanto ao esperado Messias, João tinha declarado não ser digno sequer de lhe desapertar a correia da sandália. Agora, comparava o seu papel ao daquele «amigo do esposo» ou «paraninfo» que, nos casamentos judaicos, se ocupava dos preparativos da boda, dedicadamente marcou absoluto desinteresse. João chega mesmo a profetizar o seu próximo desaparecimento, para que o recém-vindo possa alcançar a máxima glória. Havia

nestas palavras motivo suficiente para desanimar as melhores devoções, e são dignos de admiração todos quantos, apesar de tudo que aconteceu, permaneceram fiéis ao Precursor até ao aniquilamento por ele próprio anunciado; sabe-se que mesmo depois dele morrer, alguns se conservaram constantes na sua doutrina, como, por exemplo, aqueles que, mais tarde, São Paulo encontrará em Éfeso (*Actos*, XIX, 1, 7).

«É preciso que ele cresça e que eu diminua». A frase ia tomar um sentido horrìvelmente trágico, pouco tempo volvido. Naquela Primavera de 29, Antipas, tetrarca da Galileia, regressava de Roma. Que fora lá fazer? Garantir, mais uma vez, ao neurasténico imperador, a sua total dedicação? Apertar melhor os laços de qualquer dessas intrigas, às quais, em Séjan, se dedicara com paixão? Levar, talvez, ao conhecimento do senhor, conforme era costume permanente entre os membros da família, o resultado da sua espionagem à volta de Pilatos, o Procurador romano? Essa estadia na Itália não deve, aliás, ter sido muito divertida. Depois que o déspota se instalara em Capri, a corte era como um corpo sem alma. Pesava sobre ela a eterna ameaça das suspeitas e das denúncias que levam à morte. Nos meios da judiaria abastada — frequentados pela aristocracia latina e mesmo pela família imperial, na pessoa de Antónia, mulher de Druso, filho que fora de Tibério — comentava-se com inquietação a súbita desgraça em que caíra Agripa, neto de Herodes, sùbitamente mandado para o forte de Malatha, na Ásia. A própria cidade — na qual ia sendo reedificado, com lentidão, o bairro do Célio, destruído por um incêndio — parecia triste aos visitantes, transformada, como estava, em depósito de materiais de construção. E quanto ao Imperador, se Antipas o tinha ido visitar à sua ilha venturosa, era duvidoso que houvesse conseguido dele coisa de importância; e de modo nenhum, a retirada de Pilatos. Refere Flávio Josefo que a todos quantos lhe iam suplicar a substituição de qualquer funcionário brutal ou voraz, Tibério respondia com este apólogo mordente: «Julgou certo transeunte prestar a um ferido bom serviço, enxotando-lhe as moscas que o devoravam. — «Eh! lá! meu amigo, brada a vítima infeliz; por favor deixa-as em paz! Se afugentas essas que aí estão, outras virão ainda mais esfomeadas e não resistirei...»

De resto, Antipas tinha um motivo poderoso para regressar à Palestina sem demora. Havia algum tempo que se enamorara de Herodíade — neta do grande Herodes e da celebrada Mariamme, a Asmoneana que o tirano assassinara, embora a idolatrasse (1) — a filha de Aristóbulo, igualmente assassinado por diligências do mesmo, e de Berenice, a quem Antipas visitara em Roma, onde ela residia. Por vontade do avô, Herodíade desposara, na mais tenra idade, a Herodes Filipe I, seu tio, mais velho do que ela vários lustros; tinha sido isso trinta e quatro anos antes. Ambiciosa como todos os da sua raça, desde longo tempo Herodíade sentia desprezo por esse marido, desprovido de encantos e de manhas, o qual, não sendo tetrarca, nem sequer conseguia ser Sumo Sacerdote. Com olhares, dia a dia mais admirativos, ela observava Herodes Antipas, seu cunhado, o qual levava uma vida de rei, acabara de construir, à beira do lago tão ameno, a sua capital de Tiberíde, e dispendia com magnificência as peças de ouro que ele próprio cunhava, com uma palmeira por emblema.

Apesar de apaixonado, Antipas não o estava, talvez, bastante para perder inteiramente a cabeça. Mas as circunstâncias favoreceram Herodíade em suas intenções. A mulher do tetrarca, princesa árabe, filha do rei dos Nabateus, avisada pela «asa da ave», das infidelidades do marido, dispusera-se a regressar à casa paterna, na rubra Petra, cidade fantástica, solitária, no meio de um colar de rochas. Talvez que Antipas visse, imediatamente, o perigo em que o colocaria essa ruptura; por causa dela, oito anos mais tarde, haverá uma guerra em que o seu ex-sogro lhe infligirá, a ele, uma derrota impiedosa. Estimulado, todavia, pela paixão, aproveitou a oportunidade que se lhe oferecia; repudiou a mulher: quanto a Herodes Filipe, sempre bonacheirão, é sabido que, sem discutir, deixou Herodíade ir-se-lhe de casa.

Grande foi, na Palestina, o escândalo provocado por estes incestuosos amores. Segundo a Lei, tratava-se dum autêntico adultério (*Levítico*, XVIII, 16; XX, 21). João Baptista, fiel àquela missão que sempre fora a dos Profetas, foi procurar Antipas e, peremptòriamente, declarou-lhe: «Não te é permitido apro-

---

(1) Ver DR : PB, quarta parte, segundo capítulo, parágrafo *Herodes*.

priares-te da mulher do teu irmão!» David não prendera Nathan, quando este, em nome de Deus, lhe censurara haver tomado por mulher a viúva de Urias, o Nitita. Ao reizete de Tiberíade faltava um coração com a nobreza necessária para se sujeitar às misérias da penitência: mandou meter no cárcere o seu acusador, para não continuar a ouvir-lhe a voz. Tal é, em suma, a explicação do Evangelho sobre a prisão do Precursor (*Luc.*, III, 19; *Mateus*, XIV, 3, 5; *Marcos*, VI, 17). Flávio Josefo parece insinuar que também contribuiram para isso razões de ordem política: o tetrarca, «vendo que o povo se reunia em volta de João, e se deixava impressionar pelos discursos que o Baptista proferia, chegara a ter receio de que ele utilizasse esse ascendente para arrastar as turbas à revolta». Como as nascentes de Salim se encontrassem no território de Citópolis, cidade helenística livre e membro da federação da Decápole, foi, sem dúvida, preciso atrair o Profeta à Galileia ou à Pereia, para se proceder à sua detenção.

O lugar em que esteve encarcerado João Baptista encontrava-se no extremo limite do território do tetrarca, mesmo na fronteira dos Nabateus. Maqueronte é hoje um campo de ruínas, nesse planalto enrugado do Moab que, para leste, se prolonga, a perder de vista, até ao deserto arábico, mas que, para ocidente, cai verticalmente sobre o fosso onde dorme o mar maldito. Da cidade que, outrora, existiu nesse lugar por mercê da passagem das caravanas, não resta mais que uma calçada de pedras desconjuntadas, restos de casas, e os alicerces de um templo dedicado ao Sol. Mas, na colina vizinha, cónica, inacessível, vêem-se ainda muitos vestígios da fortaleza em que o Precursor terminou seus dias. A cidadela, no seu ponto mais elevado, tinha cem metros de diâmetro e dominava, de pelo menos cento e cinquenta metros de altura, todas as restantes construções. Os alicerces da muralha da cerca são ainda visíveis; no interior, um poço de grande profundidade, uma cisterna e dois torreões, subsistem também; em uma das torres, notam-se na pedra alguns pequenos orifícios, onde, noutros tempos, se fixavam as argolas das correntes patibulares.

É nessa prisão que o Baptista permanecerá durante 10 meses. Não parece que haja sido maltratado; Herodes Antipas não tinha, quanto ao seu prisioneiro, a consciência sossegada.

Diz-nos o Evangelho de São Marcos que o tetrarca «venerava o profeta e velava pela sua existência», e que chegava mesmo a mandar em segredo consultá-lo *(Marcos,* VI, 20). Encarcerando-o, não fizera mais do que ceder às sugestões da Herodíade. Alguns dos discípulos de João tinham sido autorizados a acompanhá-lo. De cima dos muros, João podia contemplar a paisagem em que o Mar Morto, situado mil e duzentos metros mais abaixo, parecia um pedaço do firmamento caído no fundo dum golfo. Por sobre as areias douradas e as planícies cinzentas, devia o prisioneiro contemplar ainda — para o lado do norte, qual névoa no horizonte — a forma nítida do monte Nebo, donde Moisés, antes de morrer, viu, numa suprema esperança, a Terra Prometida, onde jamais entraria. Como o antigo Precursor, o Baptista aceitara que outro ocupasse o seu lugar. «É preciso que ele cresça e eu diminua». Dòcilmente, conformava-se com a decisão de Deus.

A Samaritana e a água viva

A prisão do Precursor fez com que Jesus resolvesse deixar a Judeia e voltar à sua província. «Os Fariseus tinham sabido que ele fazia mais discípulos e baptizava mais que João» *(João,* IV, 1). O ministério público de Cristo não havia ainda começado e já aquela simples frase do Evangelho deixa perceber, a respeito de Jesus, desconfianças e resistências. Não soara ainda a hora de fazer frente a tudo isso, de cara descoberta. A polícia parecia menos severa nos estados do tetrarca Antipas que na cidade dos sacerdotes. Jesus afastou-se de Jerusalém.

Que razão o levaria a escolher, para voltar à Galileia, a estrada das colinas, em vez da do Jordão? Não o sabemos; talvez fosse, muito simplesmente, para evitar o calor abafante que, a partir de Maio, se concentra no vale estrangulado. Seja como for, essa escolha deu ocasião a um dos mais belos — e dos mais importantes também — dos episódios do Evangelho, o qual estabelece como que uma transição entre o período, já findo, dos primeiros sinais, e aquele em que se realizou o aliciamento público de Jesus. Por Bethel, Siquém, Samaria, Enganim, o caminho segue sempre pela parte mais alta da região.

Não quer isto dizer que nele não haja variadíssimas encostas e muitos trechos àsperamente causticados pelo sol; mas, ao menos, à tardinha, corre ali aquela viração aliseana a cujo sopro Booz joeirava o trigo na eira, e que a Bíblia nos mostra refrescando o próprio Yahweh em seu jardim. Sem dúvida que, então como hoje, a poeira abundante devia estender sob os pés do viandante um tapete macio, mas, ao mesmo tempo, devia queimar-lhe lentamente a garganta. Por esse itinerário são precisos três dias, pelo menos, para ir de Jerusalém ao lago de Tiberíade.

Todavia, a escolha desse caminho poderá surpreender. Na verdade, ele atravessa a Samaria, emergência a que os Judeus se não decidiam sem prévia reflexão. É verdade que, tendo sido a Páscoa havia muito, não deveria haver Samaritanos emboscados ao longo das estradas, como acontecia por ocasião das festas, para oferecerem aos peregrinos de Jerusalém justamente o contrário de bons desejos de feliz viagem.

A rivalidade que existia entre eles e os Judeus, transformara-se, havia muito, em ódio inabalável (1). A cisão tinha-se consumado em 935, imediatamente após a morte de Salomão; ao passo que Judá era um reino exíguo, a mais importante parte das tribos agrupara-se, formando o «reino de Israel». Depressa os problemas religiosos e políticos envenenaram as relações entre os dois reinos. Tempos houve em que o do Norte quisera ter o seu culto privativo — o dos dois bezerros de ouro que, diziam eles, representavam Yahweh. Depois, Omri, o rei, escolhera, aliás com muita inteligência, uma nova capital para rivalizar com Sião: Samaria, — no topo duma eminência donde se domina toda a região até ao mar, que, por uma abertura das colinas, se vê ao longe, brilhando ao sol poente. Quando Sargão, em 722, a destruíra — à cidade da «ímpia» Achab, da horrenda Jezabel, — o facto não inspirara compaixão aos homens de Judá. Mas em breve um horror ainda maior sucedera ao primeiro. Para substituir os Israelitas que tinham deportado, não foram os Assírios estabelecer naquela terra uma

(1) Pode ver-se uma prova formal de semelhante malquerença em *Lucas*, IX, 52: os Samaritanos recusam receber Jesus, por ele se dirigir a Jerusalém. Josefo fala de verdadeiras ciladas preparadas por eles.

amálgama de povos recrutados em todos os cantos do Império? Ao culto do Uno, vinte idolatrias vieram misturar-se-lhe. Quando os Judeus regressaram do exílio, intransigentes na sua fé, recusaram todo o contacto com esses impuros Samaritanos, por os considerarem pagãos, ou coisa pior ainda; os Samaritanos ripostaram, urdindo contra os Judeus variadíssimas intrigas; finalmente, no tempo de Esdras, um sacerdote de Jerusalém, desligado do Templo, emigrara para a Samaria e fundara sobre o Garizim um santuário rival daquele em que o verdadeiro Deus se venerava. Desde então não houve maldade que os Samaritanos não pusessem em prática contra os Judeus. Pois não chegaram até (cerca do ano 6 da nossa era) a colocar ossos humanos no Santuário, durante a Páscoa, para que o venerado lugar ficasse conspurcado? Um dos agravos que os verdadeiros crentes tinham de Herodes, era o de, em vez de deixar a Samaria no estado de ruína em que a pusera João Hircano, em 128, a ter mandado reconstruir, com todo o luxo, sob o nome de Augusta ou de Sebasta, pelo qual ainda hoje se designa. «A água dos Samaritanos, diziam os Rabis, é mais impura que o próprio sangue do porco». Seria preciso que um Judeu estivesse a arder em sede, para que lhes pedisse dessa água!

No segundo dia, tendo já transposto cinquenta quilómetros, Jesus e seus discípulos chegaram às cercanias de Siquém, o velho lugar histórico dos Patriarcas e Juízes, onde Jacob dera uma terra a seu filho José, onde este havia sido sepultado, e onde também Josué solenemente reunira o povo eleito para lhe fazer jurar fidelidade à Aliança, — velho lugar que fora a capital de Abimelech, suzerano de Israel no tempo das guerras de conquista. Tais recordações eram agora bem amargas para os corações dos Judeus crentes. No local da velha cidade histórica, situada a 570 metros de altitude, justamente no desfiladeiro que liga o Hébal ao Garizim, restava, há dois mil anos, uma dessas aldeias semimortas, como a gente pode ver em nossos Alpes do Sul, donde a falta de água vai, a pouco e pouco, afugentando os habitantes. Já não lhe davam o nome de Siquém, mas sim o de Sicar. O aglomerado deslocara-se na direcção do vale, onde, desenvolvendo-se no tempo de Vespasiano, tomará o nome de *Flavia Neapolis*, e virá a ser essa Naplouse

que, destruída em grande parte pelo terramoto de 1927 e depois muito precàriamente reconstruída, é hoje apenas uma povoação banal cuja única notabilidade consiste em abrigar os últimos descendentes dos heréticos Samaritanos, uma pequena comunidade de cento e sessenta membros que Pierre Loti e Joseph Kessel sucessivamente visitaram ([1]).

O texto do IV Evangelho, a tal ponto preciso em questões de topografia que provocou a frase de Renan: «Só um Judeu da Palestina, que passasse muitas vezes pela entrada do vale de Siquém, teria podido escrever aquilo», — não menos preciso é quanto aos horários. Foi justamente à sexta hora que a caravana chegou ao fundo da subida de Sicar; caminheiros que partam de Jerusalém, pela manhã, devem, com efeito, chegar àquele ponto no dia imediato, pela hora do meio-dia. Estava calor: a planície d'El-Makneh, onde o trigo havia sido já ceifado, devia zumbir ao sol com as suas mil cigarras, e, debaixo das pontes de velhas pedras, as torrentes mirradas não mostrariam senão montes de calhaus, entre os quais — ó paradoxo! — florescem os loendros. Jesus estava exausto da jornada. Enquanto os discípulos subiam ao povoado, a comprar víveres, ele sentou-se. Havia ali um poço muito velho, muito venerado; chamava-lhe a tradição «o poço de Jacob». No local que ele ocupa encontram-se hoje as obras duma igreja começada pelos ortodoxos antes de 1914, em substituição duma basílica constantiniana, e quase abandonada há trinta anos; uma cripta abriga o poço, onde o pope de serviço faz descer, por meio dum sarilho, uma salva com um círio, para mostrar convenientemente a enorme profundidade — trinta e dois metros — daquele abismo negro, no fundo do qual cintila ainda a mesma água de que Jesus pediu para beber.

A poesia dos poços impressionou sempre os corações dos nómadas dos países secos. Não foi junto do da «cidade de Nahor» que o servo de Abraão se encontrou com Rebeca, futura desposada de Isaac, o seu jovem senhor? Não foi também junto dum pôço que Jacob avistou Raquel, dando de beber às suas ovelhas, e se apaixonou por ela? «Eleva-te, poço! Cantai o seu louvor! Os senhores o abriram, os senhores o escavaram com

---

(1) P. Loti. *En Galilée;* J. Kessel, *Terre d'amour.*

os cetros e os seus bastões de chefes!» dizia um Cântico do tempo de Moisés (*Números*, XXI, 17), porque quem tem água, tem poder. Durante as horas de calor, no Oriente, sonha-se com a mais insignificante gota, suspira-se por essas porosas moringas em que se conserva fresco o precioso líquido. Quando o «senhor das fontes» dá volta à chave, as mulheres descem à pressa, de cântara à cabeça. Foi a uma dessas mulheres que Jesus se dirigiu: «Dá-me de beber», disse-lhe ele.

Este pedido, que nos parece natural, era, em relação aos costumes judaicos daquele tempo, qualquer coisa de insólito e quase de reprovável. Em primeiro lugar, os Rabis desaconselhavam formalmente que um homem dirigisse em público a palavra a uma mulher, mesmo à sua própria esposa se estivessem na rua, ou até a uma irmã ou a uma filha, se estivessem numa hospedaria, «por causa do que se dirá». Depois, — e isto talvez parecesse avolumar o escândalo, — seria admissível que um autêntico Judeu, um fiel do Altíssimo, travasse conversa com uma ímpia mulher da Samaria? ¡É esta a primeira vez — e não será a última — em que se vê Jesus romper tranquilamente contra tradições, modas e exigências, que — embora fossem muito veneráveis — não eram senão revelações do pior exclusivismo judaico.

E a cena começa no mesmo instante. O texto nervoso de São João torna-a maravilhosamente viva. «Como é que tu, sendo Judeu, me pedes de beber, a mim, que sou Samaritana?» Esta mulher tem presença de espírito; não se assusta; sabe como se deve responder aos homens com um nadinha de insolência na voz. Mas Jesus não deixa que ela o trate naquele tom. «Se tu conheceras o dom de Deus, e quem é o que te diz: — Dá-me de beber, — tu certamente lhe pediras, e ele te daria a ti da água viva». O espanto põe na voz da Samaritana algo mais de deferência: «Senhor», prossegue ela, aliás sem se render imediatamente: «Senhor, tu não tens com que a tirar, e o poço é fundo; onde irias buscar essa água viva? ¿És tu, porventura, maior que o nosso pai Jacob que nos deu este poço, do qual também ele mesmo bebeu, e deu de beber a seus gados?» Igualmente Nicodemo respondera por uma interrogação de idêntico género, racionalista e terra-à-terra. «Quem bebe desta água, replica tranquilamente Jesus, torna a ter sede;

quem beber da água que eu lhe der nunca mais voltará a sentir-se sequioso». A água viva! Aquela que refresca o coração do homem, ressequido a todo o instante pelo pecado e pela dor, aquela que «jorra para a vida eterna», aquela cujo símbolo os velhos cristãos gostarão de colocar sobre os sarcófagos, como promessa de felicidade...

Pressente a Samaritana tal mistério, ou pretende livrar-se de um trabalho penoso? «Senhor, responde ela, dá-me dessa água, para eu não ter mais sede, nem ser obrigada a vir aqui tirar água». Então, de pronto, Jesus desmascara-a e dispõe-se a vencê-la. É de imaginar o seu olhar fixado nela, como, havia pouco, em Natanael. «Vai buscar teu marido e voltem cá os dois! — Eu não tenho marido»... Usa de manha para esconder a sua vergonha. «Sim, tens razão para dizer: não tenho marido. Porque já tiveste cinco, e o que está agora contigo não é teu. Nisso disseste tu verdade». Foi o bastante: a mulher capitula. Ela murmura: «Senhor, vejo que sois Profeta!»

Como é humana e verídica a pecadora que este curto diálogo revela tão completamente! Insolente, a princípio; depois, inquieta; a seguir, submissa e comovida até ao fundo da alma, como o costumam ser as mulheres, não por argumentos, mas pela evocação da sua própria história, e completamente confundida por se sentir adivinhada. Foi, pois, a ela, em certo sentido tão indigna, que Jesus escolheu para revelar alguns dos maiores segredos da missão que o espera. Como a Samaritana pareça dizer-lhe que, ao seu apelo, se sentiria inclinada a reatar a fidelidade ao culto de Israel, e a ir adorar, não já sobre o Grizim, mas em Jerusalém, Cristo responde com uma declaração essencial. Sim, «a salvação vem dos Judeus», pois é da raça a que eles pertencem que o Messias vem; mas está próxima a hora em que o culto nacional judaico terá de dar lugar ao culto do mundo inteiro, para que todos adorem, em espírito e em verdade, esse Deus que é Espírito. Terá ela compreendido, a aguadeira de Sicar, esta lição universalista que, de repente, situava a mensagem de Jesus no plano em que seria realizada? Em parte, sem dúvida que sim, pois responde que tais coisas, — não o ignora! — hão-de ser reveladas ao mundo quando o Messias chegar. E vá Jesus, então, de confiar-lhe, a ela, peca-

dora e estrangeira, o que ainda não tinha afirmado categòricamente: «O Messias? Sou eu, que falo contigo!»

O episódio acaba aqui. Tudo fora dito. Os discípulos regressam, trazendo pão, azeitonas e queijo. Quê? O Mestre a falar com aquela criatura? Não ousam fazer-lhe nenhuma observação; mas, nem por isso, pensam menos no caso. Jesus, porém, está ainda debaixo da impressão daquela hora que ele acaba de viver; é belo conquistar uma alma, e, para um coração de pegureiro, é querida a ovelha desgarrada! Quando lhe oferecem de comer, declara: «Os manjares que me esperam, vós não os conheceis! Esse manjar será a submissão às ordens de meu Pai, a execução da sua vontade». E, como a gente de Sicar, chamada pela mulher, acorresse e o rodeasse, ansiosa por ouvi-lo, ele mostrou aos seus fiéis aqueles que esperavam a palavra. A semente vai germinar, tal como em todas as Primaveras sucede na planície vizinha. Eles, lavradores da Galileia, que sabem prever o momento em que os trigos estarão maduros, não vêem aproximar-se a hora em que será preciso meter a fouce nesta seara de homens? E após ter-se demorado dois dias, que concedeu aos entusiásticos Samaritanos, Jesus continuou o seu caminho, em direcção ao Norte.

Começa a vida pública de Jesus

O regresso à Galileia marcou, para Jesus, o início da sua carreira pública. Os três sinópticos fazem começar nesse momento o seu trabalho missionário, sendo apenas São João quem mostra como o Filho de Deus — investido de Omnipotência, mas fiel, desde o começo, às leis da sua outra natureza, — quis conhecer aqueles tempos semi-obscuros em que ele se preparou, como todo o homem que é portador dum alto desígnio (*Luc.*, IV, 14; *Marcos,* I, 14; *Mateus,* IV, 17; *João*, IV, 45). Até agora, falou com alguns fiéis; com um Judeu isolado, em conversa privada; com uma mulher estrangeira, numa aldeia de acaso; de futuro, vai dirigir-se às turbas, manifestar, com esplendor, os dons que recebeu do Pai, ensinar, fazer milagres, chamar a si os corações.

A partir deste momento, surge um problema que pôde

até agora ser dissimulado, pois só o texto do IV Evangelho tem servido de guia: o problema cronológico. Quanto tempo irá durar esse ministério público de Cristo? Por muito estranho que isto possa parecer à primeira vista, trata-se de um daqueles pontos a respeito dos quais a História se vê mais embaraçada. O caso surpreende menos se nos lembrarmos de que os evangelistas não tinham um objectivo histórico, e que a preocupação, que nos parece fundamental, de datar, uns em relação aos outros, os factos descritos, de nenhum modo existia neles. São Marcos, por exemplo, limita-se a referir: «E ele ia pregando nas sinagogas da Galileia...» ou ainda: «E ele partiu dali para a região de Tiro...» Quanto à duração de semelhantes digressões, nada nos diz. São João, no geral muito mais preciso, não o foi, todavia, de modo suficiente para que o seu texto se não preste a hipóteses, tanto mais que certos críticos suspeitaram que o seu Evangelho, inspirado visìvelmente por intuitos metafísicos e teológicos, obedeceria ao desejo de reflectir determinadas alusões ao Velho Testamento, ou até cederia à simbólica dos números, tão cara aos povos do Oriente.

Para estabelecer uma cronologia na vida de Jesus, é-se levado, pois, a procurar nos quatro Evangelhos indicações que, por dedução, forneçam referências. Algumas delas são formais. Quando, por exemplo, se tratar duma festa anual judaica, e três dessas festas aparecerem mencionadas, será preciso admitir um lapso de tempo, mínimo, de dois anos. Outras permitem tirar conclusões, através de raciocínios que parecem indiscutíveis: lê-se, por exemplo, em São Marcos (VI, 39) que, por ocasião da multiplicação dos pães, a multidão se assentou na «erva verde», ao passo que, anteriormente, se tinham visto os discípulos colher espigas nos campos de trigo: ora, como a colheita se fazia, na Palestina, em fins de Abril e, nessa ocasião, já a erva se encontrava amarelecida pelo sol, pode concluir-se que entre os dois factos mediaram, pelo menos, dez ou onze meses. É óbvio que este método de investigação oferece um campo vasto à conjectura, e que muitos comentadores espremeram demasiado o texto para que este lhes fornecesse pormenores com precisão. Quando Jesus, no episódio da Samaritana, anuncia aos discípulos a próxima colheita de almas, faz-lhes a seguinte comparação: «Não é verdade que dizeis: mais

quatro meses e fazem-se as colheitas?» (*João*, IV, 35); pretenderam alguns inferir desta frase, aparentemente apenas proverbial, uma indicação de data que permitiria situar o episódio quatro meses antes das colheitas. De igual modo, da parábola em que Jesus se refere a um proprietário que diz ao cultivador da sua vinha: «Há três anos que venho buscar frutos a esta figueira, sem os encontrar» (*Lucas*, XIII, 7), parece bastante arriscado concluir que a carreira pública de Cristo tenha durado três anos!

Resta pôr em mútuo confronto as informações assim colhidas: surgem então novas dificuldades. Porque, ao comparar os sinópticos com o IV Evangelho, não é das coisas mais simples fazer com que as suas cronologias coincidam. Evidentemente que os três primeiros textos dão a impressão, ou de abrangerem um lapso de tempo mais curto do que o relato de São João, ou de conterem menos episódios. Em particular, São Mateus, São Marcos e São Lucas, não indicam mais do que uma Páscoa; se formos ler no quarto evangelista encontramos duas dessas festas muito nìtidamente designadas, indiscutíveis (II, 13 e XI, 55), e uma intermédia, que a nossa actual versão coloca em VI, 4, mas que Ireneu identifica com a «Festa dos Judeus», referida em V, 1. Não está em nossas intenções expor, ainda que sucintamente, as inumeráveis teorias que o confronto destes dados tem originado desde há dois mil anos. Já nos velhos tempos da Igreja estava travada a discussão: «três anos», dizia Orígenes; «perto de quatro», sentenciava Eusébio; «nada disso, apenas três», replicava São Jerónimo, ao passo que outros se inclinavam para um ano incompleto. Hoje, entre os que exigem, pelo menos, quarenta meses (Fillion) e os que pretendem fazer incluir todos os feitos e actos de Cristo em poucas semanas (Schweitzer, Guignebert) — sob o pretexto de que a polícia romana não teria suportado muito tempo as actividades do energúmeno — a opinião intermédia mais seguida propõe uma duração de dois anos e alguns meses. É a que seguem o P.e Prat, o P.e de Grandmaison, o P.e Lagrange, o P.e Lebreton, C. H. Turner e Mgr. Ricciotti.

Baseada nas indicações de datas que se propuseram para o início do ministério de Jesus, esta razoável hipótese, que permite situar melhor os acontecimentos sem excessivas pressas

nem inúteis delongas, conduz pouco mais ou menos ao seguinte: Jesus, baptizado em Janeiro de 28, entra em Jerusalém em Março do mesmo ano: pelos meados de Maio, tendo chegado da cidade santa através da Samaria, começa a sua carreira pública. O Sermão da Montanha situar-se-á em Junho, e a tempestade que ele aplacou terá sido muito naturalmente em Dezembro. No ano seguinte, 29, celebrará a Páscoa em Galileia, pouco antes da primeira multiplicação dos pães, e a Transfiguração ocorrerá num esplendoroso dia do mês de Agosto. É no Outono deste segundo ano que Jesus se dirige à Judeia, donde não regressará com vida à sua querida Galileia; Abril do ano 30, será o mês trágico da Paixão ([1]).

O que parece dar certo peso a esta hipótese de um ministério público bastante longo, é o próprio modo que Jesus adoptará para dar a conhecer a sua mensagem. Certo que o fez, incontestàvelmente, duma forma progressiva, e esse é um dos factos que aproximam o Novo do Velho Testamento. Assim como por intermédio de Abraão, de Moisés, dos Reis, e, finalmente, dos Profetas, o Povo Eleito nunca deixará de subir os degraus do inefável conhecimento,—lendo-se o Evangelho, vê-se igualmente que a lição de Jesus se foi tornando cada vez mais patente e explícita. Pôde até falar-se dum segredo «messiânico» que Jesus teria calado enquanto foi possível, para o revelar apenas na Ressurreição. É muito significativo o cuidado que se lhe notará em tapar a boca aos que hão-de chamar-lhe «Santo de Deus»; em proibir aos discípulos todo o zelo prematuro e todo o entusiasmo deslocado; em desvalorizar os milagres que for realizando. Fá-lo-ia apenas por prudência política, para não irritar os esbirros de Antipas e Pilatos antes de soar a hora que ele escolheria? Ou procederia assim para arredar toda a possível confusão com o Messias glorioso, faustoso, fantástico, com o qual sonhava o grande orgulho judaico? Aqueles que o escutam, ele quer em primeiro lugar dar a ideia

---

(1) Ver no fim deste volume o quadro cronológico. Pelo que diz respeito à data da Paixão, reservamo-nos para abordar o delicado problema que essa questão suscita, quando abordarmos os factos respectivos (Cf. mais adiante, o Cap. X). Tal data é, no entretanto, muito discutível, para permitir atribuir ao ministério de Jesus uma duração rigorosamente determinada.

de que o verdadeiro reino de Deus se manifesta nas emoções da alma e nos desejos de perfeição. Era preciso contar também com a incompreensão, a má vontade, a hipocrisia e o rancor, e travar luta contra as oposições sempre crescentes. Lentamente, como quem realiza o mais ponderado dos desígnios, Jesus avança. Dentro de quinze dias, patenteará aos olhos do mundo os elementos fundamentais da sua doutrina e do seu método; depois, quando as resistências se tornarem manifestas, recorrerá a meios mais enérgicos.

Jesus ensina

Mal regressou à Galileia logo Jesus começou ali a ministrar um verdadeiro ensinamento. Ia encontrar, nessa província, os seus mais numerosos e mais ardentes auditórios. Eram, ao que parece, gente honrada, esses lavradores e pescadores galileus, homens robustos tanto no moral como no físico, almas simples e corações rectos. Ao contrário dos seus vizinhos da Samaria, mantinham-se fiéis à verdadeira Lei desde a conquista do país pelos Macabeus. Mais rústicos do que os naturais da Judeia, eles eram, todavia, mais capazes de experimentar um entusiasmo vibrante; não entendiam muito de casuística ou de teologia; contudo, amavam sinceramente a Deus.

Cristo realizou as primeiras prédicas nas sinagogas. É de notar o pormenor. Uma imagem familiar, inúmeras vezes evocada pela arte, leva-nos a idealizá-lo perorando sempre ao ar livre, no flanco das suaves colinas que dominam o lago de Tiberíade, ou em pé, na proa dum barco, dirigindo-se às multidões que se amontoam nas margens. São Lucas, que fixou muito especialmente esse período (*Lucas*, IV, 14, 22 e 31, 32), permite-nos compreender bem o carácter desta primeira forma de magistério: para um Judeu que, naquele tempo, desejasse expandir uma doutrina religiosa, a sinagoga era o lugar normal da sua acção.

Ter-lhe-ia sido possível encontrar coisa melhor que esse lugar sagrado, simultâneamente casa de oração e escola dogmática, onde, todos os sábados, se reuniam os fiéis da região? Havia, pelo menos, três séculos que as sinagogas desempenhavam, na vida de Israel, um papel primacial: queria a tradição

que elas datassem da época do Exílio, quando, na impossibilidade de ir ao Templo de Jerusalém realizar os ritos consagrados, os fiéis tiveram de contentar-se com comentar, em conjunto, a Lei e a história do Povo de Deus. No tempo de Jesus, não havia, decerto, aldeia palestínica, por modesta que fosse, que não se honrasse de possuir tais edifícios. As comunidades judaicas dispersas por todo o Império tinham-nos construído também: em Roma contavam-se treze, pelo menos. Uma sala não muito grande—24 metros por 18, em Cafarnaum—sòbriamente ornamentada com folhas de palmeira e com estrelas de mosaico, um átrio adornado de uma taça para as abluções, alguns compartimentos reservados aos hóspedes de passagem, outros destinados à escola pública, tal era o modesto conjunto de edificações que os compunha. A arqueologia descobriu as ruínas de muitos deles. Administrava-os um «Chefe de Sinagoga», auxiliado por uma espécie de sacristão-pedagogo-tesoureiro, o «hassan».

A bem dizer, não se celebrava ali um culto: o único válido era o do Templo de Sião. Os escribas ou doutores, que constituiam as cavilhas mestras de tais instituições, davam ali esclarecimentos, tanto pelo que dizia respeito aos dogmas como às tradições israelitas: a *halaka* (Via) e a *agada* (História), ambas elas tinham ali a sua vez. No pequeno coro, que um pouco mais elevado corria em volta do famoso armário ou *arca* onde se guardavam os rolos da Lei, sete membros da comunidade, com o seu talisse [1] branco ritual, assentavam-se para oficiar. Começavam por duas bênçãos, depois liam em hebreu um extracto do *Pentateuco*, que um intérprete logo traduzia no idioma local (o arameu da Galileia), e em seguida comentavam-no. Vinha depois a oração das Dezoito bênçãos, recitadas por um velho, para louvarem minuciosamente o Senhor. Seguia-se a leitura dum Profeta, feita com o mesmo cerimonial dos primeiros livros. E acabavam, enfim, pela bênção que se pode ler nos *Números* (VI, 24, 26): «O Eterno te abençõe e te proteja! Que sobre ti resplandeça a sua face e se compadeça de ti! Que ele te dê a paz!» No conjunto, era uma cerimónia

(1) Espécie de manto com que os Judeus cobrem os ombros, na Sinagoga, quando recitam as suas orações.

longa, extremamente longa [1]: nela se passava a manhã inteira. Todos os textos sagrados deviam ser ouvidos e todas as bênçãos tinham de ser cantadas em pé, e de cabeça voltada na direcção de Jerusalém. Sem dúvida que mais de um assistente havia de ir toscanejando durante os comentários, tal como aquele rabino que «agradecia a Deus por a sua cabeça, ao cabecear, render graças sòzinha».

Não pertencia especialmente a ninguém a função de usar da palavra no decurso daquela cerimónia. O «Chefe da Sinagoga» podia designar, à sua vontade, qualquer Judeu de boa reputação, cujo ensino lhe parecesse útil. E nesse povo, que desde a mais tenra infância se alimentava com a medula do Texto santo, numerosos eram aqueles que se encontravam habilitados a produzir inexauríveis comentários sobre quaisquer versículos do Êxodo ou de Isaías. Foi nestas condições que Jesus teve de falar; os acontecimentos da Páscoa, contados pelos peregrinos, haviam chamado as atenções sobre ele.

Diz-nos São João que Jesus pregou em Caná, lugar do seu primeiro milagre (*João*, IV, 45, 46). Mostra-o São Lucas, num quadro flagrante de vida, a ensinar em Nazaré (*Luc.*, IV, 16, 21). Ergue-se, sobe ao estrado ou *bêma*, desenrola a comprida tira de pele curtida sobre a qual está escrito o texto de Isaías, lê alguns versículos, como que ao acaso, e, a seguir, depois de restituir o livro ao *hassan*, borda os seus comentários, quando já «toda a assistência tem os olhos fixos nele». Pressentirá o auditório a actualidade flagrante do trecho que ele escolheu? «O Espírito do Senhor recaiu sobre mim, pois que o Senhor me deu a sua unção, para anunciar aos pobres a boa nova; mandou-me que desse aos presos a liberdade, aos cegos a vista clara, e conforto a todos os contritos do coração. Em seu nome, proclamo um ano de redenção!» (*Isaías*, LXI). Suspeitarão, porventura, aqueles camponeses das colinas galilaicas que quem lhes fala é o Emanuel anunciado pelo Profeta, e que a felicidade que se aproxima é ainda mais deliciosa que o repouso dum dos «anos de redenção», anos sabáticos nos quais, de meio em meio século, os campos ficavam em repouso, os escravos recuperavam a liberdade, as terras alienadas revertiam à posse

(1) Ver, mais adiante, as *Dezoito bênçãos*.

dos seus antigos donos? Segundo São Lucas, Jesus ter-lhes-ia dito: «Hoje os vossos ouvidos ouviram a realização desta escritura». Terão eles, porém, compreendido? A atitude que, pouco tempo depois, tomaram para com o Messias não parece indicá-lo.

Seguidamente, «desceu» para Cafarnaum: o vocábulo do Evangelho é rigoroso. Ainda hoje se pode ir por esse caminho directo de Nazaré à borda do lago: serão precisas cerca de dez horas. Após ter-se percorrido o planalto de Turan, descobre-se de súbito pelo desfiladeiro de Arbéel, numa cercadura de basalto escuro, o lago todo, dum azul intenso, engastado entre margens de tom acobreado. Transposto o desfiladeiro, a paisagem é outra; a estrada segue ao longo da margem, pouco larga por vezes e dominada por alturas escarpadas, mas a água pura que marulha, as velas que deslizam devagar, os tufos de limoeiros e loendros compõem um quadro menos austero. Ao mesmo tempo, o calor aumenta, dando a impressão de que se entra numa estufa. Ao longe, para o sul, deve Jesus ter avistado as torres brancas de Tiberíade, e o telhado de oiro rútilo de Antipas. Pouco a pouco, alarga-se o panorama; a planície de Genesar axibe o seu tabuleiro colorido a ocre e vermelhão; Cafarnaum era, na época de Cristo, o principal aglomerado daquela região; o comércio, a pesca e a agricultura, repartiam entre si a actividade dos respectivos habitantes.

Cafarnaum não era pròpriamente uma cidade helénica, como as suas vizinhas Tiberíade e Julíade. Era judaica, embora muito franca aos estrangeiros que desciam até ela, vindos das terras férteis do Hauran ou das costas da Fenícia. Nas suas estreitas ruelas, o cheiro forte que exalavam as escamas de peixe, lançadas à toa para o chão, misturava-se com o das laranjeiras e o das rosas. As casas eram construídas de basalto, mas a sinagoga que, no meio delas, acabava de ser edificada, erguia-se muito branca, em magnífico calcário. Os habitantes de Cafarnaum tinham orgulho nela; o centurião que comandava a guarnição local contribuira, com o seu dinheiro, para essa obra (*Lucas*, VII, 5) e Antipas, por seu turno, também a deve ter financiado, pois a palmeira que se vê nas suas armas, também aparece entre as ruínas opulentas que, ainda hoje, se podem admirar.

Ora, Jesus ensinou ali também. Mas, que ensinava ele?

Quanto a esse ponto, mesmo o mais minucioso dos evangelistas não o é quase nada; São Marcos dá apenas o seguinte resumo das palavras do Mestre: «Completou-se o tempo e aproxima-se o reino de Deus; fazei penitência e acreditai na boa nova» (I, 15). Penitência e fé — serão estas, na verdade, as duas bases da mensagem evangélica. Mas Jesus deveria ter dito muitas coisas mais, pois o mesmo evangelista conta que os circunstantes «ficavam admirados com a sua doutrina, pois ele ensinava, não como os escribas, mas com autoridade» (I, 22). Diz muito esta observação; melhor que um desenvolvido comentário, esta simples linha diz como Jesus falava. Ao contrário dos doutores que raciocinam sobre os textos, multiplicam as citações e as referências e não afirmam coisa alguma, por mais elementar que seja, sem parecerem basear a sua opinião na Lei e nos Profetas mediante exegeses, muitas vezes, acrobáticas; tão diferentemente quanto possível das subtilezas e fantasias dos Fariseus, Jesus ensina apenas segundo os princípios da lei divina que um coração puro poderá sempre atingir sem esforço. É ele já, nessa altura, quem há-de exclamar: «Dizei — sim, sim ou não, não!» Fala, desta forma, com autoridade, porque nele reside a autoridade suprema, não precisa de se apoiar no Rabi Hillel, nem no Rabi Schammaï, nem no Rabi Gamaliel, nem em pessoa alguma. Observador fiel da Lei, transcende-lhe as exigências, tornando-as humanas: é isso o que os escribas e os outros casuístas não lhe haverão de perdoar.

Jesus cura

Todavia outros factos — através dos quais, na mesma ocasião, se manifestava o poder desse novo profeta, — por certo eram causa de especial inquietação. A voz dele não persuadia tão-sòmente as consciências, quando vibrava no interior das sinagogas; outros poderes mais misteriosos pareciam estar associados a essa voz. O boato do milagre, realizado em Canã cerca de dois meses antes, espalhara-se, verosimilmente, por toda a região. Um oficial do tetrarca Antipas, que tinha um filho agonizante na sua casa de Cafarnaum, lembrou-se de apelar para Jesus: em ocasiões destas chama-se o endireita, ou vai-se

a Lourdes; sem grande convicção, apenas para tentar tudo.

Jesus encontrava-se então em Caná, a caminho, talvez, da margem do lago. O oficial sobe ao seu encontro; deve ter partido cedo, sem se importar com o calor, e a cavalo, pois é à sétima hora que ele chega ao minúsculo burgo das colinas. Aproxima-se do profeta e pede-lhe que «desça a curar-lhe o filho». Ir lá abaixo? Será necessário? O poder de Deus não se poderá exercer à distância de aproximadamente sete léguas? Em circunstâncias deveras semelhantes, um oficial de fé mais firme exclamará: «Dizei sòmente uma palavra!» Jesus perdoa a falta de confiança daquele pretendente: «Se não virdes milagres nem prodígios, não credes!» Mas ele tem piedade, e o tempo urge. «Senhor, insiste o pai, suplicante, vinde antes que o meu filho morra.—Vai, responde-lhe Jesus, o teu filho vive!» Em que tom teriam sido proferidas estas palavras? Aquele homem, que viera procurar o taumaturgo como quem busca uma derradeira panaceia, de súbito tem fé. Monta outra vez a cavalo e investe pela estrada. A noite caíra, começara um novo dia (pois entre os Judeus o começo de um dia era ao anoitecer do dia da véspera), quando, algures, no caminho, à beira do lago ou nos desfiladeiros, vê os criados que vinham ao seu encontro. A criança vivia. Em que momento se sentira ela melhor? «Ontem, à hora sétima, a febre deixou-o». Exactamente no próprio instante em que Jesus havia dito: «Vai, o teu filho vive!» (*João*, IV, 45, 54).

A *autoridade* que se reconhecia no ensino de Jesus manifestava-se, portanto, também através dos seus actos que ultrapassavam em eficácia os praticados pelo comum dos mortais. O mal físico, que faz do pobre corpo humano sua vítima, obedecia-lhe; e, o que era ainda mais misterioso, esse outro mal que tem por presa as almas e as coloca inteiramente à sua mercê, obedecia-lhe também. Durante esse dia de sábado, passado em Cafarnaum, e que o Evangelho nos permite reconstituir com tanta precisão, Jesus defronta, num episódio fulgurante, o Adversário, aquele mesmo que ele já tinha feito recuar no ermo de Djebel Qarantal. Acaba de comentar, na sinagoga, o texto da Escritura. Um silêncio respeitoso pesa sobre a assistência. De repente, esboça-se um tumulto; vários gritos perturbam aquele recolhimento. Um homem vocifera. É, por vezes,

nos mais sagrados lugares, que o poder das trevas gosta de manifestar-se, como se a tensão das almas lhe favorecesse as intenções. Afirmavam os Rabis que os demónios aparecem, aos sábados, na sinagoga, e se sentam nos joelhos dos fiéis. Não foi nos claustros que se observaram os mais numerosos casos de possessão? E ninguém foi tentado mais violentamente que Santo Antão, na gruta do deserto, onde queria passar o tempo orando.

Um caso de possessão. O que terá sido, exactamente, esse fenómeno, cuja cena São Lucas e São Marcos referem de maneira tão impressionante? *(Lucas*, IV, 33, 37; *Marcos*, I, 23, 28). Não é ainda o momento de lhe analizar as condições. A curta cena evangélica dá uma impressão dominante de verdade. É, com efeito, um combate travado entre a força invencível — que atira a terra o frenético e pragueja pela sua boca, — e o Messias, soberanamente calmo, que lhe faz frente e o vence. «Que é que existe entre nós dois? — ruge Satanás, pela voz da sua vítima. Conheço-te bem, ó inimigo, e sei que queres perder-me. Conheço-te, Santo de Deus!» Esta última palavra é proferida para provocar escândalo. Pronunciar o inefável nome! E, para cúmulo, no interior da Sinagoga! Os assistentes mais piedosos devem ter rasgado as túnicas, pálidos de horror! Mas a Jesus basta-lhe proferir algumas palavras, para que a ordem se restabeleça. «Cala-te, ordena ele, e sai desse homem!» De pronto, num derradeiro espasmo e com um grito formidável, o possesso cai por terra e tudo acaba. O espírito impuro fora obrigado a submeter-se. E, ainda mais admirados, os assistentes perguntam uns aos outros: — Que doutrina nova é essa, que poder é esse que faz capitular o Inimigo?

Outros incidentes assinalaram ainda aquele dia de Cafarnaum *(Mat.*, VIII, 14, 17; *Marc.*, I, 29, 34; *Luc.*, IV, 38, 41). São Marcos, principalmente, relata-os com tanta precisão, que se julga ler, no seu texto, uma recordação directa de Simão-Pedro, mestre de Marcos e, sem dúvida, o inspirador do seu Evangelho. À beira do lago, Jesus encontrou os outros três discípulos, cujo coração ele havia sensibilizado no vau de Bèthabara. Será em casa de um deles que irá comer, após o ofício religioso da sinagoga: em casa do tal Simão a quem misteriosamente havia dito que passaria a ser Kephas: Pedro

— a pedra angular, conforme explicaria mais tarde. Antes de pronunciar as bênçãos rituais para santificar os alimentos, o anfitrião segreda ao hóspede uma palavra. Tem a sogra doente: não poderá Jesus fazer nada em seu favor? Quase não é um pedido; quando muito, uma sugestão discreta. Que febre violenta seria aquela que fazia tiritar a enferma? O paludismo é frequente no vale do Jordão, e as lagoas de Cafarnaum favorecem a proliferação dos mosquitos; também se encontra muito espalhada no Oriente a febre de Malta, que provoca violentas variações de temperatura. Jesus inclinou-se sobre a esteira em que jazia a dama, tomou-lhe a mão, «impôs-se à febre», e esta foi vencida de tal modo que a doente, levantando-se imediatamente, pôde servir, durante a refeição, o hóspede de seu genro, que a curara.

O rumor de tais prodígios circulou em Cafarnaum durante toda a tarde desse dia. Aquelas horas de repouso sabático obrigatório e de prolongados falatórios, eram extraordinàriamente favoráveis à transmissão de tais notícias. Por isso, caída a noite, não havia ninguém que não quisesse ir ver o que se estaria passando lá para as bandas da casa em que Jesus se encontrava. Durante o sábado era rigorosamente proíbido fazer qualquer trabalho, por mais insignificante que fosse, inclusivamente levar um doente aos pés do Mestre; os Rabis haviam fixado em dois mil côvados a distância que se poderia percorrer, naquele dia, transportando um pequeno embrulho. Pelas sete horas da tarde, o sol desapareceu por detrás das cristas do Asamon e, então, produziu-se imediatamente uma corrida em massa. Doentes e possessos chegaram de toda a parte. Impondo as mãos sobre uns, dando ordens a outros, Jesus multiplicou as provas da sua mansidão e os testemunhos do seu poder. Como a nossa imaginação o vê bem, cercado por aquela população exuberante, entusiasta, a cuja espectativa ele corresponde incansàvelmente! Essa força que reside nele, é em favor dos homens que sempre a empregará. O seu primeiro contacto com a turba, denuncia a imensidade da benevolência de Jesus.

Porém, quando no dia imediato, a multidão recomeçou a juntar-se em redor da casa dele, debalde o procuraram. Antes de romper a aurora, quando estava ainda escuro, ele erguera-se

e fora para um lugar afastado. Sente-se ainda, no relato de São Marcos, o espanto de Simão-Pedro e de todos os demais: desaparecera o mestre, o triunfador! Correm a procurá-lo. Num vale, escondido de todos os olhares e em frente do lago pardacento, tão calmo àquelas horas matinais, Jesus orava. Assim há-de fazer, vezes sem conta, após as cenas mais surpreendentes do seu ministério — após, por exemplo, a multiplicação dos pães, — para fugir aos excessos de entusiasmo, e para recobrar a sua força em Deus. Não há-de ele dizer, no último dia, aos discípulos que o abandonam: «Não estou só, o meu Pai está comigo»? *(João,* XVI, 32).

«Todos te procuram!» exclama Pedro. Quereria dizer: «Por que razão partiste?» Mas Jesus esquiva-se. Por essa vez, bastante havia recebido Cafarnaum. É preciso ir a outros lugares, alargar o âmbito do apostolado que acabou de ser iniciado, e dar à turba o essencial da doutrina. O segundo acto da sua vida pública vai agora começar.

Jesus chama

Uma vez que a obra empreendida ia tomar uma nova extensão, Jesus precisava de auxiliares. Por isso este primeiro período da sua vida, tão rápido que não durou senão duas ou três semanas, termina pelo apelo definitivo que Jesus dirige aos companheiros. Os que o haviam encontrado à beira do Jordão tinham ficado seus amigos; vão ser consagrados seus discípulos, já por Jesus assim o querer, já porque eles próprios aceitaram a missão. Mais tarde, ainda *(Mat.,* x), elevados ao apostolado, receberão de Jesus um poder sobrenatural e a Igreja nascerá.

São Lucas situa aqui o episódio do referido chamamento, o que, aliás, parece lógico. Pelo seu ensino nas sinagogas, pelas suas manifestações miraculosas, Jesus mostrara, aos que haviam de o seguir, o sentido da obra para a qual os convidava. Deus não gosta de tomar os homens de surpresa e a Igreja desconfia das vocações excessivamente súbitas, ditadas apenas pelo sentimento. É só depois de a alma, preparada pela meditação,

conhecer bem o seu caminho e as suas forças, que o Espírito dá o supremo impulso.

E é precisamente desse impulso eficaz que o Evangelho nos fornece provas, ao mostrar-nos Simão, André, João e Tiago, chamados por Jesus com firmeza soberana e imperiosa, e obedecendo prontamente, abandonando tudo para o seguirem. Três deles conhecem-no perfeitamente, desde Bèthabara e do regresso de Jerusalém; o quarto, Tiago, tivera ensejo de encontrar a Jesus quando este, pela primeira vez, passara nas margens do lago, e certamente seu irmão João falara-lhe dele. Mas nenhum tinha ainda resolvido renunciar a todas as coisas para o seguir, arriscando-se à aventura sobrenatural, na qual quem quer salvar a vida tem de a perder: prova-o o facto de, abandonando a corte de fanáticos que assediavam o mestre, eles terem voltado aos respectivos ofícios, para cuidarem dos seus interesses temporais. Uns consertavam redes à beira do lago, como fazem ainda hoje os habitantes de Tiberíade, estendendo as malhas de estaca a estaca; outros tinham saído de noite a pescar para o largo. Por conseguinte, não haviam ainda renunciado a tudo, não haviam dado tudo sòmente a Deus.

É então que Jesus os solicita. São Marcos (I, 14, 20) e São Mateus (IV, 18, 23), ao referirem estes factos, resumem-nos extremamente. Jesus, passando à beira do lago, chama Simão, André, Tiago e João; e os quatro seguem-no. Esses textos, ainda que esquemàticamente, reflectem de forma surpreendente a acção fulminante da força divina sobre as almas escolhidas. São Lucas, todavia, sabe mais do que isso. E situa as ditas vocações na ocasião em que Jesus faz beneficiar duma pesca milagrosa os seus amigos. Alguns comentadores discutiram a posição deste facto na cronologia de Cristo; colocada aqui, tal cena assume, porém, importância extraordinária, pois num símbolo dos mais claros, anuncia-se nela o destino futuro dos apóstolos, «pescadores de homens».

Simbólica apenas, por conseguinte? Muito pelo contrário. Que impressão ela dá de ter sido anotada em flagrante, e como os pormenores são precisos e concretos! Esses pescadores associados — como sucedia com Simão, André e Zebedeu, associados a Tiago e João, filhos daquele último, — existem ainda no lago de Tiberíade e em vários outros lugares da beira de

água, na costa vasca ou na Sicília, quando a obrigação de possuir redes pesadas e caras, barcos e engenhos numerosos, leva os homens a agruparem-se, não só para suportarem os encargos, como também para recolherem os proventos. Ainda hoje, nesse mesmo lugar em que se operou o milagre, se vê lançar a *chabakah*, muito parecida com a tarrafa, a rede circular que se enrola no braço esquerdo e que a mão direita desenrola com toda a rapidez, ao atirar, com gesto firme, as extremidades, guarnecidas de chumbo para pesarem mais; e, de igual modo, se vêem à tardinha, barcos que se afastam vagarosamente das margens, e estendem perpendicularmente os *mehatten*, redes verticais, lastradas nas suas partes inferiores, e balizadas em cima por meio de flutuadores, redes em que os bancos de peixes hão-de cair durante a noite. O lago era então, como ainda é, muito piscoso; garante-o Flávio Josefo; os locais de pesca são inúmeros, tais como Cafarnaum, Bethsaida e Emaús. Tariqueia queria dizer «salgadura» e Magdala (em arameu) «para peixe». Variadíssimas espécies eram idênticas às nossas: pértigas e carpas e uma variedade de solha; de outras não existem semelhantes, como o corrocino que guarda os filhos na garganta e que também se chama «peixe de São Pedro», ou o «peixe que grita», do qual se dizia que era prenúncio de desgraça, ou ainda certa alimária misteriosa, que diziam provir do Nilo por vias subterrâneas e submarinas. Na baía encravada entre Aïn-Tabgah e Magdala, as águas frias transportadas pelo Jordão, para o qual das vertentes do Hermon correm os degelos, encontram-se com a água que, por sete bocas, é lançada pelas fontes quentes de Cafarnaum, e esse facto provoca um fenómeno análogo ao que se dá na Terra Nova: a acumulação do plâncton e, por consequência, a abundância de peixe.

Parece-me que se está a ver a cena. É de manhã, por certo, porque em fins de Maio os dias são quentes demais para o trabalho. A bruma branca não se levantou ainda. O lago apresenta uma água cor de pérola, em que a esteira dos barcos põe trémulos de prata. Os montes de Galaad são dum azul cobalto que, de instante a instante, o pressentimento do sol obscurece. Tudo está calmo. Os pelicanos brancos e rosados deixam-se vogar, adormecidos, mas os negros alcatrazes come-

çaram já a fazer a sua sentinela, de interminável paciência, em pé sobre as pedras marginais. Os homens voltam fatigados e pouco satisfeitos. Pescaram durante a noite inteira; por falta de luar, como não pudessem ver a passagem dos bancos, bateram em tábuas para que o peixe, assustando-se, fosse cair nas redes. O resultado, porém, fora ilusório.

Simão, que regressa com a sua companha em espaçosas barcas, onde treze pessoas caberiam à vontade (Cf. *Luc.*, VII, 22, 25; *Mat.*, VIII, 23, 27, ou *Marcos*, IV, 35, 41), avistou Jesus à beira do lago. Rodeado já pelo povo que se obstina em exigir palavras e milagres, o Mestre, para se libertar, salta para o batel e é daí que se dirige ao auditório, que ficara em terra. Terá ele reparado na tristeza do amigo, descoroçoado por uma noite de trabalho infrutífero? Uma alma extenuada está mais próxima de Deus, e, para um corpo roído de fadiga, uma palavra de ternura pode ser conforto e até consolação: «Volta para o largo, diz Jesus, e torna a deitar as redes!» O mestre da companha sabe que isso seria uma tentativa inútil: «Senhor, nós trabalhámos toda a noite, sem pescar coisa nenhuma». Mas sente uma confiança tal em quem lhe dá a ordem, que acrescenta: «No entanto, ao vosso mando, lançarei de novo a rede». Atirando-a para a água, caiu nela tão grande quantidade de peixe, que as malhas estiveram prestes a romper-se. Foi preciso chamar a outra barca, ajudarem muitos a manobra, e as embarcações quase soçobravam sob o peso. Assim se anunciava o milagre de milhões de seres, tomados em nome da sagrada palavra, e que o barco de Pedro leva ao porto.

Neste episódio, a personagem de Simão-Pedro recorta-se num alto relevo (¹). É ele o patrão da lancha, ele quem recebe e cumpre a ordem de Jesus. Nesse momento em que o símbolo dá a visão antecipada da Igreja, já ele é o chefe, o que comanda e conduz. Todavia, em face do milagre que o força a decidir por sim ou não, perturba-se, e balbucia: «Afastai-vos, Senhor, eu não sou senão um pobre homem carregado de pe-

(¹) Isto é tanto mais impressionante quanto é certo que tais factos são relatados por São Lucas, cujo Evangelho não parece, como o de São Marcos, haver directamente reflectido as recordações do Príncipe dos Apóstolos (Cf. *Introdução*).

cados». E os seus companheiros não estavam com menos medo. Pressente-se neles o drama das decisões supremas, que comprometem um destino para sempre. Sem dúvida, eles sabem mais ou menos o que o Mestre espera deles; tiveram tempo para reflectir sobre o que viram e ouviram; não será, como dirão, mais tarde, os pagãos — Pórfiro, o filósofo, e Julião, o Imperador apóstata — uma cega sedução que os leva a decidirem-se. Mas a empresa é difícil, e muito sério aquilo a que se arriscam.

«Nada receies, diz Jesus para Simão, desta hora em diante serás pescador de homens». E, de pronto, conduzindo os barcos para terra, eles deixam tudo e seguem-no. Uma vez mais, a força emanante de Jesus realizou aquilo que a natureza não parecia permitir: mais admirável ainda que o peixe que se debate no fundo das embarcações, é a súbita mutação desses fiéis, investidos, desde aquele momento, numa função prodigiosa, à qual saberão corresponder. Humildes pescadores do lago, pobre gente sem instrução e sem cultura, vai, no entanto, ser sobre eles que assentará a nova Igreja. Eram apenas homens, semelhantes a muitos outros; um olhar, uma palavra, e bastou: eis os primeiros santos.

CAPITULO QUINTO

A SEMENTE DA IGREJA

Os dias da Galileia

A terra da Galileia, nas zonas mais férteis, é formada de aluviões de cor vermelha. Quando a relha da charrua acaba de a rasgar, ela parece ter feridas; depois, vai tomando o tom de garança, e, na época em que o trigo esplêndido, muitas vezes mais alto que um homem, a eriça de espigas, parece um tecido de púrpura sombria, bordado a ouro. As terras negras da Rússia, os aluviões amarelos da China, dão, ainda mais fortemente, uma impressão análoga de magnífica fecundidade; mas em Esdrelon ou em Genesaré há como que um símbolo misterioso que junta, à riqueza do trigo, a ideia da carne e do sangue.

É a essa gleba afortunada que o semeador resolve lançar o grão da sua doutrina. Ele vai, durante longos meses, conservar-se fiel à província da Galileia, onde decorrera a sua infância, onde apresentara o esboço da obra a que se votara (1). Mais de dois terços do seu ministério hão-de ter como cenário estas planícies, estas colinas e o lago onde o Mestre acabava de pescar homens. Das outras três províncias da Palestina, duas, a Samaria e a Pereia, vê-lo-ão apenas passar, e a última, a Judeia, à qual consagrará os seus supremos esforços, reservar-lhe-á a erva amarga, e a sede da agonia, e o madeiro da cruz. Uma luz mais suave envolve as cenas galilaicas do Evangelho. Ali, no alto das colinas, naquelas margens sossegadas, Jesus, decerto, conheceu a felicidade.

Com quarenta quilómetros de largo no sentido leste-oeste, e alongando-se, de norte para sul, por mais de oitenta, a Ga-

(1) Ver o quadro cronológico, no fim deste livro.

lileia não é, por conseguinte, mais do que um distrito pequeníssimo, muito inferior a qualquer departamento francês. A população não deveria ultrapassar umas trezentas mil almas. É, pois, num quadro extremamente exíguo que devemos figurar a acção de Jesus, circunstância que explica, de certo modo, a sua rápida notoriedade. Apesar de pequeno, o país é variado: entre a alta Galileia de autênticas montanhas, a Galileia das colinas, e a região baixa, do lago de Tiberíade, há diferenças vincadas. Uma extensa planície percorrida pela histórica torrente do Kison, no sopé daquela cadeia de montanhas que vai findar no mar pela ponta do Carmelo, e, na direcção do interior, o sulco do Jordão, — desenham dois eixos, num relevo assaz confuso.

Toda a província é rica: «Fecunda em toda a extensão, e luxuriante, escreve Flávio Josefo, coberta de toda a espécie de árvores, ela incita à cultura mesmo os menos activos, razão pela qual está, por completo, explorada: nenhum dos seus campos se vê a monte. As cidades e os burgos são numerosos, porque o alimento abunda no país». Fertilidade da terra, relativa humidade do clima, presença das águas vivas que descem do Hermon, tudo favorece aquela riqueza, admirável para um país do Mediterrâneo oriental. «É mais fácil, diz uma sentença rabínica, alimentar uma legião inteira na Galileia apenas com o produto das oliveiras, do que criar uma criança em todo o resto de Israel». E a oliveira não vive lá sòzinha: o trigo, a cevada, a vinha, a palmeira e tantas outras plantas úteis, desenvolvem-se igualmente, com generosidade singular; declara ainda Josefo, que há na Galileia figos maduros durante dez meses.

É ali, por conseguinte, nessa paisagem que podemos ainda contemplar, quase igual em nossos dias ao que era naquele tempo, é ali que devemos imaginar o Messias a pregar às turbas reunidas. As elevações da Galileia com as suas papoulas e as suas margaridas, os seus campos pequeninos, de configurações complicadas, e as suas aldeias brancas que espreitam através dos tufos de árvores, serão, acaso, muito diferentes das nossas colinas francesas, ou dos outeiros da Lombardia, da Úmbria ou da Toscana? A planície de Esdrelon recorda o Condado Venaissin, desde que as colónias sionistas

lá fizeram ressuscitar as velhas culturas. Quanto ao lago, se o seu aspecto físico permanece inalterável, se a sua superfície, de dez quilómetros de largura e vinte de extensão, conserva os mesmos reflexos, as mesmas transparências que Jesus Cristo conheceu, se a areia e o cascalho negro das margens misturado com minúsculas conchas brancas continuam macios como aqueles sobre os quais passaram os seus pés, convém, no entanto, notar uma diferença considerável: infinitamente mais populosas do que hoje, essas margens apresentavam uma abundância extraordinária de povoações florescentes — das quais, em nossos dias, apenas Tiberíade se conserva com vida, pois os outros lugares evangélicos são assinalados tão-sòmente por paredes em ruínas, acampamentos de nómadas ou cabanas de colmo. Uma espécie de Côte d'Azur — eis mais ou menos o que era aquela região quando Jesus por ali conduzia os seus fiéis; ou, talvez, uma réplica dos lagos da Itália — Como ou Garda — onde, como contas dum rosário, desfilam cidades, granjas e aldeias com suas brancas frontarias, ao longo da água cristalina.

Desde os fins de Maio do ano 28 até ao Outono de 29, Jesus permanecerá, pois, na Galileia. No calendário judaico esse período é ainda mais extenso que no nosso, porque sendo os meses lunares — isto é, de vinte e oito dias, — tem de se compensar, de três em três anos, a diferença de dias em relação ao sol; conseguem essa compensação, intercalando no final do Inverno um novo mês entre Março e Abril — o *veadar*, insinuado entre o *adar* e o *nisan*. Ora, como no ano 29 houve um desses meses, chamados «embolísmicos», ele foi, portanto, mais comprido que os outros. Será portanto, durante mais de quinhentos dias, que Jesus percorrerá a província, sem dúvida quase sempre a pé, mas utilizando, por vezes, cavalgaduras — dado que alguns dos seus deslocamentos são extremamente rápidos para poderem ter sido feitos a pé — e socorrendo-se, com frequência, na região do lago, dos barcos que seus discípulos, os pescadores, punham ao dispor dele. No decorrer de todo este período de tempo, se exceptuarmos uma peregrinação muito rápida a Jerusalém, ninguém o verá sair da sua província mais que duas vezes: uma para ir a Tiro e Sídon, cidades fenícias, e outra para subir aos altos lugares arborizados onde o tetrarca Filipe colocou a sua capital: Cesareia; duas rápidas viagens

(não são mais do que setenta e cinco quilómetros, desde Cafarnaum até à velha Tiro), cujos motivos se conservam bastante misteriosos, e que teriam sido determinadas talvez por uma prudência elementar, ou muito singelamente pelo desejo de fugir ao calor das margens do lago — mas que em nada interrompem o surto da missão evangélica.

Esses Galileus a quem se dirige são camponeses abastados, pescadores que vivem bem das suas redes, homens diligentes e trabalhadores, dos quais Josefo diz — o que, aliás, a história dos Macabeus demonstra — serem destemidos desde a infância, e temíveis para os inimigos da sua religião. Podiam os habitantes da Judeia desdenhar à vontade desses provincianos, escarnecer do seu sotaque de rústicos, dos defeitos da sua pronúncia, e desprezá-los por ignorarem subtilezas casuísticas — «para enriquecer, vá ao norte; para ser sábio, venha ao sul!», afirmava-se em Jerusalém; nem por isso era menos verdade que as qualidades dominantes dos Galileus são daquelas que tornam as raças fortes e permitem os grandes empreendimntos. Não foi, decerto, sem intenção determinada que Jesus se voltou primeiro para os seus compatriotas; nas boas terras da sua província natal, a semente não ficará perdida. Mas — deve notar-se — não era, talvez, igualmente sem perigo dirigir a sua prédica a esses espíritos simplistas, a essas almas valorosas que, no século anterior, tão bem tinham sabido fazer frente aos pagãos do litoral, vindos contra eles com intuitos de invasão: eles corriam o risco de não conceberem o Reino de Deus senão como temporal, e o Messias senão como um rei vitorioso. Para que se não dê uma tal deformação do pensamento, ver-se-á Jesus exercer cuidadosa vigilância. Mesmo com essa preocupação, ele podia preferir aquelas almas simples aos intelectuais clericais de Judá. «Na Galileia, dizia um preceito rabínico, o dinheiro conta menos do que a honra». Não haveria galileu algum capaz de vender o seu Mestre por um punhado de dinheiros!

Estava, pois, escolhida a terra em que a semente ia cair. Este período galileu parece ter sido aquele em que Jesus quis lançar o germe do que será a Igreja. Ao mesmo tempo que submete às atenções de quem o escuta os termos essenciais da sua mensagem, vêmo-lo atrair a si as multidões entusiasmadas que hão-de constituir a grande massa dos fiéis, e propor-lhes,

através dum milagre fácil de interpretar, a primeira imagem da Eucaristia; em seguida restringir gradualmente a sua acção, dedicar-se à escolha e à formação dos seus Apóstolos, e por fim indicar, por uma palavra convincente, por um carisma decisivo, aquele que deverá assumir a responsabilidade da missão quando ele morrer. Na Judeia, no segundo período da sua vida, é, sobretudo, o aspecto sacrificial do seu testemunho que se prepara, e é óbvio que sòmente pelo holocausto do Calvário será, definitivamente, fundada a Igreja: mas nos dias da Galileia terá sido promulgado o essencial da sua estrutura e da sua doutrina. Não dirá Jesus, nesse tempo, numa das suas parábolas: «Sucede com o Reino de Deus como com o homem que deita a semente à terra; depois disso, quer durma, quer vele, o grão germina e cresce, sem ele saber como»? (*Marcos*, IV, 27).

A acção evangélica

O método seguido por Jesus, agora que o seu ministério atinge pleno desenvolvimento, não é diferente do que já lhe vimos adoptar durante os períodos de preparação. Falando, ele ensina; e por meio de milagres revela o seu poder. Parece, todavia, que a sua personalidade assume de agora em diante uma amplidão incomparável. No profeta desconhecido que, mediante um só olhar, penetrava Natanael ou a Samaritana até ao fundo da alma, ou no homem que curava doentes e mandava embora, tranquilizado, o oficial de Antipas, já o Deus vivo era manifesto; muito mais manifesto se torna naquele que leva atrás de si as multidões extasiadas, e de cujas mãos saem multiplicados os pães necessários para a vida, ou naquele orador que, da proa dum barco, ou dum anfiteatro de colinas, profere palavras que subvertem as teorias da moral natural. O mistério de Jesus desenvolve-se pouco a pouco: e será só no momento em que, soerguida a pedra do sepulcro, o Cristo ressuscitado se mostrar às Santas Mulheres, que tal mistério se tornará inteiramente compreensível: já, porém, à medida que decorrem as semanas dos anos galilaicos, se descobrem os trabalhos de aproximação e, por debaixo das feições humanas do

profeta, transparece, cada vez mais pronunciada, a face do Senhor.

O que Jesus dissera nas sinagogas, era possível conjecturá-lo. Agora, vai saber-se o essencial do seu ensinamento. Para atrair a si as turbas, parece que o seu verbo teve um poder extraordinário. O Oriente é muito sensível ao prestígio da palavra, e em toda a tradição semítica, judaica, árabe ou babilónica, o fundador duma doutrina nova tem sempre de ser um inspirado, cuja eloquência consiga agitar os corações. Quando Yahweh, na Sarça ardente, encarregara Moisés de libertar o povo, aquele, no intuito de se furtar ao cumprimento da espinhosa missão, havia respondido: «Ah! Senhor, eu não sou homem de palavra fácil... A minha boca e a minha língua são enfadonhas!...» Deus, porém, respondera-lhe: «O teu irmão Aarão, que fala muito bem, dirigir-se-á ao público em teu lugar!» (*Êxodo*, IV, 10, 16). Esse dom de comover as almas por meio da voz, possuíu-o Jesus, incontestàvelmente. É para o escutarem que São Marcos nos mostra as gentes da Galileia, precipitando-se ao seu encontro, e rodeando-o com tanto fervor, que ele vê-se obrigado a escapar-se ao assédio que lhe fazem, e a saltar para um barco, e a atravessar o lago, enquanto aquelas gentes, cada vez mais entusiasmadas, deitam a correr à volta do lago, para o irem alcançar na outra margem; e é ainda a escutá-lo que as multidões se esquecem das horas que passam, do dia que declina, e até das exigências do estômago.

Mas, que lhes ensina o Mestre? Muitas coisas para as quais um coração se abre com delícia. Quando Jesus declara ao auditório: «Vós sois a luz do Mundo! A vossa luz deve brilhar diante dos homens, para que eles vejam as vossas boas obras e glorifiquem o vosso Pai que está nos céus!» (*Mat.*, v, 14, 16), ou ainda quando lhes repete: «Vós sois o sal da terra!» (*Mat.*, v, 13), os que o ouviam deviam compreender muito naturalmente o que Jesus queria dizer, como descendentes que se consideravam do Povo eleito, orgulhoso de ser, há dois mil anos, o testemunho do Deus único. Anunciar-lhes o Reino de Deus onde se encontrariam a consolação das misérias humanas, a redenção dos pecados, a felicidade eterna, a salvação, e gritar-lhes: «Aproxima-se o Filho do homem; ele está no limiar da porta! Não passará esta geração, sem que se cumpram todas

estas coisas!» *(Marcos*, XIII, 29, 30), equivalia a encontrar nos auditórios a mais entusiástica das concordâncias e a satisfazer em poucas palavras um anseio secular.

Mas, assim mesmo, como a mensagem de Jesus é diferente daqueles apelos que, já então, muitos exaltados, semi--profetas, semi-chefes de bando, falando apenas ao orgulho judaico, tinham lançado por sobre os outeiros da Palestina! Para falar com franqueza, tal mensagem é paradoxal; ofende directamente as conveniências, os sãos costumes do deve e do haver, as preocupações elementares do conforto e da respeitabilidade. Que pensariam aquelas gentes da Galileia, quando ouviam Jesus assegurar-lhes: «Ensinaram-vos o que se disse: olho por olho, dente por dente. E eu — eu vos afirmo: Amai os vossos inimigos e fazei bem aos que vos odeiam!» *(Mat.*, v, 38; *Luc.*, VI, 27). Que reviravolta não era essa na moral? Mesmo quando Jesus não ia tão longe, não lhes pareceria ele excessivo em demasia ao afirmar-lhes que não apenas o homicídio que deve ser condenado, mas até a simples ira *(Mat.*, v, 21), não só o adultério, mas até o olhar lascivo com que o homem envolve a mulher desejada? *(Mat.*, v, 27). De resto, Jesus não lhes ocultava que o seu ensinamento era duma atroz dificuldade: quem o seguisse seria «insultado e perseguido», acusado falsamente de crimes sem número *(Mat.*, v, 11) e, alegremente, teria de submeter-se a «levar a sua cruz» *(Lucas*, XIV, 27).

Estas frases estupendas parecem, hoje, haver perdido a sua veemência, terem-se tornado resmoneio e sermão. Adoçaram-se estas máximas azedas, como se as bocas humanas já não pudessem suportá-las. Sem dúvida não são muito fáceis de compreender. A linguagem do Oriente gosta de um certo excesso; e locuções que qualquer contemporâneo de Jesus compreendia perfeitamente no seu sentido exacto, correriam o risco, quando tomadas à letra, de ultrapassar as intenções do próprio Cristo. O verdadeiro paradoxo cristão reside na recusa das comodidades da vida, das indulgências perigosas e de toda a moral cómoda. Não há necessidade de levá-lo até ao absurdo; nunca se viu um apóstolo de Cristo arrancar um olho ou cortar uma das mãos para fugir à tentação; o próprio Jesus, no momento da Paixão, não ofereceu, verdadeiramente, a face esquerda, a quem o esbofeteava na direita; e a Igreja não ficou reconhe-

cida a Orígenes por haver pago com a sua virilidade o desejo que tivera de considerar como ordens imperativas certos versículos do Evangelho! (*Mat.*, v, 29, 30). O ensinamento de Cristo deve tomar-se, tanto quanto possível, ao pé da letra, sem que, por isso, se haja de cair no escândalo ou na anarquia.

Entretanto, não deixa de ser verdade que, salvo raras excepções, o civilizado dos nossos dias de nenhum modo pensa em oferecer a face esquerda a quem o agrediu na direita, nem tem qualquer desejo de ceder o seu manto, se, porventura, lhe arrebataram a túnica! É que, falando francamente, estas frases irritam-nos, — embora tenhamos em nosso passado dois mil anos de cristianismo. Como não irritariam essas turbas galilaicas a quem eram dirigidas no seu mais fresco ineditismo, ricas de brilho esplendoroso e tão surpreendentes para esses Judeus afeitos ao cômputo rigoroso da moral mosaica, como o podem ser aos ouvidos dos cristãos do século xx, absolutamente eivados de conformismo burguês! Para que tais palavras tenham sido suficientes para determinarem as correntes de fervor de que o Evangelho dá testemunho, foi evidentemente necessário que uma força se desprendesse delas e que, através da sua simplicidade perfeita, os auditórios galilaicos reconhecessem haver nelas outra coisa que não fosse o pensamento dum homem idêntico aos demais.

Essa força era o que, realmente, transluzia nos milagres de Jesus: todo o período galilaico está balizado por eles. Dir-se-ia que Jesus quer apoiar as suas palavras e aumentar a fé dos seus fiéis por meio de manifestações em que o mais incrédulo tinha de reconhecer uma realidade sobrenatural. São de duas espécies esses milagres: uns não têm outro fim que não seja aliviar os males humanos; testemunham a infinita compaixão de que Jesus trasborda a respeito daquela natureza a que foram prometidas todas as dores, e da qual o Verbo nele revestiu a carne. Os outros pertencem, mais nìtidamente ainda, a uma intenção messiânica: deixam que se veja o Deus vivo através da carne mortal.

É no meio dum bando, incessantemente renovado, de doentes, coxos, escrofulosos, paralíticos, que devemos imaginar Jesus em acção. Apenas ele acaba de falar, ou de sair da sinagoga, ou de descer do seu barco, logo o «pátio dos milagres», no sen-

tido rigoroso do termo, o cerca àvidamente. Os cegos buscam-no, com os olhos sem luz; os surdos voltam para ele um rosto opaco; não há ferida, por mais repugnante, que não tenham a audácia de pôr sob os seus olhos, e ele, sem cansaço, responde sempre. Basta que perceba uma ansiedade verdadeira, ou que se revele o embrião da fé, para que ele ponha um pouco do seu poder ao serviço de causas tão humildes.

Uma vez, é um leproso, esse objecto de horror, que se insinua, apesar da proibição decretada por Moisés (*Levítico*, XIII), no meio da multidão. Mostra a Cristo a horrível mancha encarnada, em forma de cratera, toda diademada de pêlos brancos. «Senhor, se vós quiserdes, podeis curar-me!» O doente acredita, pois, no poder sobrenatural e dele espera o benefício. Que doença seria essa, uma vez que o vocábulo «lepra» abrangia diferentes afecções, desde as doenças de pele, do género psoríase, muito curáveis, até à tuberculose óssea, de forma purulenta, que ainda hoje, no Oriente, se vê decepar as falanges dos dedos, e que é pouco curável, e, por fim, a verdadeira lepra, para a qual o homem não tem remédio? Não se sabe; mas fosse qual fosse o mal, uma palavra ou gesto são bastantes. Jesus estende a mão: «Eu o quero; sê curado!» No mesmo instante, desaparece a chaga. Louco de alegria, o miraculado toma a estrada de Cadés, a cidade levítica da Galileia, onde se encontravam os sacerdotes, para que estes, como está ordenado no Levítico (XIV), verifiquem a cura e agradeçam a Deus (*Lucas*, v, 12, 16; *Marcos*, I, 40, 45; *Mat.*, VIII, 1, 4).

Assim, de modo idêntico, se verá Jesus restituir a agilidade a um paralítico que lhe levam e a flexibilidade a uma pobre mão mirrada que um enfermo lhe apresenta; curar, a pedido do Centurião, um escravo em perigo de morte. E quem é objecto de tal misericórdia? Toda e qualquer pessoa. Nem sequer são apenas os seus irmãos de raça e crença. Durante a viagem na Fenícia, isto é, num país cujos habitantes, pelo que diz Josefo, detestavam os Judeus, vêmo-lo solicitado por «estrangeiros», por pagãos, e responder, não obstante, aos seus apelos. Tal é aquele cego surdo-mudo, cujos ouvidos aflora com seus dedos, a quem põe um pouco da sua própria saliva sobre a língua, e o qual, no próprio instante em que soa uma única palavra: «Ephphèta!», (abre-te!) — sente a língua desprender-se e

as pupilas tornarem-se claras (*Marcos*, VII, 31, 37). Tal é aquela Cananeia que vem suplicar-lhe pela filha doente, e à qual Jesus parece, a princípio, repelir, e que, por fim, encontra, para formular a sua súplica, palavras duma humildade tão comovente. «Deixa que primeiramente sejam fartos os filhos, porque não é bem tomar-lhes o pão para o deitar aos cachorrinhos», dissera o mestre. E ela a responder: «Assim é, Senhor! Mas os cachorrinhos comem debaixo da mesa as migalhas que caem dos meninos!» (*Marcos*, VII, 24, 30; *Mat.*, XV, 21, 28).

A Cananeia atribuía a um demónio a doença da filha: naquele tempo, viam-se demónios em toda a parte. Conta o Talmude que, durante a noite, eles frequentam os quartos onde dormem os homens, especialmente os quartos conjugais e que, peneirando cinza no pavimento, se descobre a marca de forquilha dos seus pés de cabra. Numerosas doenças nervosas eram o resultado das suas proezas, e, para as combater, os Judeus praticavam exorcismos à maneira daquele Eléazar a quem Josefo se refere, o qual, na presença do imperador Vespasiano, pretendia curar um possesso, colocando-lhe debaixo das narinas um anel que continha um bocado de «raiz de Salomão» e proferindo ao mesmo tempo algumas fórmulas de feitiço. Jesus não está com tantas cerimónias: uma palavra lhe basta para desendemoninhar a filha da Cananeia.

Mas as forças que ele defronta nem por isso são menos sérias, nem menos severos os combates que ele trava. Quando, por exemplo, «na terra dos Geraeznos», que está identificada como sendo a região de Kursi, a sul de Bethsaida-Julíade, na margem oriental do lago, o mestre se tem de haver com um possesso que vivia nos sepulcros (ainda podem ver-se essas cavidades nos rochedos), indivíduo tão terrível que ninguém conseguia conservá-lo preso, recebe-se, na verdade, a impressão duma batalha, onde é preciso nada menos que a intervenção divina para esmagar o espírito impuro. O frenético ali está, vociferando e estrebuchando. Aparece Jesus; o louco precipita-se, como que atraído por uma fascinação. É ele quem parece querer esconjurar a potência inimiga: «Que tens que ver comigo, ó Jesus, ó filho do Altíssimo? Não me atormentes, suplico-te!» Mas Cristo: «Espírito impuro, que nome é o teu? — O meu nome é Legião; sou numeroso. — Sai desse homem!» E a horda demo-

níaca obedece, precipita-se sobre as primeiras presas com que topa, uma vara de porcos, à qual atira dos rochedos para a água. O homem ficou curado e pacificado; são de espírito, senta-se aos pés do Messias. Mas fora tudo tão terrível, tão dramático na sua simplicidade, que os habitantes do país têm medo desse profeta, dotado, assim, daquele poder: pedem, então, a Jesus que se vá embora. Dir-se-ia que receavam encarar com Deus (*Lucas*, VII, 26, 39; *Marcos*, V, 1, 20; *Mat.*, VIII, 28, 34).

E, a bem dizer, é verdadeiramente aterrador esse poder de que Jesus dispõe; mas, ao contrário dos magos, e até ao contrário de Moisés, nunca se serve dele senão em benefício dos homens. A própria morte lhe obedece. Uma vez, o caso passou-se na pequena aldeia de Naim, muito próxima de Nazaré; o mestre e os discípulos trepavam pelo atalho que sobe até ali e por onde ainda hoje se pode transitar. Em direcção às sepulturas escavadas nos flancos da colina, descia um cortejo que levava um rapaz morto sobre a competente padiola; o sudário envolvia o corpo inteiriçado. Atrás seguia uma mulher a chorar; não disse uma palavra, não pediu coisa alguma; demasiado abatida ia ela para ter um pensamento consciente. Mas a compaixão divina penetrou no âmago daquela alma desolada. O seu único filho, o seu único amparo, tem de ser restituido à pobre viúva. «Mancebo, diz Jesus, eu ordeno: levanta-te!» (*Lucas*, VII, 11, 16). Doutra vez, foi em Cafarnaum, ou muito perto; Jesus acabava de desembarcar; no meio da multidão, esperava-o um tal Jairo, personagem importante, «presidente da sinagoga». Tem uma filhita a morrer. E implora. Talvez que esse Judeu fiel naquele momento se lembrasse de que Elias e Eliseu haviam ressuscitado mortos, só por se deitarem sobre os cadáveres, «boca na boca, olhos nos olhos, mãos nas mãos». Por isso, quando lhe foram dizer que a filha tinha morrido, continuou a suplicar. Confiava no poder divino. E Jesus dirige-se à casa mortuária, onde os móveis, em sinal de luto, se encontram já tombados, e os tocadores de flauta fazem gemer seus trenos; «Talitha Koumi!», exclama ele, e estas duas palavras que São Marcos nos dá em arameu, produzem efeito instantâneo: «Levanta-te, menina!» Ela obedece, perante os pais de tal modo estupefactos, que Jesus, atento como um pai, precisa de lhes lembrar que dêem de comer à ressuscitada (*Lucas*,

VIII, 40, 42; 49, 56; *Marcos*, V, 22, 24; 35, 43; *Mat.*, IX, 18, 19; 23, 26).

Terrível pois, aquela força, e, no entanto, duma simplicidade maravilhosa! Como se viu, Jesus não emprega nos exorcismos os truques dos rabinos e dos magos, nem mesmo, para chamar os mortos à vida, os processos dos grandes profetas. Basta a sua vontade para que a natureza se submeta. O poder demoníaco é mais complicado nos seus processos; lembra-o o próprio Goethe. É, pelo contrário, com perfeita naturalidade que vemos Jesus realizar os seus actos sobrenaturais. E é com a mais absoluta serenidade que ele responde aos que o acusam de realizar tudo aquilo em virtude dum poder infernal: «Satã poderá lutar contra Satã? O reino do mal está, então, dividido contra si mesmo?» (*Mat.*, XII, 22, 28). Tudo nesse homem traduz a mais tranquila confiança na sua missão; tudo denuncia Deus nos episódios em que ele toma parte.

E isso mais ainda o proclamam os acontecimentos grandiosos que, balizando esta parte do Evangelho, parecem ter por fim fazer brilhar a incomparável majestade de Jesus aos olhos dos privilegiados, entre os quais ele escolheu os seus auxiliares. Curas espantosas, resultados de exorcismos, e até ressurreições, tudo, sem dúvida, confunde o espírito e desconcerta a lógica; no entanto, a inteligência pode consagrar-se ao estudo dos dados do problema e tentar dar-lhes um arremedo de explicação. Mas ver um homem fazer-se obedecer pelos elementos, zombar das leis mais fundamentais da natureza!... Uma tarde em que, extenuado por demorada prédica, Jesus se deixara adormecer na barca de Pedro, com a cabeça encostada naquelas almofadas que, desde Homero até nossos dias, têm sido sempre colocadas na banqueta da ré, levantou-se a tempestade. Devia ser em Dezembro; pelos desfiladeiros que rasgam, a norte e a leste, o planalto transjordânico, a ventania precipita-se no lago como «uma espécie de terrível turbilhão», diz determinado texto rabínico; a água crescera, agitando-se com fúria, entre o bramido dos elementos desencadeados; essas rajadas de vento são ainda hoje temidas pelos pescadores de Tiberíade. Os discípulos acordaram Jesus: «Mestre, vamos perecer!» Abriu os olhos. Numa circunstância semelhante, o orgulhoso César tinha dito ao marinheiro que o levava para o outro lado do Adriático: «Que

receias? tu conduzes César e a sua boa estrela!». «Não tendes fé», limitou-se Jesus a observar. E, de pé, com a mão estendida, nesse gesto que Rembrandt evocaria, disse ao vento: «Cala-te!» — e ao mar: «Sossega!» Um outro temor, maior, apertou então os corações dos apóstolos: por muito grande que fosse a confiança que tinham nele, como poderiam imaginar que o seu Chefe pudesse dominar o vento e as águas? (*Lucas*, VIII, 22, 25; *Marcos*, IV, 35, 41; *Mat.*, VIII, 23, 27).

Outra tempestade deu ensejo a um prodígio não menos perturbante. Nessa noite, estavam os discípulos sós na barca. Jesus orava, como de costume, em qualquer lugar afastado. Pretendiam aqueles, ao regressarem da margem oriental, voltar a Cafarnaum, mas o vento soprava com violência, e impelia-os para o largo. Pelas três horas da manhã, com os braços quase desfeitos pelos esforços empregados, encontravam-se ainda a cinco ou seis quilómetros do porto. É então que aparece um vulto a dirigir-se para eles, e caminhando sobre as águas. Diante desse fantasma, empolgou-os uma angústia de morte e puseram-se a gritar, cheios de terror. No mesmo instante, fez-se ouvir uma voz: «Sou eu, nada temais». No escuro, as feições da aparição distinguiam-se mal. «Se sois vós, Senhor (exclamou Pedro, natureza viva e pronta), ordenai-me que vá por sobre as águas até junto de vós!» — «Vem!» Pedro precipitou-se, mas, sentindo a água movediça por debaixo dos pés, suspenso naquela situação estranha, foi assaltado pela dúvida; então, repentinamente, mergulhou; porém, Jesus, tomando-o pela mão, guiou-o para a barca, onde o fez entrar. A lição era nítida: a todos aqueles que quisessem segui-lo, o que o Messias exigia, em primeiro lugar, era uma fé sem desfalecimento, por muito extraordinárias que pudessem ser as circunstâncias em que ele quisesse colocá-los.

Nos conventos do monte Athos, conta-se esta história maliciosa: um homem muito santo era tão querido de Deus que, para transpor as torrentes em fúria, lhe bastava dizer um «Pai nosso», e logo os anjos o transportavam à outra margem: mais tarde, promovido a *hegúmeno*, superior de comunidade, quis, durante uma viagem, utilizar o seu antigo processo de atravessar as águas; mas a fé havia-se-lhe tornado muito mais fraca e cómoda; por isso, a torrente submergiu-o num mo-

mento. Pedro, ao sentir-se soçobrar, deveria ter compreendido esta lição. «Deus, dizia o livro de Job, caminha sobre o mar, como sobre a terra firme» (*Job*, IX, 8). Ninguém, menos que os discípulos imediatos do Messias, tinha o direito de esquecer que o poder dele é ilimitado (*Marcos*, VI, 45, 56; *Mat.*, XVI, 22, 36; *João*, VI, 16, 21).

Tal é o segundo aspecto desta missão que Jesus vai executar durante dezoito meses, nas colinas da Galileia. Ao mesmo tempo que ensina, testemunha o seu poder por meio de milagres. Nenhum será mais significativo que qualquer daquelas duas «multiplicações dos pães», em que tão-sòmente para dar de comer a alguns milhares de esfomeados, ele, de certo modo, repetirá o gesto do Criador, e fará aparecer um alimento que, antecipadamente, parece anunciar o sobrenatural alimento das almas. Nos diferentes aspectos da sua actuação, marca-se a mesma característica; quer manter na sua mensagem uma progressão; não pretende revelar de repente tudo quanto tem para fazer saber. Do mesmo modo que falará por parábolas, assim repetirá, vezes sem conta, aos que beneficiaram dos milagres e aos que os viram, a recomendação de não falarem deles às massas populares. Ao leproso, ao surdo-mudo, a Jairo, e a tantos outros, impõe igual proibição. Não surpreende muito que essa ordem não tivesse sido exactamente observada: o entusiasmo, já enorme, que as suas palavras provocavam, não era nada em confronto com o provocado pelos seus milagres. «Quanto mais ele proibia que falassem, tanto mais todos publicavam essas coisas, porque a admiração das turbas não tinha limites». Esta frase, ou outras análogas, aparece sem cessar ao longo do texto evangélico.

Restaria ver de que maneira os acontecimentos resultantes da sua acção se apresentavam ao próprio Jesus, quer dizer, ao homem que ele era. Ainda se compreende a psicologia do orador que, pelo poder do verbo, subjuga as multidões; nesse aspecto, por sobrenaturais que fossem as palavras de Cristo, outras que de modo nenhum o são e que perturbam violentamente os corações, ajudam-nos a penetrar um pouco na sua psicologia. Mas o homem que dava saúde aos doentes, que vencia o demónio, que fazia ressuscitar os mortos? Aqui, temos de renunciar a qualquer investigação psicológica; o mistério do

divino continua oculto. Todavia, determinada cena muito breve referida nos sinópticos parece abrir uma clareira em tal mistério: é certo que, apenas aberta, logo se fecha, e que essas poucas linhas evangélicas põem mais problemas do que os que permitem resolver.

Foi naquele mesmo dia em que Jesus ia ressuscitar a filha de Jairo. Entre a multidão encontrava-se uma mulher que, nos termos da Lei, não poderia estar ali, pois sofria de doença que a tornara impura: um fluxo de sangue, de natureza hemorroidal. Tentara, debalde, tudo o que era possível, para se curar: os médicos, diz-nos abertamente São Marcos, tinham-na reduzido ao último estado; talvez que, houvesse feito uso de alguns daqueles estranhos remédios aconselhados para esses casos pelos sábios de Israel e de que o Talmude conserva ainda alguns vestígios, como trazer ao peito, num saquinho, as cinzas dum ovo de avestruz, ou também andar com um grão de cevada apanhado no estrume duma mula branca! Fosse como fosse, não lhe restando senão uma derradeira esperança, preparou-se para acercar-se do Messias, a fim de lhe tocar na borla azul do manto. «No mesmo instante, — refere o texto de São Lucas, tão preciso quanto misterioso — parou-lhe o fluxo de sangue». Jesus diz imediatamente: — «Quem me tocou? Porque senti uma força sair de mim». No meio da densa multidão que o cercava, Jesus sentira, pois, aquele apelo silencioso ao seu poder. Perdoa à mulher, toda trémula, prosternada a seus pés: «A tua fé salvou-te: vai em paz!» Compreende-se bem o gesto da mulher e a sua humildade confiante. Mas pelo que diz respeito a Jesus e àquele estranho mecanismo psicológico que lhe faz descobrir a força que lhe roubam — que compreendemos nós? Parece poder-se pressentir aí qualquer coisa do insondável mistério, no qual a natureza divina do Cristo actua por intermédio da sua humanidade (1).

(1) Certas tradições apócrifas identificam esta mulher, curada de hemorroidas, com a Verónica, personagem mais comovente que histórica, a qual veremos enxugar o rosto de Jesus, no caminho do Calvário. E Eusébio de Cesareia conta que, depois de curada, ela teria feito fundir em bronze, ao lado da sua casa, a sua própria imagem prosternada aos pés dum homem que, para ela, estendia a mão.

O grão na terra: As Bem-aventuranças

Acompanhemos agora Jesus nessa prédica ambulante que teve por cenário a Galileia. Ouçamo-lo falar às turbas que o seguem. Lendo os sinópticos, reconstitui-se fàcilmente o aspecto dessas assembleias efectuadas ao ar livre, nas quais, com uma simplicidade majestosa, o Deus feito homem deita à terra o grão da sua doutrina. Yahweh, o Deus da força, o Deus temível, tinha escolhido, para revelar o pensamento de Moisés, o ambiente grandioso mas bravio do Sinai, todo fumegante com as suas tempestades; ao Mestre das suaves palavras bastam cenários mais modestos: — uma baía sossegada e florida de loendros, à beira do lago que marulha docemente, ou um exíguo planalto rodeado de colinas, são os anfiteatros em que vibra a sua voz.

«Ele ensinava junto ao mar (de Tiberíade), escreve São Marcos, e uma enorme multidão reunia-se em sua volta. Então, entrava numa barca e sentava-se dentro dela, ficando a multidão em terra, ao longo das margens» (*Marcos*, IV, 1). E São Lucas: «Descendo da montanha, parou num planalto; encontravam-se ali uma quantidade de discípulos e uma multidão de gente vinda de toda a Judeia, de Jerusalém e também das costas de Tiro e de Sídon. Então, erguendo os olhos, Jesus disse...» (*Lucas*, VI, 17, 20). Prédicas feitas da barca, discursos «na montanha»: está neles resumido o essencial de toda a doutrina evangélica. O mundo cristão, desde há dois mil anos, tenta pôr em prática, conforme pode, essas palavras que ecoaram nas paragens da velha Galileia, e a humanidade não teria conhecido os mais admiráveis textos que boca de homem jamais proferiu se, por desgraça, não possuísse o sermão das Bem-aventuranças e as grandes parábolas evangélicas.

Muito se tem discutido àcerca do local em que deva situar-se o Sermão da Montanha. Há quem se pronuncie por Tabgha, lugar que fica a 13 quilómetros a sul de Tiberíade e a 3 quilómetros de Cafarnaum; uma branda colina que ali há ter-se-ia, de facto, prestado para a instalação duma turba numerosa; antigas tradições fixam aí o local da cena evangélica, e ainda há pouco se mostravam por lá vetustas árvores denominadas «árvores das Bem-aventuranças», que de tal cena

se garantia haverem sido testemunhas. Mas este lugar aprazível, tão próximo do lago, corresponderá realmente à impressão que nos dá, com nitidez, a Escritura, dum lugar retirado, de aspecto bastante selvático? Por isso, outras tradições propõem uma espécie de elevado planalto, enquadrado por dois montículos pouco abruptos, que se chamam *Quorum Hattin* ou *Karn Hattin* (os cornos de Hattin). Esse é selvático, com os seus desmaiados prados de abróteas, as umbelas amarelas das suas férulas, os seus blocos de basalto negro que as anémonas purpúreas parecem manchar de sangue. Por entre as duas colinas avista-se o lago. Foi ali que, em 4 de Julho de 1187, Saladino, usando do estratagema de incendiar o mato diante dos inimigos, esmagou o último exército de Cruzados, o do rei Guy, nessa batalha suprema em que morreram, com o bravo e temerário Renaud de Chatillon, a flor da nobreza cristã e as esperanças dum reino palestínico. Mas seja como for, é num lugar como esse — intensamente banhado de luz, não tendo outros adornos que não sejam arbustos e ervas, rochedos e imponentes horizontes, — que devemos representar a cena, e não entre pórticos e ruínas, onde, muito influenciado pelo que sabia dos filósofos, Rembrandt no-la mostrou.

Dois evangelistas — São Mateus e São Lucas — relataram os termos do «Sermão da Montanha» (*Mat.*, V, VI, VII; *Luc.*, VI, 17, 49) de modos bastante diferentes. No primeiro, contam-se oito bem-aventuranças; no segundo, apenas quatro: São Lucas, todavia, fá-las seguir de quatro maldições, que São Mateus omite. De um para o outro, há até uma diferença de acentuação, pois que São Mateus, parece interpretar dum modo espiritual, muito mais que São Lucas, os preceitos de Cristo. Ele escreve, por exemplo: «Felizes os pobres de espírito», e não apenas «os pobres», e não fala dos «famintos», mas dos «que têm fome e sede de justiça». Estas diferenças, que não chegam nunca até à oposição, podem, aliás, explicar-se. São Lucas, escrevendo para Gentios convertidos, apegou-se à lei fundamental, à doutrina de caridade; ao passo que São Mateus faz ressaltar, com mais perfeita nitidez, o carácter transcendente da Mensagem. Tem-se perguntado muitas vezes se tal «discurso» não será, na verdade, o resumo de vários sermões de Cristo, reunidos pelos evangelistas, numa redacção seguida. Seja como for, o desenvolvi-

mento, o sentido geral, as partes principais, são idênticas nas duas redacções diferentes, e ambas refulgem, incontestàvelmente, com aquela sobrenatural originalidade em que sempre se reconhece o autêntico ensino de Jesus.

Abre o discurso por aquelas frases estranhamente paradoxais que levam, muitas vezes, a chamar-lhe «o sermão das Bem-aventuranças». Querendo indicar, à guisa de prefácio, as qualidades morais indispensáveis para entrar no reino de Deus pela estrada que aconselha, Jesus exclama: «Bem-aventurados os pobres de espírito — os que sabem renunciar a si mesmos — porque deles é o reino dos céus! Bem-aventurados os meigos, porque possuirão a terra. Bem-aventurados os puros... Bem-aventurados os misericordiosos... Bem-aventurados os pacíficos!...»

Isso ainda se compreende: Yahweh também premiava a virtude. Mas, agora, o que é mais estranho: aqueles que parecem desprotegidos na terra, esses são os verdadeiros privilegiados. Di-lo São Lucas explìcitamente: «Bem-aventurados, vós, que sois pobres! Bem-aventurados os famintos! Bem-aventurados os que agora choram! Bem-aventurados, vós que sois escorraçados pelos homens; vós, a quem eles cobrem de opróbrios!» E até, para precisar melhor o pensamento, acrescenta que os ricos são malditos, pois que têm na terra a sua consolação, e malditos os fartos e os que riem, e aqueles aos quais os homens satisfazem as vaidades e concedem a glória. Não se enganava, pois, aquele sábio de Israel que, mais ou menos na mesma época, escrevia: «O Reino é o mundo voltado do avesso». Já não é cá em baixo que devemos esperar a recompensa, pois que tudo será pesado lá em cima; na terra, a única paga que os fiéis receberão será amargura e perseguições, tal como aos profetas sempre sucedeu.

Esta alusão leva Jesus a precisar a posição que lhe cabe — a ele que é mais que profeta, — perante a Lei de Israel: «Não julgueis que vim para abolir a Lei ou os Profetas; eu vim, não para os abolir, mas para os cumprir». A Lei dada por Deus é imutável e eterna, mas é preciso ir até ao fim no seu espírito, e ultrapassar a justiça dos Escribas e Fariseus. Eis a razão por que a Lei preconizava: «Não matarás!» Mas, Jesus, até condena a ira e a violência. A Lei proibia o adul-

tério: Jesus quer que mesmo o olhar e a intenção sejam honestos. Aquela consentia no divórcio: ele quer que o casamento seja indissolúvel. Aquela proibia o perjúrio e o juramento falso: mas ao fiel de Jesus deve bastar o dizer sempre a verdade com singeleza, sem evocar como fiadores o céu e a terra. A justiça antiga era severa; pelo menos em princípio, o talião era de regra; mas o verdadeiro espírito da Lei deve consistir num ideal de perfeição superior em que se suporte a injúria, em que cada um renuncie ao seu direito, em que se aceite a injustiça, e, em lugar de se procurar a vingança, se desarme o adversário, pela bondade.

Então, como deverão proceder os fiéis de Jesus? Explica-o a segunda parte do discurso. Que, em primeiro lugar, o seu esforço no caminho da virtude seja sincero e desinteressado: que não vão exibir as suas boas obras, nem façam suas esmolas e jejuns com ostentação. O bem não precisa de ser anunciado a toques de trombeta, para que Deus o reconheça, esse Deus que lê no fundo dos corações. E também, que, com noção exacta das perspectivas, prefiram os verdadeiros tesouros das virtudes, aos que os homens amontoam sobre a terra. Que a luz da verdade divina lhes encha inteiramente os corações. A confiança na Providência é o primeiro sentimento que conduz à salvação. «Procurai primeiramente o Reino de Deus e a sua justiça: o resto ser-vos-á dado por acréscimo». Porque o Senhor é misericordioso: a quem lhe pede, ele dá; não é ele, na verdade, quem nos dá, como um pai, o nosso pão?

Tendo como fecho um rápido apelo à actuação — «quem escutar estas palavras e não as puser em prática, é um louco que edifica a sua casa sobre areia» — esse discurso tem, marcadamente, o carácter das circunstâncias em que Jesus o proferiu. Feito no princípio do seu ministério evangélico, sem dúvida cerca de Junho do ano 28, dirige-se àqueles que, de futuro, vão segui-lo: é a carta da futura Igreja. Mas, pronunciado perante multidões heterogéneas, em que predominavam os elementos populares, é tão directo, tão compreensível, quanto podia desejá-lo o mais humilde dos *am-ha-arez*. E na verdade é também isso o que nos emociona, essa é a razão pela qual tais palavras, decorridos dois mil anos, conseguem ainda agitar as almas, nas mais diversas latitudes do planeta. Não se escutam

sem um estremecimento, frases como esta: «Sou eu que vos digo: Amai os vossos inimigos!» Ou então: «Quando jejuares, perfuma a tua cabeça!...» Ou ainda: «Não podeis servir a Deus e ao dinheiro!» Porque é, de facto, o mais profundo do coração humano que é atingido — que é posto a nu com as suas devoradoras paixões de rancor, orgulho e inveja, — por aquelas palavras duma simplicidade magnífica.

O grão na terra: Parábolas

Por que razão não se encontram a mesma simplicidade, o mesmo método directo e tão perfeitamente claro, em todo o decurso do ensinamento evangélico? Num período muito pouco posterior à data do Sermão da Montanha, sem dúvida aí por Novembro de 28, Jesus muda completamente de estilo e começa a falar por meio de «parábolas». Porquê? O problema é célebre e não comporta solução totalmente satisfatória, apesar dos numerosos trabalhos dos teólogos [1]. Alguns deles sustentaram que, para falar com propriedade, não tinha havido alteração no estilo oratório de Jesus, e que, considerada em sentido amplo, a «parábola» existia já no Sermão da Montanha, por exemplo naquele famoso passo: «Vós sois o sal da terra: se o sal perder a sua força, com que haveremos de salgar?» (*Mat.*, v, 13), passo onde os fiéis que deixam diminuir o seu fervor são comparados ao sal velho, exposto ao ar e ao sol durante muito tempo, e que, segundo Plínio o Antigo, perde as qualidades. Outros comentadores pensam, pelo contrário, ter havido uma consciente transformação no método de ensino adoptado por Jesus; tendo ele sido, talvez, hostilizado pelas resistências que encontrou desde o início da sua actuação, e também pelas intrigas dos Fariseus, preferiria usar de termos mais velados e esperar a hora própria para se fazer compreender claramente.

---

(1) Além das obras gerais citadas nas *Indicações bibliográficas* do presente volume, as quais abordam todas a questão, podem ler-se, entre muitos outros trabalhos, um artigo do P.e Lagrange na *Revue biblique* de 1910 (Le but des paraboles), o livro de L. Buzy: *Introduction aux paraboles évangéliques* (Paris, 1912), ou ainda o estudo do P.e Durand nos *Études* (1906): *Pourquoi Jésus a parlé en paraboles.*

São Mateus (XIII, 10, 17) parece explicar esse mistério; mas, como a própria explicação é ainda misteriosa, e como se presta à discussão! Ao ouvirem o mestre falar por meio de parábolas, perguntam-lhe os apóstolos por que razão emprega esse método de ensino: «A vós, foi-vos concedido conhecer os segredos do Reino dos Céus; mas àqueles — à multidão — isso não foi concedido. Ao que tem, dar-se-á, mas ao que não tem, tirar-se-á até aquilo que possui... O coração deste povo é insensível; eles endureceram os ouvidos e fecharam os olhos... Vós, porém, sois felizes, porque os vossos olhos vêem e os vossos ouvidos ouvem!» Frases estranhas, quase escandalosas, ainda mais irritantes quando comparadas aos versículos de Isaías, aos quais Jesus alude: «Ouvireis, e não compreendereis! Vereis e não conhecereis. Endurece o coração deste povo, torna surdos os seus ouvidos, tapa-lhes os olhos para que não veja, nem ouça, e a fim de que o seu coração não compreenda, nem ele se converta nem se cure!» (*Isaías*, VI, 9, 10). Este «a fim de que» é bem terrível, e Jesus, citando o profeta, parece adoptar-lhe a expressão. Dar-se-ia o caso de estar cansado já da infidelidade do povo que o cercava, e de o querer abandonar à perdição? Toda a sequência do Evangelho prova o contrário, assim como prova que a misericórdia divina não se fatiga tão ràpidamente como acontece com as paixões do nosso coração.

Nestas rudes palavras, das quais transpira tristemente um amor desiludido, o que é preciso, sobretudo, entender, é um juízo sobre a condição humana, sobre a fraqueza sem remédio da nossa vontade e do nosso fervor. Sabe-o bem Jesus, ele que lê nas almas: exactamente aqueles que o aclamam, porque ele faz milagres, abandoná-lo-ão, quando a coisa se tornar trágica. O mistério da cegueira de Israel de que fala São João, citando as próprias palavras de Isaías (*João*, XII, 17, 40), não é mais profundo que o da cegueira dos cristãos, aos quais nem palavras, nem milagres conseguirão converter, ao longo dos séculos. Nesse caso, que resta? Aos santos, as coisas santas! «Não deis aos cães as coisas sagradas; não lanceis pérolas a porcos!» (*Mateus*, VII, 6). Que recolham a «palavra», os que tiverem ouvidos para ouvir! Parecendo adiar e dilatar a revelação completa, tornando-a mais esotérica, Cristo formula, com efeito, um juízo prévio sobre essa sociedade humana que se chama a Igreja, a

qual, comprometida por tanto de si mesma nas contingências e nas tristes realidades da terra, nem por isso possui menos — invisìvelmente na essência, mas visíveis em alguns dos seus membros — aqueles dons supremos que originam os Santos.

É um pouco falaz, de resto, querer tornar em demasia restrita a definição da *Parábola*, de harmonia com as classificações de escola, gratas aos Gregos. Se, na língua helénica, esse termo (que deriva de «parabalein», atirar por cima de) significa *comparação* e se distingue nìtidamente do *apólogo*, do *enigma*, da *alegoria*, da *imagem*, em hebreu o termo de *mâschâl* é mais vago e mais complexo. A prova disso temo-la no facto de São João empregar uma outra palavra grega, *paroimia*, provérbio. Uma simples sentença, um aforismo, tal como: «Cura-te a ti próprio, ó Médico!», um assunto de tese, como a história do pobre Lázaro, são *«mâschâl»*, como o são as célebres parábolas do semeador ou do Filho pródigo. Esse género, muito vulgar entre os Judeus (1), não era mero ornamento do discurso, mas sim a forma mais insinuante que o discurso podia revestir. Convém acrescentar que estando a inteligência semítica muito distanciada dos nossos métodos de pensamento, herdados dos Gregos, aquela não exigia deste género de narrações a precisão lógica e os rigores didácticos que desejaríamos encontrar-lhes.

Tais como são, constituem, porém, admiráveis trechos literários essas Parábolas! Renan tinha razão vendo nelas «qualquer coisa de análogo à escultura grega, em que o ideal se deixa tocar e amar». Em todo o decurso do Evangelho as haveremos de encontrar, até nos últimos dias da vida de Jesus, e algumas dessas Parábolas — por exemplo, as do Semeador, da semente boa e do joio, das Virgens prudentes e das Virgens loucas, do Filho Pródigo e do Bom Samaritano — fixaram-se de tal modo na nossa memória, que fazem parte indissolúvel dos fundamentos do génio ocidental. Todas possuem as mesmas características de simplicidade expressional, de realismo salutar,

---

(1) Deixamos de parte o estudo do género pròpriamente dito, porque o reservamos para o Capítulo VIII, onde serão consideradas as relações entre o ensinamento de Jesus e a tradição judaica.

e ao mesmo tempo de autêntica poesia, daquela que nada deve, senão às próprias fontes do coração.

Um certo número delas foi reunido pelos sinópticos (São João não cita nenhuma), com a evidente intenção de formarem um todo único (*Lucas*, VIII; *Marcos*, IV; *Mat.*, XIII). Essas têm todas por tema o Reino de Deus ao qual Jesus compara, sucessivamente, o grão que o semeador espalha, e que só germina em boa terra — nesse campo bem semeado, onde o inimigo vem, de noite, lançar o joio às mãos cheias; à mostardeira, humilde mostarda, «a mais pequena de todas as sementes», de que, entretanto, sai uma árvore «onde vêm abrigar-se as avezinhas»; ao fermento que faz crescer a massa; à rede que se lança no mar e que se enche de peixes, entre os quais o pescador escolhe alguns com que fica, atirando os outros fora; à pérola tão linda que compramos com sacrifício de todos os nossos bens; ao tesouro que jaz escondido no seio da terra e cuja posse nos enche de alegria o coração. Sem dúvida que existe uma intenção na própria sequência destas parábolas, pois Jesus pretendeu começar por descrever a fundação do Reino, a Semente que germina por si própria; a mostardeira e o Fermento falam do seu crescimento; o Tesouro e a Pérola esclarecem sobre a sua básica importância; o Joio e a Rede fazem sentir a necessidade e a dificuldade da escolha. A lógica cartesiana nem sempre achará, possìvelmente, satisfação nestas fórmulas; mas quem negará que semelhantes comparações encontram eco no mais secreto fundo dos nossos corações?

«O Reino dos Céus é semelhante a um homem que semeou no seu campo boa semente. Mas, durante as horas em que dormia, veio o inimigo e semeou o joio no meio do trigo e foi-se embora. Quando a erva cresceu e ia para dar o seu fruto, apareceu o joio também. Os servos do senhor perguntaram-lhe: — Não foi da boa semente que semeastes? Como nasceu, então, este joio? E ele respondeu: — É obra do inimigo. — Quereis, replicaram eles, que vamos arrancá-lo? — Não, pois receio que arranqueis o trigo também. Deixai-os crescer juntos até à época da ceifa. Então, direi aos ceifeiros: — Arrancai primeiro o joio e amarrai-o em paveias, a fim de ser queimado; mas ao trigo, recolhei-o no meu celeiro» (*Mat.*, XIII, 24, 30).

Como é belo e correctíssimo este apólogo que São Mateus nos conta com tanta perfeição! Como deveriam compreender bem essas expressões, aqueles camponeses galileus para quem tudo aquilo era significativo, estava cheio da sua própria experiência! O campo bem lavrado; a boa semente lançada à terra; o joio tão parecido com o trigo nos primeiros tempos de crescimento e que só pode ser reconhecido pelos seus grãos pretos e amargos, venenosos, e tinha fama de subir ao cérebro e dar origem aos sentimentos maus (em grego, *joio* diz-se *zizxnia*, da qual vem a palavra *«cizânia»*); e a colheita que o proprietário avalia à simples vista, consternado se o trigo é «sujo», como dizem os agricultores franceses, se é cheio de ervas daninhas. Que intensidade a desta Parábola, na qual, através da singeleza de expressão, se apercebe o quadro da colheita final em que Deus Todo-Poderoso virá julgar os homens e queimar o escalracho! E como ela nos impressiona, essa revelação da misteriosa origem do mal, a nós que sabemos, por uma experiência quotidiana, que a boa semente nunca está sòzinha na terra, e que o inimigo se encontra sempre pronto a misturar-lhe a semente do pecado! Estando o mais distante possível de todo o artifício literário esta arte das Parábolas, ela atinge, todavia, o apogeu do seu triunfo. Nem qualquer Rabi, autor de textos análogos, nem qualquer apóstolo — pois que nenhum, em tal domínio, ousaria imitar o Mestre — poderiam conseguir alcançar esta beleza milagrosa, esta espontânea perfeição.

Pão da vida

Repararam? Pelo menos quatro das Parábolas aludem ao trigo e ao pão. E entre as Bem-aventuranças que Jesus celebrou, figura esta: «Bem-aventurados, vós, os que tendes agora fome, porque sereis saciados!» É uma das feições mais enternecedoras da personalidade viva do Messias, esta de se colocar invariàvelmente ao nível das preocupações quotidianas e de se manter, embora sendo um Deus, à altura dos homens. Ele conhece e compreende as nossas preocupações, os nossos desejos, os nossos temores. Sabe que o «irmão corpo», como dirá o

Poverello, tem as suas exigências, mas a essas necessidades humildes, ele engrandece-as e espiritualiza-as, na própria ocasião em que as satisfaz.

É ao pão e ao vinho, às simples realidades dos nossos alimentos, que Jesus vai buscar não só as situações e os exemplos para as suas comparações, mas também os suportes sacramentais do seu mistério: a Igreja ainda vive deles, decorridos dois mil anos.

Um dia que uma densa multidão os rodeava, a ele e aos discípulos, resolveu Jesus afastar-se um pouco, para conseguir, em lugar à parte, um pouco de repouso e de recolhimento. Era na Primavera, pouco antes da Páscoa do ano 29, no começo de Abril: feliz e transitório momento esse, em que a erva está ainda fresca nas colinas, e em que, sob um céu de azul claro, os montes se esfumam, salpicados da verdura dos prados e do vermelho das anémonas. Jesus e os seus embarcaram em Cafarnaum e, guinando directamente para o largo, dirigiram-se às terras quase despovoadas que se estendem a sul de Bethsaida-Julíade. O fanático auditório não queria isso: quando se trata de entidades ilustres, de quaisquer celebridades seja qual for a sua espécie, o público tem todas as audácias e não conhece qualquer comedimento. Depressa se adivinhou a direcção que o profeta havia tomado. Apressadamente partiram a pé, para o levante. De Cafarnaum a Bethsaida-Julíade não são mais de dez quilómetros, incluindo a volta pela ponte que atravessa o Jordão, a montante da sua confluência com o lago. Quando Cristo desembarcou, já o povo ali estava, ululando na praia, gesticulando de alegria: repouso e recolhimento teriam de ficar para outra vez.

Ao ver contrariarem assim os seus projectos, Jesus não manifesta mau humor. Subindo a uma colina, deixa que o rodeiem esses fervorosos indiscretos: e ensina; e cura enfermos. Passam as horas, faz-se tarde. São os discípulos, como contam os Sinópticos, quem observa ao Mestre ser conveniente pensar em mandar embora todo aquele povo esfomeado? Ou, segundo refere São João, é o próprio Jesus que pergunta a Filipe (talvez para pôr à prova a sua fé): «Onde vamos nós comprar pão para que toda essa gente possa comer?» De qualquer modo, o problema existia. «Mas Jesus, pelo que lhe dizia respeito, sabia

o que tinha a fazer». Eram cerca de cinco mil. «Senhor, disse Filipe, não chegariam duzentos dinheiros para dar um bocado a cada um!» Duzentos dinheiros, cerca de 175 francos-ouro, grossa maquia para aquele grupo de pescadores de homens, mas insignificante para comprar que comer para tanta gente!

O embaraço parece ser extraordinário, entre os discípulos do Messias. Vê-se que todos tomam o caso a peito. André, o irmão de Simão-Pedro, presta uma informação: «Há um rapaz que tem cinco pães de cevada e dois peixes». Mas, imediatamente, acrescenta, de tal modo a ideia lhe parece irrisória: «Mas que é isso para toda esta gente?» Entretanto, Jesus permanece calmo como sempre. «Mandai-os sentar!» disse ele. Os discípulos estão já habituados a comandar as multidões; o seu serviço de ordem é eficiente. Alinhados aos cinquenta e aos cem, os assistentes dispõem-se em grupos na colina. Então Jesus pega nos pães e abençoa-os, com os olhos erguidos para o céu. Procede do mesmo modo quanto aos peixes. Faz então circular o alimento entre os presentes, e, à medida que cada um recebe o seu quinhão, as provisões, inesgotáveis, parecem aumentar a todo o instante. Depois de todos terem comido ainda sobraram pães e peixes: os Judeus traziam sempre consigo uma espécie de alcofas que lhes serviam de sacos de provisões e de maletas, pelo que Marcial os alcunhou de «carrejões de cestos»; doze dessas alcofas foram cheias com as sobras daquela iguaria sobrenatural, perante o pasmo, a admiração, e, logo após, o entusiasmo delirante da populaça.

Este episódio, um dos mais célebres do Evangelho é também um dos mais bem certificados milagres de Jesus. Os quatro textos referem-no de maneira absolutamente concordante (*Mat.*, XIV, 13, 21; *Marcos*, VI, 30, 41; *Lucas*, IX, 10, 17; *João*, VI, 1, 15) [1] e nada mais verosímil que esta reacção de piedade, esta atenção paternal que, ainda aqui, uma vez mais se observa em Jesus. É inteiramente vão não ver nisto, como pre-

---

(1) São Marcos (VIII, 1, 10) e São Mateus (XV, 32, 39) informam duma segunda multiplicação de pães que teve lugar após a viagem de Jesus à Fenícia e ao Decápolo, num local muito próximo daquele onde a primeira foi realizada. As diferenças entre os dois citados episódios são insignificantes: da segunda vez, há sete pães e quatro mil assistentes, e trazem-se ainda sete cestos de sobras.

tendem alguns racionalistas, mais do que uma lição de fé na Providência: o Messias teria dado a ordem para começar a distribuição, muito simplesmente por saber que havia outras provisões ocultas entre o povo, as quais apareceriam no momento oportuno; e é inteiramente absurdo falar «do aumento do poder alimentar dos cinco pães», ou duma acção magnética sobre os cinco mil estômagos dos assistentes! Está-se, pois, em face dum desses factos que se não podem arrancar do Evangelho, salvo negando o Evangelho: os pães e os peixes do pequeno vendedor de Bethsaida-Julíade são um desafio à razão e um apelo à sua humildade.

Mas o milagre tinha um sentido que não era humano. «Quem é que alimenta o universo, pergunta Santo Agostinho, senão aquele que, dum punhado de sementes, faz nascer as searas? Jesus realizou aquilo que, como Deus, podia realizar. O mesmo poder que, de alguns grãos, faz germinar o trigo, nas suas mãos multiplica os pães. Porque o poder pertencia a Cristo, e esses cinco pães são como as sementes que não foram lançadas à terra, mas que foram multiplicadas por aquele que fez até a própria terra». Ninguém o põe em dúvida: perante um tal espectáculo, os Judeus beneficiários do milagre devem ter-se lembrado daqueles versículos do Génesis em que, das mãos de Élohim, saem as coisas necessárias à vida, tudo o que cresce na água, na terra e no ar, e «a erva que produz semente» e as árvores carregadas de fruto. A divindade de Jesus esplendia nesse episódio prodigioso.

Uma outra realidade se encontrava ainda ali oculta. Ninguém pode ler essa narrativa do milagre em que Jesus abençoa o pão e o oferece aos homens, sem pensar imediatamente naquele outro momento em que, mais tarde, mesmo na véspera do martírio, ele abençoará um outro pão e o distribuirá em sua volta — como sua própria carne. Impõe-se de tal modo esta aproximação, que certos racionalistas, como Loisy e Réville, pretendem encontrar na multiplicação dos pães a simples alegoria dum repasto eucarístico. A própria Igreja, ao afirmar a realidade material do milagre, vê nele a prefiguração do sacramento e da respectiva promessa.

Tal interpretação não pode oferecer dúvidas: o IV Evangelho apresenta-a com toda a nitidez (*João*, VI, 22, 59). Após

a multiplicação dos pães, Jesus furtou-se às aclamações da multidão. Voltou a atravessar o lago. Seguem-no de novo, e de novo o encontram. E, mais uma vez, se torna indispensável que ele fale. Na sinagoga de Cafarnaum reune os que desejam ouvi-lo ainda: o dia não era sábado, visto ter sido possível remar para atravessar a água; a sala está vazia, à disposição do povo. Que vai Jesus dizer àquela multidão? Bem o sabe ele; o verdadeiro significado do milagre, escapou-lhes a todos. Na expressão dum comentador «em vez de verem no pão um símbolo, não viram nesse símbolo senão pão». É humano interpretar apenas em função das coisas terrestres, os mais raros dons de Deus. O Messias, então, esclarece.

«Vós procurais-me, por terdes comido pães até ficardes saciados. Trabalhai, porém, não para obterdes o alimento transitório, mas alcançardes aquele que dura na vida eterna. O pão do Céu não é o maná que Moisés vos deu; é o pão que vem do Pai, o que desce do céu e dá a vida ao mundo». A um discurso muito semelhante, em que o símbolo era a água viva e não o pão, havia a Samaritana respondido pedindo a Jesus que lhe garantisse a água para sempre, a fim de saciar a sua sede. Os Judeus de Cafarnaum reagem da mesma maneira, pensando apenas na fome corporal: «Senhor, dai-nos sempre desse pão!» Jesus, porém, responde, tornando mais elevado o tom desse debate: «Eu sou o pão da vida. Quem vier até mim nunca terá fome, quem crer em mim nunca terá sede. É vontade de meu Pai que quem quer que veja o Filho e creia nele, tenha a vida eterna: ressuscitá-lo-ei no derradeiro dia». O espanto faz vibrar a assembleia: suscita-se uma quase indignação; proclama-se Deus, este profeta? Seria blasfêmia. Percebem-se murmúrios. «Aquele não é Jesus, o filho de José, de quem conhecemos o pai e a mãe? E vem dizer-se descido do céu!» Mas Jesus, que ouviu, continua, mais categórico ainda: «Em verdade, em verdade vos digo: quem crer em mim, terá a vida eterna. Eu sou o pão da vida. Os vossos pais, no deserto, comeram o maná e, todavia, morreram. Eu sou o pão vivo que desceu do céu. Se alguém comer deste pão, viverá eternamente...» Depois, acrescenta, anunciando misteriosamente o trágico sobre-humano da sua mensagem: «E este pão que darei é a minha carne, oferecida para a salvação do mundo».

Justamente neste ponto, São João, o evangelista metafísico, ultrapassa o quadro do simbolismo e afirma nìtidamente essa mesma doutrina, que, na noite da Ceia, atingirá o seu máximo alcance. Não se trata já aqui de alegoria, nem de mistério. O sentido sacrificial do destino do Messias está perfeitamente assinalado. Poderiam aqueles Judeus, que aclamaram o prodígio da multiplicação dos pães, compreender o verdadeiro significado que um tal prodígio comportava? Muito mais do que isso, eles deveriam pensar, segundo a sua velha concepção do Messias glorioso, numa realeza restabelecida, em que seria extremamente cómodo ter por soberano um homem dotado de tais poderes. Vacilam, sem conseguir compreender. «A minha carne é alimento, e o meu sangue é, na verdade, uma bebida»: que significam estas fórmulas estranhas? Vai-se comer este homem, assim, cru? Os próprios discípulos se retraem, um momento, perante a austeridade misteriosa da palavra. Que importa? Aquilo foi dito. Mais tarde os fiéis compreenderão que o generoso milagre dos pães multiplicados nada era ainda em face desse outro dom, feito no Calvário, e que não há grandeza, glória, vida, que se não compre com o sangue.

A morte do Precursor

«E foram torturados aqueles dos quais o mundo não era digno...», dirá São Paulo *(Hebreus*, XI, 37, 38), falando dos antigos Profetas. A grande Lei do sangue, acabava de dar também o seu testemunho o último dos Profetas, aquele cuja voz, no vau de Béthabara, anunciara a vinda iminente do Salvador. A notícia da sua morte chegou às margens do lago galileu pelos fins de Março de 29, pouco antes da grande cena da primeira multiplicação dos pães; segundo São Mateus, essa notícia explica também o súbito deslocamento de Jesus, que, desejoso de passar para a jurisdição de soberania mais suave do tetrarca Filipe, transpôs o rio a fim de não se conservar mais tempo sob o poder de Antipas, assassino de São João.

Cativo, havia dez meses, na sua fortaleza solitária, o Baptista parecia não pertencer já ao número dos vivos: mas, por muito distante que se encontrasse Maqueronte e por muito

espessa que fosse a parede do seu ergástulo, nem por isso ele deixava de ter contacto com os seus discípulos; por intermédio deles acompanhava as primeiras manifestações gloriosas daquele sobre quem o Espírito havia pousado. Uma vez até, no verão do ano 28, Jesus vira chegar dois emissários do Precursor que, em nome deste, o inquiriram: «Sois vós aquele que deve chegar? Ou devemos esperar um outro?» Era com idêntica expressão «o que deve chegar» que São João designara o predestinado que baptizaria pelo Espírito e seria capaz de varrer a eira *(Mat.*, III, 11). Bem reconhecera ele, na fronte de Jesus, aquele sinal com que Deus o marcara como filho. Teria, então, mudado de parecer o feroz e intransigente profeta? Devorá-lo-ia aquela dúvida que se desenvolve fàcilmente na terra acre das prisões, ou estaria impaciente, como todos os Judeus, por ver afirmar-se, em actos de majestade política, o Redentor de Israel, ou talvez apenas ansioso, na sua humildade, por colocar a fé dos seus discípulos ao serviço do Messias? Não se sabe bem; os motivos da sua diligência são pouco claros. Mas Jesus respondera aos emissários: «Ide contar a João o que vistes e ouvistes: os cegos vêem, os coxos andam, os leprosos estão purificados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam, e os humildes recebem a boa nova!» Resposta categórica e em absoluto pertinente; Isaías, num texto que essa frase lembra em alusão transparente *(Isaías*, XXIX, 18), citara como indício da vinda de Cristo os próprios milagres que Jesus realizava: e, mais ainda que os milagres, não se havia de aceitar como prova essa nova doutrina que se difundia entre as massas populares? — pois que — também Isaías o dissera *(Isaías*, LXI, 1) — o Messias, o Enviado do Eterno, devia ser «ungido, para levar aos humildes a boa nova». Tranquilizados, os discípulos de São João haviam-se retirado e tinham ido contar ao mestre aquilo de que tomaram conhecimento *(Lucas*, VII, 18, 23; *Mateus*, XI, 2, 6).

Herodes Antipas, no entanto, continuava a vigiar o São João com aquele misto de inquietação, de respeito, de desconfiança e de temor, que já lhe vimos aquando da detenção do Precursor. Carácter muito fraco e hesitante, guiado um pouco pelo seu espírito de astúcia, e, igualmente, pelas suas paixões e pelos seus terrores supersticiosos, este homem, que Josefo nos desenha como «muito amigo do seu sossego», teria, pela

certa, preferido conservar, a respeito do Profeta, a sua atitude primitiva: guardá-lo à vista, sim, para evitar que dilatasse excessivamente a sua influência, mas tratá-lo com deferência porque, na realidade, quem é que está certo do futuro e dos juízos de Deus? Herodíade, essa, não entendia assim: pelo que respeita aos seus amores e, simultâneamente, às suas ambições, as mulheres não são para indulgências, e a neta da orgulhosa asmoneana, Mariamme, tinha um carácter muito enérgico. Entre a sua opinião secreta e essa lancinante influência, o tetrarca fazia o que lhe era possível: ele era uma «raposa» matreira, segundo a própria frase de Cristo *(Lucas*, XIII, 32); «as raposas são manhosas, mas, apesar de tudo, apanhamo-las», dizia certo provérbio antigo. É raro um homem escapar à vontade duma mulher tenaz.

É aqui que a explicação puramente política do episódio, proposta por Josefo, parece insuficiente: «Herodes, receando que a autoridade de São João arrastasse este ou aquele dos seus súbditos para a rebelião, preferiu suprimi-lo a ter de arrepender-se duma revolta». Mal se compreende, caso a psicologia do tetrarca fosse assim tão simples, que, havendo feito prender o Baptista em Maio do ano 28, tivesse ficado à espera do mês de Março do ano 29 para o matar. Não era do fundo das masmorras de Maqueronte que São João podia ter uma acção capaz de inquietar o tiranete. O episódio é mais verosímil do modo como vem contado no Evangelho *(Marcos*, VI, 14, 29; *Mateus*, XIV, 3, 12). A verdadeira causa da morte do Profeta foi o ódio de Herodíade, a quem ele flagelara com o epíteto de adúltera, e que, a todo o preço, queria reduzir ao silêncio aquela voz que lhe lembrava o seu pecado.

Talvez seja no decorrer desse Inverno de 28-29 que se deva situar a viagem de Herodes Antipas à Mesopotâmia, de que Flávio Josefo nos fala sem, aliás, indicar a data. Artabano, rei dos Medos, acabava de apoderar-se dos territórios dos Partos, velhos inimigos de Roma; dormia agora no leito, de ouro maciço, do príncipe daquele povo, e usava, com um orgulho digno dos antigos Reis dos Reis persas, a tiara direita de Xerxes e Dario. Tibério, julgando conveniente aliar-se com ele, mandou para o Eufrates o seu legado Vitélio com uma luzida embaixada. No séquito figurava o tetrarca da Galileia, investido pelo

desconfiado imperador na delicadíssima missão de espionar o próprio legado. Que o Judeu se haja desempenhado satisfatòriamente dessa missão, temos todas as razões para o supor, pois que Tibério ficou-lhe reconhecido, e Vitélio com um ódio concentrado, cujos resultados Antipas não tardou a experimentar. No próprio dia em que foi ultimada a convenção medo-romana, o tetrarca ofereceu, num pavilhão que fizera edificar em cima de jangadas fixadas no meio do rio, um festim que Josefo declara «prodigiosamente sumptuoso».

A hipótese que coloca a viagem do tetrarca à Mesopotâmia durante aquele Inverno, possui a virtude de explicar, pelo menos, dois mistérios: o de o suspeitoso Antipas, por estar ausente, não ter reagido contra a pregação que Cristo fez nas suas terras, nem contra o entusiasmo popular que dela resultou; o de o reizete, por volta do mês de Março, em vez de residir em Tiberíade, deliciosa nessa época do ano, ter ido para Maqueronte, rude colina batida pelo vento de areia, pois, no regresso da Babilónia, uma das mais usadas pistas de caravanas era justamente a que terminava no Moab.

Acresce que, segundo o Evangelho, ele foi acompanhado dum numeroso séquito a esse castelo longínquo: «grandes da corte, oficiais, notáveis da Galileia», diz São Lucas. Encontrava-se lá Herodíade, orgulhosa por ter, enfim, uma corte real, com a filha Salomé, muito jovem adolescente. Estaria entre os convivas Agripa (1), irmão mais novo de Herodíade, para quem Antipas obtivera de Tibério autorização de sair de Malatha, onde tinha residência fixada, e ao qual acabava de nomear para o rendoso posto de governador de Tiberíade, liberalidade de que ainda um dia viria a arrepender-se? E Filipe — o Herodes-Filipe II, irmão do tetrarca, por sua vez tetrarca também da Gaulanítida e Traconítida (2), que, dentro em breve, casaria com Salomé? Foi um festim real. A família Herodes adorava o esplendor: Herodes o Grande comia em baixela de ouro. O costume romano de se coroarem de folhas e flores, fora adoptado por esses príncipes cosmopolitas. Estendidos, segundo o uso, em seus leitos, perfumados a extracto de rosas,

(1) Ver atrás, pág. 219.

(2) Ver atrás, pág. 162.

e vestidos com túnicas sem mangas para terem os braços livres, os convidados comiam demoradamente, abundantemente, gorduras suculentas.

Bebia-se muito. «Suave melodia acompanhando um bom vinho, é tal qual uma esmeralda no seu engaste de ouro». Assim se exprimia o livro santo do *Eclesiastes* (XXXII, 6). Por isso os músicos, durante esses festins, faziam ressoar o *Kinnor*, harpa judaica de som grave, a cítara, de tom mais brando, e uma espécie de flautas ou de pífaros agudos. Grupos de dançarinas vinham distrair os convidados durante os intervalos dos serviços intermináveis. Entre elas, em Maqueronte, apareceu Salomé.

Numerosíssimos pintores idealizaram esta figura estranha que, através das breves notações do Evangelho, se desenha num misto de candura perturbante e de pureza feroz. Bernardino Luini, na sua tela do Louvre, apresenta-a dum modo apropriado, o rosto enigmático, entre o limite extremo do vício e da graça, beldade ruiva de olhos verdes, virgem equívoca, à qual a cabeça decepada, de olhos cerrados, que ela ergue dum prato, não parece comover, nem causar sequer um estremecimento. Andaria, sem dúvida, entre os treze e os catorze anos, idade em que uma donzela judaica incendeava, no coração dos homens, as mais carnais paixões.

«Ela dançou, refere o Evangelho, e entusiasmou Herodes e os convivas». A frase evoca, irresistivelmente, para os Europeus dos nossos dias, coreografias desnudadas e atitudes suspeitas. Todavia, Flaubert, no seu conto d'*Herodíade*, apresenta uma dançarina de «calças pretas bordadas de mandrágoras», as espáduas recobertas por um «quadrado de seda cor de pombo», os pés calçados em sonorosas «pantufas de colibri» e cujas «atitudes traduziam suspiros, e toda a sua pessoa um tal langor, que se não sabia se chorava por um deus ou se morria sob as suas carícias». Um austero crítico, tomando, com certeza, esta literatura ao pé da letra, indignou-se com o facto de que a Escritura tenha atribuido um papel desses, verdadeiro «negócio de prostitutas», segundo afirma, a uma «orgulhosa princesa herodiana». Deve haver tanta verdade em representar a dança de Salomé ao modo das exibições dos nossos music-halls ou daqueles ritos decadentes, como em figurar a

dançarina pela forma que se vê nas esculturas da catedral de Rouen, isto é, de cabeça para baixo, mas com os vestidos a acompanharem-lhe castamente o corpo até aos pés!

As danças beduínas ([1]), iguais àquelas que se vêem ainda hoje na Síria e Transjordânia (as dos Ouled-Naïl, na África, são perfeitamente análogas), empregam meios simultâneamente mais violentos e mais brandos, para sobreaquecer os sentidos do espectador. Vestida, em tom azul escuro, com os seus pesados atavios, tão encorpados que se diriam de crinolina, os cabelos completamente soltos, a dançarina avança lentamente, os braços agarrados ao corpo, em direcção ao fogo que os homens alimentam. Movimenta a cabeça, ao ritmo da orquestra e do coro. «À noite, no meu leito, procurei saber quem era aquele que o meu coração adora; procurei, mas não achei. Aos guardas que fazem a ronda, perguntei: Acaso vistes o meu amigo, a quem o meu coração adora?...» *(Cântico dos Cânticos,* III). Depois, acelera-se a cadência. A donzela dobra a cabeça para trás, abaixando-a tanto quanto pode. Roda e volta-se. Vê-se-lhe entenebrecer o rosto e a cabeça parece arrastada pelo peso dos cabelos. Os braços, agora, separam-se do tronco, estendidos para suplicantes ofertórios. O queixo no ar desafia um par ignorado. Durante longo tempo, gira sobre si mesma, toupeira com asas de corvo, que foge e que regressa sem cessar; a coma negra bate-lhe alternadamente o peito e os rins, e quando, afrouxando gradualmente o ritmo, se consegue ver-lhe o rosto, o nariz mostra-se emaciado, a boca está cerrada, e os olhos parecem vagos, como num esgotamento de prazer. As mãos dos coristas aplaudem. Mais depressa, mais depressa! «Gira, gira, ó Sulamita, para que possamos admirar-te! Vedes a Sulamita na dança guerreira?» *(Cântico dos Cânticos,* VII). Junto do braseiro já não resta senão um brandão negro e azul, que se torce num bruxuleio. E quando o som das flautas se extingue, quando a harpa já não vibra, como se à dançarina, de repente, lhe

---

([1]) Como sabemos, os Herodianos eram Idumeus de origem, quer dizer, descendentes de tribos beduínas que faziam vida nómada ao sul da Judeia, havia mais de mil anos. Ver uma descrição de dança beduína em *Kédar,* por Bernard Vernier (Plon).

tivesse faltado um suporte que ninguém via, acontece muitas vezes que ela cai por terra, como chama que se apaga.

Então, refere o terceiro Evangelho: «O rei disse à donzela: — Pede-me o que quiseres, que eu to darei». Acrescentou até, fazendo jura: — «Seja o que for que tu me peças; mesmo a metade do meu reino». A Salomé foi perguntar à mãe: — «Que devo pedir?» — «A cabeça de João Baptista», respondeu a Herodíade. Regressando alvoroçada para o rei, a donzela falou assim: — «Que pretendo? Imediatamente, neste prato, a cabeça de João Baptista». O rei ficou triste. Mas, diante dos convivas, fizera um juramento. Poderia acaso desdizer-se, e afligir a menina, com a sua recusa?

Em *De Senectute*, conta Cícero que Catão, o Censor, num relatório de que resultou ser L. Flaminino expulso do Senado, referiu a seguinte cena: estando como procônsul na Gália, Flaminino, durante um banquete, conversava alegremente com uma corteză: «Nunca vi um decapitado», confessou a aludida criatura. Com o fim de lhe agradar, o magistrado romano mandou imediatamente cortar a cabeça dum condenado à morte, e trazerem-na à formosa personagem. Plutarco confirmou esta anedota. É costume aproximá-la da que Heródoto nos conta de Xerxes, o Persa: havendo feito, depois de ter bebido, à rainha Amestris, uma pormessa tão imprudente como a que Herodes Antipas fizera a Salomé, foi obrigado, para cumprir a palavra, a entregar-lhe a rival que ela exigia e que era, nada menos, que a cunhada.

«Herodes mandou logo um dos seus guardas com ordem de trazer, sem demora, a cabeça de João. E o guarda foi ao cárcere, degolou o Baptista, e trouxe a sua cabeça num prato. O rei deu-a à rapariga, e esta, em pessoa, entregou-a à mãe». Segundo uma informação de São Jerónimo, Herodíade, para saborear até ao fim a alegria do triunfo, teria perfurado com um estilete a língua que a tinha injuriado: o mesmo havia feito Fúlvia, mulher de Marco António, em relação à cabeça ensanguentada de Cícero.

Não se sabe como teria sido recebida pelo Baptista tão suprema iniquidade. Sem dúvida, esperava essa decisão — que realizava o seu destino. «É necessário que eu diminua...» dissera-o ele mesmo. O humílimo arauto some-se no silêncio de

quem sabe haver terminado o seu papel. Os Padres da Igreja, que tantas vezes comentaram esta cena grandiosa, dum patético singularmente belo, insistem no seu patente simbolismo: o pecado vence o bem; ela representa a eterna luta em que é o mundo que está em jogo. «Não há seres piores que as mulheres adúlteras; elas estão prontas a matar seja quem for que se oponha ao seu desígnio» — há-de dizer João Crisóstomo que, virá, ele também, a morrer em circunstâncias semelhantes — por assim o querer Eudóxia, imperatriz delinquente. E Ambrósio exclama: «O justo imolado pelos adúlteros; o Profeta convertido em salário duma dançarina! Ó rei feroz! O que fechou aqueles olhos, não foi tanto o golpe mortal como a tua luxúria! E aquela boca, cujos sermões tu não suportavas, repara nela bem: emudeceu e ainda a temes!»

Com efeito, liberto da presença ameaçadora, o tetrarca ainda mais ameaçado se sentia pela voz de São João: esta passara a ser a voz da sua própria consciência. Como o pai, — esse outro Herodes, que, durante meses, chamara pelo espírito daquela Mariamme, a quem assassinara, — o Herodes acreditava nas almas do outro mundo: quando lhe falarem de Jesus, julgá-lo-á o próprio Baptista ressuscitado. Josefo declarou que o assassínio do Profeta fora considerado pelo povo como sendo a causa dos factos terríveis que justiceiramente puseram fim à carreira de Antipas e da esposa. Atacado e vencido pelo rei dos Nabateus, seu antigo sogro, pediu auxílio a Tibério, seu amigo, o qual lhe mandou Vitélio para o ajudar; mas, tendo morrido o imperador nesse entretanto, o antigo legado, que sabia do papel desempenhado pelo tetrarca junto dele, por ocasião da viagem ao Enfrates, e o não havia esquecido, deixou que os Árabes batessem, invadissem e saqueassem à vontade o reizete de Tiberíade. Depois de tudo isto, tendo-se Antipas indisposto com Agripa e mandado o jovem cunhado procurar vida noutra parte, quis a desgraça que tão hábil personagem tivesse uma sorte estupenda e se tornasse amigo íntimo de Calígula. Após ter obtido do Imperador a sucessão de Herodes-Filipe II, falecido por essa altura, nada viu de mais urgente que anexar os territórios de Antipas, e este, por ordem do Romano, foi obrigado a deixar Tiberíade e partir para o exílio nos confins das Gálias, — para um tal *Lugdunum* que parece

ser São Bertrand de Comminges. Herodíade, fiel ainda nos tempos adversos, acompanhou-o [1].

Entretanto, depois da morte de João, os seus discípulos obtiveram licença para recolherem o corpo. Pretende uma antiga tradição que o sepultaram em terra samaritana; e em Sebasta, que é a antiga Samaria, há um igreja, transformada em mesquita, que ainda hoje conserva a recordação do Precursor. «Depois, foram levar a notícia a Jesus». Nada refere o Evangelho do que Cristo terá pensado dessa novidade. A respeito de Herodes Antipas nada podiam dizer a Jesus que este não soubesse; ele conhecia bem a personagem! Lembramo-nos, antecipadamente, que será este tirano, simultâneamente fraco e violento, quem, por ocasião do processo, há-de ter, durante cerca dum quarto de hora, Jesus à sua mercê. Sobre o destino dos Profetas também o episódio nada lhe dizia de novo: melhor que ninguém, ele sabia para onde caminhava. Ignoramos o que Jesus disse em louvor daquele que traçara a rota por onde ele havia de seguir e que vertera o sangue por uma causa bastante afim da sua. Poucos meses antes, na ocasião em que os discípulos do Baptista o tinham ido interrogar sobre a sua qualidade de Messias, Jesus fizera dele, mal os emissários partiram, um elogio solene, para desfazer qualquer equívoco e dissipar todas as inquietações: «Vós todos que correstes ao deserto para escutar João, que fostes ver? Uma cana agitada pelo vento? Um homem rico, trajando roupas sumptuosas? Os que trajam com luxo habitam nos palácios reais; e vivem entre delícias. Enfim, que fostes ver? Um Profeta? Sim, vo-lo digo eu, e mais que um Profeta, pois é dele que está escrito: — Envio o meu anjo adiante de ti, para que, precedendo-te, ele te prepare o caminho. Entre todas as crianças nascidas das mulheres, em verdade vos digo, não há maior Profeta que João-Baptista» *(Luc.*, VII, 24, 28). No próprio instante em que o Precursor desaparecia da História, qual homenagem poderia ter tido mais autoridade do que esta?

A liturgia da Igreja católica, no dia dedicado a come-

---

(1) Quanto a Salomé, diz uma lenda, muito em voga durante a Idade Média, que tendo, um dia de Inverno em que estava na Gália, dançado sobre um rio gelado, o gelo se quebrou, e ela morreu afogada.

morar a «degolação de São João Baptista» [1], cita em intenção dele este passo do Antigo Testamento: «O justo florescerá como a palmeira, e multiplicar-se-á, na casa de Deus, como o cedro do Líbano» *(Salmos*, XCII, 13), palavras que o Profeta Oseias aplica ao povo de Deus, como promessa auspiciosa *(Oseias*, XIV, 6). Denominando-o «Mártir» do Senhor *(Oração da missa)*, a referida liturgia emprega a palavra mais adequada: primeira testemunha de Cristo cujo depoimento foi assinado com sangue, São João é a primeira gota daquelas chuvas santificadoras, graças às quais há-de frutificar, nos séculos das perseguições, a Igreja de Jesus.

Hostilidades e resistências

Os Evangelhos sinópticos põem a morte de João Baptista na ocasião em que no ânimo de Antipas se levantaram suspeitas relativamente às actividades do Messias. «Herodes ouviu falar de Jesus, cujo nome se tinha tornado célebre *(Marcos*, VI, 14), e soube tudo quanto ele fazia, e não atinou com o que havia de pensar a esse respeito. Uns diziam: — É João que ressurgiu dos mortos! E outros: — Elias apareceu! Outros ainda: — É algum antigo profeta que voltou ao mundo! Herodes, ouvindo isso, inquieto, murmurava: — Quanto a João, esse mandei-o eu degolar. Quem é, pois, esse homem, de quem me contam coisas tais?» *(Lucas*, IX, 7, 9).

A reacção do tetrarca foi apenas um indício, entre outros, do movimento de hostilidade que tivera início quase no próprio instante em que Jesus inaugurara a sua missão pública, e que, avolumado, engrossado, organizado, se transformará numa coalisão oculta, estabelecida com o fim de resistir à sua acção. A seita farisaica era a alma da conjura. Esses zelosos mantenedores das tradições e dos dogmas, que consideravam a religião como seu privativo domínio, tinham evidentemente levantado a sobrancelha ao verem surgir aquele homem que não era dos deles, que não levava o selo de nenhuma das escolas

---

(1) 29 de Agosto, aniversário da descoberta da sua cabeça em Emeso, cidade da Ásia Menor, em 453.

deles, e que se permitia arrastar as multidões atrás de si. Na Galileia, como em qualquer parte onde houvesse Judeus, existiam desses fanáticos doutores da Lei, ligados uns aos outros através das províncias, como a Santa Liga ou a Franco-Maçonaria, por uma série completa de interesses políticos e espirituais. Tem-se a impressão de que, a princípio, eles observaram Jesus, talvez pensando utilizá-lo para a sua própria seita; depois, de cada vez mais inquietos, os da Galileia deram o sinal de alerta aos amigos e mestres de Jerusalém, e estes enviaram emissários encarregados de fazer espionagem em torno do novo profeta; desde então, notar-se-á constantemente esse grupo no plano de fundo dos episódios evangélicos: perguntas insidiosas, armadilhas de todas as espécies, intrigas, e, em breve, a conspiração homicida, tudo será obra de tal grupo.

São Marcos (II e III) e São Lucas (V e VI) reuniram, em relato seguido, cinco episódios nos quais se manifesta a sistemática oposição de Jesus aos Fariseus: São Mateus (IX e XII), separou-os. A verdade, em todo o caso, mantém-se: sempre que se lhe oferece oportunidade, o Messias deixa ver claramente que a sua doutrina nada tem de comum com os sofismas e as argúcias dos escribas, cujas prescrições estéreis ele despresa com plácida segurança.

Uma vez — era exactamente no começo do seu aliciamento, pelos fins de Maio ou princípios de Junho de 28 — falava Jesus, numa casa amiga, de Cafarnaum. Estava presente a delegação dos doutores e dos escribas, interrogando-o, e escutando-o com reserva: lá fora, a multidão agitava-se. Como sucede em Lourdes, maqueiros traziam paralíticos, em busca de milagres. Quatro deles [1] que não se podiam aproximar do homem que operava as curas, tiveram a ideia de subir, com o doente, pela escada exterior que levava ao telhado: muitas casas de Hauran ainda hoje apresentam um tal dispositivo. Feitas dum fraco adobe, estendido numa espécie de esteiras vegetais, que, por seu turno, assentam em ramos de palmeiras ou canas, atravessados duma

[1] Essa indicação precisa de «quatro» carregadores é um sinal de observação directa. Foram buscar o doente ao leito; não houve, sequer, tempo para o colocar sobre uma padiola: por isso foram precisos quatro homens (*Marcos*, II, 3).

trave para a outra, os terraços do Oriente são pouco resistentes. Soçobram muitas vezes sob o peso duma chuva de trovoada. Para os carregadores do paralítico foi coisa fácil abrir um orifício no revestimento do telhado e, pela brecha, fazer baixar o enfermo, como um fardo, até ao aposento em que Jesus estava. Não desagradou a este último tão indiscreta solicitação, na qual viu apenas um demonstração de Fé. E disse: «Meu filho, os teus pecados estão perdoados!» A frase, sem dúvida nenhuma, fora pronunciada com vista aos Fariseus. Estes estremeceram. Que tinha dito aquele homem? Só Deus pode absolver dos pecados! Aquilo representava uma blasfémia. Jesus, porém, lia-lhes nos corações. A sua curta frase servira apenas para lhes fazer sentir quem ele era, ainda que se obstinassem em recusar compreender. Ao Deus vivo não é mais difícil curar aquele doente assim dobrado pela dor, do que apagar os erros dos pecadores! «Levanta-te, disse ao paralítico, toma o teu grabato e vai para tua casa!»

Pouco depois, Jesus passava à beira do lago, seguido pelos seus. Cafarnaum, cidade fronteira, tinha inúmeros postos de portagem onde permaneciam numerosos guarda-barreiras, malsins e outros «caça-dinheiros» oficiais. Estes «publicanos» nada tinham a ver com os grandes concessionários dos impostos que, em nome de Roma, exploravam as províncias. Eram empregados subalternos, dos quais não há razões para pensar que tivessem todos falta de consciência, mas que, por participarem nas exacções dos Tetrarcas e dos Romanos, e servirem senhores odiosos, eram também profundamente detestados. Uma convenção talmúdica coloca no mesmo pé «os assassinos, os salteadores e os publicanos». O menor contacto com eles, segundo os preceitos farisaicos, tornava impura qualquer pessoa, e gosavam de tão terrível reputação que São Marcos e São Lucas, ao contarem a cena, deram ao herói o nome de Levi — nome que não figura na lista dos Apóstolos — enquanto, humildemente, o primeiro evangelista esclareceu que se tratava dele próprio, São Mateus, o publicano (1). Passando, pois, diante do posto de portagem, Jesus lançou a um dos empregados aquele mesmo olhar com que tinha trespassado Natanael, e logo Levi-Mateus se levantou

(1) Talvez tivesse ambos os nomes.

para o seguir. Que escândalo entre os puros! Mas isto não foi tudo: o profeta aceitou de comer à mesa desse novo discípulo — famoso alistamento! — em companhia de pessoas da mesma condição!

O que, para os Fariseus, havia, em Jesus, de irritante, era aquele seu modo de passar tranquilamente por cima de todos os preceitos, que eles consideravam sagrados. Censuram-no por se ter deixado comprometer com aqueles abomináveis publicanos? Ele responde-lhes com lógica serena: «Não são os que têm saúde que precisam de médico, mas os doentes; e eu não vim chamar os justos, mas os pecadores!» Perguntam-lhe como deve explicar-se que, praticando os Fariseus e até os discípulos do Baptista, severíssimos jejuns, os de Jesus não se importem com isso? Ei-lo que transcende a questão e a transfigura de tal modo que ela já não se parece com coisa alguma, e, pelo menos, não se parece com o que se ensina na escola rabínica! O único jejum legal, a bem dizer, era o da festa da Expiação, a que se juntavam algumas vezes outros jejuns ocasionais ordenados pelo Sinédrio ou pela Sinagoga, para *resgatar* uma calamidade ou assinalar um aniversário; mas jejuns e abstinências, as «lâminas cortantes» tinham-nos estabelecido, a propósito de tudo! Todas as segundas e quintas-feiras do ano, era vê-los vestindo roupas tristes para demonstrarem bem que ofereciam a Deus o sacrifício duma fome devoradora; os primitivos cristãos, a fim de se distinguirem melhor deles, vão proibir que se jejue nesses dois dias. Jesus teria podido replicar com argumentos, discutir, invocar a Lei. Não. Limita-se a responder, decerto apenas para os seus fiéis, — pois predisse aí o seu próprio destino: «Estarão os amigos do esposo acostumados a jejuar durante a boda? Mais tarde, quando ele lhes tiver sido arrebatado, chegará o tempo do jejum». A seguir acrescenta, com ironia manifesta: «Cose-se um pedaço de pano novo num vestido já usado? O bocado novo levaria parte do velho e o buraco ficaria muito pior! Deita-se vinho novo em odres velhos, para que a fermentação os faça rebentar?» Farrapo velho, e odre prestes a estoirar? Seriam as observâncias farisaicas que tais palavras de mofa procurariam atingir?

Ainda não se tratava senão de preceitos, necessàriamente veneráveis, mas que, falando com franqueza, não eram de rigo-

rosa observância. Mas até os mandamentos mais absolutos da Lei, Jesus parecia atacar, com a maior sem-cerimónia! De todas as instituições codificadas por Moisés era à do descanso semanal que os Fariseus davam mais valor. A propósito do Sábado, tinham, à compita, meditado, criticado, aperfeiçoado, acrescentado de novo! No Talmude, o tratado que se ocupa do assunto, enumera nada menos de trinta e nove grupos de acções que o repouso do Senhor proibe, entre as quais as de escrever mais que duas letras do alfabeto, desamarrar um nó, ou transportar um embrulho a distância superior a dois mil côvados. Era discutível a permissão de comer ovos que fossem postos ao sábado, mas não havia dúvidas de ser defeso, nesse dia, trazer dentes postiços ou fazer-se acompanhar uma pessoa, de mais de três amuletos, a saber: um canino de raposa, um ovo de locusta, um prego de enforcado. Basta citar ao acaso quaisquer destas disparatadas prescrições para se compreender por que motivo Jesus pretendia regressar ao campo do bom senso. «Não se pode, aos sábados, cortar ramo nem folha, nem tão-pouco colher fruta», dizia um preceito doutoral. Como os discípulos de Jesus tivessem, naquele dia, esmagado algumas espigas para as comer, logo os Fariseus vociferaram: — Vedes! É proibido e, no entanto, eles praticam-no! Parece-nos ouvir a voz tranquila, talvez um pouco desdenhosa, responder-lhes: «Quando David sentiu fome, não comeu o pão de proposição reservado exclusivamente aos sacerdotes? (I, *Samuel*, XXI). Sabei, então, que o Sábado foi feito para o homem e não o homem para o Sábado!» Este género de argumentos, que faz um apelo à humanidade, alcança reduzido êxito, com os maníacos dos ritos. E, por isso, ainda mais indignados ficaram. E quando, para cúmulo de tais provocações, Jesus fizer, num dia de Sábado, o milagre de restituir a um desgraçado o uso do braço inteiramente mirrado, então, nenhuma dúvida, nenhuma hesitação podem restar em seus espíritos: «Saíram e foram combinar com a gente de Herodes, a forma de fazer com que Jesus se perdesse».

Assim, desde o momento em que começara a revelar a sua mensagem, Cristo encontrara-se em oposição com os conformistas do seu tempo. Mal se ergue, ele aparece, segundo a sua própria fórmula, como «símbolo de contradição». O conluio que, na Páscoa do ano 30, conseguirá levá-lo ao suplício, pode

dizer-se que se estabelecera no próprio momento em que os Fariseus descortinaram o fim que ele tinha em vista. Os partidários de Herodes, seus adversários, aos quais os Doutores haviam ido solicitar uma aliança contra Jesus, podiam combatê-lo por motivos políticos, visto recearem a agitação que ele suscitava; mas, com os Fariseus, o caso era muito diferente: combatiam, em Jesus, aquele que se dizia Deus. Um longo episódio contado por São João *(João,* v, 1, 47), mostra o facto claramente. Jesus subira a Jerusalém para uma festa, sem dúvida que a do Pentecostes. Dirigira-se a uma piscina do bairro de Bezetha, junto da porta por onde eram conduzidas para o Templo as ovelhas da oblação: rodeada por quatro pórticos e cortada, na parte média, por um quinto ([1]), essa piscina constituia um lugar de reuniões e de má língua. Mas os Judeus atribuíam às suas águas virtudes curativas: quando nelas se produzia um borbolhão, o primeiro doente que pudesse lançar-se à piscina ficava infalìvelmente curado, exactamente como os que se banhavam no poço misterioso que, segundo se dizia, jorrava mesmo ao centro do lago de Tiberíade. «Um grande número de doentes, de cegos, de coxos, e de paralíticos, jazia sempre ali, esperando o jacto de água. E havia um homem que ali estava, ia para trinta e oito anos. — Queres sarar? pergunta-lhe Jesus. — Senhor, respondeu aquele, não tenho ninguém que me atire para dentro da piscina, quando a água se agita: chego sempre em segundo lugar. — Levanta-te, pega na tua enxerga, e caminha! manda Jesus. E, no mesmo instante, o homem ficou são. Ora, foi precisamente num sábado que tal aconteceu...»

O incidente, em si, nada tem que não recorde aqueles

([1]) Esta piscina de cinco galerias pareceu muito misteriosa. Seria, acaso, pentagonal? Isso parecia extravagante. Certos defensores do simbolismo pretendiam ver nos cinco pórticos uma alusão aos cinco livros da Lei, e na piscina, uma alusão a Israel. Mas o arquitecto francês Mauss descobriu-a no solo da Igreja de Santa Ana, e demonstrou que, muito singelamente, se tratava apenas dum rectângulo alongado, cercado de colunatas, e cortado a meio por uma quinta galeria. O conjunto mede 90 metros por 40. Hoje, ao longo do corredor que leva às excavações afixaram o texto da narrativa evangélica do milagre, reproduzido em 102 línguas ou dialectos. Pormenor precioso: a tradução em «tifinar», que é a língua dos Tuaregs do Hoggar, deve-se a Charles de Foucauld.

que acabamos de ver desenrolar-se. E a cólera escandalizada dos Fariseus de Jerusalém é, bem entendido, igual à dos colegas galileus. Mas Jesus, por uma razão que se ignora — talvez para preparar o caminho àquele que deverá, mais tarde, surgir na Cidade Santa — aproveita o ensejo para esclarecer a sua posição. Aos que o censuram por ter violado o sábado, replica: «O Meu Pai procedeu até agora: chegou a minha vez de proceder eu!» Não havia ele dito sucintamente aos Fariseus da Galileia que «o Filho do homem era senhor do Sábado»? Agora, usa de linguagem mais precisa: ele mesmo é o testemunho, o enviado do Pai, de quem ainda se hão-de ver «obras maiores que aquelas»! Os que dormem no sepulcro erguer-se-ão quando Jesus os convocar. E o Juízo Final virá por intermédio dele, Jesus. Essa lei, que os Fariseus estudam sem cessar, não a compreendem: o verdadeiro intérprete, é ele, Jesus Cristo, é o Messias. O próprio Moisés, de quem igualmente já não observam os preceitos, os acusará, porque lhes falta o espírito da fé, assim anquilosados e tolhidos, como estão, no seu orgulho e na sua vaidade gloriosa! A oposição não é, por conseguinte, fortuita, mas substancial. Ou os adversários de Jesus o aceitam e se convertem, ou têm de o combater até à morte. Este é um facto que mesmo hoje se pode fàcilmente compreender: em face do problema religioso, é essa a eterna alternativa do pensamento humano; antes mesmo de nascer, a Igreja de Cristo tinha descoberto o terreno em que teria de sustentar os seus combates.

As outras resistências à pregação do Messias são, em muitos aspectos, menos fortes; e não comprometem tão profundamente o que é basilar. Um incidente que São Lucas refere logo a seguir à leitura feita por Jesus na Sinagoga de Nazaré ([1]), mas que, de harmonia com as indicações de São Marcos e São Mateus, parece mais lógico distanciar alguns meses desse episódio (*Lucas*, IV, 22, 30; *Marcos*, VI, 1, 6; *Mat.*, XIII, 54, 58), pertence a certo género de oposições e de misérias que tantas vezes encontra em seus familiares quem está animado dum grande desígnio. Regressado a Nazaré, Jesus foi rodeado pelos seus compatriotas e por eles solicitado: «As

(1) Ver acima, pág. 233.

coisas extraordinárias que, segundo ouvimos contar, realizastes em Cafarnaum, fazei-as aqui de novo, no vosso país natal!» Pela resposta de Jesus pode imaginar-se o tom de azedo ciume em que terá sido feito este pedido. O Messias não foi enviado apenas aos homens que vivessem junto dele. Também Elias, o grande profeta, não abasteceu, nos anos de fome, apenas os lares do povo eleito, mas também o de certa humilde viúva da Fenícia, em Sarepta, junto a Sídon; e, igualmente, primeiro que os leprosos de Israel, foi ao sírio Naaman, um estrangeiro, a quem ele curou. Tais palavras não eram, talvez, próprias para agradar aos Judeus, persuadidos como estavam de lhes pertencer o monopólio da salvação. Foi profunda a decepção que tiveram; Jesus, entre eles, não operava milagres [1] e, para cúmulo, ainda lhes anunciava que outras nações seriam chamadas a comparticipar da glória de Israel! Por isso, «dominados pela cólera, empurraram-no para fora da cidade e levaram-no até uma escarpa do planalto, sobre o qual a cidade se encontra situada, para o precipitarem no abismo. Ele, porém, passando pelo meio deles, retirou-se». O texto sugere como que uma súbita e milagrosa desaparição.

A dois quilómetros a sudoeste de Nazaré, pode ver-se a escarpa — aliás, não muito alta — da qual os Judeus teriam querido precipitar Jesus. À ilharga, uma Igreja moderna, — denominada *Nosse Senhora do Pavor*, e que ocupa o local duma capela antiga, anterior ao século IX, — recorda certo episódio lendário. Maria, ouvindo vociferar contra o filho, correra na direcção em que a turba havia partido; ao chegar ao local onde está hoje a Igreja, viu que o povo regressava muito exaltado, mas sem Jesus. Persuadida de que o filho havia sido morto, encostou-se ao rochedo, desfalecida e cheia de terror: a pedra abriu-se e deu-lhe abrigo.

«Ninguém é profeta na sua terra!» diz o provérbio em que a sabedoria das nações resume este evangelho. Se já é raro que um génio seja compreendido pela família, mais raro é ainda que o seja pelos seus concidadãos! Para aqueles al-

---

(1) «Por causa de tanta incredulidade» — salienta São Mateus (XIII, 58), notação que convirá reter no estudo do processo dos milagres (Ver adiante, Cap. VII, sub-título: O problema dos milagres).

deões de Nazaré, quem era esse Jesus, senão um dos deles, perfeitamente semelhante a qualquer outro? Só a mãe guardava no coração o mistério do seu nascimento. A atitude tomada pelos compatriotas de Jesus e até pelos seus parentes, tem o enorme interesse de fazer sentir bem até que ponto ele era, ou parecia ser, um homem como os outros, visto que a sua humanidade só se deixava conhecer por aqueles que privavam com ele. E que pensariam as pessoas da sua família, os seus numerosos primos, por exemplo? Pensavam, simplesmente, que tanta agitação poderia com o tempo ser muito prejudicial e que não era prudente dar tanto que falar de si. Será esta, pouco mais ou menos, a opinião da Senhora Mãe, a respeito da actividade de seu filho Napoleão! E eles partiam repetindo aquilo que muitas e boas línguas lhes diziam: «Jesus está louco!» *Meschugge!* a palavra com que tinham sido contemplados numerosos profetas do Antigo Testamento. Chegaram até a pensar em apoderar-se dele para o esconderem *(Marc.*, III, 20, 21).

A desagradável cena resulta numa lição extraordinária. Jesus conhece aquela hostilidade determinada pelas suspeitas e prudências da família. Ao primeiro ensejo, porá tudo em seu lugar. Quando, num dia em que prega, lhe vêm dizer que «estão ali a mãe e os irmãos que querem vir ter com ele», responde: «Quem é a minha mãe, quem são os meus irmãos?» E, passeando o olhar sobre aqueles que, sentados em sua volta, o escutam: «Eis a minha mãe e os meus irmãos. É meu pai, e meu irmão e minha irmã todo aquele que faz a vontade de Deus». Para quem pretenda viver da vida do espírito os laços de família são um inútil entrave; e, na Igreja que nascerá do Evangelho, serão «irmãos» quantos tiverem aceitado os mesmos riscos, recebido igual baptismo, e viverem dum mesmo amor *(Marcos,* III, 31, 35; *Mateus,* XII, 46; *Lucas,* VIII, 19).

A «verdadeira família» do Cristo

Encontram-se, em toda a narrativa evangélica, esses fervorosos entusiastas que consolavam Jesus das hostilidades farisaicas, e da incompreensão dos seus compatriotas: eles são os precursores dos fiéis da Igreja, e é nas suas fileiras que virão

a recrutar-se os primeiros cristãos. O Evangelho, vezes sem conta, fala das «turbas»; não é fácil calculá-las em número; segundo algumas indicações, como aquela que é dada a propósito da multiplicação dos pães, poderão admitir-se alguns milhares de indivíduos, o que é considerável para um tão modesto país. Eles provinham de toda a parte; em primeiro lugar, das diferentes cidades da Galileia: Cafarnaum, Magdala, Bethsaida, Corozaim, e até daquelas em que dominavam estrangeiros, gregos e romanos, — como Tariqueia e Tiberíade; mas também de muito mais longe. Ao longo do texto evangélico vêem-se aparecer Judeus da Judeia, de Panias e da Traconítida, Idumeus que acorreram das suas estepes, Fenícios de Sídon e de Tiro, Transjordânios e gente da Síria. «A sua fama espalhava-se sem cessar *(Lucas,* VI, 18) e o povo vinha em ranchos numerosos, para o escutar e ser curado dos seus males» *(Marcos,* IV, 24).

E de que espécie de gente se compunham essas multidões? Decerto que de elementos muito humildes. Di-lo São João claramente quando refere a discussão que precedeu o conluio contra Cristo: «Há alguém entre os Príncipes do Povo que tenha crido nele? inquiriam os Fariseus. Há alguns entre os Fariseus? Esta populaça ignorante da Lei, é uma gentalha maldita!» *(João,* VII, 48, 49). Não há dúvida, portanto: as «pessoas bem» eram raras entre os partidários do Messias, pouco dispostas como estavam a tudo jogar para o seguirem, e a maioria era composta pelo «vulgo», por esses *am-ha-arez* que o orgulho dos Doutores feria até ao íntimo da alma. Aos «Justos» dirá Jesus: «Os publicanos e as meretrizes vos levarão a dianteira para o Reino de Deus» *(Mateus,* XXI, 31). E àquele Messias que se rodeava de tão má gente, parecerá natural dar-lhe como parceiros no martírio dois malfeitores dos mais vulgares — dize-me com quem lidas...

Por vezes, um dado parágrafo evangélico permite-nos penetrar na psicologia de tais fiéis: é o que se dá com o episódio do centurião, e com o da pecadora inominada. Era em Cafarnaum, pouco depois do Sermão da Montanha; Jesus voltava para a cidade, quando uma delegação de Judeus veio ao seu encontro. Eram mandados pelo centurião daquela zona, que comandava o posto militar: oficial de algum corpo auxiliar romano, ou mercenário ao serviço de Antipas, o homem estava, no entanto, dominado pelos santos princípios da disciplina le-

gionária: decerto algum antigo soldado, saído das fileiras, elevado ao comando modesto duma companhia, em que a vara de videira, símbolo da sua autoridade, fazia o papel de bastão de marechal, mas que, naquela terra de província, fazia figura de grande personagem. Mantinha com os Judeus amistosas relações. «Merece que por ele se faça alguma coisa, dizem a Jesus os Anciãos que dele lhe falam, e merece porque quer bem ao nosso povo e até edificou a nossa sinagoga». Talvez se tratasse dum desses «tementes a Deus» (1) que, sem entrarem, por completo, para as comunidades israelitas e, sobretudo, sem aceitarem a circuncisão, se deixavam penetrar pelas crenças monoteístas e seguiam a Lei.

O servo do centurião encontrava-se doente: Não poderia Jesus ir visitá-lo e pô-lo bom? Acedendo a tal pedido, Jesus encaminhava-se para a morada do soldado, quando uma segunda embaixada chegou à sua beira. O centurião fora assaltado por um escrúpulo terrível. Ele, homem sem importância, pagão sem merecimentos, poderia deixar que o profeta magnífico se incomodasse por sua causa? E mandava-lhe dizer: «Senhor, não sou digno de que entreis sob o meu tecto; não me sinto, sequer, digno de me aproximar de vós; dizei, porém, uma palavra e o meu servo ficará bom». Esse homem não diz a Jesus: «Intercede no sentido de curar o meu escravo», mas sim: «Ordena», de tal modo é grande a sua fé. É que ele conhece muito bem o poder duma ordem, e o mesmo impulso interior que o faz acreditar na disciplina militar, fá-lo crer também em Cristo. «Eu, esclarece ele, sou um homem sujeito ao governo; tenho chefes e tenho soldados. Quando digo a qualquer dos meus homens: — Vai!, ele vai; — Vem!, ele vem. O centurião pensa: — Basta-vos fazer o mesmo comigo, Senhor!» E Jesus, maravilhado com esta plena confiança, respondeu: «Nem mesmo em Israel encontrei tão grande fé!» (*Lucas*, VII, 1, 10; *Mateus*, VIII, 5, 10, 13) (2).

---

(1) Ver, mais atrás, pág. 186.

(2) Seguimos aqui o texto de São Lucas, por ser mais completo; em São Mateus, o Centurião vem pessoalmente falar a Jesus. Sabe-se bem quais são as palavras do Centurião: «*Domine non sum dignus*...» que a Igreja católica põe nos lábios dos seus padres e dos seus fiéis, no momento em que

Um pagão, portanto, um desses ímpios que os Fariseus declararam «piores que animais, e indignos de toda a piedade», esse é o homem que Jesus acolhe em seu seio. Para chegar a Deus não há melhor estrada do que aquela em que a alma se deixa conduzir pela fé e humildade. E eis agora, — cheio de idênticas virtudes, que são ainda as primitivas virtudes cristãs, — um outro desses seres desprezíveis para os quais os Doutores e os Escribas não tinham desprezo suficiente. Um Fariseu chamado Simão convidou Jesus para comer à sua mesa; por curiosidade, talvez a fim de o observar de perto. A refeição decorreu correcta, porém fria. O conviva não fez esforços para agradar àquele homem insignificante: este, contràriamente ao que era de uso, não lhe lavou os pés, nem lhe ungiu a cabeça com óleos perfumados, nem tão-pouco lhe deu o ósculo da paz. Enquanto Jesus come, estendido na cama pouco alta, apoiado no cotovelo esquerdo, os pés descalços voltados para a parede, entra uma mulher na sala da refeição. O costume oriental permite a entrada quase livre nas casas, mas os doutores de Israel proscrevem, consoante se viu, todo o contacto entre homens e mulheres, e, então, o contacto com esta mais ainda que em relação às outras, a sua presença é sobremodo indesejável, pois se trata da pecadora do lugar, conhecida por todos, em virtude dos seus desmandos. Ela aproxima-se de Jesus, levando um vaso de alabastro, cheio de perfumes; ajoelha-se-lhe aos pés. Que intenção a guia, qual a amargura que na alma lhe palpita? Rebentam-lhe as lágrimas, que lhe correm pela face e se misturam ao perfume que derrama para ungir o Salvador; violentamente agitada, desprende os cabelos, e com eles

---

recebem a hóstia na comunhão. Sabe-se também que este magnífico episódio em que, pela mesma razão que o fizera ser soldado, um homem se decide a chamar Deus, determinou que Ernest Psichari, neto de Renan, se fizesse católico. Ele imortalizou o símbolo no seu livro célebre: *«Le voyage du Centurion»* (cf. Daniel-Rops, *Psichari*, Paris, 1942). Tem-se observado que, em todo o Novo Testamento, os centuriões são apresentados sob uma luz favorável. Por ocasião da Paixão, o centurião que presidiu à execução de Jesus exclamou: «Com efeito, ele era o filho de Deus!» *(Mateus,* XXVII, 54); o primeiro pagão a converter-se, será o centurião Cornélio *(Actos dos Apóstolos,* X) e quando São Paulo for conduzido a Roma sob prisão, o centurião Júlio, encarregado de o acompanhar, mostrar-se-á um bom amigo *(Actos,* XXVII).

enxuga os pés de Cristo, os quais beija perdidamente. Irónicos e desdenhosos, entreolham-se os convivas. Então, aquele que lê nas almas, toma a palavra. Dirigindo-se ao anfitrião, declara: «Simão, tenho alguma coisa para te dizer. — Falai, mestre! — Um credor tinha dois devedores, um de quinhentos dinheiros e outro de cinquenta, ambos eles insolventes. Perdoou aos dois. Na tua opinião, qual deles ficaria a querer-lhe mais? — Creio que teria sido aquele, diz Simão, a quem foi perdoada a maior soma. — Julgaste bem, replicou Jesus; repara, então, nesta mulher!» E a lição, profunda, continua. A ele, Simão, que é um justo e um homem de bem, não tem o Messias muito a perdoar: e seria isso uma razão para lhe mostrar tão pouco amor? Mas aquela mulher, aquela desgraçada, veio junto dele suplicante, com todo o fervor da sua alma infamada, evidentemente, de pecado, mas, ao mesmo tempo, cheia de arrependimento e de ternura. Mais do que a rígida certeza de estar no bom caminho, o que comove o coração de Deus é o sentimento da miséria interior, que só o amor consegue mitigar. «A tua fé salvou-te, disse Jesus para a mulher. Vai, pois, em paz!»

A cena é tão pura e comovente que dá vontade de repetir, à guisa de comentário, a frase de São Gregório o Grande: «Quando a contemplo, apetece-me emudecer e chorar». Naquela infeliz, a quem o simples sentimento da sua desgraça bastou para a conduzir à salvação, quem quer pode reconhecer a sua alma se não estiver cego pelo orgulho dos «justos»; Papini vê, nas lágrimas que ela chorou, a água simbólica do baptismo com que resgatou a virgindade, e Mauriac, — que tão brilhantemente dissertou a tal respeito, — julga perceber, na misericórdia de Jesus para com a referida pecadora, o reconhecimento dessa espécie de beleza trágica que existe nas piores paixões carnais, quando são vividas com o risco de tudo, quando comprometem as criaturas em todo o seu absoluto. Em todo o Evangelho não há página mais comovedora, e São Lucas, único evangelista que narra o episódio (VII, 36, 50), nunca mereceu com mais razão o epíteto com que Dante o qualifica: *scriba mansuetudinis Christi* (1).

---

(1) Os outros três evangelistas (*Marcos*, XIV, 3, 9; *Mateus*, XXVI, 6, 13; *João*, XII, 1, 8) referem à data de sábado, véspera dos Ramos, uma

Existiam decerto muitas outras almas idênticas — dessas almas fervorosas em que a palavra do Messias operara totais metamorfoses, — entre aquelas multidões que o seguiam ao longo das estradas, através das colinas e pelas margens do lago. Nem todas, porém, eram de fiéis, e, como sempre sucede nos grandes movimentos humanos, entre os convencidos encontravam-se os curiosos, os exploradores e até os basbaques tão indiscretos como verdadeiramente indiferentes. Jesus conhece-os a todos, e a todos julga. Porque Jesus não é, de modo algum, desses tribunos populares que procuram com avidez o contacto com as turbas, pelo facto de precisarem, para serem o que são, do erotismo especial que esse contacto lhes dá. Pelo contrário, é vê-lo fugir, vezes sem conta, a essas multidões que o perseguem; esta curta frase reproduz-se constantemente: «Quanto a ele, isolava-se para orar». Ilusões, não as tinha. Dos milagres que realizava, quantos lhes compreendiam o verdadeiro sentido, que é, precisamente, o de demonstrar a sua divindade? Quantos, mais ainda, não viam neles apenas a feição publicitária ou, porventura, uma satisfação de curiosidade? Os homens sentem sempre desejos de ter «avisos do céu»; se os recebem, não lhes ligam importância; mas se Deus lhos recusa, ficam perturbados e descontentes. Por isso Jesus se esconde quando se tenta obter dele milagres de encomenda (*Marcos*, VII, 12). Um charlatão haveria procedido de modo bem diferente.

Se estes primeiros fiéis de Jesus são como que a figura e a semente da Igreja futura, deve reconhecer-se que revelam também certas facetas que, no decurso dos séculos, se encontraram nos cristãos! Ao lado daqueles que vivem, realmente, da fé, e que fazem de cada instante da vida um testemunho, quantos resvalam para a inércia, para a apatia, para a infide-

---

outra unção realizada em condições análogas, mas em Betânia, na Judeia. Pensam alguns comentadores que São Lucas haja apenas deslocado o episódio, mas é da tradição da Igreja ter-se o mesmo facto produzido duas vezes, tanto mais que determinados pormenores são mais precisos na unção efectuada na Betânia. Quanto a saber quem era a pecadora e se deveremos identificá-la com Maria Madalena «da qual saíram sete demónios», se com Maria de Betânia, irmã de Lázaro e de Marta, se até mesmo com as duas ao mesmo tempo, as quais não seriam mais que uma — reservamos o problema para o capítulo em que a segunda unção será apreciada.

lidade manhosa? Estamos a lembrar-nos dos cristãos de hoje que tão profundamente indiferentes assistem à missa sem reflectirem, nem por um segundo, no sacrifício terrível que se supõe que eles estejam a comemorar; e, até, daqueles para os quais a doutrina evangélica não serve senão como justificação de hábitos de conforto, de egoísmo, e daquilo a que se chama a «ordem estabelecida», a respeito da qual eles evitam formular todo e qualquer juízo de valor. Não comparava já Jesus alguns dos que o ouviam, àqueles de quem falava a infantil canção: «Tocámos a flauta e vocês não dançaram; cantámo-vos endeixas e vocês não choraram»? Muitos terão tido, com certeza, «ouvidos para não ouvir, e olhos para não ver», pois que, para o Reino de Deus, «muitos serão chamados, mas poucos escolhidos».

Há mesmo algo de trágico na interpelação que, momentos antes de deixar a Galileia, Jesus fará às povoações a que tanto do seu eu sacrificou. «Ai de ti, Corozaim; ai de ti, Bethsaida! Porque, se os milagres que em vós se consumaram houvessem sido feitos em Sídon ou em Tiro, há muito tempo estas cidades teriam expiado os seus pecados sob o cilício e sob a cinza. Em verdade vos digo que, no dia do juízo, haverá menor rigor para aquelas cidades pagãs que para vós. E tu, Cafarnaum, erguida até ao céu, tu serás abatida até ao abismo, porque, se os milagres de que os teus muros foram testemunhas se tivessem operado em Sodoma, esta cidade ainda hoje existiria!» (*Mateus*, XI, 21, 24). Os séculos confirmaram a profecia da vingança; de Cafarnaum e Bethsaida, não restam senão ruínas, e apenas alguns vestígios dessa Corozaim, que a tradição lendária indica como futura pátria do Anti-Cristo. É uma tarefa difícil a de conduzir homens, — e cheia de decepções; Yahweh havia-o experimentado; e Jesus, a quem todos abandonarão na hora do suplício, sabê-lo-á em demasia.

Enfim, forçoso é confessá-lo, mesmo entre os melhores e os mais fiéis estavam surgindo capciosas tentativas que Jesus foi obrigado a combater. Se tinham um chefe e mestre, por que razão não fariam dele rei? Porque não realizariam, com ele, o velho sonho judaico dum Messias glorioso, dum libertador do território que, em triunfo, fosse conduzido a Jerusalém para aí, como rei, ser sagrado? Tem-se até a impressão, logo a partir da primeira multiplicação dos pães, duma explosão nacionalista

resultante duma espécie de conjura a que deveriam andar associados mais ou menos os Apóstolos, e cujo fim seria promover um motim político e fazer çoroar Jesus. O modo como ele evita essa aventura, como obriga os discípulos a embarcar, e como, em seguida, despede a turba, conta-o São Marcos, sem rodeios *(Marcos,* VI, 45) e é uma prova concludente. Não será aquela a única vez em que esse perigo secreto se há-de manifestar. Pelos séculos fora continuará a ser tentação das Igrejas confundir o reino da terra com o do céu; confundir, com essa autêntica grandeza que só a humildade e o silêncio podem comprar, o poder e os seus efémeros esplendores.

Os Apóstolos

Para dirigir aquelas massas humanas que passariam a viver segundo a sua lei, escolheu Jesus alguns auxiliares. Parece tê-lo feito bastante no início da sua carreira pública e, certamente, logo que os ataques dos adversários o advertiram de que seria necessário preparar o futuro, — preparar o tempo em que, desaparecido ele, a obra teria de continuar sòzinha. Esta instituição do colégio dos Apóstolos, criada pelo próprio Cristo, é duma notável importância; sabe-se que os filósofos gregos e os antigos profetas de Israel até João Baptista tinham tido discípulos que repetiam os seus ensinamentos, mas esses não eram delegados do mestre e investidos na sua autoridade. Uma escola como a estóica era composta por indivíduos isolados, imbuídos dum mesmo espírito, mas independentes (1). A Igreja, recém-nascida, tem já os seus mentores; mais tarde, ver-se-á o fundador criar um corpo de apóstolos, como seus lugares-tenentes, — os «setenta e dois», esboço dos quadros futuros, — e dar-lhe, para garantir sòlidamente a construção, um fecho de abóbada, um chefe único. Este carácter de sociedade hierárquica mantida até nossos dias no catolicismo, é visível històricamente no Evangelho: é vão discuti-lo.

Das três passagens dos sinópticos que referem tal apelo,

(1) Apenas os neopitagóricos tinham, talvez, um embrião de hierarquia, uma espécie de Igreja.

pode extrair-se o texto que se segue: «Jesus retirou-se para a montanha e passou a noite inteira, orando a Deus. Quando foi dia, mandou vir junto de si aqueles que escolheu, dos quais indicou doze como seus colaboradores, chamando-lhes apóstolos e dando-lhes poder sobre os espíritos impuros e sobre os doentes» (*Mateus*, x, 1; *Marcos*, III, 13; *Lucas*, VI, 12). A cena é bela: Jesus meditando toda a noite na resolução que vai tomar, recebendo a inspiração do Pai do céu, para a selecção que prepara, e depois aqueles homens que trepam ao planalto e se reunem em volta do Mestre, o qual, de entre eles, escolhe os preferidos. O lugar é isolado e austero; o apelo reveste-se de solenidade. Observa-se que, nessa conjuntura, só a vontade de Jesus está em jogo; só ele decide. Nas grandes vocações, é Deus quem para si conquista as almas, às quais nada pede senão uma aceitação dócil e humilde. «Não fostes vós que me escolhestes, mas sim eu que vos designei e estabeleci!» (*João*, xv, 16) dirá Jesus aos seus homens. Já André e João, nas águas do Jordão, e depois Simão-Pedro, e ainda mais tarde Filipe e Natanael, já esses não tinham escolhido!

O nome de *apóstolo*, em grego: *apostolos*, traduz exactamente o arameu *shaluhah* que significa «enviado». Denominam-se assim os delegados que o Sinédrio podia encarregar de quaisquer missões junto das comunidades longínquas. São Marcos, São Mateus e São João pouco empregam o termo, dizendo apenas «os discípulos» ou os «doze». Foi São Lucas que, no seu evangelho e nos *Actos dos Apóstolos*, o tornou usual: não admite dúvida que, entre *discípulo* e *apóstolo*, há uma certa gradação, um dado progresso nos votos respectivos, e que os indivíduos designados pelo segundo dos aludidos termos são mais alguma coisa do que meros discípulos. Quanto ao número de doze, foi decerto, fixado pelo próprio Jesus: após a traição e a morte de Judas, os onze sobrevivos terão o cuidado imediato de substituir o infiel para reconstituir a coorte: e elegerão Matias. E que o número tenha um significado simbólico, parece difícil pô-lo em dúvida: «Estareis sentados em doze tronos, a julgar as doze tribos de Israel» (*Mateus*, XIX, 28), prometerá Jesus aos seus Apóstolos: e esse é um dos pontos em que condizem o Velho e o Novo Testamento.

A lista dos doze é dada três vezes nos Evangelhos e uma

nos *Actos dos Apóstolos (Mateus,* x, 2, 4; *Marcos,* III, 16, 19; *Lucas,* VI, 14, 16; *Actos,* I, 13), mas é impossível fazer coincidir exactamente essas enumerações duas a duas. Se Pedro é sempre citado em primeiro lugar e Judas em último, se Filipe e Tiago, filho de Alfeu, ocupam os mesmos lugares nas quatro listas, as complicações resultam do facto de ser exíguo o número de nomes próprios, de uso corrente entre o povo judeu, pelo que, sendo frequentes os homónimos, eram necessários os sobrenomes. Assim, Judas, homónimo de outro Judas, é por vezes designado como Tadeu, «de peito forte», ou Lebeu, «de grande coração», enquanto o outro, o traidor, é chamado «Iscariote». A lista tradicional estabelece-se assim: Simão-Pedro, seu irmão André, Tiago dito o Maior, e João, ambos filhos de Zebedeu, Filipe, Bartolomeu, isto é, Natanael, Tomé, Mateus o publicano, Tiago dito o Menor, filho de Alfeu, Judas ou Tadeu, Simão cognominado «o Zeloso» e Judas, o que traiu.

No Evangelho, não aparecem todos iluminados de igual maneira. De vários, até, não conhecemos mais que um nome, às vezes uma alcunha que define uma faceta, moral ou física. Assim sucede com Simão, o homónimo de Pedro, do qual não se sabe exactamente se foi chamado «Zeloso» porque tenha posto na missão um ardor de que, infelizmente, o Evangelho não apresenta vestígios, ou porque tenha pertencido à seita política dos «Zeladores»; por vezes, vemos que o chamam «Cananeu», talvez por confusão com «Qanâna» que, em arameu, significa «Zelote». E, de igual modo, esse Tiago Menor, que deveria ser pequeno de estatura; Hegesipo, escrevendo por alturas de 70, falará dum Tiago que foi «Názir», isto é, consagrado a Deus, o qual não bebia vinho, não comia carne, não se deixava tonsurar nem ungir, não tomava banho, e, à força de orações, tinha «a pele dos joelhos mais endurecida que a dos camelos», mas diversos autores perguntam se esse «irmão do Senhor», que mais tarde será chefe da Igreja de Jerusalém, é realmente o que foi Apóstolo.

Em compensação, porém, como é fácil reconstituir as características humanas, a personalidade, daqueles de quem nos fala o Evangelho! Uma das provas mais surpreendentes da veracidade da Escritura é justamente essa variedade na pintura dos caracteres: um leitor de romances não poderá deixar

de se sentir impressionado. Numa página admirável do Breviário do Rei Renato, que está na Biblioteca Nacional de Paris, o miniaturista representou Jesus no meio dos Doze: a diversidade dos temperamentos transparece nas feições que este desconhecido do século xv desenhou; não há dúvida que o velho artista leu com atenção esse evangelho quadriforme em que Pedro, João, Filipe e Tomé aparecem ao mesmo tempo tão nitidamente diferenciados, e, dum texto para outro, tão constantes!

Temos aqui Pedro. Um coração às direitas, uma alma entusiástica. São Marcos, o seu evangelista, quase sempre que o faz aparecer em cena, sublinha que ele fazia isto ou fazia aquilo «imediatamente». Tem prontos o gesto e a resposta. Não hesita em interrogar Jesus. «Quantas vezes deverei perdoar ao meu irmão, culpado para comigo? Até sete vezes?» E quando o mestre for detido, é ele, apenas ele, que impetuosamente puxará pelo gládio. Notam-se-lhe sentimentos violentos, apaixonados. Quando Cristo vier lavar-lhe os pés na última Ceia, Pedro protestará: «Nunca! — Se te não lavo, diz-lhe Jesus então, não terás parte comigo. — Ah! Senhor, replica logo o apóstolo, então, não apenas os pés, mas igualmente as mãos e a cabeça». Excessivamente Judeu, sob muitos aspectos, tendo dificuldade em compreender devidamente o sentido exacto do Messianismo, e, não obstante, que lealdade, que franqueza, e que dedicação àquele a quem segue! Primeiro da lista apostólica, em toda a parte se vê que procede como um chefe. Chega a suceder andarem os outros desorientados; ele, porém, mantém-se firme. «Quereis deixar-me?», pergunta o Mestre quando o seu ensinamento pareceu «duro» aos seus Apóstolos. — Para quem iríamos, Senhor? Tu tens as palavras da vida eterna!» Foi Pedro quem deu esta resposta, em nome de todos, — como será ele ainda quem há-de declarar a Jesus o pensamento comum que os domina: «E vós, quem dizeis que eu sou? — Tu és Cristo, o filho de Deus vivo!»

E aqui temos os outros. João, «o discípulo que Jesus amava», cujo rosto adolescente se desenha em tantas passagens emocionantes do Evangelho, aquele que repousará sobre o seio do Senhor, que o seguirá, sòzinho, a casa de Caifás e ao Calvário, juvenil figura que matiza de afectuosa amizade a vida mortal de Deus feito homem, e na qual, entretanto, o epíteto

de «filho do trovão», que lhe foi dado por Jesus, designa antecipadamente o evangelista das mais altas revelações, o escritor do Apocalipse, aquele que, em nome dos mártires, proferirá esta frase fulgurante: «Mas enfim, Senhor Santo e verdadeiro, até quando deixarás tu sem vingança o nosso sangue?» *(Apoc.*, VI, 10). Filipe, talvez mais rico de fé do que subtil quanto ao espírito; que nada soube responder quando Jesus lhe perguntou com que pensava ele poder alimentar os cinco mil assistentes, antes do milagre da multiplicação, será quem, durante a Ceia, pedirá a Cristo que lhes «revele o Pai», provocando esta resposta impregnada de tristeza: «Há tanto tempo já que estou convosco, e ainda não o sabes: quem me viu, já viu o Pai...» *(João,* XIV, 8, 9); quanto ao mais, um homem honesto, activo e sociável, maravilhoso exemplo dessa simplicidade, dentre a qual Deus tanto gosta de recrutar os seus santos. E Tomé, cujo nome assumiu o valor dum verdadeiro símbolo, de tal modo ficou célebre a sua incredulidade no momento da aparição de Cristo, esse não é sòmente um desconfiado, um homem cheio de dúvidas e que às palavras de Jesus: «Vós sabeis para onde vou e sabeis o caminho», responde: — «Mas não, nós não sabemos para aonde vais, como podemos nós saber o caminho?» *(João,* XIV, 4, 6); é também um constante e um bravo, e quando os outros apóstolos, aterrorizados, hesitarem em acompanhar o Mestre à Judeia para a suprema viagem, será ele quem dirá, pessimista mas heróico: «Vamos também e morramos lá, com ele!» *(João,* XI, 16).

Dos doze, o mais desconhecido é o último da lista, Judas, o renegado. O seu perfil obscuro comparticipa nos episódios do sacrifício, pelos quais a Salvação se tornará em história: o seu papel é horrível e providencial. A seu respeito, tudo é sombrio e inexplicável. Qual a origem daquele sobrenome de Iscariote? Alguns críticos vêem nele uma marca de procedência, e, segundo certa indicação, aliás contestável, de Flávio Josefo, procuram no sul da Judeia uma aldeia chamada Karioth, onde ele teria nascido. Outros observam que as três consoantes da sua alcunha S. K. R., correspondem, em hebreu, à ideia de «entregar», de «trair», e julgam que tal sobrenome não se referiria senão ao acto derradeiro desse homem. O seu próprio nome de Judas, não seria uma alusão àquele facto certo de serem os Judeus, os «homens de Judá», os verdadeiros respon-

sáveis pela morte do Messias? No entanto, como diz a *Catholic Encyclopedia* de Nova Iorque, «todas as dificuldades textuais e todas as questões de pormenor parecem insignificantes ao lado do enorme problema moral que a queda e a traição de Judas representam». Porque, enfim, este homem, durante dois anos, participou da vida apostólica; ensinou, ele também, as multidões, curou doentes e perseguiu os demónios; e ocupou até, no grupo, um posto de relevo, pois que a bolsa comum lhe estava confiada; todavia, traiu. Porquê? Nenhuma das inúmeras explicações apresentadas são suficientemente probatórias. E, mais misterioso ainda: porque é que Jesus, conhecendo a traição antes mesmo de ela se ter transformado em acto — «Um de vós, dirá ele, é um demónio!» (*João*, VI, 70) — o consentiu no meio dos fiéis? Para tentar compreender um pouco esta alma tenebrosa, apetece recordar esses movimentos incoercíveis que nos arrastam para o mal ao mesmo tempo que lhe sentimos o horror, e lastimaríamos aquele desgraçado por ter sido instrumento duma necessidade fatal, fraco como todos somos em circunstâncias de consequências menos graves. Tertuliano e Ireneu, nos primeiros séculos da Igreja, tiveram de refutar certos exaltados que elogiavam Judas por ter, com a sua perfídia, permitido a Redenção. Por um lado, é Judas evidentemente responsável e culpado; mas, por outro, sem o pecado de Adão, não teria havido Cristo, e, sem o crime de Iscariote, não teria havido a cruz: o mistério escapa-se ao juízo dos homens.

Todos estes apóstolos parecem pertencer à mesma classe social; se não eram verdadeiramente pobres, muito menos eram ricos. «Simples e iletrados», dirão deles os *Actos* (IV, 13). Dos seis primeiros já se viu que eram pescadores-lavradores da Galileia; toda a sua riqueza consiste nas redes e nos barcos. Usufruem uma honesta abastança ganha ùnicamente pelo trabalho. O sétimo, Mateus-Levi, o publicano, tem, certamente, maior cultura, talvez até algum dinheiro, mas não é dum nível mais elevado. Jesus tomou o que tinha à mão. O Espírito sabe, quando quer, transformar as criaturas: era uma espécie de selvagem o cura de Ars, de palavra tão persuasiva; e duma rapariguinha de dezoito anos, Deus fará a psicóloga estupenda da *História de uma alma*, Santa Teresa de Lisieux. O que Jesus pede aos seus colaboradores, nem são as altas virtudes da inte-

ligência, nem as relações úteis: é a abnegação e o carácter, sem o que, nada de grandioso se realiza sobre a terra.

E isso era indispensável para os que concordavam em segui-lo, e para levarem a vida que ele queria que levassem! Não lhes era apenas exigido que renunciassem a tudo quanto até então lhes enchera os dias: a profissão ancestral; a rede ou a charrua; a venda tão animada dos produtos no mercado; os fins de tarde com os amigos, varados os barcos e estendidas as redes, e em que as cavaqueiras se prolongam pela noite cheia de estrelas. Mais custosos rompimentos são-lhes ainda reclamados: as exigências da moral evangélica tornaram-se-nos teòricamente familiares; porém, que transformações não exigiam elas a esses Judeus piedosos, habituados a não ver a religião senão através de prescrições formais, a considerar como virtude o exclusivismo nacional, a esperar o dia da vindicta, e aos quais, sùbitamente, se ensinava uma religião espiritual, o amor dos inimigos e o universalismo mais absoluto!

A existência ambulatória a que, durante dois anos, o Mestre os obrigará, não parecia, evidentemente, tão estranha aos Orientais como a nós, os do Ocidente. No entanto, para seguir Jesus, era preciso renunciar a toda a vida de família; com excepção, talvez, de São João, os doze deveriam ser casados; os *Actos dos Mártires* referem que Simão-Pedro tinha uma filha, e encontra-se em Eusébio a indicação dum neto de Judas (1). De aldeia em aldeia, lá seguiam, portanto. Por vezes, algum amigo abria a sua casa à pequena comitiva; mas, no geral, era necessário comer, ao ar livre, pão com sal, uvas, mel, tâmaras, ou peixes do lago, quando havia vagar de os pescar; e, à noite, dormir sob as oliveiras e sicômoros, com o corpo embrulhado no manto. Na presença do Senhor não tinham eles que tomar a palavra; um discípulo ensinar na presença do mestre, era inconveniência tão grave que o Talmude declarará o culposo incurso em pena de morte; mas, na sua ausência, os discípulos deveriam substituí-lo e transmitir o ensino que dele receberam, e quando as multidões se comprimissem, ansiosas por ouvi-lo, era àqueles que competia rodeá-las, dirigi-las e vi-

(1) Ver anteriormente, pág. 121.

giá-las. Este duplo ministério é ainda, nos nossos dias, o dos bispos, que são, de facto, os descendentes dos Apóstolos.

Para aceitar tão extraordinária mudança de hábitos e essa existência inteiramente nova, seriam os Apóstolos uns homens tão excepcionais que não possamos reconhecer neles as nossas próprias misérias? De modo algum. A quem imagina os santos como estranhamente protegidos contra as tentações que são atributo da condição humana, inteiriçados numa piedosa rigidez de estátuas, respondem muitas páginas do Evangelho. Decerto que eles possuiam a fé, mas que é a fé viva senão um bem que a todo o instante se conquista pela força? «Bem sei que alguns de vós não crêem!» (*João*, VI, 64), dir-lhes-á o próprio Cristo. Pedro, no instante em que a mão do Mestre o sustentava sobre o mar enfurecido, sentira enfraquecer-se-lhe a confiança, e todos sabem que, fraquejando em hora trágica, ele haverá de negar três vezes o seu mestre, na noite do abandono. Perante as revelações mais altas do Messias, os fiéis dos fiéis resmungam entre si, eles que, mais tarde, terão de transmitir aos homens essas revelações. Quando Jesus lhes disse: «Eu sou o pão da vida: quem comer da minha carne e beber do meu sangue terá a vida eterna», eles entreolharam-se, fazendo uma careta: «É duro de aceitar» disseram uns aos outros (*João*, VI, 60): e Pedro, o próprio Pedro, perante o anúncio do fim ignominioso que está reservado para Cristo, recusa-se tão violentamente a admiti-lo, que provoca esta horrível resposta: «Para trás, Satanás, pois que me escandalizas! Os teus sentimentos não são de Deus, mas dos homens!» ¡E, na verdade, que são eles, senão homens, como todos nós? As próprias fraquezas que lhes vemos, não as conhecemos também? «Um pensamento acudiu aos seus espíritos: saber qual deles era o maior» (*Lucas*, IV, 46): como se nos meios mais santificados, nos mais recônditos claustros, essas ambições, que pregam partida à humildade, não existissem também! Homens, portanto, esses Apóstolos, nada mais que homens; mas sobre eles soprou o espírito que dá vida, e, até ao martírio, eles testemunharão.

Formação dos Apóstolos

A última parte do período galilaico parece ter sido mais particularmente consagrada por Jesus à formação dos seus discípulos; mais tarde, faltar-lhe-ia o tempo para essa obra basilar, e quando deflagrar a tragédia será necessário poder contar com quem tenha a seu cargo a tarefa de enceleirar a colheita.

Alguns oito ou dez meses depois de serem chamados, vemos os doze entrar bruscamente em acção. Dir-se-ia uma experiência, uma preparação para a tarefa que os aguarda quando o mestre já não viver (*Lucas*, IX, 1, 6; *Marcos*, VI, 6, 13; *Mateus*, X, 5, 16 e XI, 1). Manda-os dois a dois; e será sempre desse modo, sempre aos pares, que nos princípios da Igreja, partirão os missionários: prudente medida que permite, ao mesmo tempo, apoio e vigilância, evitando a excessiva exaltação de todo aquele que, sòzinho, fala às massas. De futuro, os «apóstolos», os «enviados», vão merecer o seu título, e ainda assim nesta altura, a instituição é nova e sem analogia no seu tempo. «Ele lhes deu poder sobre os espíritos impuros. — Curai os enfermos, ressuscitai os mortos, purificai os leprosos, expulsai os demónios!»; com riscos de ver diminuir o seu próprio prestígio, permite aos que o representam a possibilidade de fazerem o que ele faz. Mas limita-lhes o campo e o alcance da missão. Ainda não lhes compete fazer conhecer o Messias — eles mesmos o conhecem dum modo muito incompleto — mas sòmente pregar a penitência e anunciar «que está próximo o reino dos céus». Não deverão ainda ocupar-se dos pagãos, dos Gentios, dos Samaritanos, mas «ir de preferência às ovelhas desgarradas da casa de Israel».

E, sobretudo, Jesus insiste sobre o método que os discípulos deverão adoptar: em particular, sobre a indispensável pobreza de que deverão dar exemplo. Em jornada, o Judeu levava várias túnicas, três faixas, cajado e sacola, sandálias de reserva, algumas vezes um manto, e, sempre, os Livros da Lei. Eles, porém, discípulos do Grande Pobre, que se não embaraçassem com tantas coisas: «Não leveis nem ouro, nem prata, nem moeda alguma, em vossos cintos; nem saco para a estrada, nem duas túnicas, nem calçado, nem bordão!» Então, de que hão-de viver? A Providência velará. E ao chegar a uma

aldeia, procurarão qualquer casa digna de os receber, pois é uma honra dar abrigo aos enviados de Deus. E se, acaso, os repelirem? — Porque, é preciso que eles o saibam, nem tudo será fácil no seu apostolado: «ovelhas entre lobos», os discípulos serão por vezes repelidos, metidos na prisão, flagelados... — então, que não insistam, mas se retirem sacudindo, na soleira da inóspita morada, a poeira dos seus pés. Por isso, desde o momento em que fixa à sua futura Igreja os princípios do respectivo apostolado, Jesus indica-lhes também a condição essencial, aquela que São Francisco e São Domingos estabelecerão para os seus monjes «mendicantes»: a pobreza, a santa privação.

A missão dos Apóstolos não será excessivamente longa, pois se trata, em suma, apenas duma repetição. Tendo partido, provàvelmente, em Fevereiro de 29, tornam, de novo, a estar reunidos em volta do mestre, em Abril, por ocasião da multiplicação dos pães. Desde então, Jesus vai dedicar-se a fazer-lhes penetrar amplamente os princípios essenciais da sua doutrina; uma grande parte do que ensina parece, naquele período, mais especialmente destinado aos Doze, aos quais, sem cessar, explica minuciosamente o que pensa, e define cada um dos pontos obscuros. Oh! e não foi sem custo! Os Evangelhos, sobretudo o de São Marcos, de modo algum ocultam quanto custou a Cristo romper a carapaça de rotina e incompreensão que lhes tolhia os movimentos! Um dia, por exemplo, em que todos estão no barco e se aproximam da margem, decerto que não muito distante de qualquer cidade em que abundam os pagãos, os apóstolos mostram-se inquietos: «Acaso encontrarão pão que tenha sido feito segundo as prescrições legais?» Jesus previne-os: «Evitai, com cautela, o pão dos Fariseus, o pão dos Saduceus, o pão de Herodes!» E logo eles a compreenderem a frase com o estômago: se, no território aonde vão desembarcar, só encontrarem pão «impuro», que comerão? É necessário recordar-lhes Jesus que, quanto ao pão material, nunca ele deixou que lhes faltasse. Então, os discípulos compreendem finalmente: o pão dos Fariseus não seria a hipocrisia e a estéril sujeição à Lei? O dos Saduceus não seriam o orgulho e as rotinas da facilidade? O de Herodes, o adultério e a violência? Quantos incidentes deste género não serão

precisos para que, ao cabo, eles compreendam as palavras do Mestre no seu exacto sentido, o espiritual! (*Marcos*, VIII, 14, 21; *Mateus*, XVI, 5, 12; *Lucas*, XII, 1).

Tais anedotas mostram cabalmente o que tinha de directo, de concreto e de imediatamente aplicável o ensino de Jesus. Nada existe nele do didactismo dos filósofos; em nada se assemelha à dialéctica subtil dos diálogos socráticos. O verdadeiro princípio que lhe serve de armadura é o bom senso. Revela-se maravilhosamente humano. Para que serve, perguntar-lhes-á Cristo, cumprir à risca as abluções do ritual, se o coração está sujo de pecar! Um Judeu pio que regressa do mercado onde pudesse ter-se conspurcado por haver estado em contacto com algum pagão, deveria gastar cerca de quinhentos litros de água para se lavar, quantidade enorme na Palestina: acaso seria útil purificar de tal maneira «taças, infusas, vasos de bronze e camas», quando as almas andavam sujas e quando os mais belos dos preceitos moisaicos eram, com a aquiescência dos doutores, descaradamente violados? A pureza dos alimentos, a que os Judeus piedosos ligavam tanta importância, poderia pôr-se em paralelo com a pureza da consciência? «O que vem de fora e entra no homem não pode manchá-lo, porque isso não lhe penetra no coração, mas passa no ventre, e é lançado em lugar secreto. O que sai, porém, do homem, isso é a mancha! Porque é de dentro que saem os pensamentos maus, os adultérios, as fornicações, os homicídios, os roubos, a avareza, a mentira, a maldade, a calúnia e o orgulho!» (*Marcos*, VII, 1, 23; *Mateus*, XV, 1, 20).

Qual é, então, essa doutrina que Jesus lhes pede que prefiram a quaisquer outras observâncias? Oh! bem simples é! Diz-se em poucas palavras, e alguns apólogos sem grandes complicações bastam para a fazer compreender. Primeiramente ele exige dos que o seguem um amor e uma dedicação absolutas: «Aquele que ama o pai e a mãe mais do que a mim, não é digno de mim» (*Mateus*, X, 37). Deus quer que se lhe entreguem sem reservas e que todos os instantes da vida lhe sejam consagrados. Libertos dos cuidados materiais, não tendo de escolher entre dois Senhores, Deus e o dinheiro, poderão os Apóstolos dar-se inteiramente ao «único».

Mas, ainda mais do que o amor de Deus, ao qual se re-

fere como a um sentimento indiscutível, o que Jesus ensina com frisante insistência, é o amor dos homens, a lei da caridade universal. «Este é o meu preceito, repetirá nas suas últimas recomendações, feitas na véspera do próprio sacrifício: amai-vos uns aos outros, como eu vos amei!» (*João*, xv, 12). É isso o que um «logion», citado por Tertuliano, reproduz nesta fórmula admirável: «Tu viste o teu irmão, tu viste o teu Deus».

A verdadeira arma da Igreja é o amor. Não foi a travar batalhas temporais que ela inscreveu na História os seus mais legítimos triunfos; e se os altos feitos militares dos Cruzados se revelam, com o andar do tempo, duma vaidade estéril, nunca são inúteis o sacrifício dum missionário humilde nem a refulgente caridade duma filha de São Vicente de Paulo. Amor entre cristãos. — «Eu vo-lo digo: se dois de vós se unirem entre si, sobre a terra, a pedir qualquer coisa, esta será concedida pelo Pai que está nos céus. Porque onde se acham dois ou três reunidos em meu nome, aí estou eu no meio deles» (*Mateus*, XVIII, 15). A que logo faz eco este outro «logion» encontrado num papiro do Egipto: «Onde quer que estejam dois, não estarão sem Deus...» Que pratiquem entre si um perdão inesgotável; que absolvam o irmão que os prejudicou, não sete vezes, mas «setenta vezes sete vezes» (*Mateus*, XVIII, 21, 22); que nunca façam como aquele devedor perdoado mas impiedoso, que tendo obtido do credor a remisão das dívidas estrangulava, por sua vez, os seus próprios devedores! (*Mateus*, XVIII, 23, 35; *Lucas*, XVII, 3, 4). Que mesmo com pecadores públicos, usem do maior comedimento e moderação, repreendendo-os primeiro em particular, e depois na presença de dois ou três, antes de os condenar (*Mat.*, XVIII, 15, 20). Que mesmo com os que não são cristãos, que podem andar ainda por maus caminhos, mas cujas intenções são rectas, se proceda com mansidão! A São João que viu um homem expulsar os demónios, em nome de Jesus, e que se indignou com isso, Cristo respondeu: «Quem não é contra nós, é por nós! Não há ninguém que possa fazer milagres em meu nome, e dizer mal de mim, logo a seguir...» (*Marcos*, IX, 38, 40; *Lucas*, IX, 49, 50). Que a Igreja busque, pois, não aquilo que separa, mas aquilo que reúne!

Educados, assim, em tantas outras práticas idênticas, pre-

parados para a missão que os aguarda, os Apóstolos terão em si próprios toda a força de que precisam para, chegado o momento, continuarem a obra empreendida por Jesus, e para darem ao seu verbo toda a irradiação. Mais ainda que à turba do sermão sobre a montanha, é a eles que, pessoalmente, se aplica a famosa frase que Jesus lhes repete: «Vós sois o sal da terra!» (*Lucas*, XIV, 34, 35; *Marcos*, IX, 49; *Mateus*, V, 13). De facto, nada será mais pernicioso ao Cristianismo do que o perigo de a insipidez atacar esta ou aquela parte da sua Igreja: e as grandes crises, que a Igreja já conheceu no decurso dos séculos, tiveram sempre por causa primordial, em última análise, a infidelidade dos Cristãos à sua lei.

Pedro e a glória de Deus

O Verão de 29 foi, para Jesus, a época das viagens fora da Galileia. Em Junho, mal chegado de Jerusalém, onde curara um paralítico, voltara a partir para a Fenícia, e aí, como se viu, arrebatou das garras do demónio a filha da Cananeia; depois, tendo, com certeza, passado perto da cidade de Sídon, sempre bela entre os seus sumptuosos jardins, transpusera o Jordão pela ponte das Filhas de Jacob, a fim de passar uns quinze dias em alguma das cidades da Decápole; a cura do surdo-mudo foi realizada por essa ocasião. À beira do lago, tivera lugar a segunda multiplicação dos pães. Como o calor apertasse, Jesus partiu para o norte, para essa zona de colinas magnìficamente arborizadas, que se estende em socalcos no sopé do grande Hermon.

Ali, junto da fronteira da Palestina, ele estava numa região em que um Judeu de Jerusalém e mesmo de Nazaré não podia encontrar nenhum dos aspectos familiares da sua pátria. Nos tempos antigos, para designar os extremos limites norte e sul da Terra prometida, os Hebreus diziam de «Dan a Bersabeia»; Dan era ali, a antiga Lais dos tempos patriarcais, e que mudara de nome quando a tribo de Dan se estabeleceu no local. A quem acaba de deixar as planícies de Tiberíade queimadas pelo sol, as cercanias do Anti-Líbano dão uma impressão paradisíaca. Soprará ali o ar fresco das neves virginais que

persistem nos flancos do Hermon, com as múltiplas águas, inesgotáveis, que correm sob as matas e caem de rochedo em rochedo, inundando as veredas? Álamos, amendoeiras, salgueiros, figueiras e terebintos, confundem-se em brenhas pitorescas; paira, por toda a parte, nos ares o perfume discreto dos loendros. Compreende-se que os Gregos, encantados com a beleza do lugar, tenham ouvido no murmúrio das árvores e no canto das torrentes, o eterno alarido da alegria pagã: «Pã, o grande Pã, está vivo!» Mesmo junto da garganta profunda pela qual desemboca uma das fontes do Jordão, vêem-se ainda certas grutas que foram adaptadas a santuários dedicados ao deus das vegetações que se renovam sem cessar. Desde o tempo dos Lágidas que esta região era chamada Panias. Herodes, o Grande, levantara, num estreito ressalto por cima das nascentes e em honra de Augusto, um templo de mármore branco, do qual existem as ruínas; e o filho, o tetrarca Filipe, senhor destes lugares, dera com igual intenção, à nova cidade que ali acabara de construir, a denominação de «Cesareia». E com prazer estabelecera nela a sua residência.

«Acompanhado pelos discípulos, Jesus dirige-se às aldeias que se estendem ao redor de Cesareia de Filipe» (*Marcos*, VIII, 27). Note-se, incidentalmente, a precisão deste passo da Escritura: Cesareia estava em demasia infectada de paganismo para que entrassem na cidade! Tais minúcias atestam a veracidade do depoimento. Pois foi ali, naqueles planaltos nos quais a vista se alarga para o Hermon coroado pelas neves, ou em alguma dessas margens, cuja areia, tão macia e deliciosa para os pés descalços, o Jordão oscula, que se desenrolou uma cena decisiva, a qual acabaria por instituir, na futura Igreja, o princípio hierárquico de que já vimos os primeiros alicerces.

Falando um dia com os Apóstolos, Jesus interrogou-os: «Quem dizem que sou eu? — Uns, respondem os discípulos, afirmam que sois João Baptista; outros, que sois Elias, outros Jeremias ou qualquer profeta. — E vós outros, quem dizeis vós que eu seja? Então Simão-Pedro, usando da palavra, disse: — Tu és Cristo, o Filho do Deus vivo. — Bem, Simão, disse Jesus: bem-aventurado és por teres dado tal resposta; não foram a carne e o sangue que to revelaram; mas o próprio espírito de Deus. E eu, digo-te que tu és Pedro e que sobre

esta pedra construirei a minha Igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela. Eu te darei as chaves do reino dos céus; tudo o que ligares na terra será ligado nos céus e desligado tudo o que desligares». Depois, proibiu a todos os discípulos que dissessem, fosse a quem fosse, que ele era Cristo (*Mateus*, XVI, 13, 20; incompleto em *Lucas*, IX, 18, 22 e *Marcos*, VIII, 27, 30).

A narrativa evangélica contém dois elementos fundamentais. Primeiro, o reconhecimento por Pedro, em nome dos Doze, da divindade de Jesus. Não fora a primeira vez que os discípulos compreendiam quem era o seu Mestre: já, por exemplo, depois da tempestade aplacada (*Mateus*, XIV, 33), eles o tinham «adorado» como «Filho de Deus»; mas aquela afirmação solene assume, neste instante, importância especial. Houve resistências, sinais de hostilidade; apesar dos milagres, uma parte da multidão, cansada pelo hábito, renunciou a seguir Jesus. Eles, os Apóstolos, não duvidam, nem fraquejam, antes se obstinam na sua fé. O segredo messiânico, terão eles o encargo de o transmitir. Não imediatamente! Não neste momento, em que eles estão num país quase pagão, onde grande número de espíritos judaicos se encontram em confusão extrema. Eles próprios têm ainda de penetrar a fundo no significado de tal segredo, antes de o tornarem conhecido, e essa é a razão por que Jesus lhes ordena silêncio, e por que lhes anuncia, pouco depois, a sua paixão; mas são eles os depositários do segredo e, como diz dos padres, a liturgia da Ordem, — «os cooperadores». O próprio emprego da palavra *igreja*, logo após, tem um significado rigoroso; à *kahal*, «comunidade» judaica, a «assembleia» cristã acrescentará qualquer coisa mais, e absolutamente essencial: a comparticipação na divindade do Messias, tanto na glória como na dor.

O outro dado do texto não é menos importante. Consagra Pedro como chefe da futura Igreja, em termos extremamente enérgicos. O jogo de palavras: «Tu és Pedro», pelo qual Jesus mudara o nome de Simão logo no momento do seu primeiro encontro, fica para sempre explicado. Não se sabe se tal palavra Pedro, «Képhas» em arameu, existiria como nome próprio antes da aplicação que lhe deu Cristo, mas o sentido é claríssimo. Como aquela rocha que se vê além, sustentando o templo

edificado por Herodes para louvar Augusto, aquele homem de fé inquebrantável, aquele rochedo de certeza, Pedro, em suma, sustentará a Igreja; o jogo de palavras, sugerido talvez pela imagem que se encontrava tão próxima, não sofre qualquer discussão. Por isso, a Igreja católica interpreta esse passo como a justificação da autoridade do Papa, herdeiro directo de Pedro e, como ele, rocha que sustenta a Igreja de Cristo.

A crítica «livre», estribando-se no facto dos versículos em questão figurarem apenas no texto de São Mateus, considerou-os interpolados. Teriam sido insertos ali por um copista, no tempo em que, tornada a Igreja uma realidade histórica, se quis arranjar argumentos a favor dos poderes pontificais. Contudo, não se vê que tenha sido feita tal interpolação em nenhum dos velhos textos de São Mateus que ainda se conservam. Todos os códices, todas as versões antigas possuem esse passo. Além disso, todos os especialistas estão de acordo com o P.e Lagrange, para dizerem que não há nos quatro Evangelhos nenhum outro passo mais nìtidamente aramaico, pelos termos, metáforas e construções. Além do jogo de palavras Pedro-pedra (1), variadas expressões são tìpicamente da tradição judaica. Havia, pelo menos, quatro séculos que as «portas» designavam as potências infernais, por alusão às «portas do Scheol» — em grego: do Hadès — lugar onde estão os mortos, segundo um modo de dizer análogo ao que leva a designar por «Sublime Porta» a imperial Turquia. A referência às chaves é ainda mais profundamente semita: hoje, nos países árabes, existem proprietários que para demonstrarem o seu orgulho, se apresentam com enormes chaves penduradas de cada lado dos ombros; pode ler-se em *Isaías* (XXII, 22) que o mordomo real traz nos ombros as chaves da casa de David e que «O que ele abre, ninguém fecha, e o que ele fecha, ninguém abre». A expressão «ligar e desligar», no sentido empregado por Jesus, era de uso corrente entre os doutores da Lei; o Rabi Neconia, alguns trinta anos mais tarde, terminará os seus sermões pe-

---

(1) A própria comparação com a pedra de cabouco existe na tradição de Israel. Por exemplo: «Eis, diz o Senhor, que pus em Sião, por alicerce, uma pedra, pedra experimentada, pedra angular, de valor, sòlidamente fixado...» (*Isaías*, XXVIII, 16).

dindo a Yahweh «que não conserve ligado o que já desligou, nem desligado aquilo que já ligou, e que não torne puro o que declara impuro, nem impuro o que declarou ser puro». O argumento do silêncio dos dois outros sinópticos não poderia, pois, bastar para destruir este passo de importância tão notável; se tivéssemos de suprimir na Escritura todos os versículos que se encontram isolados num ou noutro dos quatro evangelistas, muitos dos mais célebres «logia» de Jesus deixariam de existir. A paixão partidarista desempenha maior papel nesta questão que em qualquer outra: a História entende que não há mais razões para desconfiar da veracidade deste passo, que da de todo o Evangelho.

Eis, portanto, Pedro que, separado dos restantes apóstolos, tem a honra de ouvir a confirmação de que havia falado verdade ao declarar Jesus como Messias, e ao anunciar que ele próprio virá a ser a chave da comunidade dos cristãos. Estes fiéis dos fiéis que ficaram com Jesus quando o discurso sobre o Pão da vida afastou dele os ouvintes superficiais *(João*, VI, 66), mereceram conhecer até ao âmago o mistério messiânico. Podem ainda não saber em que consistirá essa «manutenção espiritual» que lhes foi predita, e como poderão a carne e o sangue do Mestre ser para eles alimento. Quando o proclamam «Filho do Deus vivo», podem não saber qual é a barreira, se alguma existe, que separa a sua natureza da de Deus. Não ficarão na ignorância eternamente...

«Jesus, então, começou a revelar aos discípulos, que deveria ir a Jerusalém, e padecer muitas coisas dos Anciãos, dos Escribas e dos Príncipes dos Sacerdotes, ser ali morto e ressuscitar ao terceiro dia» *(Mateus*, XVI, 21, 23; *Marcos*, VIII, 31, 33; *Lucas*, IX, 22). Primeiro anúncio da Paixão; primeira e categórica advertência, feita aos Apóstolos, para não interpretarem a mensagem messiânica de modo igual ao dos Judeus vulgares: como aviso de estar próximo o estabelecimento glorioso do reino temporal. Que tais palavras tenham terrivelmente perturbado aqueles corações simples, o texto evangélico não o esconde, pois é nessa ocasião que Pedro, violento como sempre, ousa desmentir o Mestre, e, chamando-o à parte, lhe diz: «Que Deus o não permita, Senhor! Isso não acontecerá!» O que provoca a resposta de Jesus: «Para trás!... Satanás!» Mas estava dito

aquilo que tantas vezes ainda terá de ser repetido e que, não obstante, encherá os Apóstolos de terror, espanto e desespero, no momento em que vier a ser realidade.

Todavia, Jesus, ao mesmo tempo em que predisse a sua morte humana, não terá anunciado também que essa morte não era senão uma fase do seu destino e que, a seguir, despontaria o dia do triunfo? «O Filho do Homem virá, dissera ele, e virá com os anjos, na glória do Pai. E será então que julgará a cada um, segundo as suas obras!» *(Mateus,* XVI, 27; *Lucas,* IX, 26; *Marcos,* VIII, 38). Não lhes terá mostrado até com precisão, numa revelação sobrenatural, como seria o seu regresso?

Tinham decorrido cerca de oito dias sobre a confissão de Pedro, ou sejam seis dias plenos segundo os hábitos judaicos. «Jesus toma consigo Pedro, Tiago e João e leva-os sòzinhos, e à parte, para um alto monte. Enquanto orava, o aspecto do seu rosto transfigurou-se e os vestidos tornaram-se-lhe duma alvura deslumbrante — tão brancos que nenhum branqueador na terra pode fazer brancura igual. E eis que apareceram dois homens, Moisés e Elias, a conversarem com ele. Falaram da morte que ia ocorrer em Jerusalém. Pedro e os companheiros que dormiam, avassalados pelo sono, despertaram. Viram Jesus em toda a sua glória, com os dois interlocutores. Então, sem bem saber o que dizia, Pedro exclamou: «Mestre, está agradável aqui; levantemos três tendas: uma para vós, outra para Moisés e outra para Elias!» Mas, enquanto falava, sobreveio uma nuvem negra que os cobriu a todos com a sua sombra, e os discípulos tiveram grande medo. Da nuvem saiu uma voz que dizia: — «Este é o meu Filho bem amado; ouvi-o». Então, olhando logo em redor, não viram mais ninguém, a não ser Jesus sòzinho com eles. Ao descer do monte, Jesus proibiu-os de contar a visão a quem quer que fosse até ele ressurgir dos mortos. Os três guardaram o segredo, embora perguntando entre si o que poderia querer dizer aquela fórmula: ressurgir dos mortos» *(Mat.,* XVII, 1, 8; *Marcos,* IX, 2, 8; *Lucas,* IX, 28, 36).

O episódio tem uma grandeza estranha e fantástica. Sob qualquer aspecto por que o tenham representado os artistas que, no decurso dos séculos, nele procuraram inspirar-se — o Fra Angélico de Florença, o moisaico bizantino de Daphni, o escultor romano da Charité-sur-Loire, ou o miniaturista da rai-

nha Ingeburge — fizeram sempre ressaltar o espanto aterrorizado, a perturbação sobrenatural daqueles três míseros homens que, mal despertos do sono, descobrem Deus presente. As grandes teofanias do Velho Testamento, a do Sinai inclusive, não possuem esplendor igual, radioso e misteriosamente tranquilo. E, simultâneamente, esta possui, em alto grau, um cunho de verdade. Imaginam-se sem custo, aqueles três que, dominados pelo sono, extenuados por uma longa ascensão, esfregam os olhos, não sabendo se dormem ou se sonham; e tem-se a impressão de ouvir nìtidamente esse excelente Pedro que, exaltado de admiração e felicidade, exprime os seus sentimentos da forma desastrada, quase ridícula, como se viu! E o significado do episódio é perfeitamente claro. Até então, os Apóstolos tinham acreditado em Jesus, eles, que lhe receberam as palavras e assistiram aos seus milagres; mas não o tinham visto face a face, tal como Moisés vira o Eterno. Os apócrifos *Actos de João* registam este «logion» que assume um cunho de autenticidade, quando se pensa nesta cena: «Eu não parecia o que era; eu não sou o que pareço», teria Jesus dito. O mistério de Cristo era vedado aos homens, e engana-se esse outro apócrifo que pretende *(Pseudo-Mateus)* que «enquanto Jesus dormia, a luz de Deus brilhava sobre ele».

Foi sòmente àqueles três previlegiados que Jesus se revelou. Em todas as circunstâncias, ele era um homem como os outros; mas ali, no alto do monte, *transfigurou-se*, ou, como diz o texto grego, com uma expressão possìvelmente mais exacta, *metamorfoseou-se:* a mesma palavra que na segunda *Epístola aos Coríntios*, São Paulo irá utilizar para dizer o futuro esplendor dos que, «metamorfoseados à imagem de Cristo, contemplarão, de face descoberta, a glória do Senhor» (II *Cor.*, III, 18). Os Apóstolos, e sobretudo São Pedro, hão-de evocar esta visão como um testemunho irrecusável, um dos fundamentos da sua fé; a História conhece fenómenos do mesmo género (as vozes de Joana d'Arc, por exemplo), que ocuparam um lugar igualmente decisivo. Situado imediatamente a seguir ao primeiro anúncio da Paixão, mas aludindo a ela duma forma categórica, a Transfiguração acabava de introduzir no espírito dos Apóstolos, certezas que, mais tarde, eles tornarão lá a encontrar, explicadas. «O que poderá significar a expressão,

repetiam entre si: ressuscitar dos mortos?» Mais tarde, compreenderão. O Papa Leão Magno, notável teólogo do v século, disse que a Transfiguração tinha por fim extirpar antecipadamente da alma dos discípulos o «escândalo da Cruz». Recordar-se-ão eles, esses mesmos três apóstolos, daquela gloriosa madrugada na montanha, naquela noite em que, no Jardim das Oliveiras, onde também serão vencidos pelo sono, virão a ser testemunhas desatentas dum outro mistério, dum diálogo ainda mais tenebroso, entre Jesus e as forças de Deus?

Discute-se a respeito do lugar onde esta cena decorreu. Duas montanhas reivindicam essa honra, as duas montanhas profetizadas pelo Salmo (LXXXIX, 13): «Exultam o Tabor e o Hermon, por causa do teu nome». Uma tradição muito antiga, que ascende sem dúvida ao IV século, pretende tratar-se do Tabor, corcova arredondada e nua, solitária no meio da Galileia, e que presentemente é dominada pela esplêndida basílica que os Franciscanos consagraram à Transfiguração. Objecta-se contra esta localização que o Tabor, com a sua altura de 562 metros, não corresponde de modo algum à impressão de formidável montanha que o texto evangélico sugere. Indiscutìvelmente é admirável a paisagem que dali se disfruta: toda a ondulação das colinas, todo o longo vale do Jordão com as suas grandes toalhas de água, os montes de Galaad para levante, o Mediterrâneo cintilante para os lados do poente; e o cume, plataforma bastante estreita, rochosa, coberta de zimbros e quase sempre batida pelos ventos, presta-se perfeitamente para evocação daquela cena misteriosa. Mas, na época de Cristo, havia ali uma fortaleza romana, onde se encontravam alguns soldados de guarnição e, com franqueza (basta ver-se uma fotografia), poderá aquela calote pousada no meio dos trigais, ser comparada com o Sinai de Moisés, para servir de local a uma revelação prodigiosa? Por outro lado, quando Jesus regressa da montanha, vemo-lo «atravessar a Galileia»; ora o Tabor já está na Galileia! Por isso, muitas vezes tem sido indicado o Hermon, nas proximidades da Cesareia de Filipe, onde Jesus se encontrava pouco antes: — o Hermon, «primogénito entre os altos montes», dizia o ditado israelita, o Hermon que atinge 2.800 metros e do vértice do qual a vista alcança ainda até muito mais longe, até ao deserto da Síria, e até à costa da

Fenícia, toda a Terra Santa, e donde podem unir-se, numa mesma contemplação, os países judaicos e as terras dos Gentios. Hoje, a ascensão do Grande Hermon faz-se em seis horas, e, em quatro, a descida. Jesus e os seus três fiéis não regressarão senão no dia imediato, o que sugere ter sido longa a excursão. Os evangelistas não ligaram importância a este pequeno problema: trate-se embora duma ou doutra elevação, o essencial persiste, e o espírito considera, num deslumbramento perturbante, essa imagem do Filho do homem, resplandecendo na sua divina glória, sob o encanto duma madrugada de Agosto.

O resto dos acontecimentos que assinalam o regresso de Jesus à planície, parece aureolado por esse deslumbrante clarão. Embora entre a multidão que o espera — surpreendida por o ver regressar quando o discutiam acaloradamente — Jesus restitua a saúde a um epiléptico, que os discípulos não tinham conseguido curar (*Lucas*, IX, 37, 43; *Marcos*, IX, 14, 29; *Mateus*, XVII, 14, 21); embora ele dê aos seus fiéis a seguinte magnífica lição, ao mostrar-lhes uma criança a quem oscula: «Se não vos tornardes semelhantes a este pequenito, não entrareis no reino dos céus!» (*Mateus*, XVIII, 3, 4); e embora, por todas as maneiras, ele continui a ensinar-lhes a lei do amor, a caridade universal, — tudo isso, enfim, que é, necessàriamente, importante, parece não ser tão decisivo para o espírito como a dupla revelação que acaba de ser feita e com a qual bem se percebe terem ficado sobressaltados os corações dos Apóstolos. É vê-los a interrogarem o Mestre a respeito de quanto acaba de ocorrer, perguntando-lhe o que significa a presença de Elias na visão — de Elias, cujo regresso devia ser indício dos tempos messiânicos; e ele a responder-lhes, — fazendo uma comparação — que Elias viera sob a forma do Baptista, conforme tinha sido anunciado, e que, do mesmo modo como o Precursor tinha sofrido, ele, Jesus, havia de sofrer também a morte (*Marcos*, IX, 10, 13; *Mateus*, XVII, 9, 13). Mas então, sempre essa terrível profecia, essa ameaça? No dia seguinte ao da promessa visível do advento glorioso, aquela afirmação da Paixão, repetida sem cessar! Segunda vez, antes de deixar a Galileia, Jesus repete-lhes ainda a sinistra profecia: pois aproximam-se os dias em que, entrando na Judeia, ele irá

subir para a cidade que deve ser teatro da sua oblação. E sòmente, quando a missão do carrasco estiver concluída, é que eles compreenderão tudo quanto tiverem escutado, — eles, esses primeiros cristãos, até àquele momento tão fechados à verdade suprema; e a Igreja nascerá, do sangue de Cristo.

«E ele dizia-lhes: O Filho do homem será entregue às mãos dos homens que o farão morrer; mas, ao terceiro dia, ressuscitará! Eles, porém, não compreendiam tais palavras: não as percebiam, e nem sequer ousavam interrogá-lo» (*Marcos*, IX, 30; *Mateus*, XVII, 21, 22; *Lucas*, IX, 44, 45).

CAPITULO SEXTO

FILHO DO HOMEM, FILHO DE DEUS

Pintar Jesus

É tempo agora, certamente, de tentar esboçar um retrato mais exacto daquele que, até aqui, apenas descobrimos, através do testemunho dos seus actos. Para dizer a verdade, a absoluta coincidência que se manifesta entre a mensagem, a vida e o carácter de Jesus, permite conhecê-lo sem que sejam necessárias longas definições: uma página do Evangelho revela-o na sua completa identidade. O objectivo que os mais hábeis romancistas têm dificuldade de atingir: criar verdade — aqueles homens sem cultura a quem se deve o texto sagrado, atingem-no com uma facilidade extraordinária. Jesus está totalmente vivo, presente com uma presença irrecusável, no menor dos episódios em que aparece a sua imagem. Se pensarmos na maneira como foram organizados os Evangelhos, nos quais se utilizaram tradições diversas relativas a uma época algumas dezenas de anos anterior, esse poder de evocação parecerá ainda mais surpreendente, exactamente como surpreende, dum testemunho para outro, a constância dos traços. Para que redactores tão diferentes pudessem desenhar uma imagem tão una e tão marcada, era indispensável que o modelo se impusesse singularmente.

E, no entanto, quando se tenta colocar topo a topo as notações que podem coligir-se ao longo do Evangelho, alinhar tudo quanto possa conhecer-se dos sentimentos, do carácter, do temperamento de Jesus, o resultado desse esforço é apenas uma tremenda decepção. Na vida dos homens geniais, como na dos santos, alguma coisa existe esquiva a toda a definição, a

toda a análise, e que não é senão a santidade e o génio. Em Jesus, que é bastante mais do que um santo e do que um génio, esse segredo essencial é a divindade: assim se explicam a incapacidade radical das observações «psicológicas» e a inanidade das palavras. É aqui que a exclamação de Fra Angélico assume o seu significado completo: «Quem quiser pintar Cristo, deve viver em Cristo!» Não só — como queria dizer o mais santo dos artistas — o sentimento da própria indignidade arranca a paleta e os pincéis das mãos daquele que pretende revelar a perfeição, mas os próprios métodos, que são familiares ao escritor e ao pintor, se mostram inadequados. No limite da análise, surge o mistério a desdobrar seus véus, diante dos quais o que se deve fazer não é investigar e dizer, mas apenas calar e adorar.

«Deus e homem verdadeiro»; esta frase da oração assinala toda a dificuldade sobrenatural da empresa. Jesus — homem como qualquer de nós — pode ser objecto de estudo psicológico, mas, no próprio momento em que se diligencie fixar, da sua figura, qualquer feição humana, deve pensar-se nas correspondências inefáveis que tal carácter tem com a outra faceta da sua natureza, pela qual esse mesmo carácter se explica, e que escapa à nossa compreensão. O facto de uma frase tal como «o Filho do homem» poder, ao mesmo tempo, ser interpretada como a definição dum mortal, semelhante a nós, nascido da mulher, amassado da nossa carne, e como a expressão duma realidade sobrenatural em que se abriga o segredo messiânico do Deus vivo, é suficiente para balizar o escolho. Os três apóstolos velaram as faces no momento da Transfiguração, confundidos de assombro, e ousando a custo reconhecer o amigo naquele ser magnificado; num grau mais humilde, todo o retratista de Jesus está em situação análoga: transparecendo através do homem, o Deus incarnado fere-lhe os olhos e deslumbra-os.

Não se trata já de tentar reproduzir Jesus inteiramente, dado que uma metade do seu ser, indissociável da restante, nos escapa por completo. É do homem que pretenderemos fixar os caracteres somáticos, limitando-nos em seguida a considerar o que ele próprio pensou da sua divindade, na sua consciência humana. Surpreender-lhe as relações entre o divino e o hu-

mano, é já uma tentativa quase vã: algumas raras indicações, notas apenas esquissadas, não levam muito longe nesta obscura senda pela qual, se alguém pudesse enveredar, a Incarnação deixaria de ser mistério, e a Trindade seria revelada.

A tais dificuldades, das quais algumas são irremovíveis, há que juntar ainda esta: não sendo o Evangelho, de modo nenhum, um livro de história no sentido técnico do termo, não é também um tratado psicológico. São Mateus, São Marcos, São Lucas e São João tinham, quando escreveram, objectivos diferentes do de representarem Jesus pelo lado do pitoresco: o seu fim era dar fundamentos à fé dos que os ouviam, e justificar o seu testemunho dessa fé. Além disso, esses homens nem eram teólogos, nem retóricos! Da mesma forma que não procuraram efeitos de verosimilhança estética, não tentaram combinar todas as características de Jesus; e, assim, deixaram ficar as contradições e as complexidades do seu carácter. E, coisa surpreendente, foi por isso mesmo que o apresentaram tão vivo! Que fizeram eles, que não procure fazer um romancista sabedor do seu ofício? Este entra em jogo tanto com o que diz como com o que não diz; no meio das suas análises, deixa zonas de mistério, onde o leitor pressentirá oculta a experiência final. Não eram hábeis escritores os nossos evangelistas e, contudo, dir-se-á que, também eles, empregaram bem esses segredos e esses silêncios que importa respeitar. À força de muito querer precisar e ordenar, não se extrai, da admirável imagem contida no Evangelho, mais que uma representação esquemática, uma figura semelhante a essas estátuas de gesso que infestam tantas das nossas igrejas. A existência dum homem já é feita de presença concreta e de mistério, indissolùvelmente associados; com maioria de razão sucede assim com Aquele em quem este jogo complexo da sombra e da luz significava nada menos que as relações do Criador com o homem criado!

Os traços físicos de Jesus

E, antes de tudo, o que se desejaria conhecer era o seu rosto. Deste homem que desperta em nós tantos sentimentos,

será possível representar as feições, para que as adoremos, como se adoram as duma pessoa de família? Aqui, toda a informação é deficiente, e o Evangelho, nesse ponto, mais que em qualquer outro, conserva-se em silêncio. Tentou-se extrair uma indicação do passo de São Lucas (XIX, 1, 4), em que se fala do publicano Zaqueu de Jericó que «procurava ver Jesus, mas não o conseguia por causa da multidão, porque era de pequena estatura»; é, porém, abusar na realidade do texto escrito, extrair-se dele a conclusão de que Jesus não era alto: evidentemente o sujeito da oração é Zaqueu, o qual, além disso, nos é apresentado, logo adiante, a trepar para um sicômoro a fim de avistar Cristo. Não é menos abusivo deduzir que Jesus era belo e de majestosa estatura, de alguns passos evangélicos, como aqueles em que a pecadora e Maria Madalena o reconhecem entre os convivas dum banquete para o ungirem de perfumes, ou como aquele outro em que uma mulher o distingue entre a turba, e o aclama (*Lucas*, XI, 27).

É claro que não possuimos nenhum retrato de Jesus, feito por mão humana, e que ofereça o menor carácter de autenticidade. Não que grande número deles não tenha aparecido, no rodar dos séculos! Está nesse caso, aquele camafeu antigo, trazido acidentalmente de Constantinopla para Roma, durante a Renascença, cuja influência se descobre em variadas representações de Cristo observado de perfil; um painel atribuído a João Van Eyck, e um medalhão esculpido, do século XVI, que se encontra em Poitiers, inspirados ambos nesse modelo, têm uma semelhança que roça quase pela identidade.

Tradições, com aspecto de lendas, afirmaram muitas vezes que certos retratos de Cristo haviam sido estabelecidos por milagre. Quando o Senhor subiu ao céu, os Apóstolos pediram a São Lucas, que era pintor, que reproduzisse a face dele para não ser esquecido: após três dias de orações e de jejuns, quando o futuro evangelista iniciava o seu trabalho, apareceu no painel branco a Santa Face, ali representada dum modo sobrenatural. Ou, então, é a mulher das hemorróidas que tenta fazer pintar os traços daquele que a curou; mas de todas as vezes o retrato sai tão diferente do modelo, que ela se desespera; e, então, Jesus, compadecido, vém pedir-lhe de comer, e limpando o rosto a uma toalha, nesta deixou impressa a Face viva. Toda a gente

conhece, ainda, a encantadora história da Verónica — talvez a mesma mulher das hemorróidas — que, seguindo Jesus ao longo da via dolorosa que ele subia penosamente no caminho para o Calvário, limpou o sangue e o suor do rosto dele com um pano, sobre o qual a Imagem ficou indelèvelmente marcada. Conservava-se também na Catedral da Assunção, da cidade de Moscovo, uma outra «Santa Face»: Abgar, rei da Edessa, não tendo conseguido resolver Jesus a refugiar-se nos seus estados, enviara um pintor para fazer o retrato do homem cuja fama chegara ao seu conhecimento; mas o artista, deslumbrado pelo brilho do Deus encarnado, não conseguia desenhar o mais pequeno esboço. Jesus encostou a face ao manto do pintor e, então, a imagem fixou-se ali, ainda mais bela do que poderia tê-la feito a mão humana. Lendas, decerto? Mas, não são extremamente enternecedoras? O seu simbolismo é claro: é apenas no coração de quem o adora que Jesus imprime a sua Face; estas narrativas nada devem à História, mas, por seu espírito, como elas são profundamente cristãs!

Não se pode, certamente, dar crédito maior aos diversos testemunhos que, no correr dos séculos, pretenderam fornecer informações sobre o aspecto físico de Jesus. Pelo ano de 550, Antonino de Plaisance, tendo feito uma peregrinação a Jerusalém, assegurará ter visto a marca que Jesus deixara dum pé «bonito, pequeno e gracioso», e também um quadro, pintado no tempo em que o Senhor vivia, e no qual o Messias aparecia com «estatura média, formoso de rosto, os cabelos um pouco encaracolados, a mão elegante e de dedos afilados». No século VIII, André de Creta, segundo se dizia, estudara um retrato pintado por São Lucas, no qual Jesus aparecia representado com «supercílios unidos, rosto comprido, a cabeça inclinada e a estatura bem proporcionada». Um pouco mais tarde, certo monge grego chamado Epifânio, sentia-se habilitado a precisar que Jesus tinha seis pés de altura, nariz comprido, tez da «cor do trigo», sobrancelhas pretas, cabelos ruivos e... que se parecia bastante com a mãe! João Damasceno, que vivia no século VIII, ou Nicéforo Calisto, que escrevendo no XIV, reproduzia uma crónica do X, não têm maior valor como testemunhas neste processo.

O documento mais singular de toda a série é determinada

Carta de Lêntulo que, tendo tido grande aura no século XIV, parece haver sido de todo ignorada até então. O suposto Públio Lêntulo (?), que se diz «governador de Jerusalém» (?), escreve «ao Senado e ao povo romano» (fórmula republicana de que Tibério não gostaria!) e dá, sobre o físico de Cristo, alguns pormenores, com certeza poéticos, alguns dos quais são até, no ponto de vista psicológico, impressionantes, embora sem qualquer probabilidade de serem históricos. «Tem o rosto de tal maneira venerável, que todas as pessoas que o contemplam podem ao mesmo tempo temê-lo e amá-lo» (Esta frase é profunda). «Os seus cabelos são da cor das avelãs maduras, lisos até quase às orelhas, com um ligeiro reflexo azulado, e flutuam-lhe depois sobre as espáduas. A sua tez é corada, e o nariz e a boca irrepreensíveis. Tem a barba abundante, da mesma cor da cabeleira, dividida no queixo, mas não muito comprida. É esbelto e direito de estatura, e possui mãos e braços dignos de admiração...» E o autor termina por esta alusão bíblica que, muito possìvelmente, explica tudo, pois esse retrato deve ter sido feito para justificar essa alusão: «É o mais belo de todos os filhos dos homens!» (*Salmo*, XLV, 3).

Disseram a verdade numerosos Padres da Igreja: Santo Ireneu, de Lião, que vivia no final do século II e que, no entanto, tinha ligações, através de São Policarpo, com o grupo antiquíssimo dos cristãos de Éfeso, reconhecia sem reservas: «A imagem carnal de Jesus é-nos desconhecida», e Santo Agostinho confessava o mesmo: «Como seria o seu rosto, ignoramo-lo inteiramente». Se tivermos em conta o rigor com que a ortodoxia judaica proscrevia toda a representação da figura humana, pouco nos deve surpreender o facto de não poder ser encontrado o retrato autêntico de Jesus; e esperar-se das verdadeiras testemunhas — dos evangelistas, — que nos descrevessem a aparência carnal do Mestre, é estar equivocado, tanto a respeito da psicologia deles como dos seus objectivos: não será significativo que a única descrição de Jesus que se encontra nos quatro textos, é a de Cristo glorificado, no momento da Transfiguração?

Nestas condições, parece bastante inútil pretender retomar uma discussão que animou extraordinàriamente a Igreja, sobretudo nos primeiros séculos, para saber se Jesus teria sido belo

ou feio. Ao passo que Justino, o Mártir, o diz «sem aparência, sem beleza e com aspecto desprezível»; que Ireneu (o mesmo que declarava «ignorada» a imagem carnal de Jesus Cristo) o classificava de «enfezado»; que Orígenes o tinha por «pequeno e sem graça»; que Cómodo fazia dele «uma espécie de escravo, de figura abjecta»; que certas lendas mesmo, o davam como leproso, — outros comentadores, pelo contrário, pronunciavam-se firmemente pela sua beleza, tais como Gregório de Nyssa, João Crisóstomo, Ambrósio, Jerónimo e tantos outros. Para o nosso objectivo, têm pouco interesse essas questões, porque a perspectiva em que se colocavam os antigos cristãos nada tinha de comum com as nossas: eles não ligavam a menor importância ao pitoresco. Clemente de Alexandria exprimia uma profunda verdade, ao escrever: «Para nós que desejamos a verdadeira beleza, só o Salvador é belo», e, sob uma forma paradoxal, os apócrifos «*Actos de Pedro*» queriam, sem dúvida, dizer a mesma coisa: «era ao mesmo tempo belo e horrendo». A verdade é que as duas teses procuravam apenas dar força aos vaticínios da Escritura; uns apoiavam-se naquele passo do Salmo XLV que o pseudo Lêntulo citava: «Ele era o mais formoso de todos os filhos dos homens, e a graça estava espargida nos seus lábios», ou apoiavam-se em passos análogos, canónicos ou não; outros tinham em mente o célebre capítulo LIII de Isaías onde se prevê o Messias expiatório, «desprezado, abandonado pelos homens, esposo da dor e familiar do sofrimento, como objecto diante do qual se vela a face, alvo exposto ao nosso desprezo, não fazíamos dele nenhum caso», ou ainda outros textos duma sonoridade semelhante, como o Salmo XXII que descreve Aquele «de quem furarão as mãos e os pés e de quem contarão os ossos todos», como um «verme da terra e não um homem». A oposição entre as duas concepções do Messias voltou a dar-se, portanto, nestas discussões de estética, mas com elas nada se adiantou no conhecimento das feições de Jesus.

Que resta, pois, para satisfazer esta espectativa que ninguém negará ser desejo vivo no mais profundo de numerosos corações cristãos? Querer conhecer a aparência carnal de Cristo, é mais que ceder a uma curiosidade vã; é, de certo modo, prestar a mais valiosa das homenagens àquele que, sendo Deus, quis tomar as feições de homem, desprezando, até certo ponto,

a proibição de Yahweh transmitida a Moisés, de nunca lhe atribuir feições humanas. Resta a Arte, e o P.e Doncoeur tem razão para ousar escrever estas frases penetrantes: «No mais belo sentido da expressão, o Cristo da Arte não pode ser senão o Cristo da Fé. É esse para nós o Cristo mais real, aquele que dilui os véus das aparências para deixar transparecer um raio de luz interior».

Desde há bastantes séculos, quinze pelo menos, a humanidade cristã, procurando suprir a carência dos textos e dos documentos, vem pedindo ao talento e ao génio que lhe restitua o Deus que se fez homem. Se os fiéis da primitiva Igreja se contentavam com aqueles modestos símbolos existentes nas Catacumbas e sobre muitos sarcófagos — o peixe, o cordeiro, a cepa de videira, a espiga de trigo, — já aparecia uma primeira imagem em retratos de Orfeu, tido como precursor do Messias, depois nos do Bom Pastor vindo directamente do Evangelho, mas que naturalmente tomara a forma dos éfebos helénicos. A deliciosa estátua do Museu de Latrão, o belo sarcófago do Louvre que no-lo mostram com a ovelhinha encontrada posta em volta do pescoço, são duma estética ainda muito pagã, vizinha da graça do Hermes *Crióforo*, «que transporta o carneirinho».

Tal influência não desapareceu com facilidade; parece ter havido, a princípio, uma tradição para representar Jesus, moço, vigoroso, imberbe, porque no mundo antigo, a juventude era um atributo dos deuses — nas Catacumbas, Noé, Job, Abraão e Moisés não se encontram representados com feições de adolescentes? Foi apenas no decurso do século v que a influência bizantina fez predominar o tipo ainda hoje vulgarizado em toda a Cristandade: o dum homem feito, de rosto anguloso, nariz comprido, olhar profundo, cujos cabelos se apartam na fronte e caem pelos ombros, e cuja barba castanha, encaracolada, se divide em duas pontas. Durante algum tempo os dois tipos andaram justapostos, o imberbe para designar preferentemente o Cristo histórico, o outro para mostrar o Deus glorificado. Foi o último que, por fim, prevaleceu. É o que se encontra hoje em toda a parte onde pode entrar a Cruz.

Sobre este esquema fundamental, tem-se divagado até ao infinito. Dois perigos ameaçaram a tradicional representação

de Jesus: um foi o de insistirem na «beleza» em sentido tão humano que a palavra não é já senão sinónimo de insipidez, e o de proporem à veneração das multidões que demasiadamente apreciam essas suspeitas suavidades, umas desoladoras e conhecidas imagens, herdeiras abusivas de todas as de Rafael, de Vinci, de Luini e, sobretudo, de Guide. O outro foi o de insistirem, — sobretudo a partir do momento em que, no século xv, o patético penetrou na arte, — no aspecto trágico do Messias crucificado. O grandioso horror do «Devoto Cristo de Perpignan» ou dos prodigiosos cadáveres de Grünewald e de Holbein marcam a reacção contra um gosto detestável; outros foram, nesse sentido, infinitamente mais longe, mesmo demasiadamente longe.

Por isso, quando hoje procuramos figurar Jesus, é através das obras-primas da arte que a imaginação desfere os seus voos. Será Jesus o senhor poderoso e calmo, o justiceiro de fronte imperturbável que um artista genial esculpiu em Amiens, «o Deus formoso»? Será o homem de rosto admiràvelmente sereno que Fra Angélico pintou, no seu convento de Florença, e cujo olhar profundo, penetrante, faz irremediàvelmente pensar naquele que se fixou em Nathanael no momento em que o desconhecido lhe disse: «Quando estavas debaixo da figueira...» Entre tantas imagens, as mais comovedoras são as que simultâneamente conseguem exprimir o trágico humano e a doçura sobrenatural daquele que afirmou: «Não vim para perder os homens, mas para os salvar»! A admirável cabeça do Museu Arqueológico de Beauvais e aquela outra, tão misteriosa, que se conserva no Museu de Cluny, correspondem perfeitamente a esse duplo carácter. Mas ousará alguém dizer que, mesmo em semelhantes obras-primas esteja evocado Cristo, todo ele?

Temos de admitir que a cada povo cabe o direito de criar a seu modo a imagem adorável. «O rosto de Cristo — escrevia no século IX o patriarca Fócio, — é diferente entre os Romanos, os Gregos, os Índios e os Etíopes, porque estes povos afirmam que o Senhor lhes apareceu sob a feição que é a própria de cada um deles». Um Cristo com feições de Chinês, ou um Jesus preto, não pode irritar senão aqueles que desconhecem o verdadeiro sentido do testemunho crístico. Que Cristo,

quando vivo, tivesse, como um Judeu de raça, os traços físicos do povo eleito, parece bem provável; mas o seu nascimento, resultante do próprio mistério do destino de Israel, não define completamente a sua mensagem; o verdadeiro sentido da sua vida foi justamente a sua morte. E, ao morrer em nome dum universalismo sublime, é a humanidade inteira que, nesse instante, ele resgata e encarna. Qualquer homem, de futuro, nele se poderá reconhecer.

Tinham, assim, razão todos quantos, desde os tempos mais remotos, afirmavam que Jesus era «um simples homem, semelhante aos outros homens» (São Paulo, *Epístola aos Filipenses*, II, 7, 8), e que «não diferia em nada, dos restantes» (o anticristão Celso), e que «tinha o aspecto de todos nós, filhos de Adão» (João Damasceno, no século VIII). Um texto que, durante largo tempo, foi atribuído a São Cipriano, bispo de Cartago no século III, pronuncia, com certeza, a última palavra, nestas investigações: «É, disse Jesus, em vós próprios que me vedes, tal como um homem, num espelho, poderá ver a sua imagem!» Na verdade, muito mais que o aspecto físico de Jesus, conta, não só na religião, mas também na História, esse esforço que, há dois mil anos, milhares de cristãos realizam para identificarem a sua alma com a alma de Jesus: todos eles sabem que será sòmente no último dia do juízo que poderão «observar Jesus face a face, depois de afastados todos os véus», como disse São Paulo (I *Cor.* XIII, 12), mas que, então, para o contemplarem «tal como ele é», será preciso terem-se tornado «semelhantes a ele» (I *Epístola de São João*, III, 2) [1].

A vida humana de Jesus

Simples homem — é exactamente assim que Jesus nos surge em todo o decorrer do Evangelho, um de entre aqueles

---

(1) O leitor atento desta questão deverá ter observado que não citámos, dentre os «miraculosos» retratos de Jesus, o mais famoso de todos, ou seja o Santo Sudário de Turim. Este caso é, na verdade, tão complicado e discutível, que resolvemos consagrar-lhe um anexo especial, no fim da obra.

homens do povo miúdo, aonde ele ia recrutar os seus discípulos, vivendo a vida deles, comendo e vestindo como os seus compatriotas de igual categoria social. Evidentemente, a pretexto de autenticidade histórica, não devemos diminuir exageradamente a imagem de Jesus, fazendo dele, segundo certa fórmula estúpida, «um proletário, filho duma mulher doméstica». A cada uma das feições em que ele se revela na sua singeleza, devem corresponder aquelas que, aos olhos das multidões, tornavam manifesta a sua majestade; ao mesmo tempo que consideramos o artífice modesto, o homem de condição humilde, deve a figura daquele que curava os doentes, do profeta, do taumaturgo impor-se-nos ao espírito para equilibrar a primeira imagem, e também aquela outra figura que Pedro, Tiago e João viram transfigurada na sua glória, no cume dum outeiro. É perfeitamente legítimo, sem cair nas liberdades das reconstituições de «cor local», imaginarmos a pessoa de Jesus ajudados por aquilo que a observação nos revela dos costumes e hábitos da Palestina de hoje em dia; é mesmo necessário aproveitar o que o Oriente imutável tem conseguido manter, enquanto o automóvel não acaba de matar as tradições e de introduzir em todas as províncias o boné do motorista, o azul da ganga do fato macaco, e a lata vazia de gasolina, utilizada para os usos mais variados. Todavia, quando se fala, não já do vestuário ou dos alimentos de Jesus, mas da sua cultura intelectual, dos idiomas que ele dominava, o mistério de Deus surge com maior realidade naquele ser carnal, e levanta-se o problema de saber se quem assim reunia em si todos os dons do Espírito Santo, não fora milagrosamente transformado, até mesmo no homem que ele era.

O seu nome nada tinha de invulgar: *Jeshouah*, derivado de *Yahoshou*. «Yahweh nos salva» ou «Yahweh nos vale», era o vocábulo bíblico que, no Antigo Testamento, se traduziu por Josué. Nas versões gregas, todas as formas semitas *Jehoshua*, *Joschua*, *Jeshua*, são derivados de *Jêsous*, donde nos vem Jesus. Entre os Hebreus, como se verifica ainda hoje, as modas influem no uso dos nomes específicos: aquele de Jeshua, durante largo tempo abandonado, vulgarizou-se novamente a partir do IV século anterior à nossa era. Quanto ao soberano Nazareno,

do qual já tivemos ensejo de falar ([1]), ele não contrariava o hábito (que parece ter estado muito difundido, então, em Israel) de se determinar a identidade dum indivíduo por meio duma espécie de alcunha ([2]).

A indumentária de Jesus não deveria diferir sensìvelmente daquela que ainda hoje se observa nos camponeses da Palestina. A cabeça, coberta por uma peça de fazenda amarrada na testa e caída sobre os ombros, — o *couffieh* dos nossos dias. Os cabelos e a barba, provàvelmente, muito compridos. No corpo, uma túnica de linho, fosse qual fosse a estação; no tempo frio, um manto de lã, que, segundo as prescrições moisaicas, deveria ter, pendentes nos cantos, borlas azuis, com uma das quais foi tocada a mulher que sofria de hemorróidas. Quando rezava cobrir-se-ia com o manto branco com barras violetas, como ordenava o ritual, e ataria nos pulsos e na fronte, os «filactérios» — essas caixinhas que encerravam os versículos da Lei? Três cintas eram usadas geralmente: uma que segurava as roupas; outra, de pregas, que servia de bolsa; a terceira, que se enrolava em volta do corpo, tinha cerca de quinze metros de comprimento, e usava-se quando se ia de jornada. Nos pés, traria sandálias, aquelas sandálias que ainda hoje se usam na Palestina: simples palmilhas seguras por correias — as tais correias que João Baptista se dissera indigno de desatar.

Quando jornadeava, Jesus pedia hospitalidade em qualquer casa: o hábito era tradicional, e ainda se mantém em larga escala. Num dos aposentos da casa, ou mesmo no terraço, estende-se um colchão de palha, uma espécie de maca feita de cordas, ou, ainda mais simplesmente, uma pele de animal, uma esteira de junco, ou um tapete. Também vulgarmente se dorme

---

([1]) Ver, atrás, pág. 151. Qualquer que seja o significado da palavra, parece exagerado atribuir-lhe um poder quase mágico, como se propõe Guignebert, estribando-se no passo do Evangelho (*João*, XVIII, 5) onde a simples resposta de Jesus, dada aos homens que o buscam: «Sou eu, Jesus, o Nazareno», faz cair por terra a multidão, e noutros *Actos* em que Pedro cura os enfermos, «em nome de Jesus, o Nazareno». Nada indica que Jesus ou os discípulos tenham acreditado nesse «poder do nome».

([2]) Exemplos: Simão o Zeloso, apóstolo, ou Tomás, alcunhado de Dídimo, ou o Simão chamado Képhas, a «Rocha», e muitos outros.

ao ar livre; a noite fresca é uma delícia, após a canícula do dia, sendo agradável descansar, encostada a cabeça num bocado do manto, no meio do silêncio povoado por miríades de estrelas, até à hora em que ressoa, com a aurora, «o grito agudo dos pastores junto aos apriscos».

Era ainda à hospitalidade que Jesus pedia uma grande parte do seu próprio alimento. Sem dúvida que os Doze faziam com o Mestre uma comunidade de bolsa — essa bolsa que, no dizer de São João (XIII, 29), Judas administrava. Alguns amigos ricos — mulheres, principalmente — «ajudavam-nos com os seus teres» (*Lucas*, VIII, 3). De qualquer modo, a alimentação não devia ser dispendiosa. Os naturais da Galileia contentavam-se com pão, lacticínios, hortaliça, fruta, e, claro está, com peixe. A água era a bebida mais usada pela gente humilde; para as refeições de gala, reservava-se o vinho e uma espécie de cerveja, a *sicera* em que entravam frutas e cereais. É provável que Jesus tenha, de tempos a tempos, tomado parte em qualquer desses banquetes — de que é exemplo o de Caná — em que os Orientais gostam de exibir o seu luxo, e nalguns jantares de luto em que não se comia mais do que lentilhas, pois, conforme diziam os Rabinos, «assim como a lentilha não tem cotilédones, assim o dorido não tem palavras». Tudo, no Evangelho, dá a impressão duma existência simples, ao abrigo das dificuldades, não pela posse de dinheiro, mas pela renúncia e pela frugalidade.

Outra questão mais debatida: que línguas falaria Jesus? No seu tempo, o idioma corrente na Palestina era o arameu, como acontecia desde dois séculos antes. Os Arameus constituiam o ramo setentrional dos Semitas que, por volta do segundo milénio e durante as migrações confusas, estabeleceram o seu centro principal ao norte do Crescente fertilíssimo, no sopé do Anti-Tauro; fora ali que Abraão, deixando Ur, em Sinéar, fizera a sua primeira paragem em Harrã, e ali também, ao Paddã-Arã, ao «País dos Pais», foram Isaac e Jacob procurar mulher. Para resumir as suas mais remotas tradições, os Israelitas diziam: «Um Arameu vagabundo era meu pai...» (*Deuteronómio*, XXVI, 5): em todas as encruzilhadas da História Sagrada encontramos estes erradios, reservas inesgotáveis de tribos em movimento, invasores sem cessar renovados, aos

quais os reis hebreus, pelos séculos IX e VII, com muito custo se opuseram. A penetração dos Arameus em toda a Síria e em toda a Palestina, havia sido tão profunda, tantas as relações estabelecidas com o Mediterrâneo por esses infatigáveis viajantes, que o seu idioma se estendera consideràvelmente em toda a região desde o Sinai ao Tauro, e, mais longe ainda, até ao Golfo Pérsico. É incontestável que foi em arameu que Jesus falou. O Evangelho trouxe até nós algumas expressões que, nesse idioma, foram proferidas por seus lábios: *Abba* (Pai), *Ephpheta* (abre-te), *Lamma sabacthani* (porque me abandonaste?), *Talitha koumi* (acorda, minha menina). Certos jogos de palavras são tìpicamente arameus, como, por exemplo, o famoso: «Tu és Kephas»; outros, adivinham-se. Assim sucede no preceito «deixa que os mortos sepultem os mortos» *(Mateus*, VIII, 22) — em que Jesus jogou com a semelhança de mâthâ (aldeões) e methâ (mortos). Os ritmos, as cadências, as aliterações do seu estilo são, com certeza, de origem aramaica.

Mas Jesus só conheceria esse idioma? Verosimilmente, não. Basta ler o passo em que São Lucas (IV, 16) no-lo mostra, no interior da Sinagoga, «desenrolando o Livro do profeta Isaías, e lendo», para compreender que Jesus dominava, pela certa, o hebreu clássico. Tornado língua morta a partir do IV século, quando já o arameu, em definitivo, triunfara, o hebreu passara a ser uma língua litúrgica, tal como o latim que, com idênticas funções, sobreviveu, após o triunfo dos idiomas românicos. Qualquer mancebo Judeu que fizesse os seus estudos na sinagoga, sabia um mínimo de hebreu, dado que o conhecimento da língua santa era a base de toda a cultura de então.

Um terceiro idioma se encontrava, de igual maneira, muito vulgarizado no país: o grego. Após as conquistas de Alexandre e a formação dos reinos helenísticos, um idioma, que aliás já não era o mesmo de Platão, desempenhava em todo o Oriente e no mundo mediterrânico um papel de ligação internacional, análogo ao que hoje desempenha o inglês, ou ao que desempenhou o babilónico pelo ano 2.000, antes da nossa era. Sobrepondo-se, no próximo Oriente, ao arameu que, entre o povo, continuava a ser a língua vulgar, o grego passara a ser a língua dos negócios, da diplomacia, e da vida intelectual. Os

funcionários romanos, destacados nesses países, falavam grego. Jesus teria, igualmente, falado esse idioma? Nada, no Evangelho, no-lo assegura de modo incontroverso, e, seja como for, a influência helénica em nada se faz sentir no seu estilo. Pode-se, no entanto, observar que o interrogatório feito por Pilatos dá fortemente a impressão de se ter desenrolado sem intérprete, e que as respostas se trocaram entre indivíduos que se compreendiam perfeitamente, quanto à língua. Mas isto não passa de simples indicação.

Igualmente, nada nos permite assegurar que Jesus tenha sido um «homem culto», no sentido actual da expressão. Sem dúvida é verdade que muitos dos mais sábios doutores de Israel saíram do povo humilde, foram simples operários manuais que se tornaram mestres nesse conhecimento supremo que, aos olhos dos Judeus, era o da Lei. Conseguiam-no, entretanto, à força de trabalho. Já vimos que nada nos mostra ter Jesus, durante a infância, seguido estudos que se possam dizer desenvolvidos. Através do Evangelho, vê-se o seu pensamento gravitar naquelas esferas que são familiares às almas religiosas do seu país e do seu tempo; alude com naturalidade aos episódios do Velho Testamento, cita a Escritura; está mesmo suficientemente ao facto da dialética dos Fariseus para lhes responder; contudo, nunca se coloca no campo próprio dos Escribas e dos Doutores, e, se os atrapalha, é só por apelar para o seu bom senso e para a sua «nova lei», que quase sempre coincide com a simples lei natural. E é isso o que, nele, causa assombro: a uma curiosidade insatisfeita do espírito, e a uma universal compreensão, junta uma sabedoria que nada parece dever ao estudo. O seu tom é único e insubstituível. E é esse um dos aspectos do seu ser em que refulge, não só aquilo que ninguém se atreve a chamar *o seu génio*, pois que o termo é demasiado terreno, mas um indefinível clarão sobrenatural, em que a inteligência do homem irradia do próprio Espírito Santo.

Temperamento e carácter

Idêntica luz sobrenatural se revela, incontestável, a quem estude o temperamento e o carácter de Jesus. Para nos refe-

rirmos apenas ao seu plano temperamental, é evidente que Jesus nos surge como «um homem diferente dos outros»: daí resulta o tão patente embaraço de todos os chamados críticos «livres» que, desejando considerar nele apenas o humano, sentem, no entanto, que lhes escapa qualquer coisa, pela qual se explicaria a parte mais decisiva do ser de Jesus.

Alguns desses críticos tentaram tirar-se de dificuldades pondo em discussão o estado mental de Jesus Cristo (¹). Já há cerca de cem anos, D. F. Strauss, o historiador racionalista alemão, chegara ao ponto de escrever que o considerava «às portas da demência»; depois disso, tem-se *progredido* muito, e o catálogo dos sinais, sintomas e provas irrefutáveis de loucura organizado pelos nossos psiquiatras, seria bastante extenso para o reproduzirmos nesta obra. Dizer-se Filho de Deus e futuro Julgador do mundo, não será uma prova de evidente megalomania? Apresentar-se, a todos os pretextos, como modelo, começar todos os seus discursos por «Eu», não será revelar um excesso clínico do sentido do eu? Incidentes como aquele do estigma de Deus no momento do baptismo, ou o da Transfiguração, não revelam, acaso, um temperamento alucinatório? De igual modo, os constantes deslocamentos de Jesus através da exígua terra da Palestina, não denunciam nele a mania ambulatória? Os psicanalistas, por seu turno, interpretam muitos episódios do Evangelho, as suas palavras, e mesmo os seus silêncios, do ponto de vista da Líbido. Não se volta a falar mais de São José, quando Jesus se torna adulto. Não haveria neste último qualquer «complexo de Édipo» que, de resto, é confirmado pela sua atitude de dureza para com a mãe, nas bodas de Caná?... Binet-Sanglé dissera já que a timidez de Jesus, em face das mulheres (?) «não era própria dum macho» (!), podendo imaginar-se o que a escola freudiana deduz

---

(¹) O mais notório de todos é Binet-Sanglé, cujo livro *La Folie de Jésus (A loucura de Jesus)* (Paris, 1908), é tão pretensioso como superficial; mas há muitos outros, em todas as línguas, tais como os de Loosten, W. Hirsch, Rasmussen. Estas teses psiquiátricas encontram-se resumidas e refutadas em A. Schweitzer: *Die Psychiatrische Beurteilung Jesus* (Tübingen, 1913). Os psicanalistas também, por seu turno, se dedicaram à questão, como, por exemplo, G. Berguer: *Quelques traits de la vie de Jésus au point de vue psychologique et psychanalytique* (Genève e Paris, 1920).

do versículo de São Mateus (XIX, 12): «Alguns há que a si mesmos se fizeram eunucos». Os médicos que, do alto da sua competência, lavraram o diagnóstico de *hemofilia*, a propósito do suor de sangue que São Lucas refere no episódio do Jardim das Oliveiras, ou o da *sitiofobia*, pelo desejo que Jesus teve de jejuar quarenta dias, ou ainda o da tuberculose pulmonar (provocando um estado de fraqueza e de instabilidade geral), a propósito do jorro de «água e sangue» que a lança do soldado provocou, não são menos fantasistas. Tudo isto é miserável, e ainda mais ridículo do que repulsivo.

«O louco jamais triunfa. Até agora, não foi dado ao desvairamento de espírito, influir dum modo sério na evolução da humanidade». Agradeçamos a Renan estas expressões de bom-senso. As teorias à Lombroso, segundo as quais o génio é uma forma da loucura, não têm já hoje aceitação, salvo entre os vulgarizadores atrazados das ideias do século XIX; é de lastimar que elas continuem a existir em tantos cérebros primários. Mas, para bem definir a linha de fronteira entre a razão e a demência, ainda é preciso que se não dê do que é «normal» uma definição tão inferior e vulgar que exclua toda a qualidade excepcional, e que faça de Mr. Jourdain e de Mr. Prudhomme os arquétipos do *homo sapiens*. Se Miguel Ângelo, Beethoven, Napoleão ou Alexandre foram indivíduos, cada um no seu género, «fora do normal», isso não quer de modo nenhum dizer que eles sejam inferiores a qualquer honesto burguês. Se atribuirmos à média dos homens o número zero, a loucura será afectada do sinal *menos*, mas o génio afectado do sinal *mais*. Ninguém pretende que Jesus tenha sido um homem ao nível mental dos de mais; mas isso porque os excede dum modo incomensurável, não porque esteja em nível inferior.

A quem o considera sem ideias preconcebidas, o Cristo do Evangelho aparece, pelo contrário, com uma personalidade extremamente coerente, sólida, construída sobre inabaláveis fundamentos. Nem uma só vez se encontra nele qualquer vestígio de vaidade, ou quaisquer desses exageros de atitudes em que se deixa surpreender o comediante. Nem um só instante, ele se exibe para a galeria. Um conto blasfemo que teve algum êxito em certos meios durante a Idade Média, — e de que o

Imperador Frederico II, de Hohenstaufen, foi acusado de ser o autor, ou, pelo menos, de o ter recebido do Oriente e logo divulgado, — englobava num mesmo qualificativo: *Três impostores*, — a Moisés, Jesus e Maomé. Não há termo mais erróneo para designar Cristo, do que esse; porque em Jesus nada se encontra de impostura, nem mesmo daquela de que todos nós usamos, quando procuramos dar de nós a melhor imagem possível. O célebre apólogo do argueiro e da trave (*Lucas*, VI, 42) não encerra apenas uma lição de humildade, mas também uma lição de autenticidade: ser verdadeiro, nunca ceder à tentação do fingimento, mostrar-se exactamente o que se é, eis não só o ensino que Jesus nos ministra por palavras, mas também o que significa o seu exemplo. «A verdade que nos torna livres» (*João*, VIII, 32), é, sobretudo, a que usamos para conosco mesmos».

A personalidade de Jesus tem tanta sinceridade como solidez. Ele é, na verdade, «senhor do universo». A todo o instante, ele domina as situações: do mesmo modo que, para onde não quer ir, se não deixa arrastar pelos entusiasmos inconsiderados das multidões, assim também se não deixa vencer pelos insucessos, nem as oposições o levam a modificar o essencial da sua acção. Se se adapta às circunstâncias e não arrosta as resistências e os ódios, a não ser na hora própria, quando entende que é oportuno, vemos que jamais capitula, nem sequer fraqueja perante as maquinações do adversário. Num simples homem, esta mistura de maleabilidade e de firmeza seria admirada. A certeza íntima da sua missão não o leva a praticar excessos; vimo-lo, em resposta às instâncias do demónio, recusar-se a fazer um milagre que o glorificaria por baixo preço. «O seu espírito estava-lhe absolutamente submetido» e, bem assim, a consciência.

Pode-se ainda observar que esta segurança não é coisa adquirida: ao contrário de tantos homens que a conseguem à custa da experiência da vida, por uma espécie de endurecimento do carácter, nele, vêmo-la, desde início, sem crise de formação, e sem aprendizagem; e as fraquezas humanas que se lhe conhecem, como, por exemplo, a agonia no Jardim das Oliveiras, não afectam de nenhum modo a sua rectidão espiritual, da mesma forma que não influem nas suas decisões.

Os homens que, em si próprios, realizaram o que o romancista Charles Morgan tão expressivamente chama a «unidade interior», ou seja, simultâneamente, a sujeição da vontade a um objectivo lùcidamente definido, e sem desfalecimentos procurado, e a harmonização de todas as faculdades com vista a esse objectivo, tais homens, e só eles, impõem essa autoridade espontânea que nada tem de comum com o poder, e não depende das hierarquias sociais, mas que é revelada pela menor atitude, por uma simples palavra e pelo olhar mais banal — esse olhar «circular», «a toda a sua volta», como o Evangelho tantas vezes sublinha. É evidente que uma autoridade desse género, Jesus, como homem, a possuiu. Se, em diversos passos da Escritura, pressentimos alguma coisa diferente desse prestígio natural — por exemplo no chamamento dos Apóstolos, no diálogo com Nathanael, e na cena da prisão, em que os guardas caem por terra, quando Jesus pronuncia o seu nome — por toda a parte refulge o verdadeiro poder, o poder dum chefe, dum homem a quem basta falar para ser obedecido, se quiser. Lembremo-nos do episódio dos vendilhões escorraçados do Templo, e daquele outro em que Jesus, temendo uma conspiração para o fazerem rei, manda embarcar os discípulos, e sòzinho dispersa a multidão (*Marcos*, VI, 45; *Mateus*, XIV, 22); através das palavras imensamente simples dos evangelistas, nota-se-lhe autoridade! A mesma que se revela igualmente em toda a sua pregação: «Mas, em verdade, vos digo...»; esta fórmula pronunciada por qualquer outro pareceria petulante; nos lábios de Jesus, é perfeitamente natural.

O mais admirável é que essas três qualidades que lhe notámos: a autenticidade, a firmeza e a autoridade — se equilibrem; assim se explica a perfeita naturalidade do seu carácter. Nada é mais falso que imaginarmos um Jesus rígido, imutável nas suas atitudes, estátua de gesso que nenhuma paixão consegue inflamar. Outras personagens, como o Moisés, no Antigo Testamento, e o João Baptista, no Novo, parecem muito mais duma só peça, mais inteiriços. Há sorrisos na vida humana de Cristo: o «deixai vir a mim os pequeninos» foi acompanhado dum sorriso, e dos mais doces. Por vezes, há malícia; por exemplo, no diálogo a respeito do tributo devido ao imperador (*Marcos*, XII, 13, 17). A célebre resposta de Jesus: «Dai

a César o que é de César», parece, na verdade, encerrar uma ironia superior, uma forma astuta de devolver ao adversário uma pergunta insidiosa. Um historiador tão incrédulo como Guignebert falou da «frescura do espírito de Jesus, revelada em circunstâncias que coisa alguma consegue perturbar». Há igualmente cóleras, santas e grandiosas cóleras que referverem e que rebentam quando o zelo de Deus, que o devora, se irrita com a loucura ou com a incompreensão voluntária da humanidade. É então que ele «conhece essas horas em que a força viril se avoluma como um rio, parecendo decuplicar-se para se expandir» (L. de Grandmaison); é então que ele bem parece pertencer a essa raça veemente que deu os Profetas, e que vemos ainda hoje gesticular, arrebatar-se, e ceder à violência, por motivos, muitas vezes, nada espirituais. Que ele ataque, de azorrague em punho, os vendilhões do Templo; que ele diga as verdades (e com que selvática eloquência!) aos Doutores e aos Fariseus; que responda aos espiões do rei Antipas: «Ide dizer a essa raposa...!» *(Lucas,* XIII, *32)* — o que se descortina nestes episódios é, na verdade, um homem, um homem que tinha sangue nas veias, justamente o contrário das banais figuras são-sulpicianas. A respeito dele poderia dizer-se, como das personagens dos grandes romancistas, que traz em si as suas contradições, as suas «múltiplas petições», se tudo não permanecesse com a maior das clarezas, dentro do quadro duma unidade perfeitíssima, se os movimentos das paixões por que é solicitado o não deixassem em completa lucidez. Desmentido a si próprio e por si próprio, é coisa de que, nele, se não encontra o menor exemplo: o mesmo Salvador que dá a vida pelo homem, indigna-se perante o espírito de ruindade do mesmo homem, «como se, — escreve Chesterton —, houvesse contradição entre o facto de amar a humanidade, e a circunstância de a odiar»!

Uma outra prova do perfeito equilíbrio de Jesus — e também um dos traços que humanizam o seu carácter — é o sentido do real, do tangível, de que, continuamente, ele dá provas. Os visionários apenas *visionários* são criaturas para quem a realidade não existe. Nos limites das suas aspirações, o sonho e a vida identificam-se, e a loucura abre as portas às suas ambições. Esta tentação — a mais secreta das que ameaçam a

sublime poesia, que os Rimbaud e os Hölderlin conheceram, e que o intenso misticismo não pode deixar de temer, — não transpareceu nunca, nem no pensamento nem nas palavras de Jesus. Os seus pés pousam, sempre, na terra. O mundo exterior, para ele, é aquilo mesmo. Inúmeras vezes se tem observado estar descrito no Evangelho todo o pequeno mundo da Palestina, com realismo impressionante: a terra, as estações, o vento que sopra e as chuvas que tardam a chegar, o trigo que amadurece na Primavera, toda uma vegetação múltipla e pitoresca, assim como os animais familiares, desde o burro ao escorpião, e também os seres humanos, todos eles evocados nos seus gestos típicos, o semeador que lança o grão, a mulher que, no seu passo ritmado, desce para a fonte, de cântaro à cabeça, o pescador que puxa as redes. Este sentido do real é evidente na sua linguagem; nota-se mesmo através das sucessivas traduções; é concreto e preciso; mais o deveria ser em arameu, pois confrontando-se os textos, percebem-se certas deficiências. Para falar das «aves do céu» (segundo *Mateus*, VI, 26), que não semeiam nem ceifam mas que o Pai sustenta, Jesus, segundo Lucas, exemplificou com «os corvos» (XII, 24) e, na parábola do Filho pródigo, as vagens, nomeadas na maioria das traduções francesas como alimento do exilado, são, na realidade, alfarrobas. Falando a gente muito humilde, Jesus usa termos precisos que os camponeses apreciam. Não é possível, ao considerarmos este realismo salutar, esta exactidão de linguagem e este sentido do concreto, deixar de se ver em tudo isso outra coisa que não seja uma prova de equilíbrio psíquico, e de solidez: Jesus ama o mundo que ele evoca. Só verdadeiramente se fala bem daquilo a que se consagrou o coração. «Levanta uma pedra e debaixo dela me verás; racha uma árvore, e ainda nela eu estarei!» Este aforismo que o apócrifo dos *Ebionitas* atribui a Jesus, é digno do Evangelho: exprime perfeitamente o sentido desse realismo que é amor.

Dir-se-á tudo afirmando que é inteiramente falsa aquela imagem, tão querida de Renan, do «doce sonhador da Galileia»; falsa, a confinar com o absurdo. Poder-se-á, sequer, falar de «temperamento místico», a propósito de Jesus? Em todo o caso, só retirando a essa expressão tudo quanto costumamos atri-

buir-lhe de confuso e equívoco [1], e recordando que os maiores místicos foram homens e mulheres perfeitamente sãos, dotados dum bom senso superior, frequentemente possuidores de muitas qualidades de acção, e não os desiquilibrados perdidos nos seus êxtases, com os quais, por acinte, ordinàriamente são confundidos. Na verdadeira hierarquia espiritual, o êxtase não é mais que um fenómeno bastante inferior, que manifesta sobretudo a fraqueza do sujeito: é para além de todo o carisma e de toda a visão que se estende a «noite escura», ao abrigo da qual Deus se deixa aproximar. Jesus teve, incontestàvelmente, visões: a do Baptismo, a da Transfiguração, a da Tentação e outras, como, por exemplo, aquela que São Lucas relata (x, 18) quando diz: «Eu olhava Satanás, que caía do céu como um raio». Jamais, porém, ele perde a lucidez; nunca está — para usarmos a definição clássica dos êxtases místicos, — «liberto de si próprio e possuído do divino».

É que, na verdade — e basta esta definição para o fazer compreender — Jesus não poderia ser «livre de si próprio e possuído do divino», pois que o divino estava nele, em toda a parte com ele e sempre presente. São Paulo caracterizou com perfeição esse estado supremo do místico, na sua fórmula célebre: «Já não sou eu quem vive, é Cristo, que vive em mim». Aplicada a Jesus, essa frase é vazia de sentido: ele é o Cristo, ele é Deus. Renan, o apóstata, compreendeu-o belamente: «Deus não fala (a Jesus) como a alguém que seja exterior a ele mesmo; Deus reside nele (em Jesus), ele sente-se com Deus, e tira do coração o que diz de seu Pai. Vive no seio de Deus, por uma comunicação de todos os instantes». Os maiores santos tremem de terror, só de pensarem em Deus: Jesus, nunca, visto que é igual ao Pai. Daquele que constitui precisamente o *alfa* e o *ómega* de todo o esforço místico, não

(1) Cf. Daniel-Rops, prefácio dos *Mystiques de France* (Paris, 1942). Não se pode, tão-pouco, dizer que Jesus seja um asceta, no verdadeiro significado da palavra. João Baptista parece ter feito do ascetismo um dos fundamentos da sua doutrina; Jesus, não. Ele e os discípulos vivem modestamente, mas sem procurarem as privações, e sem caírem nos exageros farisaicos dos jejuns e das macerações. Os grandes místicos, aliás, consideraram sempre a ascese como um processo quase elementar que se torna necessário ultrapassar, para atingir os altos graus.

se pode dizer que ele próprio seja um místico. Ainda aqui, como em todas as facetas deste retrato que estamos a esboçar, é o mistério de Deus, que, sob o aspecto humano, transparece.

O coração de Deus

Não é possível imaginar ninguém mais afastado que Jesus daqueles rígidos teóricos que — tão imbuídos das suas certezas como inflexíveis nos seus direitos, — deixam cair do alto as suas sentenças e fazem, da mais comovente mensagem que jamais foi enviada ao mundo, um sistema de preceitos ferozes, uma implacável guilhotina. Quando a Igreja católica, no século XVII, quis reagir contra os desmandos do jansenismo, foi no amor de Jesus pela humanidade que ela insistiu [1]. Já na Idade Média, diversas almas contemplativas haviam considerado esse aspecto essencial da personalidade de Jesus; São Boaventura, o grande franciscano da Toscana, que viveu no século XIII e ensinou na Universidade de Paris, falara desse «coração ferido, no qual os homens se podem abrigar do mundo»; e Santa Genovéva, a freira do Brabante, numa daquelas célebres visões que constituem o *Arauto do amor divino*, anunciara ao mesmo tempo que «no fim do mundo, a humanidade, envelhecida e fria, haveria de se reconfortar ao calor desse mistério», a caridade infinita de Jesus. O culto do «Sagrado Coração» tomou forma em 1670, no tempo em que São João Eudes, robusto normando e infatigável missionário, compôs um ofício e uma missa sobre esse tema, e depois, cinco anos decorridos, quando

(1) É justo acrescentar que um grande número de protestantes, voltaram a encontrar, seguindo outros caminhos, o sentido do amor de Jesus. O R. P. Braun, dominicano, prestou-lhes esta bem merecida homenagem: «Ao protestantismo liberal devemos nós o terem posto em evidência, no Cristo dos Evangelhos, a soma das virtudes excelsas e bem equilibradas que é prodigioso verem-se reunidas num só homem». E insistindo sobre esse homem sem par, que foi Jesus, aprenderam a amá-lo; sucede, no entanto, que essa mesma insistência conduziu a um desvio, e que, à força de considerarem o homem, esqueceu-se o Deus. O equilíbrio é difícil de manter entre as duas perspectivas, entre o imanente e o transcendente.

começaram em Paray-le-Monial, as revelações de Santa Margarida-Maria Alacoque, e Pio IX e Pio XI deram à festa, que a Igreja lhe consagra, considerável solenidade. E se a estética das estátuas que procuram representar, sob forma material, o coração de Jesus, é — temos de o confessar, — muitas vezes indigna do objectivo que pretendem atingir, a intenção que anima esse culto é profundamente justa e corresponde, por certo, à característica mais essencial da fisionomia de Jesus.

O Evangelho está cheio de notações que nos mostram Jesus acessível a sentimentos humanos, capaz de experimentar, em relação a certas pessoas, a inclinação duma amizade, duma ternura delicada, ou mesmo certa atracção misteriosa que, sem que se saiba bem porquê, faz com que desejemos conhecer melhor alguém e sermos, por esse alguém, amados. São João, «o discípulo que descansou sobre o seu peito», foi, desse modo, objecto duma afeição evidente. Por aquela família de Betânia, para a qual fará o mais surpreendente e sem dúvida o último dos seus milagres, Jesus nutria uma amizade da qual o IV Evangelho é testemunho: «Jesus adorava Marta, e a irmã Maria, e Lázaro» (*João*, XI, 5). E há poucos episódios tão reais, em que mais fortemente se encontre vincada a veracidade das personagens, como esse em que se vê um rapaz rico aproximar-se de Jesus, quase resolvido a segui-lo, e perguntar: «Bom Mestre, que devo fazer para alcançar a vida eterna? — Conheces os mandamentos: não cometerás adultério, não matarás, não roubarás, não levantarás falsos testemunhos, abster-te-ás de toda a fraude, honrarás teu pai e tua mãe. — Mestre, tenho observado tudo isso, desde a minha mocidade. *Então Jesus pondo nele os olhos mostrou-lhe afecto*». Magnífica a naturalidade desta cena! O homem que era Jesus bem o surpreendemos nesse olhar, tal como, logo após, interpretamos os sentimentos daquele rapaz rico, a quem o Messias responde: «Falta-te alguma coisa; vai vender tudo o que tens, dá-o aos pobres...» Então, o moço «afastou-se muito triste, porque tinha grandes bens» (*Marc.*, X, 17, 22; *Mat.*, XIX, 16, 22; *Lucas*, XVIII, 18, 23).

Mas o Cristo do qual São Bernardo cantava o amor inesgotável, de quem o texto sublime da *Imitação* exalta «o afecto familiar», é algo mais do que este homem, fiel e delicado nos

seus sentimentos para com certos privilegiados. As suas inclinações comovem-nos, porque o aproximam de nós. E há mais. É para com todos os homens, para com todos que o procuram e lhe dirigem súplicas, que Jesus demonstra uma bondade inesgotável. A firmeza e a autoridade que lhe vimos, completam-se e equilibram-se constantemente com uma doçura e uma faculdade de acolhimento, tão raras como totais. Ele pertence a essa categoria de seres, dos quais constitui, a bem dizer, o modelo, e que têm amor para todos os anseios, piedade para todas as misérias, e, para todos os erros, misericórdia: a Irmãzinha dos Pobres que, durante o dia inteiro, procura as amarguras humanas, com o fim de as consolar, obedece à verdadeira palavra de Jesus, caminhando sobre o rasto dos seus passos. Todo aquele que recorrer a ele, pode estar certo de que será ouvido; vê-se, por variadas vezes no Evangelho, Jesus fatigado, desejando a solidão e o repouso, ser solicitado, uma vez mais, por qualquer impetrante impertinente; nunca mostra que a sua mansidão se tenha fatigado; para todos e sempre, ele está presente.

Não é que não manifeste preferências. Comovem-lhe mais fàcilmente o coração, os que são infelizes, pobres, ou deserdados. «Bem-aventurados os pobres!» Esta exclamação ecoa através de todo o Evangelho. O que não quer dizer que estejamos autorizados a ver em Jesus uma espécie de tribuno popular, pregando a reivindicação e a revolta do miserável contra o rico. A sua atitude para com os ricos é perfeitamente clara. Quando o mancebo se afasta, Jesus comenta o incidente, dirigindo-se aos discípulos: «Como é difícil, meus filhos, entrar um rico no reino de Deus! Mais fácil será passar um camelo pelo fundo duma agulha...» Não se pouparam a trabalhos os teólogos para atenuarem o sentido desta frase reprobatória; proceda a expressão da amplificação oriental que se encontra no Corão (*Surata*, VII, 36) ou de comparações análogas que aparecem em textos hindus, o sentido permanece o mesmo. Como o que apenas importa a Jesus é atingir o Reino de Deus, o rico afigura-se-lhe um desgraçado (mais de lastimar ainda, por ignorar a sua desgraça), a quem os *impedimenta* do dinheiro prejudicarão terrìvelmente, para o efeito de «passar a porta estreita». Não há qualquer ódio ou violência neste

sentimento; o que nele existe é uma outra forma de misericórdia. Além disso, aos discípulos que a si mesmo perguntam: «Nesse caso, quem poderá salvar-se?», Jesus logo responde: «A Deus nada é impossível»!

O que Jesus condena não é a posse dos bens, mas o orgulho dessa posse. Os indivíduos a quem ele detesta, são os satisfeitos, os hipócritas e os que escondem, sob a máscara de reconfortantes virtudes, a hipocrisia das suas almas envilecidas. Mas ele, que é a própria pureza, em quem não se percebe sequer a sombra dum pecado, tem pelos pecadores uma misericórdia infinita. Uma vez que se arrependam sinceramente, abre-lhes o coração. O murmúrio indignado dos Fariseus: «Esse homem acolhe os pecadores e come com eles!» *(Luc.*, xv, 2) era absolutamente fundamentado. Dir-se-ia até que Jesus sentia pelos pecadores uma acentuada preferência. Qualquer mãe sente mais satisfação com a cura dum filho até então doente, do que com a saúde de todo o resto da família. De igual modo, o pastor experimenta maior alegria ao encontrar uma ovelha desgarrada, do que sente com as outras noventa e nove que se conservaram no aprisco; idêntico é o jubilo da mulher que descobre num canto do seu quarto a dracma que perdera; e, de igual modo, o pai de família festeja legìtimamente o regresso ao lar do filho pródigo, partido há muito para loucas aventuras. Cristo veio para «salvar o que se encontrava perdido», e se o pecado do homem pode ter um sentido e uma virtude, será justamente a de lhe inclinar o espírito para a humildade redentora e, subjugando-lhe o orgulho, abrir o seu coração para o amor.

E vai mais longe ainda. O preceito que ressoou no alto da montanha, justamente ao ter início a pregação de Jesus, formula uma lei mais difícil: «Ensinaram-vos que foi dito: Amarás o teu próximo e odiarás o teu inimigo. Eu digo-vos, porém: — Amai os vossos inimigos, abençoai aqueles que vos maldizem, fazei o bem a quem vos odeia, e orai por aqueles que vos perseguem. Porque se amais apenas aqueles que vos amam, que merecimento tendes nisso?» *(Mateus*, VI, 46, 47; *Lucas*, VI, 32, 33). O amor, aqui, aniquila todos os casos possíveis. Não se trata já de afectos humanos, nem sequer dessa caridade que um coração bem formado sente pelas desditas e

pelos pecados alheios; não se trata sequer do perdão das ofensas, tantas vezes conseguido pelo tempo e pelo esquecimento; mas duma reviravolta completa, sobre-humana, após a qual nada mais resta senão humilhar o temperamento e os seus orgulhos mais legítimos, e beijar a mão que nos castigou. O Evangelho não oculta que a adopção de semelhante doutrina foi singularmente difícil. Na ocasião em que, deixando a Galileia, Jesus ia atravessar a Samaria, ele mandou à sua frente mensageiros para prepararem os lugares onde pernoitassem. Uma aldeia recusou-se a recebê-lo: o velho ódio da gente de Siquém contra os Judeus, não desarmava. Vendo isso, os discípulos Tiago e João observaram-lhe: «Quereis, Senhor, que ordenemos ao fogo do céu, que devore essa gente?» Jesus voltou-se e retorquiu-lhes: «Não sabeis de que espírito sois! O Filho do homem não veio para perder os homens, mas sim para os salvar!» (*Lucas*, IX, 51, 56).

Seria preciso, para completar as presentes anotações, dizer ainda que a caridade de Jesus se associa a virtudes que a caridade dos homens nem sempre possui. Conhecem-se tolerâncias que não são mais que indiferença pelas criaturas, e bondades que têm por base a cegueira. As violências de Jesus, tais como nós as vimos, mais valorizam a sua doçura, e nunca se tem a impressão de que ele haja sido excessivamente crédulo, como acontece com certas senhoras das instituições de caridade, a quem o mendigo profissional continuamente explora. A respeito dos homens, a sua razão mantém-se lúcida: e Pedro bem o sabe, ele, a quem o Mestre há-de predizer que, no momento do perigo, a coragem lhe faltará a tal ponto que negará aquele mesmo por quem, segundo dissera, daria a vida! Mas essa lucidez é sempre acompanhada de extrema delicadeza. Em muitas pessoas caridosas, o hábito da miséria — e dos vícios a que ela naturalmente conduz — vai secando, pouco a pouco, a água viva do coração; a sua bondade assume o aspecto de qualquer coisa de brutal, de administrativo; o pobre não é, para elas, mais que um número, para o qual a distribuição dum bonus de pão ou dum par de sapatos constitui a realização de todos os deveres. Como é diferente a atitude de Jesus! Para com a Samaritana, de quem desnudou a alma; para com as pecadoras; para com a mulher adúltera, com a

qual o veremos usar dessa forma superior da caridade que é o silêncio, — como se conserva delicado, como poupa, às pessoas caídas na máxima degradação, essa última probabilidade de purificação e de resgate, que consiste em tais pessoas se sentirem ao mesmo tempo queridas e amparadas!

Os exemplos que acabamos de citar dizem todos respeito a episódios em que Jesus, tratando com mulheres, se mostrou tolerante para com elas. Esta faceta das suas atitudes merece ser sublinhada (1). Os costumes judaicos do tempo fulminavam a mulher com uma espécie de anátema tácito, e de desprezo. Pressente-se, em toda a lei moisaica, uma aversão mal dissimulada pela mulher, o animal impuro, e uma grande desconfiança a respeito daquela que faz cair o macho em tentação. A religião de Israel era de tal maneira feita para os homens, que apenas eles tinham obrigação de celebrar a Páscoa; e, com o pretexto de que «a Lei ordenava que ensinassem os preceitos aos filhos», não ministravam instrução às filhas. Um desprezo inteiramente análogo se manifestava, aliás, em Roma, onde, com certeza, nem todos os homens perfilhariam as opiniões do velho misógino, que teve o nome de Séneca, acerca do *impudens animal*, ou mesmo as do cínico Petrónio; mas onde, afastada de toda a vida oficial, como mãe de família excessivamente confinada nos seus aposentos, como donzela ou divorciada, bastante livre pelos novos costumes, a mulher estava longe de ter o lugar fundamental que dois mil anos de Cristianismo lhe asseguraram entre nós.

Neste particular, como em tantos outros, Jesus subverte

(1) Já referimos o afecto que Jesus tributava às crianças. Vêem-se inúmeras provas disso no Evangelho; por exemplo, em *Marcos*, IX, 35: «Pegou numa criança, pô-la no meio deles, e, depois de a beijar, disse-lhes...», ou em *Lucas*, XVIII, 15: «Algumas pessoas levavam-lhe os filhos pequenitos para que os tocasse; ao verem isso, os discípulos censuravam-no. Mas Jesus chamou as criancinhas e disse: Deixai vir a mim os pequeninos, porque o Reino de Deus é para aqueles que são parecidos com as crianças». Pode observar-se que em todo o Evangelho poucas referências há aos nossos irmãos mais inferiores, os animais. Todavia, São Francisco de Assis terá razão ao interpretar com a maior amplitude a caridade de Jesus e a sua lei de amor, e ao abranger nela todos os seres do Universo, tais como o «Irmão Lobo» e a «irmã Serpente». Os corvos e os pardais não são, porventura, mencionados como objecto da Providência do Pai dos Céus?

os costumes. Vêmo-lo em São Lucas, caminhando por cidades e aldeias, acompanhado por «algumas mulheres a quem curara, ou a quem salvara de espíritos maus: Maria, chamada de Magdala, de quem saíram sete demónios; Joana, mulher de Chusa, o intendente de Herodes; Susana e várias outras...» (*Lucas*, VIII, 2, 3): tem-se a impressão duma grande coorte feminina. E caótica! uma pecadora, uma dama da corte... Assim, de igual maneira, junto de muitos grandes santos, hão-de surgir excelsas e comovedoras figuras: Clara, junto de Francisco de Assis, Joana de Chantal, na esteira de Francisco de Sales, Luísa de Marillac, ao lado de Vicente de Paulo. A alma feminina anda perto do amor; vive dele, como seu alimento natural. No decurso dos séculos, quantas terão acorrido aos apelos que Jesus lançou à Samaritana e a Maria Madalena! Quantas haverão encontrado na paixão sobrenatural que crepita no fundo dos claustros, essa alegria humana cuja exigência toda a mulher sente, o dom de si mesma! E — será preciso acrescentar? — na nova audácia de semelhantes relações, nada de equívoco se nota: as lágrimas e os perfumes das pecadoras não provocam nenhum estremecimento em Jesus. Ao interesse que um homem manifesta por uma mulher, com facilidade se mistura qualquer coisa de suspeito: os confessores sabem-no bem, eles que devem estar sempre precavidos e atentos. «Bem-aventurados os limpos de coração!» A pureza de Cristo é como um cristal sem falha. Santa Catarina de Fieschi, a grande mística genovesa do século XV, dizia que — para resumir todas as virtudes de Jesus, o homem-Deus — apenas uma palavra poderia satisfazer: *netteza!* (1)

E, todavia, por muito excelsa e muito «pura» que nos pareça a personalidade de Jesus, muito radiante a faceta humana da sua alma inteiramente dominda pelo amor, há ainda outra coisa que se pressente através do Evangelho. Sim, Jesus foi esse homem maravilhosamente compreensivo e caridoso, esse homem que todos desejariam ter conhecido e amado, podendo até dizer-se que a força deste retrato psicológico é uma das provas mais convencedoras que se podem formular sobre a veracidade do Evangelho, de tal modo nos parece impossível

---

(1) Pureza. (N. do T.)

que criaturas tão comuns como São Mateus, São Marcos, São Lucas e São João, tivessem podido, sem nada deixarem ver das suas próprias fraquezas humanas, desenhá-lo duma forma assim, tão pertinente. Sim, à famosa frase de Gide — «É com bons sentimentos que se faz má literatura» — responde a obra *literária* dessas pobres criaturas, inábeis para o ofício de escrever, mas que, iluminados pelo Espírito, souberam pintar a perfeição sem cairem na insipidez, e a caridade ilimitada sem resvalarem no tom edulcorado. Mas, através dessa personagem, simultâneamente tão misteriosa e tão clara, outra coisa se deixa perceber. Essa caridade de Jesus está, rigorosamente, para além da natureza. Não é natural que se estimem os inimigos, que se estenda a face esquerda a quem nos bateu na direita, que se sinta piedade por todas as misérias, e se tenha um lenitivo para todas as chagas. A Igreja, no ofício do Sagrado Coração, canta no Hino de Matinas: «O seu amor levou-o a incarnar num corpo mortal, igual ao nosso», e o Evangelho da missa evoca, com a página de São João (XIX, 31, 37), o golpe de lança com que um soldado trespassou o coração humano de Jesus. «Não há maior amor do que o de dar a vida pelos amigos» (*João*, XV, 13). Aos dois mistérios divinos da Encarnação e da Redenção, liga-se a psicologia de Jesus--homem: foi isso, justamente, o que ele quis exprimir aos seus apóstolos, na véspera da própria imolação.

A consciência messiânica

Essa presença divina, Jesus, o homem, acaso a percebeu ele? Ou — para falar com mor rigor — terá ele próprio declarado que era Deus? Os grandes profetas de Israel sabiam que eram profetas, e até, por vezes, que o eram à força. Jeremias, por exemplo, repetia que o Eterno o coagira, que a sua vontade tivera de ceder perante a vontade suprema, expondo-o às zombarias e às pancadas (*Jer.*, XIX, 7, 11). Todos os fundadores de religiões procuraram estabelecer a sua posição em relação à divindade que proclamam: Maomé declarou-se o enviado, a testemunha de Alá; Jesus, iniciador da religião cristã que o declara, a ele, Deus incarnado, ter-se-ia definido como tal?

A crítica não católica mais recente, tendo abandonado as fantasias de M. L. Couchoud, para o qual Cristo não existiu, inclina-se hoje a sustentar que Jesus, homem real e histórico, não se inculcou como Messias nem filho de Deus. Com base em textos tais como esta linha dos *«Actos dos Apóstolos»* (II, 36): «Deus fez Senhor e Cristo a esse Jesus que vós crucificastes», nega-se que Jesus tenha tido a consciência messiânica, e, sobretudo, a consciência divina. Uns admitem que a Ressurreição teria podido revelar aos discípulos a divindade do Mestre; outros sustentam, mais simplesmente, que a «deificação» de Jesus é obra da comunidade primitiva, a qual teria acreditado que ele era o Messias, filho de Deus e ressuscitado. Jesus, neste modo de ver, é um profeta falhado na sua missão, mas que soube fazer-se amar por um punhado de fiéis: «Foi o amor e a confiança deles que o restituiram à vida e lhe asseguraram um futuro» (¹). Portanto, semelhantemente àqueles iniciadores de que nos fala Nietzsche, «cujo único papel consiste em deitar o fogo», Jesus não teria sido mais do que a faísca, da qual os apóstolos, e sobretudo São Paulo, fizeram irromper o braseiro cristão.

Temos de confessar que estas teorias são pouco convincentes. Quando um crítico é levado a declarar «suspeitos» todos os textos que o incomodam, é o leitor que fica, afinal, incomodado. Para um leitor de boa fé que considere Jesus tal como ele se mostra no Evangelho, tais interpretações parecem ter o seu desmentido na evidência. Não apenas a caridade de Jesus (que jamais será igualada por quem quer que seja feito de carne e sangue), mas a sua dignidade, a sua coragem, a sua santidade, são as dum ser colocado mais alto que o homem. Comparemo-lo com Maomé! O profeta muçulmano faz com que Alá o autorize a não aplicar, pelo que a si próprio diz respeito, as leis que ele mesmo promulgou acerca do casamento, e a casar com todas as mulheres apetecidas (faculdade de que não se privou!) A vida de Jesus demonstra o mesmo que o seu verbo; e o Evangelho, tal como os ensinamentos nele

---

(¹) Guignebert. Encontra-se a opinião duma parte dos críticos não católicos em M. Goguel: *La foi en la résurrection de Jésus dans le Christianisme primitif*, Paris, 1933. Ver no fim deste livro o anexo «Jesus e a crítica».

contidos, é o exemplo da vida de Jesus. Entre o que este afirma em nome de Deus, e o que pratica, não há qualquer diferença nem distância. Os mais perfeitos dos santos nunca apresentaram esta identidade total, eles que, segundo o provérbio, «ainda pecam sete vezes em cada dia» (1).

Um pormenor do procedimento geral de Jesus é perfeitamente elucidativo. Quando fala de Deus aos seus discípulos, nunca identifica a atitude de si próprio com a daqueles. Até mesmo a sua linguagem deixa perceber nìtidamente que ele não é um homem semelhante aos outros, e que beneficia de prerrogativas especiais. Fala-lhes do «vosso Pai»; ensina-os a dizerem na oração: «Pai Nosso», mas quando fala de si e de Deus, diz apenas: «*O meu pai*». A diferença é, sem dúvida, voluntária, pois vemos que é observada em todo o Evangelho.

Disse-se ele Messias, a si mesmo? A impressão global que se colhe do Evangelho fornece, com toda a clareza, uma resposta afirmativa. Sim, Jesus afirmou-se Messias; à sua volta, toda a gente o proclamou. A «consciência messiânica» irrompe nele, absolutamente firme, desde o princípio da sua missão pública, e quando, por fim, o drama se produz, a percepção do perigo ameaçador não o faz dissimular. Mas, entretanto — e aí está o que vem complicar o problema — esta revelação messiânica tem o aspecto dum mistério. Simultâneamente, faz Jesus refulgir a sua glória como enviado de Deus, e procura estabelecer silêncio em torno dela. A explicação tradicional dos teólogos católicos parece ser de todas a mais lógica: Jesus quis revelar gradualmente a sua boa-nova; nem mesmo os seus melhores amigos a compreendem; só a Ressurreição lhes veio, finalmente, abrir os olhos. Esta explicação é, até, sublime: portador dum segredo prodigioso, Jesus, embora homem, tem a força necessária para se conservar calado e não revelar senão a pouco e pouco a aproximação do aconte-

(1) Citando aqui o provérbio bem conhecido na língua francesa, não é nosso propósito dar como resolvido este pequeno problema de moral. Sabe-se que, contràriamente ao que pretende uma tradição muito arraigada, essa fórmula não se encontra na Bíblia. O *Livro dos Provérbios* (xxv, 16) diz apenas: «O justo cairá sete vezes, mas levantar-se-á; porém os maus serão precipitados na desgraça», o que parece querer aludir às infelicidades e tribulações, e não aos pecados.

cimento, para não permitir que os seus se enganem sobre o sentido de tal mistério, pois ele sabia por que preço viria a ser comprada a revelação suprema. Poderia apontar-se, como uma das provas da veracidade desta interpretação, a circunstância de serem os demónios os primeiros a revelarem a qualidade messiânica de Cristo (*Marcos*, I, 24 ou III, 11) como que para contrariarem maldosamente planos de Jesus.

Faltaria explicar por que motivo, desde o início da sua missão pública, Jesus faltou algumas vezes voluntàriamente a essa dupla regra do silêncio e do carácter progressivo da mensagem. Por que revelou à Samaritana a sua qualidade? Por tal facto não ter importância naquele país estrangeiro. Por que razão, no episódio da Sinagoga, em Nazaré, disse ele quem era, com tanta clareza? Por estar certo de não ser compreendido, como o incidente ulterior da ira dos seus compatriotas o demonstraria. É preciso admitir que Jesus, como homem, se adaptava às circunstâncias, e, talvez, ter ainda em conta o facto de os evangelistas, pouco escrupulosos em questões de cronologia, não terem referido todos os episódios da vida de Jesus no seu exacto lugar. Uma coisa, todavia, é certa: no momento supremo quando, dessa afirmação, tudo dependia para ele, não hesitou um segundo: «O Sumo Sacerdote interrogou-o: — És, então, o Cristo, o filho de Deus Bendito? E Jesus disse-lhe: Eu o sou, e vós vereis o Filho do homem sentado à dextra do Todo Poderoso, cercado pelas nuvens do céu» (*Marcos*, XIV, 61).

A expressão «Filho do Homem», que Jesus emprega neste momento decisivo, fazia parte do mistério da Revelação messiânica. Era uma forma de dizer, puramente semita, mas tradicional no hebreu e no arameu. Em hebreu, um *ben-adam*, em arameu, um *bar-nascha*, não significa mais que um homem, um filho de homem, um homem nascido doutro homem. Jesus, que emprega constantemente essa expressão para se designar a si próprio, teria querido insistir, por tal modo, na faceta humana da sua natureza e fazer sentir aos seus fiéis que, na realidade, era semelhante a todos eles? Com certeza. Mas, ao mesmo tempo, aquelas palavras possuiam um outro sentido, um significado misterioso. Os profetas que as haviam usado tinham-nas impregnado dum sentido esotérico. Em Ezequiel, onde tal expressão se encontra nada menos de noventa e qua-

tro vezes, parece querer designar, ao mesmo tempo, o Profeta, como representante de toda a humanidade, o homem em si mesmo, e fazer sentir o contraste entre a majestade de Deus e a fragilidade do instrumento de que Deus se serve. Em Daniel, o significado da palavra parece ainda mais explícito: «Eu perscrutava os segredos nocturnos, quando, por cima das nuvens, apareceu como que um Filho do Homem. Avançou até ao ancião e foram-lhe dados domínio, glória e poder: serviam-no os povos de todas as raças e de todas as línguas. O seu domínio será eterno, e o seu reino jamais será destruído» (*Daniel*, VII, 14). Outros textos judaicos, tais como o *Livro da Segunda Visão de Henoch*, falaram também do «Filho do Homem que possui a justiça e que revelará os segredos das noites»; esta imagem sobreviverá inclusivamente aos grandes desastres com que, no ano 70 da nossa era, Israel desabará, e o *Apocalipse do 4.º livro de Esdras* conservará a mesma imagem. Parece, todavia, infinitamente provável que, no tempo de Cristo, o sentido messiânico da referida expressão só fosse claro para uma minoria de ouvintes, para aqueles que tivessem, a fundo, praticado a literatura apocalíptica; os outros não perceberiam senão o significado habitual. E essa é, pela certa, a verdadeira razão por que Jesus tanto recorreu a esse termo enigmático: apenas o ouviam os que «tinham ouvidos para ouvir». Palavra excessivamente saturada de ressonâncias judaicas, incompreensível para Gregos e Romanos, ela desaparece das Escrituras fora das páginas do Evangelho: encontra-se uma vez nos *Actos dos Apóstolos* (VII, 56), e duas no *Apocalipse* (I, 13 e XIV, 14). São Paulo nunca a empregará.

«Filho do Homem», por conseguinte, era a forma de dizer «Messias» no sentido simultâneamente glorioso e doloroso da palavra. Viu-se, e ainda se tornará a ver, o cuidado com que Jesus se aplica a impor para essa expressão o significado que ele muito bem sabe ser o único válido; não o do Rei glorioso, do Vingador, do triunfador a quem os Fariseus louvavam na oração *Allennu:* «Confiamos em ti para ver ràpidamente a magnificência da tua força, que fará com que os ídolos desapareçam da terra e que os falsos deuses sejam aniquilados» — mas o Messias sofredor, a vítima sacrificial por quem os pecados dos homens seriam resgatados. Será preciso ir mais além?

Paralelamente ao termo *Messias*, ou associado a ele, lê-se, com frequência, no Evangelho a expressão *Filho de Deus:* os sinópticos utilizam-na trinta e seis vezes, São João nove vezes. O texto de São Marcos começa pela afirmação: «Evangelho de Jesus Cristo, filho de Deus». Que significam tais palavras? Para os Israelitas, essa expressão tinha um sentido muito genérico: todos eles são filhos de Yahweh, e esta é justamente a característica da raça, que Moisés já apontara *(Deuteronómio*, XIV, 1) e que muitos profetas voltariam a indicar. Mas não se trata disso. No famoso Salmo II está expresso: «Disse-me Yahweh: És o meu filho; eu próprio te gerei hoje. Pede, e eu te darei nações em que domines, e a terra, de lado a lado, para que seja inteiramente tua!» Outros textos bíblicos confirmavam esta interpretação messiânica da fórmula (por exemplo, o Salmo LXXXIX). *Filho de Deus* é, por conseguinte e de certa maneira, nada mais que um sinónimo de *Messias*, se bem que o uso daquela expressão neste sentido seja relativamente raro no Velho Testamento e pouco vulgar nos hábitos judaicos daquele tempo. Uma outra expressão *Filho de David* se encontra também no Evangelho, principalmente em São Mateus (XII, 23; XV, 22); refere-se à filiação davídica do Messias, tal como os Judeus criam firmemente. Essa podia ser tomada, sem discussão, ao pé da letra; com «Filho de Deus» o caso era diferente.

Incontestàvelmente a questão é outra. Jesus teve esse título não apenas porque o Messias era chamado, segundo a tradição, «Filho de Deus». Um versículo da *Epístola apócrifa de Barnabé*, diz: «Actualmente, Jesus já não é Filho do Homem, mas sim Filho de Deus»; a Igreja repudiou este texto como herético; e não foi depois de ter morrido mas quando vivia, que Jesus foi considerado mais do que filho de homem. Para quem ler todos os escritos de São Paulo, testemunha directa da primitiva catequese, o facto aparece como certo; Jesus soube que, realmente, era Filho de Deus, e «sacrificou-se pelos nossos pecados, a fim de nos arrancar deste terrível mundo, conforme a vontade de Deus» *(Gálatas*, I, 4). Toda a doutrina de São Paulo se baseia nesta afirmação: Deus mandou «o seu próprio filho incarnado numa carne semelhante à nossa carne pecadora» *(Romanos*, VIII, 3) e esta asserção assume toda a

sua importância na pena do grande apóstolo dos Gentios, se nos lembrarmos de que Paulo é um convertido, um antigo Fariseu, e que dizer-se «Filho de Deus» no sentido correcto, exacto da palavra, era, aos olhos dum Fariseu, blasfemar.

Eis aí o argumento decisivo que prova ter Jesus dito que era «filho de Deus», no sentido completo, etimológico do termo. O Fariseu Paulo, antes da estrada de Damasco, combaterá os cristãos por entender que eles, proclamando esta filiação, proferem uma blasfêmia. E Jesus, reconhecendo-se *filho de Deus* à face do Sinédrio, será ele mesmo quem provocará a sua condenação à morte. No processo de Joana d'Arc, em face da resposta em que a donzela proclama a origem divina da sua missão, o beleguim escreveu estas lúcidas palavras: *Responsio mortifera.* As três palavras com que Jesus respondeu à pergunta do Sumo Sacerdote: «És filho do Bendito? — Eu o sou!» constituem também um veredicto mortal. A acusação que se formulará contra Jesus, perante Pilatos, de aquele ter querido fazer-se aclamar rei, era apenas política. O verdadeiro agravo que os Judeus têm dele, a causa profunda do seu ódio, é ter Jesus usurpado as prerrogativas do Único, e haver-se feito Deus. Daí, a coligação impiedosa, o ardil e a força associados contra ele, porque o blasfemo deixa de ser um homem: daí as zombarias ferozes ao supliciado: «Se és o filho de Deus, desce da Cruz!» (*Mateus*, XXVII, 40, 44). A crucificação constituiria, por si só, a prova formal de que Jesus se disse filho de Deus, caso todas as suas palavras e a sua atitude o não afirmassem também.

Pode, pois, considerar-se absolutamente certo que a divindade não era, na personalidade de Jesus, uma realidade tão distante ou tão secreta, que o homem a ignorasse. Ele não se fez passar apenas por Messias, último grau do Messianismo; transformou também o Messianismo, com a afirmação da sua filiação divina. Para empregar um termo dogmático, Jesus sentiu-se *consubstancial* com Deus. Tudo o garante: a sua posição perante a Lei divina da qual se declara «mestre», e que não hesita em empregar, em modificar na sua formulação, sabendo que «a cumpre», e cujo «espírito» ele assegura possuir, enquanto os outros possuiram só a letra; o seu domínio tranquilo, simultâneamente na sua prédica e no emprego do seu

poder miraculoso; e as suas palavras que se resumem nesta categórica afirmação: «Meu Pai e eu, somos um» (*João*, x, 30).

É incontestável que já em vida de Jesus, os seus fiéis souberam (e por ele a souberam) esta verdade eterna, que todo o cristão deve, por variados motivos, meditar, de que o ensinamento da palavra e do depoimento vivo de Cristo não tem eficácia, se nas almas não ecoa essa outra voz que persuade e pela qual cada um de nós deseja modificar-se. Deus não pode coisa alguma com o homem que se nega. A Pedro, que acabava de proclamá-lo «Cristo, filho do Deus vivo», respondera Jesus: «Tu és feliz, Simão, porque não foram a carne nem o sangue que to revelaram, mas sim meu Pai, que está nos céus» (*Mateus*, XVI, 16, 17). Os ensinamentos de Cristo não são «espírito e vida», nem «estrada que conduz até ao Pai», senão para quem quer ouvi-lo; e, neste sentido, cada um cria de novo em si, a Divindade de Jesus. Mas essa divindade existia, tão indiscutível como consciente, naquele ser vivente que temos considerado, e não foi, conforme disseram, numa espécie de delírio teológico que João começou o seu Evangelho pelo célebre poema: «Ao princípio era o Verbo...» porque isso de o Verbo se ter feito carne e ter habitado entre nós, Jesus soubera-o, havia-o dito e tinha-o mesmo revelado: «A Deus, nunca ninguém o viu; mas foi o Filho único, o que mora no seio do Pai, quem no-lo fez conhecer» (*João*, I, 18).

O homem e o deus

Resta ainda *mencionar* um problema — sim, porque a pretensão de o resolver é absurda — o mais obscuro problema de quantos Jesus suscita — o das relações entre a sua natureza divina e a sua natureza humana, entre aquilo que o fazia semelhante a todos nós e o que o tornava radicalmente diferente de nós. Essa questão, considerada em si mesmo, não pertence à Psicologia, nem tão-pouco à História. A crença na presença simultânea, num mesmo ser, do homem e do Deus, pertence àquela categoria de enigmas a que a inteligência se furta, enigmas a que a Igreja dá o nome de «mistérios» e que participam daquilo que São Paulo designa como o «escândalo» de

Jesus (I *Cor.*, I, 23, 24). Mas não interessará à História esta questão, tanto pelas correntes do pensamento resultantes das diversas respostas que lhe foram dadas, como talvez também pelas indicações que se podem encontrar nos textos evangélicos a respeito das relações que tiveram, em Jesus, o divino e o humano?

«Custou tanto à Igreja — escreveu Pascal — provar que Jesus Cristo era homem, contra aqueles que o negavam, como provar que ele era Deus». É impressionante verificar que mais de três quartos das heresias que, a partir do século II e até aos tempos modernos, dividiram os cristãos, tiveram por objecto esse problema da dupla natureza, — tanto inquieta os espíritos essa questão. Seria difícil enumerá-las: todas as hipóteses que o cérebro humano pode forjar foram formuladas, tendo sido também dadas todas as «explicações» das coisas mais inexplicáveis; é um caleidoscópio de ideias, uma fantasmagoria teológica em que o génio do Oriente, recorrendo muitas vezes aos armazéns do velho sincretismo e das religiões de mistérios, antes multiplicou contradições do que decifrou enigmas. Facto curioso: são mais numerosas as seitas às quais repugna ver um Deus fazer-se homem, que as que se recusam a aceitar que um homem seja Deus, parecendo que a velha tentação existe ainda em nossos corações, a tentação pagã e aquela que a serpente insinuou em Adão: «Hás-de ser como os deuses!» Pascal notou também, com verdade, que a heresia «não podia conceber a relação de duas verdades opostas e crendo que a confissão duma delas encerra a exclusão da outra», aceita uma e repele a outra. A doutrina ortodoxa da Igreja mantém-se na síntese.

Citando como exemplo esse problema das duas naturezas presentes em Jesus, Pascal demonstra o erro herético: «Os arianos não podendo associar estas coisas que consideram incompatíveis, dizem que Jesus é homem: e nisso são católicos. Negam, porém, que seja Deus: e nisso são heréticos. Sustentam que nós negamos a humanidade de Jesus: e nisso são ignorantes». Essa foi a primeira atitude daqueles para quem a fórmula «Deus verdadeiro e verdadeiro homem» era inaceitável: já um bispo de Antioquia, Paulo de Samosata, protegido pela sapiente Zenóbia, rainha de Palmira, subordinara nìtida-

mente Jesus a Deus e fora deposto no ano 270. A doutrina originária do padre Ario, em Alexandria (280-336), agitou a Igreja numa verdadeira tempestade, e sabe-se que o arianismo, condenado no Concílio de Niceia de 235, mas expandindo-se para fora do Império entre os povos bárbaros, será tão poderoso, durante muito tempo, como a doutrina oficial: Clóvis será sustentado pelo clero das Gálias, e, triunfante graças a esse auxílio, promoverá a unidade do país, porque sendo católico no meio dos restantes Germanos arianos, aparecerá como campeão da verdadeira fé. Esta discussão teológica originou, portanto, consequências históricas consideráveis. Outras discussões análogas tiveram consequências menos importantes, tal como a do adopcionismo, trazido de Bizâncio para Roma cerca do ano 200, por um certo Teodoro Surrador, para o qual Jesus, *homem*, que viveu como toda a gente, embora ultrapassando por sua piedade a quem quer que fosse, «recebeu, por ocasião do baptismo nas margens do Jordão, o Messias que, desde então, ficou contido nele; mas ainda depois da descida do Espírito, Jesus não se mudou em Deus; segundo alguns pretendem, apenas se transformou em Deus quando ressurgiu dentre os mortos». Vê-se como todos os episódios do Evangelho podem servir de pretexto para infinitas discussões, conforme determinadas directrizes do pensamento, aliás deveras simples.

O outro género de heresia recusava reconhecer em Jesus um homem verdadeiro. Nos meios de judeus helenizantes que, na Alexandria, associavam em audaciosas especulações a herança de Platão com a do Velho Testamento (Fílon era desse número), imaginaram-se, entre Deus e os homens, legiões de seres imateriais, que comparticipavam do Anjo e da «ideia», no sentido platónico do termo, os Eons. Quando o Cristianismo, menos de cinquenta anos após a morte de Jesus, ocupou o lugar do Judaísmo nessas escolas, nasceu o que foi chamado a *gnose*. Pretendia-se possuir o conhecimento — *gnosis* — das coisas ocultas. Para os gnósticos, Jesus não teve corpo real, nem verdadeiramente se encarnou; aquilo que se tomou pela sua carne era uma realidade falsa, celeste, astral, um *eon*, qualquer coisa de muito análogo a esse duplo imaterial que o velho Egipto chamava o *Ka*. Um testemunho assaz curioso da opinião que os gnósticos tinham da natureza de Jesus, é-nos

fornecido por um apócrifo, os *Actos de João*, em que se diz falar o discípulo preferido; aí se lê que, sempre que se inclinava sobre o peito de Cristo, ele sentia «tão depressa, um corpo material, carnal, como qualquer coisa de irreal sem consistência, através do que a sua mão não encontrava mais do que o vazio»; ou se lê ainda, que caminhando atrás de Cristo «procurava, sem achar, o rasto dos seus passos, como se ele andasse sem, sequer, tocar o chão». A opinião dos *docetas*, cuja seita, diz São Jerónimo, se desenvolvera entre os cristãos quando o «sangue de Jesus ainda não tinha secado na Judeia», era análoga; para eles, segundo Orígenes, «o Senhor jamais assumira corpo humano, mas era um fantasma, *phantasma*». Outros não irão tão longe: são os chamados *aphtartodocetas* ([1]); indignados com os sofrimentos do Crucificado, imaginarão que Jesus teve, na verdade, um corpo igual ao nosso, mas dotado duma impassibilidade milagrosa.

«Ele tomou — dirão os monges egípcios do século V que hão-de lançar o *monofisismo*, — a natureza humana total, corpo e alma, mas unida à divindade, de maneira a não formarem senão uma natureza; de maneira a ser por ela absorvida, como que afogada nela»; e esta teoria provocará no Império bizantino tantas polémicas que, no concílio de 448, Teodósio II terá de mandar tropas, e o tumulto será tão violento (até houve mortes!) que tal reunião de teólogos conservará na História o nome de *ladroeiras de Éfeso*.

Em sentido inverso, os *Nestorianos*, discípulos de Nestório, patriarca de Constantinopla, terão sustentado que há em Jesus duas naturezas totalmente separadas, independentes uma da outra, o que leva a concluir que não é Deus quem morre na Cruz, mas apenas um homem, e nada mais que um homem, ao passo que os *monotelistas* dirão que, na natureza humana de Jesus, não havia mais que uma vontade, a de Deus, e que, em suma, nas obras humanas de Cristo, o seu corpo não era senão uma espécie de manequim nas mãos do Todo Poderoso. Depois de se ter percorrido a lista de semelhantes especulações, pomo-nos a repetir a apóstrofe de Bossuet: «Não há, enfim, mais nada? — Sim, não há mais nada, pois tudo foi

(1) De *áphthartos*, incorruptível + *dokéō*, pensar. (N. do T.)

contestado, o corpo, a alma, as operações intelectuais, e todas as contradições foram esgotadas».

Sabe-se a resposta que a Igreja tem dado através dos séculos e com uma constância impressionante, a estas fantasias. O concílio de Niceia declarou Jesus «filho de Deus, nascido da substância do Pai, consubstancial com ele, gerado mas não nado, eterno como o Pai e, por consequência, imutável por natureza», o que, aliás, se encontra resumido no *Credo* do qual todos os padres, durante a missa, recitam os versículos, o chamado símbolo de *Niceia*. mas, de facto, de dois concílios: de Niceia (325) e de Constantinopla (381): *Deus verum de Deo vero, genitum non factum, consubstantialem Patri*. Todavia o mesmo texto continua com a não menos formal afirmação da humanidade de Jesus, *incarnatus de Spiritu Sancto ex Maria Virgine, et homo factus est*. O Deus e o homem, simultâneamente distintos e unidos, são, nele, inseparáveis. É ortodoxo quem crê neste mistério; sai da Igreja quem o repudia.

Poder-se-á, através do Evangelho, surpreender alguma coisa do segredo das relações estabelecidas, no homem que Jesus foi, entre as suas duas naturezas? É absolutamente evidente que a Divindade, ao contrário do que julgavam os monofisitas, não absorvia nele a humanidade. A cena grandiosa da tentação mostra-o infinitamente próximo da condição humana, obrigado a lutar contra o inimigo; triunfa porque é Deus; mas, uma vez que é homem, tem de combater. A frase que São Lucas (XII, 50) refere de Jesus, em que este anuncia que terá de «ser de novo baptizado num segundo baptismo», e acrescenta — «Que angústia a minha enquanto ele se não realiza!» — não é menos comovente; essa frase deixa adivinhar nele aquelas duas vontades que se afrontam, e a perturbação da natureza humana à qual a outra natureza revela um destino pavoroso. No Jardim das Oliveiras, naquela noite que precederá a morte do Messias, a dupla presença manifestar-se-á dum modo trágico: submetido voluntàriamente ao poder de Deus, o homem Jesus agonizará de amargura, e desse conflito será prova aquele «suor que parecia como gotas de sangue» e que «escorrerá até ao chão» (*Lucas*, XXII, 44).

Pode, pois, em Jesus, representar-se a divindade, como

uma força de que o homem tem plena consciência, força que o sustenta, o eleva acima de si próprio nos grandes empreendimentos do seu ministério, e à qual, quando soar a hora do sacrifício, aceitará, livremente, submeter-se, à custa da mais completa imolação do próprio ser. Poder-se-á, sequer, apreender esta consciência do Deus, possuída pelo homem? Indicações muito sucintas da Escritura estabelecem maior número de problemas, e não permitem desvendar estes arcanos. Recordemos o episódio em que a mulher das hemorróidas toca, às escondidas, a borla do manto do Messias, e em que Jesus se volta, «ao pressentir que uma força saíra dele». Também em São Lucas pode ver-se Jesus, «vibrando de alegria sob a acção do Espírito Santo» *(Lucas,* x, 21), e um «frémito», uma «perturbação» análogos serão assinalados por São João (xi, 33, 38) no momento em que Cristo se prepara para ressuscitar Lázaro, misteriosa perturbação que razões humanas não conseguem explicar, mas que denuncia, talvez, o mais indesvendável dos segredos.

Não se pode ir mais além, porque, decididamente, em qualquer direcção que se tente continuar o exame dos traços físicos e espirituais de Jesus — ergue-se uma barreira invisível. Esbarramos de encontro ao mistério e, dizendo isto, tudo fica dito. A empresa de pintar Cristo não tem sentido se visar tão sòmente ao conhecimento, e os mais respeitosos daqueles que o estudam, blasfemam também se imaginam «ver o que está escondido, tal como será conhecido de rosto descoberto» (conforme diz uma antiga liturgia), e se se esquecem de que, afinal, não se trata de conhecimento, mas de fé.

CAPITULO SETIMO

O GRÃO NAS PEDRAS

Quando os dias estavam prestes a chegar...

PELO Outono do ano 29 [1], se seguirmos a cronologia que nos parece mais provável, Jesus deixa a Galileia à qual não voltará. De futuro, a parte essencial da sua actuação vai ter a Judeia por cenário, essa rude Judeia das fidelidades milenárias, esse bastião da fé ancestral: podia, acaso, um profeta cumprir o seu destino sem ter ido a Jerusalém?

Reside aí, por certo, a mais profunda causa desta mudança de província. Desde que David, alguns mil anos antes, fundara a sua capital nesse lugar notável, no cruzamento das estradas, no centro das terras altas, onde, ao instalá-la, santificara a Arca, símbolo da Aliança de Yahweh com o seu povo; desde que, principalmente, Salomão, para glorificar o seu Deus e simultâneamente mostrar o seu próprio poderio, havia erguido, sobre o Moriah, o mais faustoso dos templos, Jerusalém nunca deixara de ser a capital, e, mais ainda do que uma capital política, o verdadeiro coração em que pulsava o sangue vivo de Israel. Uma cidade que fosse, ao mesmo tempo, aquilo que Paris representa para a França, e aquilo que só o nome de Roma significa para o catolicismo, eis o que era aquela cidade santa, da qual o mais humilde dos Judeus, dispersos pelo mundo, levava em si o amor indefectível. «Nas margens dos rios, em Babilónia», nos tempos negros do exílio, o Povo da Promessa cantara o Hino: «Se algum dia te esquecer, Jerusalém, que a minha dextra paralise, e que a minha

(1) Ver o quadro cronológico, no fim deste volume.

língua fique presa ao céu da boca! Se eu deixar de ter o meu pensamento todo em ti, e não te erguer até ao cúmulo do meu contentamento!» (Salmo CXXXVII, 5, 6). Jesus não podia ignorar que a sua mensagem só assumiria significado completo no dia em que ele desse, das alturas de Sion, um sentido inteiramente novo ao antigo acto da aliança.

As outras causas, que poderão descortinar-se para esta mudança de cenário, são secundárias. O receio causado pela obscura conjuração dos Fariseus e dos Escribas? Mas seria, acaso, a malevolência deles menos poderosa naquelas regiões onde, pràticamente, eram omnipotentes? A decepção de verificar que todos os esforços dispendidos na Galileia não tinham sido suficientes para transformar o coração dos homens? Mas seria Jesus Cristo tão ingénuo e conheceria assim tão mal as almas, que esperasse delas tão rápida transformação? E o que tinha, no norte, quase fracassado, porventura viria a ter sorte melhor no sul? A diligência indecorosa e quase demoníaca que, junto dele, fizeram os «irmãos», a parentela: «Vai-te daqui, dirige-te à Judeia e mostra lá as tuas obras! Ninguém procede às escondidas, quando quer que o conheçam! Se fazes todas essas coisas, por que motivo te não mostras?» (*João*, VII, 1, 6)? Mas tudo isto não passava de ditos de mesquinhas ambições, de ignorantes desesperados com a reserva de Jesus em revelar o seu segredo messiânico, e com aquilo que eles consideravam tergiversações: nunca tais influências tiveram nele qualquer efeito. A mais profunda de todas as causas aparece explícita nestes versículos do Evangelho: aos primos açodados, Jesus responde apenas: «Não chegou ainda a minha hora...» (*João*, VII, 6) e podem ler-se no começo dos capítulos em que São Lucas relata o período judengo, as seguintes palavras decisivas: «Quando estavam prestes a chegar os dias em que devia ser arrebatado do mundo, Jesus resolveu ir a Jerusalém» (*Lucas*, IX, 51). *Arrebatado do mundo*... A partir de então, a perspectiva do sacrifício vai dominar todas as outras; tudo o que Jesus dissera até aí, e que vai, sob novas fórmulas, repetir, tudo quanto já fez e há-de fazer ainda, tudo se ilumina, de futuro, com uma luz deveras trágica. Muito longe, mas dia a dia mais próxima dos episódios que têm a Judeia por cenário,

destaca-se, sucessivamente mais nítida, uma imagem que todos conhecemos.

Um simbolismo evidentíssimo liga aos episódios mais dolorosos da vida de Jesus essa terra tão diferente da venturosa Galileia. Pedregosa, torturada, deixando por toda a parte aparecer pedra calcárea e aridez, a Judeia dá uma tal impressão de mal estar que é espantoso haver nas suas hostis elevações a recordação duma história majestosa e os vestígios da passagem do Deus do amor. Vagamente ordenadas em três ressaltos paralelos, as suas colinas e os seus montes apresentam constantemente um relevo burilado onde as torrentes mergulham em gargantas sinistras, e os cumes se desnudam, corroídos pela erosão. Sob o céu dum azul áspero, a terra sequiosa é quase sempre hostil. As chuvas do inverno, brutais, procuram menos dessedentar a delgada camada de terra vegetal, do que arrastá-la. Em Março, ao longo das estradas, crescem espontâneamente as moitas das íris cor de violeta e essas grandes anémonas purpurinas a que, sem dúvida, se refere a expressão evangélica: «lírios dos campos», modelo das descuidadas belezas da flor; a partir de Maio, tudo se torna seco e amarelado; apenas as abróteas, por entre os pedregulhos tão parecidos com elas, erguem as suas folhas desmaiadas, e os seus cachos pretos ou brancos. Tudo é triste: só duas cores — malva e ocre — se combinam uniformemente na paisagem, com uma perfeição que, decerto, deleita o olhar, mas cujo esplendor tem qualquer coisa de inumano e desesperado. De longe a longe, amontoadas em volta dos poços, aldeias brancas, muitas das quais têm nomes ressumantes de glória, dão na vista por suas frescas verduras, suas figueiras e seus sicômoros. As melhores colinas exibem nas encostas voltadas ao ocidente olivais prateados. Na parte mais alta do país, rodeada por muros, eriçada de torres, Jerusalém, cidade ruiva e dourada que os séculos patinaram, ergue o seu vulto gigantesco: «rochedo e fortaleza» como dizem os Salmos, onde o Eterno dá asilo ao crente.

Na parábola do Semeador (*Mat.*, XIII; *Luc.*, VIII; *Marc.*, IV) Jesus falara nesse grão que germina entre os rochedos, e não chega à maturação. Feita à imagem da raça judaica, quase incapaz dum donativo, a Judeia é um país inapto para as belas germinações; tanto mais que do que, futuramente, se tra-

tará é duma outra sementeira, diferente da que se fez na Galileia, e que para regar a terra ingrata o sangue ia substituir a água. Os dois relatos paralelos dos evangelistas que até agora principalmente nos guiaram (São Mateus e São Marcos), terminam, e é aos outros dois que temos de pedir a documentação. São João, dispondo, por certo, de informações directas, extremamente rigoroso e dum carácter admirável, refere com minúcia os episódios deste período. São Lucas, mais vago do que ao narrar os dias galilaicos, menos concreto tanto na evocação das personagens como na das paisagens, parece dominado pela ideia da tragédia que se avizinha, absorvido pela espectativa da última revelação. Mal se compreende que São Marcos e São Mateus não tenham referido acontecimentos que, seja como for, explicam o drama terminal. Quanto a São João e a São Lucas, absolutamente independentes um do outro, é difícil conciliá-los. Se aceitarmos a cronologia joanina, Jesus sobe a Jerusalém, para a festa das Tendas, em Outubro; em Dezembro, torna a ser visto naquela cidade por ocasião da cerimónia da Consagração, após o que o seguimos passo a passo, para lá do Jordão, depois na Betânia, por fim em Efraim, até aos primeiros dias de Abril, em que regressa a Jerusalém para a Páscoa do seu destino. Tem-se perguntado se os factos referidos por São Lucas não deveriam colocar-se entre Outubro e Dezembro; muito se há discutido sobre a identificação das partidas para Jerusalém, referidas pelo terceiro Evangelho, com as deslocações indicadas pelo quarto. Parece inútil entrar nessas discussões e nessas hipóteses. Tal como se apresenta no conjunto, o período judengo tem uma forte unidade.

Lá vemos Jesus, sempre idêntico a si mesmo, lançando a sua semente às multidões, e é nestes seis meses que ele vai pronunciar talvez as palavras mais sublimes, e as parábolas que mais nos tocam o coração. Um pouco além da Galileia? Possìvelmente. Já não realizará prodígios duma suavidade tão simples, como a Multiplicação dos pães e as Pescas milagrosas. O Deus torna-se nele de cada vez mais evidente, e não é em vão que tantas vezes repete a afirmação categorica: «Eu sou a Luz do mundo». A sua caridade é sempre ilimitada como o seu poder, ao qual a própria morte se submete. E o grão cai nas penedias dum povo dividido, amigo de querelas, tolhido por

observâncias e ritos, onde, evidentemente, conquista almas, mas onde, também, o número dos inimigos é considerável. Isto é o que há de patético neste período: a oposição entre a sobrenatural, majestosa figura de Jesus, e o coaxar de cóleras, de invejas e de covardias fétidas, que se percebem a cada passo dos textos. Finalmente, o inimigo vencerá, ou julgará vencer aquele que jamais quis servir-se dos seus poderes em seu próprio benefício, e esse será o drama — a consumação do sacrifício, e, sobre a colina escalvada, às portas da cidade, a sombra duma cruz.

Na festa dos Tabernáculos

Entre as numerosas festas do calendário judaico, aquela a que chamavam das *Tendas* ou dos *Tabernáculos* era uma das mais solenes. «Grande e santa por excelência», segundo Josefo, atraía a Jerusalém, no dia 15 do mês de *Tishri* (Outubro), multidões que, embora não fossem comparáveis às que a Páscoa ali chamava, nem por isso deixavam de ser muito importantes. Tinha acabado o ano agrícola, estavam feitas as colheitas, concluídas as vindimas, e o ano civil começara no 1.° *tishri*, pois que ele era regulado pelo ciclo vegetal. Cinco dias antes celebrara-se, com tristeza e jejum, a *Expiação*, o *Kippour*, em que o bode simbólico fora escorraçado para os desertos, devidamente carregado com os pecados de Israel. Mas a semana das Tendas era de puro regosijo — ou não se comemorasse nela a estada dos Hebreus no deserto, quando o grande Moisés, libertando o seu povo do jugo faraónico, o retirara do Egipto, preparando-o para a futura glória, para o seu prodigioso destino!

Durante oito dias, a cidade vestia adornos invulgares, visto que — em recordação dos longos errores, de Cadés e das paragens no deserto [1], — segundo a ordem rigorosa do Levítico (XXIII), todo o Israelita devia, durante uma semana, deixar a sua habitação e ir viver numa tenda, ou, à falta desta, em cabanas feitas de folhas. Os terraços das casas e

(1) Cf. DR : PB, segunda parte, cap. I e II.

as praças públicas, as cercanias do templo e as colinas das imediações, toda a paisagem se cobria, por isso, de insignificantes edifícios feitos de ramos de pinheiro, de oliveira, de mirto e de folhas de palmeira. Quem possuia haveres, também não desgostava de ficar junto dos celeiros ou das cubas, para impedir as visitas dos ratoneiros. E para os peregrinos das terras longínquas, este acampamento pitoresco, numa época do ano em que o tempo começa a ser agradável, era como que um divertimento após os trabalhos rudes.

Bem entendido que, durante todo o dia, ou seja das nove horas até às três e meia — visto que o dia ritual começava com o sacrifício da manhã e terminava com o da tarde — as vítimas não deixavam de derramar o seu sangue sobre o adro sagrado, e o cheiro da gordura fumegante, subindo do altar dos holocaustos, enchia as proximidades do Templo — cheiro repugnante, mas, segundo se julgava, agradável a Yahweh. Para assistir às cerimónias era preciso, nos termos da Lei, trazer ramos nas mãos: «Agarrareis em frutos de lindas árvores — tinha dito Moisés — em palmas, em ramos recobertos de folhas, em salgueiros do rio, e folgareis diante do Senhor». Por isso se encontravam, pelas ruas da cidade, os peregrinos levando na mão direita o *loulab*, ramalhete de ramos verdes, e na outra o *éthrog*, a «fruta pérsica», isto é, uma cidra. Ainda os podemos ver representados, com frequência, nas paredes das catacumbas judaicas. E quanto mais volumoso fosse o ramalhete e mais pesada a cidra, tanto maior, evidentemente, seria a fé. Viam-se Fariseus cujo *loulab* tinha tal peso que necessitavam de o apoiar nos ombros. Durante as cerimónias, agitavam-se estas plantas sagradas, nas quatro direcções dos pontos cardiais, cantando o estribilho das antigas aclamações do ritual: *Hallel, hallel, hallelu-yah*, Glória a Deus! Foi por ocasião desta festa que os «irmãos» de Jesus — e, decerto, alguns dos seus discípulos — o instigaram a subir a Jerusalém. Jesus, a princípio, recusou-se, mandando-os sós, à frente. Sem dúvida que ele não queria fazer uma espécie de entrada triunfal que teria facilitado a interpretação tentadora do seu ministério no sentido do sonho do Messianismo glorioso. Contudo, antes de terminada a semana santa, ele apareceu na cidade mais modestamente, e começou a predicar.

No meio daquela jubilosa multidão, extraordinàriamente exaltada por emoções religiosas, Jesus vai iniciar a sua mensagem em Jerusalém. Como todos os peregrinos, dorme na cabana tradicional: a sua estava construída no Monte das Oliveiras, um pouco distante da cidade. Assiste às cerimónias nocturnas que assinalam a festa dos Tabernáculos; talvez tenha participado nesse rito da Água, dum tão nobre aparato, no qual os homens de Israel, em comprida procissão, se dirigem à noite, levando à frente o Sumo Sacerdote e os funcionários do Templo, todos revestidos com os seus sumptuosos ornamentos, para colherem na piscina de Siloé a água que há-de servir para as sagradas libações. Vê o Templo iluminado, os dois candelabros de cinquenta côvados de altura, que levantam para o céu as chamas da resina, e os milhares de tochas conduzidas pelo povo, que fazem parecer sombrio um céu de lua cheia. Ouve, até quase ao romper de alva, vibrar por quatro vezes as trombetas de prata nos lábios dos dois sacerdotes músicos: uma, ao primeiro cantar do galo, outra no décimo degrau, a terceira à entrada do adro das mulheres, e a última, demorada, enquanto avançam até ao limiar do Santuário. Ninguém se associa, com certeza, de coração mais aberto, à oração da alvorada: «Como outrora os nossos pais se voltavam para o Oriente, porque adoravam o sol nascente, vê, Senhor, nós voltamo-nos para ti, pois pertencemos-te a Ti, nosso Deus!» Mas, se o simbolismo não andava ausente de todos estes ritos, se a água derramada significava, para todos os Judeus, mais que um gesto mágico de chamamento da chuva sobre a terra sequiosa, se os setenta touros que a festa reclamava para as suas imolações recordavam as setenta nações pagãs sobre as quais Israel deve reinar, Jesus apropriar-se-á desses símbolos e tirará deles muitíssimas outras lições!

A sua chegada a Jerusalém não passou despercebida! O episódio do paralítico curado, alguns meses antes, na piscina das cinco galerias, não podia ter sido esquecido, e a Galileia não ficava muito longe; de lá tinha certamente vindo a notícia da sua glória, transmitida pelos peregrinos da província que os festejos trouxeram a Sion. São João, no seu Evangelho, relata com precisão perfeita, a agitação que o aparecimento de Jesus imediatamente provocou. «Os Judeus pro-

curaram-no durante a festa. Onde estaria? E havia rumores entre o povo acerca dele. «É um homem de bem, diziam uns. Não, respondiam outros, ludibria o povo» (*João*, VII, 11, 12). Sem dúvida que, tal como na Galileia, o partido farisaico devia recomeçar a cega-rega dos seus agravos: ele não jejua e faz as abluções pèssimamente; convive com pagãos, publicanos, e mulheres de vida fácil; e, relativamente à lei do Sábado, toma liberdades intoleráveis! Mas, desde que Jesus começou a falar, o espanto — como acontecera com os seus auditores da Galileia — espalhou-se naquela assistência de Judeus: «Como pode conhecer tão bem as Escrituras — murmuravam — ele que não andou pelas Escolas?» (*João*, VII, 15).

Jesus falava. Sob os pórticos do Templo, reunia-se gente à sua volta. «A minha doutrina não vem de mim, mas daquele que me envia! Se algum de vós quiser fazer a vontade daquele que me envia, ficará a saber se a minha doutrina é a de Deus, ou se é por minha vontade que estou falando...» (*João*, VII, 17). Na sua prédica sobre o Pão da Vida, já ele tinha dito: para acreditar em Deus, será preciso vir até Cristo, porque só esse conhece a palavra que foi dada a Jesus. Cada incidente das festas fornecia-lhe ensejo para fazer compreender a sua ideia, e numerosos pormenores lhe deram azo para um símbolo. Essa água de Siloé que o Sumo Sacerdote tinha colhido com uma jarra de ouro, e que ia despejar no vaso de prata sobre o altar dos holocaustos, levou-o a pensar em outras águas, naquelas «águas vivas» de que outrora falara à Samaritana, na que Jeremias arguia o povo infiel de ter abandonado (*Jeremias*, II, 13), e exclamou: «Se algum de vós tem sede, que venha a mim e que beba! Porque todo aquele que crê em mim, rios de água viva lhe manarão do seio, como está dito na Escritura!» (*João*, VII, 37, 38). E essa luz que jorra no seio da noite, do alto dos candelabros litúrgicos, não lhe forneceu ela matéria para a sua famosa comparação: «Eu sou a luz do mundo! Quem me seguir, não caminhará na treva, mas terá a luz da vida...» (*João*, VIII, 12).

Quanto mais ele fala, tanto mais ele é discutido. «Alguns que o escutaram, diziam: — Este é verdadeiramente Profeta. Outros: — É o Messias! Mas outros ainda, replicavam: — Será da Galileia que há-de vir o Messias? Não diz a Escritura que

ele será da raça de David, da aldeia de Bethlém, de onde era rei? Por isso o povo dividiu-se acerca dele» (*João*, VII, 40, 43). Contudo, «muitos acreditaram nele e diziam: «Quando o Messias vier, fará ele maiores milagres do que este faz?» (*João*, VII, 31).

É então que os Príncipes dos Padres, avisados pelos vigilantes Fariseus, começaram a inquietar-se. Não há ainda três dias que Jesus fala em Jerusalém e já se prepara contra ele a coligação do ódio. Através do texto tão real de São João, julgamos ver aqueles chefes do clericato, lançando os seus espiões por entre as turbas, para espiarem Jesus, mandando que lhes relatem todos os seus dizeres e todos os seus actos, preparando contra ele aquilo que as polícias de todos os tempos chamam «um processo». A princípio, porém, não ousam empregar a força, contidos, certamente, por uma espécie de respeito, ou pelo medo de ofenderem a opinião pública, ou ainda talvez por escrúpulos, visto que mesmo até entre os Fariseus havia almas íntegras.

Em breve, porém, estas tergiversações pareceram prejudiciais. Andava-se nas ruas de Jerusalém, tagarelando: «Eis que ele fala pùblicamente, sem que ninguém lhe diga nada! Será que, na verdade, os chefes do povo o tenham reconhecido por Messias?» (*João*, VII, 26). Encarou-se, então, a hipótese de o prenderem. E mandaram-se guardas com ordem de se misturarem com os ouvintes do pretenso Cristo, e de se apoderarem dele na primeira ocasião. Voltaram de mãos vazias. «Por que razão não o trouxestes? perguntaram os Pontífices e os Fariseus. E logo os guardas responderam: Nunca homem algum falou como este homem!...» (*João*, VII, 46). Se os próprios beleguins do Templo sofriam o ascendente do Galileu...

Por isso, no próprio instante em que Jesus acabava de pôr pé na terra da Judeia, já se organizavam os elementos que haviam de ser os do seu drama: «Sinal de contradição», semeia, imediatamente, a ansiedade. Seis meses depois, virá o ódio mortal e o seu sangrento fim.

A mulher adúltera

Daria a Festa dos Tabernáculos ocasião a certos desregramentos aos quais, seguramente, se prestava essa estranha maneira de viver durante oito dias? As viagens e cruzeiros são, como se sabe, favoráveis às uniões de acaso, em que a moral conta pouco. Parece haver razão suficiente para considerar legítima aquela hipótese, pois é imediatamente após os sucessos desta semana, que o Quarto Evangelho nos relata o episódio da mulher adúltera. Ele constitui um dos mais célebres e mais belos de toda a vida de Jesus: em nenhum outro ficaram mais profundamente demonstradas tanto a sua caridade e delicadeza, como a penetração do seu julgamento e do seu conhecimento da humanidade.

«Os Escribas e os Fariseus trouxeram-lhe uma mulher surpreendida em adultério. Obrigando-a a aproximar-se, disseram a Jesus: — Mestre, esta mulher foi apanhada em flagrante delito. Moisés, na Lei, ordenou que fossem lapidadas semelhantes criaturas. E vós, então, o que dizeis?» *(João,* VIII, 3, 5).

A cena deve ter-se passado à porta Nicanor, a nascente do Templo; segundo o Talmude, era aí que se levavam, «arrastadas pela gola do vestido», as mulheres surpreendidas naquela falta; vindo do monte das Oliveiras, era por ali o caminho normal de Jesus [1]. A condenação do adultério resultava, iniludìvelmente, do VII mandamento do Decálogo, mas, para os Doutores, os acusadores não eram bastante rigorosos na aplicação dos textos, porque se o Levítico condena os adúlteros à morte *(Lev.,* XX, 10), a pena de lapidação não aparece especificada senão para casos de infidelidade das noivas *(Deuteronómio,* XXII, 22, 24); temos de admitir que, no tempo de Cristo, era costume punir a infidelidade conjugal com este suplício, e que não se tinha ainda adoptado o garrote previsto pelo Talmude. Aliás, isso pouco importava à desgraçada, a quem a multidão ululante rodeava, e que, na pior das amarguras, aguardava que decidissem da sua sorte.

«Era para experimentarem Jesus que o interrogavam desse modo, a fim de poderem acusá-lo» *(João,* VIII, 6). A per-

---

(1) **Ver, no fim deste volume, a planta de Jerusalém e a do Templo.**

gunta era, na verdade, insidiosa: como poderia Cristo fugir a pôr-se em patente desacordo, quer com a lei moisaica, quer com o sentimento popular que, naqueles dias festivos, se inclinava francamente para a piedade, quer, enfim (e aqui aparece já a maquinação que há-de levar Jesus à cruz), com as ordens dos Romanos que tinham tirado aos Judeus o direito de condenar à morte?

«Mas Jesus, abaixando-se, escrevia na terra com os dedos. Como eles continuassem a inquiri-lo, levantou-se e disse-lhes: — Aquele de vós outros que esteja sem pecado, que lhe atire a primeira pedra! E, abaixando-se, de novo, voltou a escrever. Eles, então, ouvindo aquela frase, sentiram-se acusados pela própria consciência. Uns após outros, os mais velhos primeiro, foram-se retirando, de modo que Jesus acabou por ficar só com a mulher. Ele levantou-se e não a viu senão a ela: — Onde estão, perguntou, os que vos acusavam? Acaso, alguém vos condenou? Ela respondeu: Ninguém, Senhor. — Nem eu te condenarei tão-pouco, replicou Jesus. Ide e não pequeis mais!» *(João,* VIII, 7, 11).

Todo o comentário é vão, perante a simplicidade desta cena. Não se poderia imaginar narração mais sóbria nem mais exacta. A primeira pedra era aquela que o acusador deveria atirar àquele a quem denunciara e fizera condenar. Jesus que se inclina, como que indiferente, e que lança com doçura uma frase terrível, e os homens hipócritas, já brutalmente excitados pela tortura que vão infligir a uma mulher, escudados na própria consciência e na própria Lei, e que, de súbito, se sentem confundidos, vistos a nu, e se retiram: tudo é verdadeiro nestas duas linhas, tudo, até a observação maliciosa: «os velhos primeiro»! É inútil perguntar que estaria Jesus a escrever na poeira: sinais incertos, desenhos descuidados? Os nomes dos acusadores, ou os seus pecados, como São Jerónimo supôs, recordando um versículo de Jeremias (em hebreu; o texto grego é mais vago: *Jer.*, XVII, 13): «Os que me abandonam serão inscritos na terra»? Ou mesmo cálculos cabalísticos, como pretenderam os defensores do esoterismo evangélico? Pouco importa: o essencial não está nisso.

Está nesse misericordioso silêncio que a mulher, abismada, sente que se faz, de repente, à sua volta, logo que Jesus pro-

nunciou a sua frase. Está naquele olhar, mais caridoso ainda, que o Mestre desvia dela e volta para o chão, a fim de que a pecadora não core de vergonha. Está naquele gesto de absolvição que se esboça sobre a sua fronte, no mesmo instante em que o pecado lhe é perdoado. Está, enfim, nessa grande lição que todos os juízes da terra deveriam eternamente ouvir — ouvir e meditar!

O trecho parece ter sido interpolado no Quarto Evangelho. Os primeiros Padres gregos, que comentaram São João, tais como Crisóstomo ou Cirilo da Alexandria, ignoraram-no. Vários manuscritos antigos não o contêm, e o lugar que o trecho ocupa não é sempre o mesmo, em todos os documentos em que ele existe. Santo Agostinho pensava que se a Igreja primitiva hesitara em admitir esse episódio no Evangelho, fora por temer que o interpretassem como complacência para com o adultério! O tom da narração está mais perto do dos sinópticos que do de São João. Dar-se-á o caso que o fragmento haja sido guardado pelos discípulos de São João, ou que provenha da tradição de Pedro, por exemplo, do apócrifo *Evangelho dos Hebreus?* Não se sabe. A Igreja considera-o hoje como inspirado, sem afirmar que o autor seja o mesmo de todo o resto do quarto Evangelho. Seja como for, nenhum outro episódio é mais puro, mais comovedor e mais «cristão».

As Parábolas do amor

Veremos assim, em todo o decorrer do período judengo, prosseguir esse estirado diálogo do rancor com a piedade, da «miséria com a misericórdia», como os Padres antigos salientaram. Sobre um fundo permanente de intrigas hostis, de intentos assassinos, destacam-se as imagens dessas grandes parábolas, nas quais — ainda mais do que até então o havia feito — Jesus proclama a imensidão do seu amor à humanidade. Não porque ignore as intenções dos seus adversários: chega, por vezes, a arrancar-lhes as máscaras e, denunciando os seus objectivos, adverte os Judeus das terríveis consequências que, para eles, há-de ter a sua voluntária e criminosa cegueira. Mas não é quando desconhecemos os homens que os podemos amar ver-

dadeiramente; só pode verdadeiramente amá-los quem, havendo medido a sua baixeza, consiga passar além dessa miséria e descobrir o grama de oiro que neles jaz oculto sob um oceano de lama.

«Em verdade, em verdade vos digo — exclamava Jesus — que todo aquele que não entra pela porta no aprisco das ovelhas, é um ladrão e um salteador. Mas quem vai pela porta é o pastor. É a ele que o porteiro franqueia a entrada; e as ovelhas reconhecem a sua voz; chama-as pelos seus nomes e leva-as às pastagens. Logo que chega, caminha à frente delas, e elas seguem-no pela voz, mas não seguiriam um estranho, cuja voz lhes fosse desconhecida...» *(João*, x, 1, 6).

Os Judeus deveriam ter compreendido o sentido destas palavras. Os seus profetas haviam recorrido, muitas vezes, a uma comparação análoga: do Eterno, tinha dito Jeremias: «que guardaria Israel, como um pastor o seu rebanho» *(Jer.*, xxxi, 10). Contra os maus pastores «que comem a gordura das ovelhas e se vestem da lã delas» mas não as guardam, e as deixam «espalhadas, em presa aos animais ferozes», Ezequiel proferira os seus anátemas (*Ezequiel*, xxxiv, 1), e Isaías, bem como Zacarias, tinham também feito comparações análogas. Contudo, não compreendem devidamente as coisas, e recusam-se a tirar delas a conclusão que lhes sugere Jesus. Torna-se-lhe indispensável precisar.

«Eu sou a porta das ovelhas. Se alguém entrar por mim, será salvo; e entrará e sairá e encontrará pastagens. O ladrão não vem senão para roubar, matar e destruir; eu, porém, vim para que as ovelhas tenham vida, e estejam na abundância. Eu sou o Bom Pastor; e o Bom Pastor dá a vida pelas suas ovelhas, enquanto que o mercenário (...), ao ver aproximar-se o lobo, foge, abandonando as ovelhas que o lobo arrebata e faz desgarrar... Eu sou o Bom Pastor; conheço as minhas ovelhas, e as minhas ovelhas conhecem-me a mim, como o meu Pai me conhece, como eu conheço o meu Pai... Tenho ainda outras ovelhas que não estão neste aprisco; mas hei-de trazê-las para cá; elas hão-de ouvir a minha voz, e haverá um só aprisco e um só pastor» *(João*, x, 7, 16).

Muitas vezes se tem reparado na precisão geográfica com que esta parábola evoca, na paisagem da Palestina, os hábitos

dos pastores, iguais aos que ainda hoje se observam. Nos cercados de pedra seca, todo o gado da aldeia fica recolhido durante a noite; um pastor vela, ou vela mesmo o filho do senhor quando se trata de animais de algum rico proprietário; pela manhã, cada pastor vem buscar o seu rebanho, e solta um silvo que lhe é peculiar e que os animais imediatamente reconhecem. E a verdade é que, por vezes, o pastor tem de arriscar a própria vida para defender os seus animais: David não matou, por isso, um urso e um leão? (I *Samuel*, XVII, 3, 37) e, mesmo em nossos dias, os chacais, as hienas e os lobos não são raros nas estepes da Judeia e Transjordânia. Mas é ainda mais da afeição dos pastores ao seu gado, e da sua coragem para o defender, que Jesus nos quer falar. O sentido profundo ultrapassa o simbolismo: a curta frase, repetida no texto do Evangelho, só longo tempo depois se tornará compreensível: «Dou a vida pelas minhas ovelhas». E se todos os cristãos têm hoje muito amor a esta imagem do Bom Pastor, aqueles que eram «as outras ovelhas» e que não se encontravam no aprisco de Israel — os antigos pagãos e os gentios — esses logo a estimaram muito mais. A mensagem de universalidade de Jesus resume-se naqueles últimos versículos. No tempo das Catacumbas, uma inscrição fúnebre pedirá a Deus pelo defunto «conduzido ao aprisco, aos ombros do Bom Pastor», e a humanidade ainda hoje escuta, no mais profundo recesso do seu coração dilacerado, a promessa de ser conduzida ao único redil, toda junta num só rebanho.

Em resposta a essa graça, que é que os Judeus estão a discutir? «Levantou-se, de novo, entre eles, uma questão por causa deste discurso. Muitos diziam: — Ele está possesso do demónio! Perdeu o senso comum! Porque estais a ouvi-lo? Mas outros replicavam: — Não, aquilo não são palavras de possesso!» (*João*, X, 19, 21). E até àqueles que o odiavam e que se recusavam a abrir os ouvidos para o ouvirem, até a esses Jesus não queria mal. Ao ódio que se levanta contra ele, só o amor responde. A declaração que tinha feito, logo no começo da sua missão pública, reaparece então, sob outro aspecto: «Em verdade vos digo que tudo será perdoado aos filhos dos homens, os pecados e as blasfémias, digam eles o que disserem — excepto blasfémias contra o Espírito Santo!» (*Marcos*, III,

28; *Mateus*, XII, 31; *Lucas*, XII, 10). Não há faltas, por mais abjectas, que o poder infinito do amor não possa redimir — salvo a que até repudia o amor, ignora o seu crime e recusa o perdão.

Para todo o pecado, misericórdia! Continuando a comparação do Bom Pastor, numa parábola referida por São Lucas e São Mateus (*Lucas*, XV, 4, 7; *Mateus*, XVIII, 12), Jesus fala dessa centésima ovelha desgarrada do rebanho e que o pastor procura com afã. Já Ezequiel o tinha dito: o bom pastor procede desse modo (*Ezequiel*, XXXIV, 16); todavia observara apenas que o pastor «reconduzia a desgarrada» e que a tratava no caso de ela estar ferida ou doente. Jesus acrescenta a isso um pormenor em que o verdadeiro amor se revela: «O zagal, jubiloso, agarra nela aos ombros e, regressado a casa, reúne amigos e vizinhos, e diz-lhes: — Alegrai-vos comigo, porque a minha ovelha perdida já apareceu».

E «qual é — diz ainda Jesus — qual é a mulher que tendo dez dracmas e perde uma, não acende uma lâmpada, não varre a casa, e não procura, com cuidado, até tornar a encontrá-la? Então, reúne as amigas e as vizinhas e diz-lhes: — Alegrai-vos comigo, pois encontrei a minha dracma perdida. Por isso vos digo eu que os Anjos de Deus rejubilarão por um só pecador que faz penitência!» (*Lucas*, XV, 8, 10).

Talvez em parte alguma do Evangelho se mostre melhor a imensidade da misericórdia divina que na parábola que imediatamente se segue à da dracma encontrada, e à qual apenas se refere São Lucas — neste ponto mais que nunca, «cronista da benignidade de Jesus». Um admirável quadro de Rembrandt mostra o regresso do Filho pródigo, alquebrado, prostrado, coberto de andrajos, a quem o pai recebe de braços abertos, num grande gesto; e qual o cristão que, nas suas horas negras, não se apegou às palavras desse texto admirável, como a uma eterna consolação? Não ousaremos reproduzir aqui tais páginas, de toda a gente conhecidas (*Lucas*, XV, 11, 32). Esse filho insolente que, depois de ter exigido a sua parte da herança, abandona o lar paterno e vai para países longínquos dissipar, na orgia, os seus haveres, quem é que o não descobre dentro de si próprio? Surge a hora da desmoralização e das angústias; nas nossas misérias, não chegamos a comer as landes

que os porcos entre si disputam? Nós sabemos bem o que é a nostalgia da casa que perdemos, e na qual tudo é calma e paz! Feliz aquele que tem a coragem de correr para o pai, prosternar-se e dizer: «Pequei!» — «Trazei, diz então o chefe da família para os servos, trazei o melhor fato e vesti-lho! Metei-lhe um anel no dedo, e sapatos nos pés. Trazei a vitela gorda, e matai-a: banqueteemo-nos e alegremo-nos! Este meu filho estava morto, e eis que voltou à vida; havia-se perdido, e foi encontrado!»

Ignora-se se algum dia a linguagem dos homens exprimiu em tão poucas palavras, um mundo tão vasto de amor e de sabedoria. Tudo, nesta cena, é perfeito e tem uma tal humanidade, que nos faz apertar o coração. O drama do exilado é comovente, mas é-o igualmente a alegria do velho pai que, «logo de muito longe, ao ver que era o fliho que voltava, corre profundamente comovido ao seu encontro, lança-se-lhe ao pescoço e cobre-o de beijos». Haverá necessidade de acrescentar quaisquer pormenores que dêem perspectiva histórica ao episódio? No Direito Judaico, a herança, por morte do pai, era dividida pelos filhos, recebendo o mais velho, todavia, quinhão duplo, com o encargo de sustentar a mãe e as irmãs que não fossem casadas; porém, antes da morte, os filhos não tinham direito a coisa alguma; aquele filho mais novo que exigiu a sua parte excedera, por conseguinte, as suas prerrogativas. O ter rebaixado o perdulário à categoria de porqueiro, tivera por fim impressionar um auditório de Judeus, pois ser porqueiro era estar em contacto com um animal impuro: «Maldito seja o homem que cria porcos» diz uma sentença talmúdica; outra afirma: «Quando Israel se encontrar reduzida às landes, então fará penitência», o que mostra que Jesus, aqui, como em tantas outras ocasiões, apoia a sua linguagem simbólica num alicerce proverbial de tradição. Enfim, Mgr. Ricciotti citou engenhosamente um papiro egípcio do século II, em que um filho pródigo escreve à mãe: «Participo-te que ando nu. E suplico-te, minha mãe, reconcilia-te comigo!... Fui castigado por todas as maneiras — pequei. Mas tu, vem!...»

Esta maravilhosa promessa de misericórdia vai ainda mais longe, e o episódio termina com um parágrafo dirigido, em especial, às pessoas de bem, àqueles que não abandonaram a

casa paterna, nem desbarataram os haveres, e sentem nisso muita satisfação. «O filho mais velho, entretanto, estava nos campos; regressa, e quando se aproxima de casa, ouve música e descantes». O que ele pensaria, ao saber que tinham matado o vitelo gordo em honra daquele celerado irmão, poderá imaginar-se pensando-se o que diria uma austera burguesa, ao ver ser recebida carinhosamente uma pecadora arrependida. É um esplêndido rapaz, este morgado, e, como espera uma parte dobrada da herança, procede de maneira a que ela não lhe fuja. Contudo, é trabalhador, e respeitoso, e inteiramente submisso. A sua ira, é nas entrelinhas que se lê: nem sequer diz «Pai», e referindo-se ao irmão, fala assim: «esse outro filho que lhe dissipou, com cortesãs, os seus bens». Foi necessária toda a táctica do pai para o acalmar: e que ele se tenha rendido com facilidade, não no-lo afirma o Evangelho.

É que, a bem dizer, a misericórdia de Jesus faz mais que demolir o quadro da velha moral moisaica; chega a desorientar a consciência humana, de tantos esforços que lhe exige. Há quem se indigne com esta parábola, quem finja ver nela uma forma de animar o desregramento, e, em qualquer caso, deplore ter de reconhecer-lhe uma quebra inadmissível da sólida lei burguesa, que estabelece a recompensa para quem procede bem, e a punição para quem procede mal. Talvez condescendessem com o perdão do Pai, se este ao menos repreendesse sèriamente o culpado!

O mesmo sucede com a parábola dos obreiros da décima primeira hora. Como ela é estranha, e — falando com propriedade — irritante para todos quantos se desempenham cuidadosamente do seu trabalho, durante todo o santo dia, e ficam convencidos de haverem ganho bem o seu salário! Que os vinhateiros que chegam em último lugar sejam pagos como os outros que se matam a trabalhar desde manhãzinha, será isso lógico? O coração do homem é feito de tal modo que não só pretende receber a parte que julga haver merecido, mas quer ainda que não recebam uma parte igual aqueles que ele julga não terem direito a tanto. É esta moral do deve-haver que Jesus combate sem piedade. De resto, que cada um ausculte a própria consciência e veja se não encontra nela mil motivos para pedir também misericórdia, e para se considerar muito

feliz por não ver cair sobre a sua cabeça o castigo que merece! (*Mateus*, xx, 1, 17).

O ódio judaico

Os últimos serão os primeiros, e os primeiros os últimos (*Mateus*, xx, 16); esta frase com que Jesus concluiu a sua parábola dos operários da décima primeira hora, ninguém a deve ter ouvido com um coração mais amargurado que o Judeu piedoso e que, possuindo a consciência de haver cumprido, com o maior escrúpulo, todos os mandamentos da Lei, e de ser o testemunho vivo da aliança eterna entre Israel e Yahweh, não podia admitir que outros povos tivessem acesso ao Reino onde Deus recompensa os seus fiéis. Esse Judeu deveria sentir-se tão gravemente ferido no seu orgulho nacional — orgulho que, não pode ser esquecido, era a base da sua própria fé — como indignado em suas convicções, por ver Jesus e os seus sequazes respeitarem tão pouco os ritos veneráveis com que a tradição sobrecarregara a Lei.

Como na Galileia, também na Judeia a questão do Sábado parece ter sido a pedra de escândalo. Mais ainda que nas províncias do norte, aplicavam-se à letra em Jerusalém os preceitos sobre o descanso semanal, os quais, sem cessar, se iam tornando cada vez mais complicados e exigentes. Talvez seja exagerado dizer-se que um cidadão era julgado segundo o modo como observava o sábado; contudo, quem o observava mal, era invariàvelmente condenado.

«Jesus viu, ao passar, um cego de nascença». Era, decerto, nas proximidades do Templo, onde, segundo os *Actos dos Apóstolos* (III, 2), paravam muitas vezes os mendigos. Sem dúvida que o cego ergueria aos céus as suas súplicas, pois Jesus compadeceu-se dele. «Então, cuspiu na terra, fez lama com a saliva, estendeu-a sobre os olhos do cego, e ordenou: — Vai-te lavar na piscina de Siloé (palavra que se traduz por *Enviado*). O cego partiu, lavou-se, e regressou com vista» (*João*, IX, 1, 7). Os antigos pensavam que a saliva, sobretudo a da manhã, possui, para os casos de oftalmias, virtudes curativas; dizem-no Plínio e Suetónio; e em Bethsaida, Jesus já tinha aplicado

saliva, sobre os olhos dum cego. Quanto à mezinha da lama, encontrámo-la indicada, para um tumor dos olhos, num poema médico do século III depois de Jesus Cristo, cuja autoria é atribuída a um tal Sereno Samonico. A água de Siloé era tida por santa, desde que Isaías (VIII, 6) a havia elogiado; todos os Judeus sabiam que essa água chegava à magnífica piscina, por um canal escavado em plena rocha no tempo de Ezequias (¹) e que «Siloé, o remetente», dera o seu nome a esse canal; como a de Bezetha, seria essa água considerada milagrosa? Na Idade Média, um texto muçulmano dirá que quem quer que visite Jerusalém deve banhar-se na água de Siloé «que vem do Paraíso», e ainda lá se vêem as ruínas da basílica que a imperatriz bizantina Eudóxia mandou edificar. Há neste episódio alguma coisa mais que uma cura natural. A intenção simbólica é nítida no texto evangélico, que trocadilha com as palavras «remetente» e «remetido». Com essa mesma água que os Padres iam buscar para as suas libações, Jesus realizava um milagre, dando, assim, uma vez mais, sentido novo a práticas antigas.

Entretanto, o cego voltara para a cidade, cheio de alegria (²). Enorme emoção. «Não é aquele o mendigo cego? perguntavam uns. — Sim, é ele! — Não! É alguém que se parece com ele. Porém, ele dizia: — Sou eu!» Obrigaram-no a contar o seu milagre; queriam conhecer quem o curara. «Ora, fora num sábado»... E eis aí o ponto nevrálgico do caso. Os Fariseus interrogam o ex-cego; e por pouco o não consideram pecador por se ter deixado curar num dia de sábado. Em todo o caso, aquele que — ó escândalo! — fez lama com saliva, nesse santo dia, não pode ser um *enviado* de Deus! Todavia logo o homem lhes responde: — Mas então é um profeta! Vão buscar-lhe os pais, e quase que os acusam; eles esquivam-se. Vá! Ao menos que o miraculado reconheça haver sido curado por um mero pecador! «Eh! Se é pecador, não sei; o que sei é que eu era cego, e agora vejo!» Os Fariseus já não cabem em si de raiva, sobretudo quando o miraculado, galhofeiro, lhes atira esta alfinetada: «Uma vez que me estais a fazer tantas per-

(¹) Ver DR : PB, cap.: *O Reino dividido contra si próprio.*

(²) Diz-nos uma lenda provençal que este cego curado viria a ser o Santo Restituto, primeiro bispo de Saint-Paul-Trois-Chateaux (Drôme).

guntas, querereis acaso tornar-vos também discípulos dele?» E Jesus, que não oculta haver sido o autor do milagre, logo a atalhar com estas palavras misteriosas que bem sabem a quem visam: «Vim para que os que não vêem, vejam; e para que os que vêem, se tornem cegos». — É de nós que falas? Seremos, porventura, também cegos? — exclamam os Fariseus, «Se fôsseis cegos não terieis pecado; mas vós afirmais que vedes claramente; fica, pois, o pecado subsistindo em vós...» *(João*, IX, 13, 41).

O apólogo que, partindo dum facto real, se alargou, transformando-se numa grande lição, põe sob intensa luz o conflito que se prepara. A inquietação e a irritação dos escribas manifestam-se violentamente. Um segundo incidente, absolutamente análogo, é referido por São Lucas. «Jesus ensinava numa sinagoga, num dia de sábado. Encontrava-se presente uma mulher definhada e corcovada, que andava assim, havia perto de dezoito anos, por acção de qualquer espírito mau: e não podia endireitar-se. Jesus, ao vê-la, chamou-a e disse-lhe: «Mulher, já estás livre do teu mal». E impôs-lhe as mãos. Imediatamente a mulher se endireitou e deu graças a Deus. Mas o chefe da Sinagoga, escandalizado por Jesus haver feito aquela cura num sábado, diz para o povo: «Há seis dias em que se pode trabalhar; portanto, vinde nesses dias tratar das vossas curas, e não ao sábado». Vociferara este preceito sem ter o ar de se dirigir a Jesus. Mas Jesus, de pronto, respondeu: «Hipócrita! Cada um de vós não tira, aos sábados, o boi ou o burro do curral para o levar a beber? E esta filha de Abraão, a quem Satã mantinha tolhida, há dezoito anos, não havia de ser liberta da sua prisão, num dia de sábado?» *(Lucas*, XIII, 10, 17). É sempre, como se vê, a mesma causa de oposição, o eterno conflito entre os detentores da letra e os do espírito: não há terreno em que se possam conciliar. Vivem, a bem dizer, em mundos diferentes.

Mas, ainda mais grave que essa antinomia de origem dogmática era a violência do ódio que a universalidade de Jesus determinava na alma dos Judeus. Violador do Sábado, Jesus era, com certeza, um pecador, e talvez pior que um pecador — dada a maneira como pretendia ultrapassar, transcender a Lei. Ainda mais fundo ele feria a alma de Israel quando afir-

mava que o Messias não viria sòmente para redimir o Povo Eleito; que o filho pródigo tinha tanto direito à ternura do Pai como o virtuoso primogénito; e que novas ovelhas entrariam no redil! Para um Judeu, todos os pagãos eram filhos pródigos, dignos apenas de comer a lavagem dos porcos; quanto ao redil, não existia senão um, o da Terra Santa, sob o olhar do Uno, e, quanto a rebanho, também só um havia, que era o das doze Tribos. E Jesus, que conhecia bem a alma deste povo, explícita ou implìcitamente, condena o seu estéril exclusivismo.

Quando, por exemplo, São Lucas nos refere que, de dez leprosos curados por Jesus, num dia em que regressava da Galileia a Jerusalém, só um lhe agradeceu, e salienta que «Era um Samaritano»... — a sua intenção é bem clara. Confrontando a atitude desse ímpio com a dos nove restantes, curados de igual modo, mas ingratos, compreende-se quem é que Jesus visa (*Lucas*, XVII, 11, 19). E, da mesma forma, outro tanto sucede na célebre parábola do Bom Samaritano, a qual, sendo uma lição de caridade, encerra também um determinado juízo. Um Doutor da Lei perguntara a Jesus: «Mestre, o que devo fazer para alcançar a vida eterna? — Que é que está escrito na Lei? retorquiu-lhe Jesus. Que leste nela? — Amarás ao Senhor, teu Deus, de todo o teu coração e de toda a tua alma, e com todas as tuas forças, e com todo o teu espírito, e ao próximo como a ti mesmo». Nada há que dizer a esse Escriba: ao preceito fundamental, ao primeiro mandamento, ele acrescenta o preceito do *Levítico* (XIX, 18) sobre o amor dos homens. Mas, como compreende tal preceito? Ele diz ainda: «Mas quem é o meu próximo?» Então, Jesus responde-lhe com um apólogo. Evoca, em poucas palavras, um desses dramas que tantas vezes entenebrecem a estrada que vai de Jerusalém a Jericó; não é muito comprida esta estrada — trinta e cinco quilómetros apenas — mas desce abruptamente (da altura de mais de mil metros), através dum deserto sinistro, de colinas agrestes, de rochedos caóticos, a que um veio geológico de manganésio, cor de sangue, imprime um efeito de horror. É um sítio de chacais e de ladrões: até há coisa de dez anos ninguém se aventurava, sem medo, a enveredar por tal caminho. Um homem atacado nessa armadilha, jazia à beira da estrada, agonizante, semimorto. Os viandantes têm o maior cuidado em não se de-

morarem por ali. Passou um padre e depois um levita, sem que, nem um, nem outro, parasse para socorrer o desgraçado. Chega, por fim, um Samaritano. «Compadecido, aproximou-se e ligou-lhe as feridas, depois de as tratar com azeite e vinho; em seguida, carregando-o sobre a sua própria alimária, conduziu-o à hospedaria e cuidou dele», chegando a deixar dinheiro do seu bolso para que, mesmo depois dele se ter ido embora, o ferido ali permanecesse. A meio do caminho entre Jerusalém e Jericó, numa volta das ravinas, um velho *Khan*, que serviu de reduto aos Bizantinos e aos Cruzados e que se encontra hoje em grande estado de ruina, continua a ser chamado «Hospedaria do Bom Samaritano», e ainda na Síria se conhece o remédio do azeite e do vinho misturados, para pensar as feridas. A lição desta parábola, tira-a Jesus em meia dúzia de palavras: «Qual dos três se revelou o próximo do ferido?» A lei do amor respondiam os Judeus: «Um pagão não é um próximo!» Um Samaritano, um ímpio, é mais fiel àquela lei. Que sentença!

Enquanto se tem a impressão de que, na Galileia, Jesus não quisera suscitar o escândalo, nem provocar, cedo de mais, um conflito, agora, na Judeia, o seu verbo torna-se categórico. Por vezes, até, vão directas aos Judeus palavras que parecem outras tantas bofetadas. «Morrereis impenitentes! E enquanto estais em baixo, eu conservo-me de cima!» (*João*, VIII, 21, 25). Quanto mais avançarmos neste período, mais pesados se tornarão esses juízos, até ao dia terrível da grande profecia contra Jerusalém, que a História, pelo gládio de Roma, deveria tão exactamente confirmar. Tudo se passa como se Jesus, sabendo fatal o conflito, e, mais do que fatal, necessário, nada fizesse para o evitar, visto que esse ódio judaico aparece providencialmente como instrumento duma intenção divina que esse mesmo ódio não podia compreender como instrumento da Redenção.

Esse ódio manifesta-se em breve, sob todos os pretextos. Quando, em Dezembro, *Hanouka*, a festa da Consagração traz de novo à cidade muita gente, cercam Jesus e interrogam-no. Jesus não se furta; ele encontra-se, aliás, entre costumes que respeita e cujo significado conhece melhor do que ninguém, ele que já declarou que «a salvação vem dos Judeus». É per-

feitamente natural que o povo comemore a purificação do altar por Judas Macabeu, após a sua vitória sobre os Gregos (I *Macabeus*, IV, 59) [1], iluminando as casas; mas por que motivo, fiel à sua tradição, se recusa a aceitar as respectivas consequências? Apertam com Jesus — escárneo, curiosidade, armadilha? — para que diga, duma vez para sempre, se é o Messias. «Já vo-lo disse, respondeu Jesus, e vós não me acreditastes. As minhas obras, realizadas em nome de meu Pai, não falarão por mim? Mas vós recusais acreditar, porque não sois das minhas ovelhas» *(João,* X, 24, 30). Sem dúvida que recrudesce contra ele a velha calúnia já espalhada na Galileia, de que Jesus é possesso do demónio e que daí procede o seu poder: Belzebu, o antigo e falso deus da Cananeia, transformado em diabo do inferno judaico, eis quem o anima! Jesus, porém, responde, calmo: «Não existe em mim nenhum demónio!» *(João,* VIII, 49). Uma vez, mesmo, em que falava no Templo, alguns Judeus pegaram em pedras e quiseram lapidá-lo. Chega a ser encarada uma decisão legal contra os seus adeptos: a exclusão da sinagoga: medida terrível, bem pior que a *nezipha*, simples repreensão que excluía do Templo o delinquente por uma ou duas semanas; pior que o *neddui*, o «repúdio» por um mês, durante o qual era o delinquente obrigado a sentar-se no chão, trazer vestidos de luto, deixar crescer a barba e o cabelo, não tomar banho, abster-se da oração comum: o *herem*, excomunhão maior, que implicava o confisco dos bens, e que tornava o condenado tão impuro e tão repugnante como o último dos leprosos. Devem mesmo ter chegado a prevenir Herodes Antipas, pois parece bastante suspeita a diligência feita pelos Fariseus junto de Cristo, com o fim de o avisarem de que o tetrarca queria matá-lo! *(Lucas,* XIII, 31, 33). Não confessariam eles, desse modo, o seu mais secreto pensamento, aquele que, aliás, Jesus já tantas vezes desvendara?

Todavia, nem todos estão dessa maneira empenhados na perda de Jesus. Além mesmo daqueles que vimos converterem-se ao ouvirem o seu apelo, além dos amigos que ele terá extremamente fiéis e dedicados, havia até no clã dos Fariseus almas austeras para quem o Profeta não parecia criminoso. Tal era

---

(1) Cf. DR: PB, capítulo: *O tempo dos grandes impérios.*

Nicodemo, aquele que já vimos ([1]) vir, de noite, encontrar-se com Jesus, por ocasião da primeira estadia do Mestre em Jerusalém, no ano antecedente. Membro do Sinédrio, uma vez em que lá se discutia a respeito de Jesus — foi isso no dia em que os guardas regressaram sem o terem capturado — Nicodemo ousou dizer: «Porventura, a nossa Lei condena um homem sem primeiramente ter sido ouvido, e sem que se saiba o que ele fez?» Esta defesa valeu-lhe o sarcasmo dos fanáticos: «Também tu te fizeste Galileu, à última hora?» *(João,* VII, 50, 52). Contudo, esse acto certamente ser-lhe-á levado em conta, no Dia do Juízo.

No meio destas intrigas, das quais coisa alguma ignora, Jesus continua o seu caminho. A violência dos homens não o impede nunca de ensinar a misericórdia e de fazer milagres, mesmo em benefício daqueles Judeus ingratos. Que importam os que se embrenham voluntàriamente na noite? É aos outros que se dirige. Que lhe responda uma só voz, e todo o esforço do Deus vivo se sente recompensado. Nos últimos dias de vida, quando volta a Jerusalém, onde o aguarda o seu destino, ainda o ensejo dum milagre se lhe oferece novamente.

Foi às portas da nova Jericó, a encantadora cidade ([2]) que, outrora, Marco António oferecera a Cleópatra para as suas vilegiaturas, a cidade enriquecida e engrandecida por Herodes, não longe, possìvelmente, das nascentes murmurantes que ainda ali se vêem. Estava lá um cego com seu companheiro, ambos voltando para quem passava esse rosto triste cujo implorativo

---

([1]) Ver, atrás, pág. 224.

([2]) A região de Jericó era uma das mais agradáveis de toda a Judeia. Suspensa a meia altura sobre o vale do Jordão, não era muito quente no Verão, porque a brisa a refrescava, nem muito fria no Inverno, em que a temperatura se mantinha como a dos nossos oásis argelinos. Águas abundantíssimas garantiam-lhe a riqueza. Josefo exclamava: «Este solo pode declarar-se divino, em tanta abundância produz as frutas mais raras e mais belas». As suas balsaminas e as suas tamareiras eram célebres em toda a Palestina. Cultivavam-se ali três espécies de tâmaras: as compridas, «dáctilas», as «adélfidas» e as «cariotas», com o sabor do mel. A Bíblia exalta muitas vezes o perfume das suas rosas. Ainda hoje, para um e outro lado da cidade, fica um largo mar de palmeiras, bananeiras, romãzeiras, amendoeiras, limoeiros, laranjeiras, canas de açúcar e, por toda a parte, flores amarelas e encarnadas, em grandiosa profusão. Ponto de passagem, por

fervor Poussin tão maravilhosamente evocou no seu famoso quadro do Louvre. E um deles grita: «Filho de David, Jesus, tende piedade de mim!» Em voz mais alta, mais alta ainda! Ninguém consegue fazê-lo calar. São Marcos, que, decerto, conheceu esse homem na Igreja primitiva, diz que ele se chamava Bartimeu. «Que queres tu que eu faça por ti? pergunta-lhe Jesus. — Mestre, quero ver! — Vai: foi a tua fé que te salvou!» E eis que o cego «deita fora o mantéu, ergue-se alvoroçado e corre para Jesus». Foi a tua fé que te salvou! Assim, entre os piores cegos, há ainda alguns que poderão encontrar a luz, e na terra ingrata da Judeia germinarão alguns grãos que serão preciosos (*Lucas*, XVIII, 35; *Mateus*, XX, 29; *Marcos*, X, 46).

Amigos e fiéis

Porque, paralelamente ao avançar subterrâneo do ódio, vê-se no Evangelho um cortejo de amizades e fervores que acompanham Jesus. Ele não anda só pelas estradas da Judeia: adivinham-se à sua volta grupos de fiéis que o seguem, os que o hão-de aclamar por ocasião da sua entrada triunfal no domingo dos Ramos, e dos quais, haverá mesmo alguns que o acompanharão heróicamente, tanto no caminho do Calvário, como na manhã da Ressurreição.

No primeiro plano dessas amigas figuras, destacam-se

---

excelência, desde os tempos mais remotos, Jericó era, no tempo de Jesus, uma estação das caravanas, considerável centro de negócios, e uma cidade de vilegiatura. As explorações arqueológicas distinguem três Jericós. A que hoje existe, seria a dos Cruzados, povoação banal, de pretensiosas «vilas», onde os Ingleses gostam de vir — «Winter's Palace» e golf! A que conheceu Jesus era um pouco mais acima, no local onde se encontra o miserável casal de Er-Riha. Desde Cleópatra, Herodes o Grande, e Arquelau, era uma cidade de luxo, com palácios de mármore, numa paisagem austera e, todavia, sumptuosa. A Egípcia gostara dela, apreciando infinitamente o seu ar embalsamado, e os Romanos mantiveram ali uma guarnição militar. Finalmente, a Jericó da Cananeia, que datava, pelo menos, de 1.500 anos A. C., conserva-se sob a forma dum «tell», onde se encontraram muitos despojos arqueológicos, tendo sido postas a descoberto três cercas de muralhas, uma das quais tem vestígios, muito nítidos, do fogo lançado por Josué.

duas imagens de mulheres, Marta e Maria, as irmãs de Lázaro que Jesus fará ressuscitar. O terceiro Evangelho, que falou delas com a sua habitual delicadeza, não nos diz como se chamava o lugar em que elas receberam o Mestre (*Lucas*, x, 38, 42). Mas havemos de tornar a encontrá-las, às duas irmãs devotas, no episódio da ressurreição de Lázaro, que São João refere, precisando que a aldeia delas se chamava Betânia. Esta era então uma aldeiazinha florescente no meio de olivedos e de numerosas figueiras; a estrada de Jericó, por onde seguiam as caravanas, passava-lhe junto das muralhas; situada a uma hora de caminho de Jerusalém, parecia, no entanto, muito distante, separada dela como estava pelo monte das Oliveiras e tão diferente era o seu tranquilo cenário do ruidoso fausto da capital. Hoje, no meio dos campos de cevada, não é mais que uma aldeola sórdida, arcarias oscilantes, abóbadas desventradas, onde os guias importunam o viajante para lhe mostrarem — *bakchich! bakchich!* — um pardieiro no meio de outros pardieiros, a pretensa habitação de Marta e de Maria. Parece que Jesus deve ter feito algumas estadias nesta amiga casa, durante os meses de Outubro, Novembro e Dezembro do ano 29: a situação era-lhe extremamente cómoda, dado que lhe permitia vir a Jerusalém tantas vezes quantas quisesse, sem ter de passar aqui a noite. Um pouco afastado, era evidente que se encontrava em maior segurança: é, porém, de admirar a coragem daquela família à qual as ameaças dos Fariseus e os anátemas dos Sinedritas não impediram de acolher o Messias como hóspede e amigo.

A famosa e encantadora cena do Evangelho, que, na simplicidade luminosa e grave das suas três personagens, Ver Meer de Delft tão maravilhosamente evocou, pode, pois, situar-se no decorrer dessas tão rudes semanas da Judeia, mal o Verão termina. Chuvas brutais desabam: «trovoadas de *Marheswhan* (Novembro) tão semelhantes aos toques de trombetas»; habituada aos grandes calores, a população judaica treme de frio e acende braseiras; os rebanhos transferem-se para o «Ghor» do Jordão. Entre as procelas, o ar é de tão maravilhosa transparência que os mais insignificantes pormenores dos longes azulíneos se percebem, ao sul na direcção de Moab, ao nordeste, por um recorte das colinas, sobre os montes Gerazianos.

Jesus está ali, no lar amigo. Cada qual das duas irmãs, oferece-lhe o que pensa ter de melhor: Marta, a mais velha, não pára a arranjar-lhe a roupa da cama, e a preparar-lhe leite, mel e tâmaras, e a fritar-lhe peixe; a outra, Maria — São Lucas assinala tão sagazmente as diferenças dos seus caracteres! — sentada aos pés do Mestre, escuta-o de toda a sua alma. A solícita dona de casa indigna-se com o que lhe parece preguiça: «Senhor, não vedes que a minha irmã me deixa sòzinha, a fazer o serviço?» Marta não compreendera que Jesus estava em casa dela e que a coisa mais importante era escutá-lo. E Jesus de responder-lhe: «Marta, Marta, que vos inquietais e alvoroçais com tantas coisas, quando tão pouco é necessário, ou, possìvelmente, uma só coisa! A Maria escolheu a boa parte, que não deve ser-lhe arrebatada». Seria isto, como mais tarde se aventou, um elogio da vida contemplativa que Jesus quis proferir, em oposição à vida activa? «A única coisa necessária» é, decerto, o reino de Deus, a salvação; é, ao pé de Jesus, que ela se encontra, e toda a agitação do mundo, por muito necessária ou mesmo santa que seja, tem menor significado que uma silenciosa adoração.

Um outro episódio mostra-nos o despertar duma daquelas amizades que só Jesus sabe atrair, a um simples olhar ou à mais singela das palavras. É ainda em Jericó, pelos fins de Março do ano 30, decerto poucos dias antes de ter começado a semana da Paixão. Cristo chega à cidade com os discípulos: desce da Pareia onde predicara ao povo que o não conhecia ainda. Acaba de ressuscitar Lázaro; sobe a Jerusalém, misturado na confusa multidão que se dirige para a cidade santa, a fim de celebrar a Páscoa. Corre o boato de que ele se encontra entre os peregrinos. Procuram vê-lo, aproximar-se dele. Um homem, mais do que qualquer outro, tem esse desejo; no fundo do seu ânimo, as palavras de Jesus, o pouco que delas sabe, terão aberto caminho? Não consegue, porém, chegar aos seus objectivos, porque, pequeno de estatura, está perdido no meio da turba. Então, tem uma ideia. Nas praças, ao longo das ruas, crescem sicômoros, bonitas árvores vigorosas, cujas raízes, saindo da terra, fazem, de encontro ao tronco, uma espécie de arcos que facilitam a ascenção. Hop! ei-lo nos ramos. Jesus avista-o. Esse esforço que, apenas para o ver, o homem

dispendeu compreende-o no seu significado. «Zaqueu! disse; desce imediatamente; ficarei hoje em tua casa». Rara e espantosa honra! Este Zaqueu não é mais do que um Publicano, um dos vários cobradores de impostos que recebem as taxas sobre os bálsamos e as essências; é, até, um dos principais exactores, enriquecido por aquele triste ofício. Sabe-se o que pensavam dos Publicanos os crentes de Israel. E aí temos Jesus, incorrigível, que vai à casa dele e come à sua mesa! E demora-se lá, a contar uma parábola, uma lindíssima parábola, a dos *Talentos* ou das *Minas*. Com ela, ensina o bom uso dos bens que Deus nos confiou, e dos quais, um dia, nos há-de pedir contas; avisa ainda, uma vez mais, que o reino de Deus não virá como o esperam. E como essa parábola interessa os seus ouvintes, essa parábola em que reconhecem, com prazer maligno, que «o homem rico que foi até muito longe, correndo atrás da realeza», não era senão Arquelau, seu antigo príncipe, cuja desilusão ainda tanto os diverte! A cena é viva, familiar e cordial. Mas pelo testemunho de estima que lhe deu, Jesus conquistou um coração — conquistou-o para Deus. «Senhor — disse, de súbito, Zaqueu — eu dou aos pobres metade dos meus bens, e se prejudico alguém nalguma coisa, quero pagar-lha pelo quádruplo!» Que humildade! Zaqueu condena-se, a si próprio, à pena legal dada aos ladrões. «A salvação entrou hoje nesta casa», exclama Jesus; e conclui como concluíra com outro publicano — Mateus — por ocasião do seu apelo, dizendo que o Filho do homem veio para salvar, não os justos, mas os pecadores, e procurar «o que se encontrava perdido» *(Luc.*, XIX, 1, 28; *Mat.*, XXV, 14, 30) [1].

Assim, nem tudo é ódio, no decorrer deste período judengo. Amavam a Jesus aqueles homens e aquelas mulheres que o escoltavam ao longo das estradas, aquelas mães que lhe levavam os filhos para que lhes desse a sua bênção, aquela desconhecida que lhe gritou: «Feliz o ventre que vos gerou!» Que eles não tenham sabido defendê-lo ou que não tenham tido

---

[1] O publicano convertido será caro à piedade cristã. Determinada lenda faz dele um companheiro de São Pedro, um bispo de Cesareia; uma outra garante que ele foi viver como eremita num vale selvagem que, mais tarde, foi o do Santuário de Rocamador.

coragem para tanto, o caso é bem humano para que nos faça espantar. Contudo, é deles que há-de nascer a igreja de Jerusalém, essa corajosa comunidade, que, em plena cidade judaica, manterá viva a memória do Crucificado, e dará ao Cristianismo o seu primeiro mártir, Santo Estêvão.

Foi nos grupos de amigos e fiéis — bastante numerosos, pois Jesus, após a Ressurreição, se mostrará, numa só vez, a quinhentos «irmãos» — que Jesus escolheu, desde o princípio da sua estadia na Judeia, uma espécie de apóstolos suplentes, aos quais encarregou de levar o seu verbo a grande número de países, tal como anteriormente havia feito com os Doze. Sabe-se, principalmente pelo 3.º Evangelho (*Luc.*, IX, 57, 62; *Mat.*, XIII, 19, 22), como Jesus escolhia os seus colaboradores e o que deles exigia. Apresenta-se-lhe um Escriba: mesmo entre os Doutores da Lei, o seu prestígio aumentava, portanto. «Mestre, seguir-vos-ei por toda a parte!» Excelente disposição; mas, saberá esse indivíduo ao que se expõe? «As raposas têm fojos, as aves do céu têm ninhos, só o Filho do homem nada tem em que descanse a cabeça». Não dizem os evangelistas se tal advertência não fez desanimar aquela vocação. Outro, já discípulo do Mestre, na ocasião em que vai partir em serviço, pede um adiamento; morrera-lhe o pai e carecia de sepultá-lo. «Deixa que os mortos sepultem os mortos! (1), responde-lhe Jesus. Quanto a ti, vai anunciar o reino de Deus!» Os sentimentos humanos nada devem valer para quem decidiu consagrar-se a Cristo: a um mensageiro de Jesus não é lícito, segundo o interessante *logion* citado por Santo Agostinho, «abandonar o que está vivo para engendrar fábulas a respeito dos

(1) Esta fórmula elíptica tem parecido misteriosa. Por isso, muitas vezes se alargou o seu sentido para além das palavras de Jesus. Eis a profunda interpretação proposta por François Mauriac:

«O sebo de dezanove séculos cobre o metal fulgente e duro de tais palavras. Dezanove séculos de comentários moderadores, de atenuação. É que a verdade não se olha de frente, a verdade literal dessas palavras, das quais nenhuma morrerá. Mas quê! mesmo dessas, é-nos dado medir quanto são verdadeiras, quando, no decorrer de exéquias oficiais, nos pomos a considerar os assistentes: esses rostos fingidos e doentes, assinalados pelo duplo desgaste do tempo e dos crimes, carnes maceradas, desbotadas pelos vícios, esse amontoado de corpos cuja corrupção está mais adiantada que a do morto a quem incensam...»

mortos!» Outro indivíduo ainda, a idêntico pedido, recebe análoga resposta: «Seguir-vos-ei, Senhor. Contudo, permiti que, antes de partir, me vá despedir da família.—Quem põe a mão na charrua e olha para trás, não é digno do reino de Deus!»

Dura lei, severa selecção. «Se alguém vem para mim — dirá também Jesus, — sem odiar pai e mãe, mulher e filhos, irmãos e irmãs, e até a própria vida, não poderá ser meu discípulo. E quem quer que não pegue na sua cruz para me seguir, não pode, tão pouco, ser meu discípulo!» *(Lucas*, XIV, 26, 27). Portanto, renunciar a tudo, mesmo aos afectos mais legítimos! Esta lei do amor proclamada por Jesus tem qualquer coisa de terrível, sendo quanto há de mais falso interpretá-la com rodeios insípidos. O missionário que, perdido no seio da selva hostil, se dedica a alguns centenares de negros, sabe quanto custa ser devorado pelo amor divino, assim como o sabem o trapista e o carmelita que, arrancados a toda a ternura humana, continuam, no silêncio dos claustros, uma obra de reversão sobrenatural. É operando, pois, uma selecção severíssima, que o Messias prepara os quadros da sua actuação.

Assim foi, portanto, escolhida uma turma de discípulos, mais ampla que a dos doze Apóstolos; continuava a organizar-se a futura hierarquia da Igreja. Discute-se o número de tais discípulos: uns, fixam-no em 70, por esta cifra ser consagrada pelo uso judaico; tantos eram os anciãos que Moisés escolheu para seus auxiliares *(Números*, XI), e tantos foram também os membros do Sinédrio; outros, como o P.[e] Lagrange, admitem, de harmonia com os mais antigos manuscritos, 72. Eles foram enviados porque a «colheita se tornava grande e era preciso aumentar o número dos obreiros». Receberam de Jesus instruções análogas às que ele deu aos Apóstolos, exceptuando, todavia, o poder de ressuscitar os mortos, que lhes não foi concedido, e a proibição restritiva de entrar em casa de Gentios e de Samaritanos, que não lhes foi imposta *(Luc.*, X, 1, 12). E quem seriam esses setenta e dois? O Evangelho não lhes regista os nomes. São Lucas, que esteve muito tempo em Cesareia, junto de São Paulo, deve ter conhecido alguns; porém, não os nomeia. Clemente de Alexandria soube que o discípulo a quem Jesus respondeu: «Deixa que os mortos...», era o diácono Filipe que, mais tarde, iria evangelizar a Samaria e o

Saron, e cujas quatro filhas foram todas «profetisas» na Igreja primitiva; Eusébio identificou também, entre eles, Barnabé, o colaborador de São Paulo, Sóstenes que, com Paulo, escreveu aos Coríntios, e, finalmente, Matias, que foi eleito apóstolo, para o lugar de Judas. Cléofas, um dos discípulos de Emaús, talvez tenha sido também um deles. A missão que empreenderam deve ter frutificado, pois todos regressaram cheios de alegria, como nos diz São Lucas. «Senhor, os próprios demónios se submeteram a nós, em vosso nome!» E Jesus, a contrapor-lhes, para refrear tanta soberba: «Não vos regozijeis pelo facto dos espíritos maus vos obedecerem! Regozijai-vos apenas por saberdes que os vossos nomes estão inscritos no Céu!» (*Lucas*, x, 17, 29).

E é assim que este período judengo marca novos progressos na sementeira do mundo pela divina palavra, e na edificação da Igreja futura.

As revelações na Judeia

E esse período assinalar-se-á, de igual modo, na doutrina e no conhecimento que temos do pensamento de Jesus? Sim e não. É incontestável que, quanto mais nos aproximamos do desenlace da sua carreira humana, mais claramente se ouve o Messias explicar o significado da sua missão, revelar os elementos do seu mistério e preparar os seus fiéis para o compreenderem totalmente, quando o seu próprio sacrifício tiver sido consumado. Mas pelo que diz respeito pròpriamente à doutrina, essa nem evoluiu, nem modificou os seus dados. Notámos já que, ao contrário do que acontece com o comum dos homens, o seu pensamento não sofreu mìnimamente aquela transformação, de certo modo orgânica, que, para qualquer de nós, resulta da reflexão, do aperfeiçoamento dos métodos, do trabalho interior que todo o homem realiza, por mais limitado que seja o seu sentido das exigências intelectuais. Tal pensamento apareceu-lhe inteiramente formado, desde o início da sua missão pública: e continuará a ser esse bloco que se admira no Sermão da Montanha, ou na instrução respeitante ao «Pão da vida».

Os grandes temas desse pensamento mantêm-se os mes-

mos, tanto durante o período. da Judeia, como no decurso do ministério galilaico. A caridade ilumina-o sempre: o apólogo do Bom Samaritano proclama a sua lição dum modo inesquecível. Ao convidar os seus ouvintes a reflectirem sobre o acto do viandante, Jesus obriga-os a perguntarem a si próprios: «Num caso assim, por quem desejaria eu ser socorrido? E a quem ficaria eu grato?» E eles, de futuro, saberão perfeitamente que o *próximo* é aquele de quem, qualquer de nós, recebe ajuda e a quem, de igual modo, devemos ajudar.

A caridade vai de par com a humildade. Foi essa a lição que Jesus infligiu aos acusadores da mulher adúltera. Como podemos nós ser duros para com os outros, quando medimos a abjecção em que vivemos e enumeramos os motivos legítimos que há para sermos castigados? Conhecer o pouco que somos, não fornecer de nós mesmos falsas imagens, tal é, decerto, o mais essencial dos princípios morais. O que Jesus não cessa de censurar aos Fariseus, é a hipocrisia: esses «Fariseus tingidos», como diz o povo, «fazem-se passar por justos aos olhos dos homens, mas o que é excelente, entre os homens, é abominação diante de Deus» (*Lucas*, XVI, 15). — Olhai, exclama o Mestre, numa admirável parábola, olhai aquele Fariseu! Colocado à frente, no adro do Templo, de pé, reza, deste modo: «Ó Deus, rendo-te graças, por não ser como o resto dos homens — ladrão, injusto e adúltero, — nem como aquele publicano que lobrigo ao fundo do páteo. Cá por mim, jejuo duas vezes por semana; cá eu, pago o dízimo de todos os meus rendimentos!» Como se sente orgulhoso do seu comportamento, orgulhoso por ultrapassar a Lei, a qual não exige mais que um dia de jejum em cada ano e reclama apenas o dízimo sobre a produção dos campos! Mas o publicano, esse permanece a distância; não ousando sequer erguer os olhos para o céu, bate no peito, ao murmurar: «Senhor, tende piedade de mim, que não passo de um miserável pecador!»; não estará ele mais perto do coração de Deus? «Porque quem se exalta, será humilhado, e quem se humilha, será exaltado» (*Lucas*, XVIII, 9, 14).

Desprender-se de si próprio pela humildade, dar-se a outrem pelo amor; há ainda outro preceito que, com estes dois primeiros, constitui o que poderia chamar-se a trípode de toda a doutrina evangélica: é a renúncia aos bens terrenos.

«Ninguém pode servir a dois senhores, dissera Jesus na Montanha; não podeis servir a Deus e a Mamon, o dinheiro!» Esta doutrina, repete-a na Judeia, imensas vezes. Quer, ao dar as suas instruções aos setenta e dois, lhes exija a miséria absoluta; quer, ao comentar, para os seus discípulos, o episódio do rapaz rico a quem os bens impossibilitaram de entrar no caminho da salvação, pronuncie, nessa ocasião, a frase terrível [1]: «É mais fácil a um camelo passar pelo fundo duma agulha, do que a um rico entrar no reino de Deus», — a doutrina é sempre a mesma. Repete-a ainda em parábolas que impressionam o espírito dos ouvintes. A do rico malvado que vivera entre púrpuras e holandas, regalando-se diàriamente com esplêndidas iguarias, e que no dia do Juízo, quando as fauces do inferno estavam prestes a engoli-lo, viu os anjos transportarem para o céu um miserável que ele havia encontrado no chão, à porta da sua casa, todo coberto de úlceras e de quem não tivera compaixão (*Lucas*, XVI, 19, 30). Uma outra, assaz misteriosa, — cuja interpretação literal ainda hoje se discute — onde se vê um ecónomo infiel conquistar inúmeros amigos, por meio das liberalidades que tem à custa dos haveres do seu patrão, parábola que, em suma, significa que «os filhos da luz», os fiéis de Cristo, devem servir-se do «mamon» mesquinho da terra, do tesouro de iniquidade, para adquirirem no céu, pela caridade, os bens que não perecem (*Lucas*, XVI, 1, 9).

Amar, humilhar-se, renunciar: eis aí o alfa e o ómega de tal doutrina. Para tudo o mais, tenha-se fé em Deus. Como outrora, quando apresentara como exemplo a despreocupação das aves e das flores, Jesus garante aos seus fiéis que o Pai cuidará deles. «Cinco pardais, não se vendem por dois *asses*? E nenhum deles está em esquecimento diante de Deus. Ora vós valeis mais que muitos pardais; até os cabelos da vossa cabeça estão contados» (*Lucas*, XII, 6, 7).

Não se pode, pois, dizer que tenha havido progresso ou desenvolvimento na doutrina, e menos ainda alteração do ensino feito na Galileia em relação àquele que teve a Judeia por cenário. Apenas, em determinadas ocasiões, Jesus foi levado a

---

(1) Sobre o significado desta frase, leram-se atrás algumas notas: Cf. pág. 357.

precisar o seu pensamento, a aplicar os seus preceitos a casos concretos. Para isso ofereceram-lhe ocasião, por exemplo, certos Fariseus que lhe pediram um dia a sua opinião sobre o casamento e o divórcio: «Será permitido a um homem repudiar a mulher seja qual for o pretexto?» Com certeza os Fariseus ignoravam que, no Sermão da Montanha, Jesus já lhes tinha antecipadamente respondido (1). A lei de Moisés dizia: «Quando um homem tiver uma mulher e a desposar, se ela deixa de ter encantos aos seus olhos, porque o marido tenha encontrado nela qualquer coisa de vergonhoso, deve escrever-lhe um bilhete de divórcio, introduzir-lho nas mãos e reenviá-la para casa de seus pais» (*Deuteronómio*, XXIV, 1). A mulher assim repudiada tinha o direito de se tornar a casar. Mas as escolas rabínicas discutiam com calor os factos que autorizavam o divórcio (2): os rigoristas, com Rabi Schammaï, exigiam razões muito graves, à frente das quais a da infidelidade; os laxistas, com Rabi Hillel, permitiam que o marido fosse o único juiz de tais motivos, considerando como suficiente causa de repúdio o mostrar-se a esposa sem o véu, ou o ter-lhe nascido na cara uma verruga, «ainda que sem pelos», ou, em suma, o ter ela deixado queimar os cozinhados e estragar os molhos. Mais tarde, Rabi Aqiba dirá que um marido, para lhe ser permitido o repúdio da mulher, não tem mais do que afirmar que não a acha suficientemente formosa e que descobriu coisa melhor!

Convidam, então, Jesus a tomar um partido na questão, para, assim, o pôrem em conflito, ou com as tradições, ou com a Lei. Mas ele não se esquiva, e aproveita a ocasião para desenvolver a sua teoria sobre esse ponto melindroso. Com admirável altivez, responde prontamente que tal questão não assenta exclusivamente no terreno legal: Deus que fez o homem e a mulher quis que eles fossem uma só carne: «Que o homem, por conseguinte, não separe aquilo que Deus uniu!» — Mas, então, contestam os Judeus, e o preceito moisaico? — «Foi por

(1) Ver, atrás, pág. 275.

(2) Como, de resto, as circunstâncias em que poderia ser pronunciado. Se um marido atira à esposa a acta do divórcio, quando ela se encontra em cima dum telhado, em que momento deve a mulher considerar-se repudiada: quando o documento lhe foi atirado? ou quando o recebeu?

causa da dureza dos vossos corações que Moisés vos permitiu que repudiásseis as mulheres!» Tal como relativamente à lei de talião, este preceito deve ser ultrapassado. «Quem expulsar a sua mulher e desposar uma segunda, comete adultério». E como os discípulos, em particular, confessem a Jesus que tal disposição lhes parece singularmente dura, ele responde-lhes que «certos indivíduos se fazem eunucos, com vista ao reino dos Céus; que compreenda, quem o puder compreender!» (*Mateus*, XIX, 3, 12; *Marcos*, X, 2, 12; *Lucas*, XVI, 18). Compreender? Basta reler o versículo do Sermão da Montanha, em que — ao afirmar que um simples olhar de concupiscência é já adultério, — Jesus colocou o problema de todas as relações sexuais no verdadeiro plano em que ele se situa: o da pureza do coração (*Mateus*, V, 27, 28) (1).

Se nada existe, na prédica feita na Judeia, que não tenha sido dito anteriormente, o certo é que a impressão que se colhe ao ler os passos em que São Lucas e São João relatam os acontecimentos desse período, é, todavia, bem diferente da que nos deram os capítulos anteriores. Diferença difícil de definir,

---

(1) Este preceito de Jesus, a respeito do casamento, deu lugar a vivas discussões. Com efeito, comparando-se com o texto dos sinópticos, verifica-se que, enquanto São Marcos e São Lucas condenam absolutamente o divórcio, São Mateus (em XIX, 9; confirmado por V, 32) parece permiti-lo por uma sentença: «O que repudia a mulher *por outra causa que não a impudicícia*, e casa com outra, comete adultério». Isto pode entender-se como autorização para o divórcio e para novo casamento, em caso de infidelidade. A Igreja católica interpreta a frase de Cristo como afirmando absolutamente a indissolubilidade do casamento, e tal interpretação parece a mais plausível, se se considera o passo na sua totalidade, e, em particular, os versículos a respeito dos esposos: «uma só carne». Já o afirmava São Paulo (I *Cor.*, VII, 10) que admitia a separação, mas sem divórcio, e excluindo o segundo casamento. Basta, para aceitar esta exegese, colocar entre parêntesis a sentença e considerar que ela apenas se aplica ao verbo *repudiar*, antecedente, e não a *mulher*, consequente. O sentido será, pois: «O que repudiar sua mulher (salvo o caso de impudicícia, em que tal continua permitido) e casar com uma outra (quaisquer que sejam as condições em que se tornou livre) comete um adultério». Santo Agostinho concluiu: «É permitido repudiar a mulher, em caso de infidelidade, mas o laço precedente subsiste, de modo tal que é incorrer na culpa de adultério, desposar a repudiada, mesmo por motivo de infidelidade» (*De adult.*, XI, 4). É a interpretação que, sem apelo, o Concílio de Trento fixou (sess. XXIV, capít.º VII).

que diz respeito ao tom geral e a uma intenção determinada, invariàvelmente subentendida. Sente-se que se aproxima a hora; a espectativa torna-se ìntimamente ansiosa por uma solução que vai sendo elaborada a todo o instante; e Cristo que, na revelação do seu maior segredo, tinha mantido, até então, uma espécie de reserva, não o confiando senão parcialmente a pessoas escolhidas, agora começa a deixar cair os véus, a fim de preparar os seus fiéis para o esclarecimento derradeiro.

Já à turba que o cercava, no decurso da Festa dos Tabernáculos, ele tinha dado claramente a perceber quem era: «Quando Cristo vier, afirmava-se, ninguém saberá em que lugar será o seu nascimento». Certos passos, mal interpretados, do Antigo Testamento, haviam originado esta convicção popular. Ora, como era sabido, Jesus nascera em Nazaré! Contudo, respondera com aquela ironia misteriosa que, tantas vezes, se lhe nota: «Ah! vocês conhecem-me! e sabem donde eu sou!... No entanto, àquele que me enviou, não o conhecem! Eu, todavia, conheço-o bem, visto que lhe pertenço...» (*João*, VII, 28, 29). Tal resposta parecia conter como que o eco duma blasfémia. Mais tarde, dissera ainda: «Eu sou a luz do mundo; quem me seguir, não caminhará na treva, porque terá a luz da vida» (*João*, VIII, 12). E ninguém pudera equivocar-se sobre o significado dessa palavra: «a luz» era um dos termos que, na Escritura, designavam o Messias. «Ergue-te, Jerusalém — havia profetizado Isaías — e faz brilhar o teu esplendor! Porque a tua luz surgiu e a glória de Deus reside em ti!» (*Isaías*, LX, 1); e, ainda mais claramente, o grande inspirado tinha mandado dizer por Yahweh ao seu servo: «Criei-te para que sejas a luz das nações!» (XLIX, 6), locução esta que o velho Simeão repetira, em idêntica inspiração de profecia, ao beijar certo menino recém-nascido (1).

Muitas outras circunstâncias supervenientes, servirão ainda a Jesus para precisar a sua ideia. Quando os setenta e dois regressam, felicíssimos por terem verificado como eram assombrosos os poderes que lhes tinha dado o Mestre, este, «vibrante de alegria, sob a acção do Espírito Santo» — do Espírito Santo, como se as três pessoas da Trindade se asso-

(1) Cf. atrás, pág. 142.

ciassem para uma tal revelação — exclama: «Tudo me foi dado por meu Pai, e ninguém sabe o que é o Filho, senão o Pai, nem o que é o Pai senão o Filho, ou aquele a quem o Filho se dispõe a revelá-lo!» (*Lucas*, x, 21, 22). Declaração grave, fundamental, pois exclui do conhecimento directo de Deus todos os seres criados, proclama o próprio Jesus consubstancial com o Pai, unido a ele por um conhecimento exclusivo: já não é o Messias que se revela aqui — é o próprio Deus.

Anteriormente, na Galileia, ele recusara-se a fornecer um sinal, um milagre de encomenda que lisonjeasse a frivolidade do povo sem o tornar melhor (*Marcos*, VIII, 11, 13; *Mateus*, XVI, 1, 4). De futuro, declara: o verdadeiro sinal é ele mesmo, é a sua presença sobre a terra. Os milagres que tanto impressionam os espíritos não são senão consequências deste facto espantoso, incompreensível, de Deus ter enviado o Filho à terra, como Messias, como redentor. No dia do Juízo, esta geração, que teve o privilégio de ver Deus viver a vida dos homens, terá umas contas especiais a prestar, por não ter sabido reconhecer o sinal, nem mesmo (e aqui emprega uma imagem já proposta aos Galileus) quando, qual novo Jónatas saído, ao cabo de três dias, das entranhas dum monstro, Cristo houver escapado a outro monstro, e tiver saído duma outra voragem (*Lucas*, XI, 29, 31; *Mateus*, XII, 38, 42).

Durante todo o período judaico percebe-se em Jesus uma espécie de sagrada impaciência; a certeza de estar nele a salvação do mundo, continuarão os homens a não a aceitar? Irá finalmente atear-se essa chama de amor, de que ele empunha o facho? «Vim para trazer o fogo à terra, e que hei-de querer senão que ele se acenda?» (*Lucas*, XII, 49). «Quem está perto de mim, está perto do fogo, quem estiver longe de mim, está longe do Reino», diz um *logion* citado por Orígenes. É indispensável não perder de vista que tais declarações e tais apelos, cada vez mais insistentes, são proferidos por Jesus entre uma população na sua maioria hostil, sempre disposta a aproveitar-se das palavras dele para urdir contra ele tenebrosas maquinações. Nenhuma cena mais dramática — até à grande tragédia final — do que essa em que se vê Jesus, durante a festa da Consagração, fazer frente à coorte dos Judeus, e simultâneamente sustentar, com uma calma e uma coragem igualmente

admiráveis, o essencial da sua revelação. A multidão ulula e apanha pedras. Aquele homem queria fazer-se Deus! — Ele respondeu: — «Não estará escrito na vossa Lei: Eu disse: vós sois deuses?». Todo o homem traz em si a verdadeira imagem do Eterno: é o que pode compreender-se do Salmo LXXXII, e até dos primeiros capítulos do *Génesis* (I, 26). Teria Jesus querido prestar apenas uma homenagem à eminente dignidade da pessoa humana? Não: mais do que isso. Se a Lei vos dá o nome de Deus, *a fortiori* aquele que o Pai consagrou e enviou a este mundo não blasfema ao declarar-se Filho de Deus. Mas, com isso, tornou inquieto, desorientou o auditório — por se sentir ferido no seu fanatismo. Ele não afirmou ser o Messias: que esses exaltados não ouçam mal, e não vejam em Cristo uma espécie de agitador político! Ele bem sabe que vai morrer, mas o seu sacrifício deve ter o indispensável sentido e testemunhar a verdade sobrenatural. Por isso repete que o Pai está nele e que ele está no Pai, pois que é o Filho de Deus! «Se não me acreditais, acreditai nas minhas obras!» (*João*, X, 31, 38). Não tinha, porém, dito já: — Há pessoas que têm ouvidos e não ouvem, e têm olhos e não vêem...?

Por isso, simultâneamente com o seu ardente zelo de trazer ao mundo a salvação, o que em Jesus cada vez mais transparece, à medida que o tempo vai correndo, é a tristeza de verificar a cegueira dos homens. A ameaça do castigo pedido por tanta malquerença, a ameaça dum terrível julgamento torna-se cada vez mais evidente e pesada. O aviso repete-se constantemente, de capítulo em capítulo, ao longo do Evangelho. Atenção! O Mestre vai regressar, após uma grande viagem: «Felizes os servos que encontrar vigilantes, no momento em que bater à porta!» (*Lucas*, XII, 36, 37). «Estai a postos, porque o Filho do homem surgirá no momento em que vós mal imaginardes!» (*Lucas*, XII, 40). Atenção! Estai atentos aos sinais! Vós que sabeis interpretar os aspectos do céu e da terra, que sabeis prever a chuva e a seca pelas cores do poente ou pela direcção dos ventos, não vedes que se trata de alguma coisa mais que uma chuvada ou que uma entreaberta? Não reconheceis o tempo? (*Lucas*, XII, 54, 56). Ah! é chegada a hora da reconciliação com Deus, a exemplo do que procuramos fazer com um adversário que ameaça inten-

tar-nos uma acção pela justiça! (*Lucas*, XII, 57, 59). Vós todos, vós os que ouvistes dizer que Pilatos chacinou Galileus, misturando o sangue deles com o das vítimas dos seus sacrifícios; e vós que também ouvistes dizer que uma torre da cidade junto da piscina de Siloé se desmoronara, esmagando dezoito pessoas que passavam, — supondes, porventura, que tendes menos culpas que esses que morreram? (*Lucas*, XIII, 1, 5). Aproxima-se a hora em que a figueira vai ser cortada pelo pé, porque, há três anos, se recusa a dar fruto! (*Lucas*, XIII, 6, 9).

Será apenas aos Judeus do seu tempo, que Jesus se dirige? Outras recusas se preparam também, eternamente, e todo o homem traz em si a ameaça daquele veridicto que, castigando as suas faltas, virá a decidir, no fim de contas, da sua eterna salvação. «O reino de Deus está no meio de vós!» A glória material que os Fariseus esperam não virá (*Lucas*, XVII, 20, 21), mas todos sabem perfeitamente se, no fundo do coração, já fundou o Reino, e se a paz de Deus reside em si! Um dia, o Filho do homem não será já sòmente o doce, o misericordioso, cuja infinita caridade chamou o mundo à lei do amor. No dia do Juízo tudo será rápido e terrível. Ninguém se poderá salvar, sequer fugindo, e o gládio de Deus parecerá ferir às cegas... (*Lucas*, XVII, 22, 37; *Mateus*, XXIV, 24, 27; 37, 41). Uma vez ainda, e mais solenemente, Jesus, no decorrer da última semana, anunciará o seu novo advento, o seu regresso à glória sobre as nuvens do céu, e a punição dos maus; mas já está feita a revelação desse mistério supremo, e através da imagem do Bom Pastor, transparece, insustentável, a que Miguel Ângelo evocou sobre a parede prodigiosa da Sixtina: o «Filho do homem» no Juízo final.

Pai nosso...

Um dia, estando Jesus algures em oração, mal terminou, veio a ele um dos discípulos e disse-lhe: — Senhor, ensinai-nos a rezar...

Se, de todas as páginas evangélicas, só tivéssemos de conservar uma, não seria a desse começo do undécimo capítulo de São Lucas que, ciosamente, guardaríamos? É que, àquela per-

gunta, que poderia parecer quase ingénua, Jesus vai responder, e a resposta, saída da sua própria boca e tirada do que, na sua doutrina existe de essencial, será a oração mais sublime e mais completa que lábios de homem jamais pronunciaram: a *Oração dominical* da liturgia, o *Pater* das nossas alegrias e das nossas amarguras.

Será possível que Jesus nunca tivesse ensinado a rezar? Depois de tantas recomendações, de tantas ordens e de tantos conselhos, aquele pedido, se o tomarmos à letra, surpreende. Terá ele sido feito por algum discípulo banal, novo ainda na turba dos fiéis? ou não seria a expressão desse desejo tão vulgar de se possuir um texto exacto, uma fórmula, através da qual se pudesse sentir guiada a aspiração espiritual que se perturba em muita gente pela livre efusão dos corações? O texto dado por Cristo, encontramo-lo em dois lugares do Evangelho: São Mateus refere-o no decurso do *Sermão da Montanha* (VI, 9, 13); São Lucas localiza-o no período judengo, imediatamente após o incidente com Marta e com Maria (XI, 2, 4). Não é possível decidir se se trata das mesmas palavras, referidas por cada um desses evangelistas em duas conjunturas diferentes, ou se Jesus, como também poderia suceder, repetiu duas vezes a oração. Tem-se bastante a impressão de que São Mateus, na sua transcrição do *Sermão*, colocou nele, seguidos uns aos outros, ensinamentos que não tiveram todos a montanha como cenário; e, por outro lado, São Lucas, conforme notaram os Padres Huby e Valensin, chamou, tantas vezes e com tanto cuidado, as atenções para as orações de Jesus Cristo (III, 21; V, 16; VI, 12; IX, 18; IX, 29; XI, 1; XXII, 32; XXII, 41; XXIII, 34, 46), que podemos ter por mais segura a indicação cronológica fornecida por este Evangelista.

Há, de resto, algumas diferenças formais entre os dois textos. Foi o de São Mateus que a Igreja aproveitou: em São Lucas não se encontra o terceiro pedido: «Seja feita a vossa vontade, assim na terra como no céu», nem a segunda parte do texto: «Livrai-nos de todo o mal». Os especialistas das línguas semitas consideram o texto do terceiro Evangelho como menos próximo do original que o do primeiro: por outro lado, a oração, constituída por uma invocação, e de, por duas vezes,

três pedidos, dá-lhe, no total, sete versículos, o que corresponde exactamente aos hábitos da métrica semita.

«Pai nosso que estais nos céus, santificado seja o vosso nome, venha a nós o vosso reino, seja feita a vossa vontade, assim na terra como no céu. O pão nosso de cada dia nos dai hoje; perdoai-nos as nossas dívidas assim como nós perdoamos aos nossos devedores, e não nos deixeis cair em tentação; mas livrai-nos de todo o mal.»

Quem nos dera saber em que ponto preciso da terra subiu pela primeira vez para Deus esta admirável oração! Uma tradição antiga, que vem do IV século, levou a erguer no flanco do monte das Oliveiras a basílica de *Eelona*, a qual guardava a dupla recordação do *Pater* e do discurso sobre os derradeiros fins, que Jesus pronunciou na última semana em que viveu. Foi esse o templo que os Cruzados restauraram. Foi igualmente no monte das Oliveiras que o peregrino italiano Nicolo da Poggibonsi declarou, em 1345, ter visto uma lápide em que estava gravado o texto da oração, em memória do lugar em que tinha sido ensinada. No entanto, outros perguntam se o local não deveria ser procurado no Ephrem, visto Jesus Cristo ter estado ali no derradeiro mês da sua vida *(João,* XI, 54). A oração teria, assim, um significado especial, sendo, portanto, uma espécie de testamento espiritual, de mensagem suprema. No ponto mais elevado do planalto da Judeia (830 m.), assente num terraço voltado para leste, o *Ephrem* — o Taiybeh de hoje — é uma aldeiazinha agradável, entre vinhedos e vergéis de damasqueiros. A vista é magnífica sobre o árido planalto, todo cortado de ravinas, sobre o vale do baixo Jordão e o mar Morto, junto às falésias do Moab. Se os grandes horizontes e a sensação física do abismo sugerem ao espírito uma espécie de analogia com o infinito das coisas divinas, em que cenário ficariam melhor aquelas frases simples, pelas quais o homem comunica com Deus?

Pai nosso que estais nos céus: vós que não sois apenas nosso mestre, nosso Rei, vós que já não sois apenas o Yahweh de terrível semblante, Todo Poderoso, Elohim, Sabbaoth dos exércitos, vós a quem — por mais alto que more o segredo da

vossa glória — ousamos chamar por um nome de amor cheio de confiança:

Escutai, em primeiro lugar, estes três desejos que vos dizem respeito, pois bem sabemos que toda a veneração vos é devida, que a nossa humildade serve de introdução às nossas súplicas e que, antes de toda e qualquer frase, nós *glorificamos o vosso Nome*;

Venha a nós o vosso Reino, porque o reino do nosso Pai será justo, melhor do que o dos homens, ou, segundo uma variante preferida por Gregório de Nysse, a qual exprime admiràvelmente o essencial dum mundo sujeito a Deus — «que o Espírito Santo desça sobre nós e que vivamos em pureza»;

Seja feita a vossa vontade, e que na boa e na má sorte, reconhecendo sempre as vossas secretas intenções, aceitemos de coração alegre o que vier de vós e que, assim como Jesus no horto da agonia, nós mesmo diante dos piores cálices de amargura, saibamos neles saborear o vosso amor;

Assim na terra como no céu — referidas aos três pedidos anteriores, como, a tal respeito, decidiu o catecismo do Concílio de Trento, que estas palavras manifestem o desejo de ver fundar-se o reino, cumprir-se a vontade divina, não sòmente no futuro dum mundo sobrenatural, mas também no imediato das coisas terrenas, de modo que hoje, e desde já, seja Deus glorificado!

Escutai em seguida três pedidos que nos dizem respeito, a nós, os homens, vossos filhos. Vós fizeste-nos com um corpo de carne, e com uma alma imperecível, mas uma e outra têm necessidade de vós.

O pão nosso de cada dia nos dai hoje, aquele que nasce para nós com o trigo que germina, e aquele que foi declarado «pão da vida» porque todos quantos dele comerem, nunca mais terão fome (1).

Perdoai os nossos pecados ou *perdoai as nossas dívidas*;

---

(1) São Jerónimo cita, seguindo talvez o evangelho apócrifo dos Ebionitas, uma outra fórmula para o versículo: «Panem nostrum crastinum (id est futurum) da nobis hodie»: Dai-nos hoje o nosso pão de àmanhã... Que homenagem prestada às cautelas humanas e que psicológica verdade nesta fórmula!

os dois pedidos têm a mesma intenção, e talvez que, se preferimos a segunda fórmula, a de São Mateus, é porque ela nos recorda o facto de ser o dinheiro a pior das tentações, que nos amarra à terra e nos endurece o coração; mas, nós bem sabemos que o vosso perdão será exactamente igual ao nosso, e assim como nós tivermos perdoado, assim no dia do Juízo vós nos haveis de perdoar a todos;

Não nos deixeis cair em tentação, e livrai-nos de todo o mal, ou, como sugeriam os antigos Padres, «não permitis que sejamos induzidos em tentação», «numa tentação que exceda as nossas forças»! disse-o São Paulo, em vosso nome: contra o mal que nos ameaça, contra o «Mau» que nos espreita, todos podem travar combate, mas nesse prélio em que se joga tudo, ajudai-nos, Pai, na nossa fraqueza, e tende piedade de nós [1].

Tal é a oração que há dois mil anos é repetida por milhões de cristãos. Ela é maravilhosamente simples, exactamente o inverso daquelas longas e complicadas orações que os Fariseus gostavam de repisar. É directa, visa o essencial, mas encerra nas suas seis rogativas, um guia espiritual que pode bastar ao homem. É compacta, e cada uma das suas palavras é pertinente e o seu estilo tão denso que nada pode nela ser mudado, sem se lhe destruir o sentido ou o ritmo. É humana, porque o homem se reconhece nela inteiramente, não sòmente a alma que glorifica a Deus, mas ainda a sua carne mortal, que vive e que tem fome. É fraternal: prece de comunhão, da qual todos podem compreender e meditar as expressões, foi feita para ser dita por vozes simultâneas, oração da unidade cristã, oração que não diz *eu*, mas que diz *nós*. Segundo a *Didaqueia*, a «doutrina dos Apóstolos», esse velhíssimo texto que data de cerca do ano 150, já os primeiros cristãos a rezavam três vezes por dia. Hoje, a liturgia católica repete-a, em voz alta ou íntima, em quase todos os momentos dos seus ofícios. Com aquela outra prece que a Idade Média extraiu

---

(1) A primeira citação deste parágrafo é de Santo Agostinho, a segunda de Santo Hilário, bispo do século v; a de São Paulo é I *Cor.*, x, 13. Os Ingleses traduzem *o malo* por o «Mau». Enfim, convém observar, com o P. Lebreton, que a palavra grega *peirasmos*, que traduzimos por *tentação*, tem um sentido mais lato: quer também dizer *probação*, *atribulação*, *perseguição*.

da saudação angélica a Maria, constitui a expressão mais simples, mais viva e mais completa, da fé católica; «e nada apagará dos nossos livros de penitência o vestígio dum *Pater* nem o duma *Ave*» (Péguy).

Para se lhe avaliar a originalidade absoluta, é preciso compará-la com outras orações que estavam em uso nesse tempo, ou que outros tempos ou outros países conheceram. Há, evidentemente, orações admiráveis no Velho Testamento, e a Igreja sabe utilizar muitos dos Salmos; mas, onde se encontram aquela simplicidade e singeleza? E a própria perspectiva será idêntica? Orígenes, que conhecia as Escrituras como nós já não as conhecemos, assevera: «Procurámos no Velho Testamento, sem a encontrar, uma oração dirigida a Deus como Pai; não queremos dizer que Deus não seja, naquele texto, chamado Pai, e Filhos de Deus aqueles que nele creram, mas... os textos apresentam como *súbditos* aqueles a quem chamamos filhos de Deus». No judaísmo contemporâneo de Cristo, se o nome de Pai é, por vezes, dado a Deus, o sentido continua a ser o mesmo, de respeito e submissão, mais que de amor e confiança.

Para apreciarmos a diferença entre o *Pater* e as orações dos contemporâneos de Jesus, basta citar a mais vulgarizada oração de Israel, as *Dezoito bênçãos (Schemone Esre)* que os Judeus pios deviam recitar todos os dias. Composta após o regresso do Exílio, constituia, na época de Cristo, com a invocação *Ouve, Israel*, o elemento essencial do culto quotidiano. Na sua forma actual, contém mais umas quinze linhas, acrescentadas depois da grande catástrofe de 70, da proscrição do povo eleito e da sua dispersão pelo mundo, linhas essas que omitimos aqui.

«Bendito sejas tu, nosso Eterno Deus e Deus dos nossos pais, Deus grande, valoroso e terrível, Deus Altíssimo, que recompensas com as tuas boas graças e tudo possues, e te recordas as graças dos pais, e trazes um redentor aos filhos dos filhos deles, pelo teu nome, com amor. Rei auxiliador, libertador e defensor, bendito sejas tu, Eterno, defensor de Abraão! Tu és, Senhor, para sempre valoroso, que fazes ressuscitar os mortos, e és grande para redimires. Alimentas a vida com misericórdia, fazes ressuscitar os mortos com infinita piedade;

amparas os que tropeçam, e curas os doentes, desligas os ligados, e conservas-te fiel aos que dormem no pó. Quem é, como tu, senhor da força, e se parece contigo, ó rei que matas e ressuscitas e fazes produzir-se a libertação?... Tu és santo e o teu nome é santo, e os santos todos os dias te louvarão eternamente. Bendito sejas, ¡Eterno, Deus santo!

«Tu dás ao homem o conhecimento e ensinas ao mortal a compreensão; que a tua graça nos dê o conhecimento, a compreensão e o discernimento. Bendito sejas tu, Eterno, que dás o conhecimento. — Faz-nos voltar, ó Pai nosso, para a Torá, e aproxima-nos, Rei nosso, do teu serviço, e faz-nos voltar, num íntegro arrependimento, à presença da tua face. Bendito sejas tu, Eterno, que muito perdoas. — Vê a nossa miséria e defende a nossa causa, e livra-nos depressa, para bem do teu nome, pois que tu és um poderoso redentor. Bendito sejas tu, redentor de Israel!

«Cura-nos, ó Eterno, que nós seremos curados; liberta-nos, que seremos libertados, porque tu és o nosso louvor, e faze chegar a cura total a todas as nossas feridas, pois que és o Eterno, o rei curador, fiel e piedoso. Bendito sejas, Eterno, que curas os doentes de Israel, que é o teu povo. Abençoa em nós, ó Eterno, Deus nosso, este ano, em bondade, e todos os seus produtos inteiramente, e lança a tua bênção à face da terra; sacia-nos com a tua bondade e abençoa os nossos anos, para que sejam anos bons. Abençoa-nos, Eterno, tu que abençoas os anos...

«Que não haja nenhuma esperança para os caluniadores; que toda a maldade, num instante, seja destruida, e todos os teus inimigos sejam aniquilados; arranca e quebra e desfaz e submete de pronto, e em nossos dias, a realeza do mal. Bendito sejas, Eterno, que aniquilas os inimigos e submetes os maus. Sobre os justos e sobre os piedosos, e sobre os velhos da casa de Israel, teu povo, e sobre os que ainda restam dos seus escribas, e sobre os prosélitos da equidade, e sobre todos nós, que se movam as tuas piedades, ó Eterno, Deus nosso e para sempre Deus dos nossos pais, e dá boa recompensa a todos aqueles que, de verdade, depuseram no teu nome a sua confiança, e junta à deles para sempre a nossa parte, para que

não tenhamos vergonha de termos tido confiança em ti. Bendito sejas, ó Eterno, apoio e confiança dos justos!...

«Escuta a nossa voz, ó Eterno, nosso Deus, e tem caridade e piedade de nós, e recebe com piedade e boa vontade a nossa prece, porque tu és o Eterno, ouvindo as preces e as súplicas, e da tua presença, nosso Rei, não nos faças voltar de mãos vazias, pois que tu ouves, com piedade, a oração do teu povo de Israel. Bendito sejas, ó Eterno, Deus nosso e Deus dos nossos pais, para sempre e para toda a Eternidade; o autor da nossa vida e o broquel da nossa libertação, és tu, e de gerações em gerações! Nós te agradecemos e contaremos o teu louvor, por nossas vidas, colocadas nas tuas mãos e por nossas almas depositadas em ti, e pelos milagres que todos os dias nos mandas, e pelos teus altos feitos, e pelos benefícios, que nos dás a toda a hora, à tarde e de manhã, ao meio dia e à noite...» (1)

Seria, na verdade, muito injusto negar beleza a estas frases fervorosas. O Deus que se vislumbra através delas é, realmente, o Deus uno do Velho Testamento, o Senhor forte e sereno que criou a Terra, o Todo Poderoso que encheu Israel com a sua misericórdia, o chefe da Justiça que castiga severamente os inimigos e recompensa os seus fiéis, numa palavra, é Yahweh — ou seja, coisa bem diferente daquelas divindades estranhas ou imorais a quem os pagãos imploravam, em seus cânticos e hinos. Mas não é senão Yahweh; e o tom tão terno, tão confiante do *Pater* em nada se parece com aquelas frases excessivamente complicadas, bastante pesadas, em que o crente parece recear não se ter explicado com clareza suficiente. Estas *Dezoito bênçãos*, quase dez vezes mais extensas que a oração dominical, dizem, afinal, menos do que ela. E como esses pedidos para que os culposos sejam castigados e recompensados os justos, são diferentes destas palavras tão humildes e que tão profundamente tocam o coração dos homens: — Perdoai-nos as nossas dívidas, como nós perdoamos aos nossos devedores... Não nos deixeis cair em tentação!

Por duas vezes — uma à beira do lago da Galileia, outra

(1) Citado segundo Edmond Fleg: *Anthologie juive*, das Origens à Idade Média.

ainda na Judeia — prometeu Jesus aos seus fiéis que a oração feita de coração sincero e com fé inabalável seria sempre ouvida. «Pedi e vos será dado; buscai e achareis; batei e abrir-se-vos-á!» (*Mateus*, VII, 7). Poderá haver para esta prece, duma eficácia absoluta, melhor fórmula que os sete versículos tão sóbrios em que se descobre e manifesta o melhor que existe no coração humano?

A ressurreição de Lázaro

Acaba o período judengo, e em breve terminará a vida humana de Jesus. Saiu para a Pereia, sem dúvida no começo de Janeiro do ano 30, — para a região onde, dois anos antes, ecoara a voz precursora do Baptista. Das informações que nos fornecem os quatro Evangelhos (*João*, X, 40, 42; *Marcos*, X, 1; *Mateus*, XIX, 1, 2; *Lucas*, XIII, 31, 33) podemos, com efeito, concluir que depois da sua estada na Betânia ou nos arredores da capital, Jesus andou pela baixa Palestina, talvez mesmo pelos planaltos da Transjordânia, durante uma dúzia de semanas, antes de voltar a Jerusalém, com passagem por Jericó. Tais deslocações, tanto aqui como na Galileia, não interromperam, de modo algum, o curso da sua actuação. Foi, muito provàvelmente, na Pereia que ele enunciou o seu famoso preceito: «Esforçai-vos por entrar através da porta estreita!»; foi lá que ele falou dos convidados que, chegando demasiado tarde ao festim, permanecem nas trevas exteriores «onde haverá choros e rangidos de dentes». De lá regressava, portanto, chamado, sem dúvida, ao Templo por causa da Páscoa, e também por uma obrigação mais secreta, mais decisiva: «pois um Profeta não deve morrer fora de Jerusalém» (*Lucas*, XIII, 22, 23; *Mateus*, VII, 13, 14).

Ora, na aldeia de Betânia, terra de Marta e de Maria, havia um doente — Lázaro — irmão das duas. Ambas as irmãs mandaram dizer a Jesus: «Senhor, o vosso amigo está doente». O pedido era subtil, apenas esboçado; elas conheciam bem Jesus, e sabiam que, para lhe comover o coração, uma palavra pudica bastava — valia mais que muitas súplicas gemebundas. Estaria Cristo ainda relativamente longe, no «ghor» do Jordão, ou nos

planaltos do Levante? Teria piorado, de súbito, o enfermo, mal o emissário partira? Jesus permaneceu ainda dois dias no local onde se encontrava, antes de se pôr a caminho. Entretanto, Lázaro morre. Mas Jesus conhece o poder de que dispõe, e tem os seus objectivos; «aquela doença não terminará em morte, mas será para a glória de Deus».

Quando os discípulos ouviram o Mestre anunciar o seu projecto de não só voltar para a Judeia mas até de se mostrar na Betânia, espécie de arrabalde de Jerusalém, exclamaram: «Ainda não há muito, Senhor, que os Judeus vos ameaçavam de lapidação, e já quereis voltar para junto deles?» Vê-se que a partida para a Pereia tinha obedecido a considerações de prudência. Jesus tranquilizou-os: as horas do dia não haviam ainda terminado, a noite não estava a ponto de descer; que tinham, pois, a recear, os que marchavam na luz? Mas, tranquilos não ficaram; iam apenas semitranquilos, aqueles pobres homens. «O nosso amigo Lázaro dorme — continuou Jesus — e eu ponho-me a caminho, para o acordar. — Eh! pensam eles; então, isso não é mau sintoma para um doente, o dormir! Subentende-se: é inútil, portanto, incomodarmo-nos. Um provérbio da Palestina diz ainda: Quem dormiu, está curado. É necessário que Jesus explique: «Lázaro morreu, e eu sinto-me contente por não ter estado lá, e regosijo-me por vossa causa, pois ides ver alguma coisa que fortalecerá a vossa fé». E, com firmeza, conclui: «Partamos para junto de Lázaro!» Então, ao vê-lo decidido, Tomé, chamado Dídimo, disse para os outros discípulos: «Vamos nós também, e morramos com ele!»

Esplêndido Tomé! É plena de amor e de generosidade, a sua breve frase heróica, mais de heroicidade que de fé. Ele é bem o mesmo que, para acreditar na Ressurreição, pedirá que lhe deixem tocar as chagas de Cristo! Agradecemos-lhe, porém, ter-se posto à frente do pequeno colégio apostólico, naquela conjuntura em que havia a correr um perigo. É essa, de resto, a única vez em que o vemos assumir o papel de chefe. Por via de regra, Pedro não cede a ninguém o direito de falar francamente. Estaria Pedro ausente, nesse dia? Não teria participado na viagem à Pereia? Tem-se presumido que assim fosse, e considerou-se uma prova disso o silêncio dos sinópticos a respeito dum facto, que, no entanto, é importante; apenas

São João o conta, dedicando-lhe todo o seu undécimo capítulo. Estando, como se sabe, o conhecimento da catequese primitiva na estrita dependência da memória de Pedro, a ausência deste último explicaria que São Mateus, São Marcos e São Lucas, por falta de documentos, nada tenham dito [1].

«Jesus chegou, pois, e encontrou Lázaro no sepulcro, havia já quatro dias. Como a Betânia não distava senão quinze estádios de Jerusalém, muitos Judeus tinham vindo apresentar a Marta e a Maria as suas condolências. Logo que Marta soube que se aproximava Jesus, saiu ao seu encontro, ao passo que Maria ficou em casa, sentada. — Senhor, se estivesses presente Lázaro não teria morrido. Mas eu sei que tudo quanto ainda agora pedires a Deus, ele te concederá. Jesus responde: — O vosso irmão vai ressuscitar. — Eu sei, respondeu então Marta, que ele ressuscitará no último dia, quando for a Ressurreição dos mortos. — Eu sou a ressurreição e a vida; o que crê em mim, ainda que esteja morto, viverá, e todo aquele que vive e crê em mim, não morrerá eternamente. Crês isto? — Sim, Senhor, eu creio que sois o Cristo, Filho de Deus, que devia vir a este mundo!

«Dizendo isto, ela retirou-se, e chamou em voz baixa a irmã Maria. — O Mestre está acolá e reclama a tua presença. Imediatamente, a irmã ergueu-se e correu para Jesus. Chegada onde ele se encontrava, caiu de joelhos. — Senhor, se tivesses estado aqui o meu irmão não morreria! Vendo-a em pranto, Jesus estremeceu no seu espírito, e deu largas à sua comoção. — Onde é que o pusestes? — Vem, Senhor, e vê! E Jesus chorou. — Vede como ele o amava, diziam alguns Judeus, enquanto outros comentavam: — Ele que abriu os olhos a um cego de nascença, não poderia ter impedido este homem de morrer?

«Então, tornando a estremecer interiormente, Jesus dirigiu-se para o túmulo: era um *carneiro;* havia uma pedra por de cima. — Tirai a pedra, — disse. Marta, a irmã do morto,

---

(1) Ainda se admite uma outra explicação. Os Sinópticos, escrevendo logo a seguir à morte de Jesus, teriam guardado silêncio sobre um episódio que, aos olhos dos Judeus, poderia comprometer os três amigos de Betânia, e expô-los a serem perseguidos. São João, porque escreveu mais tarde, numa época em que Maria, Marta e Lázaro, já, decerto, não viviam, não teria de observar tanta prudência.

observou: — Senhor, já cheira mal, há quatro dias que aí jaz. Mas Jesus replicou-lhe: — Não te disse eu já que, se tiveres fé, verás a glória de Deus? — Tiraram, pois, a pedra. Jesus ergueu os olhos para o alto e rezou: — Pai, dou-te graças porque me ouviste. Eu sei, quanto a mim, que me ouves sempre. E falo deste modo, por causa deste povo que está à roda de mim, para que creiam que foste tu que me enviaste! Tendo dito estas palavras, bradou em voz forte: — Lázaro, sai cá para fora! E saiu o que estivera morto, ligado de pés e mãos, o rosto ainda envolto no sudário. — Desliguem-no, disse Jesus, e deixai-o ir!» (*João*, XI, 17, 44).

A cena, nesse texto de S. João, tem simultâneamente uma verdade, uma precisão e uma força admiráveis. Qualquer romancista não poderá deixar de notar que as duas irmãs, Marta e Maria, aparecem, através dessa descrição do IV Evangelho, absolutamente semelhantes aos retratos psicológicos que São Lucas fizera delas (¹): uma, mais positiva nas suas opiniões, crente, sem dúvida alguma, porém do género mulher forte que não desgosta de teimar; a outra, doce, atenciosa, inteiramente mergulhada em confiança e submissa; ora, São Lucas não fala da ressurreição de Lázaro, como São João também não fala da estadia de Jesus Cristo na Betânia, o que prova até que ponto o testemunho concorde dos dois evangelistas é exacto e que se trata, na verdade, de factos reais, de seres que existiram. A psicologia de Jesus não está menos delicadamente desenhada: Jesus que se comove, como homem, em face da morte dum amigo, que verte lágrimas — quase as únicas que derrama em todo o Evangelho; as outras, serão as que chorará ao profetizar o destino tenebroso de Jerusalém (*Lucas*, XIX, 41) — e que, mais misteriosamente, tem um *frémito* no instante de operar o milagre, como se o Deus presente fizesse, nele, estremecer a carne! Os pormenores concretos estão igualmente bem notados: por exemplo, a observação da pragmática Marta, ao dizer que o irmão «já cheira mal!» (¡Um primitivo francês, Gérard de Saint-Jean, deu pitorescamente uma ideia desta cena, ao mostrar, na sua enorme *Ressurreição de Lázaro*, que se encontra no Louvre, um dos espectadores tapando o

(¹) Ver atrás, pág. 403.

nariz). O que a Arqueologia nos pode fornecer de preciso, é pouca coisa. Na aldeola de El-Azarieh, situada no lugar em que foi Betânia, e cujo próprio nome recorda o milagre, mostra-se ainda um túmulo; mas coisa alguma garante que esse seja o mesmo donde Lázaro saiu, ao apelo de Jesus. Conhecem-se, contudo, muitas dessas sepulturas da Palestina, que em nada se parecem com os antigos sarcófagos que tantos pintores reproduziram nesta cena: escavadas em plena rocha como pequenas câmaras, muitas vezes precedidas dum vestíbulo, eram fechadas por uma pesada pedra que se rolava para a entrada. Os corpos eram ali depositados sem caixão, apenas amarrados com ligaduras e mais ou menos untados de perfumes variados: bem se pode imaginar como, decorridos quatro dias, o cheiro seria agressivo!

É esta uma das cenas mais famosas do Evangelho: esta ressurreição parece ter impressionado muito mais as imaginações cristãs, do que milagres análogos, realizados por Jesus na Galileia, e isso talvez devido às belezas literárias e às notáveis minudências do texto joanino. Uma tradição, muito querida no Meio-dia da França, faz de Lázaro, com as irmãs Marta e Maria, o evangelizador da Provença. Bem tentou a arte, centos de vezes, evocar a grandiosidade fantástica do seu regresso à vida, ou seja o nosso Nicolas Froment, tão minucioso, que surpreende as suas personagens no deslumbramento do milagre realizado; o emocionante Giotto, na Arena de Pádua, ainda com hesitações, mas já cheio dum poder de verdade tão flagrante, com o seu morto todo inteiriçado, enfaixado, amarrado nas suas ligaduras, como um recém-nascido, nado, em verdade, por virtude dum novo nascimento; ou ainda aquele Maurice Denis, em cujo quadro, ocre e rosa, a atitude de Maria, agarrada, na sua surpresa, ao braço de Jesus, tem qualquer coisa de tão feminino como pungente. Talvez que, neste caso como em tantos outros, tenha sido o génio sombrio de Rembrandt que atingisse mais exactamente a verdade num singelo desenho que se pode admirar na Biblioteca Nacional: de pé, em frente do túmulo, Cristo, de mão erguida, chama à vida o defunto que jaz na sua cova, e restitui-o à luz, com um grande gesto de intimativa, de bênção e de absolvição, enquanto os circunstantes recuam aterrados.

Um facto destes, referido com tantos pormenores, não se deixa anular com facilidade. Para se desembaraçar dele, Renan, na primeira edição da *Vida de Jesus* (1863), imaginou tratar-se duma síncope passageira, ou duma habilidade das irmãs de Lázaro, evidentemente para servirem a popularidade de Jesus! Quatro anos depois, na décima terceira e definitiva edição daquela obra, já explica o facto por um simples mal-entendido: aos discípulos que lhe pediam para fazer um milagre a fim de convencer a turba, Jesus teria respondido: «Ainda que os Judeus vissem o Lázaro ressuscitado, nem assim acreditariam!» Daí, a interpretação: — Lázaro ressuscitou. Temos de reconhecer que o método histórico que leva a semelhantes hipóteses, é arriscado.

Situada na altura em que se encontra no texto de São João, a cena tem uma importância capital. Tais factos, segundo o Evangelho, não só determinaram a resolução definitiva da perda de Jesus, como se ele tivesse querido realizar este milagre, às portas da cidade e na presença de numerosas testemunhas, para que eclodisse o que devia eclodir; mas também se revestem de sobrenatural significado. Esta afirmação: «Eu sou a ressurreição e a vida», a poucos dias da semana trágica em que vai morrer Jesus, assume todo o seu peso. Para Lázaro, a morte, como tão exactamente é indicado pelo sinónimo francês *trépas* (trespasse), não é mais que uma passagem, um episódio que não interrompe o curso da vida: para além das portas da noite, a luz é prometida aos que são crentes. Última prova da divindade de Jesus, a chamada de Lázaro à vida anuncia um milagre muito diferente e essa vitória mais definitiva que, sobre a morte, Jesus alcançará.

Dois anúncios da Paixão

Após a breve passagem por Betânia, deixando Marta, Maria e o ressuscitado, inteiramente entregues à sua alegria, Jesus partiu para o norte, para Efraim, a Taiybeh actual, que fica a menos de quarenta quilómetros de distância. Talvez não quisesse aparecer em Jerusalém senão no momento preciso da semana pascal; ou talvez, também, na nobre solidão daquelas

áridas alturas, pretendesse dar aos seus discípulos supremas instruções — o que inclinaria a admitir-se ter sido ali que ele houvesse ensinado o *Pater Noster*. Não foi sem dúvida pelo caminho directo que passa por Jerusalém, nem atravessou os seus mais imediatos arrabaldes, sobremodo vigiados; deve ter-se imposto um desvio por Jericó e vale do Jordão, tal como fará no regresso. Quando após uma estadia muito curta em Efraim, voltava na companhia dos discípulos, cada vez mais surpreendidos com a sua temeridade, e que «o seguiam com temor», Jesus, algures, em qualquer ponto daquela estrada da planície, dominada por uma linha de abruptas colinas — falou. À direita, esperava-os Jerusalém, invisível a seus olhos, presente em seus espíritos, entronizada no alto dos três degraus pelos quais o planalto desce até ao fosso do rio e do mar Morto.

«Eis-nos a subir para Jerusalém, e o Filho do homem será entregue ao Príncipe dos Padres e aos Escribas, eles o condenarão, eles o entregarão aos Gentios; insultá-lo-ão, cuspir-lhe-ão em cima, flagelá-lo-ão, e tirar-lhe-ão a vida, mas, ao terceiro dia, ressuscitará» (*Marcos*, x, 32, 34; *Mateus*, xx, 17, 19; *Lucas*, xviii, 31, 34). Não era essa a primeira vez que Jesus proferia análogas palavras. Por duas vezes, na Galileia, o dissera expressamente [1]. Imediatamente a seguir à confissão de São Pedro e à sua solene ordenação, «Tu és Pedro, e sobre esta pedra...» Jesus começara a ensinar aos seus discípulos ser indispensável que o Filho do homem sofresse muito, que fosse repelido pelos Anciãos, pelos Príncipes dos Padres e pelos Escribas, que fosse morto, e que ressuscitasse ao fim de três dias (*Lucas*, ix, 22; *Marcos*, viii, 31, 33; *Mateus*, xvi, 21, 23). Uma segunda vez, precisamente a seguir à grandiosa cena da Transfiguração, como que no intuito de evitar que os discípulos o interpretassem mal, repetira o seu vaticínio sinistro e misterioso: «O Filho do homem será entregue às mãos dos homens; eles o farão morrer e, ao terceiro dia após a morte, ele ressuscitará» (*Marcos*, ix, 30; *Lucas*, ix, 44; xvii, 25). Este terceiro vaticínio era ainda mais claro, mais pormenorizado que os antecedentes, e, no entanto, há-de manter-se,

---

(1) Ver atrás, págs. 325 e 330.

tal como os outros dois, absolutamente obscuro, até mesmo para aqueles a quem Jesus se dirigia.

«E eles nada disto compreenderam: era para eles uma linguagem oculta, e não penetravam coisa alguma do que lhes dizia» (*Luc.*, XVIII, 34). Os homens têm grandes dificuldades para compreender o que lhes desagrada. Acaso poderiam admitir que tanta tragédia lhes pudesse entrar na vida, quando, em toda a sua volta, a natureza parecia estender a protecção dos seus encantos; quando a cevada e o trigo verdejavam tão docemente na planície; quando, pela lua nova de Nisan, as fogueiras alegres ardiam, durante a noite, em todos os lugares altos; quando a anémona, a íris e o gladíolo rústico ornamentavam a berma das estradas, quando, sobretudo, o Mestre estava ali, perfeitamente vivo, mais poderoso que todos os Profetas, ele, o dominador da morte?

«Se Deus não permitiu — dirá mais tarde o Talmude — que Isaac fosse imolado, poderia permitir o assassínio de seu Filho, sem que o Universo se arrasasse?» Os Apóstolos deviam pensar coisas deste género, o que os tranquilizava e lhes poupava o trabalho de se mortificarem antecipadamente. Mais que nunca, certamente, tinham eles no coração a velha crença de que o reino do Messias seria de glória e não de sofrimento, e que eles próprios, seus primeiros fiéis, teriam nesse reino uma boa parte!

A sua incompreensão chega a ter qualquer coisa de comicidade dolorosa. «A mãe dos filhos de Zebedeu — provàvelmente, aquela Salomé que auxiliara Jesus com os seus bens — aproximou-se de Jesus, levando os filhos e prosternando-se em frente dele, para lhe fazer algum pedido. — Que queres? interrogou o Mestre. A criatura respondeu: — Ordena que estes meus dois filhos se sentem no teu reino, um à tua direita e outro à tua esquerda!» (*Mateus*, XX, 20, 24; *Marcos*, X, 35, 41). Não podia confessar mais claramente nada ter percebido ainda; não compreendera que os últimos serão os primeiros, e que quem pretende ocupar o melhor lugar no reino de Deus, deve, na terra, ser humilde e «tornar-se escravo»! Jesus, todavia, não se indigna, nem se incomoda com aquela cegueira manifesta: a paciência do Deus do amor é infinita, e, para as cegueiras mais completas, há sempre nela uma probabilidade

de luz e de perdão. Não: limita-se a repetir o que já tinha dito: que «o Filho do homem viera, não para ser servido, mas para servir, para dar a sua vida, em resgate dum grande número» (*Marcos*, x, 45; *Mateus*, xx, 25, 28). A imagem do Messias sofredor, do Messias profetizado por Isaías, Daniel e certos salmos, é a que ele procura opor nos espíritos daquela gente, à outra, à da falsa glória; é a imagem do Redentor, da vítima expiatória. Em breve o dirá de novo, sob uma forma ainda mais perfeita, durante a noite da Ceia: «Aqui está o meu corpo, entregue por vós; aqui está o meu sangue, derramado por vós»: E, ainda nesse instante, aqueles homens não lograrão compreendê-lo.

No entanto, uma alma haverá para a qual estas coisas não ficarão obscuras; uma alma, guiada menos pela inteligência que por uma daquelas intuições em que as mulheres se deixam iluminar pela sensibilidade, e em que fala a voz do coração, confirmará, com um gesto, a profecia do seu senhor, provando que, por sua parte, ela compreendeu.

Tendo ultrapassado Jericó, onde restituira a vista aos dois cegos e jantara em casa de Zaqueu, o bom Publicano, Jesus chegava à Betânia por uma das duas estradas habituais de Jerusalém, quando um homem lhe veio pedir que se detivesse um momento em sua casa: era Simão, chamado o leproso, que foi, sem dúvida, um dos miraculados do Messias. O 4.º Evangelho precisa que a citada refeição se realizou «seis dias antes da Páscoa»; ora tendo a Páscoa caído, naquele ano, numa sexta-feira, foi portanto num sábado — 1 de Abril do ano 30, provàvelmente — que Jesus jantou em casa de Simão; o Sábado judaico não proibia comer bem, principalmente à tarde, e até, pelo contrário, levava a isso.

Decorria a refeição; Marta servia, dedicada, solícita, diligente como sempre (encontramo-la, ainda aqui, tal como já a vimos nas duas cenas anteriores); vestiria, por certo, uma túnica leve de linho, com ornatos de ouro em relevo; e teria entrançados os cabelos. Os convivas, como é óbvio, estavam deitados nos leitos usuais — e não sentados, como vários pintores anacrònicamente os representam. Lázaro, o ressuscitado, encontrava-se entre a assistência. É então que aparece uma mulher, trazendo nas mãos um vaso de alabastro: era Maria,

a outra irmã, a meditativa e fervorosa Maria, a quem esta terceira referência do Evangelho acaba de pintar com precisão. O vaso continha um «perfume de nardo autêntico e extraordinàriamente precioso». Aproximou-se de Jesus, e, «quebrando o vaso, derramou o perfume», «sobre a cabeça dele» — dizem São Marcos e São Mateus; «sobre os pés dele — opina São João — e, em seguida, enxugou-os com os cabelos; a casa ficou toda rescendente do perfume».

Mas, da assistência, levantou-se uma voz: «Para que desperdiçar, assim, esse perfume? Podiam tê-lo vendido por mais de trezentos dinheiros, e dá-los depois aos pobres». Era a voz de Judas, o Escariote, que governava a bolsa comum do Messias e dos Doze Apóstolos, na qual por vezes metia a mão com pouca honestidade, segundo refere São João. O reparo deve ter sido feito em voz pouco amável, e outros discípulos associaram-se à censura, pois Maria deixou transparecer uma certa emoção. «Por que a molestais? — perguntou Jesus. Deixemo-la. Esta mulher procedeu bem para comigo. Pois, tereis sempre pobres entre vós, a quem podereis reconfortar. Mas a mim, nem sempre me haveis de ter. Esta mulher fez o que pôde; antecipadamente ungiu meu corpo — para a sepultura. Em verdade vos digo: por toda a parte, por todo o mundo, onde for pregado este Evangelho, publicar-se-á o que ela acaba de fazer» *(João,* XII, 1, 10; *Mateus,* XXVI, 6, 13; *Marcos,* XIV, 3, 9).

A previsão contida naquela última linha, assumiu foros de evidência. Não é cristão quem não se lembre e não tribute a merecida veneração a essa mulher de grande fé e amor sublime, que enxugou com os seus cabelos os pés de Jesus Cristo. Na gruta de Santa Bálsama, na Provença, mantém-se viva a sua memória legendária. Numa das miniaturas mais perfeitas de Jean Fouquet, vemo-la prosternada no meio do grupo dos Apóstolos, indiferente aos olhares curiosos, espantados ou enfurecidos que incidem sobre ela, mantendo-se de olhos cerrados, absorvida naquele seu gesto de ofertório, como uma mística na sua contemplação.

O seu acto, atestado simultâneamente por dois dos sinópticos e por São João, é também confirmado pela exactidão dos pormenores, tanto de natureza psicológica como material.

Estava então em uso, quer em todo o Oriente, quer em Roma, espargir essências finas sobre os hóspedes que se queriam distinguir. Desse vaso de perfume que Maria transporta, conhecem-se centenas de espécimes, encontrados tanto no Egipto como na Síria, tanto na Grécia como em Pompeia: é o lécito dos Gregos. Têm um comprido gargalo, que Maria quebraria, para melhor espalhar o óleo precioso, e Plínio, o naturalista, ensina-nos que, para conservar um perfume em toda a sua integridade, nenhuma outra substância é superior ao alabastro. O nardo, que se prepara esmagando uma humilde plantazinha, espécie de forragem, de cor acastanhada, da qual são necessários muitos quilos para se obterem algumas gotas de essência, era o mais caro de todos os perfumes líquidos e o que, então, estava mais na moda. Faziam-se imitações baratas, pelo que São Marcos e São João lhe juntam o qualificativo de *autêntico,* como esclarecimento que caracteriza a qualidade (no texto grego; — o tradutor da Vulgata, traduziu-o insulsamente por *puro);* conforme as qualidades, o nardo podia valer de cem a trezentos dinheiros cada libra, ou seja cerca de 80 a 240 francos-ouro.

Quanto à exactidão psicológica, bastará pensar na personagem de Judas, para dela ficarmos convencidos; este homem que se denunciou com a sua sórdida reflexão, firmemente repelida por Jesus, e que, segundo São Marcos e São Mateus, vai, imediatamente após aquela cena, maquinar a sua felonia com os inimigos do Mestre, vêmo-lo inteiramente, até mesmo no mistério da sua sombria decisão. As causas determinantes que São João lhe atribui — avareza medular e desonestidade — seriam as únicas? Procuraremos mais tarde compreendê-lo, a esse traidor. No ano antecedente, logo a seguir ao regresso da Traconítida, não dissera Cristo aos seus apóstolos: «Um de vós é um demónio»? O Judas que, nos dias que hão-de vir, nós havemos de ver desempenhar o seu satânico papel, é bem aquele que nos descreve o episódio da unção na Betânia: um pouco do seu segredo, foi-nos revelado nesse instante.

Resta um problema famoso e, verosimilmente, insolúvel. Maria, a irmã de Lázaro, que, durante uma refeição em casa do tal Simão, ungiu Jesus com óleo de nardo, será, acaso,

aquela pecadora sem nome, que já vimos ([1]) fazer coisa semelhante, no decurso dum jantar, em casa doutro Simão, na Galileia? A primeira unção, a que apenas São Lucas se refere, não seria um duplicado da segunda, que os três restantes evangelistas simultâneamente nos descrevem? Antigos Padres, como Clemente de Alexandria, foram desta opinião; a actual doutrina da Igreja católica prefere distinguir nìtidamente os dois episódios, dado que o facto podia muito bem ter-se repetido, e Maria podia até ter imitado o acto comovente que tivesse ouvido contar da pecadora da Galileia. Se as duas unções não foram, na realidade, senão uma, nesse caso a Maria de Betânia e a pecadora foram uma só e uma mesma personagem: contudo, nada nos indica que a piedosa irmã de Lázaro tenha tido uma vida tão cheia de pecados! Por outro lado, também se tem perguntado se a pecadora não seria aquela Maria, chamada de Magdala, «de quem saíram sete demónios» e que, com outras, auxiliava Jesus com as suas dádivas *(Lucas,* VIII, 3). Tal gratidão seria normal, sobretudo por parte dessa mulher de grande coração, ainda que de péssima conduta, da qual Cristo dissera «que muito lhe seria perdoado, porque muito tinha amado» *(Lucas,* VII, 47); observa-se, além disso, que a palavra Magdala, designação duma aldeola do Lago de Tiberíade — a actual Mejdel — permite, em arameu, um jogo de palavras um tanto ambíguo, qualquer coisa como «perfumista». Mas esta Maria de Magdala, Maria Madalena, vamos de novo encontrá-la na penumbra da manhã da Ressurreição: é ela a primeira pessoa que verifica estar vazia a sepultura; é ela quem vai prevenir os Apóstolos; e é ainda a ela que os Anjos anunciam o extraordinário acontecimento. A empolgante cena em que Jesus se faz reconhecer por ela, com uma só palavra: «Ele diz-lhe — Maria! Ela volta-se e responde — Mestre!», não nos leva, irresistivelmente, a pensar naquela outra Maria — a de Betânia — que vimos subjugada pelo verbo de Cristo, e inundada por um amor sobrenatural? Os exegetas e os teólogos mais qualificados conseguem distinguir nìtidamente Maria de Betânia, Maria Madalena e Maria, a pecadora, na esteira de Bossuet e Mabillon; contudo, uma tradição, talvez destituída de coerên-

---

([1]) Ver atrás, pág. 306, nota 1.

cia, mas não de força, confunde-as às três num mesmo afecto. Há menos de cem anos, um jovem dominicano, de coração de apóstolo — o P.e Lataste (1832-1869) — depois dum ministério exercido junto das reclusas duma prisão central, tendo tido a ideia admirável de fundar uma congregação contemplativa em que as mulheres, sobre as quais pesa a vergonha dum erro público, se pudessem reabilitar, deu-lhe o nome de *Obra da Betânia*, para ao mesmo tempo recordar a pecadora, a quem Jesus remiu as faltas, e a mística irmã, que «tinha escolhido a melhor parte».

A intenção das duas cenas, todavia, parece, no Evangelho, muitíssimo diferente. A unção, na Galileia, teve essencialmente por objectivo intencional proclamar a humildade da pecadora e opor o seu amor à presunção hirta de Simão, o dono da casa, e das «pessoas bem». A de Betânia exprime a mesma veneração e ternura sobre-humana, mas vale sobretudo como sinal, como prenúncio dos acontecimentos iminentes. Foi «para a sepultura» de Jesus que Maria derramou o seu perfume; só ela, por conseguinte, penetrou o mistério que vai eclodir perante os olhos do mundo. Serão a mesma fé, a mesma inteligência, que a hão-de levar antes de mais ninguém à sepultura, para a encontrar vazia? Ignora-se; contudo, a sua intuição tem qualquer coisa de perturbante, e o seu gesto de derramar o nardo, faz com que se nos aperte o coração, se pensarmos noutras essências com as quais, oito dias depois, será ungido, de modo bem diverso, o corpo do Crucificado.

CAPITULO OITAVO

SINAL DE CONTRADIÇÃO

O Homem-Deus e o seu destino

No momento a que chegámos, isto é, pelos últimos dias de Março do ano 30, estava formulado quanto era essencial no que Jesus tinha a ensinar ao mundo. Só falta produzir-se o próprio facto que há-de dar a essa mensagem o seu sentido supremo, ou seja a oblação voluntária do Deus vivo. Os últimos tempos da sua existência vão ser bem diferentes dos dois anos em que o vimos viver em plena claridade, na alegria e no trabalho reconfortante dum apostolado entusiástico: na última semana o ódio avolumará, de dia para dia, as suas ameaças, e a figura do Messias acabará por se revelar inteiramente, no sombrio clarão em que a verdade do homem geralmente brilha ao sol do sofrimento e à luz da morte.

Entre a vida, a pessoa, a prédica de Cristo, e a tragédia do Calvário, à qual a descrição evangélica, de agora em diante, nos vai conduzir, existem pontos de contacto que nada têm de fortuitos. É raro que a morte dum homem seja um simples acidente, um mero acaso; que não esteja misteriosamente relacionada com a sua vida, e não lhe ilumine o significado. Um poeta ([1]) descobriu as admiráveis palavras desta oração: Senhor, dai a cada um a sua morte própria, a grande morte que cada um de nós traz dentro de si!» Mais do que ninguém, Jesus «trazia em si» a sua morte, como explicação e como promessa, não só depois de haver nascido, conforme profetizara a voz

(1) Rainer Maria Rilke.

inspirada do velho Simeão [1], mas na eternidade das presciências inefáveis, desde que Adão e Eva tinham sucumbido à atracção do pecado. A lógica dos acontecimentos que vão seguir-se projecta-se, pois, em dois planos: na ordem dos factos, é a consequência das posições que Jesus tomou perante o mundo; mas, na ordem sobrenatural, é a consumação dum intuito de Deus.

De Jesus e da sua doutrina, fora profetizado [2] que ambos representariam *sinal de contradição*. Até certo ponto, a violenta oposição dos homens aos ensinamentos do Messias basta para explicar a tragédia em que este último vai aparentemente sucumbir. Mas para o crente — e até para Jesus, dado o conhecimento que ele tinha do seu próprio destino — aquela causa é apenas secundária, e os homens não passam de instrumentos. Quando Maria da Betânia, levada por uma intenção premonitória, derramava o nardo precioso, a que misturava as suas lágrimas, sobre os pés de Cristo, já a conjura, que o levaria ao suplício, estava concertada. Sem dúvida os Sacerdotes e os Escribas julgariam possuir excelentes razões justificativas da severidade de que iam usar com um homem, cujas palavras lhes ressoavam escandalosamente aos ouvidos: sem o saberem, o ódio que lhe tinham não contribuiu menos para a preparação do próprio facto que devia consagrar a derrota deles, tornando-os caducos, a eles, às suas observâncias e às suas combinações.

A mensagem de Jesus

Todas as religiões procuram propor uma explicação do drama universal; é isso o que, em primeiro lugar, lhes pede o espírito humano: uma forma de compreender, ou, pelo menos, de admitir os enigmas da vida. É esta consciência do mundo, esta *Weltanschauung* que dá às formas sucessivas da civilização as suas características essenciais. Um Egípcio do Médio Império, um Grego do Século V, um súbdito do rei S. Luís,

---

(1) Ver atrás, cap. II, pág. 141.
(2) Ver atrás, págs. 141 e 142.

um leitor de Kant e de Durkheim, decerto que diferem nos seus conhecimentos, nos seus hábitos, nas suas técnicas, mas, sobretudo e muito principalmente não concebem a vida da mesma maneira. É por causa disso que as doutrinas se chocam; é isso o que torna as oposições nesse terreno tão irreconciliáveis. Nas guerras religiosas, o que está em causa — a fórmula dum dogma, uma palavra, às vezes uma simples preposição — parece bem pouco; mas a verdade é que de nada menos se trata que do destino do homem, e da ideia que ele forma de tal destino.

Jesus, pelos seus actos e palavras, afirmara-se como um desses inovadores audaciosos que, em assuntos religiosos, ousam trazer aos homens normas novas de pensamento; declarava dimanar dele uma verdade até então desconhecida. Jesus, portanto, ultrapassava, transcendia o que fora ensinado anteriormente, e fazia-o com uma autoridade que só podia considerar-se sobrenatural ou insolente. Não é a violenta oposição à sua pessoa ou à sua doutrina, que surpreende; o que admira é que essa oposição houvesse demorado dois anos a manifestar-se; causaria assombro que não se tivesse manifestado.

A mensagem de Jesus tal como um cristão de qualquer época pode resumi-la, é uma doutrina total, que sob as fórmulas mais simples, explica tudo quanto diz respeito aos mistérios da vida: a moral encontra nela as suas bases, e, de igual modo, a metafísica; o conhecimento mais profundo do coração humano é ali manifesto; dela tanto se deduz uma política, como uma sociologia. Seria inadmissível pretensão procurar resumi-la em meia dúzia de páginas. Sucessivas gerações têm encontrado — nos quatro livrinhos que a contêm — forças inesgotáveis. Não há um único versículo, não há talvez uma única palavra, que não tenha fornecido a alguma consciência resposta a qualquer pergunta angustiosa. Essa é a «Fonte da Vida», à qual as civilizações vão beber, na qual as almas se refrigeram, tal como as vemos na adorável miniatura do *Breviário de Carlos Magno*, sob a forma de animais domésticos, em volta duma fonte, imagem de toda a Criação. De tão grande riqueza não é possível avaliar a grandeza. Quando muito, poder-se-á tentar o esboço de algumas linhas mestras para, em seguida, se procurar compreender como o Evangelho, ao ins-

taurar esta *contradição*, determinou a crise donde surgirá o *signo* supremo, que, numa tarde de Abril e no rochedo do Calvário, levantará ao alto a Cruz.

Primeiramente, este conceito do mundo procede duma revelação. Progressiva, ainda que, afinal, incompletamente através dum povo consagrado a essa missão, Deus começara em velhos tempos a ensinar aos homens a verdade. A última palavra da revelação, foi dita por Cristo, «filho único do Pai e que no-la deu a conhecer» (*João*, I, 18). Jesus é, pois, «o Mestre único» do conhecimento (*Mateus*, XXIII, 8, 10). Porém, não tendo os homens compreendido o significado do seu ensino, só depois da sua morte é que o «Espírito de verdade, ensinará toda a verdade» (*João*, XVI, 12, 13): só a graça divina, fazendo abrir o coração e os ouvidos, permite que se penetre plenamente o sentido da revelação.

Esse Deus concebido como um só em três pessoas — o Pai, o Filho e o Espírito Santo — creou o homem. Mas não o fez determinado nos seus actos, sujeito ao jugo fatal dum destino implacável. O último fim da Criação é, pelo contrário, a consciência e a liberdade do homem, com as quais se lhe pede que descubra Deus e o ame. Porque Deus é bom, infinitamente bom; é Pai. Toda a realidade visível do mundo proclama a sua bondade, do mesmo modo que patenteia a excelência das suas intenções. Foi ao conhecimento maravilhoso duma harmonia perfeita, que o homem foi chamado por especial vocação; e foi essa comparticipação na vida divina, que o homem possuiu no estado de pureza original; e é ela que o homem deve tentar encontrar de novo. Efectivamente, deixou de a possuir porque pecou. Desobedeceu às leis estabelecidas por Deus e, desse modo, introduziu, quer no mundo, quer em si mesmo, um germe de mortal perturbação. Todos os males de que padece e, em primeiro lugar, a mais flagrante das suas desgraças — a morte — são consequências lógicas do seu erro. Neste sentido, morte e pecado são sinónimos, — «o aguilhão da morte, é o pecado», há-de dizer São Paulo — da mesma forma que são também sinónimos pecado e desregramento, pecado e injustiça, pecado e dor.

No entanto, Deus, na sua insondável misericórdia, teve ainda piedade desse homem que o escarneceu. O Pai decidiu

enviar à terra o Filho — a segunda pessoa da Trindade — que incarnou e se fez homem, absolutamente semelhante a qualquer de nós. O papel desse «Cristo», desse «Messias» — enviado ungido do Senhor — é duplo, no seu aspecto: Jesus, que é aquele em quem Deus se fez homem, ensinou uma doutrina de salvação e realizou o verdadeiro modelo da perfeição tangível. Por conseguinte — e este é o ponto basilar de todo o Cristianismo — moral e teologia são uma e a mesma coisa: o cristão não tem senão um fim — reencontrar a vida divina, inserir-se, por Cristo, no tronco de Deus. *Esse cum Christo.*

E ainda não é tudo. Jesus não foi sòmente um doutrinador sobre-humano e um modelo sobre-humano. Para remir a falta cometida pelo homem, fez o dom da sua vida como vítima expiatória. O seu sangue resgatou os pecadores, reabrindo a todos os homens o caminho da Graça. Morto em condições ignominiosas, este Deus vivo também ensinou os homens a desprezarem as hierarquias da terra, e a colocarem no primeiro plano as virtudes da humildade e sacrifício, que o mundo despreza. Ressuscitado, vitorioso da morte por sua morte, — como o fora do pecado, quando em vida — Jesus dá-nos, enfim, a última promessa de uma sobrevivência prodigiosa; tornando-se semelhante ao Cristo da dor, ao Cristo na Cruz, o fiel conquista, por força de tal promessa, o direito a participar do Cristo ressuscitado.

Entretanto, como conseguir essa identificação com Cristo? O verdadeiro esforço deve ser todo interior. Na realidade, somos apenas aquilo que parecemos aos olhos de Deus, o qual vê o que é secreto. Os ritos não são inúteis, certamente, uma vez que enquadram o homem e o amparam nas suas fraquezas; todavia, não são o essencial; uma aparência de religião não basta; pelo contrário, semelhante hipocrisia é detestada por Deus. «Quando deres esmola, que a tua mão esquerda ignore o que faz a direita... Quando jejuares, unge a tua cabeça!» (*Mateus*, VI, 3, 18). Não pretendas tirar o argueiro do olho do teu irmão, quando no teu tens uma trave! Possuir a consciência da sua própria miséria é o primeiro grau do esforço que ao homem é exigido. Depois, e imitando Jesus, deve ele procurar «ser perfeito como o Pai», e deve transformar-se.

A transformação interior! Eis, afinal, o alfa e o ómega

dos ensinamentos de Jesus. Não é apenas «Fazei penitência!» o significado da palavra grega do Evangelho *metanoette;* ela significa também «transformai-vos!». A *metanoia* é a conversão no mais lato sentido da palavra, a mudança completa do ser interior, termo por termo, — a *mutatio mentis.* Não é mesmo suficiente modificar o proceder; é preciso cortar o mal pela raiz, nessa zona tenebrosa da consciência, em que, através dum referver de instintos e paixões, se elaboram as determinações dos nossos actos. É a «divinização» do ser interior pela imitação do modelo divino. Por isso, a responsabilidade começa muito antes do gesto, no olhar concupiscente, na leve intenção, sempre que a alma não se sente divina, mas atraída e arrastada pelo peso do terrestre e do carnal.

Quais são os meios para realizar essa transformação? Em três palavras se resumem eles: crer, renunciar-se e amar. A fé é a condição primordial de todo o esforço cristão: «A Justiça de Deus obtem-se por meio dela, conduz a ela» (*Romanos,* I, 17). Fé em Deus, na sua providência, na sabedoria dos seus incompreensíveis desígnios; fé em Cristo, na sua missão sobrenatural; fé no Espírito Santo, do qual provém a suprema explicação de todas as coisas, motivo por que as blasfémias contra ele não podem ser perdoadas. Livremente o homem pode crer; pode pôr-se em estado de ter fé, a qual, no entanto, é uma graça — uma graça para que o prepara a boa vontade. Potente e eficaz, a fé poderia «remover as colinas e transportar as montanhas para o mar»; ela é a força que corresponde ao próprio Deus.

Para realizar as virtudes que a fé faz germinar na alma, o homem deve renunciar a si mesmo. Tudo que o prende à terra, às sujeições da sua condição, tem de ser eliminado. Deve fugir à tirania do ócio, do conforto, e dos prazeres da existência! Deve destruir o domínio do dinheiro, signo tangível da total materialidade! Deve evadir-se do império em que reinam as paixões e o vício, do império do mal e do pecado!

Enfim, mais decisivo ainda que os outros preceitos, pois que, de certo modo, os contém em potencial, a principal prescrição é esta: amar. Esta lei é absoluta, universal. Vai desde Deus, supremo objecto desse amor, até ao mais humilde, ao mais ínfimo dos homens. Se o primeiro mandamento é amar

a Deus, o segundo, «perfeitamente semelhante», é amar o próximo «como a nós mesmos». E quem é o próximo? Qualquer pessoa: aquele que passa e cujo semblante não me agrada, este desconhecido ou aquele indivíduo que eu conheço de sobejo, e até o próprio inimigo a quem me apetece esbofetear e que me mandam abraçar! «Mesmo que eu fale a língua dos anjos e dos homens, mesmo que eu entregue o meu corpo às chamas, se eu não tiver caridade, não sou mais que um címbalo que soa» (I *Cor.*, XIII, 1). Dura lei esta — que contraria inteiramente os impulsos do nosso coração!

No fim dos seus trabalhos, o crente receberá a recompensa. Ou melhor, essa recompensa, tem-na desde já, pois ela procede dos seus próprios trabalhos dos quais é, afinal, a misteriosa consagração. O «Reino de Deus» que espera pelos fiéis de Jesus, por aqueles que hão-de aplicar a sua doutrina e seguir o seu exemplo — que vem a ser? É, simultâneamente, interior e visível, presente e futuro. Interior, porque existe dentro de todo aquele que soube fazer reinar em si a paz de Cristo; e visível, porque existe no próprio aspecto dos cristãos vivos. Presente, porque a todos os instantes, sob esses dois aspectos, se manifesta o reino de Deus; mas futuro, porque um dia há-de vir em que, definitivamente, o joio se separe do trigo, o mal do bem, o injusto do justo, quando o Salvador aparecer «em toda a sua glória, escoltado por anjos... para separar os homens uns dos outros, como um pastor separa as ovelhas dos bodes» (*Mateus*, XXV, 31, 32). Então, «os justos serão esplendorosos como o sol, no reino do Pai» (*Mateus*, XIII, 43), e os maus irão ao «fogo eterno». Inaugurada na terra, a vida divina prolonga-se na eternidade.

Enfim, o corpo da revelação é um organismo humano, que tem por missão conservá-lo e transportá-lo: é a Igreja, imagem primordial, ainda que imperfeita, da sublime realização que será o Reino de Deus. Podem entrar nela todos os homens, sem qualquer excepção, sem considerações de raça nem de estado, sob a condição única de terem adoptado a doutrina de Jesus, e de realizarem esse esforço de identificação que lhes permitirá participar nos seus méritos. Guardiã dos ritos, cuja origem se vê no Evangelho — do Baptismo e da Eucaristia, sobretudo — ela agrupa, numa sobrenatural fraternidade,

todos aqueles que desejem ser «unidos em Cristo». É única e eterna, porque, disse Jesus, «o céu e a terra passarão, mas as minhas palavras hão-de ficar!» *(Mateus,* XXIV, 35).

Tais são, ao mesmo tempo, o programa de vida que o cristão estabelece para si mesmo, e a sua concepção do mundo. A significação do drama em que todo o homem é herói e ansioso observador, é apenas esta: procurar pela inteligência e pelo coração, identificando os seus próprios merecimentos com aqueles que Jesus, com o seu sacrifício, adquiriu para a humanidade, «divinizando-se», portanto — estabelecer na terra o reino de Deus, o qual outra coisa não é senão a união das almas pelo amor. Será preciso recordar que esta doutrina não é sòmente o fruto dum ensino de escola, que esta mensagem nos foi dada por um homem cuja perfeição resplandecia, cuja sabedoria se impunha, homem que, na plena acepção do termo, era um modelo? E que os seus discípulos — e ele até — evocaram como provas irrefutáveis da verdade, dessa verdade da qual Jesus era portador, factos sobrenaturais que, de igual forma, fazem parte da fé cristã? que as forças da natureza não lhe resistiram mais do que os segredos da alma humana? É, por conseguinte, em todo este conjunto, maravilhosamente organizado, tão rico e tão complexo, que se estabelece a *contradição* anunciada por Jesus.

A contradição permanente

«Aquilo que se chama hoje religião cristã, nunca deixou de existir desde as origens da espécie humana até ter vindo incarnado o próprio Cristo». Esta profunda observação de Santo Agostinho [1] lança uma luz intensa sobre o *signo da contradição*. Para os cristãos, a mensagem de Jesus não é coisa nova, não é uma doutrina filosófica criada pelo cérebro de um homem genial; é muito mais do que isso: é a revelação, por Deus, a expressão definitiva, não de *uma* verdade, mas de *a* Verdade eterna, daquela que os homens desejaram, pressenti-

---

[1] *Retract.* I, 12, 3. Existe um eco deste pensamento de Santo Agostinho na frase de Miguel de Unamuno que já citámos na Introdução, pág. 76.

ram, de que se aproximaram, mas que nunca tinha sido completamente enunciada. E, mais ainda do que a sua mensagem, é o próprio Jesus que escapa às categorias do tempo e do espaço. O drama da Redenção não é apenas um facto histórico que se produziu numa época e num local rigorosamente conhecidos; é um elemento permanente do drama eterno do homem, que se desenrola sem cessar no mais íntimo dos nossos corações. «Jesus permanecerá em agonia até ao fim do mundo», escreveu Pascal: cada pecado cometido em qualquer momento dos séculos, faz cravar pregos nas mãos do Crucificado.

Assim se revela um dos aspectos mais importantes da oposição a Jesus Cristo. A história pode, sem dúvida, tentar apreender, no paganismo ou no judaísmo da época de Cristo, os elementos dum antagonismo; pertencer-lhe-á, porém, a primeira e a mais decisiva das respostas? Existe uma permanente contradição a Jesus, à sua doutrina e à sua personalidade, que os Judeus contemporâneos não foram sós a conhecer. E o mesmo movimento que impele o homem de hoje a revoltar-se contra os preceitos do Evangelho, parece o eco daquela fúria dos que se encarniçaram a combater Jesus em vida.

O rancor contra Cristo é evidente. Vê-lo-emos manifestar-se no decurso do processo e da paixão. Acaso estará extinto? Teremos a certeza de que não haveria hoje uma turba capaz de proferir o mesmo grito horrendo que reboou no pretório de Pilatos: «Crucificai-o»? Tal rancor parece incompreensível, dirigido contra um homem cuja vida inteira e cuja missão, foram completamente dominadas pela única preocupação do amor — ou melhor, pareceria, na verdade, incompreensível se nos esquecêssemos do que se oculta no âmago das causas que fazem mover os homens.

Jesus, tanto pela sua existência como pela sua palavra, nunca deixou de produzir um julgamento. Ele obriga o homem a fazer aquilo que menos gosta de fazer, a considerar-se em toda a sua nudez e em toda a sua miséria, e a reconhecer que nada é. As críticas de Jesus, qual de nós as não recebeu em pleno rosto? quem não sabe que o homem procura dar de si uma imagem falsa? que aspira, injustamente, aos primeiros lugares? que está pronto a carregar os outros com um fardo que repele de si? que não compreende o que significa esta

pequena frase: dureza de coração? Tudo quanto Jesus ensina contraria a tendência natural do homem em obedecer às suas paixões. Sem dúvida que esse é o carácter de toda e qualquer moral digna deste nome; mas nenhuma vai tão longe na exigência heróica da renúncia, na obrigação de tomar a vida e a natureza ao contrário do que é corrente.

É essa atitude de juiz, de reformador moral, com quem nenhum acordo foi possível, que está na origem do antagonismo contra Cristo. Hoje ainda, quantos homens repudiam a fé cristã, menos por motivos filosóficos, do que por serem incapazes de harmonizar a sua vida com os preceitos evangélicos? Quais foram os primeiros e os mais fiéis inimigos de Jesus, quais os autores da maquinação implacável que o derrubará? Os Fariseus. Porquê? Recordemo-nos dos epítetos: hipócritas, sepulcros caiados... Imaginemos esses homens de aparências solenes, habituados ao respeito e à reverência, impertigados na arrogância satisfeita da «gente bem». Quais terão sido as suas reacções, quando sobre eles desabavam as acusações impiedosas? Julgavam-se protegidos sob a capa dos seus ritos: Jesus desmascarava-os, punha-os a nu. E não é difícil fazer ideia do que terão sentido aqueles que acusaram a mulher adúltera, ao receberem, como autêntica chicotada, a pequena e terrível frase: «O que estiver isento de pecado...» Os motivos teológicos e políticos, que os Judeus poderão ter para atacar a Cristo, só depois hão-de surgir: no fundo do seu ódio, existiu primeiro aquele movimento de cólera que nos faz revoltar contra quem descobre os nossos segredos inconfessáveis, cólera mais veemente ainda, se uma voz, dentro de nós mesmos, faz eco ao acusador.

Neste sentido, pode dizer-se que Jesus teve o destino normal dos Profetas. Quantas vezes, no Antigo Testamento, esses grandes inspirados não pagaram com a vida as suas audácias! «Lapidados, serrados, torturados...» *(Ep. aos Hebreus,* XI, 37), decapitados à espada, ou, pelo menos, encarcerados, tal era o seu destino habitual. Não atirou Jesus, aos Judeus do seu tempo, aquela apóstrofe violenta: «Sois bem os descendentes dos assassinos dos Profetas!...» *(Mateus,* XXIII, 29). No tempo do rei Joaquim, o profeta Urias não morreu mártir? Jeremias não havia sido, verosimilmente, assassinado

pelos compatriotas, fartos das suas constantes — e legítimas — recriminações? E o suplício de João Baptista teria tido outra causa mais profunda, do que o ódio feroz duma mulher adúltera, a quem ele exprobara o seu delito? Mais do que nenhum outro, Jesus ousara falar: é-se tentado a considerar essa razão como primordial, em relação a todas as oposições que se ergueram contra ele; outra coisa ela não é, senão o velho ódio do Mal contra o Bem, do espírito das trevas contra a Luz.

O problema dos milagres

Deve, entretanto, notar-se uma grande diferença entre o homem moderno e o coevo de Cristo, quanto a certas causas radicais de oposição. A doutrina de Jesus não foi apenas ensinada por ele, vivida por ele; já vimos que tem por garantia um certo número de manifestações extraordinárias que, por sua vez, e talvez mais que tudo o resto, constituem «sinais de contradição».

O próprio facto do milagre está ligado à essência do Evangelho. Racionalmente, isso não pode negar-se. Do ponto de vista da crítica textual, os milagres de Jesus encontram-se tão certificados como o restante texto dos quatro livros; os passos que os referem são exactamente do mesmo estilo; encontram-se ìntimamente associados à trama da narração, e determinam, muitas vezes, consequências perfeitamente lógicas — se acaso os aceitamos; incompreensíveis — se os rejeitamos: conversão de discípulos, por exemplo. Os próprios adversários de Cristo — Herodes (*Mateus*, XIV, 1, 23), os Fariseus (*João*, XI, 47, 48) — garantem-lhes a veracidade, e se acontece dizerem de Jesus: «É um bruxo demoníaco!» (*Mateus*, IX, 34), nunca ninguém disse: «É um charlatão!».

Ele mesmo os invoca, como prova da sua missão divina. «As obras que executo dão de mim o testemunho, de que foi o Pai quem me enviou» (*João*, V, 36). Quarenta e uma vezes, no decorrer da sua vida, se manifestam esses *prodígios*, esses *factos maravilhosos*, essas *coisas singulares*, essas *forças*, esses *sinais* e essas *obras*, pelas quais ele demonstra o seu poder estranho (as palavras variam, a realidade é constante), sem

falar de tantos anúncios proféticos, adivinhações de pensamento e tantas outras manifestações que saem das normas humanas. Por conseguinte, «para se ser católico — conforme escreve o P.ᵉ Allo — é preciso aceitar não apenas a *possibilidade do milagre*, mas também a realidade objectiva e sobrenatural de certos milagres realizados na História, e justamente os milagres evangélicos — estes pelo menos».

Seria vão negar, porém, que hoje em dia uma parte importantíssima das resistências ao Evangelho diz respeito menos ao seu conteúdo moral, que a todo esse conjunto de factos estranhos que demarcam a existência de Jesus. Na hora actual e para inúmeros espíritos, «os milagres são mais um obstáculo à crença, do que meio para se crer. A inteligência moderna, educada em moldes pretensamente científicos, não se encontra à vontade em face de um milagre. Naqueles mesmos a quem o sobrenatural não mete medo, adivinha-se uma contrariedade, uma hesitação, uma incerteza, um porquê, um talvez» (1). A *fortiori* — nos espíritos estranhos à fé cristã!

Em face dos milagres de Jesus, os espíritos cépticos adoptam diversas atitudes, desde a recusa trocista do racionalista puro, até ao dogmatismo hesitante de Renan que, admitindo embora a possibilidade do milagre, nega todo o valor aos que vêm referidos no Evangelho. O problema transcende o nosso tema. E, de resto, pouco importam as explicações que sucessivamente foram formuladas, pois negar um milagre, é, por definição, explicá-lo, fazê-lo entrar no quadro dos fenómenos naturais, ou antes, declarados naturais pela nossa ciência actual. Algumas dessas «explicações» são miseráveis, como a que não vê no milagre senão embustes piedosos. Outras, mais subtis, invocam forças psicológicas, a sugestão e a fé que nos cura; não é inadmissível que o *como* de certos milagres se explique desse modo, mas o *porquê* nem por isso se torna menos impenetrável, e absolutamente nada fica esclarecido quando se diz que o poder de Jesus é suficientemente forte para persuadir um doente a reconstituir os músculos atrofiados dum braço. Na perspectiva em que nos encontramos, a questão é esta: *Jesus no seu tempo*, só porque fazia mila-

---

(1) Mgr. F. Mignot: *Lettres sur les études ecclésiastiques*, pág. 119.

gres, havia obrigatòriamente de desencadear contra a sua pessoa e a sua mensagem, uma oposição?

Não, certamente! O universo espiritual em que Jesus vivia e pregava, não se parecia com o nosso. Nós andamos mergulhados, sobretudo desde há dois séculos, numa atmosfera de racionalismo; respiramos o determinismo e o cientismo no ar das nossas escolas; para muitos dos modernos, o «progresso» consistiu em eliminar o sobrenatural, a pretexto de vencer a superstição. Não sucedia assim com a grande maioria dos antigos. As filosofias gregas da razão não excluiam o divino nem a sua intervenção nos assuntos terrenos. O mundo pagão aceitava o sobrenatural como coisa óbvia (inclusivamente, até a superstição). E os testemunhos de cepticismo que se apontam (1) dirigem-se menos contra o poder de Deus, do que contra as formas pueris com que a tradição o mascarava.

Pode até dizer-se que, no mundo antigo, tudo mergulhava no maravilhoso. Os Gregos e os Romanos não se aventuravam a nenhum empreendimento de importância, sem consultarem os deuses. Não havia centro religioso que não tivesse os seus adivinhos, Delfos, Delos, Olímpia, onde especialistas, como a Pítia, revelavam o futuro aos fiéis. As divindades misericordiosas realizavam pretensos «milagres». A principal era Esculápio, que se invocava em Cós, em Pérgamo, e até em Roma, numa ilhota do Tibre, e sobretudo em Epidauro, no Peleponeso, num local maravilhoso de colinas douradas e pinheirais. De ordinário, era preciso passar a noite sob o pórtico dum templo, e o deus vinha, em sonhos, curar o impetrante; outras vezes, eram os animais sagrados de Esculápio que operavam a cura: cães, por exemplo, que lambendo as pálpebras dos cegos, lhes restituiam a vista. Numerosos ex-votos testemunham, nos «Corpus» epigráficos, a gratidão dos «miraculados». E é, de resto, sabido que em matéria de manifestações extravagantes de magia, mutações de formas, transportes a distância, pacificação ou desencadeamento de tempestades, os deuses do Olimpo e, sobretudo, Zeus, não tinham rivais!

Não se trata, bem entendido, de colocar os milagres de Jesus na mesma categoria daqueles que os Pagãos contavam.

---

(1) Ver acima, pág. 190.

Pelo contrário, o que a comparação faz ressaltar é a mais radical diferença entre uns e outros. E nem sequer nos referimos à puerilidade ridícula de certos prodígios atribuídos a Esculápio! Essa Aristágora — que, tendo a bicha solitária, viu em sonhos o «filho de Deus» tirar-lhe a cabeça, meter os braços pelo seu torso abaixo para extrair de lá o verme, e depois, não sabendo tornar a colar a cabeça da paciente, chamar em seu auxílio o próprio Imortal — ninguém é obrigado a acreditar que, em seguida (como o afirma uma inscrição), ela ficasse livre do seu importuno hóspede! E não nos referimos também ao mercantilismo que grassava em torno dos templos de curas! Um arconte de Atenas, salvo por Esculápio duma cruel dispepsia, conta ter ouvido em sonhos o sacerdote do deus, que lhe dizia: «Paga primeiro os honorários, e serás curado!» Nem nos referimos tão-pouco às pantomimas que, tantas vezes, era preciso fazer, ou à farmacopeia exótica que era preciso engorgitar! Jesus, para operar os seus milagres, não exige dinheiro, não faz contorsões, não obriga a engolir raspa de chifre de bezerra branca, nem cabeça de víbora esmagada em vinho! Todavia, os seus milagres diferem de todas essas superstições impuras não apenas pela sua simplicidade admirável mas também, e sobretudo, pela própria intenção: voltaremos a este assunto.

Nem por isso o facto do milagre, na época de Cristo, deixava de suscitar uma oposição de princípios. Acabamos de ver o que sucedia entre os pagãos. Outro tanto acontecia em Israel. Sem caírem na baixa credulidade em que se compraziam outros povos, os Judeus sabiam o valor da explicação sobrenatural. O aspecto pròpriamente *profético* da acção de Jesus não era coisa que os surpreendesse, a eles que tanto sofriam, havia 500 anos, por já não escutarem as grandes vozes inspiradas. Que um privilegiado recebesse do alto o conhecimento das coisas incompreensíveis; que, sob o impulso directo de Deus, esse privilegiado esclarecesse o que se oculta no fundo dos corações, ou o que espera o homem nas trevas do futuro, era o que um Judeu aceitava de melhor grado, visto que todo o sentido da sua história se baseava na revelação profética. Em matéria de milagres, não apresentava o Antigo Testamento um grande número deles — os de Moisés e os de Josué, os

de Elias e os de Daniel? Jesus, invocando os seus milagres como prova da missão que lhe cumpria, raciocinava, acaso, de maneira diferente da de Elias, ao acender milagrosamente a fogueira do holocausto, no alto do monte Carmelo (¹)? Os Doutores diziam: «Deus multiplica os milagres, para santificar o seu grande nome». E, uma das bênçãos em uso, louvava a Yahweh, «pelos prodígios obrados pelos sacerdotes».

Não era, pois, com certeza, *porque* fazia milagres que Jesus podia determinar oposição no seu povo. De resto, o Talmude não contestará os seus milagres: apenas tentará explicar o poder de Cristo como um recurso aos métodos dos magos do Egipto (cujas tatuagens ele teria usado), ou como resultado dum roubo praticado por ele no Santo dos Santos, do inefável nome de Deus. E basta ver as reacções das turbas galilaicas ante os grandes prodígios da pesca milagrosa, da água transformada em vinho e da multiplicação dos pães — para avaliar até que ponto esses prodígios contribuiram no princípio para a propagação da doutrina de Jesus.

No entanto, é caso para perguntarmos se esses mesmos milagres não concorreram para suscitar a oposição contra Jesus. Isso liga-se com as características de tais fenómenos. Em primeiro lugar, se os comparamos com os que se encontram descritos no Antigo Testamento, as diferenças saltam aos olhos. Os que são realizados por um Moisés, por um Josué, por este ou aquele Profeta, Elias, por exemplo, sem nada perderem da sua característica de intervenções sobrenaturais do Todo Poderoso, põem em jogo fenómenos análogos aos na Natureza. Ainda aqui, devemos distinguir entre o *porquê* e o *como*: a causa do milagre é a vontade de Deus, que manifesta a sua glória e quer ajudar um dos seus servos; o *processus* pode ter o aspecto dum tremor de terra, dum monstruoso furacão, duma epidemia, duma invasão de gafanhotos, dum raio caindo em cima do altar. Para os milagres de Cristo, o caso é muito diferente. Eles não são apenas inexplicáveis (o que é próprio de todos os milagres); neles não há nada de análogo com a ordem natural. Mudar a água em vinho ou fazer com

(¹) Cf. DR : PB, cap.: *O Reino dividido contra si mesmo*, par. *Os reinos idólatras*.

que sete pães cheguem para dar de comer a milhares de pessoas, tudo isso nada tem de comum com fenómenos conhecidos (1).

Assim os milagres de Jesus aparecem como manifestações directas do poder criador de Deus. Por isso aqueles que não querem reconhecer Deus em Jesus, ficam ainda mais exasperados com tais prodígios, que os levam contra a parede, a uma posição insustentável. Nesse sentido, bem podemos dizer haverem eles também constituído um grave «sinal de contradição».

Mas deve ainda fazer-se esta observação. «Jesus — disse Santo Agostinho — nunca fez milagres pelo prazer de os fazer». Eis aí o que é fundamental. Cada um dos seus prodígios tem um objectivo espiritual bem definido; comparticipa da sua própria mensagem, e ilumina a sua figura. Cada um deles constitui um apelo à fé, uma promessa de esperança, uma demonstração de caridade. A intenção moral e espiritual é tão evidente que, em muitos casos, Jesus relaciona o seu milagre com a vontade louvável do miraculado: «Vai! Foi a tua fé que te salvou!», e, pelo contrário, em Nazaré, maltratado pelos compatriotas (*Marcos*, VI, 5; *Mateus*, XIII, 58), «não consegue fazer nenhum milagre, por causa da incredulidade deles» (2). O único fim que Jesus busca atingir, pelas suas acções extraordinárias, é levar as almas a compreenderem a sua mensagem: por isso, não realiza aquelas apenas para sua glória ou no seu próprio

(1) É evidente que todas as tentativas de *explicação*, fracassam aqui inteiramente. Que significa a «fé que salva» ou a sugestão colectiva, quando se trata de todos os convivas duma boda, ou de toda uma assembleia de muitos milhares de pessoas? Tem de se repudiar o facto, ou de o admitir, mas não é possível compreendê-lo. Os próprios teólogos que se aventuraram neste sentido, nem sempre foram felizes. Da multiplicação dos pães, afirmou São Tomás que fora feita — temos de citar o latim, na sua difícil concisão — *non per creationem, sed per additionem extraneæ materiæ, in panes conversæ*, o que quase quer dizer que Jesus multiplicou os pães, não pela criação de matéria nova, mas pela adição ao pão, que é interior, de qualquer coisa de exterior que não é pão (*Summa*, Para. III, 94, XLIV). Por muito grande que seja o respeito que se tribute ao grande doutor dominicano, temos de confessar que depois de se ter lido essa explicação, não se fica mais adiantado!

(2) Ver atrás, que S. Marcos acrescenta: «A não ser a alguns doentes, a quem ele cura, impondo-lhes as mãos».

interesse, e, mesmo pregado na cruz, não se lembrará de usar da sua omnipotência, para impedir a realização do que tinha de ser realizado.

E, neste sentido, também os seus milagres foram «sinais de contradição». Imaginemos um Messias que usasse da sua força prodigiosa para violentar as leis da natureza, para se estabelecer como Senhor em toda a Terra da Promissão; como se teria enchido de entusiasmo a alma altiva e dolorosa de Israel! Após a multiplicação, conforme se viu, a reacção normal dos seus amigos fora prepararem uma conjura que levasse Jesus ao trono. Quantas vezes não ouviremos os Judeus exigindo de Jesus um sinal! Na reviravolta das multidões que, em Jerusalém, o hão-de abandonar tão depressa depois de tanto o haverem aclamado, percebe-se o rancor duma desilusão. E o escárneo dos que presenciaram a crucificação é sobejamente significativo: «Se, acaso, és Deus, desce daí! Faz um milagre!» Não é, de modo algum, pelo facto de ter realizado milagres que o povo Judeu irá opor-se a Jesus, mas por não ter feito os milagres desejados, os milagres que se esperavam do Messias. Não há dúvida, na verdade, que a verdadeira causa da contradição é a doutrina de Jesus, a posição adoptada por ele, a sua concepção de si próprio, pois, quanto a isso, «quem não está com ele, é contra ele».

Evangelho e paganismo

Que representava, então, assim de tão novo a mensagem de Jesus, para o mundo em que estava sendo espalhada? Esse problema põe-se de maneira muito diferente, se considerarmos aquela mensagem em relação ao paganismo ou ao judaísmo. Além disso, a diferença de atitude parecerá flagrante quando, após a morte de Cristo, a sua doutrina se expandir por todo o Império: ao passo que os Judeus, na sua grande maioria, continuarão a repudiá-lo, é entre os «Gentios» que a Igreja recrutará os seus fiéis. Haverá mais facilidade em transformar em cristão um pagão, de que um filho de Israel, — e isso será a intuição genial de São Paulo, que o há-de compreender.

Não é fácil determinar a posição da mensagem evangélica

em face do paganismo do Império romano, cuja branda massa as filosofias gregas e as religiões orientais tinham trabalhado tão profundamente. Esse paganismo é um conjunto complexo e por vezes contraditório: devemos evitar enquadrá-lo numa lógica rigorosa, de que os Antigos não sentiam necessidade. Devemos, sobretudo, ter cuidado em não o julgar em função de preceitos e de dogmas que só existiram depois de Cristo (1): longe de arremessarmos para as trevas todas as almas pagãs, é equânime pensar naquelas que, sem o socorro da revelação

---

(1) É evidente que o paganismo não exerceu nenhuma influência formal sobre a doutrina de Jesus. O contrário seria de surpreender. Se recordarmos as condições em que o povo judeu, desde o tempo dos Macabeus, resistira às influências helenísticas, colocando-se precisamente no campo religioso para melhor se defender, seria inconcebível que um homem como Jesus, profundamente religioso, recebesse fosse o que fosse do paganismo. O elemento pagão e o elemento judaico estavam, na Palestina, mais justapostos que misturados. Havia cidades pagãs, como as duas Cesareias, Ptolemeia, Filadélfia, Hippos, Pella: os Judeus crentes faziam as coisas de modo a não entrarem nelas, e já vimos como Jesus procedia de igual maneira. A contaminação pagã só se manifestava, em Israel, entre os ricos, pouco numerosos, e sempre por interesse ou snobismo. O problema tinha tão pouca importância, que Jesus nem mesmo fala dele, enquanto que os antigos Profetas inúmeras vezes tiveram de se insurgir contra a tendência do povo para a idolatria. Quanto à filosofia grega, é óbvio que um aldeão da Galileia nada podia conhecer directamente a respeito de tal assunto; o que lhes ensinavam na Sinagoga não era nem Platão nem Aristóteles. A tese, tantas vezes repetida desde há cem anos, de que o Cristianismo seria uma síntese do misticismo oriental e do pensamento grego, poderá discutir-se quanto a São Paulo (e aliás não é sustentável), mas verdadeiramente não tem qualquer sentido quando aplicada a Jesus.

Os críticos que quiseram, a toda a força, «provar» analogias, viram-se reduzidos a citar palavras idênticas encontradas no Evangelho e na literatura antiga: por exemplo, lê-se no *Satiricon* de Petrónio este provérbio latino: «Vês muito bem os piolhos nos outros, mas não percebes a existência das carraças que te cobrem!» Isto pode, se quisermos, fazer pensar no apólogo do argueiro e da trave, mas todos nós sabemos que a sabedoria popular encontra, um pouco por toda a parte, fórmulas análogas. Ou também se invocam coincidências, que resultam de o simples facto de a exaltação religiosa (qualquer que seja ela) se exprimir por palavras semelhantes. E assim se foram descobrir «influências», até no bramanismo!

divina, descobriram, por vezes, justos caminhos, e, conforme dirá São Paulo, «procuraram Deus às cegas» (1).

Se existe, no entanto, qualquer conceito, a que se deva renunciar, é esse, tão comum no século passado, que pretende opor ao lúgubre cristianismo, a alegria dionísica do mundo pagão. O homem antigo — sempre feliz, enebriado com a vida, e que exclama: «Evoé!», empunhando o tirso — não passa de banalidade académica, a despeito da tradição poética que fez dele extraordinário uso. É certo que uma grande parte da antiguidade pagã quis encontrar a felicidade no prazer, na exaltação da vida, na beleza, no amor carnal, não ignorando aliás que tal felicidade era fictícia, que tinha limites inexoráveis, e que não assentava senão no olvido da morte. Não é a alegria que povoa o mundo antigo: é o sentimento do trágico humano, é uma espécie de horror grandioso — que os mais belos lugares sagrados do paganismo, como Delfos, por exemplo, irresistìvelmente sugerem. Com o correr do tempo, reaparece, contìnuamente, a imagem do homem *desesperado* — no sentido mais profundo da expressão — o qual nada espera da vida, nem da morte. É Aquiles, à beira-mar, pretendendo adormecer a sua tristeza, no instante em que vai partir para o último combate. É Sólon que brada: «Nem um só homem é feliz!» É Sófocles, gemendo: «Ai de vós! raça de Mortais, a vossa vida é igual ao nada, ninguém tem outra felicidade, além da ilusão que para si próprio fabrica...» É o anafado deus Sileno que, surpreendido por Midas num rosal, e obrigado pelo rei a confiar-lhe o segredo final da existência, lho resume deste modo: «Mais valia ao homem não nascer: se nasce, tarde ou cedo regressará ao reino da Treva!» Na literatura antiga, qual é a imagem mais perfeita, a que oferecem à nossa admiração? É, cem vezes repetida, a daquele herói, a quem os deuses concederam todos os dons da juventude, da beleza e do génio, apenas para quebrarem prematuramente a haste dessa flor

(1) Seria impossível referirmo-nos a este assunto sem prestar homenagem aos trabalhos do R. P. A.-J. Festugière, O. P., antigo membro das Escolas Francesas de Roma e Atenas. As suas obras são modelos — não, apenas, de ciência, mas de equidade (Ver as *Indicações bibliográficas*, no final desta obra).

imaculada. No mito de Pândora, a esperança não foi deixada no mundo senão como um logro terrível, uma permanente tentação: tal é a última palavra, a mais profunda da alma pagã.

Esta desesperança fundamental resulta da própria concepção que o paganismo tinha da divindade e das suas relações com o homem. Resulta, por consequência, da sua concepção dos destinos humanos. E é nisso que Evangelho e paganismo se opõem totalmente. Dos deuses, nem todos os pagãos faziam, é claro, a ideia caricatural com que se deliciava a Mitologia. Nem todos os Romanos imaginavam que os Imortais fossem aqueles pseudo comerciantes, dos quais, à força de presentes, se obtinham favores ou uma neutralidade benevolente. Nem todos os Gregos admitiam que a noção do divino entrasse naquelas fábulas extravagantes e, por vezes, escandalosas, em que, partilhando todas as paixões dos homens, os deuses do Olimpo se revelam, como eles, adúlteros, velhacos e brutais. Muitos, decerto, reagiam contra estas doutrinas insatisfatórias por meio do cepticismo: o *De Natura Deorum*, de Cícero, apresenta, com suprema inteligência, as razões desse facto. O que é mais espantoso, é que, num sistema tão falaz, algumas almas verdadeiramente religiosas tenham sabido dar vida profunda a imagens e a ritos que nos parecem bem pouco ricos de substância espiritual. «Tudo pesei — confessa Ésquilo — ninguém pode, senão Zeus, aliviar-me do peso duma estéril agonia!» E quando Hipólito expira, encontra, para chamar a deusa Artemísia, palavras místicas, ainda hoje capazes de nos comoverem. Havia uma atracção para o divino em almas elevadas, mas estas que recebiam em troca?

Entre o deus antigo e o homem, a distância era intransponível. Os imortais não actuavam entre os mortais, senão com desígnios egoistas: era-lhes totalmente indiferente o destino dos homens. A antiguidade pagã afirmara a grandeza dos deuses, mas concluira ser inútil procurar chegar junto deles, ou receber deles a menor consolação. Absorvido pelo politeísmo e pela antropomorfia, e ao mesmo tempo, desumanizado e tremendamente distante, tal era o aspecto divino das religiões oficiais. Vigny está perfeitamente dentro da tradição pagã, quando aconselha que não se responda senão «por um gélido silêncio, ao silêncio eterno da Divindade».

Os deuses dos filósofos [1] tinham, sem dúvida nenhuma, características mais altas; mas que davam eles à alma autênticamente religiosa? Existem, certamente, na filosofia grega trechos que parecem ser o eco antecipado da doutrina cristã. Por exemplo este, do diálogo socrático sobre as *Leis:* «Deus contém em si o princípio e o fim, o meio de todas as coisas: procede rectamente, segundo a sua natureza eterna, e segue-o a justiça, como vingador que é daqueles que transgridem a Lei divina. O homem, para ser feliz, deve acompanhá-lo, humilde e modesto...» Mas, de que Deus se trata?

Será do deus de Platão, — o perfeito organizador da *Política* e do *Timeu*, a ideia abstracta do Bem, o inteligível no estado de pureza? Do deus de Aristóteles, — o primeiro motor, o agente necessário, a actividade imutável e perfeita? Do deus de Epicuro, essa fria harmonia, em que, dirá o poeta, «tudo é apenas ordem e beleza, luxo, calma e volúpia»? Do deus do pensamento dos estóicos, essa sabedoria anónima que a natureza manifesta pelo seu panteísmo materialista, esse *logos*, princípio de inteligência que o sistema do mundo pressupõe? Como tudo isso é longínquo! Quão pouco interessa ao homem! O ser individual pode tender para o divino pelo conhecimento, pela contemplação, pela ataraxia — essa renúncia epicurista, quase búdica; — mas, desse Deus terrìvelmente abstracto, nada desce sobre aquele ser individual. E quando, mais tarde, os grandes estóicos Epictecto e Marco Aurélio, aspirarem a um Deus pessoal que possa ser amado, esbarrarão contra o seguinte intransponível obstáculo: para se unirem a Deus, é preciso que este exista, que seja um ente, e que ele mesmo ame os homens.

---

(1) Os filósofos antigos, principalmente os gregos, procuraram dar resposta aos grandes problemas, com uma nobreza que se não pode negar. Quando os aproximamos de Jesus, como tantas vezes já se fez (por exemplo, J.-Jacques Rousseau) é necessáro, contudo, observar que tais filósofos não são mestres religiosos, mas mestres do pensamento, aos quais se pede mais um método que uma fé. Por isso, a maior parte deles está longe de ter dado um testemunho concordante entre os seus pensamentos e os seus actos. Sócrates levou uma vida moral deveras livre, teve filhos da sua concubina Myrios. Em Jesus, a mensagem não é apenas a palavra, mas igualmente a vida, o exemplo e a morte.

Reside aí a enorme diferença entre o Cristianismo e o paganismo. O Evangelho anuncia um Deus que é, simultâneamente, o Criador, o primeiro princípio, o Verbo, a inteligência do mundo, a harmonia perfeita, o bem no estado de pureza, mas que, ao mesmo tempo, é um ser digno de amor, e que tem pelo homem amor suficiente para desejar salvá-lo.

E o homem, no mesmo instante, vai compreender o seu destino: este depende daquele Deus altíssimo e infinitamente bom; «tudo quanto sucede é adorável», como dirá Léon Bloy; ao passo que, para os antigos, a situação do homem sobre a terra era um enigma indecifrável. O que, aliás, sucedia, não por se ter deixado de examinar o problema sob todos os aspectos! Para explicar a vida, absurda na aparência, invocara-se sucessivamente: — com Homero, a *Ananké*, o poder terrível e fatal ao qual os próprios deuses se submeteram; depois, a *diké* que, segundo Ésquilo e um pouco como criam os Judeus dos velhos tempos, castigava automàticamente o erro; depois, a acção do demiurgo platónico, o qual, com uma lógica impenetrável, tinha um desígnio que nós ignoramos; muito geralmente, acabara-se por não acreditar senão na *Tyché*, a *Fortuna*, deusa privada de vista, que era representada com os olhos vendados, e da qual se procurava adivinhar o caminho incerto, consultando astrólogos e magos. A tais concepções desanimadoras, com quanta força se opõe a simples lição do Evangelho! — cada um de nós é, pelos actos praticados, autor do seu futuro eterno; não há fatalidade que prevaleça contra a consciência de um homem.

Este destino do homem é, de resto para os pagãos, estritamente limitado à terra, neste sentido de que, no domínio dos fins últimos, a religião nada impõe. Existem mitos — embora vagos, e que se aceitam ou se repudiam. Encontram-se na Antiguidade inúmeras provas da crença na imortalidade da alma: «Tu vives no estado de herói», lê-se, a respeito dum valente. «Regressado ao clarão da luz eterna», declara uma inscrição funerária: sobre numerosas sepulturas, encontram-se o cacho de uvas ou o raminho de hera — símbolos da eternidade. Mas conhecem-se também epitáfios que professam um niilismo total. Quanto aos mitos, o das ilhas Afortunadas ou o do Hades, — para onde se imagina ir o homem com a sua

forma própria, vivo, mas reduzido a uma espécie de ser fantasmal — como eles são pobres e lúgubres! As ideias filosóficas a este respeito não são mais consoladoras: a divinização platónica não passa duma operação espiritual; o regresso aos elementos, segundo a tese de Epicuro, a fusão no éter, segundo o estoicismo, nada contêm que exalte as almas, nem coisa alguma que seja uma sanção da vida. É muito mais rica a ideia do Reino de Deus, que cada homem conquista em função das suas virtudes!

Do mesmo modo que à mitologia e à metafísica do paganismo, também à sua moral se opõe o Evangelho. Para os melhores espíritos antigos, a moral constitui uma dependência da estética. A lei essencial é a *kalokathia*, o respeito do belo e do bem, os quais se encontram estritamente associados. O que é moral é o que é exacto. Concebe-se o justo, no mesmo sentido em que falamos duma hora exacta ou duma circunferência rigorosa. Pràticamente, isso leva à moral do homem de bem, à qual não falta nobreza, mas que não é bastante; ter cada um a noção exacta do que vale — «nada de exageradamente» — reconhecer-se mortal; realizar cada qual o que lhe manda a natureza — «transforma-te no que és», disse Píndaro — mas não a ultrapassar; praticar as virtudes da ordem, da piedade, da prudência, necessárias numa sociedade; viver com honra; perante o sofrimento e a morte, conservar a calma e salvar a glória própria. Não se pode negar que, na base de todo este sistema, haja um sentido elevado da dignidade pessoal; mas existe também uma preocupação interesseira, pois praticar essa moral, é preparar uma vida amena e feliz, e se, *bom, belo* e *sensato* são sinónimos, deve ainda associar-se a estes um quarto termo: — é o termo *profitable... Honesty is the best policy*.

Quase não há necessidade de fazer notar que a mensagem evangélica quebrou a crosta do orgulho e do egoísmo, sob a qual se abrigava essa moral altiva. Para julgar esta última, basta ver ao que ela conduzia, nas relações do homem com o homem. A sociedade antiga era dura, terrìvelmente cruel. Para Séneca, a misericórdia será «um vício do coração»; para Marco Aurélio, uma fraqueza. «Para quê dar esmola? É prolongar, absolutamente em vão, o sofrimento do miserável», declara uma

personagem do teatro romano. Era normal odiarem-se os inimigos: «O riso mais agradável é aquele com que nos rimos dos nossos adversários!» repete Atenas a Ulisses, no *Ajax* de Sófocles. Ao escravo, excluído — até por definição — dos círculos em que os princípios humanitários podem ter algum papel, não se concede senão uma indiferença mal temperada pela ideia de que qualquer indivíduo pode cair na escravidão. E quando, nos antigos textos, se encontra algum tom de verdadeira piedade, a causa profunda desse facto em nada se parece com as da caridade cristã; é uma espécie de egoísmo invertido, ou de desânimo mais consciente: «Apesar de ser meu inimigo, lastimo-o — responde Ulisses à deusa — pois vejo o desgraçado amarrado a um mau destino. E, olhando para ele, penso, comigo mesmo: que somos nós, todos quantos vivemos? fantasmas e sombras vãs...»

O que existia de falaz na religião e nas filosofias, muitos dos antigos o haviam compreendido. A essa profunda insatisfação haviam procurado dar remédio as religiões orientais que tinham penetrado no paganismo greco-romano ([1]). E não pode negar-se que existem nesses vários cultos exóticos elementos mais ricos, espiritualmente mais elevados. A distância entre a divindade e o homem diminui; de certo modo, aqueles cultos satisfazem o anelo místico, e conhecem-se entre os sectários de Ísis, da Grande Deusa, de Adónis, manifestações de amor às suas divindades, a que não falta beleza. O homem torna-se o parente, o escravo, a coisa do deus; em segredo, entrega-se a ele. A fórmula do misticismo cristão ser-nos-á dada por São Paulo: «Já não sou eu que vivo, é o Cristo que vive em mim». E para se chegar a esta fusão em Deus, que será preciso, senão imitar Cristo, tornar-se inteiramente semelhante a ele? O esforço moral e o surto místico identificam-se. Nada de análogo existe nas religiões de mistérios. Nestes o verdadeiro fim, o objectivo primeiro, não é atingir Deus; muito imediato, muito pragmático, é o de encontrar a felicidade: e a iniciação garante esse resultado, sem que, necessàriamente,

---

([1]) Ver, atrás, o Capítulo III.

haja renovação interior. Neste ponto, ainda, a diferença é fundamental (1).

Vê-se, pois, em que plano se situa a oposição entre a mensagem do Evangelho e o paganismo. Da alma pagã, pode dizer-se — com o P.e Lagrange, ao resumir, num prefácio, os trabalhos do P.e Festugière — que ela «sentia a necessidade da luz e da força que encontraria no Evangelho, mas era incapaz de a formular». Entre Evangelho e paganismo houve, portanto, menos contradição que ultrapassagem, ou que resposta a uma angústia. Dos pagãos, uns não compreenderão, sequer, o sentido da mensagem de que Jesus é portador (por exemplo, Pôncio Pilatos parece nada ter compreendido); mas outros — o Centurião de Cafarnaum, por exemplo — ser-lhe-ão sensíveis logo que a ouçam. Em todo o caso, raros serão aqueles que, tendo profundamente penetrado a doutrina de Cristo, se declarem seus adversários, como aconteceu com Julião o Apóstata — o qual exclamou: «Li, compreendi, repudiei!» A oposição ao Cristianismo foi mais de ordem política do que de natureza teológica ou moral. E por tal contradição não ser, em última análise, senão ignorância, o paganismo desmoronar-se-á ràpidamente sob a luz do Evangelho.

Evangelho e Judaísmo: os laços visíveis

O caso é diferente com Israel. Não se detesta figadalmente senão aquilo que se conhece bem, aquilo a que nos

(1) Quase no momento em que o Cristianismo ia expandir-se no Império, gosava de grande voga certa doutrina filosófica: o neopitagorismo (ver, atrás, pág. 188). Era autènticamente um método de vida espiritual, um guia de devoção, um meio de atingir Deus. «Orar e sacrificar aos deuses», é o conselho que dará o sábio neopitagórico Apolónio de Tiana. A doutrina exige uma ascese rigorosa, o celibato, a abstinência prolongada, o silêncio. Ensina que é por um esforço moral que o ser humano pode regressar ao seu princípio — que é Deus. Mas a inferioridade do neopitagorismo em relação ao Cristianismo ressalta em muitos pontos. Concepção dualista, declara que a matéria é má, e que o corpo é uma nódoa; nega a vida. Por outro lado, no esforço moral que exige, não entra em conta com a fraquesa humana, e o seu herói pode dar bons conselhos, mas não é o consolador, o amigo, não é o Redentor.

sentimos ligados por algumas das nossas fibras. Os conflitos de família fazem os «nós de víboras», e é entre teólogos duma mesma religião que se sabe verdadeiramente o que é o ódio. Se os Judeus vão perseguir Jesus com uma infatigável pertinácia, é por o terem reconhecido como um dos deles, e saberem, portanto, avaliar melhor o que deles o separa.

Imaginemos um judeu que ouvisse Jesus Cristo; que impressão sentiria ao escutá-lo? O estilo oratório de Jesus nada tinha que pudesse surpreendê-lo. O tom lírico, esse jogo complexo de ritmos, de aliterações, de repetições—conhecia-os muito bem: são processos usuais dos grandes inspirados. Quando, por exemplo, no Sermão da Montanha, Jesus opõe as beatitudes dos pobres e desgraçados, às maldições que cairão sobre os ricos e os satisfeitos com a vida (*Lucas*, VI), qualquer Judeu instruído se lembrará de numerosos textos da Bíblia onde se encontram antíteses análogas. Não exclamou Moisés: «Maldita seja Canã! ela será escrava dos escravos dos seus irmãos! Abençoa, ó Eterno, a tenda de Sem e que Jafé seja aumentado!» (*Génesis*, IX, 25, 26)? E Jeremias não clamou: «Maldito o homem que confia no homem, que se apoia no ser criado, e cujo coração se desvia de Deus! Bendito o homem que confia no Eterno, o homem para quem Deus é toda a esperança!» (*Jeremias*, XVII, 5)?

As próprias parábolas que são, talvez, aquilo que mais original nos parece no estilo de Jesus, não deixariam de soar familiarmente aos ouvidos dum Judeu. Mesmo o que elas têm, por vezes, de abrupto, de elíptico, de incompleto, agradava tanto ao génio do Oriente, quanto tal facto nos pode, a nós, embaraçar. A frase: «A que é semelhante?», com que começam tantos temas do Evangelho (p. ex. *Lucas*, XIII, 18; *Marcos*, IV, 30), era de uso constante em certas escolas de Rabis, muito especialmente na escola tanaíta donde há-de sair a *Mischna*. Na arte oratória hebraica o *mâschâl* é um dos elementos essenciais de todo o arsenal usado para persuadir: muitos deles são imensamente retorcidos e fantásticos, a roçarem pelo absurdo (1)!

(1) Eis aqui um dos mais simples e mais belos. É de R. Johanan ben Zakkai, doutor contemporâneo da ruína de Jerusalém, em 70: «Isso faz

As palavras de Jesus estão cheias de citações do Antigo Testamento. Cita-o para lá ir buscar argumentos: por exemplo, para se justificar de ter dito que era filho de Deus, ou para ilibar os seus discípulos que esmagaram espigas num dia de sábado ([1]). Mais ainda que as citações, são as referências e as reminiscências que testemunham a longa intimidade dum espírito com um texto: há disso por toda a parte, duma ponta a outra do Evangelho.

Mas não era apenas pela forma que a doutrina de Cristo podia emocionar o seu ouvinte Judeu. Em muitos pontos também, a matéria podia satisfazê-lo. Aquilo a que Israel mais apreço dava, o seu princípio de povo eleito, Jesus não o contesta. Repetidas vezes proclama a vocação de Israel, a sua missão providencial. «A salvação vem dos Judeus» — disse ele à Samaritana, ideia essa que, mais tarde, São Paulo comentará assim: «Aos Israelitas pertencem a filiação, a glória, as alianças da Lei, o culto e as promessas» *(Rom.*, IX, 4).

Pelo que respeita às grandes realidades religiosas da fé

---

lembrar um rei que convidou os seus servidores para um festim, sem, todavia, lhes fixar a data. Os avisados vestiram-se bem e postaram-se à porta do palácio real. Mas os tolos entregaram-se às suas ocupações habituais, dizendo: É preciso tempo e trabalho, para preparar um festim! De repente, o rei chamou os servidores. Os avisados entraram devidamente ataviados; os tolos apareceram em trajos caseiros. O rei alegrou-se ao ver os avisados, mas irritou-se contra os tolos. — Os que estão bem vestidos, que se sentem, comam e bebam. Os outros, os que não se prepararam, que se conservem de pé e esperem!» É quase a parábola das Virgens sensatas e das Virgens loucas. Não se exclui a hipótese duma certa influência cristã.

(1) É preciso, entretanto, fazer esta prudente reserva que Monsenhor Batiffol resume assim: «Vários textos do Velho Testamento que se encontram inseridos na trama de tais discursos de Jesus... são menos citações feitas pelo próprio Jesus do que uma espécie de concordâncias instituídas pela mais antiga tradição». Quer dizer que nem sempre é certo ser Jesus quem citou as Escrituras; mas o evangelista pode, ao referir um dado ensinamento de Cristo, fazer uma aproximação com um texto que lhe tivesse vindo à ideia. Outro tanto sucede com os actos de Jesus, com os episódios da sua vida, a propósito dos quais tantas vezes os evangelistas julgam dever propor uma referência a qualquer texto antigo. Por exemplo, a propósito da fuga para o Egipto, São Mateus garante que ela se deu «a fim de que se realisasse o que o Senhor havia dito pela voz do seu Profeta: — Chamei o meu filho do Egipto» *(Mateus*, II, 15; a profecia encontra-se em Oseias, XI, 1).

judaica, a atitude de Jesus não foi nunca de repúdio e desprezo. Muito pelo contrário! À Lei, à venerada Torá, que o ínfimo dos Judeus adora como a um ser vivo, aquela que é chamada «filha mais velha de Deus», aquela a quem o Universo obedece e de quem o próprio Yahweh acata os mandamentos, — refere-se-lhe Jesus com respeito e admiração. «Não julgueis que vim abolir a Lei ou os Profetas: vim — não para os abolir, mas para os cumprir. Porque, em verdade vos digo, enquanto não acabarem o céu e a terra, nem uma só linha da Lei desaparecerá. Aquele, pois, que violar o mais insignificante dos seus mandamentos e der aos homens esse exemplo, será o último no reino dos céus: mas o que os praticar e ensinar, será grande no reino dos céus» (*Mateus*, v, 17, 19). Tais palavras eram gratas ao coração dum filho de Israel. Jesus não proclama apenas a excelência da Lei, mas, com muito rigor, observa diversos dos seus preceitos basilares. Não o vemos celebrar a Páscoa, com fervor? Um *logion* citado por Clemente de Alexandria, faz-lhe mesmo dizer: «Se não jejuardes quanto ao mundo, não encontrareis o reino de Deus; e se não guardardes o Sábado, não conseguireis ver o Pai!»

O mandamento que Jesus proclama como sendo «o primeiro de todos», qual é, senão aquele que Israel colocou no frontão da sua história? «Amar a Deus sobre todas as coisas». E o Deus que Jesus venera é, pelo menos em grande parte das suas características, o mesmo que, desde Abraão, Israel venerou sempre: o Todo Poderoso, o Único, Aquele do qual o céu é trono, e a terra escabelo para os pés. É o Rei, é o Juiz, é o Santo e é o modelo: «Sede santos, pois que eu sou santo!» disse o Yahweh da Bíblia (*Levítico*, XI, 44; XIX, 2; XX, 26; XXI, 6), e Cristo, como um eco, repete: «Sede perfeitos como é perfeito o vosso Pai celeste!» (*Mateus*, v, 48). E se Jesus insiste, muito mais do que os Anciãos de Israel, sobre a Paternidade divina; se introduz, nas relações entre Deus e o homem, uma espécie de ternura, de confiança mais doce, não se pode dizer que os Judeus tenham ignorado esses sentimentos: levaram até bastante longe o orgulho de serem filhos de Yahweh; e, da confiança que nele depositaram, foi o seu sangue, por vezes, testemunho.

A moral que Jesus prega será capaz de desconcertar ou

ofender o seu auditório de Judeus? É-o tanto, como a sua Teologia. A doutrina cristã encontra-se na própria sequência das Escrituras. Não nos prendermos aos preceitos formais, tornar a moral cada vez mais interior, viva e real, não foi o que ensinaram os Profetas? «Abanar a cabeça como um junco, deitar-vos sobre a sacola ou sobre a cinza, é a isso que chamais jejum, é isso que julgais agradável a Deus! Não sabeis qual é o jejum que eu estimo? compartilhar o pão com o faminto, abrigar os pobres sem abrigo, vestir os nus, não nos recusarmos ao nosso irmão!» (*Isaías*, LVIII, 6, 7). «Rasgai os vossos corações, e não as vossas roupas!» (*Joel*, II, 12).

A própria essência da mensagem evangélica — a lei do amor — não tem raízes em Israel? Aquele passo de Isaías que acabamos de ler, não é um apelo aos sentimentos mais delicados? Muitas vezes, para acentuar a oposição entre o Evangelho e o Judaísmo, invocam-se a crueldade da antiga legislação hebraica, a lei de Talião e a ferocidade tranquila com que o Povo eleito se desembaraçou de quantos se lhe atravessaram no caminho. Mas isso é esquecer que uma outra corrente de pensamento tinha aberto caminho no decurso da longa tradição de Israel. A fórmula: «Amarás o próximo como a ti mesmo», data dos tempos de Moisés (*Levítico*, XIX, 17, 18). A regra de ouro de toda a moral humana, tal como a formulam São Lucas e São Mateus: «Tudo quanto quiserdes que os homens vos façam, fazei-o vós também» (*Mateus*, VII, 12; *Lucas*, VI, 31), representa, traduzida em forma positiva, o conselho negativo do velho Tobias: «Nunca faças a outrem, aquilo que não queiras que te façam» (*Tobias*, IV, 16), conselho que pode ser aproximado duma sentença de Rabi Hillel: «Aquilo que abominas, nunca o faças a ninguém». Há, sem dúvida, uma enorme diferença de espírito entre esta recomendação negativa e a afirmação de Jesus (e nessa diferença se manifesta o progresso sublime que Cristo imprime à moral), mas as duas frases são, de certo modo, cognatas.

Fazendo idêntica comparação noutros pontos da doutrina evangélica chegar-se-ia à mesma conclusão: por exemplo, pelo que respeita à ideia do «Reino de Deus», cujas primeiras fontes são, evidentemente, hebraicas. O que impressiona, não é o an-

tagonismo, mas sim a afinidade ([1]). Israel desempenhou, com efeito, o papel providencial de preparar o povo para a suprema revelação. De degrau em degrau, durante dois mil anos de história, esse pequeno povo soube aproximar-se, mais e mais, das grandes noções que o Evangelho proclamará duma forma definitiva. Melhor ainda, fez germinar em si próprio a imagem do Messias, do Salvador. No instante decisivo, poderá não querer reconhecer, na figura de Jesus, a representação viva da sua esperança: nem por isso é menos verdade que, tal esperança, foi Jesus quem a deu ao mundo. No Ofício do Sábado santo, após a quarta Profecia, a Igreja pede a Deus «que os povos da terra, em toda a sua plenitude, se tornem filhos de Abraão, constituídos na dignidade de Israel,

---

([1]) Mesmo a respeito daqueles que parecem incarnar o exclusivismo judaico mais estreito, e o literatismo mais estéril, Jesus está muito longe de ter tomado, sem contrapartida, qualquer atitude de crítica. No começo do célebre passo de São Mateus que contém um requisitório terrível contra os Escribas e os Fariseus, Jesus presta ostensivamente homenagem à doutrina deles. «Os Escribas e os Fariseus encontram-se sentados na cadeira de Moisés. Fazei e observai, portanto, tudo quanto eles vos dizem». O que, depois, Jesus critica, não são os preceitos dos Fariseus e dos Escribas, mas a distância que medeia entre o que pregam e o que fazem.

É neste ponto que se deve graduar o juízo que costumamos fazer desses Escribas e desses Fariseus que Jesus atacou com tanta violência. Não se nega que os primeiros cristãos tenham insistido, por sua própria conta, sobre o antagonismo entre a doutrina de Cristo e a dos Fariseus, por ser na seita farisaica que existiam os seus mais irredutíveis inimigos. O termo «fariseu» passou a ser insultuoso: isso será absolutamente merecido? Estará isso até na verdadeira linha evangélica? Ter-se-á reparado em que nem uma só vez Jesus citou o nome de qualquer desses hipócritas fariseus que ele denunciava? A sua caridade ultrapassa a nossa.

O farisaísmo foi, na história de Israel, um movimento de verdadeira piedade, de fé ardente, que muito contribuiu para a defesa do bastião espiritual. Que lhe tenha sucedido o que sempre acontece às doutrinas demasiado exigentes; que ele se tenha ossificado, fossilizado; que ele se haja transformado em qualquer coisa de arrebicado e enfezado, tais factos não impedem que o seu papel histórico seja digno de apreço. Além disso, Jesus nunca afirmou que todos os Fariseus fossem dignos de censura pelas suas acções, e ainda menos que o fossem todos os Escribas e Doutores, os quais não eram todos Fariseus, e nem todos procuravam «tornar mais alta a sebe da Lei». As críticas que ele formula contra certos membros da seita, tinham-nas já ouvido os Judeus contemporâneos. Eram bem conhecidas essas *lâminas cortantes*, esses *Fariseus tingidos!* Entre as sete espécies de Fari-

in Israeliticam dignitatem». Não é possível assinalar com maior exactidão o laço que prende o Cristianismo ao Povo Eleito de Deus.

Evangelho e Judaísmo: os elementos de oposição

Este laço não explica tudo; não é esta raiz a única que alimenta a árvore da Igreja. A revelação de Israel foi grande, mas incompleta. Os cristãos de todos os tempos afirmaram sempre com veemência que aquela revelação só se tornou total mediante Jesus. Vêem-se, num vitral de Chartres, os quatro grandes Profetas transportando quatro mancebos, que são os

---

seus que o Talmude distingue, ecumeram-se: o «Fariseu-Siquém» que se diz crente por interesse, como Siquém, que, em tempos idos, se fizera hebreu (*Génesis*, XXXIV); o «Fariseu-sangria», que provoca hemorragias nasais, à força de se atirar de encontro às paredes, para não ver as mulheres; o Fariseu do «dize-me onde me chama o meu dever, para que eu corra a cumpri-lo»; o Fariseu fúnebre, que anda sempre com o ar de quem vai a acompanhar o seu próprio enterro... E já vimos o ódio infatigável que nutriam, segundo o próprio testemunho do Talmude, as camadas inferiores da sociedade contra a seita farisaica, tão altiva e desdenhosa.

Nem por isso é menos verdade existir, na doutrina farisaica, um certo número de preceitos, que são como que a premunição do Evangelho. A frase de Renan: «Hillel foi o verdadeiro mestre de Jesus», é dum exagero extraordinário, e não há nada que prove a menor influência directa do célebre Rabi sobre o jovem Galileu de Nazaré. Porém, não pode negar-se a relação entre o Evangelho e o Farisaísmo, quando se ouve R. Johanan ben Zakkaï ensinar: «não é o contacto da morte que nos torna impuros; nem é a água que purifica», ou ainda: «a caridade está acima da Lei».

Mais tarde, mesmo, no II e III séculos da nossa era, Doutores Fariseus hão-de pronunciar sentenças singularmente consonantes com os ensinamentos evangélicos. «Aquele que dá, em segredo, a sua esmola, é maior que o nosso Mestre Moisés», dirá R. Eléazar, cerca de 270, e, num texto talmúdico, encontra-se isto: «Quem olhou uma mulher, com intenção adúltera, é como se tivesse tido, com ela, relações». Tratar-se-á duma influência do Evangelho, ou deveremos ver nestas fórmulas o resultado lógico do pensamento religioso e moral de Israel?

A quem se recordar da história judaica, não parecerá de todo inaceitável admitir que esta seita piedosa haja recebido, ela também, uma parte dos conhecimentos divinos, e feito progredir, um pouco, o mundo, em direcção a uma luz que só deveria ser total por intermédio de Jesus.

evangelistas. É um justo símbolo: a verdade nova assenta sobre a antiga, mas domina-a. «Se o Novo Testamento existe em potência no Antigo — dizia Santo Agostinho — é agora, por meio do Novo, que o Antigo toma o seu significado». *«Quod Moyses velat, Christi doctrina revelat»*, exclama Suger, o sábio abade, que foi ministro dos reis de França, Luís VI e Luís VII; fórmula que se encontra, sensìvelmente igual, numa estátua de São Paulo, em Santo Trófimo de Arles: «A lei de Moisés esconde o que o ensinamento de Paulo revela: os grãos que foram dados no Sinai, transformaram-se em farinha graças ao Apóstolo». Era a isso que a simbólica da nossa Idade Média chamava o «moinho místico»; vêmo-lo num capitel de Vezelay: Moisés, com um saco às costas, despeja, na tremonha, o trigo da primitiva Lei, mas, concluída a moega, a farinha é recolhida por São Paulo.

«A verdadeira raça de Israel, a Israel segundo o espírito, somos nós!» bradarão os Padres da Igreja. Os convertidos da gentilidade reivindicarão como avoengos os Patriarcas, os Profetas e os Reis. Por isso, fiel a esta tradição, escreve hoje Paul Claudel: «São esses os nossos verdadeiros antepassados, e não uns bárbaros quaisquer. Por enxertia, nós somos os filhos de Abraão, os herdeiros da Promissão Antiga. De nós é que se trata: raça eleita, diz São Pedro, sacerdócio real! Fomos nós quem saiu do Egipto, quem passou o Mar Vermelho e quem se bateu contra os Macabeus! A mensagem de Isaías, de Oseias, de Ezequiel e de Jeremias, é para nós tão viva e actual, como no dia em que brotou do coração e dos lábios desses grandes Inspirados. A História Santa, somos nós... A crónica do mundo inteiro veio ligar-se a ela» (¹).

Mas, então, que pensaria, esse imaginado ouvinte judeu, da pretensão que Jesus Cristo e seus acólitos tinham de ser os legítimos herdeiros, os autênticos mantenedores daquela revelação progressiva, de que o povo de Israel fora o primeiro instrumento usado pela Providência? Jesus declara: «Ensinaram-vos até hoje... Mas eu vos digo...» Com que direito pronuncia ele estas palavras? «Todos os Profetas e a Lei profetizaram até João...» (*Mateus*, XI, 13): dever-se-á, então,

(¹) Carta inédita dirigida ao autor, em 24 de Agosto de 1943.

entender que até ao Baptista, inclusive, o que havia era o antigo, o imperfeito conhecimento? «Não vim abolir a Lei, mas sim cumpri-la...» fórmula quase escandalosa para um Judeu piedoso! Haverá, por conseguinte, qualquer necessidade de ser aprofundada, de ser aperfeiçoada essa Lei em que residem todos os segredos de Deus? Não; a Lei não é o odre velho em que ninguém deitaria o vinho novo! Não; a Lei não é o tecido puído até ao fio, que se não pode remendar! Ao próprio princípio da *Revelação* cristã, tinha por conseguinte o espírito judaico razões para se opor, razões humanas, profundamente humanas: pois, qual é o homem que, sem oposição, renuncia àquilo em que sempre pensou e para que sempre viveu? No sentido mais enérgico do termo, a mensagem de Jesus pedia aos Judeus uma *conversão.*

Dificilmente aceitável em seus princípios, mais dificilmente o era essa mensagem no seu contexto. Consideremos a atitude de Jesus, em relação à Lei. Vimos que Jesus declara respeitá-la. Nada há nele daqueles inovadores que pretendem edificar tudo sobre tábua rasa; possui, em alto grau, a noção das almas e das suas fraquezas. Mas o menos subtil dos seus ouvintes deve compreender perfeitamente que, às fórmulas da Lei, ele não dá o mesmo sentido que lhes dão os Rabis. Para um Judeu, a Torá — entendida na sua acepção mais lata, isto é, englobando a enorme glosa que lhe tem sido acrescentada através dos séculos pelos Doutores, — é o máximo das exigências que o homem pode suportar: desde que se consiga pôr em prática todos os seus preceitos, pode-se estar certo da salvação. Para um cristão, o mandamento escrito constitui um mínimo: não é só a falta patente que é condenável, mas também a intenção, ainda a mais secreta. A atitude pública tem importância, evidentemente (pois «maldito seja aquele por via do qual o escândalo se produz»), mas, muita mais importância ainda têm os sentimentos, os desejos, os pensamentos, tudo o que não se revela aos olhos dos homens, mas que é visto por Deus.

Ao literatismo dogmático, opõe Jesus o espírito religioso. O que ele censura aos Fariseus não é apenas o «farisaísmo», no actual significado da palavra; não é apenas a sua hipocrisia, consequência de toda a sua atitude espiritual. O que

neles vê de mais grave é o legalismo estéril. Submetendo-se a preceitos minuciosos, afinal os fariseus permitem-se, na prática, muitas liberdades: é mais fácil trazer filactérios durante um dia inteiro, e não meter a mão nos bolsos durante o dia de Sábado, do que manter para com o próximo, em todas as circunstâncias, uma perfeita mansidão. A casuística dos Doutores acaba por falsear os próprios termos do problema espiritual. Uma mulher que fez saltitar o filho em cima dos joelhos, acaso violou o dia do Senhor? A impureza legal dum recipiente, comunicar-se-á à água que ele contém e poderá, através deste, subir até à fonte donde aquela água foi colhida? Os Fariseus podem discutir, com gravidade, semelhantes frioleiras. O que Jesus lhes disse, foi que a verdadeira religião era coisa bem diversa. «Vós pagais o dízimo da hortelã, do funcho e do cominho, mas desprezais os pontos mais importantes da Lei, a justiça, a misericórdia, a boa fé. Limpais o exterior da taça e do prato, enquanto que o interior está cheio de rapina e de intemperança» (*Mateus*, XXIII, 23, 26).

Quando ao preceito legal se opõe um princípio mais alto, de humanidade, de caridade, — a letra do texto é que, segundo Jesus, deve ceder o passo. Vimo-lo, por exemplo, realizar curas e milagres num dia de sábado. Aos olhos dos Judeus, isso constituia uma falta imperdoável. Todavia, Jesus nunca se permitiu a si mesmo nem jamais permitiu aos seus fiéis que violassem o sábado sem que estivesse em causa algum interesse nìtidamente superior. No *Codex Bezae* [1], que Teodoro de Bèze mandou para Cambridge, lê-se este versículo (em *Lucas*, VI, 4), não referido nos nossos textos habituais: «Naquele dia que era um sábado, vendo Jesus certa criatura a trabalhar, disse-lhe: «Homem, se sabes o que fazes, és bem-aventurado; se não sabes, és maldito transgressor da Lei!» No segundo caso, há a violação duma proibição legal, sem outro motivo que não seja o de satisfazer um capricho; no primeiro, há um motivo mais alto para proceder assim: mostra-se ter compreendido o significado daquela ultrapassagem espiritual pedida por Jesus.

Se queremos medir o abismo que separa do formalismo

---

(1) Ver a Introdução, pág. 23.

judaico a religião nova — a qual procura chegar ao íntimo da alma — bastará considerar certos apólogos que, na tradição rabínica, lembram um pouco os dos Evangelhos. Rabi Eléazar, por exemplo, ensinava: «Aquele que dá esmola em segredo, é maior que o nosso Pai Moisés»; imediatamente pensamos no preceito: «Quando deres esmola, que a tua mão direita ignore o que faz a esquerda...» Mas os Rabis, para firmarem a sentença em argumentos, invocavam este versículo dos *Provérbios* (xxi, 14): «A dádiva feita em segredo, apazigua a ira», e glosavam: por aquele modo, quem recebe o presente não é ferido no seu orgulho... Como, na boca de Jesus, as palavras assumem expressão diferente! O orgulho que se deve evitar, não de ferir mas de celebrar, é o do doador; o que se deve evitar é a satisfação exibicionista de praticar o bem...

Jesus, na parábola dos operários da undécima hora, para explicar o facto de os últimos a chegar terem recebido tanto como os que chegaram primeiro, invoca apenas o direito absoluto que Deus tem de salvar qualquer alma do abismo, de recompensar aqueles que lhe proclamaram o seu amor, ainda que só na hora derradeira. «Deus — há-de dizer São Paulo — faz misericórdia a quem ele quer fazer misericórdia» *(Rom.*, ix, 15). Encontra-se no Talmude uma parábola que, pela sua tessitura, se aproxima singularmente da do Evangelho: mas, aos operários da primeira hora que protestam contra o que supõem injustiça, o Mestre só responde: «O último que chegou fez mais em duas horas, do que vocês em todo o dia». Dum lado, o apelo ao poder do Espírito Santo; do outro, o charro juridismo.

A mensagem de Jesus procura tornar a religião mais interior, mais espiritual. Em que medida deveria tal facto provocar «contradição» da parte dos Judeus?

Pode considerar-se que, de certo modo, essa tendência estava na própria directriz do pensamento de Israel: no decorrer dos séculos, o esforço do Povo eleito fora constante no sentido de tornar a religião pessoal, em vez de ser colectiva, moral, em vez de puramente ritual. O Evangelho era a realização desse pensamento duas vezes milenário. Mas o amor fanático da letra, sobretudo, após o regresso do Exílio, constituia, para os Judeus, uma das bases da sua existência nacional. Por se terem

entrincheirado por detrás do «parapeito» da Torá é que os Judeus puderam resistir a todas as ameaças da idolatria. O que, entre eles, havia de excessivo, tinha nesse facto a sua explicação, e um Profeta que lhes garantia ser preciso exceder a Lei, e até violar por vezes os seus preceitos, não podia deixar de lhes ser suspeito.

Tanto mais que, por vários modos, Jesus os feria em pleno coração, no desejo de aprofundar, de dilatar a sua doutrina! A que estranhos resultados não conduzia a lei de amor declarada essencial pelo novo Profeta? Quanto a Deus, — o Todo Poderoso, o senhor tremendo e vingativo, esse ser misterioso, perdido em seus arcanos e cujo nome os Judeus dos últimos tempos já nem sequer ousavam pronunciar — queria Jesus definir, dum modo inteiramente novo, as relações entre ele e os homens. «Deus concebido imediatamente como Pai, eis toda a teologia de Jesus», escrevera Renan [1]. O Deus que ele prega é, antes de tudo, bondade e misericórdia; mesmo a sua justiça é temperada pela ternura; ele é aquele a quem devemos abandonar-nos, como os lírios do campo e os passaritos, é aquele que, precisamente por essa confiança, está misteriosamente perto do homem. Existem, é verdade, nas Santas Escrituras alguns antecedentes dessas noções, mas a diferença de tom é tal, que o Judeu crente, habituado a prosternar-se numa reverência aterrorizada, pode supor, nestas fórmulas novas, alguns laivos de sacrilégio.

Mas há pior: esse Deus que é Pai, é-o da mesma forma, para todos os homens. O último dos pecadores tem direito à sua misericórdia. O seu sol esplende tanto «sobre os maus como sobre os bons». Também os pagãos se encontram não só sob o peso da sua terrível dextra (o que Israel sabe há longo tempo), mas ainda na irradiação do seu amor. Dir-se-ia até que Jesus insiste, intencionalmente, sobre as probabilidades de serem salvos os pagãos, essas ovelhas desgarradas,

(1) A fórmula «Pai Nosso que estás no céu» corresponde perfeitamente à evocação hebraica: *Adonai Schebaschamaïm*, mas sabe-se que, nos últimos tempos de Israel, a confiante familiaridade entre Deus e os homens, tão real no tempo dos Patriarcas, fora substituída por um respeito temeroso e gelado.

essas dracmas perdidas que Deus terá alegria em tornar a encontrar... Como esta misericórdia para com os pecadores está longe do espírito judaico! «Se fizeres o bem, aconselhava o *Eclesiástico* (XII, 1, 7), sabe a quem o fazes. Faze o bem ao homem crente, e receberás a devida recompensa, se não dele, pelo menos do Senhor. Os benefícios não são para o pecador endurecido, nem para quem não tem hábito de fazer o bem. Dá ao homem crente; não te preocupes com o pecador!»

Mas então aonde se será levado com semelhante doutrina? Ela pretende que se aceitem como irmãos homens que não crêem em Deus, que ignoram a Lei, homens «que são menos ainda que animais»! Na antiga Israel, o próximo, segundo a carne, era o irmão; e, segundo a fé, era aquele que acreditava em Yahweh, Deus do Sinai e Deus do Templo. Era aquele que o *Levítico* nos mandava amar como a nós mesmos, e não o ímpio, o renegado, ou o pagão. Um apólogo como o do Bom Samaritano era quase intolerável para uma alma judaica: pois quê! então, nenhum dos fiéis do verdadeiro Deus invocado nesta narrativa fora considerado digno de louvor, enquanto que um herético, um indivíduo de sangue misturado, era proposto como exemplo!...

Não se diga, aliás, que não existisse um certo universalismo judaico. Já não se acreditava, como antigamente, que Yahweh fosse apenas o Deus das doze tribos; muitos textos sagrados tinham dito expressamente que todos os povos conheceriam o Deus Uno (*Salmos*, XXII, 28; XLVII, 8; *Jeremias*, XXXI, 34). É, mesmo, uma das glórias de Israel, haver alcançado tal noção. Mas, na prática, esse povo não concebia que se pudesse chegar a Deus de outra maneira que não fosse pelos ritos e métodos próprios de Israel. Nas sinagogas da *diáspora*, vimos pagãos ingressarem nas comunidades judaicas ([1]); mas a esses prosélitos obrigavam-nos a fazerem-se Judeus, a aceitarem todas as obrigações minuciosas da Lei, a circuncisão inclusive, sem o que ficariam sendo crentes de segunda categoria. Que grande transformação se operará no momento em que o Cristianismo declarar, pela boca de São Paulo: «Já não há Gregos, nem Judeus»!

---

(1) Ver atrás, págs. 186 e 304.

A mensagem de Jesus rompia, por conseguinte, com o exclusivismo judaico pela forma mais absoluta. E, ao mesmo tempo, fazia desabar todas as noções tradicionais: como é que o *kahal*, por exemplo, — a comunidade de fiéis associados por todo um complexo de interesses, espirituais e materiais, morais e históricos, — poderia reconhecer-se a si mesma na *Igreja*, união de todos aqueles que, independentemente de qualquer consideração de interesses, mesmo elevados, comparticipam da graça divina e praticam as virtudes de Jesus? Todavia a comunidade era a própria realidade de Israel, a sua base inabalável...

Mais grave ainda: a missão do Povo eleito — essa preferência que Deus lhe concedera ao longo dos séculos, — em que se transformava ela, à luz duma doutrina que aceitava a comparticipação dos estrangeiros nas promessas divinas e lhes permitia aspirar ao Reino dos Céus? Era a própria razão de ser do Povo eleito, que Jesus punha, ou, pelo menos, parecia pôr em causa.

É justo acrescentar que tal exclusivismo não tinha apenas razões inferiores. Não era apenas um orgulho insuportável que o ditava a Israel, e se, muitas vezes, muitíssimas vezes mesmo, só a vaidade formava a ossatura desse pensamento indomável, entre os melhores havia coisa diferente: a certeza de que abrigavam em si valores que ultrapassavam, em importância, a própria existência da nação judaica e de serem os únicos depositários duma verdade única. Seriam indispensáveis uma inteligência sobre-humana e um poder de abnegação pouco comum a esses homens, há tanto tempo agarrados às suas exaltadoras certezas, para compreenderem que a sua missão tinha acabado, e que o único modo de poderem cumprir totalmente a Revelação, de que eram depositários, consistia em sacrificarem-se. Alguns deles, algumas almas puras e humildes, deram esse passo difícil — apóstolos e primeiros discípulos, a quem a graça divina abriu os olhos. Os outros, a grande maioria, permaneceram cegos, e, decerto, deveriam pensar que o promotor duma doutrina tão blasfema não merecia senão a morte e que, para o derrubar, todos os meios serviam. Cegueira trágica que muitos artistas de nossa Idade Média evocaram, quando, em tríptico,

representaram, de cada lado de Cristo, a Igreja e a Sinagoga, esta com uma venda nos olhos.

Um único facto teria podido arrancar aos Judeus essa venda: seria o de terem reconhecido Jesus como o Messias, o enviado especial cuja vinda lhes enchia as almas de esperança. Porém, conforme sabemos ([1]), a grande ideia messiânica tomara características tais, que já não se apresentava senão sob o aspecto duma única imagem: a do Rei glorioso, do chefe vencedor que restituiria às tribos a sua independência e lhes permitiria tirar dos inimigos a desforra há longo tempo esperada. A outra imagem, a verdadeira, a do Messias sofredor, da humilde vítima cujo destino de sacrifício deveria constituir a verdadeira vitória, essa era relegada ao esquecimento, em que todo o orgulho judaico se esforçava por mantê-la. E aí surge um dos aspectos mais empolgantes do drama que se prepara: quanto mais miserável, humilhado e prostrado estiver Jesus, tanto mais profundo será o ódio dos Judeus contra ele, pois que a sua pretensão de ser Messias lhes parecerá um insulto à imagem exaltante que lhes alimenta a esperança. *Ecce homo!* gritar-lhes-á Pilatos, ao mostrar-lhes Jesus, desfigurado pelas pancadas, coberto de sangue e de escarros; e ficará esperando um movimento de compaixão. Mas os Judeus ulularão: «À morte! à morte!»

Mistério do destino de Israel! São precisamente as atitudes assumidas por esse povo durante séculos para salvar a mensagem que lhe fora confiada, que ditarão a Israel, a respeito de Jesus, esse repúdio dramático. Aquilo que permitirá a Israel ser, durante dois mil anos, testemunha da Revelação, há-de fazer com que, para esse povo, tal revelação nunca se complete. Seria quase inconcebível que ele — o povo dum Livro — tendo vivido ao abrigo da letra, aderisse de repente à religião do coração e aceitasse acreditar que «a letra mata e o espírito vivifica». E mais inconcebível seria ainda que, tendo sido o orgulho nacional a sua melhor arma, entrasse, de súbito, na doutrina da humildade e do amor universal. Mas, ainda nesse ponto, o seu trágico papel não terá sido também providencial? Apenas uma explicação transcendente pode ser for-

---

([1]) Ver, atrás, págs. 99 e seguintes.

mulada para tal mistério: é que sem aquele repúdio, a mensagem de Jesus não se teria concluído, pois não incluiria este novo mistério dele resultante: a Redenção pelo sangue.

O último sinal de contradição

Tudo isto, todas estas causa de profunda contradição à sua mensagem, a oposição irredutível dos Judeus à sua pessoa, e o significado do drama para o qual caminhava — tudo isso era conhecido de Jesus. Ao ler-se o Evangelho, impõe-se-nos ao espírito a certeza de que, enquanto os homens, em volta de Cristo, urdiam dia a dia as suas intrigas e, medíocres, obedeciam às suas paixões, Cristo, por seu turno, obedecia a um plano que só ele conhecia.

Compreender-se-á melhor, de futuro, o carácter progressivo da sua prédica: as intenções do plano divino coincidiram com uma prudência humana. Não foi apenas para evitar inquietações às autoridades judaicas e romanas, nem apenas para impedir que os seus ouvintes se equivocassem totalmente a seu respeito, que o Messias se não revelou, logo duma vez, em toda a sua glória. Foi por ser preciso que «chegasse a sua hora», isto é, que a oposição à sua doutrina e à sua pessoa atingisse um grau de violência que tivesse, necessàriamente, de conduzir ao sangrento episódio com o qual tudo ficaria consumado. Se existiu um segredo messiânico (1) ao longo da vida de Cristo, foi apenas pela sua morte e ressurreição que

(1) Importa, pois, sublinhar que esta palavra «Segredo» não pode ter significado, salvo numa acepção muito geral; que não se trata, em nenhum grau, daquele esoterismo em que tantos fundadores de seitas pretenderam confinar as respectivas mensagens, e de que certos quiméricos espíritos afirmam descobrir rasto no Evangelho. O Cristianismo não é, em nada, uma religião de *iniciados*, nem uma seita. Nunca se pareceu com as comunidades dos Essénios, nem com os Pitagóricos, nem com esses agrupamentos de mistos que, em Eleusis, veneravam Demétrio, ou, um pouco por todas as partes do Império, adoravam Isis, Serápis ou Adónis. Embora mesmo parecesse reservar para os seus discípulos imediatos determinados elementos da sua doutrina, Jesus frisou claramente que tal reserva era provisória: «O que vos digo nas trevas, repeti-o vós na luz, e o que escutais nos vossos ouvidos, pregai-o de cima dos telhados» (*Mateus*, x, 27).

ele o revelou inteiramente. E, do mesmo passo, também se compreende melhor a identificação total que se nota entre as suas palavras e o seu ser: Jesus não é apenas um homem que põe em franca concordância os actos e as palavras, e cuja existência constitui, inteiramente, compromisso e testemunho: ele é o verbo de Deus feito carne que se ofereceu como vítima de expiação. Enumeradas as principais causas de oposição que parecem explicar o drama do Calvário, — é como se nada se tivesse dito ainda, pois existe uma causa mais essencial, rigorosamente impenetrável: o Mistério da Redenção.

A hora de Jesus chegara e, de futuro, vão precipitar-se os acontecimentos que, cortando a sua carreira humana, darão à sua mensagem a conclusão necessária. Mas essa conclusão será tão evidente que persuada os homens a aceitarem a doutrina pela qual ele terá vertido o seu sangue? Isso não será tão simples. Haverá criaturas, cada vez em maior número, que, no decorrer dos séculos, reconhecerão no Messias supliciado a imagem da sua esperança, e aos quais o espectáculo da tortura de Jesus abrirá os olhos para a luz. Mas, com muitos outros, esse mesmo suplício completará o que lhes tinha parecido intolerável neste ensinamento, inaceitável neste destino.

Do Deus feito homem e morto sobre a Cruz, dirá São Paulo: «Escândalo para os Judeus e loucura para os Gentios» (I *Cor.*, I, 23, 24). Para um Grego, a ideia dum homem que era, simultâneamente, um Deus, tinha qualquer coisa de tão inadmissível, que a razão de modo nenhum a podia compreender: era um caso de *hybris*, de exagêro, de mania das grandezas. E quanto a admitir que um Deus aceitasse voluntàriamente a morte, isso era supor uma contradição nos termos, completamente absurda, porquanto a própria essência da divindade era ser imortal.

Para os Judeus, a ideia da Incarnação era já escandalosa, ultrajante da transcendência do Deus Uno, suspeita de antropomorfia. Mas a Redenção consideram-na ainda muito mais escandalosa. O sacrifício sangrento que redime e que resgata, era o das reses sob o cutelo dos sacerdotes, era, em rigor, o duma carne humana oferecida em holocausto — tal como Isaac ou a filha de Jefté — ao poder terrível de Yahweh: mas Deus oferecendo-se a Deus, Deus fazendo-se vítima,

que atentado à noção de Deus! E se pretendiam que a vítima era o Messias, que intolerável ultrage ao vingador de Israel, ao rei da glória, imaginá-lo aceitando uma morte de escravo, entregando o seu corpo torturado aos braços da cruz ignominiosa!

É isto, esta humilhação do espírito perante a *loucura* e o *escândalo* de Cristo, que o Cristianismo haverá de impor ao mundo. Mas, já que tudo aquilo a que a natureza humana estava acostumada, tem de ser literalmente transformado — *metanoette!* transformai-vos! — então, que o que é loucura se transforme em sabedoria, e o que é escandaloso se torne digno de amor e de respeito! Testemunho supremo da mensagem de Jesus, — a cruz será também o mais decisivo dos «sinais de contradição».

CAPITULO NONO

DERRADEIROS DIAS

A «Semana Santa»

A liturgia da Igreja católica não tem — durante todo o ciclo em que, para ela, o ano desenrola os seus símbolos e fastos, — semana mais opulenta de beleza, mais pletórica de significado, do que essa em que se comemoram os últimos dias vividos por Jesus sobre a terra: a «Semana Santa»! Não há cristão em quem estas palavras não despertem a recordação de festas cheias de contrastes, nas quais a alegria alterna com a dor, e em que, — sucessivamente repletas de hinos floridos e de silêncio, — basílicas, catedrais e humildes naves de paróquias rurais, se transformam em teatro duma tragédia, incessantemente recomeçada. A semana inicia-se com o cheiro fresco dos ramos recém-cortados, buxos bentos das campinas francesas, ou, noutras regiões, palmas e pequenos ramos de oliveira. Mal acabado o *Gloria laus*, eco dos *Hosanas* de Israel, eis que ela mergulha no ofício nocturno em que as estiradas *leituras* dos Profetas, e o canto alternado dos salmos, recordam simultâneamente o drama que se aproxima e as promessas tantas vezes seculares das quais o grande drama será o epílogo. A quinta-feira santa, com os seus perfumados «sepulcros», parece interromper com um sorriso a subida para o calvário: mas na hóstia, escondida entre luzes e flores, é a própria carne da vítima que um povo ajoelhado venera. Chega, por fim, a noite, os sinos emudecem, e só se ouve o palmilhar lúgubre da turba na Via-Sacra: estátuas veladas, tabernáculo vazio, o próprio templo parece compartilhar do luto do povo,

até à hora em que retine, com a alvorada do dia milagroso, o grito radiante da esperança: «Cristo ressuscitou»!

Esta alternativa de sombra e de sobrenatural claridade, ou antes esta presença simultânea da dor e da alegria, corresponde absolutamente à impressão que oferecem — segundo o relato que deles se lê nos Evangelhos — os últimos dias de Jesus. Na sombra, na intriga e no ódio, trama-se definitivamente a conjura, que supõe vir a triunfar de Jesus. Ele bem o sabe, mas não pensa sequer em evitar, pela fuga, aqueles que, matando-o, hão-de demonstrar o seu próprio aviltamento. Aproxima-se a hora de Jesus, a hora das trevas, em que, do sangrento mistério, nascerá a redenção da humanidade. Não o abandona a serenidade que sempre conservou. Nesses últimos momentos, ainda pronuncia algumas das suas sentenças mais profundas; mas, como homem que é, perturba-se, por vezes: a sua juventude e a sua carne reagem em face daquela morte que Deus exige nele. É essa a semana de duas grandes manifestações religiosas: da aclamação popular, e da instituição do sacramento, — mas é também aquela em que ressoa a frase decisiva: «Se o grão não morrer...», ou seja a semana da agonia, do abandono e da Cruz.

Instalado, ora em Betânia, ora no Monte das Oliveiras, dois lugares cuja proximidade de Jerusalém tornava fáceis as visitas à cidade, Jesus já não se esconde. As caravanas de piedosos Judeus, que sobem do Jordão, supõem ir assistir a uma Páscoa como as outras, e qualquer agitador crucificado à beira das muralhas não constituirá, de modo algum, espectáculo invulgar. Mas, nesta coincidência entre a festa que comemora a libertação do Povo eleito e o sacrifício do Messias, há, evidentemente, alguma coisa mais que uma questão de mero acaso: ainda ontem Jesus se retirava para Efraim, com o propósito de escapar aos inimigos; agora, já se entrega. Não se pode pôr em dúvida que os acontecimentos resultam duma evidentíssima intenção.

Esta concordância entre a festa dos Judeus e a morte de Jesus faculta à História um esclarecimento precioso. É um dos elementos mais interessantes da cronologia de Cristo. Registaram os quatro evangelistas que Jesus morreu numa sexta-feira (*Mateus*, XXVII, 62; *Marcos*, XV, 42; *Lucas* XXIII, 54; *João*,

XIX, 31). Se aceitarmos o que nos diz o quarto Evangelho, cujas referências cronológicas são as mais concretas ([1]), temos de admitir que a morte se verificou no mesmo dia em que devia ser comida a Páscoa (*João*, XVIII, 28), ou seja, segundo o calendário litúrgico dos Judeus, a 14 do Nisã. Ora a coincidência entre uma sexta-feira e a Páscoa não se deu, durante a vida de Jesus, senão a 11 de Abril de 27, a 7 de Abril de 30, e a 4 de Abril de 33. O cotejo deste dado com as indicações registadas a propósito do nascimento e do ministério público de Jesus ([1]), leva a escolher a segunda das datas referidas ([2]). A «Semana Santa» começou, por conseguinte, no domingo, 2 de Abril do ano 30, e foi na sexta-feira, dia 7, que num cabeço escalvado, às portas de Jerusalém, Jesus foi pregado na cruz ([3]).

([1]) Sobre o acordo entre os sinópticos e São João, ver adiante, neste capítulo, o parágrafo «*A refeição de Quinta-feira Santa*».

([1]) Ver as págs. 132 e 228.

([2]) Atendendo a que os Judeus contavam os dias desde um ocaso a outro ocaso, podemos organizar o quadro seguinte:

Domingo, 2 de Abril, até ao pôr do sol, 9 de Nisã: Entrada dos Ramos;
Depois do pôr do sol, 10 de Nisã.
Segunda-feira, 3 de Abril, até ao pôr do sol, 10 de Nisã;
Depois do pôr do do sol, 11 de Nisã.
Terça-feira, 4 de Abril, até ao pôr do sol, 11 de Nisã;
Depois do pôr do sol, 12 de Nisã.
Quarta-feira, 5 de Abril, até ao pôr do sol, 12 de Nisã;
Depois do pôr do sol, 13 de Nisã.
Quinta-feira, 6 de Abril, até ao pôr do sol, 13 de Nisã: Começa a Ceia;
Depois do pôr do sol, 14 de Nisã.
Sexta-feira, 7 de Abril, até ao pôr do sol, 14 de Nisã: Morte de Cristo;
Depois do pôr do sol, 15 de Nisã: Páscoa dos Fariseus.

([3]) Sabe-se que a festa da Páscoa, — em vez de ser fixa, como entre os Judeus — é móvel, entre os Cristãos. A razão provém do facto de serem lunares os meses israelitas e os nossos não o serem. Fixando a Páscoa no décimo quarto dia do primeiro mês (*Números*, XXVIII, 16) Moisés fizera-a coincidir com o plenilúnio do equinócio da Primavera, por ter sido nessa data que os Hebreus partiram do Egipto. Para mostrar — como se canta na sequência da *Lauda Sion* — que «a nova Páscoa põe fim à Páscoa antiga, tal como o dia dissipa a noite», a Igreja resolveu que a sua festa havia também de coincidir com o plenilúnio pascal. Mas, querendo celebrar a um domingo a Ressurreição de Cristo que, na verdade, teve lugar nesse dia, resolveu no concílio de Niceia, que tal domingo seria, em cada ano, o que

Razões de Estado

Nos últimos dias de Março, a situação tornou-se, de repente, extremamente grave para Cristo. Ao acercar-se de Jerusalém, ele elevara ao auge a inquietação dos que, guardadores zelosos dos ritos e da ordem pública, odiavam nele simultâneamente o Profeta e o agitador. A ressurreição de Lázaro, que fizera ir para Jesus um grande número de Judeus, decidiu aqueles a actuar. Os Fariseus avisaram as autoridades do Templo. Os Pontífices assustaram-se. Houve uma reunião para deliberarem sobre o caso.

O Evangelho descreve muitos desses conciliábulos sem carácter oficial, que o P.e Lagrange compara com as «reuniões de grupos no Parlamento», cujas decisões, uma vez tomadas, têm infalìvelmente de prevalecer, visto representarem a vontade da maioria. São João (XI, 45, 53) descreve também um deles pormenorizadamente. Pretende a tradição que essa reunião se realizou numa casa de campo de Caifás, o Sumo Sacerdote, na colina situada a sul da cidade, para lá do vale sinistro da Geena, e que ainda hoje tem o nome de monte do Mau Conselho ([1]). Porém, nem todo o Sinédrio foi convocado para a dita reunião, dado que nem José de Arimateia, nem o bom do Nicodemos devem ter tomado parte nela. É lícito conjecturar-se que, dessa vez, as duas grandes famílias de pontífices, rivais, — a de Anás, com os cinco filhos e o genro, e a dos Boetos, representada pelos três filhos, — ali se encontrassem de acordo. Também lá estiveram alguns Doutores da Lei, os dos Fariseus que tinham ido então a Jerusalém; todavia, não lhes coube desempenhar os papéis primaciais: além disso, a partir da-

---

se seguisse ao plenilúnio do equinócio da Primavera, o qual se supôs cair a 21 de Março, como sucedeu em 325, ano em que se realizou esse Concílio. Se o plenilúnio tiver lugar antes do dia 21, é a lua seguinte que marcará a data da Páscoa, a qual pode, por conseguinte, variar de 22 de Março a 25 de Abril. Diversos métodos foram propostos para tornar a Páscoa fixa, mas, para o conseguir, será preciso renunciar, ou à coincidência com o plenilúnio, ou a que recaia num domingo.

([1]) Lembraremos que todos os nomes de lugares e monumentos citados no texto figuram na planta de Jerusalém, que vai no fim deste volume.

quele instante, eles dão a impressão de se apagarem diante da casta sacerdotal, pois, a bem dizer, desde que o caso de Jesus deixara de ser das suas atribuições transitara para o campo político e judicial. Rabi Eliazar ben Azarias declarava considerar sanguinário todo o tribunal que, num período de setenta anos, pronunciasse uma sentença de morte. Bem sabiam os Escribas farisaicos por que profundíssimas razões denunciavam Jesus aos poderes públicos; no entanto, não desejavam sujar as mãos...

«Que havemos de fazer? Este homem opera muitos milagres. Se o deixamos actuar, toda a gente acreditará nele, e os Romanos virão destruir não só a nossa cidade mas também a nação judaica». Deve fazer-se aos Pontífices de Israel a justiça de reconhecer que esse perigo nada tinha de ilusório. Inúmeras vezes já, certos exaltados, persuadindo o povo de que tinha soado a hora da libertação, haviam motivado sangrentas repressões; estava na memória de todos o caso de Simão, o revoltado, e das duas mil cruzes que Varo fizera levantar sobre os montes da Judeia. Quarenta anos mais tarde, uma derradeira tentativa provocará a catástrofe. Homens políticos, como na verdade eram os Sinedritas, não lhes era possível raciocinar de outra maneira, e mesmo os que teriam podido discernir a diferença que havia entre Jesus e tantos agitadores perigosos, tinham todo o interesse em estabelecer a confusão: os Fariseus calavam-se, mas haviam manobrado.

O medo é mau conselheiro dos agregados humanos. Caifás, o Sumo Sacerdote em exercício, levantou-se tendo por trás de si toda a tribo pontifical de Anás, sogro e cunhados, absolutamente preparada para o secundar: «Não compreendeis nada disto; não vedes quanto é do vosso interesse que apenas morra um homem pelo povo, e que a nação não pereça!» Não foi só no passado que as sociedades, no momento em que a Justiça perde a serenidade, invocaram os altos interesses das razões de Estado. Aqueles socerdotes, aqueles anciãos, todos sinceramente devotados à pátria, não supõem proceder mal ao perfilharem uma tal opinião. Ela tem qualquer coisa de lógico e até de absoluto, que um Goethe definiu assim: «Prefiro uma injustiça a uma desordem». Resta apenas saber se a injustiça, mesmo no caso de ser única e excepcional, não constitui uma

ameaça mais grave, por inocular um germe de morte em todo o corpo social. Há dois mil anos já que o dilema está em suspenso, mas desde Jesus até aos nossos dias tem aumentado extraordinàriamente o rol daqueles contra quem a razão de Estado é invocada.

No caso de Cristo, tratava-se duma coisa bem diferente, e São João notou-o com vigor. Caifás, falando daquele modo, não era senão uma voz profética. Fílon, naquela mesma época, afirmava constituir uma das prerrogativas do Sumo Sacerdote ser animado pelo espírito dos Profetas, e estar ligado, conforme se julgava, à posse do *éphod* sagrado; João Hircano, segundo Flávio Josefo, fizera profecias algumas vezes. Caifás, sem o saber, anunciava outro acontecimento bem diverso da detenção dum agitador vulgar. «Jesus devia morrer pela nação; e não apenas por ela, mas também para reunir num só corpo os filhos de Deus, até então dispersos». Estes ponderados políticos não passavam de meros instrumentos nas mãos do Todo Poderoso.

Reuniões semelhantes à primeira foram celebradas repetidas vezes. Pode calcular-se a atrapalhação das autoridades judaicas. A manobra exigia cuidado. Deveria prender-se o amotinador entre a multidão? Mas se daí resultassem algum motim e derramamento de sangue, que iria Roma dizer? Depois de efectuada a prisão e de os créditos do preso se encontrarem destruídos, então, sim, poderá dar-se um grande exemplo: o Talmude atribui a Rabi Aqiba esta sentença: «Matai os Doutores perniciosos nos dias das grandes peregrinações!», para que os espíritos se sintam mais impressionados. Antes disso, a astúcia era imprescindível. O caso foi discutido muitas vezes. Incidentalmente, observou-se que também seria vantajoso desfazerem-se de Lázaro, cuja presença era uma prova viva do poder sobrenatural de Jesus Cristo; seria conveniente matarem-no, mas com uma morte que, dessa vez, fosse definitiva (1)

(1) É neste ponto do Evangelho que se apoia a lenda provençal de Lázaro: a seguir à morte de Jesus, os Judeus tê-lo-iam embarcado, com as irmãs Maria e Marta, numa chalupa desprovida de remos, de velas e de leme. Após uma travessia verdadeiramente milagrosa, o trio teria aportado muito perto de Marselha, onde Lázaro, tornado patrono da cidade, viria a ser martirizado, trinta anos depois do desembarque.

(*João*, XII, 10, 11). Tateava-se, discutia-se ainda, quando o agitador, com audácia inacreditável, reapareceu em Jerusalém, zombando dos Escribas, Doutores, Anciãos e Sacerdotes, de todo o Sinédrio.

O domingo da entrada triunfal

A partir deste momento, torna-se indispensável seguir dia a dia, e quase que hora a hora, a marcha de Jesus para a decisão suprema. No domingo, 2 de Abril — imaginamos uma daquelas formosas manhãs de primavera da Judeia, em que, na transparência etérea dos cenários distantes; no ar vivo que perpassa cheio de perfumes vegetais; no gorgeio mil vezes repetido da toutinegra, a alma humana julga sentir a própria presença da divina Graça — uma numerosa multidão encaminhou-se, de madrugada, para a estrada de Betânia, a fim de ouvir Jesus. Não se falava senão dos seus milagres; dos cegos de Jericó, aos quais ele acabava de restituir a vista, e, sobretudo, de Lázaro, o morto já em decomposição, que ele restituira aos carinhos da família.

Já Jesus, por sua vez, se dirigia para Jerusalém. A vereda seguia pelo flanco leste do monte das Oliveiras, — cujo vértice o caminhante deixava à sua esquerda, — para atingir, depois de algumas voltas, uma espécie de planalto do qual a cidade se avistava, magnífica. De tanto fervor e de tanta curiosidade, resultou um cortejo. Algures, antes do desfiladeiro, ficava um povoado, cujas casas se alinhavam como debrum do atalho, e cujo nome era Bethphagé, «a casa dos figos», de localização, já hoje, sobremaneira duvidosa. É nessa altura que Jesus tem um gesto cujo alcance não foi logo compreendido pela turba, mas que nenhum dos evangelistas deixou de sublinhar (*Mateus*, XXI; *Marcos*, XI; *Lucas*, XIX, 29; *João*, XII, 14). Chamando dois discípulos, ordenou-lhes: «Ide ali, àquela aldeia, que fica mesmo em frente. Logo à entrada, encontrareis presa uma jumenta com uma cria; ninguém ainda as cavalgou. Soltai-as. Se alguém vos perguntar: — Que estais a fazer? Qual a razão por que soltais esses animais? — respondei: — O Senhor precisa deles. — Imediatamente, vo-los deixarão trazer».

Um jumento? Tratar-se-ia simplesmente de cansaço? Não parece, pois Jesus, em todo o Evangelho, se nos mostra vigoroso caminheiro. Quereria dar maior solenidade à sua entrada em Jerusalém? Por certo, ainda que semelhante montada nada tivesse de sumptuoso. Embora se diga que o asno do Oriente, mais vigoroso que o das nossas longitudes e em nada semelhante aos míseros burricos argelinos, era um animal respeitável, mesmo para as pessoas distintas, conforme se verifica, por exemplo, na história dos Juízes (x, 4; xii, 14) e na aventura de Absalão, o qual, quando morreu, ia em cima dum asno ou duma mula; por mais que se cite Homero, ao classificar Ájax, de «magnífico como um burro», nem por isso deixaria um cavaleiro romano, domando com punho firme a sua montada, de contemplar com piedade aquele condutor de multidões, sentado numa azêmola!

Tal escolha denunciava intenções mais secretas. Em toda a história santa do Velho Testamento, o burro é o símbolo da paz, da vida modesta e doce, do mesmo modo que o cavalo o é da guerra, do luxo e das rapinas. Muitas vezes os Profetas censuraram os Reis por demasiadamente gostarem da cavalaria. Jesus é rei, porém pacífico. Esta nota precisa: «um burrito ainda não montado por ninguém», indica nitidamente o carácter religioso da escolha: todos os Antigos acreditavam que qualquer animal ou objecto que já houvesse servido a fins profanos, ficava menos qualificado para usos sagrados (*Números*, xix, 2; *Deut.*, xv, 19; xxi, 3; i *Sam.*, vi, 7). E, sobretudo, pode ler-se, em Zacarias, este versículo que, sem dúvida, Jesus teria em mente: «Eis que chega o teu rei, cheio de bondade, montado num burro, num burrico, na cria duma burra» (ix, 9). É portanto, um sinal messiânico que ele quer dar, escolhendo aquela montada tão humilde: o triunfo que a si mesmo prepara é o do rei anunciado pelos Profetas, e que, naquele dia em que tudo começa a definir-se, ele pretende manifestar pùblicamente.

Triunfo humilde, com certeza, e bem diferente dos que em Roma costumavam celebrar-se — o vencedor sobre a quadriga, as legiões sem fim, e os vencidos acorrentados, encerrando o desfile. Fra Angélico apreendeu magistralmente aquela simplicidade absoluta e aquela doçura majestosa. Espontânea-

mente, fiéis e curiosos dispuseram-se em cortejo. «Alguns cortavam ramos para, com eles, juncarem o caminho; outros agitavam no ar enormes palmas. Muitos deles estendiam os mantos na passagem, e todos os discípulos, transportados por uma alegria sem limites, puseram-se a cantar, a plenos pulmões, louvores a Deus: — Hosana! Bendito seja o que vem em nome do Senhor, Rei de Israel! Bendito seja o reino do nosso pai David, que vai principiar! Bendito seja o filho de David!» Humildes ervas da Judeia, verdes e pujantes em Abril, impregnadas de perfumes; raminhos de oliveira, a árvore da paz; palmas que a vitória exige para ser celebrada condignamente — em tudo isso vê a Igreja o símbolo daquelas boas obras que é necessário levar à presença de Jesus, e lançar-lhe aos pés (*Oração* da bênção dos Ramos). O costume de estender peças de vestuário sob os pés daqueles a quem queremos distinguir, é vulgar no Oriente: muitos dos contos das *Mil e uma noites* aludem a tal prática, e um cônsul inglês, em Damasco, há cerca de cem anos, contou que, passando por Bethléem, viu vir ao seu encontro algumas centenas de homens e mulheres que, repentinamente, estenderam as suas roupas no chão, diante do cavalo que ele montava, suplicando-lhe que intercedesse em favor deles, junto do vice-rei do Egipto, cuja cólera haviam concitado devido a um movimento sedicioso.

Os Fariseus, que tinham espiões por toda a parte, foram logo prevenidos. Esperava-se que Jesus fosse pela Páscoa a Jerusalém, mas contava-se que o fizesse discretamente, como nas visitas anteriores. E eis que, afinal, ele aí estava a chegar como triunfador, assumindo ostensivamente o papel messiânico do Rei da glória. «Mestre — disseram-lhe, furiosos — manda calar os teus devotos! — Declaro-vos — respondeu-lhes Jesus — que se eles se calarem, as próprias pedras clamarão» (*Lucas*, apenas, XIX, 39, 40).

No alto da subida, no sítio onde, por uma ravina muito larga, a estrada desemboca na vertente ocidental que desce abruptamente, Jesus parou. Tinha na frente, estendida a seus pés, a cidade, verdadeiramente majestosa. Não existe melhor local para a apreciar, do que aquele, nos flancos do monte das Oliveiras; situada num plano inclinado, em declive de oeste para leste, dir-se-ia que ela se dispôs assim para se dar em

espectáculo, maciça e abrupta, do lado de lá da ravina do Cédron. Naquele tempo ela não era como a vemos presentemente. Rodeada de muralhas ameadas, vermelhas e cor de malva, que fazem lembrar as de Provins, ela é hoje uma cidade medieval em que o capricho da História colocou uma cúpula perfeita, um zimbório dum azul delicado, em recordação do Califa Omar, e semeou, à sorte, na poalha arruivada das casas à maneira dos Francos, os pistilos esbranquiçados dos minaretes do Islam. No tempo de Jesus, deveria, porém, oferecer um aspecto bastante mais imponente. Ela era, como hoje, uma cidade de pedra, em que só o reino mineral impõe a sua lei, e de cujo aspecto Chateaubriand dizia sugerir monumentos confusos dum cemitério, perdidos numa paisagem de deserto. Mas, naquele tempo, como resplandecia essa milenária capital que Herodes, o magnificente tirano, acabava de vestir com roupagens completamente novas! Eram brancos os blocos que formavam a base dos muros ciclópicos; o oiro escorria pela fachada do Templo que Jesus tinha mesmo na frente de seus olhos. A imensa mole do Santuário, no centro da paisagem, apresentava os seus átrios, as suas cercas e as suas torres, numa sobreposição quase simbólica. À direita ficava a *Antónia*, caserna da guarnição romana, — um quadrilátero impressionante. Por toda a parte se avistavam os sumptuosos palácios que os grandes sacerdotes e tetrarcas tinham mandado edificar; e, ao fundo, guardando as portas que deitavam para o mar, a Torre de David, — reconstruída sobre os próprios alicerces dos altos terraços onde o rei poeta cantara, outrora, ao Eterno, os seus Salmos, — erguia, até à altura aproximada de cinquenta metros, esse baluarte invencível, onde, quarenta anos depois, os últimos defensores de Israel haveriam de resistir às legiões de Tito.

Foram precisamente o panorama da cidade e a perspectiva dos perigos futuros, vislumbrados no íntimo da alma habitada pelo Espírito, que avolumaram em Jesus um pressentimento horrendo. Todas as suas recordações estavam ali: as da sua raça, as do seu povo. Os seus antepassados haviam reinado nesse lugar três vezes santo; dormiam, agora, no fundo do vale que se estendia para a esquerda, entre a profusão das sepulturas brancas e o negro tufo dos ciprestes. Do Templo,

único lugar do mundo onde o verdadeiro Deus devia ter sido adorado, bem sabia ele, melhor do que ninguém, o significado sobrenatural. Por que é que havia de ser preciso que tudo aquilo terminasse num trágico beco sem saída — e que a recusa e a cegueira tivessem de ser o resultado duma determinação da Providência? Um soluço subiu dentro dele, — na expressão forte do termo grego empregado por São Lucas. «Ah! Jerusalém, se ao menos neste dia, que te é oferecido, soubesses o que poderia trazer-te a paz! Porém, agora, estas coisas estão escondidas dos teus olhos... Dias hão-de vir em que os inimigos te cercarão de trincheiras, e investirão contra ti e te atacarão por todos os lados. Derrubar-te-ão, a ti e aos teus filhos: em todo o teu âmbito não deixarão pedra sobre pedra, pois não soubeste conhecer o tempo em que foste visitada!» (*Lucas*, apenas, XIX, 41, 44). Estranhas e misteriosas palavras; na ocasião, Jesus não as explicou.

É pela Porta Dourada que ele deve ter entrado na cidade. Os Cruzados taparam-na, e construíram nesse lugar uma capela: aquela era aberta no aniversário dos Ramos, e, montado num gerico, o Patriarca fazia por ali a sua solene entrada entre as aclamações da multidão, que, na sua frente, estendia mantos e folhagens. Essa porta é a mais próxima do Templo: Jesus subiu até lá. O espectáculo que viu foi precisamente igual àquele que, dois anos antes, o havia indignado (1): fé e negócios entendiam-se muito bem: pórticos transformados em lojas de cambistas, átrios em campos de feira, salas sagradas em mercearias; uma dissonância áspera, um rumor agudo, misturado com gritos de alimárias, erguia-se daqueles santos lugares. A mesma cólera de outrora excitou de novo o Messias, que, batendo para a direita e para a esquerda, varreu o caminho na sua frente; decididamente, a sua entrada na cidade não havia de passar despercebida (2)!

Este acto de força deve ter-se tornado fácil pela pre-

---

(1) Ver, atrás, págs. 221 e 222.

(2) É de supor que esta segunda manifestação feita no Templo e referida pelos Sinópticos (*Mateus*, XXI; *Marcos*, XI; *Lucas*, XIX), não seja a mesma que aquela outra a que, no seu Capítulo II, se refere São João.

sença, em volta de Jesus, de todo aquele cortejo que o acompanhava. De instante a instante, desde Bethphagé, a multidão por certo havia engrossado com o afluxo de inúmeras pessoas, aliás, nem todas convencidas, nem mesmo, pela certa, convertidas; em manifestações daquela espécie a curiosidade tem lugar importante. Mas o entusiasmo era patente. Vozes cristalinas de crianças aclamavam o Messias (*Mateus*, XXI, 15, 16). Os Fariseus, cada vez mais inquietos, diziam uns para os outros: «Bem vêdes que nada se ganha em tergiversar: todos correm para ele!» (*João*, XII, 19). Até pagãos, até Gentios, talvez mesmo prosélitos da Porta, «tementes a Deus» e conquistados para a fé monoteísta ([1]), pediram aos dois apóstolos — Filipe e André — que os apresentassem a Jesus (*João*, XII, 20, 26). Jesus era, realmente, o homem do dia.

Mas, no esplendor de toda aquela glória que o revela no próprio coração de Jerusalém, naquele instante em que o povo todo, reunido para a festa da Páscoa, pronuncia e repete o seu nome, Jesus não perde, um só momento, a consciência do destino que o espera e que ele deseja. Os dois discípulos citados foram dizer-lhe que se mostrasse àqueles Gregos que o reclamavam com uma curiosidade simpática. O Messias responde-lhes: «Vai soar a hora em que qualquer pessoa o verá glorificado!» E como, possìvelmente, tivesse lido na alma dos fiéis a impaciência, a sede ardente dos triunfos temporais, concretiza; repete, uma vez mais, qual será a verdadeira condição da sua glória.

«Sim, chegou a hora em que o Filho do homem deverá ser glorificado. Mas...

«Em verdade vos digo que se o grão de trigo caído na terra não morrer, continuará sendo único; mas se morrer, dará muito fruto.

«Aquele que ama a vida, perdê-la-á; e o que abomina

---

(1) A tradição lendária pretende que estes Gentios tenham sido mandados a Jesus pelo rei Abgar, de Edessa, a fim de lhe oferecerem um refúgio no seu pequeno principado. Agradecido, Cristo enviar-lhe-ia o seu retrato milagroso (ver, atrás, pág. 325). Porque teriam eles pedido a Jesus a entrevista? Talvez por ele se encontrar, nesse momento, no adro dos fiéis; estava estabelecida a pena de morte para os que, não sendo circuncisos, ousassem penetrar naquela parte reservada do Templo.

a existência neste mundo, conservá-la-á para a vida eterna» (*João*, XII, 24, 25).

Naquela hora em que os figurantes do cortejo — Judeus e pagãos conjuntamente — são a imagem antecipada das multidões da futura Igreja, Jesus mostra empenho em repetir quanto a ele vai custar essa nova humanidade. O mistério da Redenção ergue-se-lhe, sangrento, na ideia. Os seus fiéis ainda não compreenderam para que espécie de glória os reserva; não sabem o que significa, naquele jogo sobre-humano do ganha-perde, «abominar a existência neste mundo». Ele sabe-o, no entanto. E como é homem, totalmente homem, em face daquele futuro tão próximo e tão negro, apodera-se dele uma perturbação terrível e humana. Ocorre-nos pensar nas que sofreu por ocasião da Tentação, quando, no abandono de Djebel Qarantal, ele fazia frente ao inimigo. E ocorre-nos, sobretudo, recordar a grande perturbação da noite de quinta-feira, no Jardim de Gethsemani, a qual teria de ser muito pior. O texto de São João revela, em poucas linhas, todo esse dramático combate: «Agora a minha alma está turbada. Que dizer? Meu Pai, livra-me desta hora. Mas foi mesmo para isto que eu cheguei a esta hora...» (*João*, XII, 27). Nesse momento, fez-se ouvir um estrondo semelhante ao do trovão na Primavera. «Pai, glorifica o teu nome!», concluíra Jesus, num fervor de total submissão; e, do Céu, Deus respondeu.

Assim, aquele dia que começara na luz esplendorosa de triunfal manhã, vai encerrar-se em escura inquietação. A turba ouviu o ruído misterioso. Algumas pessoas supuseram que um Anjo tinha falado. «Não foi por amor de mim que ele falou, mas sim por amor de vós — continuou Jesus. — Chegou a hora do Juízo: vai ser expulso o Príncipe do Mundo. E quando o Filho do homem tiver sido arrebatado da terra, atrairá tudo para si!» O jogo atroz e premonitório de palavras não é compreendido. Mas a Lei diz que o Messias ficará eternamente: nesse caso, ele não pode anunciar que vai morrer. Arrebatado? Que quer ele dizer? O Filho do homem? Quem é ele, afinal de contas? (*João*, XII, 29, 35).

Por andarem atrás do Profeta desde manhã, alguns foram-se, pouco a pouco, sentindo cansados. Chegou a noite. Por volta das cinco e meia, começara a pôr-se o sol, e por detrás

das três Torres — Phazael, Maríame e Hippicus — que recordam os três seres que Herodes adorou, ficara o horizonte enrubescido para as bandas do ocidente. São já menos numerosos os que cercam Jesus, o qual permanece ainda num qualquer terraço do Templo. A vida tem de recomeçar e têm de ser retomadas as ocupações quotidianas. Sobre os montes fulvos do Moab, ao longe, esvaem-se os últimos raios de luz: «Luz que deve dissipar as trevas dos Povos!» (*Lucas*, II, 29, 32), profetizara Simeão, o santo velhinho, quando da Apresentação dum menino, no Templo. «A Luz não está convosco, senão por pouco tempo — disse Jesus, num último conselho. — Caminhai, enquanto tendes luz, não vão surpreender-vos as trevas. Aquele que caminha nas trevas não sabe para onde vai. Enquanto tendes luz, acreditai na luz! Sede filhos da luz!» (*João*, XII, 35, 36).

O Templo, a pouco e pouco, esvazia-se de fiéis. Os Sacerdotes regressam para procederem ao repasto de oblação: descalços, sobem os degraus dos átrios sagrados. A frescura chega, com a noite. Que pensariam os Doze que ficaram com o Mestre? Não era ainda nesse dia, com certeza, que, amotinando o povo, obrigariam Caifás a sagrar rei aquele Messias desconcertante! Atrás dele, tornaram a descer para a porta Dourada, e retomaram o caminho de Betânia.

Segunda-feira

No dia imediato, Jesus voltou à cidade. «Passava os dias a ensinar, no Templo. Os Príncipes dos Sacerdotes, os Escribas, as autoridades, só queriam arranjar um pretexto para o perder. Mas não sabiam como agir, porquanto o povo inteiro o escutava num arroubamento» (*Lucas*, XIX, 47).

Jerusalém oferecia, então, nesses dias de festa solene, um espectáculo de extremo movimento. Por todas as estradas, acorriam, em direcção ao altar do verdadeiro Deus, as piedosas caravanas de peregrinos. Em todas as casas se alojavam a monte os forasteiros, e, nos jardins das vizinhanças, nos planaltos e colinas, haviam surgido tendas por entre os olivais e os vinhedos. Antipas, chegado da Galileia, estava na cidade. Pôncio Pilatos, procurador de Roma, viera de Cesareia Marí-

tima: era seu hábito, durante a festa da Páscoa, instalar-se, pessoalmente, na Antónia, um pouco desconfiado, por certo, daquelas massas populares judaicas, tão propensas para se agitarem; a mulher, talvez por curiosidade, acompanhara-o. Nas ruas estreitas da capital, sobretudo no bairro em que ficava o Templo, — bairro ruidoso, movimentado, impregnado de um cheiro forte — o que dominava era a confusão judaica, da qual subia, por entre a vozearia dos indivíduos e os balidos de alguns duzentos mil cordeiros, o cântico dos *Salmos* sobre a ária da «Corça auroreal» ou da «Pomba dos terebintos longínquos».

A sucessão dos incidentes destes dias encontra-se muito bem marcada no Evangelho, sobretudo no de São Marcos, embora se não possa compreender por que motivo a maior parte dos factos estão acumulados no dia de terça-feira. Em todo o caso, os sucessos fundamentais são fáceis de ordenar. Jesus sai muito cedo do lugar onde passou a noite, — da casa amiga de Betânia (a de Marta e de Maria? a do leproso Simão?) ou da casa de campo, em Gethsemani, onde o havemos de ver na noite de quinta-feira santa. Chega ao Templo: os Judeus crentes já lá se encontram, a rezar, recitando, com os braços erguidos acima das cabeças, a ladainha das Dezoito Bênçãos. A multidão agrupa-se, pouco a pouco, em volta dele, a escutá-lo: e ele fala, sem cansar; todas as perguntas que lhe fazem, todos os incidentes que ocorrem, servem para ministrar o seu ensino.

Na manhã de segunda-feira, em plena estrada, sucedeu um desses incidentes, e bastante estranho. São Mateus e São Marcos relatam-no com uma leve variante. Jesus, tendo fome, «notou, de longe, uma figueira, coberta de folhagem. Aproximou-se, a fim de ver se, por acaso, não acharia alguns frutos. Mas encontrou apenas folhas. Então, disse à figueira: — Que de ti nunca ninguém coma fruto! que de ti nunca mais possa nascer fruto!» (*Mateus*, XXI, 18, 19; *Marcos*, XI, 12, 15). Estranha maldição: quanta tinta não custou ela já aos exegetas! Em primeiro lugar, será possível que uma figueira dê figos na Primavera? O assunto tem sido discutido: o tratado Schabbath do Talmude virá a falar de dois Rabis que comem figos frescos em Jerusalém, no dia seguinte ao da Páscoa, e o tratado Orla os há-de assinalar no Adar, ou seja em Março

ou em Abril. Poderia tratar-se, talvez, de alguma dessas figueiras bravas ou degeneradas que não produzem senão folhas. O problema parece resolvido por São Marcos, que explica: «Não se estava na época dos figos». Mas, então, que significa aquele anátema tão depressa verificado? Porque a figueira secou — naquele mesmo instante, segundo São Mateus — durante a noite, segundo São Marcos, o qual observa que os discípulos a encontraram morta na manhã imediata. É este o único exemplo, no Evangelho canónico (pois os Apócrifos apresentam vários outros semelhantes), do que podemos apelidar de «milagre por castigo». Aplica-se a uma árvore, o que é já extraordinário, e a uma digna figueira que não tinha que ter fruto, naquela precoce Primavera! A verdadeira lição é a que Jesus imediatamente evidencia: «Como pôde secar, tão de repente?», perguntam, espantados, os Apóstolos. Ele responde: «Em verdade vos digo: se tendes fé, se não dais guarida à dúvida, podereis fazer, não apenas o que foi feito àquela figueira, mas até, se disserdes àquela montanha: Arreda-te daí e deita-te ao mar, — isso acontecerá. Quanto pedirdes, com fé, na oração, tudo conseguireis» (*Mateus*, XXI, 21; *Marcos*, XI, 23). Mas, ao mesmo tempo, pode também admitir-se a interpretação profética. Vê-se, nesse episódio, um daqueles gestos simbólicos, por vezes estranhos, de que se serviram os grandes inspirados para anunciar qualquer trágico sucesso: por exemplo, Jeremias, comprando um vaso num oleiro e indo quebrá-lo com grande pompa (XIX); ou Ezequiel, rapando com uma espada, a barba e o cabelo (V). A figueira maldita é Israel, inteiramente coberta de folhas — observâncias legais, — mas estéril de verdadeiros frutos de amor, essa Israel a que, naquele mesmo dia, três parábolas se referirão claramente.

«Um homem tinha dois filhos; dirigindo-se ao mais velho, disse-lhe: — Filho, vai cavar a minha vinha. — Não posso, respondeu ele. Mas, arrependido, obedeceu. Ao outro, o pai solicitou a mesma coisa. — Lá vou, respondeu o mais novo. Mas não foi. Qual dos dois satisfez a vontade do Pai?» Bossuet, ao comentar este passo, tira dele uma verdadeira lição psicológica: «Os grandes crimes estão, por vezes, muito menos distantes da penitência do que a morna e ineficaz delicadeza». Jesus sabe perfeitamente o que, no coração do melhor cristão,

se oculta ainda de má vontade e de revolta; mas prefere mil vezes o pecador — o bom pecador que se arrepende — ao hipócrita que finge condescender, mas cuja alma se mantém na negativa. Ouve, Israel! «Os Publicanos e as cortezãs hão-de preceder-te no Reino de Deus...» (*Mateus*, XXI, 28, 32).

Parece que a recusa de Israel é uma obsessão no espírito de Jesus. Foi ela que o fez, na véspera, soluçar; é a ela que ele volta a todo o instante: dor sem limite, dum amor desiludido. No decurso daquele dia, de novo retoma a comparação com o vinhedo: podem, acaso, equivocar-se a respeito das suas intenções, esses Judeus que conhecem a Escritura? «A vinha de Yahweh, é a casa de Israel...», disse Isaías, numa passagem célebre (V, 7), a vinha da qual se esperava um vinho especial, mas que não deu senão vinho azedo. Àqueles vinhateiros, a quem o dono confia as suas melhores cepas, o seu lagar e a sua adega, e que, feita a vindima, não querem dar nada, espancam os criados que são mandados ter com eles e, por fim, assassinam o herdeiro, o filho querido do proprietário, — quem, de entre a assistência, não será capaz de os identificar? A alusão é mesmo tão clara que, ao terminar, quando Jesus diz que outros vinhateiros serão chamados para substituir os homicidas, irrompe um brado: «Deus tal não permita!» Mas Jesus insiste. «Fixa neles o olhar» — adivinha-se nesta conjuntura a terrível majestade do semblante — e, citando o Salmo (CXVIII, 22), exclama: «Nunca lestes na Escritura: — A pedra que os construtores desprezaram tornou-se a pedra angular do edifício? Eu vos declaro: o Reino de Deus vos há-de ser tirado e será dado a um povo que lhe colherá os frutos» (*Mateus*, XXI, 33, 46; *Marcos*, XII, 1, 12; *Lucas*, XX, 9, 19).

Dir-se-ia que tendo resolvido não esperar mais, Jesus provoca deliberadamente a opinião judaica, a fim de pôr os seus compatriotas em face de todas as suas responsabilidades. Que se recusem a assistir ao festim das bodas para que Deus os convida; que prefiram não faltar aos seus trabalhos nem aos seus negócios; que alguns deles matem até os servidores do Rei, — seja! mas que não se admirem quando virem outros convivas ocupando-lhes os lugares, — todos os povos da terra apanhados nas ruas ao acaso, nessa imensa pesca que será a evangelização do mundo! (*Mateus*, XXII, 1, 14).

Esta prédica não caía no vácuo; entre o povo reunido nos pátios do Templo ela produzia impressão profunda. O Grande Conselho, que, mais do que nunca, estava resolvido a desfazer-se de Jesus, mas que não ousava mandá-lo prender entre os seus fanáticos, tentou armar-lhe um laço. Enviaram ao Profeta uma delegação que lhe perguntou qual a autoridade de que se encontrava revestido, para falar e proceder daquela maneira. Porque, na verdade, fazer escândalo no Templo, derrubando as mesas dos cambistas e os poleiros das pombas, insultar pùblicamente a nação israelita... «Com que direito fazeis isso? Quem vos deu poder para o fazerdes?» Pergunta habilidosamente formulada: irá Jesus dizer que procede como Deus, ou em nome de Deus? Se o fizer, incorrerá no delito de blasfémia. Procurará esquivar-se? Nesse caso, vibrará um grande golpe nos seus créditos. Mas se, habitualmente, Jesus despreza os métodos dos debates farisaicos, quando é preciso sabe servir-se deles, empregando mesmo uma espécie de manha campónia. «Vou fazer-vos, em primeiro lugar também uma pergunta. Se lhe responderdes, dir-vos-ei por meu turno donde provém a minha autoridade. O baptismo de João, donde veio? Do céu, ou dos homens?»

De si para consigo, cogitaram os Doutores: — Se respondemos «do céu», ele vai replicar-nos: — Então, porque não acreditastes no céu? Mas, se respondermos «dos homens», será de recear que o povo nos lapide. Por isso, só puderam replicar: — Nada sabemos sobre o caso. — E eu, retorquiu-lhes Jesus, não vos direi com que direito procedo deste modo!» (*Mat.*, XXI, 23, 27; *Marc.*, XI, 27, 33; *Luc.*, XX, 1, 8). Escusado é acrescentar que, depois destes atritos, os seus inimigos ainda mais decididos ficaram a provocar a perda de Jesus. Ao ouvirem a parábola dos vinhateiros homicidas, estiveram a ponto de se atirarem a ele e de o prenderem (*Lucas*, XX, 19), pois bem haviam percebido quem era alvejado. Mas o medo do povo conteve-os.

Terça-feira

O dia imediato começou, como o anterior. Novamente, os grupos rodearam Jesus, que perorava. Em dada ocasião, estando sentado no átrio das mulheres, em frente duma caixa de esmolas (havia treze no local, cada qual consagrada a uma intenção particular), caixa essa onde os ricos iam deitar, com ostentação, as suas oferendas, apontou com o dedo para uma mulher, que, pelo vestuário se via ser viúva e muito pobre. Com humildade, a criatura abeirou-se do gazofilácio e introduziu nele duas moedas. «Em verdade vos digo: esta pobre viúva deu mais que todas as outras. As outras deram do que tinham de supérfluo e esta deu da sua indigência, daquilo que lhe é indispensável para viver» (*Marc.*, XII, 41, 44; *Luc.*, XXI, 1, 4). Uma das mais antigas obras de arte cristãs, um mosaico do século VI, em Santo Apolinário novo de Ravena, representou este episódio; não há qualquer outro, onde, em tão poucas palavras, se exprima, mais exactamente, o espírito de Cristo.

E continuam as manobras insidiosas do adversário. Vemo-lo sempre à espreita, mandando para junto de Jesus espiões e provocadores. Todos os poderosos, todas as «pessoas bem» se puseram de acordo para formar uma frente comum contra o agitador. Os Fariseus abominam os Saduceus; reconciliam-se com eles, para despedirem a ataque contra Cristo; uns e outros odeiam os Herodianos, partidários de Roma e dos tetrarcas, seus vassalos: consideram-nos traidores à causa nacional; não importa: todo o aliado é benvindo nesta luta, e os fins justificam os meios.

Os Herodianos aproximam-se, melífluos. «Mestre, nós sabemos que falas com rectidão e que ensinas os caminhos de Deus... Dize-nos: — É permitido — sim ou não — pagar a César os tributos?» Esta armadilha também não era mal urdida. Entre aprovar o imposto do vencedor odiado e cair no desagrado do povo; ou aconselhar a resistência e colocar-se em situação de ser denunciado aos Romanos, — não se descortinava por qual das soluções Jesus poderia optar sem se comprometer. Mas ele, com subtileza calculada, replicou: — «Mostrai-me cá a

moeda do tributo...» Na Palestina, só se cunhava, ao tempo, a moeda miúda de cobre; as peças de ouro e prata vinham de Roma; eram relativamente raras, e por isso foi preciso mandar buscar uma. Nas de prata via-se a efígie do Imperador, isto é, plausìvelmente, de Tibério — Tibério Cláudio Nero, César Augusto. «De quem é esta imagem? De quem é esta inscrição? — De César! responderam eles. — Dai, pois, a César o que é de César e a Deus o que é de Deus» (*Mateus*, xxii, 15, 22; *Marcos*, xii, 13, 17; *Lucas*, xx, 20, 26). Na esteira de São Paulo, que desenvolveu a ideia neste sentido (*Rom.*, xiii, 6, 7), muitíssimos teólogos viram naquela frase a prova da legitimidade dos poderes temporais: mas o que nela ressalta mais nìtidamente ainda, é a afirmação, ainda uma vez mais repetida, de que aquilo que conta, na verdade, é a ânsia do conhecimento divino, é a conquista do Reino dos Céus.

Perante aquela resposta, os Herodianos nada mais puderam fazer do que calar-se, admirando a argúcia de Jesus. Substituem-nos, então, no assalto, os Saduceus. Estes entram na metafísica e na teologia. Como bem-pensantes, tidos em grande consideração em Israel, eles afirmavam fidelidade absoluta a Moisés, com a condição de nada se lhe acrescentar. As suas concepções do homem, da vida de além-túmulo, tinham a pretensão de ser precisamente as mesmas de há mil anos. Qualquer modificação da doutrina, quer em profundidade quer em extensão, lhes parecia suspeita. Dizem os *Actos dos Apóstolos* que eles não criam nem nos Anjos, nem nos Espíritos, nem na Ressurreição dos Mortos. Esta última teoria, baseada, não obstante, na autoridade de Job, de Isaías, de Daniel, parecia-lhes ridícula. E foi a ridicularizar Jesus que eles se dispuseram. A lei do levirato determinava que morrendo um homem sem deixar filhos, o irmão casasse com a viúva a fim de «promover uma posteridade» ao falecido. Então, se sete irmãos morressem sucessivamente, tendo cumprido a obrigação legal para com a viúva do mais velho, a quem pertenceria ela, após a ressurreição? A pergunta, por muito estúpida que fosse, preocupava de certo modo os doutores de Israel: lê-se no Talmude um caso análogo, em que um Judeu que perdera doze irmãos e era solicitado pelas doze viúvas, para cumprir os seus deveres legais, adoptou a solução de viver um mês com

cada uma; ao cabo de três anos, era pai de trinta e seis crianças! Havia qualquer coisa de obsceno em semelhante modo de falar desse dogma tão belo, um dos mais grandiosos que provieram da revelação de Israel. Quando, na Catedral de Orvieto, contemplamos a visão dantesca através da qual Signorelli evocou esse terrível instante em que os mortos recuperarão a carne e voltarão a ser vivos, não é, certamente, a mísera discussão dos Saduceus que acode ao nosso espírito! Apesar de tudo, Jesus responde-lhes. Fornece um novo esclarecimento: esses corpos ressuscitados serão gloriosos, libertos das misérias da carne. E, citando Moisés, afirma-lhes que a hora há-de soar, em que todos os homens viverão diante do Deus dos vivos (*Mateus*, XXII, 23, 33; *Marcos*, XII, 18, 27; *Lucas*, XX, 27, 40).

Por sua vez, calam-se os Saduceus. Os Fariseus intervêm. Contudo, não ficaram descontentes por Jesus ter confundido aqueles adversários comuns; houve alguns que chegaram mesmo a aplaudi-lo, se bem que aquela concepção se lhes afigurasse bastante nebulosa. Na teologia deles, os ressuscitados têm, na maior parte do tempo, esposas assaz carnais e não apenas «gloriosas». Mas é preciso, ainda assim, tentar derrotá-lo no seu próprio terreno. De novo lhe formulam esta pergunta que outra alma, de maior sinceridade, já lhe tinha dirigido: «Mestre, qual é o mandamento mais importante da Lei?» Os Doutores disputavam muito a respeito da importância relativa dos diferentes preceitos de Moisés: pretender-se-ia com essa pergunta apenas descobrir qual a tradição a que Jesus se ligava? Ou querer-se-ia averiguar dos conhecimentos desse Profeta àcerca da escritura e do dogma? Ou esperar-se-ia, talvez, que, esquecido da sua primeira resposta, Jesus se contradissesse? Todavia, não se obteve nenhum dos resultados previstos. «Amarás o Senhor teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma, e de todo o teu espírito. Esse é o maior e o primeiro mandamento. O segundo é semelhante a esse: amarás o teu próximo como a ti mesmo. Destes dois mandamentos dependem toda a Lei e os Profetas». A resposta é irrepreensível; tem o seu fundamento na mais segura tradição. Os Fariseus acusam o toque. Então, passando, por seu turno, à ofensiva, Jesus formula uma pergunta embaraçante,

que diz respeito ao Messias, tal como eles o concebem: querem os Fariseus que o Messias seja «filho de David», no sentido humano (e nada mais que humano) da palavra; então, como explicam que os textos anunciem nele um homem, maior do que David, e duma essência superior? Os inquiridos não respondem e afastam-se (*Mateus*, XXII, 34, 46; *Marcos*, XII, 28, 37; *Lucas*, XX, 41, 44).

Jesus saiu vitorioso de tão pérfidos ataques, mas uma ira santa o invade contra aqueles homens que, à doutrina do amor e da sinceridade, continuam a opor as suas baixas artimanhas e os seus cálculos. Sobretudo — contra aqueles Fariseus, que ele bem sabe serem a alma da conjura. E rodeado, de então em diante, ùnicamente pelos seus fiéis, deixa-se arrebatar de cólera e condena os Fariseus, uma vez mais; ou melhor — condena neles aquilo que sempre odiou, ou seja a hipocrisia, a auto-satisfação, a violência escondida sob a máscara de virtude, e a sabugice disfarçada sob as cores da mansidão. Irrompem-lhe da boca os anátemas, as acusações mais concretas que eles jamais haviam ouvido: pareciam o eco das imprecações de João Baptista.

«Ai de vós, Escribas e Fariseus hipócritas, que, a pretexto das vossas longas orações, devorais o património das viúvas! — Ai de vós, Escribas e Fariseus hipócritas, que pagais o dízimo da hortelã, do endro e do cominho, mas não quereis saber do que na Lei é basilar: da Justiça, da Misericórdia, e da Boa-fé! — Ai de vós, Escribas e Fariseus hipócritas, que limpais por fora a taça e o prato, quando o seu interior está cheio de iniquidades e de intemperança! — Ai de vós, Escribas e Fariseus hipócritas, que vos pareceis com os sepulcros caiados, que pelo exterior parecem lindos, mas por dentro estão repletos de ossos de cadáveres e de todas as podridões! — Ah! raça de víboras, como evitareis a condenação à geena? Vós sois na verdade os filhos daqueles que antigamente matavam os Profetas. Levai, pois, a cabo a obra dos vossos pais! Vou mandar-vos profetas, sábios e doutores. Matareis e crucificareis a uns, dareis varadas a outros, persegui-los-eis de cidade em cidade! E sobre vós há-de recair todo o sangue inocente derramado sobre a terra, desde o do justo Abel!» (*Mateus*, XXIII, 1, 36; *Marcos*, XII, 38, 40; *Lucas*, XX, 45, 47).

O Apocalipse da Terça-feira Santa: predição da ruína da cidade

Nesse momento, transportado pela emoção, pela cólera sagrada e pelo desespero de saber que todo o seu esforço não conseguira restituir ao mundo a Justiça e a Paz, Jesus cede àquele espírito profético que, dois dias antes, na estrada do triunfo, o fizera soluçar de dor e pronunciar frases estranhas. Do alto dos terraços do Templo, vê a cidade que o repele; as suas casas amontoadas, as suas ruas tortuosas, e toda aquela população que é, aliás, da raça dele, mas contra cujo repúdio ele nada pode. O aviso terrível irrompe pela segunda vez: «Jerusalém, Jerusalém que matas os Profetas e lapidas aqueles que te são enviados! Que de vezes pretendi reunir os teus filhos, como a galinha recolhe os pintainhos sob as asas! Tu não quiseste! Eis que a tua casa será abandonada e ficará deserta... Eu vos digo: não me tornareis a ver até ao dia em que haveis de exclamar: Bendito seja Aquele que vem em nome do Senhor!» (*Mateus*, XXIII, 37, 38; *Lucas*, XIII, 34, 35).

O mistério do repúdio de Israel, que uma vez mais encontramos! São Paulo, no capítulo XI da *Epístola aos Romanos*, extrairá daquele último versículo um comentário magnífico: «Deus envolveu os homens na rebelião, para a todos dispensar misericórdia. Oh! imensidade da riqueza, da sabedoria e do conhecimento de Deus!» Repudiando Jesus, Israel determina o sacrifício do Salvador; terrível, mas providencial destino, o dos Judeus: um dia virá em que hão-de compreender, e em que voltarão a entrar na graça, ao canto dos hinos; e, «se o seu repúdio foi a reconciliação do mundo, que há-de ser o seu regresso senão uma ressurreição dos mortos?»

Mas, ainda mais do que nesta visão da Israel do futuro, da Israel esclarecida e perdoada, no que o espírito de Jesus, sobretudo, se detém, é nas ameaças concretas e terríveis que pesam sobre a Israel viva. Como se aproxima a noite, sai do Templo, com os seus discípulos. Transposta a porta da cidade, o pequeno grupo passa ao longo dos envasamentos do santuário, desses enormes muros de suporte que Herodes fizera construir para duplicar a superfície utilizável. Vistas do vale do Cédron, do lugar donde Jesus as observou naquele instante,

essas muralhas dão-nos ainda uma impressão de força — blocos enormes, irregularmente aparelhados, dos quais saem alguns tufos de ervas duras e arbustos donde levantam voo, brancas no céu azul ferrete, as pombas que fazem ninho nos recessos.

«— Mestre — exclamou um dos discípulos — reparai: que pedras estas, que construções!»

Outros gabavam as fortes bases do Templo e a sua riqueza.

«— Estais a olhar para essas esplêndidas construções? — disse Jesus. — Vedes tudo o que aí está? Pois, bem! Em verdade vos digo que dias virão em que este edifício será totalmente destruído, em que não ficará pedra sobre pedra» (*Mateus*, XXIV, 1, 2; *Marcos*, XIII, 1, 2; *Lucas*, XXI, 5, 6).

Impressionados com aquela insistência do Mestre em anunciar tantas catástrofes, os discípulos fizeram-lhe perguntas. Haviam chegado ao flanco do monte; a partir de então, estavam sós. Essas coisas surpreendentes não anunciavam, porventura, o fim do mundo e o advento, em glória, do Filho do Homem? E quando sucederia tudo isso? Jesus responde. Os sinais? Não faltarão, na altura própria, àqueles que os souberem compreender! Ver-se-ão aparecer falsos Messias, que arrastarão o povo por caminhos cheios de perigos. Haverá guerras, revoltas, sedições. A própria natureza entrará em crise; tremores de terra, prodígios no céu, e, entre a humanidade, pestes e fomes. Quanto a eles, aos fiéis — e isso terá também o valor de sinal — serão perseguidos, presos, flagelados, darão testemunho de Cristo por meio dos seus sofrimentos, e ele porá nos lábios deles uma sabedoria a que os adversários não poderão responder: é o Espírito Santo que falará neles (*Mateus*, XXIV, 3, 14; *Marcos*, XIII, 3, 13; *Lucas*, XXI, 7, 19). Então, quando o Evangelho começar a espalhar-se pelo mundo inteiro, Jerusalém será destruída. Será atacada por um exército, ao mesmo tempo que no Lugar Santo reinará a «abominação da desolação», vaticinada pelo Profeta Daniel. Horas atrozes! «Que, nesses dias, os que se encontrem na Judeia se refugiem nas montanhas! Que os que estiverem nas cidades se afastem delas! Que todo o que estiver sobre o terraço se livre, ao descer, de entrar em casa para salvar seja o que for! Serão esses os dias da vingança, em que se cumprirá a

Escritura. Ai das amas e das grávidas! As atribulações serão tais como nunca se viram semelhantes desde o começo do mundo, e como nunca mais se tornarão a ver. Grande será a desgraça deste país e grande a cólera que cairá sobre este povo. Os homens tombarão sob o fio da espada, ou serão levados como cativos para todas as nações. Jerusalém será calcada aos pés pelos pagãos, até que os tempos dos povos sejam cumpridos» (*Mateus*, XXIV, 15, 22; *Marcos*, XIII, 14, 20; *Lucas*, XXI, 20, 21).

Quarenta anos mais tarde, no começo do mês de Nisã do ano 70, um exército romano investia contra a cidade santa. Quatro legiões, com auxiliares númidas e sírios, num total de sessenta mil homens, equipados com o melhor material. Era esse exército comandado por Tito, tanto mais decidido a vencer quanto era certo que, sendo filho de Vespasiano, proclamado Imperador seis meses antes por um golpe de estado das legiões do Egipto, tinha necessidade desses louros para se apoderar do trono. Israel, insultado, humilhado de todos os modos pelos últimos procuradores, sublevara-se, e, na louca presunção de conseguir contra Roma o heróico milagre que os Macabeus tinham alcançado contra a Grécia, o povo eleito, na sua totalidade, sustentava contra os legionários uma guerra anárquica, mas feroz.

Teria, então, chegado o tempo que Jesus havia anunciado? Os sinais sairam certos. Não se produziram apenas os prodígios celestes e os abalos sísmicos de que nos fala Flávio Josefo. Mas também tinham pululado falsos profetas e falsos messias! Semiloucos, alguns — todo o desiquilibrado encontra quem o siga! Não tinha um iluminado do Egipto reunido multidão no monte das Oliveiras, garantindo-lhes que, à sua voz, os muros da cidade ruiriam? Um tal Jesus, filho de Hanan, sertanejo iletrado, aparecera nas praças e nas ruas, a clamar: «Vozes dos quatro ventos! Vozes sobre Jerusalém! Vozes sobre o povo inteiro!» Outros de tais caudilhos eram mais perigosos, como, por exemplo, os sicários, herdeiros dos antigos Zelotas que, sob a direcção duma estranha personagem, valente e demoníaca, João de Giscala, procuravam impor a tirania do punhal. Já se tinham visto, em demasia, irredutíveis rivalidades das facções, guerras e revoltas: na própria Jerusalém cercada,

os Saduceus, os Fariseus e os Zelotas, combatiam entre si, uns defendendo a Torre de David, outros cercando o Templo e ocupando Ophel e Bezetha, e outros ainda, que haviam feito do Lugar Santo uma verdadeira fortaleza. A ignomínia insinuara-se por toda a parte: os sicários, que se tinham sublevado em nome de Deus e com o fim de fazer respeitar a Lei, acabaram por raptar mulheres judias para as violar; e os assassínios, motivados apenas pela vingança e pela cupidez, não tinham conta!

Instalado no Scopus, Tito dirigia cuidadosamente o ataque. A princípio, os Judeus julgaram-se fortes: dispunham de dez mil soldados, e de mais cinco mil Idumeus, excelentes mercenários; a cidade cercada por uma tríplice muralha, guarnecida com noventa torres, parecia inexpugnável. Tinham os Judeus quatrocentas balistas e escorpiões, aprisionados, pouco antes, a uma legião romana. A unidade estabeleceu-se, conforme foi possível, e o cerco sustentou-se. Mas, se os Romanos levavam tempo a progredir pela força, havia um temível aliado que trabalhava mais depressa a favor deles: a fome — a fome, que também fora profetizada. A cidade encontrava-se superpovoada. O ataque — e também isso Jesus previra — fizera-se tão ràpidamente que os Peregrinos da Páscoa se viram bloqueados, juntamente com grande número de refugiados das províncias. Um muro de ataque, idêntico ao que permitira a César em Alésia vencer Vercingetorix, e que tinha oito quilómetros de comprimento e era coberto de bastiões, em breve tornou impossível qualquer sortida para reabastecimento. Os soldados, precisando de comer, entregavam-se à pilhagem. Os infelizes que tentavam fugir daquele inferno esbarravam com o *vallum* dos Romanos; presos, eram recambiados à procedência — com as mãos cortadas, quando se tratava de mulheres; mas eram crucificados, bem à vista, sendo homens. Como certo dia, o abdómen dum crucificado se rompesse com o peso das moedas de ouro que ele pretendera esconder nas próprias entranhas, de então em diante todos os prisioneiros passaram a ser desventrados pelos auxiliares negros e pelos beduínos das legiões. A fome tornou-se a tal ponto desesperada, que levou à prática de horrores sem nome. Porque sentiram o cheiro de carne

assada que vinha de dentro duma casa, alguns soldados entraram no prédio; uma mulher apresenta-lhes, então, com uma gargalhada de louca, uma salva de prata: na salva encontravam-se os membros esquartejados de uma criança, dum filhito da desventurada.

Este suplício durou cem dias. Forçada a terceira e em seguida a segunda cerca, Jerusalém não se rendeu ainda. Os bairros não eram conquistados senão casa por casa. Nada parecia poder vencer aquela cidade desvairada; e aqueles espectros, aqueles cadáveres descarnados, encontravam ainda forças para efectuarem sortidas. Tomada a Antónia, fica ainda o Templo, que repele o assalto em massa dos Romanos. Tito hesita em servir-se do fogo: «aquela maravilha de magnificência», como diz Tácito, haverá de ser destruída por um incêndio? Finalmente, não tendo já outra maneira de quebrar a resistência, manda acender fogueiras diante das portas. O cedro precioso começa a arder, o ouro e a prata correm em fusão; o pórtico de Salomão abate. Lançando-se através das labaredas, os defensores, com João de Giscala à frente, correm pela ponte do Tyropeon, em direcção à cidade alta, que lhes será o último refúgio. Ao mesmo tempo, os cavaleiros núbios do exército de Tito, lançados a galope ao longo das ruelas inclinadas, varriam tudo na sua passagem, entre uma avalanche de cabeças cortadas, que rolavam.

Uma vez vencedor, Tito, com o seu estado-maior, tenta circunscrever o desastre. Entra no Santuário e manda apagar o incêndio. Mas os soldados exasperados pelas demoras e pela batalha, nada ouvem. Matam e violam; nos átrios degolam os sacerdotes. De archotes em punho, legionários e beduínos activam o incêndio, já então inútil, mas fatal e providencial. «Este povo, dirá o Romano vitorioso, encontrava-se de tal modo sob a punição divina, que seria pecado poupá-lo ou perdoar-lhe»; e retirou-se — abandonando ao seu destino o orgulho de Israel. Entretanto, refugiados em Pella, na Transjordânia, os primeiros cristãos que, a tempo, tinham sabido reconhecer os sinais do desastre, deviam repetir, uns para os outros, ao receberem tão terríveis novas, as palavras proféticas do Mestre. Tudo se consumara, de quanto ele havia predito. «Não terá passado esta

geração, sem que tais coisas aconteçam. O céu e a terra passarão, mas as minhas palavras hão-de ficar» (*Lucas*, XXI, 33) [1].

O Apocalipse da Terça-feira Santa: o anúncio do Julgamento

A visão das horas dramáticas durante as quais Israel, entre cenas de terror, seria julgada, terá levado Jesus, por aproximação natural, a evocar os momentos dum outro julgamento bem diferente, em que o mundo será pesado nas balanças eternas, — assim como o drama que de perto o espreitava o levaria a imaginar o instante definitivo do seu triunfo? José de Maistre, no XI colóquio das *Soirées de Saint-Pétersbourg*, faz esta observação profunda: «O profeta goza do privilégio de sair do tempo; e assim, não sendo as suas ideias distribuidas no tempo, elas tocam-se em consequência da simples analogia, e confundem-se — o que estabelece necessàriamente grande confusão nos seus discursos. O próprio Salvador se submeteu a esse estado, quando — voluntàriamente entregue ao espírito profético — as análogas ideias dos grandes desastres, desligadas do tempo, o levaram a misturar a destruição de Jerusalém com a do mundo». Confusão, a bem dizer, não existe nas palavras de Cristo; mas, incontestàvelmente, ele foi levado a pensar no fim do mundo não tanto por motivos de ordem lógica, como por esse jogo da analogia que é um dos meios mais profundos, mas dos mais obscuros, do conhecimento humano. Além disso, não tinham os seus próprios discípulos feito a aproximação, e não o haviam interrogado sobre o futuro escatológico?

«Da mesma forma que o relâmpago se produz no Oriente e projecta o seu brilho até às zonas do Ocidente, assim sucederá com a vinda do Filho do homem.

---

(1) A crítica não cristã conclui, evidentemente, que, de nenhum modo, se trata de profecia de Jesus, dado que o texto evangélico foi escrito depois do acontecimento. Eis a resposta muito sensata do P.e Lagrange: «Se razões fortes nos obrigam, como cremos, a fixar a composição dos dois livros (de Lucas), Evangelho e Actos, antes do ano 70, dir-se-á, com foros de verdade, que os acontecimentos se delineavam desde então, e que a tradição cristã se estabelecera sobre a interpretação em conjunto do discurso».

— Senhor — perguntaram os Apóstolos. — Onde acontecerá isso?...

— Em toda a parte onde jaz um corpo, pairam os abutres...»

Resposta pouco explícita, mas em que, no entanto, faísca como que um clarão sobrenatural — uma das frases mais impregnadas de poesia, de todo o Evangelho. O abutre *(aetos,* em grego, significa águia ou abutre) sabe muito bem descobrir os cadáveres, seu alimento; assim, os justos saberão ir ter com o Salvador. Ou ainda: por toda a parte onde se encontrar o pecado, corpo de podridão, a justiça de Deus há-de cair sobre ele, como a ave de rapina.

«Imediatamente após as atribulações destes dias, haverá prodígios no céu. Obscurecer-se-á o firmamento; a lua deixará de dar claridade; as estrelas cairão; e as virtudes dos céus serão abaladas. No mundo inteiro, tremerão os povos, com o fragor confuso do mar e suas ondas; os homens mirrar-se-ão de pavor, na perspectiva das ameaças universais.

«Então aparecerá no céu o sinal do Filho do homem. Todas as tribos da terra uivarão de dor. Vê-lo-ão chegar sobre as nuvens do firmamento, em toda a sua força e majestade. E ele mandará os seus anjos com uma trombeta sonorosa, os quais reunirão os eleitos dos quatro pontos cardiais, até aos limites do horizonte.»

Como devem ter calado profundamente tais palavras, na alma dos fiéis que escutavam Jesus! As imagens de que ele se servia, eram aquelas às quais o Apocalíptico — tanto em moda, havia já dois ou três séculos — e, anteriormente, os Profetas, tinham habituado o espírito dos Judeus. Não predissera Isaías que a queda de Babilónia e a punição de Edom seriam anunciadas por presságios semelhantes (XIII e XXXIV)? Não falara deles Jeremias a respeito de Jerusalém (V), assim como Ezequiel acerca do Egipto (XXXII) e principalmente Joel, quase pelos mesmos termos de Jesus, ao profetizar, como este, o dia do Eterno (I, 1, 10)? E quanto ao anúncio da chegada em glória do Messias, qualquer Israelita, ao ouvi-lo dos lábios de Jesus, deveria ter presentes no espírito as célebres palavras de Daniel (VII, 13, 14): «Perscrutava os segredos da noite, quando, sobre as nuvens, apareceu como que um Filho do

homem...» (1). Por isso, que temor não devia ser o deles? Teriam, acaso, repetido a pergunta que já tinham formulado, a mesma que todo o crente tem nos lábios, quando pensa nesse momento terrível: — *Quando?*

Jesus responde-lhes. Os sinais que acabara de lhes indicar, não seriam suficientes para poderem reconhecer o momento fatídico? Vendo as árvores deitar folhas e fazerem lentamente crescer o fruto, não sabiam eles adivinhar a aproximação do Estio? Apesar disso, não lhes era possível conhecer com precisão a hora e o instante! Só o Pai está de posse de tal segredo. Os homens comiam, bebiam e casavam-se, na véspera do Dilúvio; e em Sodoma levava-se vida descuidada, quando o fogo e o enxofre estavam já prontos para cairem sobre a cidade maldita. Assim há-de suceder no dia do Filho do homem. Tudo aparecerá de súbito e tudo parecerá incompreensível. Dessas duas mulheres que se preparam para moer, accionando à mão o moinho caseiro, dando-lhe, cada uma delas, meia volta — uma será apanhada enquanto a outra ficará ilesa. Desses dois campónios que lavram lado a lado, um perder-se-á, e o outro será salvo.

Então? — Então, apenas uma conclusão se nos impõe. «Virei como um ladrão» — diz o Messias no *Apocalipse* de São João (III, 3). — Cuidado, pois; é preciso estar àlerta, e não deixar que o bandido perfure a parede da vossa morada. Não se deve ser como o servo negligente que, na ausência do patrão, se embriaga e se deixa surpreender adormecido! Velai e orai, sem descanso, a fim de serdes julgados dignos de escapar a todas essas desgraças! Com estes conselhos termina o Apocalipse de terça-feira santa que se encontra nos três Sinópticos (*Mateus*, XXIV, 23, 51; *Marcos*, XIII, 21, 37; *Lucas*, XVII, 22, 37 e XXI, 25, 36). São Mateus acrescentou-lhe duas parábolas. Uma, nada mais faz do que comentar a lição de vigilância: é a parábola, deslumbrante, das Virgens prudentes e das Virgens loucas, da qual os nossos escultores da Idade Média extrairam, vezes sem conta, temas decorativos; em Reims, em Amiens, em Sens, em Laon, em Bourges, em Paris,

(1) Ver acima, pág. 365. Este Apocalipse anda também muito perto de *Daniel*, IX, XII.

em Auxerre, vemo-las alinhadas, cinco à esquerda e cinco à direita do divino Mestre, como figuras participantes do Juízo final, umas, as prudentes, cuidando do óleo da contemplação, outras, fixando com tristeza as suas lâmpadas tombadas. Tirada do costume judaico de, num cortejo jovial, ir buscar o esposo na noite de noivado, para o levar àquela que o espera, essa pequena história possui a força de persuasão directa e simples que se encontra nas melhores parábolas, e todos nós, ao ouvi-la, sabemos perfeitamente que o terrível grito nocturno que desperta os descuidados é o do Arcanjo dos dias derradeiros, chamando a Juízo a humanidade (*Mateus*, xxv, 1, 13).

O Juízo é o assunto evocado pela segunda parábola — a parábola dos dez talentos. Deus dá a todos os homens oportunidades e faculdades: um dia chegará em que seja necessário prestar contas. Aos que tiverem recebido muito, muito será pedido. De acordo com a justiça dos homens, nesse caso? Não apenas segundo essa justiça. Na ordem espiritual, quem tiver sabido adquirir grandes tesouros, receberá ainda mais; mas àquele que os não tiver adquirido, tirar-se-á até o que possua (*Mateus*, xxv, 14, 30).

Assim será no dia do Juízo. «Quando o Filho do homem vier na sua glória, cercá-lo-ão todos os anjos. Ele assentar-se-á no seu trono magnífico. Todas as nações se reunirão na sua frente. Ele separá-los-á uns dos outros, como o pastor separa as ovelhas dos bodes. Ovelhas à direita, bodes [1] à esquerda... Então o Rei dirá aos da direita: — Vinde, ó abençoados por meu Pai; tomai posse do Reino que, desde o princípio do mundo, vos está preparado... E aos da esquerda, ele dirá: — Afastai-vos de mim, malditos, e ide para o fogo eterno, aceso pelo diabo e seus anjos...» (*Mateus*, xxv, 31, 46). Não era essa a vez primeira que Jesus anunciava assim o Juízo supremo: por várias vezes predissera aquela divisão da humanidade em duas categorias — a dos bons e a dos maus — uma que teria o privilégio de ver Deus directamente, face a face, e outra onde arderiam, num fogo insuportável, os intendentes infiéis, as virgens loucas e o convidado que não

(1) Para a oposição seriam precisos *carneiros*. A ideia é, possivelmente, de que os bodes teimosos simbolizam os rebeldes a Deus.

vestiu o fato nupcial, e os vinhateiros assassinos, e o joio separado do bom grão! Nessa tarde de terça-feira santa, aquela profecia era mais dramática, por ter sido precedida pela evocação duma catástrofe, cuja lembrança bastaria para esmagar um coração israelita. E, mais ainda em relação aos cristãos, ela toma um sentido terrível por se antecipar de tão poucas horas à injustiça suprema, e por ser a última profecia pronunciada por Jesus.

Como são numerosos os pórticos das nossas catedrais onde, evocando esse episódio grandioso, de cada lado de Jesus glorificado se dispõem, à direita, jubilosos, os eleitos, e, à esquerda, os condenados que os diabos empurram para a goela monstruosa do Inferno! Na parede da Capela Sixtina, Miguel--Ângelo evocou bastante menos o horror inenarrável, do que a majestade de tal cena; melhor talvez lhe extraiu o mistério esse Jerónimo Bosch, pintor jocoso do fantástico infernal, que, num quadro feito para Filipe II de Espanha, mostra uma geena repleta de condenados aflitos, e sobre eles um céu onde, entre anjos que tocam trombetas em volutas, se vê aos pés de Jesus Cristo, erecto sobre um Arco íris, o restrito grupo dos Eleitos, todos ainda perturbados pela recordação do Julgamento.

E não podemos ler essa página do Evangelho, sem ouvirmos ecoar as cadências da Sequência admirável que o poeta franciscano Tomás de Celano escreveu no século XIII, para evocar o que no texto há de trágico, esse «Dies Irae» que acompanha, ao baixarem à terra, os corpos dos cristãos dos nossos tempos:

«Como será de cólera esse dia! O mundo desfar-se-á em pó, garante-o David e garante-o a Sibila. — Com que terror se deve contar, quando aparecer o juiz para avaliar tudo rigorosamente! — A trombeta, desferindo um som estranho entre as regiões sepulcrais, clamará: Todos em frente do trono! — Quando o Juiz se sentar, tudo quanto estiver oculto aparecerá, e nada ficará sem punição. — Desgraçado de mim, que direi eu nesse momento? Que patrono invocarei? Apenas o Justo será deixado em paz. — Juiz imparcial, juiz vingador, concedei-me o dom da graça, antes da hora do ajuste. — Se confundis os malditos, condenados ao fogo eterno, mandai-me para entre os

bem-aventurados! — Peço-vos, suplicante e prosternado, com o coração desfeito como o pó, que olheis pelo meu destino! — Meu Deus, tende piedade de mim! Bom Jesus, Senhor, dai-me o descanso, Amen!»

É, com uma lição terrível, porventura a mais pavorosa de todas, que Jesus acaba aquele dia. A cena teria qualquer coisa de quase intolerável e a imagem do «bom Jesus» ficaria, por isso, obnubilada, se São Mateus, nos últimos parágrafos daquele capítulo, não tivesse referido algumas palavras singularmente emocionantes. No dia do Juízo, Cristo dirá aos bem-aventurados: «Eu tive fome e vós alimentastes-me; eu tive sede, e vós dessedentastes-me; eu estava sem tecto, e vós destes-me abrigo; sem vestuário, e vós vestistes-me; doente, e vós visitastes-me; cativo, e vós viestes até mim! — Mas, quê, Senhor, exclamarão, então, os Justos, quando foi que nós fizemos tudo isso? Vós não tivestes, nem fome, nem sede, nem estivestes sem tecto, nem sem manto. — Em verdade vos digo: de cada vez que fizestes isso a qualquer destes pobres, a qualquer destes humildes que são meus irmãos, foi como se o tivésseis feito a mim mesmo!» Portanto entre aquelas promessas ameaçadoras, foi ainda o amor que fez vibrar a sua voz, a caridade sobrenatural que constitui verdadeiramente a essência da mensagem de Jesus e a consolação dos corações que o escutam.

O dia de Judas

Na quarta-feira Santa, talvez Jesus tenha ficado na Betânia. Pelo menos, assim o deduziram, alguns comentadores, da circunstância de nenhuma prédica ser atribuida a esse dia, e também do facto de São Marcos e São Mateus colocarem nessa data o repasto em casa de Simão, durante o qual Maria derramou óleo de nardo sobre a cabeça do Senhor. Conjectura-se que por Jesus ter tomado, na dita quarta-feira, qualquer refeição em casa de Simão, São Marcos teria ligado com esse facto aquele episódio.

Na véspera à noite, no momento de se separar dos seus fiéis, Jesus dissera-lhes uma última frase: «Bem sabeis que a Páscoa será celebrada, dentro de dois dias: o Filho do homem

vai ser entregue, a fim de ser crucificado» (*Mateus*, XXVI, 1, 2). Quarto prenúncio do seu destino... Seria naquele mesmo instante? Seria na quarta-feira, durante o dia? Os Príncipes dos Sacerdotes e os Anciãos do povo, reunidos no átrio do grande Sacerdote Caifás, deliberavam sobre os meios de ardilosamente se apoderarem de Jesus, a fim de o matarem. — Mas, diziam eles, não em plena festividade, durante a qual seria de esperar a reacção do povo» (*Mateus*, XXVI, 3, 5; *Marcos*, XIV, 1, 2; *Lucas*, XXII, 1, 2). A intenção desses políticos é perfeitamente clara. Desejam desembaraçar-se do agitador, a todo o custo, mas não querem que a sua detenção desencadeie algum motim.

É então que Judas aparece. Desde que começara a carreira divina de Jesus, nunca ninguém o vira em franca claridade. Por vezes, alguma alusão do Mestre, no decorrer do Evangelho, denunciou a sua presença, mas alusão rápida, obscura, que apenas será compreendida depois do acontecimento. É indubitável que, na aparência, mesmo no próprio instante em que vai cometer a sua infâmia, ele é semelhante aos outros onze apóstolos. Naquele dia — quarta-feira — em que se diria não terem querido os evangelistas referir qualquer outro episódio para isolarem, em toda a sua luz macabra, o gesto desse homem, vai ele consumar a vilania que, para sempre, há-de marcar o seu nome com o ferrete do opróbrio.

«Judas, um dos doze, cognominado Iscariote, foi procurar os Príncipes dos Sacerdotes, aos quais disse: — Quanto me dais... para eu vos entregar Jesus? Aqueles ficaram encantados com o oferecimento e combinaram dar trinta siclos de prata. Pagaram-lhos. Judas prometeu. A seguir, entendeu-se com os magistrados e sacerdotes, sobre a forma de procederem à prisão, longe da turba. E, a partir daquele momento, esperou o ensejo» (*Mateus*, XXVI, 14, 16, *Marcos*, XIV, 10, 11; *Lucas*, XXII, 1, 6).

Trinta siclos de prata, — quer dizer, trinta peças da moeda do Templo (prova de serem os Sacerdotes os verdadeiros responsáveis) — equivaliam aproximadamente a noventa francos ouro. Correspondiam, em poder de compra, a qualquer coisa como um milhar de francos de antes de 1939, ou seja o bastante para adquirir um fato completo, ainda que modesto: bem pouco, para tão grande crime. A soma de trinta siclos

pode ter sido determinada por semelhança com o quantitativo da indemnização que se pagava pela morte dum escravo: se assim foi, a alusão tinha um significado insultuoso para Jesus. Pode invocar-se uma passagem do profeta Zacarias: «E eu disse-lhes: Se a achais justa, dai-me a minha recompensa; se não, não penseis nisso. E eles contaram o dinheiro: trinta siclos de prata» (*Zacarias*, XI, 12).

Mas a razão desta abjecta diligência — devemos confessá-lo — é incompreensível. «Satã havia entrado nele», dizem São Lucas e São João. Sem dúvida: em todo o pecador, mesmo de grau infinitamente mais modesto que o traidor, mora o Diabo, o anjo do Mal, o «espírito que diz sempre: Não!» segundo a frase de Göthe. Não será isso, possìvelmente, mais do que simples maneira de falar: no Islam, ainda hoje é frequente a locução (modo de desculpa) «tenho o Diabo no corpo». Se quisermos tomar a expressão no seu pleno sentido, falta explicar por que motivo Jesus, tantas vezes vencedor dos demónios, lhes abandonou precisamente um dos seus fiéis.

O caso de Judas Iscariote cansa, na verdade, todos os comentários. Se tomarmos à letra o Evangelho, o motivo que o moveu foi apenas a ânsia do lucro. O nome desse diabo que entrou em Judas seria Mamon. São João diz expressamente: «que o Iscariote era um ladrão; estando encarregado da bolsa comum, roubava dela tudo o que nela deitavam» (XII, 6). Mas não teria tido ele mais interesse em roubar esse pecúlio, do que em vender o Mestre por uma quantia tão ínfima? E depois, quando verificar o terrível resultado da sua felonia, havemos de o ver, roído de remorsos, atirar o dinheiro para o meio do Sinédrio e correr para o suicídio como refúgio derradeiro dum desespero sem perdão: por conseguinte, naquela alma tenebrosa alguma coisa havia ficado ainda que Mamon não lograra possuir.

Então, se não foi a avareza, teria sido o desencantamento que moveu esse homem? A primeira referência que se faz à traição de Judas (*João*, VI, 70) presta-se a essa interpretação. Está-se no dia imediato ao da Multiplicação dos pães; Jesus furtou-se à multidão que queria aclamá-lo rei, e o seu discurso sobre o Pão da Vida formulou uma doutrina que não deixava nenhum lugar às ambições de natureza temporal. Judas, que acompanhara Jesus apenas por esperar que ele triunfasse

na terra, traiu-o intimamente e naquele mesmo instante, e esse teria sido o motivo por que Cristo proferiu, perante os Doze apóstolos, o conceito incompreensível: «Um de vós é um demónio». Todo o resto da carreira do Mestre tê-lo-ia convencido completamente de que nada, na verdade, havia a esperar dele: o furor e o despeito explicariam que desejasse desfazer-se dum chefe, em quem já não tinha qualquer esperança.

Mas esta interpretação deixa intacta a questão do remorso e do suicídio. Deveríamos, pelo contrário, vê-lo pavonear-se no orgulho da sua manobra astuciosa, e com uma alma tão baixa que nem o próprio desprezo daqueles que acabavam de lhe contar os trinta dinheiros lhe não havia de ser muito pesado. Seria ele então, um cobarde, como certos caracteres ignóbeis que, no momento do perigo, se prestam a todas as vilanias para salvarem as suas pessoas e os seus interesses? Custaria a compreender que Jesus tivesse escolhido, e, durante dois anos, mantivesse junto de si personagem tão infame. E, através do Evangelho, por pouco precisas que sejam as indicações relativas ao traidor, o que deste se vislumbra é menos a cobardia que uma espécie de áspera rudeza, como, por exemplo, quando se indigna ao ver Maria derramar o nardo precioso, e mais tarde, na noite da Ceia, quando o hemos de ver sair, arrebatado.

Essa é, decerto, a explicação mais verdadeira daquela alma. A sua aspereza não trairia, por ventura, um sentimento menos ignóbil? Não teria sido o Amor o verdadeiro móbil — não um amor irradiante, desinteressado, como o de Pedro e dos outros dez, mas uma daquelas paixões exclusivistas que levam aos mais deploráveis extremos aqueles a quem o ciúme devora — um amor que paira muito próximo do ódio e que, num momento, pode em ódio transformar-se, mas que, consumado o irremediável, torna a aparecer, no desespero e na dor sem lenitivo?

Suspendamos aqui estas tentativas de explicação. Elas são apenas humanas (isto é: psicológicas); não atingem o fundo do problema. A prisão de Jesus pelos esbirros do Sinédrio e a sua execução iníqua não constituem sòmente um episódio — aliás, mínimo — na história do profetismo judaico e na das cobardias políticas. Esses factos, para o Cristianismo, foram a causa do mistério supremo — do mistério da Redenção. Era

preciso que Jesus fosse entregue. Materialmente, só um dos seus estava em condições de avisar a tempo que a operação podia realizar-se sem escândalo. Profèticamente, estava dito na Escritura: «Aquele em quem eu depositava confiança e que comia do meu pão, ousou levantar-se contra mim» (*Salmo*, XLI, 10). E ainda: «Não é um inimigo que me ofende: a esse, eu poderia suportá-lo; é um outro eu, um meu amigo e confidente» (*Samo*, LV, 13, 14). Toda a abjecção e toda a vilania do homem têm de pesar sobre Cristo, para que o seu sacrifício seja completo. Pedro, segundo os *Actos dos Apóstolos*, dirá claramente (I, 16) que a traição de Judas foi o resultado duma intenção sobrenatural — o cumprimento da Escritura. Não há, em todo o Evangelho, frase mais misteriosa do que esta que se aplica plenamente ao traidor: «É necessário que se dê o escândalo: mas, ai do homem por quem o escândalo tiver sido provocado!» (*Mateus*, XVIII, 7).

A refeição de Quinta-feira Santa

Quanto pròpriamente ao dia de quinta-feira, nada se diz no Evangelho. Há muitas razões para supor que Jesus o tenha passado na companhia dos seus amigos íntimos e dos seus familiares: também a mãe lá estaria, pois que havemos de a encontrar no dia imediato aos pés da Cruz. Mas, chegada a noite, começam os acontecimentos decisivos; por isso os quatro evangelistas os descreveram, com um luxo de pormenores e um paralelismo impressionantes. O próprio São João que, de ordinário, não volta a contar o que os Sinópticos já tinham narrado, sente a necessidade de ser mais minucioso e fornece abundantes pormenores. A partir daí, é hora por hora que os acontecimentos podem ser reconstituídos e Jesus acompanhado naquilo que será a sua Paixão.

A Páscoa constituia, para os Israelitas, a maior das festas. É preciso, para que se lhe compreenda o sentido e se lhe possa acompanhar o ritual, reler o Cap. XII do *Êxodo*, em que vem referida a sua instituição por Moisés. Fora por ocasião do exílio no Egipto: a pedido do Profeta, Yahweh dispõe-se a castigar aquele povo opressor com a «décima praga». Ele fe-

rirá, de noite, todos os primogénitos de egípcios; mas, para que os dos hebreus sejam poupados, cada qual deve ter o cuidado de assinalar a padieira da sua porta com um sinal, feito com o sangue dum cordeiro. «Naquela noite, deverão comer carne assada sobre o fogo, com pão sem fermento e ervas amargas. Farão a sua refeição, com os rins cingidos, os sapatos nos pés, o cajado na mão, e apressadamente», como viajantes que estão prestes a partir. Será essa «a Páscoa do Eterno», recordação da *Passagem* de Deus; desse modo, será ela comemorada «de idade em idade, como instituição perpétua». Em consequência do que, durante sete dias, deveremos abster-nos de pão lêvedo, comer apenas do ázimo, consagrando ao Senhor toda essa semana.

A tradição judaica respeitava fielmente a observância destes ritos. No Talmude, o volumoso tratado *Pesahim* multiplica as prescrições a tal respeito: o cordeiro, de que não deveria quebrar-se nenhum osso, seria cosido em fogo vivo, espetado numa vara de romãzeira; fixava-se o número de taças que seria preciso beber durante a sagrada refeição, e esclarecia-se que cada uma delas devia conter dois terços de água e um de vinho; mencionavam-se os nomes das ervas amargas, e para o molho em que estas deviam ser mergulhadas, havia uma receita minuciosa. Terá sido essa a refeição que Jesus tomou com os discípulos, na noite de quinta-feira santa?

«No primeiro dia dos Ázimos, dia em que a Lei mandava imolar o cordeiro pascal, os discípulos aproximaram-se de Jesus e disseram-lhe: — Onde desejas que vamos preparar-te a refeição da Páscoa?» (*Mateus*, XXVI, 17, 19; *Marcos*, XIV, 12; *Lucas*, XXII, 7, 8).

Um problema bastante melindroso se suscita nesta altura, relativo à data dessa refeição e, conseguintemente, ao seu significado, — problema que os Padres da Igreja (por exemplo Eusébio de Cesareia) comentaram largamente, e que se afigurou de tal maneira grave, que deu lugar a uma heresia! Vimos que a grande festa era a 15 do Nisã; na véspera à noite, comia-se o cordeiro. Ora, segundo os sinópticos, a Ceia celebrada por Jesus com os discípulos foi a refeição pascal; mas, por outro lado, São João diz claramente que aquela Ceia se efectuou no dia da morte do Messias. Portanto, segundo os

Sinópticos, a quinta-feira da Ceia foi no 14 de Nisã e Jesus morreu em 15, sexta-feira, mas segundo o IV Evangelho, o repasto tem de se colocar no dia 13, e a morte em 14. Se se disser que tal refeição *não* foi a Páscoa, o que é admissível com base em São João, vai-se de encontro a todos os textos em que os Sinópticos afirmam o contrário (por exemplo, *Marcos*, XIV, 12; *Mateus*, XXVI, 17; *Lucas*, XXII, 7; — *Marcos*, XIV, 17; *Mateus*, XXVI, 20; *Lucas*, XXII, 14; — *Lucas*, XXII, 15). Aceita-se que essa refeição foi a Páscoa? Encontra-se no próprio São João o informe de que os Fariseus comeram o repasto pascal, depois da morte de Jesus (XVIII, 28). Por outro lado, vários indícios, nos próprios Sinópticos, provam que o dia em que Jesus morreu não era um dia consagrado, não era de descanso obrigatório, visto que Simão o Cireneu regressou dos campos, visto que se podia crucificar e até enterrar um condenado. É inútil discutirmos todas as interpretações que têm sido formuladas. As tentativas feitas para estabelecer uma coincidência lógica entre as duas versões exigem o recurso a hipóteses. Quanto à diferença de datas, pode admitir-se que São João, escrevendo num ambiente grego, seguisse o costume, que é o nosso, de fazer começar o dia às zero horas ou meia-noite, enquanto que os Judeus fixavam o início dum dia na véspera à tarde, logo ao pôr do sol; o dia 14 do Nisã fazia legalmente parte do dia 15, ainda que, por hábito do povo, fosse designado como «a tarde de 14». Faltaria explicar o motivo por que Jesus e os Fariseus não teriam celebrado a festa pascal no mesmo dia; parece assente, segundo tradições rabínicas, que nem todos os Judeus tinham igual maneira de fixar a data, e que os Galileus, em particular, celebravam a Páscoa desde o dia 13 à tarde; por outro lado, quando a festa recaía numa sexta-feira, véspera de sábado, parece que certos indivíduos, sobretudo os Saduceus, pretendiam fixar no sábado o 15 de Nisã, — ou talvez até a festividade se repetisse, como em caso análogo se vê dum tratado do Talmude, por ocasião do Kippur, a Expiação. Não entremos mais profundamente nestas discussões intermináveis, em que é eximia a ciência exegética: basta ficarmos a saber que os trabalhos mais recentes e mais autorizados se apoiam na cronologia de São João — tanto o Padre Lagrange como o Padre Lebreton, e o Padre

Prat do mesmo modo que Monsenhor Ricciotti — a qual, em calendário de hoje, corresponde a isto: a Ceia, verdadeiro banquete pascal, realizou-se na noite de quinta-feira, 6 de Abril, sendo a morte de Jesus, a 7, dia legal da Páscoa judaica.

À pergunta dos discípulos, Jesus respondeu. Designando dois dos Apóstolos — Pedro e João — disse-lhes: «Vós é que ireis preparar-nos a Páscoa. Ide à cidade. Quando lá chegardes, haveis de encontrar um homem transportando uma bilha de água. Segui-o, e, onde ele entrar, dizei ao dono da casa: — Esta é a mensagem do Senhor: o meu tempo está próximo. É em tua casa que celebrarei a Páscoa com os meus discípulos. Onde está a sala em que poderemos comer o cordeiro? E ele vos mostrará um grande cenáculo adornado de tapeçarias. Preparai aí o que precisamos» (*Mateus*, XXVI, 18, 19; *Marcos*, XIV, 13, 15; *Lucas*, XXII, 7, 12). Sem dúvida devia tratar-se dum amigo dedicado, dum fiel que tivesse posto a sua casa às ordens de Jesus. O sinal de reconhecimento é menos estranho do que parece, se nos recordarmos de que, no Oriente, ir buscar água é trabalho próprio das mulheres e que um homem a transportar uma bilha era caso notado.

Entrando, pois, na cidade, provàvelmente pela porta vizinha da piscina de Siloé, os discípulos viram o homem e seguiram-no, tudo se passando como tinha querido Jesus. «Um grande cenáculo» — dissera o Mestre? Com certeza ele tinha empenho em dar solenidade àquela última refeição, cujo significado bem conhecia: para as suas Páscoas anteriores, não se vê que haja exigido tanto. A Arte, ao desafio, tem evocado o fausto dessa sala, e as «Santas Ceias» pertencem ao número dos motivos mais familiares aos olhos dos Cristãos. Contudo, não podemos esquecer que, se a Ceia foi um festim religioso segundo a tradição judaica, ela possuiu um significado sobrenatural; não poderemos separá-la do sacramento que nela foi instituído. Por isso, mais que na sumptuosidade das grandes «Ceias» italianas e da mais célebre de todas — a de Vinci — ou daquelas que pintaram, extremamente preocupado com o efeito, Nicolau Poussin, ou demasiado jansenista, Filipe de Champagne, é nas humildes esculturas do século XII, nos tímpanos de Charlieu e São Benigno, na padieira mutilada de Saint-Gilles-du-Gard, que teremos de procurar a verdadeira

imagem, aquela que, desdenhando o pitoresco, vai direita ao sentido espiritual.

Nas casas do Oriente, encontra-se ainda hoje, ordinàriamente no primeiro andar, uma vasta sala, por vezes iluminada de cima, por um lanternim quadrado; essa sala é reservada aos hóspedes de passagem, sobretudo aos que têm de se demorar algum tempo. Aí encontram divãs e bons tapetes, e podem instalar-se à vontade. Onde ficava situada a sala que os discípulos prepararam para a última Ceia? Uma tradição muito remota coloca o Cenáculo na cidade alta, para além do Tyropéon, junto do cunhal sudoeste das muralhas. Isso, porém, não passa de mera tradição. Todo o bairro foi destruído, por ocasião do cerco de 70; as recordações de Cristo estariam ainda muito vivas quando — certamente no século III — se edificou uma capela modesta, que, no século seguinte, foi encorporada numa enorme basílica, dita de Santa Sião? Incendiada em 614 pelos Persas, depois, duas vezes mais, pelos Muçulmanos, em 960 e 1011, foi finalmente reconstruída pelos Cruzados de Godofredo de Bulhão. No século XVI, a rainha Sancha, mulher do rei de Nápoles, que era o francês Robert d'Anjou, obteve um alvará do sultão do Egipto, pelo qual este lhe confiou a vigilância desse lugar santo, onde aquela rainha instalou os franciscanos. É a estes que se deve o actual monumento, uma enorme sala, com abóbada gótica, sustentada por fortes colunas de pórfiro, cujos pesados capitéis representam cachos e espigas. Hoje, porém, já não é terra cristã. No sítio onde se erguia, segundo a frase do cronista Guilherme de Tiro, «a primeira e a mãe das igrejas», o edifício transformou-se em mesquita, desde que, no século XV, os Otomanos afirmaram, aliás sem a menor prova, ter encontrado naquele mesmo local o túmulo de David, sendo David, *An Nebi Dawud*, muito considerado no Islam. Ao fundo dum jardinzito silencioso, em que latadas murmurantes correm ao longo dos muros, e altos ciprestes fulvos balouçam os topes ao afago do sol, um velho Árabe de turbante abre ao peregrino cristão a porta do lugar onde Cristo pronunciou as palavras: «Este é o meu corpo, este é o meu sangue...»

Ao cair da noite, ou seja, naquele dia depois das cinco horas e meia, a Páscoa começou portanto. Os convivas esten-

deram-se em volta de uma mesa ([1]). Começaram por erguer louvores a Deus, pelo vinho e pela Luz, e depois iniciaram o jantar pascal pròpriamente dito. Sabemos, pelo tratado *Pesahim* do Talmude, de que constava essa refeição, cerca do ano 150 da nossa era; de certo não seria muito diferente, na época de Cristo. Primeiro, molhava-se pão ázimo num molho vermelho, chamado *haroseth;* bebiam-se as duas primeiras taças intervaladas por algumas gotas de água salgada, em recordação das lágrimas do Egipto, e salmodiava-se o Salmo CXIV, que descreve o Êxodo e o afastamento das águas do mar, às ordens do Altíssimo. Depois, comia-se o cordeiro com as «ervas amargas», vegetais aromáticos de sabor pronunciado, como o orégão, o loureiro, o tomilho e o manjerico, que a cozinha da Grécia e da Turquia ainda hoje dispõe abundantemente em volta do carneiro. Bebiam-se a seguir as outras duas taças rituais, sendo a terceira chamada «taça de bênção», porque a faziam acompanhar por uma fórmula de graças; depois entoava-se o *Hallel,* cântico de graças formado pelos quatro Salmos, CXV a CXVIII. «Não a nós, Yahweh, não a nós, a glória, mas ao teu nome, em virtude da tua bondade. O nosso Deus está no céu: os ídolos deles são de prata e de ouro, feitos pela mão do homem... Louvai o Eterno, vós, todas as Nações, celebrai-o vós, todos os povos, porque a sua misericórdia é infinita e a sua fidelidade dura sempre!» Não continham as últimas estrofes do Salmo CXVIII uma alusão messiânica, que os Apóstolos deviam cantar com voz mais fervorosa: «Bendito seja o que vem em nome do Eterno!»

Era uma festa muito alegre, essa da Páscoa: «É tão saborosa como a azeitona, diz o Talmude, e o *Hallel* deve romper o telhado das casas». E um apócrifo gnóstico do século II, os *Actos de João,* mostra-nos os discípulos fazendo roda em volta de Jesus, dando-se as mãos e dançando a compasso, enquanto cantam os Salmos em glória de Deus. «*Cantare volo, saltate cuncti!*» dirá Santo Agostinho. Mas, no coração de Jesus, misturava-se à alegria uma tristeza secreta. «Tenho desejado ardentemente — disse ele — comer convosco esta Páscoa,

---

([1]) Era deitado que se comia a refeição da Páscoa, a fim de se mostrar que, depois da vinda do Egipto, o Povo eleito era livre.

antes de padecer. Porque, eu vo-lo digo, não tornarei a comer outra, antes da Páscoa perfeita, aquela que será celebrada no reino de Deus» (*Lucas*, XXII, 14, 16). Era preciso que tal refeição fosse, para os seus fiéis, a suprema lição. Por isso deu-lhe começo com um gesto significativo.

«Deixou a mesa, depôs o manto, e cingiu-se com uma toalha. Depois, deitando água numa bacia, pôs-se a lavar os pés dos discípulos e a enxugá-los com a toalha. Quando chegou a vez de Simão Pedro, este exclamou: — O quê, Senhor, tu lavares-me os pés? E Jesus respondeu: — O que eu faço não o compreendes tu agora, mas em breve o compreenderás. — Não, não, replicou o Apóstolo, nunca me lavarás os pés! — Se tos não lavar, não terás parte comigo. — Ah! Senhor, respondeu Pedro, então, não apenas os pés, mas também as mãos e a cabeça!» (*João*, XIII, 8, 9). Como, através desta página do Evangelho, surge, nitidamente, o chefe dos Apóstolos, carácter vigoroso, duma só peça, que uma grande fé anima! «Compreendeis o que eu fiz? continuou Jesus. Vós chamais-me Mestre e Senhor, e tendes razão, porque o sou. Se eu, pois, o Mestre e Senhor, vos lavei os pés, vós, deveis também lavar-vos os pés uns aos outros...» (*João*, XIII, 12, 16). Magnífica lição de humildade! É um dos mais nobres momentos da liturgia da Semana Santa, esse em que, na quinta-feira, o prelado oficiante se curva sobre os pés dos doze pobres que justamente simbolizam os Apóstolos, pois que é à miséria que o cristão deve lavar os pés: na Capela Sistina, nesse dia, o próprio Papa celebra esse ofício, tal como o fez «o Mestre e o Senhor».

Teriam os Apóstolos compreendido esta lição? Com aquele gesto espantoso, teria, acaso, Jesus, rebentado, por fim, a couraça de orgulhos e invejas, a ganga humana em que tais almas, apesar de santas, se confinavam ainda? Momentos antes, para ocupar os lugares mais próximos de Cristo, suscitou-se entre os Doze uma discussão, a propósito de qual deles era de todos o maior. Foi preciso que Jesus voltasse a falar, para os chamar à ordem. «Os reis das nações dominam sobre elas... Vós, porém, não os imiteis! Que o maior dentre vós seja como o último, e que o que governa seja como o que serve. Para vós, meus fiéis, que ficastes comigo neste transe, preparo eu um reino em que vos sentarei à minha mesa e em que, colo-

cados em tronos, haveis de julgar as doze tribos de Israel» (*Lucas*, xxii, 24, 29; *Mateus*, xx, 25; *Marcos*, x, 42). O Reino dos Ceus, e não lugares na terra...

Haviam acendido as pequenas lâmpadas de barro, no alto dos candelabros: lá fora, caira completamente a noite.

A noite de Judas

Que pensava Judas, de todos estes episódios? Encontrava-se ali, entre os demais, e ninguém podia ter tido conhecimento do seu acto. Decerto estava intimamente exasperado por aquelas palavras que muito bem compreendera — «Os últimos serão os primeiros» — e devorado pelo desejo de apressar o desfecho da questão.. Por duas vezes, fizera Jesus determinadas alusões que só o apóstata lograra perceber. No momento do lava-pés, dissera para os discípulos, a fim de acentuar o carácter simbólico do seu gesto: «Sei que sois puros»; mas, de pronto, corrigira: «É certo que nem todos». E, alguns instantes depois, repetira que a Escritura teria de ser cumprida: «O que comigo come o pão, levantou contra mim o calcanhar» (*João*, xiii, 10, 18). Durante o repasto, precisou a acusação: «Em verdade vos digo que um de vós me há-de trair». Os Apóstolos ficaram profundamente contristados e cada um disse: — Serei eu, Senhor? Jesus não respondia, mas, como suprema advertência, acrescentou: — Vai-se o Filho do homem, segundo o que dele está escrito; mas, ai daquele por quem o Filho do homem foi traído! Mais lhe valeria não ter nascido! Então, por bravata ou por inconsciência, Judas, a seu turno, perguntou: — Serei eu, Senhor? A resposta deve ter sido um sinal ou, porventura, em murmúrio, só percebido por aquele a quem era dirigida, a locução familiar, muito banal entre os Judeus e que era a mesma com que Moisés respondera ao Faraó (*Êxodo*, x, 29): — Tu o disseste! Tu o deves saber! (*Mateus*, xxvi, 20, 25).

No triclínio, tal como ainda pode ver-se em Pompeia, os convivas agrupavam-se sobre três divãs dispostos em volta da mesa, deixando desimpedido o quarto lado para, por ali, ser feito o serviço. O lugar a meio da mesa do fundo era o de maior categoria. O que lhe ficava à direita era chamado «o

seio do pai de família», pois que, encontrando-se os convivas apoiados no cotovelo esquerdo, o conviva da direita não tinha mais do que executar um ligeiro movimento para cair sobre o peito de quem presidia à refeição. Esse lugar era ocupado por João, o discípulo dilecto. À esquerda devia estar Pedro. Quanto a Judas, esse ocupava, provàvelmente, a extremidade de uma das outras séries de convivas, como intendente que deve poder sair sem incomodar ninguém.

Cada vez mais inquietos, os discípulos entreolhavam-se. Ora João — ele não cita o seu nome no seu Evangelho, mas a identificação é incontestável — tinha-se recostado sobre o peito do Mestre. Pedro fez-lhe sinal: «A quem se refere ele?» Em voz baixa, João interrogou Jesus: «Senhor, quem é esse? — É aquele a quem eu der um bocado de pão molhado». E, tendo molhado um bocado de pão, deu-o a Judas (*João*, XIII, 23, 26). No texto de São Mateus, Jesus indica o traidor por outra forma: «É aquele que meter comigo a mão no prato...» Os dois sinais aludem a costumes ainda hoje observados no Oriente. Meter a mão no prato com alguém, é, para os Árabes da Síria e Transjordânia, uma espécie de rito; se, involuntàriamente, um conviva estende os dedos para um bocado que outrem deseja, deita-lhe mau olhado; quando dois homens, de igual categoria, comem da mesma taça de tâmaras, devem cobri-la com um véu. E quem quer que tenha viajado em países muçulmanos, conhece decerto a honra, por vezes perturbante, do oferecimento desses bocados que o anfitrião nos estende por cima da mesa, num intuito tão delicado quão pouco higiénico, como sucede com os rins, ressumantes de gordura, que ele extrai do *méchoui*.

O gesto, da parte de Jesus, seria, porventura, um derradeiro esforço para arrancar o desgraçado Judas de si próprio? Há momentos em que a alma está tão cheia de violência e de rancor, que um impulso de amizade, em vez de a conduzir à luz plena, a mergulha ainda mais na noite. «Logo que Judas pegou no bocado, Satã entrou nele». A cena só deve ter sido percebida por João e pelo próprio interessado. «O que estás a fazer, faze-o depressa», acrescentou o Mestre. Nenhum dos convivas compreendeu por que razão ele dizia aquilo. Alguns pensaram que, sendo Judas o detentor da bolsa, Jesus lhe dava

alguma ordem para ir comprar qualquer coisa para a refeição, ou, até, para ir entregar, em nome de todos, a esmola legal da Páscoa. «Judas saiu à pressa. Era de noite» (*João*, XIII, 27, 30).

«Era de noite...» Impressionante exactidão de testemunha que viu abrir-se a porta sobre a obscuridade do terraço, e desaparecer nas trevas o traidor que corria direito à sua perdição. Mas a menção daquele pormenor, digna de um grande escritor, não nos faz despertar no espírito uma outra imagem? — a das trevas mais impenetráveis em que, dominado por um destino monstruoso e que o seu crime levava às cegas, se ia lançar aquele homem empedernido pelo repúdio?

«Isto é o meu corpo...»

A refeição estava a terminar. É nesse instante que, dando à antiga oblação pascal um significado novo e um rito novo, Jesus faz o gesto e pronuncia as palavras pelas quais toda a tragédia do dia imediato tomará o seu sentido. Segundo os textos sinópticos — que as referem com mínimas variantes (*Lucas*, XXII, 19, 20; *Marcos*, XIV, 22, 24; *Mateus*, XXVI, 26, 28) — confirmados também pela primeira Epístola aos Coríntios, onde São Paulo os comenta, — os acontecimentos desta cena tão breve escalonam-se assim:

«Jesus pegou em pão, deu graças a Deus, e a seguir, abençoou-o, partiu-o e distribuiu-o pelos discípulos, dizendo: — Tomai! Comei! Isto é o meu corpo que se entrega por vós. Da mesma sorte, pegou no cálice, deu graças, abençoou-o e apresentou-o aos discípulos, dizendo: — Bebei dele todos; é o cálice do meu sangue, o sangue da nova aliança, que será derramado por vós e por muitos, a fim de que sejam remidos os pecados. Fazei isso, em memória de mim.»

Diante destas poucas linhas em que se exprime a suprema mensagem de Jesus vivo, haverá algum crente que se não sinta preso do desejo único de silêncio e de adoração? Qualquer que seja a interpretação que se lhes dê, — a da presença real, segundo os católicos, a do símbolo e da comemoração, segundo a maior parte das seitas da Reforma, — nem

por isso é menos verdade que elas marcam o momento mais alto da vida de Jesus, aquele em que o seu testemunho vai até à voluntária oblação, e em que se resume o mistério dAquele que não é apenas um doutrinário incomparável, mas a vítima oferecida para a salvação do mundo.

A crítica livre evoca neste ponto as cerimónias totémicas, nas quais os povos primitivos julgavam absorver a virtude divina dum animal sagrado devorando-lhe a carne. Aproximou-se também o rito cristão do da absorção do sangue, muito seguido entre os zeladores do asiático Sabázio e do grego Dioniso, ou à «teofagia» praticada pelos mistos do Orfismo. Confrontos dolosos, estes, porque não abrangem senão o que é exterior e desconhecem a própria essência da intenção. Unir-se a Deus, foi, em todos os tempos, o mais nobre desejo do homem. Este desejo, deglutição de Deus e refeições sagradas exprimem-no dum modo material e bárbaro. No rito cristão, existe coisa diferente. Tomadas na plenitude do seu sentido, as palavras de Jesus significam claramente que, absorvendo o pão e o vinho, é a carne e o sangue dEle que o fiel absorve, por mais indigno que seja: a transformação da substância é um facto, independente das intenções de quem toma parte na refeição sagrada. Se Judas houvesse «comungado» (o que não parece ter sucedido) teria — também ele — recebido a carne e o sangue de Jesus. Neste sentido, não é admissível que uma tal deglutição se localize na linha tradicional duma humanidade [1] muito antiga. Mas não se trata, de nenhum modo, de uma operação de magia, que, por simples ingestão duma substância pressuposta divina, garantisse a um iniciado a salvação; para que, no Sacramento, a união do crente a Deus se possa efectivar, é preciso muito mais: a intenção, a purificação, e o desejo de amor. A realidade da deglutição persiste, mas o que ela tem de grosseiro atenua-se, transformando-se numa participação da alma em Deus.

Deve salientar-se aqui um dos pontos mais impressionantes em que se assinala «esse acordo, mais tácito do que

(1) No texto grego de São João (VI, 54, 58) o verbo que significa *comer* não é *esthiein* ou *phagein*, que se aplicava ao homem, mas *trógein* que significa *devorar*.

manifesto» (segundo a frase de Heráclito), do qual tantos exemplos se encontram nos quatro Evangelhos. A instituição do rito só é contada pelos Sinópticos, e, à primeira vista, é justificado o espanto pelo facto de São João nada dizer a tal respeito. A isto se responde que o Evangelista pretendeu apenas completar os seus predecessores. Assim é; no entanto, ele está a falar da Ceia, exactamente como os outros três, e ao chegar a esse ponto decisivo, emudece! Então recordamo-nos de que no seu Capítulo VI, onde vêm relatados episódios que puderam ser situados na Galileia, ele reproduzira um desenvolvido discurso de Jesus sobre o Pão da Vida, que os outros três evangelistas não referem. Aquele silêncio que lhe notamos explica-se: o facto de S. João não falar da instituição do rito, estabelece a mais flagrante correspondência entre o discurso e as frases que Jesus proferiu na Ceia, pois a circunstância de já existir aquele discurso no texto dispensa a repetição das outras frases. Ora não é esse discurso que esclarece as breves indicações que São Mateus, São Marcos e São Lucas nos deixaram sobre a misteriosa cerimónia do último repasto (1)? Ao ouvirem o Mestre dizer-lhes «Isto é o meu corpo...», poderiam os Apóstolos não se lembrar das palavras já antigas e que, então, lhes haviam parecido «duras» — aquelas em que ele lhes dissera: «Eu sou o Pão da Vida... Quem comer deste pão viverá eternamente, e o pão que eu der será a minha carne — sacrificada para a salvação do mundo»? Mas, no discurso do Pão da Vida, como se encontra bem vincado o sentido moral e espiritual! Como se perde qualquer tentação de interpretação pela magia! Quem é que compartilha do Pão da Vida? — Aquele que «ouviu o Pai e recebeu o seu ensino» e «aquele que crê» em Jesus. Este apelo a uma total renovação interior, indispensável a quem deseje unir-se a Deus, não deviam, portanto, os Apóstolos tê-lo esquecido no momento em que, sob uma forma mais solene, mais imperativa, Jesus voltava às suas estranhas palavras de outrora: «A minha carne é, na verdade, um alimento, e o meu sangue uma bebida. Quem comer da minha carne e beber do meu sangue, ficará morando em mim, e eu morando nele».

---

(1) Ver atrás, págs. 283-284.

A Igreja católica conclui que o sacramento da Eucaristia nasceu destas palavras e destas atitudes de Jesus. «O Sacramento — diz certo teólogo [1], numa fórmula feliz — é o sensível espiritualizado, a natureza sublimada». Ora a Igreja afirma que o corpo de Jesus está presente — não *no* pão, nem *no* vinho, o que é o ponto de vista luterano — mas sob as aparências ou espécies materiais, depois de misteriosamente transmudada a própria realidade. O dogma da Transubstanciação reside aí: como se explica a *presença do corpo de Jesus*, não presença local, no sentido vulgar da expressão, e, todavia, incontestável e um pouco semelhante, se se quizer, à presença da alma no corpo humano? Este é problema da competência da Teologia.

A História diz que este rito, tomado no sentido que o catolicismo lhe dá, é extremamente antigo na Cristandade. A primeira epístola aos Coríntios, escrita em 57, refere-se-lhe, como uso estabelecido nas comunidades primitivas; nesse texto lê-se o seguinte passo que parece confirmar perfeitamente a interpretação tradicional, por considerar o rito tanto no seu significado mais concreto como no seu alcance espiritual: «Todas as vezes que comerdes deste pão e beberdes deste cálice, anunciareis a morte do Senhor até ao dia em que ele venha. Portanto, todo aquele que comer o pão ou beber o cálice do Senhor indignamente, será réu do corpo e do sangue do Senhor. Que cada homem, pois, se examine a si próprio, e assim coma deste pão e beba deste cálice; porque, quem dele comer e beber sem distinguir o corpo do Senhor, comerá e beberá a sua própria condenação» (I *Cor.*, XI, 26, 29). Na cripta de Lucínia, nas catacumbas romanas de São Calisto, vê-se um peixe — imagem de Cristo como se sabe, por uma espécie de um jogo de palavras, pois as letras do vocábulo grego *Ichtus* constituem as iniciais de Jesus Cristo, filho do Divino Salvador — vê-se um peixe que parece transportar duas cestas de pães redondos, entre os quais, e por transparência, nitidamente se distingue um frasco de vinho tinto. Esta evocação do sacramento da Eucaristia é verosìmilmente anterior ao ano de 150.

---

(1) O Padre Masure, professor do Grande Seminário de Lille.

Assim, de século em século, reproduzindo pelos gestos da missa aqueles que Jesus realizou durante o seu último repasto, a Igreja oferece aos seus fiéis o pão pelo qual eles «comungam» o Deus vivo; e em todo o sacerdote, no momento em que levanta a hóstia e o cálice, pronunciando as formas litúrgicas da consagração, sobrevive — tal como a vemos, rica de juventude e de serena majestade, no frontispício da catedral de Reims, — a imagem do Messias, que, sabendo a morte próxima, dizia aos seus discípulos: «Isto é o meu corpo, isto é o meu sangue».

Último ensinamento e última oração

Terminado o repasto, era costume muito grato aos Judeus continuarem a conversar — não tanto como em Roma, para darem pretexto a novas libações, mas antes pelo prazer muito semita de falar. Deste supremo colóquio nada dizem São Mateus e São Marcos, por imaginarem, de certo, que Jesus não fizera senão repetir o que ensinara anteriormente. São Lucas conta apenas muito pouco em alguns dos seus versículos (xxii, 31, 38). São João, todavia, consagra-lhe numerosos capítulos (xiii, 31 a xvii, 26), e num tom tão directo e tão fervoroso que faz com que não haja em todo o seu Evangelho outro passo em que melhor se sinta a recordação fiel e comovida, o testemunho; tem-se perguntado, por vezes, — para explicar a falta de ordem que existe no texto e as estranhas palavras com que termina o capítulo xiv, e que parecem denotar uma saída no meio da conversa — se o Apóstolo teria narrado por duas vezes os episódios daquelas últimas horas a fim de se completar a si mesmo, e se os capítulos xv e xvi não serão um aditamento. É possível também que João tenha agrupado nesse discurso, — que ocupa no iv Evangelho lugar tão importante como nos Sinópticos o sermão da Montanha — ensinamentos ministrados por Jesus noutras ocasiões. Mas todos os seus elementos estão associados e harmonizados sob a luz de uma espécie de misteriosa suavidade, como se as palavras adquirissem uma ressonância mais emocionante na proximidade do adeus supremo.

É um colóquio de família. Para falar aos seus onze fiéis, naquele instante que ele sabe ser o último, Jesus encontra palavras duma ternura pungente. «Meus filhos, já não estarei convosco senão por pouco tempo...» Aos que o interrogam, a Tomé, a Filipe e a Judas Tadeu, responde calmamente, mesmo quando eles, pobres homens, confessam, sem fingimento, estarem muito longe de haver compreendido o sentido do drama em que estão envolvidos. Ao excelente Pedro que, arrebatado pelo entusiasmo e não despido de presunção, lhe garante: «Senhor, estou pronto a ir contigo para a prisão e para a morte!», faz ele este prognóstico, meio jocoso, meio triste: «Tu darás por mim a tua vida... Ah! Pedro, em verdade te digo: antes que o galo cante duas vezes, três vezes me terás negado!» É que Jesus, que tanto amava a humanidade, nunca teve ilusões a seu respeito!

Depois, a pouco e pouco, o tom da conversa torna-se mais grave. É flagrante o contraste entre ele, o Mestre, e aqueles homens que raciocinam como homens, que lhe pedem pormenores vulgares e prenúncios tangíveis do próximo futuro. — «Para onde vais, então, Senhor? pergunta um. Qual é o caminho desconhecido de que falas?», — enquanto outro lhe pede que lhes faça ver Deus, frente a frente! — e Jesus, tão alto, tão puro, já quase desprendido da terra e regressado à eternidade, cujos mistérios comenta com uma simplicidade sublime.

O que ele lhes disse, a esses Apóstolos que ignoram estarem a ouvi-lo pela derradeira vez, foi, em primeiro lugar, a essência de quanto lhes ensinara durante mais de dois anos. Afirmação solene da sua missão divina: «Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida: ninguém chega ao Pai senão por mim... Eu sou a cepa da vinha. Quem se conserva em mim e naquele em quem eu moro, produzirá muitos frutos. Mas o que se afasta de mim, será como o sarmento seco, que se deita ao lume». Necessidade e poder da Fé. «Acreditai, sob a minha palavra, que eu estou no Pai e o Pai está em mim... Em verdade vos digo que tudo quanto pedirdes, em meu nome, ao meu Pai, ele vo-lo dará». E, acima de tudo, obrigação de amor; não apenas aquela grande lei da caridade que ele declarou universal, porém mais especialmente a da ternura fraternal do cristão, aquela que, no tempo das primeiras comunidades

cristãs, haverá de ser tão bela e forte que até os próprios pagãos a reconhecerão como verdadeira: «Amai-vos uns aos outros; amai-vos como eu vos amo a todos!»; é este o «novo mandamento».

Mas, através do enunciado destes grandes princípios, reaparece, obstinada, uma imagem, um terrível pressentimento. Como não haviam os Apóstolos, ouvindo aquelas palavras, de ficar preocupados, agitados por viva inquietação? Umas vezes era sob a forma dum extraordinário triunfo, outras sob a duma paixão terrível, que o futuro se desvendava, não menos inquietador dum modo que do outro. «Deus foi glorificado no Filho do homem; em breve, ele próprio o glorificará... Vou-me embora... Não se perturbe o vosso coração!... Digo-vos estas coisas, enquanto estou junto de vós... Não terei convosco outras conversas, pois está próxima a hora do Príncipe deste mundo... Agora, deixo o mundo e volto para junto do meu Pai...» Impossível qualquer equívoco sobre o significado destas frases.

E, pior ainda, talvez para acentuar entre aqueles que o escutam a angústia do drama que se aproxima, Jesus de novo lhes anuncia a sorte que os espera: «Lembrai-vos das minhas palavras: o servo não é maior que o senhor. Se me perseguiram, também, a vós, vos hão-de perseguir. Expulsar-vos-ão das sinagogas e até chegará a hora em que todo aquele que vos fizer morrer acreditará haver feito um sacrifício grato a Deus». Não havia então, nenhuma esperança, nenhuma luz naquelas trevas? Pelo contrário. De todas essas profecias pavorosas, é uma luz intensa que surge. «Coragem! Eu venci o mundo! Coragem, não vos deixarei na orfandade! Deixo-vos a minha paz, dou-vos a minha paz. Não pode haver maior amor, do que o dar a vida pelos amigos...» Todo o mistério do sacrifício que se avizinha é revelado, uma vez mais, por estas palavras tão singelas e tão belas. Fecundíssimas promessas adejam sobre aqueles dez homens reunidos e atentos: a promessa da Ressurreição! «Ainda mais um breve instante, e já não me vereis; ainda um breve instante e ver-me-eis...»; promessa da vinda do Espírito Santo que tornará, por fim, as coisas perfeitamente compreensíveis, iluminará as almas com a sua claridade, e completará, na ordem do conhecimento, o que foi adquirido pelo amor: «O Consolador, o Espírito Santo, virá.

Em meu nome o enviarei. Ele vos ensinará todas as coisas e vos repetirá tudo o que eu vos tiver dito. E há-de guiar-vos pelo caminho da verdade». A doutrina, da qual São Paulo há-de fazer o inesgotável comentário, encontra-se aí, integralmente, nessa meia dúzia de versículos em que o Apóstolo muito amado reúne as suas recordações: para que o homem seja salvo, é preciso que o Messias morra; esta morte é o acontecimento que institui a nova lei e inaugura um tempo novo; mas, logo que a morte se der, o pecado será vencido, a salvação será possível e, iluminado pelo Espírito Santo, o homem poderá atingir Deus, por intermédio de Jesus.

Tudo foi dito. E, arrebatado pelo que nele existe de mais sobre-humano, Jesus, dali em diante, por sobre os fiéis, dirige-se ao Pai. Pronuncia a «oração sacerdotal» que é, porventura, o passo mais místico de todo o Evangelho, monólogo do Deus vivo, falando ao Deus invisível, de igual para igual.

«Pai, é chegada a hora. Glorifica o teu Filho, para que o teu Filho te glorifique a ti, pois concedeste-lhe poder sobre toda a carne, a fim de que possa dar, àqueles que tu lhe deste, o galardão da vida eterna. Esses homens eram teus, e eu guardei-os para ti; sabem agora que, tudo quanto dei, vem de ti. Reconheceram que saí de ti e que tu me enviaste. É por eles que eu rogo. Eu já não pertenço ao mundo, mas eles, ainda estão no mundo. Pai Santo, guarda-os, a todos aqueles que me confiaste, a fim de que não sejam senão um, como tu e eu não somos senão um. Faze com que sintam neles a plenitude da tua alegria! E não rogo só por eles, mas por todos os que, pela sua palavra, hão-de crer em mim, para que todos sejam um, em nós. Pai, quero que aqueles que me deste sejam comigo no lugar para onde vou; não me amaste desde a criação do mundo? Que o amor com que me tens amado, seja neles; e que eu, do mesmo modo, esteja em todos eles!»

Jesus calou-se. Soara a hora de abandonar a sala, de se dirigir ao monte das Oliveiras, para onde estava previsto o seu retiro. Como, no decorrer do seu discurso, havia dito que a hora de lutar chegaria para os Apóstolos e que, nessa ocasião, uma espada seria mais útil que um manto, eles, interpretando sempre o símbolo no sentido mais material, mostraram-lhe que tinham armas; podiam afrontar os perigos da

noite. «Senhor, temos duas espadas. — É quanto basta!», respondeu-lhes Jesus. Deveria ter sorrido, com infinita piedade, ao pronunciar essas palavras, nota São Cirilo de Alexandria. Ironia indulgente do homem sobrenatural que tendo avaliado a profundidade de todas as misérias, de todas as incompreensões, tirava dessa experiência dolorosa, não a amargura e o sarcasmo do misantropo, mas fundamento para maior afecto.

Depois, partiu. Construída quase no ponto mais elevado de Jerusalém, a casa do Cenáculo devia ter vistas sobre o conjunto dos bairros da cidade. Muito perto, o palácio dos Sumos Sacerdotes; à esquerda o de Herodes, perfilado em face dos jardins do Gareb; em frente, para lá da sombra oblíqua do Tiropéon, e para além de Ophel e de Sion, muito juntas, — ao pé do Templo, a Antónia, mole pesadíssima, imagem dum opróbrio. Jesus, olhando em derredor, podia contemplar as três diferentes «fases» do seu «processo». Mas, oculto pelo bloco quadrado da torre de David, o Gólgota não podia ser visto. A lua de Nisã brilhava sobre a cidade adormecida, o plenilúnio pascal, «bendito por causa da libração». No alto da torre Fasael, bailavam as chamas duma fogueira de vigia. Mas, na sombra de qualquer cloaca policial, Judas, por sua vez, também velava.

CAPITULO DÉCIMO

O «PROCESSO» DE JESUS

Gethsemani

PARA ir do Cenáculo ao monte das Oliveiras, o caminho mais directo teria sido ir pela ponte que, atravessando o Tiropéon, levava até ao Templo, e, daí, depois de transposta a esplanada, sair pela Porta Dourada. Todavia, ninguém, excepto os sacerdotes, penetrava de noite no Lugar Santo. Jesus e os discípulos foram, pois, obrigados a descer aos bairros baixos, a fim de contornarem o cunhal sudeste das muralhas, seguindo, talvez, por aquela rua de degraus que os Padres Assumpcionistas puseram a descoberto nas suas terras, artéria cómoda, de degraus tão espaçosos que burros e camelos podiam por eles subir e descer. No fundo do vale estreito, o Cédron fazia correr as águas turvas que lhe deram o nome — o qual, em hebraico, significa «negro» ou «sujo». Na Primavera essas águas apenas duram quatro ou cinco semanas, o máximo; mas, nesse curto espaço de tempo, elas rugem e correm com violência, antes que a estiagem transforme o ribeiro num leito seco, eriçado de calhaus.

O lugar que naquela última noite ia acolher Jesus, era uma propriedade plantada de oliveiras, que São Marcos e São Mateus denominam Gethsemani, o que significa «engenho do azeite». Sem dúvida seria uma dessas instalações ultramodestas, como tantas que se vêem ainda hoje na Palestina, para as quais os proprietários das regiões circunvizinhas levam as azeitonas, e onde um burro, atrelado a uma barra giratória, faz mover pacientemente as mós de madeira rija.

Hoje, num jardinzito sobremodo tosquiado, circundado por

várias cornijas floridas, vêem-se oito troncos enormes, quase inteiramente ocos e quase reduzidos à casca, donde brotam ainda débeis ramos em que amadurecem raras azeitonas: não é nada provável que esses nobres destroços hajam, quando jovens, abrigado Jesus, porque, se a oliveira tem uma vida quase eterna, e se algumas existem em Corfu e Mitilene que passam por ter para cima de mil anos, a verdade é que, por ocasião do cerco de Tito, nenhuma árvore poderia ter ficado naquela região, pois ela foi teatro dos mais bárbaros combates. A vinte metros do cercado, existe uma capela subterrânea, com vitrais violáceos, infelizmente de gosto medíocre, cheia do odor e do clarão ardente de cem tochas: já hoje ninguém acredita que tenha sido esse o lugar da Agonia de Jesus, o sítio onde se iniciou a série dramática dos fastos da Paixão, — depois que os Franciscanos desenterraram, na própria cerca de Gethsemani, as ruínas duma basílica do século IV que comemorava a hora da agonia.

«Sentai-vos aqui — disse Jesus aos seus discípulos, quando penetraram no jardim. Eu retiro-me para orar. E vós rezai também, para não sucumbirdes à tentação. — Levou consigo apenas Pedro e os dois filhos de Zebedeu, Tiago e João. O terror e a náusea, a tristeza e a angústia começavam a invadi-lo. — A minha alma está triste até à morte — declarou: ficai aqui, e velai comigo, ao mesmo tempo! Depois, afastando-se à distância a que atingiria uma pedra arremessada, ajoelhou-se e, de face contra a terra, suplicou: — Meu pai, se é ainda possível (e a ti tudo é possível!) desvia de mim este cálice de amargura. No entanto, seja feita a tua vontade, e não a minha!»

Hora estranha, perturbadora, que os três Sinópticos igualmente descreveram (*Mateus*, XXVI, 36, 46; *Marcos*, XIV, 32, 42; *Lucas*, XXII, 40, 46). A noite devia estar fria, naquele retiro de sombra; do outro lado do Cédron, erguiam-se as paredes do Templo, azuis sob o luar, rematadas pelas colunatas dos pórticos. O rugir da torrente e o silêncio associavam-se ìntimamente, e eram interrompidos a intervalos regulares pelo brado da guarda romana no alto dos torreões da Antónia. Jesus, — a vinte passos de distância dos amigos, mais só que no deserto de Qarantal, — sofre — nessa hora em que o Destino lhe vai

cravar as garras, — na mais tremenda crise que jamais havia experimentado, o embate moral das suas duas naturezas.

Simples homens — os seus discípulos haviam adormecido. «Então — observou-lhes, ao regressar para junto deles — não conseguistes velar uma hora comigo!... Ah! o espírito está pronto, porém, a carne é fraca!» Regressando à sua solidão, repetiu a súplica confiante: «Meu pai, se é indispensável que eu beba este cálice, que seja feita a tua vontade! — Estava em agonia, no auge da angústia. A sua súplica tornava-se de cada vez mais desesperada: um suor frio perlava-lhe a fronte, como gotas de sangue, que deslizavam até ao chão. Então, um anjo, vindo do céu apareceu-lhe e deu-lhe alento».

Esse suor de sangue, apenas mencionado por São Lucas que era médico, assinala, a toda a luz, o lado humano de Cristo, naquela hora de abandono. O fenómeno fisiológico da *hematidrose*, tem sido observado, por vezes, em casos de aflição extrema, em que a natureza arranca, do mais íntimo dos seres, as manifestações mais singulares, tal como o instantâneo embranquecimento dos cabelos. E é bem a humanidade de Jesus que, naquela circunstância, em primeiro lugar, nos comove o coração. Este homem a quem a morte espreita, e que a respira com os perfumes da noite, que a escuta no bramido da torrente, não pode evitar que a sua carne se não perturbe nem revolte: tem trinta anos e é forçoso que morra! Nada, em todo o Evangelho, nem mesmo a cena da Tentação, atinge tal profundeza de verdade psicológica: esse coração desorientado, essa consciência assim entregue à vertigem, a ponto de ter chegado a implorar de Deus um milagre que viria destruir por completo a sua acção, compreendemo-los nós muito bem! Se Jesus não tivesse existido, se toda a sua história não fosse mais do que o produto dum trabalho hagiográfico, teriam, porventura, os narradores inventado esse episódio em que Jesus tão digno de lástima se revela? Os mártires que veremos cantar nos suplícios, a pequena Blandina de Lião, por exemplo, pouco nos ensinam — ou, talvez, muito! — tão excepcional nos parece a graça que os anima. «O exemplo de Jesus, escreve o P.e Lebreton, mostra-nos que Deus não condena as angústias da nossa natureza, e que a mais alta virtude do cristão pode contentar-se em conseguir dominá-las sem a pretensão de as abafar».

Mas, naquele dramático episódio, há coisa muito diferente de uma confissão comovedora de fraqueza humana. Essa carne perturbada é a de um Deus; essa consciência em desatino sabe, não obstante, a que é que ascende. A propósito de certos estados místicos em que o ser criado sente a amargura de tais dilacerações, escreveu a grande Santa Teresa: «Não vem à alma qualquer consolação, nem do céu onde ainda não habita, nem da terra, da qual já nada quer». *Agonia*, vocábulo grego empregado por São Lucas, não significa apenas, como entre nós, antecâmara da morte, pois que exprime, violentamente, a ideia do combate, do drama. Foi neste sentido que o tomou Miguel de Unamuno, intitulando um livro, de *Agonia do Cristianismo;* combate da força divina contra a fraqueza humana; combate, da alma mais íntegra que jamais houve, contra o Poder das trevas, contra a tentação da fraqueza e da renúncia, eis o que fulgura neste rápido episódio. E o sobre-humano é ali tão manifesto que todos, ou quase todos, os artistas que tentaram evocá-lo, não foram capazes de produzir senão efeitos banais, declamatórios, como um Falconet, um Chassériau, um Delacroix — Rembrandt apenas tendo conseguido, numa gravura que não é mais do que um esboço cheio de claridades lunares e de insondáveis manchas de sombra, aproximar-se da grandeza trágica. «Jesus, escreverá Pascal, sofre na sua Paixão os tormentos que lhe infligem os homens, mas, na agonia, sofre os tormentos que a si próprio se dá: *turbare semetipsum.* É o suplício imposto por mão que não é humana, mas todo poderosa, pois que será necessário ser todo poderoso para o suportar».

O verdadeiro sentido do episódio, o mais profundo, não é o de ele ser uma prova de amargura, mas o de ser a afirmação dum consentimento decisivo. Torturado pela angústia, prostrado em face da morte, Jesus nem por isso deixa de repetir, numa espécie de tartamudez sublime: «Não o que eu quero, Pai, mas sim o que tu queres». A união do Filho com o Pai é aqui perfeitamente visível. Uma única vontade, um único plano. Quando Celso, o polemista anticristão do século II, declarar, escarninho, ser bem estranho um Deus que geme e se lamenta, em vez de revelar a sua força por um milagre sobre os seus inimigos, confessará apenas, muito simplesmente,

que nada compreendeu do Cristianismo. A miséria e a náusea de que fala a Escritura e que invadiram Jesus, são as mesmas que o pecador conhece bem, por experiência: «Ele que não havia conhecido o pecado, Deus o fez pecar por nós...», há-de dizer São Paulo (II *Cor.*, v, 21), o que o Padre Pratt comenta deste modo: «O pecado não foi transferido dos homens para Cristo, mas estendeu-se dos homens sobre Cristo, representante da natureza humana... Na nossa ordem de providência em que a Redenção se opera segundo o princípio da solidariedade, Jesus Cristo deve ser homem para resgatar os homens, escravo da Lei para libertar os escravos da Lei, membro de família pecadora para salvar os pecadores, revestido de carne para vencer a carne no seu próprio terreno...» É a própria intenção do Cristo e da sua vinda à terra, que o episódio de Gethsemani revela; é o pecado do homem que o homem-Deus toma sobre os ombros, no momento em que vai resgatá-lo pela morte. É toda a angústia do mundo, que ele engrandece e à qual dá significado.

Entretanto, ao longe, um ruído confuso — murmúrios de vozes e tinidos de armas — deveria fazer-se ouvir. O clarão dos archotes deveria avistar-se. Jesus ergueu-se, voltou para junto dos seus discípulos. Dormiam ainda: «Agora podeis dormir — murmurou ele — está próxima a hora em que o Filho do homem será entregue aos pecadores». Ironia mordaz — pensaram alguns comentadores misantropos; mas, não: piedade, infinita piedade. A salvação de todos competia, de futuro, a ele só, a ele que acabava de dominar o medo, a morte e o pecado.

A prisão

Judas conhecia bem o local em que Jesus devia passar a noite: não era aquela a primeira vez que o grupo dos Apóstolos lá ia com o Mestre. Talvez que, seguindo-os de esquina em esquina, o traidor houvesse espionado os passos dos seus antigos amigos, desde o Cenáculo até Gethsemani. Quando teve a certeza de que tudo correria como ele tinha previsto, correu a avisar os Sacerdotes e Anciãos. Era preciso apressarem-se:

em primeiro lugar — para procederem à prisão num local discreto; e, em seguida — para que o assunto ficasse liquidado antes de soarem os repiques legais da Páscoa. Acompanhou-o uma escolta de fâmulos do Templo empunhando lanternas e archotes, soldados e numerosa multidão armada de espadas e varapaus.

«Ora o traidor tinha-lhes dado este sinal: — Aquele a quem eu der um ósculo — é Ele... Prendei-o, e tende cuidado, ao levá-lo. Nesta conformidade, Judas avançou. — Salve, Mestre — disse-lhe. E deu-lhe um beijo. — Amigo, que vieste fazer? — exclamou Jesus. Atraiçoas o Filho do homem, por um beijo!» Em seguida, acrescentou, tão profundo que nem o próprio Judas o deve ter compreendido: «Esta é a vossa hora, e o poder das trevas» (*Mateus*, XXVI, 50; *Lucas*, XXII, 48, 53).

Era um costume muito arraigado, o do discípulo beijar a mão do mestre: o Talmude faz disso uma obrigação. Todavia, a imutável tradição artística representou sempre um beijo na face; na Arena de Pádua, Giotto imortalizou o gesto horrível daquela cabeça bestial, de fronte curta, e na boca rude entreaberta o sarcasmo silencioso dum mau padre; nada, porém, autoriza semelhante pormenorização. Beijo horrível, revoltante, antepassado de todos os beijos de traição que constituem a moeda corrente dos afectos humanos, mas que, talvez tenha um significado menos ignóbil, como se, no instante decisivo, um supremo remorso houvesse inibido Judas de apontar para Cristo com o dedo e exclamar: «É aquele!»

Põe-se aqui uma pergunta: a quem cabe a responsabilidade daquela prisão? Eis aqui uma pergunta que domina esta questão judiciária, inteiramente, desde o início até à solução final. Qual das duas autoridades legais — a judaica e a romana — arca, aos olhos da História, com o peso da morte de Jesus? O menos que se pode afirmar, é que semelhante prisão não dá uma ideia muito favorável dos métodos judiciários a que obedeceu. Sente-se, em tudo aquilo, que andou ali uma paixão ou se estabeleceu uma confusão, inconfessáveis. Pelo que referem os quatro Evangelhos (*Mateus*, XXVI, 47, 56; *Marcos*, XIV, 43, 52; *Lucas*, XXII, 47, 53; *João*, XVIII, 2, 12), é de admitir que os soldados romanos tenham colaborado na prisão: fala-se em *coorte*, em *tribuno*. (Em grego, *speira* não quer dizer coorte,

no sentido de «fracção do exército», mas apenas no de «tropa», e o *chiliarcha* é um oficial, sem mais nada, e não um *tribunus*, o qual, em Roma, era quase um general de brigada). Pode, portanto, admitir-se haverem os Romanos assistido à operação, a pedido, sem dúvida, das autoridades judaicas, sem que se saiba se foi o próprio Pilatos quem deu a ordem. Em compensação, a responsabilidade dos Judeus parece plenamente comprometida. São Marcos, São Mateus e São João dizem claramente que a tropa fora enviada pelos Príncipes dos Sacerdotes e Fariseus. Os «varapaus» que trazem aqueles esbirros lembram os que o próprio Talmude diz serem usados pelos Sumos Sacerdotes frequentemente contra o povo ([1]). No Evangelho, nunca se fala em qualquer mandado formal de captura e de modo nenhum se compreende como Renan pôde escrever que «um grande sentimento de ordem e de polícia conservadora presidiu a todas essas medidas». É o ódio, o pavor, uma soturna maquinação de políticos e teólogos que se pressente em toda aquela operação: o emprego da perfídia para se apoderarem dum homem que vivia à luz do sol, é revelador. Lançaram mão até dum meio ilegal, pois a lei moisaica era a única no mundo que proibia o emprego de espiões, por um artigo expresso do *Levítico:* «Não te oferecerás como testemunha contra a vida do teu próximo!» (XIX, 16).

«Jesus adiantou-se e disse: — A quem buscais? — A Jesus de Nazaré! — responderam eles. — Sou eu. A estas palavras, os homens recuaram e cairam por terra». O IV Evangelho, que é o único a referir este pormenor, acaso pretenderia fazer dele uma espécie de milagre, em que se manifestasse, uma última vez, o poder invencível do Filho de Deus? Ou quis apenas revelar o gesto de surpresa involuntária desses judeus, perturbados pela majestade calma de Cristo, essa mesma majestade que, conforme ainda nos devemos recordar, já uma vez obstara a que os guardas do Templo o prendessem? ([2])

Nesse momento, Pedro, o corajoso e impulsivo Simão Pedro, tirou a espada da bainha e pôs-se a esgrimir. Um servo do Sumo Sacerdote ficou sem uma orelha. «Mete a tua es-

---

([1]) Cf. atrás, pág. 177.
([2]) Ver, atrás, pág. 385.

pada na bainha, ordenou-lhe Jesus. Quem ferir com a espada, morrerá pela espada!» E tocando no homem, curou-o. São João, que escreveu muito depois destes factos, pôde afirmar que esse ferido se chamava Malcos, o que os Sinópticos omitem, decerto porque, como pretende a tradição, o tal homem se converteu após esse milagre, e teria sido perigoso, enquanto ele vivia, chamar as atenções para aquele facto. O nome de Malcos é frequente em Flávio Josefo e encontra-se muito divulgado, sobretudo entre os Árabes Nabateus; sem dúvida seria algum dos Beduínos ou Idumeus, muito numerosos tanto na guarda do Templo, como, aliás, nas tropas romanas. «Hei-de enviar-vos como ovelhas para entre os lobos», dissera Jesus aos seus discípulos: não se tratava, pois, de combater. «Viestes como se fosseis ao encontro dum facínora, armados de foices e varapaus — continuou, dirigindo-se à horda inimiga. — E, no entanto, eu estive no Templo convosco, e vós não me lançastes a mão. É esta a vossa hora, e o poder das trevas...» Mas já o haviam prendido e o arrastavam.

Teriam os Apóstolos ficado assustados, com aquele sereno conformismo? Teriam, porventura, obedecido, a um movimento súbito de pânico? Todos fugiram. «Um jovem seguia Jesus, coberto apenas com um lençol. Agarraram-no. Soltou-se e, largando o lençol, fugiu nu». Só Marcos refere o episódio, que dá bem a ideia de ser uma recordação pessoal. Muitos têm julgado que essas três linhas seriam como que uma assinatura discreta: quem poderia citar tal episódio, senão aquele mesmo que o viveu? Conjecturou-se que a propriedade de Gethsemani pertencia a Maria, mãe de Marcos, uma das santas mulheres que tinham auxiliado Jesus. Chamado pelo boato de prisão, o futuro evangelista nada mais teria podido fazer do que seguir Jesus, de longe. Acaso teria sido nesse instante que a fé o possuiu e que ele ficou, para sempre, a pertencer àquele vencido — votado às pancadas e à cruz?

Perante Anás

Pela artéria em degraus, e depois através de várias ruas em declive, seguindo o mesmo percurso que fizera uma hora

antes, Jesus foi conduzido ao mesmo lugar de onde partira. Jerusalém, à noite, é uma cidade estranha, intemporal, em que o visitante dos nossos dias evoca fàcilmente o percurso nocturno de Cristo, e do grupo inimigo que o cercava. Na penumbra, esquecem-se todos esses enormes monumentos, tão desproporcionados como absurdos, que a piedade das gerações edificou sem nenhum respeito pelas tradições arquitecturais da Palestina: não se vê outra coisa que não sejam altas paredes, ruas estreitas e em escadas, pavimentos batidos e escorregadios, e esses poços de sombra impenetrável que as casas formam de repente ao juntarem-se por cima da calçada. Pelos recantos de muitas ruas, há corpos a dormir, embrulhados nos mantos. A via dolorosa, que começava naquela hora e deve ter tido este cenário, só acabaria no Gólgota.

Mas, para onde conduziam Jesus? O pormenor é importante. Dos quatro evangelistas, apenas João responde com precisão: foi conduzido para casa de Anás, antigo Sumo Sacerdote. Pena é que o texto do IV Evangelho seja tão confuso ao tratar deste assunto. Aí se lê que «levaram primeiramente Jesus a casa de Anás, sogro de Caifás, o qual era, naquele ano, o Sumo Sacerdote» (XVIII, 13); vem depois uma cena de interrogatório, logo seguida pela negação de Pedro, que parece ser a que os Sinópticos localizam em casa de Caifás; e, a seguir, o versículo 24 em que se diz que «Anás remeteu Cristo, bem amarrado, para Caifás, o Sumo Sacerdote». Para se conseguir, simultâneamente, a sequência lógica e a concordância com os Sinópticos, será preciso colocar-se o versículo 24, logo após o 13 e o 14, lugar que, aliás, ocupa num velho manuscrito sírio e em Cirilo de Alexandria. Mas, de qualquer modo, nada mais se sabe sobre o que Anás disse a Jesus.

O simples facto de terem levado o acusado, em primeiro lugar, a casa de Anás, é, no entanto, significativo. Quem era Anás? Era um antigo Sumo Sacerdote; investido nessa função pelo legado Quirino, no ano 7 da nossa era, estivera em exercício até 14, data da subida de Tibério ao trono: «Tempo considerável», diz Flávio Josefo. Se bem que deposto pelos Romanos, continuava a ser altamente respeitado nos meios sacerdotais: e a prova é que conseguira fazer sucessivamente com que obtivessem a mitra e o peitoral, os cinco filhos e o

genro [1]. Era um homem hábil. «Não havia ninguém — diz ainda Josefo — mais esperto do que ele para enriquecer!» É muitíssimo provável que, naquela veneração que lhe era tributada, e naquela influência que todos lhe reconheciam, se escondesse um vivo sentimento da fronda anti-romana. Moralmente, ele era, sem sombra de dúvida, o chefe da comunidade judaica: assim pensou Renan, que vê nele «o principal actor desse drama terrível... e o verdadeiro autor do assassínio jurídico que ia cometer-se».

Que disse ele a Jesus? Decerto, nada. Bastar-lhe-ia haver puxado os cordelinhos daqueles que, aparentemente, conduziam a questão. Posta em marcha, Anás bem sabia onde ela haveria de ir dar. Pode imaginar-se o encontro daquele ancião afectado, hirto no seu formalismo, secretamente possuído por todas as paixões que a ambição e o temor fazem nascer no coração do homem, com o jovem Profeta que, um dia, arremessara aos indivíduos dessa espécie o anátema dos «sepulcros caiados». Depois de ter olhado para ele com atenção, Anás mandou embora Jesus.

Arqueólogos e exegetas mostram-se muito inclinados a admitir que os dois Sumos Sacerdotes, o antigo e o actual, habitassem no mesmo palácio, separados apenas por um pátio. Nesse meio tempo, Jesus foi, possìvelmente, encerrado em qualquer masmorra. Quanto à presumível localização do Palácio dos Sumos Sacerdotes, existe no fundo duma capela grega decorada a marfim e mosaicos de ouro, uma pequena sala, de tecto baixo, que lembra uma acanhada sacristia, e que pretende ser a prisão em que Cristo passou algumas horas dessa noite. As paredes encontram-se revestidas de faianças azuis, de tons suaves; duma janela alta, cai um feixe de luz dourada. Tantos lugares há em Jerusalém que já não falam ao peregrino, senão pela recordação que ele próprio lhes atribui e pelo invisível depósito espiritual acumulado neles, por milenárias devoções!

---

(1) Ver o Cap. *Um cantão no Império*, pág. 163.

Perante Caifás

A segunda fase conduziu Jesus à presença de Caifás. José Kaïâpha era o Sumo Sacerdote em exercício, ao qual, portanto, cabia a responsabilidade do processo político-religioso que se ia organizar contra Jesus. Elevado ao pontificado pelo procurador Valério Grato, no ano 18 da nossa era, conseguiu manter-se no cargo durante todo o tempo que Pilatos governou a Palestina, não vindo a ser deposto senão por Valério, legado da Síria; uma tão longa permanência nesse posto difícil, no qual, havia bastante tempo, os respectivos titulares se sucediam vertiginosamente, parece indicar a existência, naquele homem, de grandes faculdades de maleabilidade e adaptação. Para falar com franqueza, ele era um desses ambiciosos vulgares que, em todos os lugares e em todas as épocas, os poderosos sabem encontrar para lhes servirem de instrumentos. O móbil mais profundo da sua alma vil era o medo, esse medo das complicações que conhecem muito bem as pessoas que exercem funções importantes na administração: pois quê, um aventureiro, um homem da ralé, permitia-se perturbar a ordem estabelecida e, possìvelmente, incomodar Roma? A Teologia apenas devia ser o pretexto para se desfazerem dele.

Entretanto, Pontífices, Escribas e Anciãos do povo haviam acorrido ao Palácio dos Sumos Sacerdotes, avisados da prisão efectuada. À volta de Caifás encontrava-se, por conseguinte, reunida uma espécie de conselho. Aqui se levanta uma dificuldade cronológica. Os quatro Evangelhos não parecem concordar, a respeito do momento em que Jesus compareceu ante Caifás. Segundo São Mateus e São Marcos, tratava-se duma reunião nocturna, anterior ao cantar do galo. Depois, sendo já dia, uma segunda reunião teria sido celebrada. No IV Evangelho não existe, porém, mais do que uma comparência de Jesus, essa nocturna, enquanto que São Lucas, que, de igual modo, só a uma se refere, a diz realizada já de dia (*Mateus*, XXVI, 57, 66; *Marcos*, XIV, 53, 64; *Lucas*, XXII, 54, 66, 71; *João*, XVIII, 13, 14 e 19, 23). Três razões nos impelem a seguir, de preferência, a cronologia dos dois primeiros, isto é, a admitir uma comparência durante a noite, sem carácter oficial, ante-

rior à que se realizou perante o Sinédrio: primeiro, tais reuniões já as vimos, perfeitamente análogas, como por exemplo aquela em que fora decidida a prisão de Jesus; depois, psicològicamente, é muito natural que esses homens, que haviam decidido praticar aquela acção, tivessem pressa em se reunirem, mesmo durante a noite, para verem aquele que lhes caira nas mãos; finalmente, se não tivesse havido mais do que uma reunião nocturna, e se essa fosse a do Sinédrio, ela haveria sido duma ilegalidade tão flagrante que o formalismo judaico desaprovaria, dado que a *Mishna* o diz ainda com toda a clareza: «os processos em que estiver em jogo a vida de um homem, devem desenrolar-se à luz do dia» (¹).

Pode, portanto, reconstituir-se o que se passou: saindo de casa de Anás, Jesus foi conduzido à presença do grupo que tinha acordado em o fazer morrer; quando romper o dia, será o Sinédrio convocado para «julgar», mas a sentença estará lavrada antecipadamente e o grande conselho terá fatalmente de aderir a ela. Assim, o povo, colhido de improviso, não poderá reagir, e as autoridades romanas serão colocadas em presença do facto consumado. Tudo isto concorda com as conhecidas intenções de Caifás; porque — não devemos esquecê-lo — (e São João o recorda) fora ele quem invocara a razão de Estado e desejara «que só um homem morresse pelo povo» (²).

O Sumo Sacerdote interrogou Jesus, a respeito dos seus discípulos e da sua doutrina. Jesus respondeu-lhe: «— Falei abertamente ao mundo; falei sempre na sinagoga e no Templo, onde se reunem todos os Judeus. Nada disse em segredo.

(¹) De todas as vezes que, no decorrer deste Capítulo ou dos seguintes, citarmos textos talmúdicos, a fim de confrontar com os seus preceitos os actos dos indivíduos que julgaram Jesus, é de elementar honestidade fazer uma reserva prévia. Tendo o Talmude sido elaborado (nas suas partes mais antigas), pelo menos dois ou três séculos após a morte de Jesus, não é indiscutível que os usos e costumes que nele estão codificados, fossem já observados na época de Cristo. Contudo, muitos autores o admitem, porque o tradicionalismo judaico parece garantir a constância dos usos, e porque, de resto, a legislação talmúdica está na continuação da de Moisés.

(²) Nem todos os comentadores aceitam, porém, esse interrogatório nocturno, como, por exemplo, se pode ver no artigo do P.ᵉ Benoit, *in* «Vie Intellectuelle», de 25 de Fevereiro de 1940.

Por que motivo me interrogas? Aos que me ouviram, pergunta o que eu disse: eles conhecem a minha doutrina». Resposta tão hábil como verdadeira; não alude aos discípulos, para não os comprometer, e coloca o problema no seu verdadeiro campo, o de um processo tendencioso em que todo o interrogatório é farsa. «A tais palavras, um dos satélites deu uma bofetada em Jesus Cristo, dizendo:—É assim que respondes ao Sumo Sacerdote?» Se não fosse evidente, desde o início do processo, que a preocupação da legalidade não embaraçava em coisa alguma os inimigos de Jesus, seria de observar que tal bofetada era de uma ilegalidade categórica; o Talmude virá a fixar penas contra os juízes que batem ou mandam bater num acusado, e São Paulo, segundo os *Actos dos Apóstolos* (XXIII, 3), saberá muito bem declarar que as pancadas são condenadas pela Lei.

É, porém, inegável que estava decidido não empregar os meios ou fórmulas legais, senão na medida em que pudessem ser aproveitadas contra Jesus. Em todos os casos de importância, duas testemunhas, pelo menos, eram exigidas; a palavra de uma só não podia bastar *(Deuteronómio,* XVII, 6; XIX, 15; *Números,* XXXV, 30). Que a dúvida não seja essa: arranjam-se mais! Esta mistura de formalismo e de ilegalidade, vê-la-emos em todo o desenrolar deste drama judiciário. Interrogaram-se, portanto, diversos indivíduos, «mas os seus depoimentos eram contraditórios. Os últimos que se apresentaram, depuseram:—Ouvimo-lo dizer: Eu destruirei este Templo, construído pela mão dos homens, e, em três dias, construirei outro que não será edificado por mão de homem». Mas os depoimentos não condiziam. A lei judaica atribuía grande importância à exactidão dos pormenores no testemunho: no caso da casta Susana, não havia o grande profeta Daniel conseguido provar que eram impostores os dois velhos lúbricos, em virtude de um deles afirmar que avistara os reus debaixo dum lentisco, e o outro garantir que se encontravam debaixo dum carvalho verde? São Mateus e São Marcos referem, aliás por modos diversos, os depoimentos das testemunhas falsas: segundo o primeiro, Jesus teria dito: «Eu posso destruir o Templo»; segundo o outro, haveria declarado: «Destruí-lo-ei». Jesus o que na verdade dissera como hipótese fora *(João,* II, 19):

«Destruí este Templo, que eu o reconstruirei dentro de três dias» ([1]). Os acusadores da virtuosa Susana haviam, de acordo com a Lei, sofrido o mesmo suplício que teria merecido a sua vítima: a respeito daqueles que acusaram Jesus, homens às ordens de Caifás, não consta nada de semelhante.

O Sumo Sacerdote formulou, então, esta pergunta: «Acaso és tu o Cristo? o filho do Bendito? Dize lá! Pelo Deus vivo eu to conjuro!» Desta vez, perante uma intimação jurídica, feita pela autoridade competente, e em nome de Deus, Jesus nem mesmo pensou em se esquivar. Responde — *responsio mortifera!*: — «Tu o disseste, eu o sou. E eu vo-lo declaro: um dia vereis o Filho do homem sentado à direita do Poder Divino e vir sobre as nuvens do Céu». Então o Pontífice rasgou as vestes: — «Ele blasfemou!... exclama. Para que queremos nós mais testemunhas? Ouvistes a blasfémia! Que vos parece?... E todos responderam: — Merece a morte!»

A cena é bem conduzida e produz o desejado efeito. O ardiloso sacerdote conhece bem o método de empolgar a opinião. Contra Joana d'Arc, de igual modo, hão-de teólogos de não menor habilidade usar de processos análogos. Examinadas com rigor, levariam as palavras proferidas à conclusão assassina tirada pelos Judeus? Embora Caifás tenha rasgado a sua túnica «na extensão de uma palma», ou seja, de oito centímetros, conforme era de regra quando soava uma blasfémia, nem por isso é mais certo que se tenha dado o facto preciso, jurídico, da blasfémia. Blasfemar é dirigir insultos à majestade de Deus; mas, para haver esse crime, era necessário que o nome sagrado, revelado a Moisés — o nome de *Yahweh* — fosse empregado, e não qualquer daqueles sobrenomes então em voga, como «o Trono, o Bendito, o Poder divino» e, nem sequer, a abreviatura do nome divino — *Yah;* o Talmude explanará tais regras, longamente, com toda a meticulosidade. Empregando a expressão «Divino Poder», Jesus, ao mesmo tempo que afirmava a verdade da sua filiação divina, evitava o escândalo da blasfémia. Se mesmo tivesse empregado o vocábulo ultra-santo de Israel — o que ignoramos, pois o texto evangélico está escrito em grego — não seria apenas o Sumo

(1) Na ocasião, a frase parece não ter causado escândalo.

Pontífice que devia ter rasgado as suas vestes, mas sim toda a assistência. Tem-se, portanto, perfeitamente a impressão dum gesto de Caifás destinado a impressionar o auditório. De resto, para convencer um homem de blasfemo, seria indispensável todo um cerimonial que o Talmude conservou: Esconder duas testemunhas por detrás duma cortina, colocar o arguido em plena luz, e interrogá-lo precisamente para que ele empregue, na resposta, o vocábulo santo, e convidá-lo, finalmente, a retratar-se antes de ficar registada a sua falta: nada disto aparece observado naquele apressado interrogatório.

Quanto ao mais, dizer-se Messias, constituiria blasfémia? De modo algum. O sinedrita Nicodemo, que acreditava no messianismo de Jesus, seria um blasfemo? Parece que Caifás estabeleceu, como princípio, que Jesus não tinha direito algum a dizer-se Messias, mas isso não é suficiente para constituir uma base jurídica. Tudo quanto o acusado disse a respeito da glória do Messias e do seu regresso, não é mais do que uma consequência lógica da sua declaração inicial: ele aplicara a si próprio a profecia de Daniel (VII, 13, 14). Por conseguinte, a acusação de blasfemo não tem base. Quanto ao último argumento de Caifás, invocando a própria confissão de Jesus Cristo, era duma ilegalidade mais flagrante que tudo o resto, porquanto a Lei considerava írrita e nula a confissão do acusado, quando não tivesse a confirmação de testemunhas; por esse modo a Lei procurava impedir que um homem doente ou devorado de vergonha pudesse pôr legalmente fim à existência. Mas haverá necessidade de fórmulas, quando se trata de aniquilar um adversário político? Os fins, em casos tais, justificam os meios, e a justiça não serve senão para lesar a equidade.

A negação de Simão-Pedro

Enquanto se procedia ao interrogatório, alguns discípulos de Jesus, refizeram-se do seu momento de terror. Tinham sabido para onde fora levado o Mestre, e vieram rondar as cercanias do Palácio dos Sumos Sacerdotes. No Oriente, os pátios das casas ricas enchem-se ordinàriamente de basbaques, clientes

e servidores. A noite primaveril estava agreste; satélites e fâmulos haviam acendido uma fogueira no meio do pátio. Reunidos em círculo, em torno do braseiro, comentavam as novidades. Um dos apóstolos — João, provàvelmente, dado que é ele só, em seu Evangelho, quem fornece este informe — como tivesse algum conhecimento com Caifás, pôde, sem dificuldade, imiscuir-se no grupo. Pedro, que o seguira, aquecia-se também, no meio da turba.

Surgiu então ali uma criada do Sumo Sacerdote, uma daquelas raparigas que, segundo os usos judaicos, tinham a seu cargo guardar a porta. Reparando em Pedro, aproximou-se dele, fitou-o atentamente e exclamou: «Olhem!... Está aqui um dos que andavam com o Nazareno!» Depois, olhando-o cara a cara, confirmou: — «Sim! Tu estavas com Jesus da Galileia!» Toda a gente ficou esperando a resposta de Pedro. Ele negou: «Não, mulher; não o conheço. Nem compreendo mesmo o que queres dizer!»

Depois, afastou-se, saiu do pátio e foi para o vestíbulo. Mas, ao chegar ali, avistou-o outra criada e gritou aos escudeiros: — «Acolá está um que andava, com certeza, com Jesus de Nazaré!» Naquele instante, cantou o galo; demasiado absorvido pela inquietação que lhe devorava as entranhas, o apóstolo não se apercebeu do pormenor. Voltando para junto da fogueira, como que por bravata, negou uma vez mais fazer parte do número dos prosélitos de Cristo. — «Não, já disse! Não! É falso que conheça esse homem!». E acrescentou até um juramento.

Decorreu uma hora, e o incidente parecia ter esquecido. Então Pedro interveio nas conversas. Mas os aldeões da Galileia tinham um sotaque tão característico da sua terra, que em Jerusalém era fácil reconhecê-los mal abrissem a boca, precisamente como em Paris sucede com os Auvernheses. Confundiam as letras do alfabeto, e eram lendários os seus erros de pronúncia; afirma-se não ser possível distinguir, quando por eles pronunciadas, as palavras *'immar* (cordeiro), *camar* (lã), *hamar* (vinho) e *hamor* (burro). Por isso, os circunstantes disseram-lhe: «Vamos! Confessa que és do grupo! Denuncia-te esse teu modo de falar. És Galileu!» E um dos fâmulos do Sumo Sacerdote, parente daquele a quem Pedro cortara a ore-

lha, precisou a acusação: «Porventura, não te vi eu ao pé dele, no jardim?» Apertado assim, por todos os lados, o discípulo, desenfreadamente, desatou a mentir; pôs-se a multiplicar as juras e os protestos, e com grande reforço de imprecações, voltou a repetir: «Não! não! Não conheço tal homem! Não sei o que quereis dizer!»

No entanto, Simão Pedro não era um cobarde. Demonstrara-o quando Cristo fora preso. Há, porém, temperamentos que, seguros de si, na hora do perigo, suportam mal a sua aproximação. Na sua Epístola aos Gálatas, há-de São Paulo dar notícia de um incidente que teve Antioquia por cenário, e em que São Pedro parece haver cedido a um impulso de alma análogo, ou chegou mesmo, segundo a expressão de São Paulo, à «hipocrisia, afastando-se dos Gentios» (II, 11, 14). O erro de Pedro é talvez menos a cobardia física do que o respeito humano: humano, é-o deveras esse erro e quão semelhante aos nossos! Teve, ao menos, o valor de haver autenticado perfeitamente este passo do Evangelho, pois falsário algum o teria inventado, e São Marcos (que é quem dá do episódio a narração mais completa) como poderia tê-lo aceite, se o não tivesse sabido de boa fonte, verosimilmente do próprio Pedro?

«Naquele instante, o galo cantou pela segunda vez». Segundo testemunhas, como o P.e Lagrange, que observaram o cantar do galo na Judeia nos começos de Abril, o facto deveria ter acontecido entre as duas e meia e as três horas [1]. Teria o grito gutural, ecoando na noite, despertado a consciência do apóstolo? Naquele mesmo instante, aparecia Jesus, escoltado pelos guardas, saindo da sala do julgamento, e atravessando o pátio. Não há conveniência em presumir que tivesse escutado as últimas negações do seu discípulo: àquele que, com um simples olhar, havia trespassado Natanael, o segredo dos corações estava sempre franco. Esse mesmo olhar caíra também em Simão Pedro. E, de repente, acudiu a este a lembrança da profecia que lhe tinha sido feita: «Antes do galo cantar segunda vez»... Invadiu-o, então, aquela náusea que des-

---

(1) Garantem outros observadores que certas espécies de galos do Oriente, cantam repetidas vezes, durante a noite, com intervalos de uma ou duas horas.

perta no homem a aversão de si próprio, quando, sùbitamente, apreende a grandeza da sua abjecção. Saiu, e, uma vez no exterior, desfez-se em lágrimas.

Hoje, no local duma velha basílica do século v, da qual tomou o nome, ergue-se uma nova igreja, dita de *São Pedro ao Galicanto.* Fica a trezentos metros do Cenáculo, bastante longe do lugar tradicional do Palácio de Caifás, — o que dá motivo a discussões. «São Pedro ao cantar do galo!» É esta, por certo, a única igreja que no mundo foi edificada em memória dum pecado, — ou do arrependimento daí resultante! Se outras tivessem de ser também erguidas com intenções análogas, a superfície da terra estaria eriçada de igrejas... Mas, possìvelmente, há menos razão para evocar a traição do primeiro dos Apóstolos, por muito grata que a cada um de nós ela seja, do que aquele olhar de justiça e misericórdia que o Cristo lhe lançou na noite. — «Vês tu, ó Pedro, o que vales, presunçoso que falavas em defender-me?! Tu não és senão um homem e, no entanto, é por ti, como por todos, por toda a fraqueza humana, que vou oferecer a minha vida e o meu sofrimento! Tu também estás perdoado!» (*Mateus*, XXVI, 58, 69, 75; *Marcos*, XIV, 54, 66, 72; *Lucas*, XXII, 55, 62; *João*, XVIII, 17, 18, 25, 27).

Primeiros ultrages

Encerrado o conselho nocturno, fora o arguido confiado aos guardas do Templo e à criadagem. Não são precisas incitações para que gente desta laia abuse do poder que lhe é abandonado, e se entregue, contra quem eles têm à sua mercê, a violências que a disciplina da sociedade proibe normalmente. As prisões são, demasiadas vezes, testemunhas dessas cenas abjectas, mais numerosas em épocas de perturbações. Quem seria capaz de fazer com que respeitassem Jesus Cristo? Até mesmo os Sinedritas, ao saírem da reunião, desceram à indignidade de bater nesse homem sem defesa. Os subalternos, deixados à vontade, fizeram tudo quanto lhes aprouve. Depressa um círculo se fechou em torno de Jesus, para um divertimento brutal. Cuspiram-lhe no rosto: vendaram-lhe os olhos, e, enchendo-o de bofetadas, perguntavam-lhe, escarninhos: «Anda,

Messias, adivinha quem te bateu!» Uma brincadeira de crianças, conhecida na Grécia pela designação de «Kollabixe», simultâneamente análoga ao nosso sape-gato e à nossa cabra--cega, foi, decerto, a origem daquela cena cruel. Os brutos prosseguiram assim, por algum tempo, multiplicando os ultrages e vomitando contra Jesus, os insultos mais horríveis (*Mateus*, XXVI, 67, 68; *Marcos*, XIV, 65; *Lucas*, XXII, 63, 65).

Desta forma cachoava o ódio, sob os aspectos mais selvagens e reais: em casa dos Príncipes dos Sacerdotes, ainda ele se rebuçara de legalidade; no pátio, onde berravam os criados à solta, revelava-se sem máscara. Ódio político, ódio religioso, ódio de quem serve poderosos, contra os que se recusam a reconhecer a hierarquia, da qual carregam o jugo: pressente-se, nos objectivos de tais homens, tudo quanto se agita de pior no coração humano. Assim, duma assentada, começavam a verificar-se aquelas profecias, em que o provecto Job tinha falado a respeito dos que no rosto lhe cuspiam (*Job*, XXX, 10), e em que Isaías havia proclamado, em nome do futuro Messias, que entregaria o corpo às agressões, e as faces aos que quereriam arrancar-lhes as barbas (*Isaías*, L, 6). Voluntàriamente aceitava Jesus a ignomínia de tal cena e, de futuro, no decurso de toda a Paixão, este carácter dos acontecimentos vai ser plenamente confirmado: o ignóbil aliar-se-á ao cruel, como, ao trágico, se unirá um grotesco abominável. «Para chegar até Cristo — dirá São Paulo — é preciso suportar o seu opróbrio» (*Heb.*, XIII, 13). E o silêncio de Jesus, diante daqueles que o insultam, é uma lição grandiosa, de humildade.

Perante o Sinédrio

Seguidamente, esperou-se o dia: Jesus encerrado em qualquer masmorra, os Pontífices e os Escribas, percorrendo a cidade, a convocar, com toda a urgência, o Supremo Conselho, a fim de que o mesmo pudesse reunir a partir da hora legal, logo que o primeiro raio de sol dourasse os montes de Moab, no preciso momento em que fosse possível «distinguir o azul do branco». Sempre a mesma urgência — a qual vai dar a esse

dia, como que um ritmo de febre, a característica precipitação de um passo mau. Quando a sombra se derramar sobre as colinas, começará a Páscoa oficial: nenhum daqueles piedosos Judeus seria capaz de o esquecer.

Ao frio romper de alva, Jesus foi conduzido para o Templo, onde o Sinédrio iria reunir-se. Teve, portanto, de descer os amplos degraus da Rua de David, atravessar o Xisto, espécie de praça comprida ou avenida, para a qual deitavam o palácio de Herodes e a habitação dos Asmoneus, e transpor ainda a ponte que ligava a cidade alta à Esplanada do Templo. O arqueólogo inglês Robinson pôs a descoberto os poderosos apoios daquele arco que, dum só lanço, transpunha o vale do Tiropéon, onde se amontoavam as casas. Já nos adros do Templo, voltados para Oriente, alguns fiéis, de braços levantados, recitavam o *Schema*, à espera do instante exacto em que o sol aparecesse para salmodiarem: «Bendito sejas, ó Eterno, Rei do Mundo, que fizeste a luz e fazes a escuridão».

São Mateus, São Marcos e São Lucas falam, todos três, da reunião dum Grande Conselho «logo de manhã, sem demora, mal rompeu o dia» (*Mateus*, XXVII, 1; *Marcos*, XV, 1; *Lucas*, XXII, 66) e São Marcos emprega até o termo próprio de *Sinédrio*. Não se trata, portanto, duma assembleia mais ou menos clandestina, mas do próprio organismo que detinha em Israel tanto a autoridade política como religiosa. Naquele instante começava o autêntico «processo» de Jesus: processo singular, quanto às fórmulas que nele iam ser observadas!

Vimos já ([1]) o papel simultâneamente político e religioso do Sinédrio: Senado, Concílio permanente, era também um alto tribunal de justiça, em consequência do princípio que, na comunidade judaica, confundia todos os poderes numa única sujeição ao poderio de Deus. *Sinédrio* — palavra muito usada no Talmude, mas que o Velho Testamento desconhece — é, na verdade, o *Sunedrion* grego deformado. Os Rabis desenvolveram os seus maiores esforços para lhe descobrirem uma etimologia hebraica, como, por exemplo: *San* (ordem) e *hederin* (aplicando): o que aplica a Lei, o que mantém a ordem. De facto, aquele supremo conselho tinha sido instituído em Israel

---

([1]) Cf. pág. 179.

quando a influência grega lá chegou através dos reis selêucidas; mas, ciosos das suas tradições, os Judeus pretendiam relacioná-lo com o Conselho de Anciãos que Deus ordenara a Moisés que constituisse à sua volta, a fim de o auxiliar (*Números*, XI, 16). O número dos seus membros era, pelo modo seguinte, atribuído à vontade de Yahweh: «Como se demonstra — pergunta o Talmude — que o Grande Sinédrio deve ter 71 membros? Porque estava dito: — Reune-me 70 velhos de Israel; — juntando-lhes Moisés, perfaz 71». Contava-se até, com gravidade, que o grande fundador se vira bastante embaraçado para não escolher mais de 70 membros: 6 por cada tribo, seriam, no total, 72; tivera de recorrer à sorte!

O Sinédrio compreendia Sacerdotes, Doutores ou Escribas e Anciãos do Povo, sem que a distribuição entre essas três classes fosse obrigatòriamente equitativa. Para fazer parte dele, era necessário justificar pura origem israelita, ter uma aparência física que não se prestasse a fazer rir, e ser pai de família; eram, portanto, excluídos os cegos, os eunucos, os traficantes de pássaros, os jogadores de dados, os usurários e os que se tinham dedicado ao mercado negro, durante o «ano sabático». O recrutamento fazia-se por cooptação e o Sumo Sacerdote impunha as mãos ao novo juiz.

Outrora, isto é, antes da ocupação romana, o Grande Sinédrio desempenhava um papel político inegável. Elegia o Rei, e governava durante a ausência dele: o seu voto era indispensável para declarar a guerra. Essa autoridade fora-lhe retirada: Herodes, o Grande, não recebera o poder senão de António e de Octávio; e, após a evicção de Arquelau, o Sinédrio não fora autorizado a eleger novo rei. Restava-lhe, entretanto, a autoridade judiciária, pelo menos para os casos em que a Lei religiosa fosse violada. Era ele que deveria submeter as mulheres suspeitas de adultério à prova milagrosa, mergulhando-as em água, até aos cabelos; era ele também que devia perseguir os falsos profetas e designar à vindicta uma tribo ou uma família de infiéis; mais geralmente, tinha competência em todos os casos graves, nos assuntos capitais, e de todas as vezes que os Pequenos Sinédrios provinciais se declarassem incompetentes. Era, portanto, normal que este supremo tribunal se reunisse para julgar um homem contra o qual parecia

poderem sustentar-se as acusações de sedição e blasfémia, ou, em suma, contra um «falso profeta».

Não se nos afigura muito possível dar os nomes dos que, nesse momento, constituiam o Grande Sinédrio. Que as duas grandes famílias sacerdotais — a de Anás e a de Boeto — nele estivessem representadas, parece incontestável. Conjecturou-se — mas são apenas conjecturas — que também ali tinham assento, nessa época, o Rabi Gamaliel que será perceptor de São Paulo; seu filho R. Simão, que morrerá na defesa das muralhas de Jerusalém, no ano 70, o Rev.º Jonathan ben Azziel, discípulo de Hillel, a respeito do qual diz o Talmude que viveu 500 anos, o Rev.º Onkelos, pagão que se fez circuncidar, o Rev.º Hélias, que era o Tesoureiro do Templo, e Abba Saül, que devia a sua estupificante dialética à posse de uma tíbia de Og, rei de Bachan. Uma «vida de Jesus», dum certo Sepp, publicada em alemão, no ano de 1814, dava a biografia de 40 dos aludidos Sinedritas! A verdade é mais modesta: toda a cronologia do Talmude é tão incerta, que não se pode indicar nenhum nome sem hesitação.

Os tribunais, entre os Judeus (como ainda hoje em determinados países muçulmanos) reuniam-se às portas das cidades. O Grande Sinédrio tinha como sede oficial uma sala, nas proximidades da entrada do Templo, ao lado da ponte que atravessava o Tiropéon: a *Liscat Haggazith* ou «câmara das pedras polidas», que datava da época do rei Janeu; uma parte ficava em solo sagrado, outra em solo profano: a porta do lado do Templo servia para a entrada dos Juízes; pela outra era admitido o acusado (1). Os setenta membros não tinham, forçosamente, de comparecer na sua totalidade, o que só sucedia em casos de gravidade excepcional. De ordinário, bastava que comparecessem vinte e três. Se um dos juízes quisesse retirar-se, deveria primeiramente contar os colegas, só podendo sair se, excluído ele, ainda ficassem 23. A audiência era presidida por dois dignitários, o *Nasi* ou príncipe, e o deão, «pai da assembleia», ou *Abh-Beth-Dìn;* os membros formavam círculo em volta deles, à direita e à esquerda, de modo que todos pudes-

---

(1) **Não é, todavia, absolutamente garantido que Jesus tenha sido julgado nesta sala. (Ver, adiante, pág. 562).**

sem ser consultados com o olhar; em cada extremidade do semicírculo, instalava-se um Escriba, incumbido de registar os votos — um, os dos que absolviam; outro, os dos que condenavam: ao meio, um terceiro secretário estava encarregado da fiscalização.

A atmosfera de gravidade que nos sugere o simples enunciado da constituição do tribunal, é confirmada pelos termos do processo. A acusação, que podia estar a cargo — em Jerusalém, como na Grécia ou em Roma — de qualquer indistinto cidadão (não havia ministério público) só podia ser aceite se, prèviamente, o Sumo Sacerdote tivesse ouvido o relato da causa e permitisse a consequente citação. Quando se tratava de assunto capital, devia dizer-se ao acusador: «Não te esqueças de que chamas sobre ti o sangue daquele a quem acusas, e o de todos os descendentes que ele teria tido até ao fim do mundo!» Às testemunhas, obrigatórias no mínimo de duas, fazia-se igual advertência; a obrigação em que elas próprias se encontravam de iniciar a execução, caso os seus depoimentos dessem em resultado uma condenação à morte deveria fazê-las reflectir, — no entanto menos do que os castigos previstos para as testemunhas falsas, os quais, conforme vimos, eram precisamente os mesmos em que as vítimas haviam incorrido. Os Juízes deviam ser «imparciais», repetia-o a Lei: em assuntos capitais, só votavam os que tivessem feito já quarenta anos; se resolvessem condenar, deveriam esperar o dia imediato, passando aquele contìnuamente em meditação, jejuns e orações; na ocasião do veredicto, só se podia mudar de opinião, a favor do acusado; a maioria de um só voto determinava a absolvição, mas não a condenação... E basta. Todas estas minuciosas precauções, tão honrosas à luz do direito judaico, esta seriedade, este respeito pela pessoa humana do acusado, porventura iremos encontrá-los no processo de Jesus?

Segundo São Marcos e segundo São Mateus, a reunião do Sinédrio teria durado apenas alguns instantes: esses dois evangelistas limitam-se a dizer que «reuniram o conselho, para que decidisse a morte de Jesus». Mais minucioso, o relato de São Lucas dá, todavia, a mesma indicação duma sessão apressada, em que as fórmulas legais foram pouco respeitadas. «Os Anciãos do Povo, os Príncipes dos Sacerdotes e os Escribas, reu-

niram-se e levaram Jesus à sua assembleia. Disseram-lhe: — Se és tu o Cristo, dize-no-lo. E ele respondeu-lhes: — Se vo-lo disser, não o acreditareis; e se, por meu turno, eu vos fizer perguntas, não respondereis; não me restituireis a liberdade. Todavia, depois disto, o Filho do Homem há-de sentar-se à direita do Poder de Deus. Então, disseram todos: — Logo, tu és o Filho de Deus? Ele respondeu-lhes: — Sou! E eles disseram então: — De que mais provas precisamos? Acabamos de o ouvir da sua própria boca!» (*Lucas*, XXII, 66, 71). Portanto, limitaram-se a repetir o interrogatório feito por Caifás. Só não o acusaram de sedição, pois não parecia muito bem averiguado que Jesus tivesse querido «destruir o Templo»; quanto à blasfémia, uma pergunta mais bem formulada, permitira alicerçá-la na resposta de Cristo que acabara de afirmar-se «filho de Deus», locução muito condenável. Com a mesma reserva antecedente — ou seja, a de que a confissão do acusado não devia ser tomada em conta — o golpe, no ponto de vista legal, havia sido bem tramado. Mas a intenção preconcebida de fazer morrer Jesus, tal como ressalta dos episódios que já vimos, não seria um atentado contra o espírito de equidade? Ainda mesmo quando Jesus merecesse a morte, a decisão de o fazer morrer, tomada ainda antes de o acusado ter sido ouvido, constituía, quanto aos juízes, crime de prevaricação judicial. E mesmo que todas as fórmulas tivessem sido respeitadas, é absolutamente evidente que, no caso sujeito, não se tratava de um verdadeiro processo mas de uma maquinação político-religiosa, para fazer desaparecer uma pessoa incómoda.

Uma segunda pergunta ocorre, nesta altura: no estado constitucional da Palestina, na época de Cristo, teriam os Judeus direito a proferir a sentença de condenação à morte? A resposta é fornecida por Flávio Josefo: «É da tradição que o direito de condenar à morte nos foi retirado quarenta anos antes da ruína do Templo». Os Romanos não queriam deixar a justiça suprema nas mãos daquele povo, cujo fanatismo de sobejo conheciam. O Sinédrio só podia mesmo reunir-se para julgar um caso capital mediante autorização expressa do Procurador. A prova está no facto de, na ocasião em que os Judeus o foram procurar, Pilatos haver julgado que eles iam pedir-lhe essa autorização, aconselhando-os, por isso, a julga-

rem segundo a sua Lei (*João*, XVIII, 31). O Talmude esclarece que, depois de o direito de condenar à morte ter sido retirado ao Sinédrio, este só se reunia na Câmara das Pedras Polidas, nos casos muito excepcionais. Enfim, quando, mais tarde, o Sumo Sacerdote Ananias, fizer lapidar São Tiago e alguns cristãos, aproveitando-se da circunstância de estar ausente o Procurador, formular-se-ão vários protestos, dos quais Flávio Josefo se fez eco. Portanto, a reunião que julgou Cristo era ilegal, até quanto aos princípios.

Ainda mesmo que tivesse sido autorizada por Pilatos, não se seguiria daí que a condenação fosse legal. Renan (e, depois dele, muitos outros autores) estabelece, em princípio, que os Judeus podiam condenar, e que, seguidamente, o Procurador fazia executar a sentença. Esta divisão de poderes parece pouco admissível se nos lembrarmos do desprezo que os Romanos votavam aos Judeus! Ter-se-iam eles deixado reduzir ao papel de «braço secular» do clericalismo judaico? O direito romano não separava nunca a *juridictio* (isto é, o direito de apreciar os factos), do *imperium* (que era o direito de fazer aplicar a sentença). Se o Sinédrio pretendia instruir contra Jesus um verdadeiro processo criminal que terminasse por uma condenação à morte e competente execução, usurpava as funções do Procurador. O seu único poder era transmitir ao Romano a base da acusação, a qual ele devia, sem demora, apreciar, para ver se convinha dar seguimento ao veredicto proposto pelos Sinedritas. Mas — é óbvio que não se obteria do Romano a morte dum homem, por vagas razões religiosas. Por isso não se dirá diante de Pilatos uma palavra, sequer, da acusação de blasfemo, apresentando-se, porém, três novos motivos de queixa, mas de ordem política: ele amotina o povo, proíbe que se paguem tributos, e diz-se Rei. Esta cambiante do libelo acusatório é, também, uma confissão.

Judas e o remorso

A decisão, tomada pelo Sinédrio, de fazer morrer Jesus deve ter-se espalhado muito ràpidamente em toda a cidade de Jerusalém. Se os menores boatos se divulgam de pronto

em Paris dos nossos dias, as novidades correm ainda mais depressa nas cidades do Oriente. «A fama voa como as asas dum pássaro». Judas, mais atento que ninguém ao desenrolar da questão, foi avisado; que iria ele sentir, ele que fora o agente responsável daquela horrível maquinação? Por São Mateus (XXVII, 3, 10), confirmado pelos *Actos dos Apóstolos* (I, 16, 20), é-nos dada uma derradeira informação, a respeito da sua alma tenebrosa, na qual, todavia, um último rebate de consciência provocou um acto de remorso.

«Vendo que Jesus fora condenado, Judas foi tocado de arrependimento. Levou as trinta peças de prata aos Príncipes dos Sacerdotes e aos Anciãos, e disse: «Pequei entregando o sangue de um inocente!» «Que nos importa! — responderam. — Isso é contigo!». Então, tendo atirado os siclos para o santuário, retirou-se, e foi enforcar-se». São Pedro, nos *Actos dos Apóstolos*, esclarece mesmo que o corpo dele «se quebrou pelo meio, e que todas as suas entranhas se derramaram».

A cena possui uma força, uma brutalidade impressionantes. Que importava aos Pontífices, o malsim de quem se tinham servido? O desprezo ressalta claramente das seis palavras com que lhe retorquiram. O seu remorso a ninguém interessa. E, no entanto... Não seria ele ainda, naquele homem perdido, o efeito dum derradeiro raio da luz que recebera, talvez uma suprema afeição por Jesus? Talvez esse arrependimento esclareça o móbil da traição: Judas não teria pensado em perder o Mestre, mas tão sòmente em dar-lhe uma lição... Não é apenas o mistério de Judas que neste caso nos faz reflectir, mas essa espécie de paralelismo que existe entre ele e tantos outros homens: como se cada um de nós fosse sempre castigado exactamente, na medida das traições que tenha levado a efeito! Orígenes, sem se atrever a desculpar o traidor, propôs esta interpretação, quando menos, singular: Judas enforcou-se para que, a sua alma, separada do corpo, pudesse ir perante a alma de Jesus implorar misericórdia! Um brado, uma palavra, um simples olhar junto da Cruz, teria sido bem melhor: o bom ladrão será salvo desse modo.

«Os Pontífices apanharam o dinheiro. — Não é permitido, observaram, deitá-lo no tesouro sagrado, visto ser o preço do sangue». Consultaram-se entre si, e resolveram comprar o

campo do Oleiro, para o consagrarem a cemitério de estrangeiros. É por esse motivo que tal campo ainda é hoje chamado Campo do Sangue: Haceldama! No outro lado da Geena, — para lá dessa horrível ravina, onde outrora os soberanos infiéis queimaram vítimas humanas, e que, por esse facto, ficou sendo considerada como sinónimo de Inferno, — indica-se ainda hoje essa terra marcada pela maldição. Que tenha sido comprada pelo Sinédrio, segundo os textos evangélicos, ou pelo próprio Judas, como querem os *Actos* (ele ter-se-ia enforcado nesse lugar), tal campo encontra-se ligado à memória do traidor. A designação «do Oleiro» podia resultar do nome da porta vizinha, chamada Esterquilínio ou da Olaria ou da Cerâmica (como em Atenas havia um bairro dito da Cerâmica, e em Paris existe o Jardim das Tulherias) [1]; mas a palavra tinha também um significado profético. O Evangelho cita Jeremias, para mostrar que a sua palavra foi cumprida: «Receberam trinta peças de prata, preço daquele cujo valor os filhos de Israel apreciaram; e esse preço foi pago pelo campo do Oleiro, como o Senhor me ordenou que declarasse». Na verdade, se é dum oleiro e do seu campo que se trata em Jeremias (XVIII, 2, 3; XXXII, 6, 14), é em Zacarias (XI, 12, 13) que mais clara se encontra a profecia. «E eu agarrei nas trinta peças de prata e lancei-as no templo do Eterno, para o oleiro...» Mas o que a alusão profética mostra claramente é que estas coisas não poderiam ter deixado de se dar. Era preciso que o ódio legal dos Judeus aniquilasse Jesus, e isso por motivos bem diferentes dos judiciais e dos políticos. Principalmente, ninguém pensou em fazer beneficiar o acusado com a mudança de opinião da mais importante das testemunhas.

Diante de Pilatos

Entrementes, tinham levado Jesus à presença do Procurador de Roma, para transformar em sentença executória a decisão de morte. Começava um segundo acto do «processo», mais decisivo que o primeiro. «Era ao romper da aurora»,

(1) *Tuilerie* significa *fábrica de telhas*. N. do T.

precisa São João: se se admitir a data de 7 de Abril, seriam 5 h. e 52 m. da manhã. Hora singular para fazer comparecer um acusado perante um alto funcionário; mas, como é sabido, os Romanos levantavam-se cedo, consagrando as manhãs aos assuntos graves, e as tardes, a dormir a sesta, a cultivar relações de amizade, e às distracções. Além disso, mesmo que a ocasião fosse ainda mais incongruente, nem por isso os Judeus teriam deixado de levar avante o seu projecto; para com os magistrados romanos, usavam dum misto de servilismo e de insolência, sabendo de sobejo que, se eles tinham a temer as brutalidades dos Procuradores, estes, por seu turno, receavam as denúncias ao Imperador. «Nem sequer entraram no pretório, para não se macularem, e poderem assim comer a sua Páscoa. Por conseguinte, foi Pilatos que saiu, para ir ao encontro deles». É fácil de supor o que pensaria o Governador Geral duma colónia, que, preocupada já com a aglomeração ruidosa da população na capital, via surgir um caso escuro, complicado, para discutir o qual, era obrigado a ir à rua parlamentar!

O interrogatório feito por Pilatos a Jesus foi-nos referido pelos quatro Evangelistas (*Mateus*, XXVII; *Marcos* XV; *Lucas*, XXIII; *João*, XVIII, 28); São João, muito mais preciso que os Sinópticos, permite que se faça uma localização do episódio, a qual, graças a extraordinárias descobertas arqueológicas, é hoje uma das mais certas de toda a vida de Jesus. «O Pretório», diz o IV Evangelho: este termo latino, que passara a ser usado em todas as províncias romanas e empregado em hebreu e até em arameu, designava o lugar onde o pretor proferia as suas sentenças; não era, forçosamente, um palácio de Justiça, mas tanto podia ser a própria tenda, se, acaso, estava em guerra, como a «residência», quando se tratava dum governador em país colonial. O cerimonial era bem simples: um modesto estrado em semi-círculo, constituía o *tribunal* (em latim; *bêma*, em grego) sobre o qual se instalava uma *cadeira curul*, ou seja o velho e desconfortável tamborete da tradição romana. Dizer que levaram Jesus ao pretório, quer apenas dizer que o levaram ao local onde Pilatos residia.

Diversos textos de Fílon e de Flávio Josefo vieram com-

pletar estes informes. Os Procuradores, quando estavam em Jerusalém, habitavam a Torre Antónia, a fortaleza que Herodes, o Grande, baptizara desse modo por bajulação a Marco António: construída no norte da cidade, à ilharga do Templo, estendia as muralhas ao mesmo tempo que as dominava do seu rochedo sobranceiro, de 25 metros de altura. Em tempos normais, a praça era ocupada por uma guarnição de seiscentos homens, que vigiavam Jerusalém, do alto daquelas muralhas poderosas. Tal guarnição era sempre reforçada por contingentes destacados de Cesareia Marítima, quando o Procurador ali tinha de vir. Naquele ano de 30, em que Pilatos não deveria ignorar a surda irritação que lavrava entre os seus administrados (pouco tempo antes, conforme diz São Lucas, XIII, 1, haviam rebentado motins na Galileia) é bastante plausível ter ele ido residir para aquele maciço baluarte.

Flávio Josefo, na sua *Guerra Judaica* fala demoradamente a tal respeito. No lugar duma antiga fortaleza salomónica, as gerações israelitas foram, sucessivamente, erguendo meios de defesa, pois aquele era um ponto por onde o morro de Bezetha torna, de facto, bastante fácil o ataque. Ali, depois do exílio, fora erguida a torre de Hananeia, apelidada em grego *Baris*, a «cidadela por excelência»; e ali os Asmoneus instalaram um castelo deveras principesco, ao qual o faustoso Herodes dera depois a forma definitiva. Extenso quadrilátero com cerca de cem metros por cinquenta, flanqueado nos quatro ângulos por enormes torres quadradas, com uns trinta metros de altura, a fortaleza constituía verdadeiramente a chave da cidade santa, o ferrolho do Templo. Escadas desciam dela para os adros sagrados: numerosas passagens secretas, misteriosos subterrâneos, ramificavam-se por baixo da Esplanada. Destruída após o cerco de Tito, a Antónia manteve-se, no entanto, e no decurso dos séculos, sempre bem localizada pela tradição: parece que desde o século IV o «pretório de Pilatos» foi localizado onde, na verdade, havia sido; no século VI, uma basílica da invocação de Santa Sofia, foi construída no mesmo lugar, caindo depois em ruína; nos séculos XV e XVI, a «Via Sacra» partia já de lá. Hoje, já não se trata de mera hipótese, mas duma tão grande verosimilhança arqueológica, que a podemos classificar de certeza.

Há cem anos, em 1842, dois Israelitas alsacianos, os irmãos Teodoro e Afonso Ratisbonne, convertidos ao catolicismo, fundavam um duplo instituto religioso: os Padres e as Irmãs de Nossa Senhora de Sião, cujo objectivo era a conversão dos Judeus. Treze anos mais tarde, o P.º Maria-Afonso estabelecia, em plena Jerusalém, um convento, que se instalou numa casa modesta daquele mesmo bairro onde outrora se erguia o Templo. As ruínas informes do que tinha sido a torre Antónia foram compradas pouco a pouco, e é no lugar em que havia essas ruínas que se levanta hoje o vasto convento de Nossa Senhora de Sião. Logo que se realizaram os primeiros trabalhos de construção, fizeram-se descobertas arqueológicas muito curiosas: uma piscina subterrânea, colectores de águas, muros de suporte gigantescos. Com uma inteligência e uma audácia equivalentes, as actuais Damas de Sião continuaram metòdicamente as escavações, auxiliadas pelos Dominicanos da Escola Bíblica, como, por exemplo, o P.º Vincent. No decurso dos anos de 1927-1932, foi posto a descoberto um lajeado com a superfície de 2.500 metros quadrados, formado por pedras enormíssimas, com 50 centímetros de espessura, metro e meio de largura e, muitas vezes, 2 metros de comprido, — e que, pela respectiva posição, devia constituir o pátio interior do grande quadrilátero da Torre Antónia. Então, impôs-se a aproximação: «O Tribunal de Herodes — explica São João — ficava situado num lugar que no grego se dizia *Lithostrotos*, e em hebreu *Gabbatha*» (*João*, XIX, 13).

O Lithostrotos! (1). Essas lajes que ainda hoje podemos calcar, cuja superfície rugosa e cheia de fendas ainda podemos tocar, e nas quais ainda podemos descobrir as estrias produzidas nos lugares em que passavam os cavaleiros, e vários vestígios de mastros e colunas — devem, por certo, ser as mesmas que foram pisadas por Jesus! O facto explicar-se-ia satisfatòriamente, pelas próprias circunstâncias em que foi

---

(1) O pavimento encontra-se hoje numa cripta sombria e irregular, onde foi construído um altar com uma das pedras do lajedo. Na parede, vêem-se alguns ex-votos, em que se lê: Levi, Bauer, rabino D. e família; o convento de N.ª S.ª de Sião é o lugar de reunião dos Judeus que se convertem.

destruída a fortaleza: desmoronando as torres, não terão os Romanos protegido os pavimentos com escombros? O vocábulo grego empregado por São João, *Lithostrotos*, significa «lugar lageado»; *Gabbatha* exprime a ideia de «lugar alto», — o que corresponde perfeitamente à localização da Torre Antónia. Esses subterrâneos que ali foram descobertos, não seriam, acaso, os mesmos em que Aristóbulo, filho de João Hircano, ocultou os seus soldados, para o assassínio de seu irmão Antígono? A piscina — que recolhe as águas do pavimento, por vários orifícios que se podem ainda ver, e na qual se reune, de igual modo, a de muitas outras origens, — não teria servido de reservatório para abastecer de água a cidadela? A escarpa que se nota, hoje, na igreja do convento, não seria o antigo bordo da colina, antes dos trabalhos de alargamento ordenados por Herodes? Acrescentemos que o aparelhamento deste conjunto, todo rigorosamente idêntico, data, sem contestação, da época romana, assim como o cimento pardo dos rebocos; acrescentemos também que a beleza, o acabamento do trabalho, corresponde, com rigor, ao que se conhece dos hábitos do Grande Herodes, rei cruel mas excelente construtor. Não parece ousado concluir que o episódio do Pretório se desenrolou nesse lugar.

Surgindo no limiar da fortaleza, Pilatos disse aos Judeus (1): «De que acusais esse homem?» Não responderam à pergunta: — Nós condenámo-lo à morte; manda tu executar a sentença! Tentam desviar a questão: «Se ele não fosse um malfeitor, não to entregaríamos». Pilatos não se deixou levar

(1) Começando por esse modo o processo, não violava Pilatos a Lei judaica? Acaso teria considerado que o direito comum latino era, para os Judeus, inexistente? Ele previa, na verdade, que a acusação fosse precedida da *postulatio*, licença para acusar, que o magistrado podia conceder ou recusar (recusava-a, por exemplo, ao antigo liberto que quisesse acusar o seu senhor, ou a quem quer que intentasse demanda contra um cidadão ausente, em serviço da pátria); depois, era a *delatio nominis*, com juramento, pela qual o acusador jurava proceder sem inveja, nem ódio. A própria acusação era feita em público, a convite do meirinho, tendo a defesa o direito de citar testemunhas e fazer alegações: uma lei de Pompeia teve até necessidade de fixar limites tanto ao número de testemunhas, como ao tempo dos debates! De todas essas minuciosas garantias, quantas foram dadas a Jesus?

por essa esperteza, ou melhor: talvez que, interpretando-a erradamente, imaginasse que lhe vinham pedir licença para fazerem continuar o processo. «Levai-o e julgai-o segundo a vossa lei». Os Judeus, porém, responderam: «Mas tu bem sabes que não podemos dar a ninguém a morte!» Pilatos hesita ainda. Afinal, que fez esse homem? «Surpreendêmo-lo a sublevar a nação, proibindo que se pague o tributo a César, e atribuindo-se o título de Rei». É inútil salientar a insigne má-fé dessa tríplice acusação. Ela impressionou suficientemente Pilatos para o decidir a interrogar Jesus directamente.

Quem era esse homem do qual ia depender a sorte de Jesus? É citado por Tácito; Flávio Josefo e Fílon falam-nos dele largamente. Nomeado procurador da Judeia, por Tibério, «no duodécimo ano do reinado» — portanto, verosimilmente em 26 — conservar-se-á ali dez anos. A respeito da sua origem, não se sabe grande coisa. Decerto que seria cavaleiro, como aqueles de quem os Imperadores gostavam de se utilizar, por serem mais cómodos que os fidalgos. Interpretando o nome de Pilatos como sendo a contracção de *Pileatus*, houve quem supusesse que ele descenderia de liberto, pois o *pileum*, barrete encarnado, era a cobertura dos escravos libertados. Uma outra etimologia fazia derivar aquele nome de *pilum*, arma dos legionários, bem conhecida; outros autores presumiram que ele fosse filho de qualquer oficial condecorado com um *pilum* de honra. Alguns, como Rosadi, reconstituíam a sua história, não sem audácia: Pilatos seria Espanhol de origem, filho daquele Marco Pôncio que, durante a guerra de Agripa contra os Cântabros, comandara os renegados Asturianos, aliados dos Romanos, — e por isso recebera a citada condecoração. Lúcio Pôncio Pilatos teria nascido em Sevilha, e acompanhando a carreira de Germânico até à misteriosa morte deste, conseguira, graças a um casamento tão hábil como cínico, de que voltaremos a falar, fazer-se notar na corte, o que lhe valera a nomeação para a Judeia. Isto, porém, não é mais do que uma hipótese: a psicologia do homem interressa-nos muito mais.

Decerto que se torna conveniente não tomar muito ao pé da letra as indicações que a tal respeito nos deixáram os dois Judeus, Josefo e Fílon. Estes nacionalistas fanáticos tinham o

sestro de acusar de todos os crimes quem quer que não fosse amigo dos Judeus. Imoral, rapace, injusto, encorajando a corrupção e a violência — tal como o pinta Flávio Josefo — não o terá sido Pilatos em grau superior ao da média dos altos funcionários romanos; e Fílon, que fala dos «vexames, rapinas, iniquidades e ultrages» que Pilatos cometeu, não refere o mais singelo exemplo. Que o Procurador tenha tido a mão pesada, provam-no vários incidentes (1); mas o responsável pela ordem pública, num país especialmente mau de governar, poderia, porventura, escolher os seus meios de agir? Ao ler-se o Evangelho, não se tem a impressão de que fosse um indivíduo brutal ou injusto. Pelo contrário: vemo-lo bastante semelhante aos membros da sua casta, àquele pessoal dirigente da Roma Imperial, que Renan compara aos *torys* ingleses, «cuja força residia nos próprios preconceitos», civilizados, tanto no bom como no mau sentido da palavra, e não sentindo mais do que desprezo pelas absurdas ralés que tinham de administrar. Em Roma, e desde o ano 19, soprava o vento do anti-semitismo: os Judeus haviam sido expulsos da cidade. Pilatos, por inclinação natural, não gostava deles; demais, tinha razões especiais para desconfiar dum fanatismo que, nos dois casos dos escudos de ouro e do aqueduto, lhe tinham causado tremendos aborrecimentos. E agora apresentavam-lhe um pretenso rei! Um vago profeta, sem dúvida um iluminado qualquer, talvez com o propósito de o tornarem ridículo, a ele Pilatos, se condenasse um pobre de espírito. Esse homem, de resto, não fora apanhado em flagrante delito de revolta. Por conseguinte — mais uma complicação arquitectada por aquele povo impossível! Por desconfiança e pelo desprezo que tinha pelos Judeus, Pilatos era antes a favor de Jesus.

Regressando ao pátio do Pretório para deixar de ouvir as vociferações da populaça, o Romano interrogou o homem que lhe denunciavam. «É verdade que sejas o rei dos Judeus?» A pergunta tem um tom ligeiramente irónico. Jesus responde com outra pergunta que vai em linha recta ao problema. «Falas por ti, ou pelo que outros te disseram de mim?» Perante a lei romana, nunca, nem por um só instante, ele

(1) Cf. atrás, págs. 71 e 171 e cf. *Lucas*, XIII, 1.

dera motivo àquela acusação de querer apoderar-se do trono; mas do ponto de vista judaico, então, sim, era o Rei-Messias, o ungido do Senhor. — «Porventura sou eu Judeu? — replicou Pilatos. A tua nação e os teus sacerdotes relegaram-te ao meu tribunal; que fizeste tu?» Jesus, possìvelmente porque Pilatos representava a autoridade, não se esquivou, e respondeu: «O meu reino não é deste mundo: se o meu reino fosse deste mundo, os meus servidores teriam lutado para que eu não fosse entregue aos Judeus; mas, agora, o meu reino não é deste mundo». Decerto que tudo isto pareceu a Pilatos bastante nebuloso: só fixou uma coisa: — «Então, tu és rei?» E Jesus, prontamente, a ripostar dum modo que poderia constituir, para Roma, um artigo de acusação: — «Tu o disseste: Sim, sou rei». Depois, completou a sua ideia: — «Nasci e vim ao mundo, apenas para dar testemunho da verdade. Quem quer que é partidário da verdade, escuta a minha voz». Decididamente, não havia nada a obter de semelhante sonhador. O Romano encolheu os ombros: — «Que vem a ser a verdade?» Todo o cepticismo da sociedade a que Pilatos pertencia, está contido nestas poucas palavras.

Aparecendo de novo no limiar da fortaleza, disse aos Pontífices e à turba: «Nada encontro de criminoso neste homem!» Parece incontroverso que, naquele momento, a opinião de Pilatos, a respeito de Jesus, estava feita: um simplório inofensivo. Mas os Judeus uivam, vociferam e desmandam-se. Gesticulam e ouvem-se os seus protestos: «Ele amotinou o povo — já to disseram! Começou pela Galileia; agora é na Judeia que espalha a sua doutrina!» Na Galileia? A palavra foi apanhada no ar por Piltos; pergunta: — Será ele Galileu? Sim? Que magnífica ideia!...

Perante Herodes

Herodes Antipas, o adúltero tetrarca, marido de Herodíade, estava em Jerusalém por causa da Páscoa. Salvar as aparências foi, em todos os tempos, um princípio dos poderosos da terra. Pilatos e Herodes não se entendiam muito bem: o reizete, decerto, não perdoava ao Romano o haver

jugulado, com pulso vigoroso, uma agitação popular no seu próprio território e, quanto ao Procurador, bem informado devia ele estar do papel de malsins que os príncipes herodianos desempenhavam junto do Imperador. Simulando acreditar que Jesus, sendo galileu, pertencia à jurisdição do tetrarca da Galileia e da Pereia, Pilatos remeteu-lho. A diligência poderia ter intenções múltiplas. Primeiramente, envolvia uma certa nota de deferência; depois, impedia que, no caso do processo terminar por uma execução, o Idumeu fosse dizer a Roma ou a Capri que o magistrado havia sido cruel, segundo o seu costume; talvez, mesmo, que houvesse um pouco de ironia naquela atitude de transferir para outrem a responsabilidade dum veredicto embaraçoso; em suma, não nos será defeso farejar uma armadilha, — pois se o tetrarca fizesse um julgamento fora das fronteiras do seu estado, não seria isso exorbitar dos seus direitos?

De novo, Jesus e o seu cortejo de guardas e curiosos transpuseram a ponte do Tiropéon. Sobre o Xisto, centro da vida administrativa e mercantil de Jerusalém, o palácio de Herodes perfilava as suas ricas colunatas, no mesmo lugar onde já não se encontra hoje senão um amontoado de casas árabes, quase a desmoronar-se, num dédalo de ruelas pestilentas. Tal como se viu por ocasião da morte de João-Baptista, Antipas nada tinha de sanguinário por natureza; fraco e irresoluto, céptico e supersticioso, era — também como Pilatos, — um produto específico dessas civilizações de decadência em que as culturas se confundem e a moral fraqueja.

«Herodes teve grande alegria em ver Jesus: havia longo tempo que desejava aquele encontro, por ter ouvido falar muito dele. Esperava que, na sua presença, operasse algum prodígio. Dirigiu-lhe muitas perguntas, mas Jesus nada respondeu». Devemo-nos lembrar que, efectivamente, havia largo tempo que Antipas ambicionava encontrar-se com o Messias (*Lucas*, IX, 9); mas é de recordar também o que, aos mensageiros de Herodes, respondera Jesus: «Ide dizer a essa raposa...» (*Lucas*, XIII, 32). Por isso as atitudes de Jesus não são precisamente as mesmas diante do tetrarca e diante de Pilatos; não reconhecia a autoridade daquele tiranete; com o seu silêncio, despreza-o. O outro não se ilude a tal respeito. «Herodes e

os seus guardas trataram Jesus com desprezo. Fizeram escárneo dele; enroupando-o com uma vestimenta berrante, tornou a mandá-lo para Pilatos». Rigorosamente, que trajos eram esses? Apenas um vestuário de grande luxo, uma indumentária verdadeiramente real, imposta àquele que se afirmava rei dos Judeus? Nesse caso, teria um intuito de escárneo, contra Cristo, inegàvelmente — e talvez também contra os Judeus, aos quais os Herodianos gostavam de fazer sentir o seu desprezo. Tem-se admitido, por vezes, que se tratasse de uma espécie de camisa de forças: decididamente, aquele pobre de espírito, não poderia merecer coisa melhor! Mas grande parte dos comentadores entende que se trataria duma túnica branca, análoga àquela que, em Roma, os tribunos militares usavam em combate, ou que os candidatos às eleições tinham obrigatòriamente de trazer (*candidatus* vem de *toga candida*): nesse caso, a intenção de ironia em relação a Pilatos seria incontroversa. — Pregaste-me uma peça; bem o percebo, e pago-te na mesma moeda... Brinquedos de civilizados superiores em que o joguete é um pobre homem, que se recambia: nos assuntos judiciais, dum para outro tribunal, do ministério público para a defesa, não se conhecem, porventura, episódios semelhantes? Pilatos, no entanto, achou a coisa divertida. «A partir daí, Herodes e ele, de inimigos que tinham sido, tornaram-se amigos».

Este episódio apenas é narrado por São Lucas (XXIII, 7, 12). Muitos críticos o têm por suspeito. Mas ele não quebra o fio do relato evangélico; nada tem, em si, de inadmissível, nem quanto ao fundo, nem quanto ao estilo. Também se pode igualmente admitir que São Lucas, o qual fala de Herodes sempre com muitos mais pormenores que os demais evangelistas, dispusesse duma fonte especial de informação. Qual? Talvez essa Joana, mulher de Cuza, intendente de Herodes, que só ele cita entre as Santas Mulheres que, com dinheiro, prestavam auxílios a Jesus (*Lucas*, VIII, 3). Nos *Actos dos Apóstolos*, São Lucas coloca Herodes no mesmo plano que Pilatos, para lhes censurar o facto de se terem ligado ambos aos Judeus, contra Jesus.

O sonho duma mulher e o nome dum bandido

E o desgraçado que os poderosos tão faceciosamente remetiam de um para o outro, de novo foi levado para o pretório. Desenrolava-se havia já cerca de dez horas aquela sinistra pantomima. Pela quarta vez, atravez das ruas da cidade, ao longo das colunatas do Templo, o cortejo ululante seguia a presa: demoraria o Romano muito tempo a fazer a vontade ao povo? Pilatos, no entanto, não se sentia inclinado a violar abertamente a equidade, só porque os sacerdotes e a escumalha judaicas reclamavam aos berros a morte daquele homem. «Tendo reunido os Príncipes dos Sacerdotes, os magistrados e o povo, disse-lhes: Trouxestes-me este homem, sob a acusação de incitar à revolta. Interroguei-o na vossa presença e não lhe descobri nenhum dos crimes de que o acusais. Nem Herodes, tampouco, com quem vos mandei ir ter. Bem vedes, nada há que lhe faça merecer a morte. Vou, portanto, pô-lo em liberdade, depois de o castigar». Esta declaração é própria de um magistrado consciencioso: fala em castigo, porque, em suma, aquele homem provocou um motim, e porque, além disso, é conveniente, dar uma satisfação à populaça; parece-nos, todavia, não ser suficiente para que acedamos a declarar, com Tertuliano, que *a alma desse magistrado era cristã;* é bastante em todo o caso para o julgarmos impressionado por Jesus, o que fornece um pormenor novo ao retrato do Deus feito homem, tão simples e tão majestoso, tal como tivemos ensejo de o ver.

Dirigiu-se por conseguinte ao *tribunale*, onde se sentou na cadeira curul para proferir a sentença. Nesse momento, segundo referem os quatro evangelistas (*Mateus*, XXVII, 15, 26; *Marcos*, XV, 6, 15; *Lucas*, XXIII, 13, 25; *João*, XVIII, 39, 40), produziu-se um incidente que, por alguns instantes, deu a Pilatos a esperança de poder salvar Jesus, sem exasperar a multidão. Havia o costume de, no dia de Páscoa, o Procurador indultar um condenado. Talvez que alguma comissão tivesse ido lembrar ao Romano esse hábito. «Ora, na prisão, encontrava-se, nessa altura, um famoso bandido, de nome Barrabás, réu de crime de morte, cometido no decorrer de uma sedição.

— A quem quereis que eu indulte, perguntou Pilatos: a Barrabás, ou a Jesus, chamado o Cristo?» A intenção é clara, ainda aqui: entre um criminoso averiguado e um homem que, muito evidentemente, nada fez de grave, pensava o Romano que a escolha da turba se harmonizaria com o que era seu desejo.

Muito se tem discutido a propósito desse direito de indulto que o povo podia reclamar e que, segundo o Evangelho, o Procurador parece ter possuído. O indulto era muito raro em Israel; os reis não gozavam dessa faculdade, embora tivessem o poder de agravar uma pena que considerassem insuficiente. A remissão das penas é, efectivamente, incompatível com o próprio fundamento da lei moisaica, que vê, na falta, uma ofensa a Deus. Em Roma, o apelo para os Comícios era autorizado em caso de sentença capital, mas não se vê que o povo tenha tomado a iniciativa de indultar, sem petição do condenado. Um papiro, do ano de 86 ou 88 da nossa era, confirmou, todavia, o episódio evangélico, ao mostrar-nos um prefeito do Egipto perdoando a um incriminado «por causa da multidão». O fundamento jurídico do acto do indulto, pouco importa: quer se trate duma forma de *abolitio*, amnistia que os imperadores promulgavam por ocasião das suas vitórias ou de certas festividades, quer duma aplicação da *indulgentia*, direito de mercê pessoalmente ligado à pessoa do Imperador e que podia ter-se tornado extensivo ao seu representante, — parece que, no caso vertente, se deve ter tratado de uma medida de excepção baseada em certo costume local, de que, aliás, não temos informações.

À pergunta do Procurador, não respondeu imediatamente o povo. Nas entrelinhas do Evangelho pressente-se qualquer hesitação. Pilatos pôde acalentar a esperança de que a sua manobra surtiria o efeito pretendido. E desejava-o tanto mais, quanto era certo que, «durante a audiência, a mulher lhe mandara este recado: — «Nada haja entre ti e esse justo; porque acabo de ter um sonho muito aflitivo, em que ele entrava» (*Mateus*, XXVII, 19). Este pormenor, só referido por São Mateus, não deixa de ser deveras misterioso. Quem seria essa mulher de Pilatos, cuja existência é revelada por aquele único versículo? Nenhum texto profano coevo fala dela. O evangelho

apócrifo, dito de Nicodemo, dá-lhe o nome de Cláudia Prócula. Certos autores — como Rosadi — pensaram que podia ser a filha mais nova daquela Júlia a quem Augusto, isto é, o próprio pai, depois de lhe haver dado Tibério para terceiro marido, se viu obrigado a deportar para esconder os seus desmandos. Aurélio Macróbio — escritor do v século e má língua averiguado, que em suas *Saturnais* referiu a crónica escandalosa da Roma imperial — permite que conheçamos um pouco a tal Cláudia. Enviada pela mãe para junto de Tibério, teria sido «educada» por ele, o que, tratando-se de semelhante personagem, significa muita coisa... bem pouco pedagógica. Pôncio Pilatos, oficial sem meios de fortuna, teria, com esse casamento, adquirido altas relações.

Estas bisbilhotices não devem ser tomadas a sério. No entanto, há certo pormenor histórico que as poderia confirmar: a antiga lei ópia proibia que os procônsules levassem as respectivas mulheres para as províncias de que eles fossem governadores; se bem que atenuada por um senátus-consulto, no século I da nossa era, essa lei mantinha-se em vigor: os magistrados só com muita dificuldade conseguiam autorização para a não cumprirem, e, mesmo assim, comprometendo-se a «assumir inteira responsabilidade por toda e qualquer falta que suas mulheres pudessem cometer». Se Pilatos tinha a mulher em Jerusalém, é porque dispunham, ambos eles, de fortes protecções. Naquela época, as mulheres da categoria da de Pilatos, de bom grado se tornavam iniciadas em seitas variadamente secretas, e estavam ao corrente de todas as doutrinas esotéricas, iniciáticas e mágicas em voga. Que ela tenha ligado grande importância a um sonho, não é de admirar. A sua diligência, em todo o caso, resultava dum sentimento bom a respeito de Jesus; por vezes se supôs que ela pudesse ter sido uma «prosélita da porta», educada na religião judaica, ou seja na doutrina de Cristo; a igreja grega e a da Etiópia veneram-na por santa.

Quanto a Pilatos, esse, supersticioso como todo o bom Romano, deve ter tomado em consideração a advertência da mulher. Aliás, estava ainda na memória de todos o exemplo de César que — prevenido por Calpúrnia, sua mulher, dum sonho dramático que tinha tido e que a ele respeitava, — re-

cusara dar valor a tal presságio e não atendera o pedido da esposa para não sair no dia dos Idos de Março, e fora oferecer-se aos punhais dos conjurados. O evangelho apócrifo de *Nicodemo* chega mesmo a declarar que Pilatos referira aos Judeus o recado que lhe mandara a mulher, e que eles lhe teriam respondido: «Não te dissemos já que este homem era bruxo? Vês, ele mandou um pesadelo à tua mulher!»

Cada vez mais desejava o Romano pôr Jesus em liberdade, mas fizera os seus cálculos sem contar com a paixão e a cegueira das multidões. Para mais, os Pontífices não perdiam o seu tempo, e, misturados na assistência, bichanavam-lhe a resposta. Um murmúrio começou a correr: — Barrabás! Barrabás! Espantado, Pilatos retomou a palavra: «Mas que quereis, então, que faça, a esse a quem chamais rei dos Judeus? — Crucificai-o! Crucificai-o! — Mas, que mal é que ele fez? — Crucificai-o! Crucificai-o! E berravam, cada vez com maior força. — Que seja crucificado!» O brado assassino reboou, repetido por inúmeras goelas, uivado no estertor do ódio. Na «Paixão segundo São João», no vértice da arte musical, João-Sebastião Bach faz os coros soltarem este grito, como um bramido de selvagens: «*Crucifigatur! Crucifigatur!*» É talvez ocasião de recordar que Jesus tinha anunciado o género de morte que lhe haviam de dar, e que, então, o seu suplício poderia ter parecido insólito: em Israel, a execução legal era a lapidação; a cruz fazia parte dos hábitos romanos. Ia realizar-se o acontecimento que confirmava a sua profecia.

O episódio do Barrabás tem sido pretexto para numerosas discussões e atrevidas hipóteses. Salomão Reinach, cujas aproximações, em matéria de história comparada das religiões, ultrapassam muitas vezes os limites da honestidade crítica e até mesmo os do bom senso, teve a pretensão, no *Orpheus*, de demonstrar que este episódio deve ser equiparado a certas festas alexandrinas (de que voltaremos a falar), nas quais, diz ele, «como sabemos por Fílon, o povo classificava de Karabas um desses reis improvizados, que eram cumulados de honrarias irrisórias, para, em seguida, serem maltratados». Transformar Karabas em Barrabás, é, evidentemente, dar só um passo; a crítica dá-o com desplante, para concluir que aquele facto faz supor, na Paixão, um elemento «ritual e mí-

tico», aparentado com o rito do «rei imolado», tal como o conhecemos nos povos primitivos. Jesus teria sido morto, não *em lugar* de Barrabás, mas *tal qual como se fosse* Barrabás. A isso poderemos responder: ainda mesmo que as tradições do carnaval alexandrino sugerissem uma espécie de cerimonial grotesco, em que é que isso poderia prejudicar a realidade da Paixão? Ainda que nos reportemos ao texto de Fílon, verifica-se não se falar aí de nenhum rito, como Reinach assevera, no qual *um* Karabas costumasse ser sacrificado, mas sim dum incidente, no decurso do qual — e para escarnecer Herodes Agripa II a quem Calígula nomeara rei ([1]), — os estudantes de Alexandria mascararam um pobre diabo, chamada Karabas, e o proclamaram rei. Neste caso do Barrabás, nem tudo reveste grande clareza; se acreditarmos no que dizem velhos manuscritos, lidos por Orígenes, o homem tinha o prenome de Jesus, o que torna mais impressionante o paralelismo. Alguns autores traduziram-lhe o nome por «Filho do Pai» ou «Filho do Rabi, do santo», o que dá matéria também para hipóteses. Mas, sem ir mais longe nesta discussão, o episódio não estará dentro daquilo que se sabe da psicologia das multidões, às quais o ódio faz perder todo o sentido da equidade?

No entanto, no decorrer de toda aquela cena, Jesus não pronunciou uma palavra, mantendo-se como testemunha muda do debate em que se decidia a sua sorte. — Não a minha vontade, Deus meu, mas sim a vossa! Aceitara tudo. Era preciso que tudo se cumprisse.

A flagelação e a Coroação de espinhos

Começa então a série das torturas. Neste instante abre-se a sequência de sucessos, em que vai correr, cada vez mais, e sem cessar, o sangue de Cristo. Dissera Pilatos que «castigaria» Jesus, antes de o pôr em liberdade: constrangido a libertar o bandido, manteve, todavia, as suas ordens e mandou flagelar o inocente. O Evangelho — quer segundo São Mateus, quer segundo São Marcos, quer ainda segundo São João, — re-

(1) Ver, atrás, pág. 292.

lata numa linha este trágico episódio: São Lucas não fala dele: dir-se-ia que os autores do texto santo se sentiram impedidos por um horror sagrado de comentarem tal infâmia. Além disso, toda a gente que viveu naquela época conheceu bem demais aquela pena, cujo uso era imensamente vulgar. Os escritores latinos descreveram-na muitas vezes: ouvem-se, através de Suetónio e Tito Lívio, os gritos dos magistrados incitando os carrascos a baterem com força; vê-se, atravez de Cícero e Plutarco, o condenado a contorcer-se sob a violência dos golpes, a escorrer em sangue, desabando por terra e morrendo, tantas vezes, antes da punição ter chegado ao fim.

Entre os Judeus, a flagelação era um suplício muito antigo, do qual já fala o *Deuteronómio* (xxv), e que era aplicado em certos casos previstos (como, por exemplo, ao homem livre que se acasalava com a escrava de outrem) mas que a lei moisaica moderava: serviam-se dum chicote vulgar e de varas, e não deviam ser aplicadas mais de quarenta chibatadas; assim, para se ter a certeza de que tal quantitativo não era atingido, só se aplicavam trinta e nove, treze no peito e outras treze sobre cada uma das espáduas. Entre os Romanos, a coisa era muito pior. Como o número de vergastadas não se encontrava fixado na lei, dependia da decisão do Juiz ou da fantasia do carrasco. Havia duas espécies de instrumentos de tortura: os *flagella*, que eram tiras de couro, muitas vezes com chumbos nos extremos, espécie de *knout* que, caindo em cheio, podia quebrar uma clavícula ou a espinha dorsal, e que, utilizado com maior moderação, podia esfolar o supliciado ainda vivo: *horribile flagellum*, diz Horácio; e os *flagra*, correntes de ferro, terminadas por uma espécie de minúsculos alteres, também metálicos, ou por ossinhos de carneiro. Segundo o texto grego de São Marcos, pareceria terem sido usados os segundos, mas São Mateus fala de varas, o que se afigura duvidoso. A coluna do suplício era um fuste grosso e curto, com pouco mais de dois pés de alto, o que obrigava o supliciado, despojado das roupas, a distender a pele, para que as chicotadas nela pudessem penetrar melhor.

Ao passo que em Israel a flagelação era um castigo como os outros, em Roma oferecia características particulares. Primeiro, comportava um aspecto de infâmia: era um suplício de

escravos, que Cícero àsperamente censurou a Verres, por o ter aplicado a homens livres; e São Paulo, ameaçado de sofrer esse castigo, reivindicará a sua qualidade de cidadão Romano, para o evitar. Além disso, tratava-se duma espécie de suplemento normal à pena capital: *virgis caedere* precedia *securi percutere;* pode ler-se em Josefo que, variadas vezes, alguns Judeus rebeldes foram «retalhados a chicote, antes de serem crucificados», o que Fílon refere com os mesmos pormenores.

É inútil tentar dizer o horror do episódio e imaginar Jesus amarrado ao poste e recebendo atrozes chicotadas. O espírito revolta-se com cena de tal ordem; quão poucos artistas, de entre aqueles que a tomaram para tema, souberam reproduzir o seu horror e a sua trágica dureza! É aqui que fraqueja o realismo, e que se encontra deslocada toda a evocação naturalista: compreenderam-no bem os escultores góticos, que preferiram mostrar Cristo, sobrenaturalmente calmo sob os golpes. E é preciso que se seja uma grande visionária, mística, como Catarina Emmerich, para que se tente pintar essa abjecta cena, ou melhor os gestos dos carrascos, «homens escuros, mais pequenos que Jesus, de cabeleiras crespas eriçadas, e a barba muito rala» batendo em grandes clamores na vítima sagrada, e para mostrar, por fim, o Cristo ensanguentado, dobrado aos pés do fuste, e, de repente, erguendo o rosto martirizado para olhar um grupo de mulheres perdidas que observavam o espectáculo atrós, com indecente curiosidade.

Se pensarmos na crueldade daquele suplício, não poderemos deixar de julgar com severidade o homem que o ordenou. No entanto, muitos de entre os primitivos Cristãos pensaram de outro modo; a sensibilidade dos Antigos tinha uma orientação diferente da nossa. Santo Agostinho viu, na flagelação, uma circunstância atenuante em favor de Pilatos, e talvez que a própria Igreja não se encontre muito longe de aceitar essa opinião, uma vez que a cita no seu *Ofício de Sexta-feira Santa* (6.ª leitura): «Pilatos insistiu, tanto quanto lhe foi possível, para furtar Jesus à ira dos Judeus. Mandou flagelar o Senhor, não com o fim de o perder, mas por querer dar uma satisfação aos furores da populaça, na esperança de que, ao verem o estado em que o chicote o deixaria, aquelas feras se aplacassem, renunciando a sujeitá-lo à morte».

Terminada a flagelação, «os soldados arrastaram Jesus para o pátio do Pretório; em breve toda a coorte da guarnição estava em volta dele. Então, despojando-o das suas vestes, cobriram-no com um manto escarlate; a seguir, fizeram uma coroa com espinhos e enterraram-lha, à força, na cabeça. Na mão direita, puseram-lhe uma cana. Após o que — realizando diante dele genuflexões escarninhas, zombavam dele, repetindo: — Salve, rei dos Judeus! E, esbofeteavam-no, cuspiam-lhe no rosto, e, tirando-lhe a cana, aplicavam-lhe com ela pancadas na cabeça» (*Mateus*, XXVII, 26, 30; *Marcos*, XV, 15, 19; *Lucas*, XXIII, 24, 25; *João*, XIX, 1, 3).

Esse outro suplício, não o ordenara Pilatos. Mas a turba humana é feroz para com os vencidos, e que se pode esperar duma soldadesca desenfreada? Esses soldados eram Sírios, Beduínos, enquadrados, talvez, por alguns oficiais romanos. E entregavam-lhes um Judeu que não devia valer muito, pois que o Governador o mandara flagelar!

É aqui que pode ser sustentada a hipótese de haverem sido copiados costumes mais ou menos carnavalescos. Um ou outro daqueles soldados podia ter estado de guarnição em Alexandria ou na Mesopotâmia, onde tivesse sido testemunha de certa festa cítica que tinha o nome de *Sacaea:* elegia-se um rei de Carnaval, que durante dois ou três dias tinha o direito de fazer tudo quanto quisesse, inclusivamente servir-se das concubinas reais, mas que, no fim da festa, era despojado dos seus trajos majestáticos, chicoteado e enforcado. Em certas legiões romanas, por ocasião das Saturnais, tirava-se à sorte um soldado para fazer de «rei Saturno»; depois de vários episódios duma bacanal sem restrições, esse soldado era condenado à morte. Do mesmo modo, a festa dos loucos, da Idade Média, conservava ainda certo ressaibo dessas velhas e estranhas usanças. Não é nada inverosímil que elas tenham inspirado, à soldadesca, a cena dos ultrajes a Jesus.

No entanto, as descobertas arqueológicas do Lithostrotos sugeriram uma outra hipótese, verdadeiramente aliciante. Num canto do pátio da Torre Antónia, à beira duma escada que conduzia à casa da guarda, foram encontrados, insculpidos nas

pedras do lajedo, determinados jogos que deveriam ter servido de passatempo aos soldados da guarnição. Vê-se ainda o lugar do lampadário que os iluminava durante os quartos de vigília. Certos jogos de azar ou de destreza eram sobremodo apreciados em todo o Império romano: havia «macacas», análogas às que riscam ainda hoje as crianças nos passeios, e uma espécie de gamão e de jogo das damas. Os mais vulgares eram os jogos dos ossinhos, ainda hoje em voga no Próximo Oriente, e que, semelhantemente aos nossos dados, permitem as mais variadas combinações. Uma terracota, existente no Louvre, representa três raparigas, de joelhos, atirando uns ossitos para um círculo desenhado no chão e cortado por linhas transversais. No pavimento do Lithostrotos vê-se nìtidamente uma «macaca» e esse «jogo do círculo», de que Platão falava já. Jogava-se com quatro ossinhos em que se liam números ou letras; como no nosso jogo do ganço deviam-se seguir certas figuras e obedecer a umas convenções bastante complicadas; certas jogadas tinham nomes, como a «jogada de Alexandre», o «Éfebo», o «Dario»; a melhor de todas chamava-se «Real» — em grego, «Basilicus». Ora, sobre as lajes, reconhece-se perfeitamente o círculo, uma linha emaranhada que caminha através das mais diversas figuras, o *B* de Basilicus repetido, e, por fim, uma coroa real. Não estaria aí a origem das bárbaras cenas burlescas em que os soldados fizeram figurar Jesus? Ocupados com o jogo do círculo, levam-lhes um Judeu que se diz rei. Se se divertissem com ele um bocadinho! O «lanço do Rei» para o rei dos Judeus!

A gravura do Lithostrotos daria, de igual modo, indicações sobre a forma da coroa. Esta não se compõe apenas dum círculo em volta da cabeça, tem pontas viradas para cima: é a «coroa radiada», em uso no Oriente, tal como se vê já nas moedas de Antíoco Epifânio (175-164 A. C.), e tal como a usavam ainda, no princípio de nossa era, alguns príncipes árabes. Quanto à planta que serviu para fazer essa coroa de escárneo, muito se tem discutido já a tal respeito. Sabe-se que a igreja de Notre-Dame de Paris se orgulha, muito legìtimamente, de possuir tão preciosa relíquia: há setecentos anos, em 1239, São Luís, tendo-a comprado a um mercador vene-

ziano [1], mandou edificar, para lhe servir de relicário, essa aéria obra prima da *Sainte-Chapelle,* que parece feita para os anjos. Hoje, a relíquia apresenta-se no seu envólucro de cristal, sob o aspecto de círculos de juncos (verosimilmente *juncus balticus* dos naturalistas) enroscados e ligados uns aos outros por cerca de quinze ligaduras. Aquilo, evidentemente, era apenas o suporte dos ramos espinhosos, os quais deviam ser de anáfega *(rhamnus spina christi)* planta muito vulgarizada na Judeia (a Bíblia fala dela várias vezes). Dispersos pela piedade dos séculos, de Pisa a Tréveros, de Autun a Ragusa, em cerca de cento e cinquenta igrejas, tais espinhos são fervorosamente venerados, embora a autenticidade de todos eles não possa ser absolutamente garantida.

Esse insultante diadema sempre foi tido pelas gerações cristãs como o símbolo pungente da humildade e da renúncia, que Jesus colocou no primeiro plano das virtudes. Não se sabe se, na cruz (como se vê em Assis, no formoso «Cristo de São Damião»), Jesus a tinha ainda sobre a fronte, mas é, na verdade, essa coroa dolorosa que ele põe no coração dos que o adoram e pela qual lhes obtem a salvação. «*Tua corona spinea tuos coronat aurea*», dizia no século XIII o breviário de Sens.

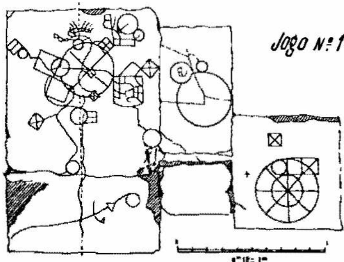
Ela exprime o que há de mais profundo na fé cristã.

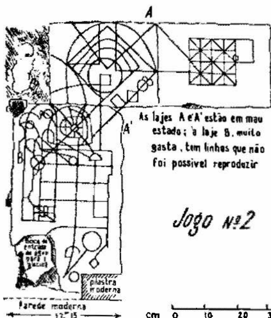
Ecce homo

A farsa havia já durado muito tempo. Pilatos voltou a aparecer. Olhou para o estado em que os soldados tinham posto Jesus: coroado de espinhos, ridiculamente envolto no manto escarlate — sem dúvida, alguma clâmide de legionário, purpúrea, como purpúreas também eram as vestes dos reis para a coroação, — manto, porém, tão enxovalhado, tão miserável, que uma derradeira ideia perpassou no cérebro de Pilatos, talvez a esperança de que ainda surgisse um vislumbre de piedade naquela multidão. À entrada do castelo, apinhados nas amplas portadas, sem se atreverem a transpor o limiar

(1) *A Coroa de Espinhos no Reino de São Luís,* por G. Goyau, L. Bertrand, L. Madelin, etc. (Paris, Plon, 1939).

LAJES DO LITOSTROTOS





Parede moderna

12m15

cm 0 10 20 30 40 50

da Antónia, com receio da mácula legal que afectaria todo o fiel que entrasse em casa dum pagão, os Judeus, aguardavam, ameaçadores. O Romano avançou por entre eles e repetiu de novo: «Ficai sabendo bem que não encontro nele nenhum motivo para o condenar»; a seguir, tentando obter efeito, fez avançar Jesus e exclamou: «Aqui está o homem!»

Ecce homo! Esta exclamação repercute-se através de toda a tradição cristã, despertando ecos verdadeiramente confrangedores. Jesus aparecendo naquele instante diante dos Judeus que exigem a sua morte, é, na verdade, o «homem das dores» anunciado pelo Profeta, que surge perante a nossa imaginação com toda a miséria, toda a derrelicção humana, imagem trágica da nossa mesquinha condição. Pilatos não tinha querido dizer tanto; limitara-se a mostrar a triste vítima, numa atitude de piedade; mas a sua frase impregnava-se dum sentido mais profundo e era, com efeito, o homem todo inteiro que ele mostrava à multidão e no qual ela odiava a própria semelhança. Pelos séculos XV e XVI, quando a Arte se dedicar mais a reproduzir a Paixão de Jesus — pois Góticos e Romanos tinham sido preferentemente sensíveis à sua majestade e à sua glória — essa imagem do *Ecce Homo* multiplicar-se-á em inúmeras igrejas: desde Amiens a Locronan, de Albi, d'Ecouis a São Florentino, para não citar senão exemplos da França, encontram-se todas essas fisionomias de desgraça, muitas delas estupendas. Em Jerusalém, tentou-se localizar o sítio em que Jesus foi mostrado à populaça: um grande arco pleno flanqueado por outros dois de menor vulto, todo o conjunto de incontestável fábrica romana, foi tomado a meio pela basílica do *Ecce Homo,* do Convento de Nossa Senhora de Sião, enquanto a outra metade atravessa uma rua. Julga-se que esse arco fosse construído no reinado de Adriano, quando da reconstrução de Jerusalém, sob o nome de Élia Capitolina; mas admite-se que tenha ido ocupar o lugar donde Pilatos apresentou Jesus aos seus perseguidores impiedosos.

A esperança que o procurador acalentara, fora vã. Mal «os Príncipes dos Sacerdotes e os satélites o avistaram, logo se puseram a bradar: — Crucifica-o! Crucifica-o! Pilatos respondeu-lhes: — Então, crucificai-o vós, visto que eu não lhe encontro nenhum crime. Os Judeus replicaram ainda: — Nós

temos uma lei, e segundo a nossa lei, ele deve morrer, porque disse que é Filho de Deus». A acusação passava, assim, para o plano religioso: e a autoridade romana não devia proteger a lei judaica? Um soldado romano que, por escárnio, queimara os Livros Santos, não fora executado por ordem do governdor? Jesus blasfemara...

«Ouvindo tais palavras, Pilatos ficou ainda mais atemorizado». Vê-se aqui o Romano supersticioso, a quem o sonho da mulher fazia sobressaltar a consciência. Filho de Deus? Fórmula deveras inquietadora... Voltou ao pretório, para interrogar Jesus, de novo: «— Donde és tu? Jesus, porém, manteve-se em silêncio. — É a mim, replicou Pilatos, que tu te recusas a falar? Ignoras, então, que tenho poder para te mandar em liberdade, e poder para te fazer crucificar? E Jesus respondeu: — Tu não terias poder algum sobre mim, se te não fosse dado do Céu. É por isso que aquele que me entregou a ti, tem maior pecado».

Pode-se imaginar que Pilatos se sentia cada vez mais incomodado com a calma de Jesus e com a majestade da sua doutrina. Mais do que nunca, o procurador teria querido pôr em liberdade esse profeta que invocava o poder divino. Mas da porta do castelo, chegavam-lhe aos ouvidos as vociferações da populaça, e tudo quanto ouvia — ele, funcionário do mais desconfiado dos Imperadores, — não era de molde a agradar-lhe: «Se o soltas, não és amigo de César: todo aquele que se faz rei, é contra César!» (*João*, XIX, 1, 12). Pilatos, incontestàvelmente, não era um homem sem carácter, e, por certo, as imprecações da turbamulta não o teriam feito mudar de opinião. Todas as suas atitudes anteriores o mostram fiel observador do princípio da equidade, tradicional em Roma, e que, mais tarde, os Imperadores Maximiano e Diocleciano hão-de formular assim: «Que o Juiz não escute os vãos clamores da populaça! Muitas vezes ela deseja dar a liberdade ao criminoso e condenar o inocente!» Mas os Judeus tinham encontrado o argumento político capaz de o subjugar.

Segundo Fílon, Pilatos receava que mandassem a Roma uma embaixada, com o fim de denunciar os erros do seu mau governo, as suas extorsões, os seus decretos injustos, os seus castigos desumanos. É infinitamente provável que o Procurador

tivesse, na sua administração, inúmeras razões para não sentir tranquila a consciência. Mas ainda mesmo que a sentisse perfeitamente sossegada, nem por isso teria tremido menos, ao pensar numa denúncia. Nesse tempo — diz-nos Tácito — «as leis eram impotentes contra a força, a intriga e o dinheiro», e, sobretudo no reinado de Tibério, «as leis, em virtude do hábito da delação, tornaram-se em verdadeiro flagelo, como os vícios, noutros tempos». — «Tu não és amigo de César!» Ao ouvir esta singela frase, Pilatos deveria ter sentido a cabeça estremecer-lhe sobre os ombros.

Coragem, seria não ligar importância ao argumento e correr o risco duma denúncia caluniosa, para salvar o inocente. Pôncio Pilatos — e esse é o seu verdadeiro crime — não teve tal coragem. Subiu de novo ao tribunal, sem dúvida para se revestir do seu prestígio. Ainda uma vez mais, disse aos Judeus: — «Aqui está o vosso rei...» Mas eles protestaram: — «À morte! à morte! à cruz! à cruz!» O magistrado teve uma nova e derradeira hesitação: «Hei-de crucificar, então, o vosso rei?» Mas, regida pelos Príncipes dos Sacerdotes, a voz do povo, respondeu: «Não temos outro rei, além de César!» Então, abandonou a presa, sem mesmo ousar proferir uma sentença: «Entregou-lhes Jesus para que o fizessem crucificar».

O que ele pensava, naquele instante em que deixava cometer uma das maiores infâmias da História, revelam-no dois versículos de São Mateus (XXVII, 24, 25): Pilatos cedia à pressão popular, mas queria mostrar que não tomava a responsabilidade da decisão. Por isso, «pediu água e lavou as mãos, em frente do povo». Era um costume muito antigo, cujo simbolismo é transparente: no *Deuteronómio* (XXI, 6, 7), tal costume aparece com o próprio sentido que lhe foi dado por Pilatos; encontramo-lo igualmente em Virgílio e em Ovídio. E exclamou: «Eu estou inocente do sangue deste justo; a vós pertence toda a responsabilidade!» Pode ler-se no Evangelho a resposta do povo — uma resposta que, verdadeiramente, nos perturba: «Que o seu sangue recaia sobre nós e sobre nossos filhos!»

Este bramido furioso faz irresistìvelmente recordar o trágico destino de Israel no decurso dos séculos, e o sangue que, sem cessar, lhe escorre pelos ombros, e o seu clamor de aflição

mil vezes repetido, como um eco daquele outro clamor. Reside nisso um dos mistérios mais insondáveis da História, relacionado com o da vocação do Povo Eleito, da recusa, da revolta, e, de igual modo, com o dos Tempos vindouros, tais como São Paulo os evocou *(Ep. aos Rom.)*. Um cristão não poderá esquecer, perante a face ensanguentada da raça judaica, essa outra face, maculada também de sangue e cuspo; mas, ainda mais que uma incitação à malquerença, o que os cristãos recebem dessas duas imagens, não será um apelo à misericórdia? Dum mistério que domina o transcurso dos séculos, não nos compete ser juizes. Mesmo na cruz, não ergue Jesus a voz, a pedir pelos carrascos? «— Pai! — há-de ele dizer — perdoa--lhes porque não sabem o que fazem!» *(Luc.*, XXIII, 34). E a Igreja no ofício da Sexta-feira Santa, pede também a Deus «pelos pérfidos judeus, a fim de que o Senhor arranque o véu que lhes recobre o coração». (1)

Quanto a Pilatos, a sua amedrontada prudência não deveria protegê-lo durante muito tempo. Cinco anos mais tarde, tendo um falso profeta convocado os Samaritanos para o monte Garizim, com o fim de promover uma manifestação que inauguraria a era messiânica, Pilatos fê-los dispersar pelos soldados. Houve mortos. A seguir, o Procurador, acentuando a sua severidade, ainda mandou executar alguns prisioneiros. Uma delegação samaritana foi queixar-se a Vitélio, superior hierárquico de Pilatos e legado na Síria, o qual, por certo, perfeitamente inteirado dos métodos do seu subordinado, recebeu a reclamação e deu ordem ao Procurador para ir a Roma explicar-se. Quando Pilatos chegou à capital, logo soube que Tibério acabava de morrer. Teria tido o seu caso quaisquer consequências? Não se sabe. Uma dada tradição pretende que Pilatos tenha sido exilado para Viena, no Delfinado: Eusébio e Fílon

---

(1) A parte essencial destas anotações encontra-se por nós desenvolvida nos *Trois Mystères de Israel*, in *Quêtes de Dieu* (ed. de La Colombe, Paris, 1945). Ver também *L'Impossible Antisémitisme*, por Jacques Maritain, in *Les Juifs* (Présences, Plon, 1937). Israel, diz Maritain, «é uma Igreja infiel (tal é o verdadeiro sentido da expressão litúrgica *perfidia judaica*, que não significa, de nenhum modo, que os Judeus são pérfidos). O corpo místico de Israel é uma Igreja infiel e repudiada — mas repudiada como Igreja, não como povo».

asseguram que morreu de morte violenta. Nas lendas da Idade Média, ele será, porém, herói de surpreendentes aventuras, por vezes dignas de Dante, nas quais desempenha um papel demoníaco. A cobardia raras vezes colhe frutos...

O responsável

Jesus estava, pois, entregue aos inimigos, e o acontecimento que tinha profetizado ia consumar-se. Seria «alçado» e morreria na cruz. Poder-se-á formar um juízo seguro acerca deste drama? poder-se-ão definir responsabilidades?

É, sem dúvida, absolutamente impróprio falar de um «processo». No direito judaico, como no direito romano, as garantias dadas pela lei ao acusado eram inúmeras e sólidas: é incontestável que as regras jurídicas, pelo que diz respeito a Jesus, foram — umas, abertamente violadas, outras, desvirtuadas por sofisma ou por negligência. Não se concebe, sequer, como pôde Renan declarar que a legalidade havia sido observada. Em todo o decorrer da acção judaica, neste caso, o que se vê é uma conjura montada com o fim de perder um homem, talvez em consequência de intenções que não seriam, todas elas, ignóbeis, mas com um desprezo total da justiça, quanto aos meios. Pelo que diz respeito à acção romana, essa, desenvolve-se à margem de todo o cerimonial jurídico que era de regra observar, e sem nada daquela gravidade minuciosa que se admira nesse direito em que o nosso se filia. Poder-se-ia admitir que Pilatos houvesse acreditado na culpabilidade de Jesus nos delitos de agitação pública, de incitamento à subversão social, de associação ilegal e de outros crimes ainda; mas tudo mostra que em nada disso acreditou. O interrogatório não incidiu, sequer, sobre os pontos essenciais; não foi proferida sentença; enfim, como devemos estar lembrados (1), Pilatos não julgou, por certo, necessário mandar um relatório ao Imperador ou ao Senado acerca do incidente: pelo menos, não foi encontrado tal documento. Para se compreender a atitude do Romano, será preciso colocar de novo os factos no seu

(1) Ver pág. 13.

verdadeiro quadro, isto é, considerá-los como um banal episódio em país colonial. Imaginemos um administrador a quem uma tribo de pretos apresenta um pobre diabo, sobre quem pesam acusações obscuras, de magia e de aspirações à realeza, e de tudo quanto nos parece imperdoável leviandade, sórdida cobardia e injustiça clamorosa; a explicação é assaz fácil: ou, para melhor dizer, são conhecidos numerosíssimos exemplos!

Os Cristãos, ainda hoje, ao repetirem no *Credo*—«padeceu sob Pôncio Pilatos», lançam sobre este homem, e apenas sobre ele, um opróbrio eterno. Materialmente, juridicamente, o magistrado romano tem a responsabilidade do facto: foi o carrasco de Jesus. Mas, moralmente? Escritores favoráveis aos Judeus, como Montefiore e Juster, baldadamente aduziram argumentos jurídicos, pretendendo provar que o Sinédrio não condenou, na verdade, Cristo à morte: as maquinações que conduziram a esse desfecho e a intenção são patentes. Não podendo, em virtude das interdições impostas pela potência protectora, executar Jesus, os dirigentes judaicos manobraram de maneira a fazer com que o Romano não pudesse proceder de outro modo que não fosse aplicar a sentença deles. De acordo com uma tradição em que figuram numerosos grandes nomes e, nomeadamente, o de Bossuet, exclamou Santo Agostinho: — «Pilatos participou, pelos seus actos, no crime dos judeus, mas, se o compararmos com eles, ele é, então, bastante menos criminoso» (1). Todavia, sem mesmo formular o insolúvel problema da responsabilidade dum povo pelos actos dos seus go-

---

(1) Convem notar que, em certos meios judaicos actuais, há uma corrente de pensamento que os leva a separar-se em absoluto da tradição violentamente injuriosa do *Toledoth Jeshua,* e a sacudir dos ombros do seu povo a responsabilidade da iniquidade. Pode perguntar-se se, procedendo assim, eles não repudiam a missão sobrenatural de Israel, povo predestinado que trouxe ao mundo o Deus Único, que concebeu o Messias e que, perseguindo-o, forneceu o pretexto da Redenção. Mas há, nesta nova atitude, com que comover cristãos e impor-lhes o respeito. «Os Judeus actuais deploram a morte trágica de Jesus», declara um deles, Enelow. Alguns fomentaram até uma campanha, em prol da revisão do processo. Conta-se que, em 1933, um tribunal judaico, com sede em Jerusalém, «reabilitara» Jesus (Ver, a tal respeito: R. P. Bonsirven: *Les Juifs et Jésus, attitudes nouvelles,* Paris, 1937).

vernantes, poderá um cristão não querer saber se, num tal drama, assumindo mais uma vez o seu papel misterioso de testemunha e de figura de toda a humanidade, Israel não manifestou o repúdio do pecador perante a mensagem da Salvação, e se, apesar do aspecto paradoxal da fórmula, não é Péguy quem profundamente tem razão, ao escrever: «não foram os Judeus que crucificaram Jesus Cristo, mas sim os pecados de nós todos»?

CAPITULO DECIMO PRIMEIRO

SE O
GRÃO DE TRIGO
NÃO MORRER...

A parada da morte

SEMPRE que a sociedade humana realiza o mais terrível acto a que a sua justiça pode conduzir, ela sente necessidade de usar de certa pompa, como se a morte, a que tem a audácia de recorrer, lhe impusesse a sua suprema autoridade. Solenidade tremenda e escarnecedora para a vítima desses ritos! «Parada executória», diz o Código de Justiça militar, que manda desfilar as tropas perante o fuzilado.

O Talmude relata com todas as minúcias o cerimonial das penas capitais: é de admitir que na época de Cristo essas práticas já vigorassem. O condenado devia ser conduzido ao suplício à luz do dia, a fim de que toda a gente o pudesse ver; um arauto marchava à frente, apregoando o crime daquele homem, ou levando-o indicado num cartaz que ele, arauto, transportava; flanqueavam o acusado dois estudantes de teologia, procurando convencê-lo a confessar a sua falta e a oferecer a sua morte em expiação dos seus pecados, a fim de alcançar no céu melhor lugar; um representante do Sinédrio assistia à execução da pena de morte e confirmava-a.

Em Roma, essa parada tinha aspecto algo diferente. Um centurião, designado como *exactor mortis*, ocupava a frente da coluna; tinha às suas ordens alguns soldados, em número variável (quatro, pelo menos, ou cem, quando havia a recear quaisquer motins). Deve ter sido bastante numerosa a escolta que conduziu até à cruz o pretenso «rei dos Judeus».

Estas duas características, a judaica e a romana, parece terem-se unido para a execução de Jesus Cristo. No Evange-

lho, fala-se dum centurião e dos seus homens, mas vêem-se também alguns Sacerdotes e membros do Sinédrio, assaz felizes por acompanharem a sua vítima até ao desenlace. A procissão que se formou deve ter assumido um certo ar de solenidade: lêem-se, em Flávio Josefo, diversas execuções capitais, feitas pelos Romanos, todas elas com o máximo de publicidade possível. Mas naquela cidade de artérias alpestres e tortuosas, onde, a todos os momentos, se tem de escalar e descer degraus; no meio da multidão agitada, que fervilhava em volta do Templo, e misturava trajos e costumes, dialectos e gesticulações, não seria muito exacto imaginarmos um cortejo em regra e com recolhimento de espírito, como conviria à gravidade da morte. Na Turquia de ontem, o viajante, rompendo dificilmente através da confusão das ruas de Estambul, encontrava às vezes um cortejo conduzido por um arauto, vociferando; um homem, com as mãos atadas, caminhava entre soldados: era um condenado que ia a enforcar.

Foi preciso redigir a legenda: Pilatos encarregou-se de o fazer. Refere Suetónio que havendo certo servo de Calígula, durante um banquete, roubado uma faca de prata, e sendo, por isso, enviado ao carrasco, determinou o Imperador que junto da legenda declaratória do crime, fossem colocadas as duas mãos cortadas ao larápio. Os grandes não desdenhavam ocupar-se de tão baixos pormenores, e Pilatos, menos que qualquer outro, deixaria perder tão boa ocasião de tirar dos Judeus uma esplêndida desforra. Sobre o *titulus*, escreveu em latim, em grego e em hebraico: «Jesus Nazareno, Rei dos Judeus» (1). Logo os Sacerdotes judaicos protestaram: «Não ponhas aí *rei dos Judeus*, mas o que ele disse: *Eu sou o rei dos Judeus!*» Cheio de ironia e de altivez, o Procurador respondeu: «O que escrevi, está escrito». Agora que já não tinha a recear uma denúncia, reassumia a sua arrogância natural; de resto, uma legenda daquelas, caso mandassem cópia para Capri, só podia mostrar a Tibério o zelo que ele punha no combate contra os que aspiravam ao trono. «Escrevei, pois, ó Pilatos — exclama

---

(1) A inscrição não é dada em termos rigorosamente semelhantes nos quatro Evangelhos (ver. atrás, pág. 64); a intenção, porém, é em todos a mesma.

Bossuet — as palavras que Deus vos dita e cujo mistério não conseguis compreender... Em breve esse Crucificado há-de ser coroado de honra e de glória».

A seguir, formou-se o cortejo, o centurião à frente, de couraça embricada, e os soldados, atrás, de cotas de malha, e enquadrando Jesus. Na multidão, que era empurrada contra as paredes, as clâmides vermelhas dos legionários e os seus capacetes cintilantes deviam sobressair entre os trajos brancos, cinzentos ou azuis dos Judeus. Um grande sussurro confuso de vozes, misturado com o retenir das armas, acompanhava o sinistro desfile. Pode imaginar-se Jesus Cristo, majestoso apesar das insígnias afrontosas com que o adornaram, no meio daquela terrível cena, herói duma tragédia cujo sentido sobrenatural só ele compreendia.

No último momento, a administração romana resolveu mandar juntamente ao suplício dois ladrões, — dois bandidos à mão armada, se tomarmos no sentido enérgico a expressão grega do Evangelho. Porquê? Talvez, apenas, por ter chegado a ocasião de os executar e se pretender esvasiar a cadeia, a menos que o facto não se explique por uma intenção insultuosa contra o «rei dos Judeus». Efectivamente, Isaías tinha profetizado, a respeito do Messias: «Entregou-se à morte! Foi incluido na categoria dos malfeitores!» (*Isaías*, LIII, 12). Os Actos dos Mártires, nos começos do Cristianismo, hão-de mostrar, vezes sem conta, Cristãos que são levados ao suplício de mistura com condenados de direito comum.

Foi entre as onze horas e o meio-dia: — «à hora sexta», refere São João (XIX, 14), — que o fúnebre cortejo deixou a torre Antónia (1).

---

(1) São Marcos diz ser «a hora de tércia quando o crucificaram» (XV, 25), mas parece que o cálculo das horas feito por este evangelista é por aproximação. Os Judeus agrupavam as horas do dia em quatro partes, de três horas cada uma: a *prima*, do erguer do sol até às 9; a *tércia*, das 9 até ao meio-dia; a *sexta*, do meio-dia às 15 horas; e a *noa*, até à noite. São Marcos teria querido apenas dizer que a *tércia* ainda não tinha acabado, e a *sexta* não tinha ainda começado, no momento da execução. Por sua vez, São Lucas, emprega, ele também uma expressão vaga: «Era quase à hora sexta» (*Lucas*, XXIII, 44).

A Via Sacra

Desde o século XV, que a piedade cristã comemora esta «estrada real da Cruz», a respeito da qual a *Imitação de Cristo* ensinou, de forma inesquecível, que essa deveria ser a rota de todo o crente. Introduzido, pelos peregrinos da Terra Santa, o hábito de seguir, ao longo dos torcicolos duma colina, os passos dessa dolorosa marcha de Cristo, tal costume espalhou-se por toda a cristandade, principalmente sob a influência dos Franciscanos. Vias-Sacras, ao ar livre, de Locarno ou de La Verna, de Lourdes ou de La Salette, Vias-Sacras interiores, cujas imagens todas as igrejas, ainda as mais humildes, alinham ao longo das paredes: é na tarde de sexta-feira santa que se devem acompanhar as lentas procissões de preces monótonas, na aspereza duma tarde de Primavera, no grande silêncio das naves desguarnecidas, nas quais nenhum cântico voltará a reboar até à Páscoa. Por muito que, às vezes, as «obras de arte» que recordam, de lugar em lugar, os episódios daquela marcha para o sacrifício, se apresentem dum desolador mau gosto, qual é o homem que as poderá percorrer sucessivamente, sem se lembrar desse outro homem que viveu, numa certa manhã de Abril da Palestina, um após outro, os incidentes dessa marcha, e sem sentir o coração alanceado? (1)

Há muito tempo — desde os primeiros peregrinos do século IV — que a tradição em Jerusalém demarca o trajecto que Jesus deveria ter seguido, da torre Antónia até ao lugar da execução. A bem dizer, todas essas referências são apenas hipotéticas, se tomarmos em conta a grande soma de ruínas que os séculos amontoaram na cidade santa e as enormes massas de destroços que se acumularam nos terrenos baixos. O centurião *exactor mortis* terá tomado directamente pela es-

---

(1) Das catorze estações da Via-Sacra, a maioria são a ilustração de algumas cenas tiradas do Evangelho. Outras, como o encontro com Maria, ou o episódio da Verónica, vêm duma tradição antiquíssima; vêem-se figurar já nas «torres de coro» de Paris e de Chartres, que datam do século XII. Em Jerusalém, uma igreja arménia, semiarruinada, comemora o encontro de Jesus com sua mãe, que muitos artistas evocaram: o solene Le Brun deve-lhe, até, uma das suas melhores obras.

planada do Templo, caso em que o cortejo teria transposto a barreira sagrada pela porta Bab-en-Nâdir, que na Idade Média se chamava a «Porta Dolorosa»? É vão atribuir importância a certos pormenores tão rigorosos, como os que se mostram em todos os lugares santos do globo, por exemplo esse degrau de pedra, em que Jesus teria tropeçado e caído, e que os guias apontam com uma certeza desagradável. Mas, de qualquer modo, o trajecto não podia ter sido longo — quatrocentos a quinhentos metros, quando muito — e o erro não pode ser grande. O local escolhido para a execução era o mais próximo possível, porque, naquele ponto, as muralhas faziam um ângulo reentrante. Jesus teve, forçosamente, de descer uma das artérias em degraus que baixavam — e baixam ainda — do Templo até à corrente do Tiropéon, nesse tempo muito mais escavada do que hoje, e depois voltar a subir, do outro lado, para a parte noroeste da cidade. E as ruas eram então o que vemos ainda actualmente, estreitas, flanqueadas por casas muito altas, avaras de janelas, lageadas irregularmente de pedras engorduradas, e escorregadias, sobrecarregadas de saliências de sombra e de manchas de sol, e, decerto, como hoje, cheias do cheiro almiscarado, pútrido e penetrante que se respira em todos os *souks* (¹) do Oriente.

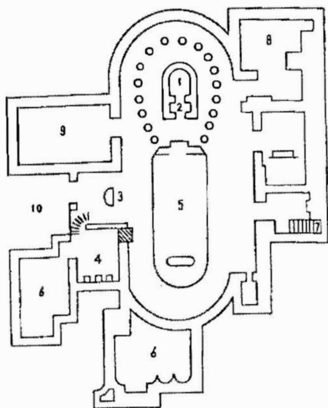
Esclarece Plutarco que os condenados à cruz deveriam transportar, eles mesmo, o instrumento do suplício, o que confirma a breve referência feita por São João (XIX, 17): «Jesus transportou a sua cruz». Pensam vários autores que se tratava apenas do madeiro transversal, pois que o vertical se mantinha no lugar das execuções; mesmo assim, o peso deveria ser grande: uns trinta quilos, se fosse apenas a trave mais pequena, setenta, pelo menos, se fosse a cruz completa. Assim, vergando cada vez mais sob o madeiro, Jesus caminhou. A «condução da cruz»! — que tantos artistas procuraram representar pela pedra ou pela tinta, localizando sucessivamente o episódio nas ruas de todos os países e de todos os tempos, do qual a expressão mais verdadeira e mais confrangedora estaria, talvez, na Catedral de Reims, perdida nas arcarias do portal, misturada a toda a restante história de Jesus, simples

(¹) *Souk*, palavra árabe que significa *mercado*. (N. do T.)

imagem dum homem miserável, prestes a baquear debaixo da sua carga. Em muitos lugares da Cristandade, na Espanha ou na Flandres, certas procissões de penitentes recordam esta cena dolorosa: homens e mulheres sob cogulas pretas, desejam levar a cruz, tal como o Senhor a transportou. «Quem não suportar a sua cruz, não é meu irmão», diz um velho ágrafo, como eco da frase do Evangelho: «Se alguém deseja ser meu discípulo, que renuncie a si próprio; pegue na sua cruz e siga-me»! (*Mateus*, XVI, 24). Quando Jesus pronunciara estas palavras, ao anunciar a sua morte, naquele tempo em que se encontrava em Cesareia de Filipe, Pedro ficara indignado. Só mais tarde é que haveria de compreender todo o significado delas. Mas a nós, que as escutamos, esclarecidos por dois mil anos de tradição cristã, é na luz intensa da Paixão que essas palavras nos chegam. «Transportar a sua cruz» não é já uma metáfora, como o não é o estar pregado no madeiro. «Acaso o objectivo da vida será viver? — brada uma personagem da Claudel. Não é viver, mas sim morrer; e não é armar a cruz, mas subir a ela!»

Para um homem esgotado por uma noite de vigília e de interrogatórios, pelo suplício cruel da flagelação e pela perda de sangue daí derivada, o peso da cruz devia ultrapassar o limite das suas forças. Abril é já bastante quente na Judeia, principalmente às onze horas da manhã. Convém lembrar que o condenado tinha de descer e subir ladeiras íngremes, carregado com a cruz. Teria receado o Centurião, que a vítima se escapasse ao suplício, por mercê de uma morte prematura? Sem explicarem essa decisão, contam os três Sinópticos que os soldados requisitaram um homem que se encontrava ali, para transportar a cruz de Cristo (*Mateus*, XXVII, 32; *Marcos*, XV, 21; *Lucas*, XXIII, 26). Esse homem regressava dos campos, sem dúvida que dos jardins do Gareb: não tinha começado ainda a Páscoa oficial e, por conseguinte, o trabalho não era proibido. Chamava-se Simão de Cirene, devendo, por isso, ser um grego oriundo da célebre cidade africana, capital da Cirenaica, ou qualquer membro da importante comunidade judaica existente na mesma capital. São Marcos pormenoriza que Simão era «pai de Alexandre e de Rufo», muito provàvelmente personagens conhecidas na comunidade romana à qual o seu

BASÍLICA DO S.^{TO} SEPULCRO



1. Sepulcro – 2. Capela do Anjo – 3. Pedra da Unção – 4. Calvário – 5. Igreja Grega – 6. Conventos Gregos 7. Cripta da Cruz reencontrada – 8. Convento Latino – 9. Campanário – 10. Adro –

evangelho se dirigia. São Paulo (*Rom.*, XVI, 13) fala dum Rufo que será, possìvelmente, aquele citado. Pretende certa tradição que o tal Simão tenha sido um dos setenta apóstolos, mandados por Jesus como seus auxiliares (1); se os filhos de tal Simão se tornaram cristãos, pode admitir-se que o homem que «conduziu a cruz» do próprio Cristo, houvesse recebido por esse facto a graça da conversão.

Ao longo da via dolorosa, «uma enorme multidão de povo» seguia Jesus (*Lucas*, XXIII, 27). As execuções capitais despertam extraordinàriamente as curiosidades doentias, e, exactamente cinco dias após a entrada triunfal do domingo dos Ramos, não é de admirar que a noticia da condenação tivesse agitado a opinião pública. Toda a cidade de Jerusalém estava ao corrente do que se passava, dirão os discípulos de Emaús. Não haveria, decerto, apenas sádicos basbaques naqueles grupos alinhados ao longo das ruas por onde o cortejo ia passando: simpatizantes, amigos e fiéis, também lá deviam estar. E, no entanto, não parece que tenha havido um único grito, ou que uma única manifestação tenha sido tentada em seu favor. A lei judaica estabelecia que, até ao último momento, bastava a intervenção de um só membro da comunidade para fazer suspender a execução de qualquer condenado. No processo da casta Suzana, é de recordar o protesto do moço Daniel, que foi suficiente para fazer voltar ao tribunal a pobre vítima da concupiscência dos velhos. Essa regra era de tal maneira imperativa que se chegou a imaginar para as execuções o seguinte modo de proceder: à porta do Sinédrio ficava um arauto de bandeira em punho; um homem a cavalo seguia o cortejo que conduzia o condenado ao suplício, homem esse que, incessantemente, lançava os olhos para o ponto de onde o cortejo partira; se qualquer pessoa se apresentasse no Sinédrio a falar em favor do arguido, agitava-se a bandeira e o acusado era reconduzido à presença dos juízes.

Dessa maneira pôde o triste cortejo percorrer os quatrocentos metros de caminho, e pôde a multidão ouvir o beleguim do Sinédrio repetindo a fórmula: «Se quereis provar a inocência de Jesus, apressai-vos!» (supondo que tenha sido obser-

---

(1) Ver atrás, pág. 406.

vada esta cláusula da Lei)—sem que ninguém fizesse um gesto ou soltasse uma palavra. Esta indiferença parece monstruosa, e tal reviravolta bastante incompreensível. Cinco dias antes, a glória, as aclamações frenéticas! e agora... Mas quantos exemplos se conhecem, na História, de personagens que as multidões guindaram ao mais alto grau da veneração, para, de repente, as votarem ao abandono, com uma ingratidão semelhante àquela! Submetidas aos impulsos menos reflectidos, rápidas no entusiasmo, mas ainda mais rápidas na dúvida, no pânico e na cólera, as massas humanas obedecem apenas às leis elementares dos instintos primitivos, que a razão não consegue comandar. Há quatro séculos, numa das cidades mais civilizadas do mundo, pôde observar-se uma reviravolta igual, em circunstâncias estranhamente análogas. O monge branco, o profeta apaixonado, esse Savonarola, que tentou realizar a fusão entre a fé e a ideia nova, e que, perante o cristianismo decadente que Alexandre Bórgia recobria com a lama das orgias, pretende fazer ressuscitar um cristianismo vivo, — não tinha ele visto as multidões florentinas, quase sem excepção, atrás de si, soluçando ao escutá-lo, e beijando o rasto dos seus passos? (Pouco importa para aqui o juízo que deva formular-se da sua tentativa, cujo orgulho e exagero precipitaram o desastre). Quando os ricos da cidade finalmente o abateram; quando, a 23 de Maio de 1498, na praça da Senhoria, a fogueira se levantou entre as de dois dos seus irmãos, quem, de entre aquela populaça, ainda ontem fanática, tentou salvá-lo? Os profetas vencidos têm poucos discípulos. Alguns choraram em segredo, mas uma voz ergueu-se para insultar o condenado que, tranquilamente, se entregava ao carrasco: «Profeta, este é o momento de operares um milagre!» Os mesmos escárneos haviam ressoado no Gólgota.

Decepção para alguns, por Jesus não se ter furtado ao acto de força já esperado: abjecta curiosidade dum milagre sempre possível; ódio à verdadeira grandeza que dorme no fundo do miserável coração do homem: nem tinham, eles, mais que fazer, senão tentar livrar da morte aquele profeta obstinado em se perder! Era preciso apressarem-se a ir comprar pão e bolos, figos e tâmaras, carnes e hortaliças, para o festim da Páscoa: no dia imediato, quer dizer, naquele mesmo

dia, pelas seis horas, o grande Sabbat começaria e, então, seria já muito tarde!

Mais corajosas, menos prudentes, encontravam-se ali algumas das mulheres que tinham amado Cristo, as quais se lastimavam, com grandes suspiros, batendo no peito. Ele, então, houve por bem falar-lhes pela derradeira vez, para lhes fazer uma advertência suprema. «Filhas de Jerusalém, não choreis por mim, mas sim por vós e vossos filhos. Porque dias virão em que se há-de dizer: Felizes as estéreis, felizes as entranhas que não puderam conceber, e os peitos que não puderam amamentar! Os homens, então, dirão aos montes: Caí em cima de nós! e às colinas: Cobri-nos!» A terrível perspectiva da cidade destruída aparece, uma vez mais, no futuro invocado por Jesus. Então, os pecados do povo hão-de receber a sua paga: ao vermos como os Judeus tratam o bosque verdejante, portador da vida, imagine-se como eles tratarão o velho bosque ressequido, todo podre de impenitência! Acaso aquelas mulheres aflitas, se recordarão desta derradeira lição, para se arrependerem e, talvez, para se salvarem? (*Lucas*, XXIII, 28, 31).

Uma tradição que a Igreja católica recolheu — como o demonstra a sexta estação da Via-Sacra — pretende que uma delas tenha levado a sua coragem ao ponto de limpar o rosto do condenado, esse rosto desfigurado pelas pancadas, todo cheio de escarros, de poeira, de sangue e de suor. Pensou-se, primeiro, que essa mulher seria Marta, a hospedeira da Betânia, o que estaria perfeitamente de acordo com a índole dessa alma tão enérgica. Depois, radicou-se o costume de lhe chamar Verónica (nome que não é mais do que a deformação do grego Berenice); tem-se perguntado se não seria antes a hemorroíssa, outrora curada por Jesus, a quem sempre ficou reconhecida; admite-se por vezes, que tenha sido a mulher de Zaqueu, o bom publicano. Uma lenda emocionante garantiu que no pano que servira para enxugar a Divina Face, essa mulher de grande fé vira ficar impressa a imagem do Senhor. E os pintores, a quem este episódio interessou em primeiro lugar, deleitaram-se em representar a «Verónica» toda absorvida pela sua mística alegria, segurando, num solene gesto de ostentação, a toalha onde se mostra o retrato milagroso.

O Calvário

O lugar aonde conduziram Jesus para o suplício é, nos quatro Evangelhos, chamado «Crâneo» ou «Calvário», o que todos eles (excepto São Lucas) traduzem por «Golgotha», palavra aramaica. *Calvarius*, que é latino, designa um cabeço tão calvo como um crâneo sem cabelo. Compreende-se bem que, a fim de obedecerem à velha instrução moisaica — que mandava dar às execuções a maior publicidade, «para que o povo as visse e tremesse» (*Deuteronómio*, XIII, 11) — tivessem escolhido um cabeço às portas da cidade, bastante alto para que os condenados ficassem bem expostos aos olhares, mas não em demasia, para que fosse cómoda a crucificação. Na velha toponímia árabe de Jerusalém, o bairro tem o nome de *Ras*, ou seja o que na Síria e Palestina serve para indicar os lugares altos.

Havia o costume — ainda conservado em muitos países e, sobretudo, no Oriente — de colocar os cemitérios às portas das cidades, e, muito frequentemente, as execuções capitais faziam-se mesmo por entre as sepulturas. Não se encontrava o Gólgota apenas a vinte e cinco metros de distância do local em que José de Arimateia tinha o seu sepulcro? No *Satiricon*, no capítulo em que Petrónio conta a história picaresca da viúva inconsolável, não se vê uma crucificação levada a efeito entre as campas? Devemos imaginar o Calvário como um desses cantos sinistros, espiados pela morte e cheirando a defuntos, sobre os quais vão voltejar, esperando o último suspiro do seu pábulo, essas «aves do Esquilino» de que nos fala Horácio (porque as execuções em Roma eram feitas normalmente no cemitério da porta Esquilina): os abutres tão vulgares no céu da Judeia.

O lugar que se venera hoje como sendo aquele em que expirou Jesus, fica na parte noroeste de Jerusalém, junto da colina do Gareb. Diz a tradição que o imperador Adriano, ao reconstruir Jerusalém, em 105, sobre as ruínas da cidade destruída por Tito, teria recoberto o Calvário com uma esplanada guarnecida dum bosque consagrado à deusa Venus. Ter-se-ia conservado a lembrança do lugar exacto, entre os des-

cendentes dos carrascos de Jesus? Quando, no século IV, Constantino e a imperatriz Helena resolveram dignificar os Lugares Santos, fizeram construir duas basílicas, uma sobre o Santo Sepulcro e a outra no local onde a Cruz fora encontrada; o Calvário ficou, então, a descoberto. Muito mais tarde, os Cruzados construiram, englobando os três lugares, a Basílica actual, esse monumento de estilo compósito, romano influenciado pelo árabe, sobre cuja fachada se podem ver ainda os brazões de armas da nobreza francesa. Arqueólogos tão considerados, como o P.^e Abel e o P.^e Vincent, dão como certa aquela localização: à esquerda da basílica, uma espécie de reduto, em que se concentra o cheiro dos brandões, eis o que é o Calvário, actualmente.

Temos de confessar que o visitante dos Lugares Santos, habituado, por uma tradição que centenas de pintores celebrizaram, a considerar o Gólgota como colina, fica perplexo em face dessa excrescência rochosa, coberta por uma abóbada baixíssima, aonde se chega por uma escada monumental, de degraus muito puídos, sob carreiras de lâmpadas de prata, de bolas niqueladas de jardim, de cachos de prata dourada; em resumo: em presença «desse subterrâneo ao ar livre», no dizer de René Schwob. Todo o fausto esplendoroso que a ortodoxia gosta de ver nas suas igrejas, nos aparece ali, pois são os Gregos que têm a seu cargo a conservação dessa parte do edifício. O terraço encontra-se guarnecido de preciosas pedras de mármore; três altares, ligados uns aos outros, estendem-se a todo o comprimento da parede do fundo, resplandecente de pedrarias cintilantes; um grande retábulo de ouro, em que ardem mil chamas, encimado por um crucifixo colossal, marca o lugar em que foi erguida a cruz; e a legenda insultuosa de Pilatos, «rei dos Judeus», fulgura lampejos de diamantes. É preciso fazer-se grande esforço, para encontrarmos em nós qualquer vestígio de emoção, diante dessas pompas desconcertantes; aqui, como em quase toda a parte desta Jerusalém, saturada de alusões históricas, a piedade pouco discreta dos cristãos torna difícil ver Cristo, ou melhor, constituiria um obstáculo intransponível se, nas multidões fervorosas que sobem

de joelhos a escadaria de mármore, nenhum rosto levasse, irrecusàvelmente, o clarão da fé e do amor (1).

«O Crux ave...»

Para consumar aquilo a que a humanidade chama determinação da justiça, aquela inventou inúmeros e atrozes suplícios, em que o desejo de apresentar um exemplo frisante e o justo cômputo das faltas a expiar, entra menos em linha de conta do que o sadismo das turbas e a desregrada imaginação de quem legisla. A lista sem fim dos supliciados no decorrer da História, é pouco honrosa para o homem; uns, oferecendo às barras de ferro os seus membros sobre a roda, ou abandonando-os a cavalos que os separam em quartos; outros desventrados segundo a lei de Clóvis, ou lançados em cubas cheias de serpentes ou de insectos, segundo o código germânico, todos os escaldados, os afogados em lama, os enterrados vivos, são em número infinito. E a sociedade moderna, com a guilhotina e a cadeira eléctrica, supõe realizar um progresso quando, talvez, outra coisa não faça senão acrescentar uma ferocidade mecânica. Entre os Judeus, os principais suplícios eram: a lapidação, em que se fazia morrer o condenado com as pedras que bàrbaramente lhe atiravam ou que rolavam para cima dele; a fogueira, reservada para casos especiais, como o de homem convencido de adultério com a própria madrasta, ou que tivesse prostituído uma donzela da casta sacerdotal; e, finalmente, a degolação, pena para os idólatras e apóstatas. A esses suplícios eram, por vezes, acrescentadas terríveis variantes, como a do chumbo fundido, na garganta, — de que fala o Talmude, — «o que conserva o cadáver do supliciado».

A crucificação, não era judaica, mas romana, ou antes, julga-se que, sendo de origem oriental, primeiramente praticada pelos Fenícios, Cartagineses e Persas, tenha sido introduzida no mundo greco-latino, em época remota. Cícero atribui a sua

(1) Existem, no Calvário, duas capelas: a dos Gregos, que acabamos de ver, e a dos Latinos, que é de gosto mais sóbrio e mais severo.

adopção a Tarquínio, o Soberbo. Na Judeia, os Asmoneus utilizaram-na largamente. Um filho de João Hircano, Alexandre Janeu (103-76), tendo vencido uma revolta de Fariseus, servira-se desse suplício para a reprimir; a História conserva ainda a recordação do reizete feroz que se banqueteia no meio das concubinas, enquanto, na sua frente, no terraço do palácio, se perfilam seiscentas cruzes, todas carregadas de vítimas. Infligiam este suplício mesmo às mulheres, as quais, talvez por pudor, eram crucificadas de cara contra o madeiro, ao contrário dos homens. Tortura habitual, por conseguinte — ninguém tinha de que se admirar pelo facto de um rebelde blasfemador ser condenado a ela.

Tanto mais que se reconhecia a esta uma intenção nìtidamente infamante. Pensa Renan que o objectivo fundamental de tal suplício era menos o de matar, do que o de expor o escravo incriminado, pelos pés e pelas mãos de que não soubera convenientemente utilizar-se. Na verdade, essa era, em Roma, a morte própria dos escravos, dos ladrões vulgares e dos naturais das províncias: o magistrado que a aplicasse a um cidadão romano, cometeria um delito; Cícero acusara Veres desse crime.

É unânime a opinião de que a morte na cruz era horrorosa. *Crudelissimum teterrimunque supplicium*, diz-nos Cícero. Fixado na cruz, o corpo contraía-se numa tetanização geral; as chagas inflamavam-se; os pulmões, a cabeça, o coração congestionavam-se, a agonia tornava-se atroz. Uma sede devoradora queimava as mucosas. Todo o corpo não era senão dor. E o que havia de pior, era que tal suplício poderia prolongar-se durante muito tempo se o condenado fosse de constituição robusta: Heródoto e Josefo dizem que alguns crucificados, retirados da cruz depois de lá terem estado várias horas, conseguiram ser restituídos à vida; Petrónio fala de três dias de tortura, antes que a morte sobrevenha. Não custa compreender que se não encarasse semelhante suplício sem um calafrio. Conta Flávio Josefo que, durante a guerra judaica, esse terror do suplício abominável provocara a capitulação de Maqueronte; tendo capturado Eleazar, alma da resistência, os Romanos fingiram crucificá-lo à vista das muralhas, pelo que,

prontamente, e para lhe pouparem tal horror, os seus companheiros de armas entregaram a praça.

A palavra *crux* designava, em latim, uma forca, uma espécie de patíbulo num sentido mais lato que a nossa palavra cruz, a qual faz sempre pensar em duas barras «cruzadas» entre si. Podia também ser uma simples estaca — *crux* designava igualmente o timão do carro — ao qual amarravam a vítima, com as mãos atadas atrás do pau: era a *cruz simplex* que diversos artistas consignaram aos ladrões. Mais frequentemente o instrumento comportava uma segunda barra, quer colocada no topo da vertical — *crux summissa* ou *commissa*, em forma de T — quer atravessando-a a uma certa distância do cimo — a *crux capitata* ou *immissa*, a nossa cruz tradicional; finalmente, havia ainda a *cruz decussata*, com dois montantes iguais e oblíquos como um X, que nós chamamos «cruz de Santo André», pelo facto de o irmão de São Pedro nela ter sido justiçado. A tradição mais arraigada pretende que a cruz de Jesus Cristo tenha sido a *capitata*: já Santo Ireneu afirmava que ela tinha quatro extremidades. Parece que, contràriamente ao que imaginaram numerosos artistas, a cruz de Cristo não era muito alta: vez e meia a estatura de um homem — de outro modo, a crucificação não teria sido muito fácil ([1]). A peanha que lhe acrescentou uma tradição bastante antiga (decerto por motivos de comodidade estética), nada tem de histórica, nem mesmo de provável; em compensação, para evitar que o peso do corpo rasgasse as mãos a breve trecho, uma espera ou soco — *pegma*, em grego, *sedile*, em latim — era intercalada entre as pernas do padecente, novo pretexto para a dor, espécie de muleta que Tertuliano descreve com rigor, ao compará-la ao unicórnio do rinoceronte.

---

(1) A posição dos braços erguidos acima da cabeça, no prolongamento do corpo, como tantas vezes pretendeu a tradição jansenista, parece pouco verosímil, nem se explicando a existência da barra transversal se não fosse para nela se prenderem as mãos, na clássica atitude do crucificado. É preciso notar ainda que muitos crucifixos chamados *jansenistas*, só o são em virtude do material em que são feitos (osso, ordinàriamente), o qual exigia os braços levantados verticalmente, acima da cabeça, para evitar a *ligação* dos membros, operação que aumentaria o preço do objecto, que se desejava fosse popular.

É inútil inquirir de que seria feita a verdadeira cruz em que Jesus morreu; as relíquias que dela se possuem estão muito longe de ser incontroversas. «A madeira da Cruz multiplicou-se de tal modo — dizia Calvino — que se reuníssemos todos os fragmentos venerados no mundo, poderíamos carregar com eles um enorme navio». Na confraria dos trabalhadores franceses das indústrias da madeira — marceneiros, carpinteiros, entalhadores, carvoeiros até — repetia-se em estribilho: «*Ligna crucis: palmes, cedrus, cupressus, oliva*», o que provinha certamente de uma frase de São Bernardo. Não há qualquer razão para supor que os carrascos tenham tido o cuidado de reunir — expressamente, sem dúvida, para justificar, os símbolos de que a Idade Média fazia grande gala — as quatro madeiras preciosas da palmeira, do cedro, do cipreste e da oliveira. A análise microscópica das relíquias existentes na catedral de Pisa, na cúpula de Florença, em Notre-Dame de Paris e em Santa Cruz de Jerusalém, conduziu sempre ao mesmo resultado, indicando sempre uma só qualidade de madeira, ou seja o pinho. Quanto aos pregos, que segundo o Salmo profético (XXII, 17) deveriam «furar as mãos e os pés» do Salvador, não é duvidoso que se trate dessas compridas hastes forjadas que os carpinteiros utilizavam para fixar as traves.

Tal era, pois, a cruz, tal era o suplício a que levavam aquele que durante a vida inteira, nunca pronunciara senão palavras de misericórdia e amor. Um horror sagrado apodera-se aqui do nosso espírito, perante tal injustiça. Compreende-se que os primeiros cristãos, eles que viram, com seus olhos, corpos crucificados pendentes das traves, inteiriçados e de rostos hediondos, se tenham recusado durante largo tempo a representar Jesus nessa horrorosa posição; e Constantino, suprimindo, por piedade, o suplício, tomou uma atitude que nos sensibiliza. A pouco e pouco, foi-se furtando a Arte a essa atroz visão, ou procurando comover o esquecido coração humano. Assim, pregada na cruz, tanto pode aparecer a pobre vítima evocada pelo realismo dum Grünewald, dum Mantegna, dum Rubens e de tantos outros! — como, também, consoante sucede com os «régios crucifixos», tão queridos na Alta Idade Média, o vencedor da morte, o homem que, mesmo sob a

tortura, conserva a sublime serenidade dum Deus. Os heréticos «monofisitas», que negavam ter tido Cristo simultâneamente duas naturezas, afirmavam que ele nada sofrera durante o suplício, pois que a sua humanidade não passava de aparente. Como é, afinal, mais verdadeira a concepção da Igreja, que toma ao pé da letra, em toda a sua horrorosa realidade, as torturas do crucificado, e faz delas, como artigo de fé essencial, o próprio meio de redenção do homem e da sua salvação!

«O crux ave spes unica!» — canta-se no domingo da Paixão, segundo o hino que escreveu, no século VI, Venâncio Fortunato, santo bispo de Poitiers e capelão de Santa Radegundes. Desse instrumento de infâmia, fez o Cristianismo o emblema do seu orgulho. Estranha reversão do símbolo, perfeitamente significativa dessa profunda transformação da moral que Jesus pregou! O vencedor é aquele que, na terra, parece condenado à derrota; o bem-aventurado é o miserável, o abandonado. Os pobres pelo espírito e aqueles cuja vida foi cheia de lágrimas, esses, conhecerão a felicidade eterna; de tal modo se tornou o mais vil dos suplícios, em penhor das promessas eternas. Dois paus unidos e pregados na parede duma célula, dois traços feitos à pressa entre os *graffiti* das Catacumbas, é o bastante: toda a realidade cristã se faz presente. Esse signo abjecto torna-se um dos maiores factos da Civilização.

«Salve, ó cruz, esperança única — cantava o velho poeta — árvore preciosa e admirável, adornada de púrpura real, tu, cujo tronco foi escolhido para estar em contacto com os membros sagrados...

«O mistério da cruz refulge onde a vida sofreu a morte, mas pela morte restituiu a vida...

«Feliz, ó cruz, em cujos braços se suspende o resgate dos séculos! Balança onde o corpo foi pesado! Vitoriosa do inferno!»

No Museu de Cluny, um estranho crucifixo do século XVI mostra, no cimo de uma cruz enorme, um Cristo de uma verdade trágica, verdadeiro cadáver de homem, nos limites da dor; mas o pé da cruz não mergulha na terra; transforma-se em tripla raiz ou pata de animal, e segura, como se tivesse garras, uma cabeça de morto, já meio descarnada. Este sím-

bolo que outros artistas — um Bosch, um Civetta — igualmente utilizaram, exprime a própria realidade da doutrina cristã. «Morte, onde está a tua vitória?», exclamará um dia São Paulo; mas, ainda mesmo antes da ressurreição, essa morte que se preparava era uma promessa de vitória sobre o além. Não o sabiam aqueles que, pelas ruelas de Jerusalém, ferozes ou desolados, levavam Jesus para o Calvário; ele, porém, sabia-o — ele que tantas vezes havia anunciado o seu suplício, e fixado antecipadamente o seu sobrenatural significado.

A Crucificação

O cortejo transpôs a porta de Efraim e, dados alguns passos, chegou ao cabeço do Calvário. Os carrascos dispuseram-se a actuar. Na sua maioria, os pintores que tomaram por tema a própria cena da crucificação, decidiram-se em geral por uma destas duas representações: umas vezes, e é o mais frequente (por exemplo, em Fra Angélico, no convento de São Marcos, em Florença) — Cristo é içado para a cruz, que já se encontra implantada no terreno; outras vezes (como, por exemplo, no grande Filipe de Champaigne, em Toulouse) a cruz está deitada no chão, e Jesus é estendido e pregado nela. Parece que a verdadeira crucificação não se deve ter realizado por nenhum destes processos. Começava-se por pregar as mãos do condenado na trave mais pequena, que era a que ele fora obrigado a transportar; depois, por uma espécie de roldana ou simples corda, içavam a trave e respectivo fardo ao longo do poste vertical, o qual, conforme vimos, ficava talvez inamovível no lugar do suplício. A posição correcta da cruz era atingida quando o soco de apoio se insinuava entre as coxas da vítima e segurava o corpo. Mgr. Ricciotti observou, aliás com muita pertinência, que certas expressões de autores romanos como *ascendere crucem, inequitare crucem* (transpor, cavalgar a cruz) não se explicam cabalmente, senão por esse modo, e Firmino Materno, teólogo do século IV, escrevendo *«crudeliter in crucem erigitur»*, exprimia uma verdade incontroversa, pois que o içamento da trave horizontal, de que pendia o supliciado, devia já ser singularmente doloroso.

Antes de procederem à execução, apresentaram a Jesus uma taça de vinho misturado com mirra (*Marcos*, xv, 23). O uso era velho em Israel: «Dai licores fortes aos que vão morrer», dizia um *Provérbio* (xxxi, 6), que fala de vinho e de cerveja, uso ainda observado pelo cerimonial francês, que manda oferecer um copo de rum ao indivíduo que vai ser guilhotinado. Trata-se, decerto, de uma tisana mais ou menos hipnótica. Segundo o Talmude, existia em Jerusalém uma espécie de confraria de mulheres ricas que, por humanidade, ofereciam, elas próprias, a dita droga aos condenados. Esta interpretação, em todo o caso, parece mais plausível que a do Evangelho de São Mateus que, confundindo *mora*, mirra, com *merora*, fel, falou de «vinho misturado com fel», sem dúvida por alusão ao *Salmo* LXVIII, 22: «misturaram-me fel nos alimentos e foi com vinagre que me dessedentaram». No entanto, precisos e significativos, os textos evangélicos observam que Jesus recusou a beberagem: a morte que aceitava era daquelas com as quais não se pode gracejar.

A seguir, despojaram-no das vestes — os quatro evangelistas referem este facto (*Mateus*, XXVII, 35; *Marcos*, XV, 24; *Lucas*, XXIII, 34; *João*, XIX, 23). Tem-se discutido se a nudez do Filho de Deus foi completa; essa parece ter sido a opinião de Santo Ambrósio, de Santo Agostinho e de São Cipriano; os Rabis de Israel não eram unânimes quanto a essa regra, e se quanto à mulher supliciada todos entendiam que se lhe devia deixar, por decência, algum vestuário, pelo que respeitava aos homens, uns optavam pelo nudismo total, outros pretendiam que os padecentes estivessem cobertos por diante.

As roupas dos supliciados pertenciam aos carrascos: constituíam as *pannicularia*, a sua gorgeta; um decreto de Adriano, recolhido no Digesto, atribui-lhas por direito. Diz São João: «Eles tomaram os seus vestidos e dividiram-nos em quatro partes, cada uma para um deles. E de igual modo, a túnica; era uma túnica sem costura, toda tecida de alto a baixo. E disseram uns para os outros: — Não a rasguemos; mas lancemos sortes sobre ela para ver a quem tocará». Assim, nota o IV Evangelho, se verificava a profecia: «Repartiram os meus vestidos entre si e lançaram sortes sobre a minha túnica» (*Salmo* XXI, 19). Que era essa túnica inconsútil, tão preciosa? Litúr-

gicamente o Sumo Sacerdote deveria trazer uma: por isso Jesus era, simultâneamente, sacerdote e vítima do sacrifício. Seria um presente de alguma das piedosas mulheres? ou a túnica de escárneo oferecida por Herodes? (Decerto, após a flagelação, deviam ter-lhe restituído as roupas que ele levava vestidas). Uma simbólica tradicional no catolicismo, vê nessa túnica a imagem da unidade da Igreja, da qual, nem as heresias nem os cismas, podem romper a trama eterna.

Faltava ainda espetar os cravos na carne viva. Esta barbaridade atroz aperta o coração. «Foi crucificado», repetem os cristãos diàriamente no *Credo*. Mas, porventura, pensarão eles na hedionda realidade do prego que rasga caminho através dos músculos, do sangue a jorrar do ferimento, entre os estertores incoercíveis do homem torturado?

As condições materiais do suplício deram lugar a discussões, pelo que respeita à posição dos pregos nas mãos. A tradição mais antiga emprega a palavra «mãos», num sentido que parece ser o usual; por outro lado, a quase totalidade dos artistas representou as feridas a meio das palmas, e pode observar-se que os místicos que receberam estigmas (São Francisco de Assis, por exemplo) os apresentam no mesmo lugar. Todavia, comentadores recentes, entre os quais alguns médicos (1), sustentam que os pregos não podiam ter sido cravados nas mãos pròpriamente ditas; os seus cálculos e experiências tendem a provar que o peso do corpo dum homem, suspenso, pelas palmas das mãos, pode provocar a ruptura dos tecidos, pelo que se deveria entender «mão» no sentido médico, por conseguinte, incluindo o carpo, que liga os dedos ao punho. Encontra-se nessa região um conjunto de pequenos ossos duros, completados por um feixe fibroso espesso; entre esses pequenos ossos, ou melhor entre o osso unciforme, o grande osso do carpo, o semilunar e o piramidal, existe um espaço vazio, chamado «de Destot», onde o cravo poderia ser introduzido, e

---

(1) Estes estudos foram provocados pelo facto de, no Sudário de Turim, estarem as chagas das mãos situadas nos punhos. Os que defendem a autenticidade da relíquia, encontraram a engenhosa interpretação que reproduzimos aqui. Ver, em especial, os trabalhos dos Drs. Barbet e Villandre. (Cf. anexo, no fim do volume, sobre *A Face misteriosa de Turim*).

suportar um considerável esforço de tracção. Tal interpretação esbarra, porém, numa dificuldade. Parece incontroverso, como vimos, que o costume constante, nas crucificações, era colocar uma espécie de muleta entre as pernas do condenado, decerto para evitar a ruptura das mãos e prolongar o suplício. Se esta *sedile* figurou na cruz de Cristo, são inanes os cálculos respeitantes à tracção exercida sobre as mãos; se se admite que, neste caso, foi posto de parte o hábito geral, seria necessário demonstrar a ausência de tal muleta.

Uma observação desses trabalhos médicos deve, entretanto, fixar-se: a inserção do cravo nos tecidos deveria ter lesado gravemente o nervo médio, sensitivo e motor, causando dores insuportáveis e obrigando o polegar a colocar-se em oposição aos outros dedos; as peças anatómicas sobre as quais se fez a experiência, todas mostraram esse inevitável cerramento da mão. Raros são, no entanto, os artistas que reproduziram essa atitude característica.

Quanto aos pés, foram verosimilmente fixados em cruz, um sobre o outro (bastante longe do calcanhar, porquanto de outro modo, teria sido necessário um prego compridíssimo e a operação seria assaz difícil) sem dúvida entre o segundo e o terceiro metatársicos.

E a tortura começa. A princípio, como tenha ainda forças, o supliciado reage contra a cãibra tetânica que lhe mói o peito; à ousta de tremendas dilacerações, tenta levantar-se nos pés, a fim de respirar. Depois, a pouco e pouco, a resistência vai diminuindo: os braços distendidos tomam a posição oblíqua, o corpo vai-se abatendo, os joelhos formam um ângulo obtuso, em sentido contrário aos das ancas e dos pés; o farrapo humano esquissa como que um zigue-zague trágico; e a cabeça, depois de ter balanceado nos paroxismos da agonia, acaba por cair para o peito, ficando com o queixo apoiado no esterno.

Por vezes os carrascos, para apressar a tarefa e auxiliar a morte, acendiam a barlavento da cruz um fogo de palha e ervas de fumos acres, quando não preferiam, com um golpe de adaga, sangrar o condenado. Não deveria ter havido necessidade de utilizar tais meios com Jesus. «A minha vida, dou-a espontâneamente, a fim de voltar a possuí-la — havia

dito. Ninguém ma rouba: eu é que voluntàriamente a ofereço. Porque eu tenho o poder de a dar e de a reassumir, segundo o mandamento que recebi de meu Pai» (*João*, x, 17, 18). Todo este ritual atroz, não o esqueçamos, aceitava-o Jesus. Com uma simples frase, teria podido derrubar a cruz, carrascos e legionários, e pôr em fuga a turba dos curiosos. «Maltratam-no e sujeita-se a sofrer. Cordeiro que levam à matança, ovelha muda em face daqueles que a tosquiam...», profetizara Isaías (LIII). Quando a cruz, com o seu fardo, foi erguida, deveria ser perto do meio-dia. No bairro de Bezeta, não longe do Calvário, decerto que baliam, numa infinita dor, os cordeiros do sacrifício que os compradores mercadejavam para o jantar da Páscoa. Ia derramar-se o sangue do cordeiro.

Os últimos momentos

A agonia durou três horas — desde sexta até noa. Ao lado de Jesus, os dois ladrões que lhe associaram, tinham sido igualmente levantados no madeiro, e as três cruzes erguiam-se, sinistras, à beira da estrada. Esta, de grande movimento, vinha desde o mar, isto é, de Jafa; naquelas horas festivas, deviam percorrê-la numerosos peregrinos. Temos de imaginar os derradeiros sofrimentos de Jesus no meio do borborinho dos transeuntes, dos basbaques, dos curiosos, dos cães e de outros animais, — uma espécie de campo de feira, tal como se vê no Oriente, às portas das cidades. A guarda estava presente — para assegurar que ninguém desprendesse os condenados, e não para garantir a paz da sua agonia.

Através dos quatro Evangelhos, vê-se nìtidamente essa multidão que assiste à morte do Messias. Há amigos, discípulos e, sobretudo, mulheres (em todos os episódios da Paixão, as mulheres, mais animosas e fiéis, desempenham um papel admirável); toda a gente, aterrada pela catástrofe, fica emudecida de horror. Depois, há os viandantes que fazem perguntas a respeito dos três crucificados, e a quem os Judeus do partido sacerdotal, contam as suas histórias caluniosas; então, frívolos e cobardes como costuma ser o género humano, aquela gente decide-se contra a vítima: «Eh, lá! Tu que destruías o

Templo e, em três dias, o havias de reconstruir, salva-te então a ti! Desce lá dessa cruz!» *(Mateus*, XXVII, 40; *Marcos*, XV, 29). Magistrados e outras pessoas importantes juntam as suas abjectas ironias às que a populaça vocifera: «Salvava os outros, salve-se a si próprio, se, na verdade, é o Cristo, o eleito de Deus». Os soldados da guarda fazem chacota: é curioso ver aqueles Judeus, insultando um dos seus. «Se és o rei da Judeia, salva-te a ti mesmo!» *(Lucas*, XXIII, 37). Mas, como, no fundo, eles não são tão ferozes, dão-lhe a beber da sua beberagem usual, a *posca*, isto é, água acidulada com vinagre. Os Príncipes dos Sacerdotes, os Sinedritas, que tinham vindo para gozar o seu triunfo, correndo o perigo de contraírem uma impureza legal por serem testemunhas presenciais da morte, zombam, também, da sua vítima; dizem uns para os outros, em voz alta, para que toda a gente os possa ouvir: «Se é rei de Israel, desça agora da cruz, e creremos nele! Entregou-se nas mãos de Deus; se Deus o ama, que o livre! É o momento! Ele fartou-se de dizer que era o filho de Deus!» *(Mateus*, XXVII, 42, 43). Mas, até nos insultos, a profecia dos textos sagrados lhes sobe à garganta, pois as suas palavras são um versículo do Salmo messiânico, tão certo é que tudo aquilo tem um significado que não é natural. «Mas eu... eu sou um verme... um verme e não um homem, o desprezado do povo, o opróbrio da humanidade; todos quantos me contemplam escarnecem de mim; lábios franzidos, meneando as cabeças, vão dizendo: — Que tenha fé em Deus e que Deus o livre; que o salve, se pôs nele o seu afecto!» *(S.*, XXII, 7, 9).

Jesus via e ouvia tudo isso. O seu olhar, de instante a instante mais embaciado, devia vaguear daquela miserável confusão para os muros enormes da cidade e para as cúpulas faiscantes do Templo. Que turba aquela, à qual tanto tinha amado, e que humanidade aquela, à qual, por sua morte, resgatava! A repugnância e a cólera, perante uma tal iniquidade, teriam sido sentimentos legítimos. Mas Jesus que, através de todo o seu sacrifício, jamais abrira a boca, vai, por três vezes, quebrar o silêncio, e fá-lo-á para proferir palavras de amor e de misericórdia.

Do alto daquela cruz em que agonizava o mensageiro do perdão, caiu sobre o povo uma prece. Jesus dizia: «Pai, per-

doa-lhes, porque eles não sabem o que fazem». Estas palavras, apenas registadas por São Lucas (XXIII, 34), o «escriba da mansidão de Cristo», faltam em muitos antigos manuscritos e até mesmo no *Codex vaticanus:* os exegetas, todavia, consideram-nas autênticas, omitidas sòmente — pensam eles — nos primeiros séculos, por poderem incitar os heréticos a uma demasiada liberdade; e, de resto, haverá algumas outras, em todo o Evangelho, mais rigorosamente conformes com tudo o que sempre vimos em Jesus? O perdão dos inimigos, o amor àqueles que nos odeiam, não é de um modo abstracto, e quando ninguém nos ameaça, que o devemos trazer no coração: é, sim, na hora da injustiça e das perseguições. Por esses Judeus cegos, que chamaram sobre si a maldição do sangue, Jesus orou; e também pelos soldados que, à marreta, bateram os cravos que lhe dilaceraram a carne; e talvez por aqueles dos seus fiéis que o abandonaram, negaram e traíram: essas breves palavras sancionam mais uma vez a oferenda da sua vida, e dão-lhe o seu especial sentido.

Nos segredos de Deus, essa morte era precisa. Mas nem por isso ela deixava de ser o mais grave dos ultrajes à ordem legítima das coisas. Os homens, na sua ignorância, podiam desconhecer a importância única do facto de que estavam sendo testemunhas: a natureza, essa imagem de Deus que a criou, sentia até ao mais íntimo do mundo inanimado o embate monstruoso do sacrilégio.

«Desde a sexta até à nona hora, as trevas caíram sobre a terra e o sol ficou obscurecido» (*Lucas*, XXIII, 44; *Marcos*, XV, 33; *Mateus*, XXVII, 45). Essa escuridão significativa quiseram alguns autores antigos, aliás bem intencionados, explicá-la como proveniente dum eclipse; o pseudo-Dinis, o Areopagita, pretende mesmo que estando, então, em Heliópolis, observou, directamente, o referido fenómeno, e o cronista bizantino Georges Syncelle, há-de invocar, no século VIII, diversos testemunhos em defesa dessa tese. Contudo, já Orígenes, São Jerónimo e São João Crisóstomo haviam verificado que essa tese é insustentável: vimos que era, então, a lua cheia, e que, em tal época, o astro não se conserva durante o dia acima do horizonte. Terá então de se admitir um desses golpes de *khamsin*, o sopro negro do deserto, algum desses sirocos catastróficos

que lançam a noite bruscamente na Judeia, de modo semelhante ao das trevas que cobriram o Egipto, à ordem de Moisés, para punir o Faraó? Tais acontecimentos não são raros em Abril. Se o processo do fenómeno se mantém pouco compreensível, o seu miraculoso significado compreende-se perfeitamente. «Nesse dia — disse o Senhor, o Eterno — há-de acontecer que eu darei ordem ao sol para se pôr, a meio do dia, e envolverei a terra em trevas». A velha profecia de *Amós* (VIII, 9) efectivava-se nesse instante. É numa atmosfera pesada, sobrecarregada de inquietações, que devemos figurar, a partir de então, a cena da agonia. A pouco e pouco, vai-se calando a multidão assustada; muita gente retira; os balidos dos cordeiros condenados ao cutelo, tornam-se mais lúgubres; até os faceciosos, os próprios espíritos fortes, se sentem, na garganta, tomados de emoção; e esta angústia, misteriosamente ligada com a da natureza, irá sempre em crescendo, até ao momento em que «tudo esteja consumado».

No meio do silêncio, soa uma voz opressa; provém justamente de uma das cruzes. É um dos ladrões que estão a morrer, à ilharga de Jesus. No seu horrível sofrimento, todo ele é cólera e revolta. Se pudesse, lançaria os seus próprios crimes fosse sobre quem fosse! Aquele que ali está, tão próximo, e que, segundo diziam, fez milagres, por que espera para os livrar, a todos três? «Visto que és o Cristo, salva-te a ti mesmo e salva-nos a nós!» Mas da última cruz, eleva-se uma voz: «Não receias, então, Deus? Sofremos o mesmo suplício. Para nós é justo o prémio dos nossos crimes; mas ele, nada fez de mal!» Àquela alma conspurcada, já regressara a pureza divina. «Senhor! — exclamou esse ladrão arrependido — quando chegardes ao vosso reino, recordai-vos de mim!» Acaso teria medido o peso das suas palavras? Saberá, porventura, em que reino solicita a admissão? A sua fé, porém, lhe basta. «Em verdade te digo — responde-lhe Jesus — que ainda hoje estarás comigo no Paraíso» (*Luc.*, XXIII, 39, 41; *Marc.* e *Mat.*, assinalam simplesmente que «os dois bandidos insultavam Jesus»; *João*, nem disso fala). A piedade dos cristãos quis conhecer esse derradeiro testemunho da misericórdia divina; foram dados nomes aos ladrões crucificados: Zoatão e Camata, em certos manuscritos do Evangelho, Dimas e Geslas nos apó-

crifos *Actos de Pilatos;* Tito e Dúmaco no Evangelho árabe da infância; Moab e Zandi nos textos medievais; disse-se que ambos eles eram Galileus, e componentes do bando de Barrabás; que o «bom ladrão» não era outro senão aquele mesmo que dera de comer a Maria e a José, quando fugiam no deserto ([1]); que os Judeus, furiosos pelo que ele tinha dito a Jesus, haviam proibido que a agonia lhe fosse abreviada pela fractura das pernas. Em diversos lugares da Cristandade, venera-se um São Dimas, «bom ladrão». A lenda nada acrescenta ao facto, que é, na verdade, exemplar. «Quem está junto de mim, está junto do fogo; quem está longe de mim, está longe do Reino», dissera Jesus, segundo um ágrafo citado por Orígenes. Estava «perto de Jesus», o bandido de justo coração. Ao aceitar a morte como punição das suas faltas, e ao dar-se, assim, a Deus, esse miserável obtinha, operário da décima primeira hora, o máximo do salário, porque o intuito do coração basta para que se seja perdoado.

Entretanto, aventurando-se na treva misteriosa, um grupo de mulheres aproximara-se da cruz: eram umas três ou quatro daquelas que tanto lhe tinham querido. Com elas, ia ainda um mancebo, «o discípulo amado de Jesus». Foi o próprio *João,* e ele só, que, no seu Evangelho, contou a cena (XIX, 25, 27), citando os nomes das corajosas criaturas que não abandonaram o vencido: Maria Madalena, uma outra Maria, mulher de Cléofas, e, com uma das irmãs, a primeira Maria, a Virgem Mãe, que raras vezes se vira depois do milagre de Caná, e que reaparecia nesse instante supremo, à beira de seu filho, a quem, decerto, nunca havia abandonado. A sequência do poeta franciscano Jacopone de Todi, evoca, de modo comovente, aquela mãe assistindo ao suplício de seu filho: pensa-se na dor de todas as mães quando sofre a carne da sua carne, nas prisões, nos campos de batalha, e por toda a parte onde se desencadeia a injustiça dos homens, e nesse inegualável sofrimento todas as dores se resumem e exaltam: *«Stabat Mater dolorosa juxta crucem lacrimosa, dum pendebat Filius».* Lacrimosa, a mãe amargurada mantinha-se junto da cruz da qual pendia o corpo de seu filho. A sua alma gemebunda, cheia de desolação e de

---

([1]) Ver, atrás, pág. 149.

agonia, estava trespassada por um gládio...» A Igreja canta estes versos pungentes na festa de Nossa Senhora das Dores; contudo, mais do que essas Virgens espanholas, com o coração eriçado de sete espadas, a imagem que a Arte nos impõe da mãe piedosa, não será decerto, a que se vê no retábulo de Beaune: esse lindo rosto em que as lágrimas correndo não perturbam a serenidade sublime e uma confiança inabalável no além?

«Jesus, ao ver a mãe, e, junto dela, o discípulo tão querido, disse para Maria: — Mulher, tens aí o teu filho. E para o discípulo: — Aí está a tua mãe. E depois disso o apóstolo levou-a consigo para casa». A tradição cristã gosta de ver em São João um testemunho, um representante de toda a humanidade, e das palavras de Jesus, entende que, por elas, Maria foi dada por mãe a todos nós.

Foram essas as últimas palavras que o Messias dirigiu à terra. A morte executava a sua obra. Só, naquele terrível face-a-face que cada homem, quando soar a sua hora, haverá de conhecer, Jesus parece não ser mais do que um homem esmagado pela agonia. Com voz forte — surpreendente e estranha voz, pois que a crucificação paraliza os pulmões e estrangula a garganta — ele brada: *«Eloï, eloï, lamma sabachtani!...» (Mateus*, XXVII, 46). É em arameu, na sua língua familiar, o primeiro verso desse vigésimo segundo Salmo messiânico, citado escarninhamente pelos príncipes dos Sacerdotes; acaso lhe sugeririam eles tal reminiscência? Mas o Salmo não é apenas um apelo que, do fundo da sua angústia, a carne torturada faz como protesto; não exprime uma dúvida, mas, pelo contrário, é um acto de confiança. «Desde as entranhas de minha mãe que tu és o meu Deus. Não te afastes de mim, na hora da amargura! Serás, por mim, louvado, no meio das turbas, missão que cumprirei na presença de todos... As gerações futuras hão-de proclamar a justiça de Deus; e há-de nascer um povo ao qual será anunciada a obra do Eterno».

A frase caiu no silêncio e na treva. «Que disse ele? Ele chama por Elias?...», observou um dos presentes que, por certo, não conhecia o arameu. Um outro chasqueou: «Vamos lá ver se o Elias será capaz de o livrar!» Mas daquele destroço humano vem, de novo, um gemido; era a carne tortu-

rada que deixava fugir algumas palavras, o único lamento que se lê em toda a sua Paixão: «Tenho sede!» Piedoso, um soldado da guarda pegou numa esponja, embebeu-a de água acidulada com vinagre, e segurando-a na extremidade de uma vara que para ali se encontrava abandonada — uma cana, segundo os Sinópticos, uma haste de hissopo, segundo São João, ou, melhor, uma *lança*, dizem alguns intérpretes que lêem *hisso* em vez de *hissopo* — aproximou-a dos lábios do moribundo. «Quando tive sede, dessedentaram-me com vinagre...», disseram os Salmistas (*S.* LXVIII, 22). Nada havia sido evitado e tudo se fizera segundo uma vontade que sempre soubera dever chegar aquele instante, conforme um esquema que, na consciência dos velhos de Israel, se fora gradualmente revelando.

Eram cerca de três horas da tarde. Persistiam as trevas. Tudo estava consumado. E, no momento de voltar esta página, a mais bela e a mais terrível do Evangelho, desejamos ainda chamar a atenção para isto: para a simplicidade de todos estes episódios e do tom em que são descritos. Nos apócrifos, que — muitas vezes com mau gosto — fazem divagações sobre o tema, sobrepõem-se incidentes estranhos e pretensamente dramáticos: a Virgem Maria obrigada a despojar-se do véu para cobrir o corpo nu do filho; os demónios empoleirados, como aves sinistras, sobre os braços da Cruz, à espreita da alma de Jesus; fábulas miseráveis! São Mateus. São Marcos, São Lucas e São João, esses referiram o que sabiam, sem nada quererem acrescentar-lhe de patético. Nos quatro Evangelhos não há capítulo que, melhor do que esse, da Paixão, pareça exprimir a verdade sem rebuço e, ao mesmo tempo, ser o resultado, até nas frases mais humildes, duma Inspiração sobrenatural.

«Tudo foi consumado»

Eram três horas. No Templo começavam as cerimónias que preludiavam a Páscoa, a qual seria legal a partir do pôr do sol. Três toques das trombetas sagradas: um breve, um prolongado, outro breve, o Sumo Sacerdote, de pluvial azul, transpondo os degraus, e o som cantante duma flauta diante

do altar dos sacrifícios. No Gólgota, caem da Cruz ainda algumas sílabas: «Tudo está consumado» (*João*, XIX, 30), e depois, a oração suprema: «Pai, deponho nas tuas mãos o meu espírito...», como um tremendo grito, exalação daquela vida que termina. «Dizendo tais palavras, Jesus expirou».

Tudo estava consumado. A mensagem que Jesus viera trazer ao mundo, chegava, nesse momento, à sua conclusão. A obra de salvação pelo sangue que, tantas vezes, ele declarara necessária, estava agora cumprida. E naquele Israel ingrato, — inteiramente absorvido pelos seus ritos na hora em que o próprio rito mudava de sentido, — tudo o que, no transcorrer dos séculos se enchera do orgulho de presciência profética, transformara-se em História. O derradeiro grito da vítima não fora, também, um eco da exclamação de fé do Salmista: «Nas tuas mãos deponho o meu espírito, ó Eterno, ó Deus da verdade, a quem devo o meu resgate...» (*S.* XXX, 6)? O filho de David repetia as palavras do seu antepassado. Tudo se entrelaçava misteriosamente, tudo se realizava segundo os desejos eternos, e tudo estava consumado.

Dos Judeus que, na mesma ocasião, salmodiavam o Hallel, nenhum, sem dúvida, media a importância excepcional do drama do Calvário. Quem poderia mesmo imaginar que a treva glauca que se derramara na cidade, fosse um sinal de advertência? Mas, de novo, e até de modo mais dramático, a natureza reagiu contra este crime. Referem os três Sinópticos que no preciso instante em que Jesus rendeu a alma, o véu do Templo se rasgou: em face do «Santo» e no limiar do «Santo dos Santos», pendiam altas cortinas, reposteiros de um só pano que eram descidos quando as portas estavam abertas. Quebrara-se o segredo do mistério; de futuro, o Templo deixaria entrar todos os homens. «Poderia pensar-se — escreve o Padre Lagrange — numa dessas violentas rajadas de vento que, num instante, dissipam os sirocos negros da Primavera»: esse vento seria o próprio sopro de Deus. Mas São Mateus precisa que, no mesmo momento, «a terra estremeceu e as rochas se fenderam»; houve fenómenos estranhos; aparições de mortos fugidos das sepulturas; o medo alastrou pela cidade num surto repentino. A manifestação da natureza perante a morte do Deus vivo teria sido, assim, um sismo de extrema vio-

lência; na Palestina, esses fenómenos são frequentes: a cúpula da basílica do Santo Sepulcro foi danificada em 11 de Julho de 1927, em consequência de um tremor de terra, e, na própria rocha do Calvário, se vê ainda uma fenda, perpendicular aos estratos, com a largura de 25 centímetros e o comprimento de 1,70 m., que é, certamente, de origem sísmica. Aproximava-se o momento em que os povos seriam julgados, como predissera o profeta Joel: «Chega o dia do Eterno. O Sol e a Lua obscurecem-se e as estrelas perdem o brilho. De Sião, rugiu o Eterno, e de Jerusalém ressoa a sua voz; os céus e a terra sentem-se abalados» *(Joel,* III, 14, 16). Acaso teriam os Judeus adivinhado essa aproximação do veredicto?

Um homem, no entanto, teve o pressentimento de que existia alguma relação, entre aquela agonia telúrica e o grito supremo do crucificado: o centurião «*exactor mortis*», que, por dever do ofício, tinha de se conservar junto dos supliciados, até final. Esse ouvira os Judeus dizerem a Pilatos: «Deve morrer porque se intitula filho de Deus!» No momento, não prestara grande atenção. Contudo, a revolta da natureza, o terror convulsivo que alastrara por toda a parte, os rugidos provenientes das camadas interiores do globo, todo esse conjunto de factos extraordinários foi para ele uma revelação. Naquele cemitério imerso em trevas, junto dos três patíbulos, a luz entrou nele. «Na verdade — reflecte — este homem era o filho de Deus!» Sendo o primeiro de quantos, por milhões, haviam de acreditar em Jesus crucificado, quem era esse honrado soldado? A inteligência militar prepara os espíritos para a fé, ao moldá-los à disciplina e à lógica rigorosa das relações entre a causa e o efeito: um outro centurião, em tempos idos, não havia maravilhado Jesus com a sua humilde confiança? A esse primeiro convertido se chamou algumas vezes Petrónio e outras Cornélio: não se trata senão de tradições inconsistentes; mas a sua confissão tem um significado, é como que a primeira expressão da fé cristã.

Jesus pendia do madeiro. Repuxando das mãos e dos braços, fazendo com que os músculos se dilatassem como cabos, o corpo estava suspenso, inteiriçado, naquele horrível abandono. Por sobre a pele emaciada, o sangue corria das feridas e em volta das pequenas escaras feitas pelo chicote,

tomara a forma de pérolas. Essa carne maculada, listrada pelas pancadas, já não tinha do ser vivo, nem a consistência, nem a forma: tão ràpidamente o cadáver se transforma nessa coisa estranha, meio estátua, meio peça anatómica, na qual nos custa a reconhecer aquilo que tínhamos amado! Há, na arte, numerosas reproduções dessa atroz figura: do monstruoso Grünewald ao autor do «Cristo devoto» de Perpignan, milhares de pintores e escultores procuraram traduzir-lhe o horror. Mas toda a imagem é vã, diferente do seu objecto. É num corpo querido, apanhado pela iminente podridão, que o espírito encontra uma evocação mais legítima. «Assim sucede a toda a carne»; todos nós trazemos connosco a promessa, que será cumprida, de semelhante lividez e de tais manchas de gangrena: nestas artérias que eu próprio vejo pulsar, bem sei que tremenda realidade está oculta. Jesus morreu de morte semelhante àquela que nos espera. Aí está o mistério, e também a consolação. «Quando me erguer da terra — predissera ele — atrairei tudo para mim!» O centurião obedecia já a essa atracção. E após ele, iam aproximar-se muitos outros, aqueles para quem a morte é a única esperança da vida, o penhor da ressurreição.

O Sepulcro

Nas proximidades da colina onde tudo se consumara, haviam permanecido alguns fiéis de Jesus. São Lucas descreve-os, parados à distância, vendo de longe o fim daquele a quem tinham amado: as corajosas mulheres, às quais já nos referimos, e alguns dos Galileus vindos a Jerusalém para a festa da Páscoa; a tristeza e o pasmo haviam-nos emudecido.

No entanto, logo que se deu a morte, quando se manifestaram os estranhos sinais da cólera de Deus, enquanto numerosos assistentes, Judeus e pagãos, regressavam à cidade, cheios de inquietação e de remorsos, — algum dos discípulos foi levar à comunidade a notícia do passamento. A piedade pelos mortos era grande em Israel. Imediatamente se pensou em desprender Jesus do madeiro infamante, em lhe prestar

as honras fúnebres. Tornava-se, entretanto, necessária a licença de Pilatos. Encarregou-se de a pedir certo homem, um daqueles poderosos do género de Nicodemo, que do fundo do coração haviam sido conquistados pela palavra de Jesus, mas que, com medo dos Judeus, se abstinham de confessar-se seus discípulos *(João,* XIX, 38): José, um Sinedrita, natural de Arimateia, a antiga Ramathaim, hoje Rentis, situada não muito longe de Lida. «Ele não tinha concordado, diz São Lucas, nem com a determinação dos outros nem com os seus actos» *(Lucas,* XXIII, 51). O que Jesus vivo não conseguira operar nele, conseguiu-o Jesus morto: José de Arimateia venceu o seu espírito de prudência.

Acerca dos supliciados, ordenara Moisés: «Os seus cadáveres não ficarão, de noite, nos madeiros» *(Deut.,* XXI, 23). Era legal, portanto, ir pedir ao Romano a licença para fazer o enterramento. Todavia, se acreditarmos no Talmude, os corpos dos justiçados deviam ser dispostos em sepulturas pertencentes à justiça, e só quando as carnes desapareciam é que os ossos podiam ser entregues às famílias. Era, pois, um favor, o que José de Arimateia solicitava de Pilatos. No Império Romano, a recusa de entregar o corpo dum justiçado aos parentes, ou exigir dinheiro pela entrega, era considerado como um agravamento da severidade. Pilatos não tinha qualquer motivo para se mostrar impiedoso. Assim, concedeu ao Sinedrita o que ele pedia, mas admirou-se de ter sobrevindo tão depressa a morte.

No mesmo instante, outra diligência se fazia junto dele; alguns Judeus piedosos, receando que a Páscoa tivesse início antes dos condenados expirarem e serem retirados das cruzes, — o que constituiria uma mácula legal para a cidade inteira — vieram pedir-lhe que apressasse aquelas mortes, fracturando as pernas dos justiçados *(João,* XIX, 31). Pilatos deu ordem a um piquete, que fosse fazer o que fosse necessário.

«Os soldados vieram, por conseguinte, e quebraram as pernas do primeiro, e, a seguir, as do outro condenado que tinham sido crucificados com Jesus. Mas, quando chegaram a este, vendo-o já morto, não lhe quebraram as pernas, mas um dos soldados trespassou-lhe com a lança um dos flancos, do qual, de pronto, jorraram sangue e água». São João, que

refere este episódio, acrescenta haver sido sua testemunha presencial (XIX, 32, 35).

O *Crurifragium*, ou fractura das pernas, era, em Roma, um suplício conhecido, análogo ao da roda na monarquia francesa; bárbaro, devia constituir um suplemento das torturas, mas, aplicado a indivíduos já exaustos pelo suplício da cruz, parece natural que tivesse o efeito de um acto de misericórdia. A lançada do soldado nada mais é, por certo, que um gesto maquinal, feito para mais completa segurança. Da história de Tomé, na famosa cena da dúvida após a Ressurreição (*João*, XX, 25, 27), pode concluir-se que foi larga a ferida praticada, a qual teria as dimensões da mão vulgar. «A água e o sangue» suscitaram numerosíssimas hipóteses: falou-se de rotura cardíaca com derramamento interno anterior à estocada; os maníacos da explicação patológica, género Binet-Sanglé, chegaram até a imaginar uma bolsa na pleura, de origem tuberculosa! Parece que a água outra coisa não seria senão o líquido pericárdico, resultante da transudação interna provocada pela agonia. Quanto ao sangue, suscita-se um problema fisiológico curioso, que foi tratado pelos médicos que estudaram o sudário de Turim ([1]).

Na arte, opõem-se duas tradições: uma, que situa no flanco direito de Jesus a ferida feita pela lança, outra que a localiza no esquerdo. À primeira vista, a segunda parece mais bem fundamentada, atenta a circunstância de o coração ser à esquerda. Todavia, um grande artista consciencioso na sua documentação, como Rembrandt, opta pela primeira, e, no sudário de Turim, a marca inegável do ferimento encontra-se do lado direito. O bote à direita — pode observar-se, em primeiro lugar — era clássico na esgrima que os soldados aprendiam, pois, no combate, o lado esquerdo era protegido pelo escudo. Mas, sobretudo, a discussão anatómica revela que após a morte, o sangue conflui à aurícula direita, prolongada, para cima, pela veia cava superior, e, para baixo, pela veia cava inferior; assim, feito à esquerda, o golpe haveria perfurado a aurícula respectiva, sempre vazia, ou, em consequência da obliquidade do coração, os ventrículos, vazios também. Foi,

---

([1]) Em especial, o Dr. Barbet.

portanto, à direita que o golpe foi vibrado. Enfim, a fisiologia acode a confirmar que Jesus estava incontestàvelmente morto quando se produziu a ferida: se o pulmão estivesse vivo, ter-se-ia contraído e haveria retido o fluxo de sangue.

O «golpe da lança» é um dos episódios mais famosos da Paixão. Aquela chaga aberta no flanco de Deus parece avolumar o horror do drama, e o símbolo é deveras evidente para que a tradição cristã não tenha pensado nele, durante muito tempo. O soldado que vibrou a estocada ficará conhecido por Longuinhos, naturalmente devido à deformação do grego *lonché*, lança, «o lanceiro», e a lenda virá dizer que, sofrendo dos olhos, ficou maravilhosamente curado, em virtude de uma gota de sangue que espirrou; e dirá ainda que ele se converteu à fé cristã e morreu mártir, depois de ter vivido, durante vinte e oito anos, como monge, em Cesareia Marítima. Finalmente, não se ignora que, daquele episódio evangélico, germinará a imensa lenda do Graal, vaso misterioso em que os discípulos teriam recolhido o sangue de Jesus. Haverá, porém, necessidade de fábulas? O símbolo, é o próprio evangelista quem o sugere ao referir dois dos textos proféticos. Do cordeiro pascal dizia a Lei: «Nenhum dos seus ossos será quebrado» (*Ex.*, XII, 46; *Núm.*, IX, 12); e em Zacarias pode ler-se este versículo premonitório: «Eles considerarão aquele a quem trespassaram» (*Zacar.*, XII, 10). Na cruz, não é apenas o lanceiro de Pilatos que considera aquele corpo de onde acabam de jorrar o sangue e a água, é a humanidade cristã: água e sangue, instrumentos do baptismo, pelo martírio e pela fé.

Os soldados podiam ir tranquilizar Pilatos: Jesus tinha morrido; os seus amigos não se entregariam a quaisquer maquinações para o fazer voltar à vida; podia-se conceder-lhes o cadáver. José de Arimateia e alguns discípulos trataram, então, de retirar da cruz o corpo, a fim de o sepultarem. Esta «descida da cruz», que tantos artistas escolheram para tema, bem se desejaria poder reconstituí-la em toda a sua feição trágica especial, totalmente despida de qualquer intuito estético. É uma coisa pavorosa, essa de vestir um morto que se amou; esse corpo abandonando-se, como um enorme fantoche desengonçado, uma pele cujo contacto causa horror... Dostoïevski, criticando a obra-prima de Holbein, põe na boca do prín-

cipe Muichkine, herói do seu romance *O Idiota*, as palavras seguintes: «Se foi um cadáver assim, que os discípulos viram (e, por certo, que foi) como puderam eles — eles que nele acreditavam, — admitir que havia de ressuscitar? É impossível deixar de formular a pergunta: se as leis da natureza são de tal modo horríveis, como vencê-las? A natureza revela-se, a quem contempla esse quadro, como um animal imenso, implacável e mudo, ou, mais exactamente, como um grande maquinismo estúpido que filou, esmagou, devorou, surdo e insensível, o maior e o mais inapreciável dos Seres». É justamente nesse instante, em que, descido do pedestal formado pela Cruz, Jesus nada mais é do que mísera carne de músculos inteiriçados pela agonia atroz, que a morte parece alcançar o seu triunfo. A tradição artística—que prefere mostrar, nas inúmeras *Pietà*, esse corpo lacerado sobre os joelhos da mãe, de novo feito menino aos olhos daquela que nele pega pela última vez, — tem mais doçura e é mais consoladora, mas a outra corresponde mais exactamente ao horror de tal instante.

Quanto à Cruz, de que o Evangelho nada diz, quer a tradição que fosse atirada para o fosso que existia junto das muralhas, a vinte e cinco metros de distância do Calvário. Seria aí que Santa Helena a teria ido descobrir, no decorrer dos trabalhos de escavação que mandou realizar: «Invenção da Santa Cruz», que forneceu aos escultores de Reims motivo para um dos mais belos conjuntos da fachada. Este local é hoje um sinistro e insignificante reduto, à direita da Basílica do Santo Sepulcro (Ver pág. 589), reduto esse mais profundo que a capela arménia chamada de Santa Helena, a qual se encontra já em nível inferior: uma cripta de cúpula, sustentada por quatro colunelas de enormes capitéis, à qual se desce por uma escada de ferro, e que é a autêntica imagem do abandono e da miséria.

O cadáver, retirado da Cruz, recebeu as derradeiras homenagens «segundo a maneira de sepultar, em uso entre os Judeus» (*João*, XIX, 40). Sem dúvida que precisavam de andar depressa, pois estava próxima a hora do sábado. Não é, porém, obrigatório admitir, como por vezes se tem feito, que os ritos funerários houvessem sido suprimidos, uma vez que a Lei permitia fazerem-se aos mortos lavagens e unções, mesmo no dia

de sábado. «Pode fazer-se tudo quanto se exige para um morto; pode-se ungi-lo de perfumes e lavá-lo», diz o tratado talmúdico *Schabbat* (XXIII, 5). Por conseguinte, ainda quando os seis toques rituais das trombetas de prata houvessem já anunciado o início do dia santo, os discípulos teriam podido concluir os piedosos ritos que em Israel se praticavam pelos mortos.

Muito perto do local, possuía José de Arimateia uma sepultura nova em que ninguém fora ainda sepultado (*Mateus*, XXVII, 60; *Marcos*, XV, 46; *Lucas*, XXIII, 53; *João*, XIX, 40). Foi, talvez, por essa razão que os amigos de Jesus tinham apelado para ele. O sepulcro era do tipo palestínico clássico, semelhante àquele do qual Lázaro saíra. Compunha-se de duas partes, ambas elas escavadas na colina; primeiramente, um vestíbulo, no fundo do qual se abria uma porta baixa que dava acesso à sepultura pròpriamente dita; esta, quase quadrada (2,m07×1,m93), era uma espécie de gabinete na parede do qual se colocava uma banqueta para o corpo. Fechava-se por meio de uma pedra de grande peso, espécie de mó que, estando a sepultura aberta, ficava retraída sobre uma espécie de calha de brando declive; prendia-a um tarugo que bastaria ser levantado para que a massa deslizasse, indo tapar a entrada.

Hoje, a localização tradicional do Sepulcro fica no próprio coro da basílica do seu nome. Este pesado monumento, construído primeiro pela imperatriz Helena, várias vezes destruído, vinte vezes reformado, é uma obra imponente, de estilo compósito, com qualquer coisa de bárbaro. Da alta abóbada, cai uma claridade alaranjada. Um círculo de colunas negras maciças, que centenas de luzes fazem brilhar de modo estranho, rodeia um monumento circular, todo cercado de lâmpadas, de candelabros e de enormes círios. As paredes desaparecem sob os ícones, os ex-votos e as talhas douradas. Três degraus de basalto, dão-lhe maior proeminência. A cova funerária, isolada da colina, foi transformada em capela, onde mil círios ardem, numa atmosfera mefítica em que se aspiram odores insuportáveis.

Nada corresponde menos do que esse relicário flamejante ao que se imagina que deveria ter sido a verdadeira sepul-

tura, muda e tenebrosa. Será preciso acrescentar que nada corresponde menos, também, ao espírito de Jesus, do que a tremenda rivalidade com que tem sido disputada esta sua sacratíssima recordação? Latinos, Gregos, Melquitas, Maronitas, Sírios católicos, Gregos ortodoxos, Arménios, Coptas, Abissínios, Sírios jacobitas, Protestantes e «diversos»; a estatística oficial enumera onze variedades de cristãos que podem considerar-se com direito a fazer no Sepulcro as suas orações. Será de admirar que ali tenha havido lutas selváticas? Oh! túnica inconsútil! Uma parte da Igreja pertence aos Gregos, a outra é latina, guardada pelos Franciscanos; um horário estabelece as escalas necessárias, para as cerimónias de todas as seitas. Loti, em face de semelhante espectáculo, revoltou-se contra o escândalo: com efeito, um cristão não pode ali sentir senão um doloroso desencantamento.

O túmulo foi aberto. Envolveram Jesus em mantos fúnebres, e não num só lençol apenas, dobrado, mas, tal como diz claramente São João (xx), em duas peças, pelo menos: um lençol, o *sindôn*, e um pano mais pequeno, o *soudarion*, o sudário, colocado sobre o rosto. Pode-se mesmo imaginar que, tal como com Lázaro, foram empregadas verdadeiras faixas, pois o verbo grego *dèo*, de que se serve São João (xix, 40), e que, em português, se traduz ordinàriamente por «envolver», significa, mais rigorosamente, «prender ou ligar»; as versões latinas, aliás, dão «ligaverunt». A fim de lhe soerguerem a cabeça, colocaram-na sobre o caixilho de pedra existente nos túmulos judaicos para tal efeito. As santas mulheres que, tendo vindo da Galileia com Jesus, nunca mais o deixaram, auxiliaram essa fúnebre tarefa.

«Nicodemo (aquele que, anteriormente, tinho ido de noite ter com Jesus a quando da primeira viagem a Jerusalém) trouxe cem libras de plantas aromáticas, uma mistura de mirra e aloés» (*João*, xix, 39). Pobre gesto de um pobre homem, que tivera maior dose de boa vontade do que, pròpriamente, de coragem, e que, sem haver tido força para lutar em defeza de Jesus, oferecia aos seus despojos fúnebres um presente sumptuoso! Cem libras equivaliam a trinta e dois quilos. A homenagem era de grande custo. A mirra é essa resina odorífena que o Oriente sempre adorou e de que tantas vezes

se fala no Velho Testamento (*Êxodo*, XXX, 23; *Salm.*, XLIV, 8 e 9; *Cânt. dos Cânt.*, III, 6; IV, 6, 14; V, 1, 5, 13; *Eccl.*, XXIV, 20); e a mesma que os Magos ofereceram ao Menino Deus. Quanto ao aloés, parece pouco fácil de aceitar que se trate do aloés medicinal, planta liliácea, de cheiro nauseabundo (certos pais utilizam-na para obrigar os filhos a perderem o hábito de roer as unhas, aplicando-lhes o aloés nas pontas dos dedos), por isso que esta substância, tanto no Evangelho como no Velho Testamento (*Salm.*, XLIV, 9; *Provérb.*, VII, 17; *Cânt.*, IV, 14), está associada a perfumes delicados. É mais natural que se trate da *madeira de aloés*, chamada também *agalloche*, que os Sírios de hoje denominam *agalouooun*, madeira odorífera, oriunda da Índia e análoga à tuia, da qual também os Gregos virão a extrair uma essência.

Que objectivos tinham em vista, ao deporem no túmulo esses trinta e dois quilos de perfumes? Uma acção antipútrida? Talvez — embora não esteja bem averiguado que a mirra e o aloés possuam tais propriedades. Além disso, para que um embalsamamento seja eficaz, é preciso que seja realizado ao modo egípcio, extraindo as entranhas, e impregnando a carne de substâncias preservadoras. Ora isso, decerto, não se fez. É preferível, pois, admitir que se tratasse apenas dum costume demonstrativo de respeito pelos mortos: ofereciam-lhes perfumes, como nós lhes oferecemos flores.

Baixava o dia; trataram de retirar a cavilha de madeira para fazer rolar a mó de pedra. Depois, todos partiram, deixando o corpo no segredo do túmulo.

«No dia seguinte, sábado, os Príncipes dos Sacerdotes e os Fariseus foram, juntos, ter com Pilatos. — Senhor — disseram eles — estamos recordados de que aquele impostor, quando ainda vivo, garantiu que, ao cabo de três dias, havia de ressuscitar. Ordenai, portanto, que a sepultura seja guardada até ao terceiro dia, a fim de que não venham os seus discípulos roubar o cadáver, e digam ao povo: «Ressurgiu dos mortos! Esse último embuste seria pior do que o primeiro!» (*Mateus*, XXVII, 62, 66). Eram prudentes, aqueles políticos! Todavia, semelhante diligência agastou o Romano sèriamente: iria aquela «história» durar ainda muito tempo? «Tendes uma guarda — respondeu-lhes. — Guardai-o como quiserdes! Eles retiraram-se,

e protegeram o sepulcro, selando-lhe a pedra e pondo-lhe sentinelas». Que precauções não buscam os homens para se garantirem contra os desígnios de Deus!

Jesus, na escuridão do túmulo, era apenas um morto como os outros, uma carne ameaçada por iminente corrupção. Assim o pressupunham, pelo menos, os discípulos aterrados. Assim o viram um Holbein, um Filipe de Champaigne, evocadores perfeitos dessa trágica anatomia, com o grande ricto torturado da boca entreaberta, e os olhos revirados, com a coloração lívida das chagas, das quais o sangue não corre já. E, todavia, o que estava na lógica das coisas, a decomposição, a destruição daquele corpo prometido aos vermes, não se realizaria. «Se o grão de trigo, caído na terra, não morrer — tinha dito Jesus — ficará só; mas, se morrer, ficará com muitos frutos» (*João*, XII, 25). O grão jazia na terra fecunda e estava próxima a colheita do trigo que dele havia de brotar.

CAPITULO DÉCIMO SEGUNDO

A VITÓRIA SOBRE A MORTE

«Descendit ad inferos»

O corpo jazia na terra; porém, a alma do Senhor, para onde tinha ido? Por certo que os fiéis de Jesus formularam a si mesmos esta pergunta, a partir do sábado santo, em que, viúvos da divina presença e esmagados pela desgraça da véspera, não deviam, nos seus grupos, ocupar-se senão de Ele. E, mais tarde, quando a Ressurreição lhes restituir a esperança, talvez informados pelo próprio Mestre, eles saberão responder. Forma-se uma tradição, que os escritos apostólicos haverão de registar, que São Paulo parece conhecer e que São Pedro refere: após o último suspiro, a alma de Jesus não subira, livre, até ao Pai, mas, prosseguindo no seu papel de salvação, descera às regiões do inferno, onde os homens antigos, anteriores à vinda do Messias, esperavam, desde sempre, a libertação. «Restituido à vida pelo espírito, ele foi pregar às almas prisioneiras, às que tinham sido rebeldes» (I *Ep. de Pedro*, III, 19); «o Evangelho foi também pregado aos mortos» (*id.*, IV, 6).

A Igreja conservou esta evangelização do inferno num versículo desse *Símbolo dos Apóstolos*, em que se resumem as mais antigas tradições [1]; ela é, pois, matéria de fé. «Descendit ad inferos». Como é deplorável que os evangelistas se tivessem mantido num silêncio absoluto acerca deste episódio! Que de belezas o último dos quatro não saberia tirar dele!

---

(1) O *Credo* da Missa, que segue o texto estabelecido nos Concílios de Niceia (325) e Constantinopla (381), não contém esse versículo.

Para satisfazermos um pouco a nossa curiosidade, será preciso recorrer aos Apócrifos, embora com todas as necessárias precauções e muita desconfiança. As *Odes de Salomão*, texto cristão do primeiro quartel do século II, aludem ao acontecimento. No evangelho de *Pedro*, pode ler-se: «Os que presenciaram a Ressurreição ouviram no céu uma voz que perguntava: «— Anunciaste a obediência àqueles que dormem? E, da cruz, saíra esta resposta: — Sim!» Pouco mais se diz a este respeito e, como acontece várias vezes na literatura apócrifa, aparece aqui um pormenor estranho e quase absurdo, pois Jesus Cristo não estava já na Cruz quando se deu a Ressurreição.

É, porém, no Evangelho de *Nicodemo* que se lêem os mais curiosos pormenores. Temos de reproduzir toda essa página: ela merece esse trabalho. O narrador atribui a descrição a duas sombras silenciosas — Carino e Lêucio — filhos do santo velho Simeão, já falecidos quando Cristo foi crucificado, e que teriam ressurgido no decurso dos estranhos fenómenos que acompanharam a morte e a ressurreição de Jesus Cristo. Não se trata, devemos repeti-lo, senão dum trecho literário, sem qualquer valor no campo dogmático, mas cuja beleza excepcional seria inútil pretender negar.

«Quando repousávamos com nossos pais, nas trevas da morte, fomos de repente envoltos por uma luz dourada, parecida com a do sol. Iluminava-nos a régia claridade. E logo Adão, pai do género humano, estremeceu de júbilo, assim como os Patriarcas e os Profetas. Exclamaram todos: — Luz! foi o próprio autor da eterna luz que nos prometeu uma luz sem declínio nem fim! E todos os justos da antiga Lei rejubilaram, na espectativa do cumprimento da promessa. Todavia, o Inferno tornou-se inquieto: o príncipe do Tártaro temia ver surgir aquele que já dera uma demonstração do seu poder, ressuscitando Lázaro. — Quando entendi a força do seu verbo — declarava — tive medo. Não pudemos conservar Lázaro: fugindo-nos, rápido como o voo da águia, evadiu-se de entre nós.

«Quando ele falava desta forma, fez-se ouvir uma voz, semelhante à do trovão, idêntica ao bramir da tempestade. — Alçai, ó portas, os vossos topos. Abri-vos, de par em par, ó

portas da Eternidade e o Rei da glória entrará ([1])! E o príncipe do Inferno disse, aos seus ministros ímpios: — Cerrai as portas de bronze; correi os fechos de ferro e lutai com coragem!

«De novo ressoou a voz, idêntica ao trovão:

«— Portas, levantai os vossos topos! Abri-vos de par em par, ó portas da Eternidade, e o Rei da glória entrará... E o Senhor de majestade apareceu sob a forma de um homem, e iluminou as trevas eternas, quebrou as cadeias, e a sua forma invencível visitou-nos, a todos quantos estávamos mergulhados no tenebroso abismo das nossas faltas, na mortal sombra do pecado.

«O Príncipe do Tártaro, a Morte, e todas as legiões do Inferno, foram tomadas de espanto: — Quem és tu? bradaram a Jesus. Donde vens? Ele, contudo, não se dignava responder.

«Então, o Rei de glória, esmagando a Morte sob os pés, majestosamente, e apoderando-se de Satã, despojou o Inferno de todo o seu poder. Conduziu Adão à claridade da luz. E o Senhor disse: — Vinde a mim, todos os meus Santos, vós todos que sois feitos à minha imagem e semelhança. Reunidos, então, na mão de Deus, os Santos cantaram todos em seu louvor. David, Habacuc, e todos os mais profetas recitavam passos dos seus antigos cânticos, nos quais tinham predito, em palavras misteriosas, o que havia de suceder naquele dia. Guiados pelo arcanjo São Miguel, penetraram no Paraíso, onde os esperava Henoch e Elias, os dois justos que não foram condenados à morte, e o bom ladrão que tinha já nos ombros o sinal da Cruz.»

Seria evidentemente inútil tomar ao pé da letra esta página romanesca. Queria a tradição apócrifa que, por intermédio dos filhos de Simeão, instalados em Arimateia depois de ressuscitados, essa narrativa se houvesse conservado nas comunidades da Palestina. Não se sabe. Todavia, se tal história não deve ser tida por inspirada, no sentido canónico do termo, inspirada ficará, no entanto, no sentido literário; e a sua inspiração é do género daquelas que, desde Isaías até Dante, exalçaram os espíritos dos grandes líricos visionários.

---

(1) Citação literal do Salmo xxiv. 7.

Vê-se que a Idade Média lhe atribuiu grande valor, pelo muito que aproveitou os temas dos Apócrifos para os ornatos das suas catedrais, principalmente esses mestres vidraceiros que, nos vitrais de Tours e Bourges, deles tiraram tão belos efeitos.

A liturgia cristã, nas cerimónias do Sábado Santo, sem invocar expressamente aquela descida ao inferno, parece, no entanto, referir-se a ela. A Igreja separada, do rito bizantino, celebra nesse dia o ofício do Fogo: na Basílica do Santo Sepulcro, de ordinário completamente escura, cintilam chamas numerosas, exactamente no lugar onde Jesus foi estendido; e, acendendo na tocha empunhada pelo Patriarca, milhares de círios, de velas e de lâmpadas, a multidão dos fiéis transforma-se, de pronto, num oceano de luz, como que relembrando aquela hora em que todos quantos jaziam «sob as trevas da morte», viram cair sobre eles a claridade redentora. Há quarenta anos ainda, essa chama, acesa no Sepulcro, era levada, de escalão em escalão, ao galope de cavalos, a Atenas, a Bizâncio, a Kiev e a Moscovo. Na Igreja Católica, todas as cerimónias desse dia parecem ter um único objectivo: associar, à promessa do resgate, as almas de toda a humanidade, tanto as de ontem como as de amanhã; as litanias cantam a glória de todos os santos; as leituras dos doze Profetas evocam os homens da antiga lei: Adão, Noé, Abraão, Moisés e os Profetas; era esse, nas comunidades primitivas, o dia do baptismo dos catecúmenos; e benzendo nesse dia a água que servirá para a administração do sacramento no decorrer do ano inteiro, a Igreja reune, antecipadamente, todos os cristãos que vão nascer, na mesma certeza prévia da salvação. Último dia da «semana santa», o sábado santo traz ainda a pesar sobre ele o luto da véspera, embora, como diz a oração da missa, já essa «noite santíssima se ilumine da glória da Ressurreição».

A luz matutina do domingo

Ambicionar-se-ia possuir a linguagem dos poetas para entrar, a partir deste momento, na descrição do mais formoso e, ao mesmo tempo, do mais perturbador dos episódios: «o facto

central de toda a História», no dizer de Bossuet. Aqui, como na ocasião em que evocávamos o Natal e os seus esplendores, surge em nós um mundo infinito de recordações, vindo dos mais recuados tempos do passado. Páscoa da nossa infância, Páscoa das nossas aldeias, em que, despertos pelo som vibrante dos sinos, todos nós sentimos não se sabe que repentino refrigério, que alegria inconsciente mas certa; festa que os mais incrédulos celebram ainda hoje, e que marca, mesmo no calendário mais laico, um dia de repouso adicional; essa festa da eterna promessa pertence à própria essência da civilização ocidental, de forma que, através dela, até um povo que lhe ignore o significado, poderá compartilhar do mais secreto dos mistérios — aquele que, segundo São Paulo, «nos faz sentar nos céus, ao lado de Jesus».

O *sabbat* terminara no sábado à noitinha, após o pôr do sol. No domingo de manhã, por conseguinte, já se podia, sem infringir a Lei, ir e vir em plena liberdade, e, se se fosse ainda a tempo, dispensar alguns cuidados ao cadáver, que, na antevéspera, fora preciso abandonar tão depressa nas trevas do sepulcro.

Que haviam feito os discípulos de Cristo, desde a tragédia da prisão? Salvo João, que ousara aventurar-se a ir ao Calvário, todos os demais cederam ao temor, e tinham-se escondido. Pretende uma velha tradição que São Tiago se houvesse ocultado em certa sepultura, a meio do cemitério de Josafat — um hipogeu escavado na falésia cortada a pique, onde ainda hoje se mostra o seu abrigo, ornamentado com uma galeria de colunas dóricas, e conhecido pelo «túmulo de Hézir». No Evangelho apócrifo, chamado *de Pedro*, pode ler-se: «Eu e os meus companheiros, compungidos até ao mais íntimo da alma, decidimos esconder-nos, pois que nos procuravam como malfeitores, suspeitos de querermos incendiar o Templo. Em pranto e em luto, jejuávamos...» São Marcos, por seu turno, mostrou-os também, «afligindo-se e chorando» (*Marcos*, XVI, 10). Nada mais. Que havia a fazer? Toda a esperança humana parecia vã. Alguns deles preparavam-se para regressar a Galileia. «Ficareis todos desmoralizados por minha causa — profetizara o Mestre — porquanto está escrito: Ferirei o pastor, e as ovelhas serão dispersas» (*Marcos*, XIV, 27).

As Marias, Salomé, e Joana, mulher de Cusa, essas, reagiram perante o acontecimento, como as mulheres, aliás, costumam sempre fazer. Retomaram, pois, os seus trabalhos, entregando-se ao que era do seu papel. Terminado o sábado, tinham preparado perfumes e essências, talvez pisando a pilão em almofarizes, nardo, orégão ou aloés, mas conservaram-se em descanso, durante o *sabbat*, de acordo com o preceito da Lei *(Lucas*, XXIII, 56). Findo o dia do Senhor, não saíram logo nesse sábado à noitinha: o Gólgota sinistro não era lugar onde a ninguém fosse agradável aventurar-se, na escuridão. Mas, logo que rompeu o dia (o Evangelho salienta o pormenor), tomaram, cheias de ansiedade, o caminho do sepulcro, onde jazia, pensavam elas, Jesus, o bem amado. Imaginamos uma clara manhã de Abril, cheia dessa pureza virginal que a Primavera dá aos horizontes palestínicos: para leste, por cima dos telhados da cidade, o horizonte leitoso toma tonalidades de pérola, ao passo que, para oeste, a noite recuando lentamente deixa ainda arrastar pelas colinas a fímbria violácea e pardacenta do seu manto. «Aurora de olhos garços», que Virgílio exaltou, «aurora dos dedos de rosa», tão querida ao velho Homero: parece, nesses instantes privilegiados, que toda a natureza se enche de promessas indizíveis e até no coração do mais miserável dos homens, palpita também o chamamento da Graça Divina.

Contaram os quatro evangelistas — cada qual por seu modo, — como foi encontrado pelas santas mulheres o sepulcro vazio. Todos eles concordam em dizer que esses factos misteriosos foram, em primeira mão, revelados às mulheres: mais corajosas, obedecendo mais ao amor do que à prudência, e talvez que mais capazes, por natureza, de penetrarem estes fenómenos que a razão analisa mal, e que o inconsciente feminino consegue perceber com estranha força probativa. De qualquer maneira, a sua confiança e intuição guiaram-nas bem.

Sobem, portanto, até ao Sepulcro (1). Estão ainda sob a

---

(1) Procurou-se tirar argumento da circunstância destas Santas Mulheres se dirigirem à sepultura com essências *(Marc.*, XVI, 1) «para embalsamarem o corpo de Jesus». As que subiam ao sepulcro ignorariam, porventura, que Nicodemo levara já perfumes? ou, muito simplesmente, obedeceriam ao

impressão do golpe da antevéspera, muito inquietas e doridas. Dominam, porém, os seus receios, mas para isso necessitam de apelar para toda a coragem que possuem; e, enquanto se metem a caminho, justamente ao romper de alva, a terra treme, uma vez mais: ouve-se um rugido semelhante ao do trovão, mas que parece vir de perto: da própria cidade, ou dos arredores de Jerusalém.

Quem são essas fiéis e heróicas criaturas? Todos os documentos, sem excepção, reservam um lugar primacial a Maria Madalena, a rapariga do lugar de Magdala, de quem Jesus fizera sair sete demónios, e que, a partir de então, lhe consagrara a vida. Só São João a nomeia; os três Sinópticos e os Apócrifos apenas aludem a ela. Parece que Madalena andou mais depressa que as restantes, levada, possìvelmente, por uma fé e uma esperança sobre-humanas. Atrás dela, chegam também, em pequeno mas fervoroso grupo, uma outra Maria, mãe de Tiago, e Salomé, e Joana, ao todo cinco ou seis, com toda a certeza, as quais «diziam entre si: Quem há-de tirar a pedra que fecha a entrada do Sepulcro?» (*Marcos*, XVI, 3). Acrescentam velhos manuscritos: «vinte homens dificilmente a poderiam remover»

Chegando à sepultura, encontraram-na aberta: «a pedra sepulcral havia sido rolada para fora do sepulcro» (*Lucas*, XXIV, 2), e, lá dentro, não se encontrava o corpo repousando no coval. Que se tinha passado? São Mateus no-lo diz: «Um Anjo do Senhor, que descera do céu, tinha afastado a pedra»; o tremor de terra, sentido ao romper de alva, fora o efeito do trabalho do Anjo. «O seu aspecto semelhava o do relâmpago; o seu vestuário todo branco, era resplandecente como a neve. Ao vê-lo, os guardas tomaram-se de espanto e ficaram como mortos» (*Mateus*, XXVIII, 2, 4). Isto é tudo quanto diz o Evangelho desse milagre. A prodigiosa cena em que Jesus sai da sepultura, por cima da soldadesca derrubada, tal como, entre vários outros, a representa Murillo na sua grande «Ressurrei-

---

costume que mandava ir ao terceiro dia visitar os mortos e derramar-lhes perfumes sobre os túmulos? De qualquer modo, dessas palavras de São Marcos — e só dele — não pode concluir-se que Jesus não tenha sido sepultado na sexta-feira à noite.

ção» do Prado, — é evocada de fugida, com sobriedade extraordinária, em duas linhas.

Que se repare bem: o próprio facto da Ressurreição não é contado por nenhum dos evangelistas canónicos. Ele ter-se-ia prestado, a escritores amantes do pitoresco que impressiona as multidões, a fáceis desenvolvimentos. Para se avaliar plenamente uma tal sobriedade, é preciso ler-se o que, sobre o assunto, nos dizem os Apócrifos. No *Evangelho de Pedro*, aquelas duas linhas transformam-se nisto: «Na noite em que raiou a aurora do domingo, quando os soldados faziam ronda, dois a dois, ouviu-se, no céu, uma grande voz e eles viram abrir-se o firmamento e dele descerem dois homens, radiantes de luz, que se aproximaram do túmulo. No mesmo instante, a pedra que jazia contra a porta rolou automàticamente para o lado: abriu-se a sepultura e os dois mancebos entraram. Ao verem aquilo, os soldados foram acordar o Centurião e os Anciãos que ali se encontravam também de guarda. E estando os soldados a explicar o que tinham observado, viram de novo três indivíduos que saíam do túmulo, dois a segurarem o terceiro; atrás deles vinha a cruz. As cabeças daqueles dois que seguravam, tocavam na abóbada celeste; a do outro, que era por eles sustentado, essa, passava para além do firmamento». A semelhante tagarelice visionária, temos o direito de preferir a secura de São Mateus.

Estupefactas perante aquela desaparição e, verificando que os guardas já ali se não encontravam, as santas mulheres ficam aflitas e cheias de temor. Madalena, sem dúvida a mais ágil (por tudo isto se adivinha que seria rapariga nova), corre a levar a notícia aos discípulos (*João*, xx, 2). As restantes demoram-se ainda no sepulcro, umas no interior, outras à beira da entrada. Momento de ansiedade. Depois, sùbitamente, «dois homens de vestes fulgurantes aparecem diante delas. Cheias de pavor, as mulheres inclinam-se, dobradas para a terra. Mas os anjos perguntam-lhes: «Por que razão procurais entre os mortos aquele que está vivo? Jesus ressuscitou—não está aqui. Recordai-vos do que ele disse na Galileia, há tempos já: é preciso que o Filho do homem seja entregue nas mãos dos pecadores, que seja crucificado e que, ao terceiro dia, ressuscite» (*Lucas*, xxiv, 4, 7). São Mateus e São Marcos não falam senão

dum anjo, mas o sentido da visão, é exactamente o mesmo. Jesus ressuscitou.

Entretanto, Madalena encontrara os Apóstolos, aos quais contara o sucedido. Depois, chegam as outras, levando, numa febre de exaltação compreensível, o mesmo testemunho. São Marcos e São Lucas registam, sem rodeios, que, de princípio, a reacção dos discípulos foi a dúvida: deve desconfiar-se destas histórias de mulheres! «Que de discursos! que de historietas ociosas!» Pedro, no entanto, quis ver com os seus olhos, e correu ao sepulcro, acompanhado por outro dos discípulos, talvez João, que, por humildade, deixa de mencionar a sua própria pessoa; como este outro corresse mais depressa, chegou primeiro à sepultura (*João*, xx, 4). Tudo quanto disseram as mulheres, era real: as mortalhas jaziam por terra, e a pedra havia sido deslocada. Chega Pedro, e verifica a mesma coisa. A um canto do sepulcro está dobrado o sudário em que fora envolvido o corpo de Jesus. Então, completamente perturbados, sentem invadi-los a fé. Não compreendem ainda que a Escritura se cumpria, bem como a promessa da Ressurreição anunciada pelo Mestre — tão grande é a perplexidade que os domina; contudo há neles uma secreta consolação.

O Sepulcro fica só. Só, não, pois Madalena continua ainda ali. Aquele amor sobre-humano que a fez chegar primeiro, impede-a de afastar-se. Acaso saberá que Jesus realmente ressuscitou? Talvez não, talvez nada pense, limitando-se a chorar. É então que a visão se lhe apresenta. Dois anjos vestidos de branco estão na câmara subterrânea, um deles sentado no lugar onde o corpo jazera, e o outro onde estivera colocada a cabeça. Esses anjos interrogam-na: «— Porque choras tu, mulher? Ela responde: — Levaram daqui o meu Senhor, e não sei onde o puseram. Ao acabar de proferir estas palavras, volta-se e olha para trás; está ali, de pé, um homem. Ela não o conhece. Ele pergunta-lhe: — Porque choras tu, mulher? A quem procuras? Madalena imagina que ele seja um dos jardineiros do cemitério, e responde: — Se fostes vós que o levastes, dizei-me onde se encontra, que eu irei lá buscá-lo. Então o desconhecido profere uma só palavra: Maria! — ela olha para ele fixamente, verdadeiramente trespassada; corre, lesta, em sua direcção, murmurando: — «Rabboni (em hebreu) Mestre!»

A verdade avassala-a, por inteiro. Jesus ressuscitou. Cena pungente, e ao mesmo tempo estranha e do mais profundo realismo! A escola italiana, que tanto gostou de a tomar por tema, impõe-a à nossa memória: Jesus, direito, numa paisagem sumptuosa, abençoando Madalena que, à sua direita, se encontra ajoelhada; assim a viram Giotto, Duccio, Lorenzo de Credi e Rafael, e ainda Correggio, a quem se perdoa a dulcerosa sensaboria do seu Jesus, pela soberba claridade que envolve a tela. E essa única palavra, que é bastante para persuadir Maria Madalena e que desperta nela a certeza da fé, quem é que, sendo cristão, não ambiciona ouvi-la — a essa doce palavra pela qual, em toda a eternidade, Deus nos chama, mas que, surdos, não escutamos? (1)

«Tertia die resurrexit a mortuis»

Um segundo período se inicia, portanto, na vida de Jesus. Tendo transposto o reino da morte como quem franqueia um desfiladeiro terrível, emergiu em plena luz, no dia de Páscoa: ficará, durante quarenta dias, de novo presente sobre a terra, a fim de viver no meio dos fiéis, e ensiná-los, e esclarecê-los, como outrora. Esta afirmação, que o Cristianismo faz como sendo um dos seus fundamentos e que o Símbolo dos Apóstolos e, de igual modo, o de Niceia, solenemente perfilham, é inteiramente contrário — devemos confessá-lo — ao que o racionalismo costuma considerar como possível e digno de crédito. Para aqueles que recusam ao sobrenatural o seu lugar na ordem das coisas, o dogma da Ressurreição não é nada menos que

(1) Segundo São Mateus, Jesus teria aparecido simultâneamente a Maria Madalena e à «outra Maria», que lhe beijam os pés. Num fragmento dum evangelho ignorado, que se conserva em egípcio e em copta, Jesus aparece à mãe, a Marta e a Madalena, sendo Marta quem vai, em primeira mão, avisar os discípulos. No Evangelho apócrifo segundo os Hebreus, Jesus entrega o sudário a um servo do Sumo Sacerdote, e depois apresenta-se a Tiago — que é seu primo. Finalmente, segundo o episódio dos discípulos de Emaús (ver adiante o parágrafo *A presença de Cristo*) pode supor-se que também São Pedro beneficiou da aparição. Pelo menos, São Paulo assim julgou (I *Cor.*, XV, 7).

um escândalo, e nada mais que uma fábula. Mas, para os que sabem não pertencer a explicação última do mundo, nem ao *por quê*, nem ao *como*, é ele o signo dos signos, que resume e justifica todo o mistério.

A descrição da segunda vida de Jesus apoia-se em numerosos textos do Novo Testamento; os quatro Evangelhos, que lhe explanam os factos, encontram-se confirmados pelo conjunto das *Epístolas de São Paulo*, pela *Primeira Epístola de São Pedro* e pelos *Actos dos Apóstolos*, sem falar duma vasta literatura patrística e mesmo de numerosos textos apócrifos. Ainda quando nos limitássemos aos evangelistas, não veríamos razão para desconfiar dessa parte do seu depoimento, que é tão digna de crédito como a parte restante. Seria, realmente, um processo bem extravagante, esse de aceitar o conjunto dos quatro textos, até à morte, e de o rejeitar a partir da Ressurreição, só pelo simples motivo de que os episódios relatados desconcertam os nossos hábitos intelectuais!

Fica ainda, no entanto, uma reserva a fazer e que é deveras importante. Se os quatro Evangelistas descrevem os acontecimentos posteriores à Ressurreição, fazem-no, todavia, de um modo muito breve: os Sinópticos, em duas ou três páginas, cada um; São João, em oito ou nove. Há uma evidente desproporção entre a importância do facto e a modéstia do seu relato e comentário. Contudo, basta abrirmos São Paulo, para logo verificarmos quão importante lugar assumira a teologia da Ressurreição no Cristianismo primitivo, a partir da época em que se deu.

O caso parece muito menos surpreendente, se quisermos fazer a seguinte observação. Os acontecimentos destes quarenta dias são, como veremos, perfeitamente análogos aos que assinalaram a vida ordinária de Jesus. Verifica-se mesmo, que alguns deles, como o da pesca milagrosa, parecem apenas repetir um episódio antecedente. Esta vida, após a morte, dá a impressão de prolongar a que a precede. Ora ela não durou senão quarenta dias. Se nos reportarmos ao ministério de Jesus, quer na Galileia, quer nas terras da Judeia, verificaremos que qualquer período de quarenta dias não ocupa em geral, nos Evangelhos, mais espaço. Alguns desses períodos, como os dos meses de Julho a Outubro de 28, Agosto-Setembro de 29, e Fevereiro

de 30, fornecem-nos, até, muito menos episódios ([1]). Esta própria sobriedade dos quatro Evangelhos canónicos constitui uma prova da veracidade dos respectivos textos. Os apócrifos, esses, tais como o *Evangelho de Bartolomeu* ou a *Epístola dos Apóstolos*, fantasiam como que à compita e multiplicam histórias bonitas. «Que a vossa voz diga: Sim-sim; não-não», aconselhara Jesus aos seus prosélitos, e eles resistiram ao demónio da imaginação — o mais insinuante de todos os demónios para os escritores.

Mas, por outro lado, os quatro textos quanto ao que referem do período da Ressurreição não se confirmam uns aos outros. Não há entre eles nenhuma contradição, nenhuma divergência fundamental; mas é impossível sobrepô-los pura e simpleamente. A tal respeito, será conveniente recordar ([2]) que os evangelistas não eram historiadores de profissão; os seus livros visavam apenas a instruir, a esclarecer os fiéis, mas não tinham, de modo algum, o objectivo de fornecer documentos completos e exaustivos. Precisamente porque a Ressurreição é, do ponto de vista apologético, um acontecimento primordial, cada um dos evangelistas decidiu referir aqueles factos que lhe pareceram mais demonstrativos, ou mais impressionantes. É possível ainda que, a respeito desse período, tenham tido ao seu dispor, fontes diferentes. Mas isso em nada afecta a convicção que dos quatro textos nos resulta de que Jesus ressuscitara, de verdade; que, de facto, vivera de novo quarenta dias sobre a terra; e que, sem dúvida, foi visto e até tocado, durante essa vida nova que vivia.

«Nada perdura, senão a verdade... — escreveu Renan. Tudo quanto está ao seu serviço pode manter-se como um capital fraco, mas realizado; nada, no seu pequeno tesouro, se perde. Ao contrário, o que é falso, desmorona-se. O falso não tem base, ao passo que o pequeno edifício da verdade é de aço e cresce sempre». Pode parecer fraco, quanto aos seus alicerces, o pequeno edifício dogmático da Ressurreição; mas há dois mil anos, que ele dura e que milhões de espíritos humanos o acei-

---

(1) Ver o quadro cronológico, no fim deste volume.

(2) Ver a introdução, pág. 59.

tam, apesar de todos os argumentos em contrário, — e isto também tem peso.

Deus sabe, no entanto, quão numerosas e variadas têm sido as hipóteses forjadas com o fim de destruir essa verdade! Algumas delas atingem as raias do grotesco. Nos tempos em que, sob a influência de Frazer, de Salomão Reinach e tantos outros, o comparativismo religioso se fazia a pretexto de tudo, houve mitólogos que não hesitaram em afirmar que Jesus Cristo não fora mais que um deus solar, e que a ressurreição não passara de mera referência ao fenómeno da subida e descida do astro-rei em relação ao horizonte: a prova disso era dada pela escolha do domingo, *dies solis*, para dia do seu ressurgimento. A argumentação seria, sem dúvida, mais forte, se o Evangelho tivesse sido escrito por Lapões, no clima da noite de seis meses e do brusco reaparecer da luz do dia!

Primeiro, procuraram negar-se os factos ocorridos na manhã desse domingo, ou seja, a abertura do túmulo e o desaparecimento de Jesus. Não teria ele tido, na cruz, apenas uma síncope que fizesse acreditar num rápido passamento? Voltando a si na sepultura, trataria de sair de lá. Mal se pode admitir que tal hipótese haja preocupado algum espírito. O facto da morte de Jesus é afirmado, não só nos quatro Evangelhos (*Mateus*, XXVII, 57, 61; *Marcos*, XV, 42, 47; *Lucas*, XXIII, 50, 56; *João*, XIX, 38, 42), mas também nos *Actos dos Apóstolos* (II, 25, 32; XIII, 26, 30), e ainda, por diferentes vezes, em São Paulo (I *Cor.*, XV, 3, 5; *Colos.*, II, 11, 12 e III, 3), que era Judeu e fariseu, e, portanto, devia saber em que acreditar. Esse homem, torturado, flagelado, exausto, não seria natural que estivesse morto, ao fim de três horas em que o deixaram pendurado na cruz? A estocada do soldado não teria sido bastante para o matar? E, admitindo mesmo o impossível, a síncope hipotética, cem libras de substâncias aromáticas — trinta e dois quilos — em cima e à volta dele, teriam acabado por asfixiá-lo. Renan pôs fim à controvérsia: «A melhor garantia que possui o historiador a respeito dum assunto desta natureza, é o ódio desconfiado dos inimigos de Jesus». Os Judeus tinham, de facto, grande interesse em se assegurarem de que Jesus estivesse bem morto.

Admitamo-lo, pois, morto e sepultado: não teriam conse-

guido os discípulos subtrair-lhe o corpo? São Mateus contou que os Judeus, de pronto, engendraram essa fábula. Desde que, pelos guardas, foram avisados do milagroso acontecimento, os Príncipes dos Sacerdotes e os Anciãos «deram grande soma de dinheiro aos soldados, recomendando-lhes: — Anunciai que os discípulos dele foram de noite, à sepultura, e roubaram o cadáver enquanto vocês dormiam. Se o Governador o vier a saber, nós o sossegaremos e vos poremos a coberto de qualquer castigo. Os soldados guardaram o dinheiro e procederam conforme lhes fora aconselhado. O boato que puseram a correr repete-se ainda hoje entre os Judeus» (*Mateus*, XXVIII, 12, 14). Teve essa calúnia qualquer espécie de êxito? Certos autores inclinam-se a pensá-lo, desde que, em 1930, foi publicada uma inscrição em grego, encontrada, ao que se julga, em Nazaré, e que parece datar do tempo de Tibério (1); é um rescrito do Imperador, punindo com a pena capital os violadores de sepulturas, «os que deslocam as pedras tumulares». Perguntou-se se o boato espalhado pelos Judeus não teria chegado aos ouvidos de Pilatos, o qual pediria instruções a Roma para o caso de tais «factos» voltarem a ocorrer. Mas não se trata senão dum boato inventado, e não se vê claramente como podiam ter operado os discípulos com tanta discreção que os guardas nem sequer acordassem (2)!

Então, renunciando a discutir o roubo do cadáver, outros autores negaram globalmente o próprio facto da Ressurreição. Desde os primeiros séculos da nossa era, que o polemista Celso, anticristão, perguntava se tal história não nascera no cérebro febril de uma iluminada: de Madalena. É claro que se enveredarmos por esse caminho, os pormenores concretos deixam de ter qualquer valor; se tudo resulta da fantasmagoria, bem podiam os discípulos ter suposto, com toda a boa fé, haver encontrado esvaziada a sepultura, e de igual modo imaginarem que viram Jesus vivo. O propósito dos críticos será, por con-

---

(1) Cr. Franz Cumant: *Un rescrit impérial sur la violation de sépulture* («Revue historique», mars-avril, 1930).

(2) A hipótese do roubo do cadáver estava em moda no séc. XVIII; era a de Samuel Reimarus, cujos trabalhos foram publicados por Lessing. Mas os críticos mais radicais do séc. XIX, como por exemplo, R.-F. Strauss abandonaram-na totalmente.

seguinte, colocar todo o episódio da Ressurreição na categoria daquele maravilhoso de contornos imprecisos, em que o objectivo e o subjectivo se confundem, e em que o espírito analítico perde todos os direitos. Evocar-se-ão, nesse momento, tanto os êxtases colectivos a que se referem os cronistas dos Camisardos dos Cevennes, do século XVII, como as manifestações de carácter metapsíquico estudadas por F. W. H. Myers ou pelo Dr. Richet; citar-se-ão as vozes de Joana d'Arc, ou as aparições de Thomas Beckett ou de Savonarola.

Nenhuma dessas tentativas de «explicação» surtiu efeito. Pretendem comparar os episódios da Ressurreição às aparições dum fantasma? Quer se fuja à discussão do próprio facto dessas manifestações de desencarnados — o que estaria fora do nosso tema — quer, partindo do Velho Testamento (que nos mostra o fantasma de Samuel, de pé, em frente de Saúl, no antro da pitonisa de Endor), se entenda dever-se admitir essas manifestações — seja como for, os textos são formais e desmentem a hipótese. Havemos de ver que Jesus ressuscitado não vive do mesmo modo que o Jesus de antes da morte; mas é jogar com as palavras, isto de considerar fantasma um homem que se vê comer e beber, e cujo corpo se pode tocar.

Querem falar em alucinações de carácter colectivo? O fenómeno existe e conhecem-se muitos casos em que, de perfeita boa fé, multidões de indivíduos se encontram convencidos de ter visto, mas visto claramente, nada tendo havido que ver. A Igreja, de resto, desconfia sempre muito de tais fenómenos, e faz passar o relato dessas aparições pelo crivo duma crítica severa; não reconheceu, por exemplo, as estranhas manifestações de que foi teatro, no fim do século passado, a pequena aldeia de Tilly-en-Calvados. Mas o carácter fundamental da alucinação colectiva é o facto de todos os assistentes compartilharem dela, e de o caudal da convicção os arrastar a todos. Ora, o que vemos nos relatos da Ressurreição? Testemunhas que hesitam em acreditar e que duvidam sempre. Os Apóstolos não são, de modo nenhum, nem exaltados, nem visionários; a fé que os domina não pode ter suscitado o objecto: o exemplo de Tomé basta, por si só, para desse facto nos dar o necessário testemunho.

Quanto a supor-se que se trata de visões místicas, idên-

ticas às de Catarina Emmerich ou até às de Catarina de Sena, — para o admitir seria indispensável, também aqui, passar por cima dos textos. Loisy, pouco suspeito de ser complacente para com as explicações do sobrenatural, escreve pertinentemente: «Os apóstolos e São Paulo não contam impressões subjectivas: falam duma presença de Cristo, objectiva, exterior, sensível, não de uma presença ideal, e muito menos ainda de uma presença imaginária». Em conclusão — ou se aceitam os textos que a referem, ou, ao contrário, se rejeitam; neste segundo caso, levanta-se um problema de exegese que analisamos já; mas, no primeiro, não será possível interpretar a palavra *Ressurreição* de outra maneira que não seja no rigoroso sentido etimológico do termo (1).

«*Resurrexit a mortuis*», a fórmula do *Credo*, deve ser tomada ao pé da letra, não só pelo crente mas também pelo historiador. Por muito desconcertante que pareça, Jesus saiu da sepultura e viveu durante quarenta dias uma segunda vida. O facto é histórico — tão histórico como os outros episódios da existência do Senhor. Podemos até datá-lo: Jesus saiu do

(1) A teoria de Guignebert assenta em vários elementos de explicação. Os discípulos, após a morte do Mestre, pensaram e acreditaram que o *espírito* de Jesus jamais podia morrer. No estado de exaltação em que se encontravam, um ou outro teve as suas visões. Então, a pouco e pouco, foi-se concretizando a crença espiritual na sobrevivência. Procurou-se, nas palavras de Cristo e nos textos do Antigo Testamento, qualquer coisa com que a enfeitar, e fabricou-se uma história da Ressurreição. É a «fé da Páscoa». A fraqueza de tal tese revela-se nesse simples facto de Guignebert não ousar declarar que a fé criadora do mito partiu do nada. Admite visões; mas sobre a natureza de tais visões nada nos diz. Seriam metapsíquicas, místicas ou alucinatórias? Por outro lado, se os Apóstolos haviam também transformado a realidade, sobrecarregando-a de minúcias, por que motivo teriam mostrado as testemunhas da Ressurreição, São Pedro, por exemplo, perfeitamente incrédulas, ou duvidando do facto? Teria sido mais impressionante ouvi-las exclamar: «Bem sabíamos nós! Jesus ressuscitou!» Por outro lado, veremos que a vida de Jesus, nesses quarenta dias, não aparece no Evangelho precisamente da mesma ordem que no período anterior; o corpo anda como que misteriosamente espiritualizado, liberto duma parte das peias da nossa condição. Se o mito houvesse nascido da efabulação dos Apóstolos, como se teriam deixado subsistir esses sintomas estranhos? Estaria bem na lógica, insistir ùnicamente sobre a faceta material, muito precisamente carnal, de Jesus Cristo.

túmulo e começou a sua segunda existência *tertia die*, diz o Símbolo dos Apóstolos, «no terceiro dia» após a morte.

Esta precisão fornece-a o Evangelho de um modo que parece incontroverso. «No primeiro dia da semana», dizem os quatro evangelistas, aludindo à Ressurreição. A expressão compreendem-na bem, tanto Judeus como Latinos, e os Gregos actuais designam os dias da semana, deste modo: *segundo* (segunda-feira), *terceiro* (terça-feira), *quarto* (quarta-feira), *quinto* (quinta-feira), *paraskevi* (preparação para o *sabbat*, ou seja, sexta-feira), *sabbat* (sábado) e *dominical* (domingo). Ora, sendo o *sabbat* o último dia da semana, como aquele sétimo dia da Criação em que Yahweh teve descanso, não há dúvida de que o domingo é o primeiro. A Ressurreição teria tido, pois, lugar, no terceiro dia após a morte, o que corresponde justamente àquilo que o próprio Jesus profetizara, segundo referem São Mateus (XVI, 21; XX, 19), e São Lucas (IX, 22; XVIII, 33); São Marcos que, por seu turno, diz também «o terceiro dia» (IX, 30), aplica, aliás, uma outra fórmula: «três dias depois» (VIII, 31; X, 34), o que pode explicar-se pelo hábito judaico de contar, nos cálculos das datas, o dia em que começava um dado acto, e aquele em que findava. Tem-se perguntado se não haveria, nesse número tão preciso, uma alusão à crença divulgada pelos Rabis, de que a alma volitava, a princípio dolorida, junto do corpo de que se desprendera, e só ao terceiro dia o abandonava para sempre. Marta, a irmã de Lázaro, não dissera a Jesus que nada se poderia esperar, pois que o irmão se encontrava sepultado, havia quatro dias?

No ventre da baleia, passara Jónatas uns três dias; e outros tantos esteve no sepulcro da terra o Filho do homem. Tal era o «signo de Jonas», que fora, afinal, o que Jesus anunciara. O monstro restituía a sua presa, a morte restituia a sua vítima. Nos grupos alucinados ou desolados dos fiéis, o boato circula ràpidamente, no domingo de Páscoa. Em breve a Igreja, desejando distinguir o seu dia de festa do da festa de Israel, escolherá o da Ressurreição para as suas cerimónias. *Dies dominica*, o dia do Senhor; desde os *Actos dos Apóstolos*, da *Primeira Epístola aos Corintos*, e do *Apocalipse*, tal substituição é um facto. Eis o que o nosso domingo, desde então, ficou a recordar.

A vida nova de Jesus

É, incontestàvelmente, muito difícil fixar a cronologia dos acontecimentos que assinalaram a vida de Jesus ressuscitado. Lendo-se São Mateus (XXVIII, 10) e até São Marcos (XVI, 7), tem-se a impressão de que foi na Galileia que ele se manifestou primeiramente; lendo-se São João, é em Jerusalém que somos levados a pensar. Mas esses textos devem ser lidos como sendo complementares uns dos outros, e o que fazem justamente os comentadores é procurar compreender qual a ordem em que eles podem completar-se entre si. A interpretação mais vulgarmente admitida é a de ter havido manifestações do Ressuscitado, primeiro na Cidade Santa, e que, a seguir, porque os discípulos houvessem regressado já, após a Páscoa, às suas terras natais, outras aparições se tivessem dado na Galileia.

Mas uma observação se impõe, infinitamente mais importante, e que, por certo, pode sugerir uma explicação. É incontestável que as condições da existência de Jesus depois da Ressurreição, não foram precisamente as mesmas do período anterior: é o que se torna evidente para quem lê os textos evangélicos e que faz parte dos tradicionais ensinamentos da Igreja. O seu corpo não existia, com certeza, nas mesmas condições que anteriormente. Dir-se-ia que o facto da sua presença resulta duma operação da sua própria vontade. À Madalena, que, cheia de emoção, corre para ele, Jesus diz: «Não me toques!», mas ao Tomé incrédulo ordenará que lhe ponha a mão na ferida do flanco. Ele «mostra-se» aos seus fiéis, e este vocábulo, que o Evangelho nunca empregou nesse sentido, parece querer dizer que os fiéis não o teriam visto, se ele assim o não houvesse querido.

Muitos pormenores sublinham as características estranhas desta segunda vida. O Ressuscitado surge entre os seus, estando fechadas as portas da sala em que se encontravam e eles tomam-no por um fantasma (*Lucas*, XXIV, 36; *João*, XX, 19); na cena dos discípulos de Emaús, ele «torna-se invisível», desvanece-se literalmente na frente deles (*Lucas*, XXIV, 31). Assume aspectos estranhos; Maria Madalena supôs estar presente um jardineiro; os discípulos de Emaús «têm os olhos

de tal modo iludidos, que não podem sequer reconhecê-lo» *(Lucas*, XXIV, 16) e Jesus mostra-se-lhes «sob um aspecto de estrangeiro» *(Marcos*, XVI, 12); à beira do lago de Galileia, o próprio Pedro e os principais apóstolos falam-lhe sem saberem com quem tratam *(João*, XXI, 4).

Seria em tais transformações que pensaria também o autor daquele estranho ágrafo: «Eu não parecia quem era»? Mas, no entanto — e isto responde às teses já referidas — nada mais distante da ideia dos evangelistas, do que considerar um fantasma Jesus ressuscitado. Aos fiéis reunidos, e aos quais a sua aparição aterroriza, diz assim: «Por que vos perturbais? Por que razão tantas dúvidas agitam os vossos corações? Olhai as minhas mãos e os meus pés: sou eu, de facto. Tocai-me e considerai que um fantasma não tem nem carne nem ossos, como vedes que eu que tenho». E como os homens se mantêm hesitantes, sem se refazerem do espanto, continua a falar-lhes: «Acaso tendes aí alguma coisa que se coma?» e compartilha do peixe e do favo de mel, que eles tinham para a refeição *(Lucas*, XXIV, 36, 43). «Por mim — escreverá mais tarde Santo Inácio de Antioquia, pelos fins do século I — estou certo de que mesmo depois da Ressurreição, Jesus Cristo tinha corpo. Comeu e bebeu com os discípulos, *se bem que espiritualmente unido ao Pai»* (1).

Estas últimas palavras indicam perfeitamente o mistério. Certos críticos, como Goguel, julgam distinguir nos Evangelhos duas concepções da Ressurreição: a primeira, mais espiritual, «admite que o ressuscitado já não está subordinado às condições vulgares da existência humana»; a outra, é a da revivificação. Daí, o declará-las «inconciliáveis». Na ordem humana natural, por certo que sim; mas não nos encontramos nós, precisamente, perante um facto sobrenatural? Tem-se de admitir que Jesus, após a morte, revelou uma natureza que não era exclusivamente humana, no sentido limitativo da palavra, e que, conservando, embora, todas as características da carne, poderia furtar-se às sujeições que são apenas nossas. Era como se Deus

---

(1) Citemos ainda o divertido argumento do apócrifo *Epístola dos Apóstolos*: «Um fantasma demoníaco nunca deixa o pé marcado na pedra».

tivesse nele, com auxílio da morte, diluido mais o envólucro carnal.

São Paulo, falando da ressurreição dos mortos, numa célebre passagem da *Primeira Epístola aos Coríntios*, admite, para cada homem, a promessa dessa mesma transformação. «Alguém dirá: — Como é que os mortos ressuscitam, e com que corpo reaparecem neste mundo? Insensato: o que semeias não poderá jamais ter vida se primeiramente não morrer. E quanto ao que semeias, tu não deitas à terra o corpo que vai nascer, mas um simples grão de trigo, por exemplo, ou de qualquer outro vegetal. E Deus dar-lhe-á o corpo que julgar conveniente conceder-lhe; a cada uma das sementes o corpo que lhe é próprio. Toda e qualquer carne é diferente das demais; uma é a dos homens, outra a dos quadrúpedes, uma outra a das aves, outra a dos peixes. De igual modo existem corpos celestes e corpos terrestres... E eis aí, precisamente, o que sucede com o fenómeno da ressurreição. O corpo é lançado à terra, na sua condição de corruptível, e ressuscita incorruptível; cai na terra, desprezível, e ressuscita glorioso; é sepultado enfermo, e ressuscita cheio de força; entra na terra, sendo um corpo animal, e ressuscita espiritual». No sentido paulista da expressão, tal como se esclarece neste passo, o corpo de Jesus ressuscitado é, na verdade, um corpo humano, *real*, mas *glorioso.*

Sendo assim, não teremos o direito de perguntar se a explicação do que nos parece contraditório nos textos evangélicos, não se conterá exactamente nessa definição? As categorias do tempo e do espaço pertencem, em rigor, à condição humana. São elas que nos impõem, com a maior das crueldades, as nossas limitações. Mas o «corpo glorioso», acaso lhes estará submetido? Não poderá ele, porventura, estar aqui e além, no mesmo instante, uma vez que, para ele, o espaço não existe, e que ontem, hoje e amanhã coexistem na eternidade onde ele a si próprio se realizou? E não deverá ver-se uma confirmação de tal hipótese na passagem da mesma epístola (xv, 5, 8) em que São Paulo, depois de aludir às aparições de Jesus durante os quarenta dias da Ressurreição, cita, no mesmo plano, como perfeitamente semelhante, aquela que o beneficiou a ele próprio, no caminho de Damasco e que, no entanto, teve lugar

quatro anos mais tarde, muito tempo depois de Cristo ter subido ao céu?

Tal é, pois, o sentido da Ressurreição, exactamente como Jesus anunciara. Aos discípulos reunidos, entre os quais acaba de aparecer, faz a seguinte observação: «Aí está o que eu vos dizia, quando ainda estava convosco... — que era preciso que fosse consumado tudo quanto estava escrito a meu respeito na lei de Moisés, nos Profetas e nos Salmos» (*Lucas*, XXIV, 44). Encontravam-se todos reunidos, naquele mesmo Cenáculo, onde, poucos dias antes, e no decurso do último repasto, Jesus lhes dera a sua carne e o seu sangue. Conversavam sobre os espantosos acontecimentos dessa manhã, o sepulcro vazio, e sobre tudo quanto as mulheres tinham contado; como sentiam ainda um grande medo das fúrias judaicas, tinham-se precavido com forte barricada. Dois discípulos, talvez dois desses «70» que Jesus encarregara da missão de pregar, acabavam de chegar, esbaforidos, ao Cenáculo, a contarem que a uns escassos estádios de distância, na estrada de Emaús, o Mestre lhes aparecera e lhes falara. Discutiu-se a informação. Todo o mistério do mundo pairava ali, sobre aquele grupo de homens, cujas almas se encontravam repletas de uma esperança que o raciocínio ainda se recusava a admitir. Foi então que Jesus surgiu e lhes disse: «Não temais!»

Aparições de tal espécie, houve ainda muitas outras, numerosas; em maior número, por certo, do que o Evangelho refere em pormenor — pois, conforme já se viu, Simão Pedro beneficiara de uma, e São Paulo fala de outra que teria sido presenciada por nada menos de quinhentas testemunhas. Esses homens e essas mulheres que durante mais de dois anos viveram na própria órbita do mistério, sem, contudo, o terem compreendido abertamente, são de repente lançados nele, e completamente se modifica a sua existência cotidiana, de pescadores e operários.

Alguns havia que continuavam resistindo. «Tomé, que era um dos doze, também chamado Dídimo, o Gémeo, não estava com os outros, no momento em que Jesus aparecera no Cenáculo. Quando os discípulos lhe disseram: — Vimos o Senhor!, objectou: — Cá por mim não acredito, se não lhe vir nas mãos a marca dos cravos, e não meter o dedo no lugar onde os cravos

estiveram, e não lhe puser a mão no flanco! Oito dias depois, no mesmo lugar, estando Tomé entre os discípulos, de novo apareceu Jesus, estando as portas fechadas. — A Paz seja convosco! disse Cristo. E depois, chamando por Tomé, acrescentou: — Põe então o teu dedo e olha aqui as minhas mãos; estende também a tua mão e toca-me no flanco. Não sejas incrédulo, Tomé! O arguido, perturbado, exclamou: — Meu Deus e meu Senhor! Jesus limitou-se a responder: — Acreditaste, porque viste, Tomé! Felizes aqueles que não viram e, no entanto, acreditaram!» (*João*, xx, 24, 29). Bela cena, de tão forte verdade, em que se torna a ver o apóstolo, conforme já o víramos ao longo do Evangelho, preciso, sólido, a fazer raciocínios, e em que Jesus se mostra misericordioso para aqueles que duvidam; em quantas igrejas, não a terá representado a Arte, tal como pode admirar-se no enorme mosaico de São Marcos de Veneza? Porque, em verdade, poucas cenas existem mais consoladoras para a fraqueza humana, e que não dêem, mesmo ao coração mais perturbado, um pouco de esperança e de amparo.

Depois, foi na Galileia que as aparições se produziram. Os Sinópticos aludem a uma delas (*Mateus*, xxviii, 16), mas sobretudo São João consagrou-lhe um capítulo visìvelmente suplementar, espécie de apostila, e o evangelho apócrifo *de Pedro*, num fragmento que, infelizmente, se interrompe de chofre, faz-lhe, também, nìtidamente, uma alusão. «Nós, os doze discípulos de Cristo, estávamos em prantos e em dó, e, cada um de nós, entristecido, voltava para casa. Eu, Simão Pedro, e o meu irmão André, pegámos nas redes, e partimos para o mar da Galileia. Connosco era Levi, filho de Alfeu, que o Senhor...» Segundo São João, encontravam-se ali — Pedro, Tomé, Natanael que era de Caná, os filhos de Zebedeu, e mais outros dois discípulos. Pescaram toda a noite, mas sem nada recolherem. De manhã, um desconhecido bradou-lhes da escarpa: «Eh! rapazes! não tendes que comer?» Tiveram de responder: — Não. «Lançai a rede para a direita da vossa embarcação, e achareis!» Obedeceram prontamente e a rede, dum só lance, ficou de tal modo carregada, que a não puderam puxar (xxi, 1, 15).

Foi João o primeiro a compreender. E disse a Pedro: «É o Senhor!» Imediatamente, vestindo à pressa a roupa, por pudor, visto que, no trabalho, andava nu, o chefe dos Apóstolos

atirou-se ao lago e avançou para Jesus. Como anteriormente, naquelas mesmas águas, a pesca milagrosa fizera abrir os corações daqueles homens simples, também agora um prodígio semelhante, uma outra vez realizado, esclarece-os para sempre. O primeiro milagre fixara as primeiras balizas da Igreja; o segundo é como que a promessa daqueles grandes lançamentos de redes, em que os pescadores de homens vão, muito em breve, ter êxitos espantosos. No museu de Genebra há um quadro magnífico, de Conrad Witz, que nos mostra essa cena na paisagem do Lago Léman, entre Cologny e Eaux-Vives, com o rio Salève e Voirons, e, ao fundo, o Monte Branco, fazendo as vezes do Hermon: transposição aceitável e tocante, dado que, de futuro, os peixes que vão ser apanhados na rede não serão sòmente os de Tiberíade, mas os do mundo inteiro: isto é, os homens de todas as nações.

As últimas lições de Jesus aos seus fiéis, nessas horas supremas em que uma segunda vida lhe foi dada para lhes radicar melhor a fé, visam a preparar a Igreja, instruindo-a em definitivo sobre a missão que lhe compete.

«Ide e ensinai todos os povos, baptizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Pregai o Evangelho a toda a humanidade. Aquele que acreditar e for baptizado, terá a Salvação; o que não acreditar, será condenado. E eis agora os milagres que deverão acompanhar os que crerem em mim: em meu nome, perseguirão os demónios; falarão diversas línguas; agarrarão serpentes, à vontade, sem sofrerem nenhum dano; e se beberem qualquer mortífera tisana, não experimentarão os efeitos do veneno. Se abençoarem os doentes, os doentes sentir-se-ão curados. Ide! E crede que eu estarei convosco todos os dias, até ao fim do mundo!» (*Mateus*, XXVIII, 18, 20; *Marcos*, XVI, 15, 19).

Os direitos e os deveres da Igreja, ficavam, de futuro, irrecusàvelmente definidos. O próprio chefe havia sido confirmado na sua supremacia. Depois da pesca milagrosa, ao sair do repasto em que se comeram alguns dos cento e cinquenta e três peixes retirados da rede, Jesus dissera a Simão Pedro: «Simão, filho de João, amas-me, porventura, mais que os outros? — Sim, Senhor, respondeu ele, bem sabeis quanto vos amo. Retorquiu-lhe Jesus: — Apascenta, pois, os meus cordei-

ros. Segunda vez insistiu: — Simão, filho de João, amas-me tu, ao menos? Pedro replicou: — Amo, Senhor, bem sabeis como vos amo. Jesus volveu: — Apascenta, pois, os meus cordeiros. E, pela terceira vez, interrogando-o de igual modo: — Simão, filho de João, amas-me, por ventura? — Ah! Senhor, respondeu ainda o Apóstolo, entristecido perante a insistência, vós que sabeis todas as coisas, bem sabeis quanto vos amo! — Apascenta, então, as minhas ovelhas!» (*João*, XXI, 15, 17). O bom Pastor, antes de desaparecer, confiava o rebanho ao mais forte e ao mais digno de todos. E Pedro aceitava essa missão, não obstante ser avisado, logo a seguir, do seu martírio: «Quando eras novo, cingias-te a ti próprio e andavas por onde te dava na vontade; mas quando já fores velho, estenderás as tuas mãos e outro será o que te cinja, e te levará onde não queiras!» (*João*, XXI, 18). A cruz em que Simão há-de morrer, esse Simão cognominado «Rochedo», desenhava-se, assim, nesta tão sóbria evocação. Mas não lhe metia medo; do mais íntimo da alma, em tudo consentia. Então Jesus disse-lhe duas palavras: — «Segue-me!»; e pela margem do lago de Tiberíade, ao longo das suas praias, ora cinzentas, ora negras, ora duma cor de rosa suavíssima, em que a areia se juncava de conchinhas cintilantes, afastaram-se os dois: para que espécie de último conselho? para que derradeiras instruções?

Durante quarenta dias, esses homens viveram, por conseguinte, nessa atmosfera de sobrenatural realidade. Compreende-se bem que a sua fé se tenha consolidado para sempre. Depois, em certo dia, não muito longe da cidade santa, sobre esse morro das Oliveiras, onde, anteriormente, o haviam acompanhado, triunfante, quando Jesus, conversando com eles, ergueu a mão para lhes lançar a bênção, tiveram a impressão de que ele se alava no ar, situado embora a meio do grupo, mas, de instante a instante, mais separado deles. Por fim, desapareceu; tinha-lhes deixado a Alegria.

A fé cristã

«Se Cristo não ressuscitou, é vã a nossa prédica, é vã a nossa fé e é vã a fé de todos vós!», escreverá São Paulo, cerca de trinta anos decorridos, dirigindo-se aos Coríntios (I *Cor.*, xv, 14). Desse prodigioso acontecimento que é a segunda vida de um homem depois de ter morrido, vida que os agnósticos só podem ter na conta de lendária, e que Renan, por exemplo, exclui tàcitamente da História, concluindo a sua narração com o enterramento de Jesus, desse prodigioso acontecimento — repetimos — fez a Igreja Cristã a pedra angular de todo o seu edifício. No próprio coração da sua Teologia como da sua Moral, ergue-se a imagem do Mestre, dominador da Morte. Toda a esperança cristã dimana daí, inteiramente, pois que, «se não temos confiança em Jesus Cristo senão por motivo dessa única existência, então, somos os mais miseráveis dos mortais» (I *Cor.*, xv, 19).

A imagem dum deus que morre, como morrem todos os mortais, mas que ressuscita para lhes ensinar como a morte pode ser vencida, é daquelas que, desde há milénios, mais têm preocupado a consciência humana. Sob qualquer forma que se manifeste, há uma certa nobreza nessa imagem. Encerrado numa existência de fatídicos limites, parece ao espírito humano que tudo quanto Cristo em si contem de singular, de insubstituível, deve ter o direito de prolongar-se para além do meio século que lhe foi concedido. Como todos os grandes mitos, este provém do mais íntimo da angústia humana; se, testemunhando uma igual inquietação, assume formas que, de tempos a tempos, se assemelham, o certo é que desperta o sentimento de uma idêntica grandeza.

Seguir-se-á daí que a história do Cristo saído vivo do sepulcro, deva assemelhar-se a tantos outros mitos? «O golpe vibrado no alto do Gólgota — escreve J. G. Frazer, em *The Golden Bough* (1), essa bíblia da escola comparativista — fez vibrar em uníssono mil cordas de esperança por toda a parte onde a humanidade teve conhecimento dessa velhíssima história

(1) O Ramo de Ouro (N. do T.).

do deus que morre e ressuscita». Tomada no seu sentido lato, essa fórmula não é inaceitável: como outros muitos elementos da doutrina cristã, o dogma da Ressurreição veio coroar uma espectativa que existia, desde tempos remotos, no coração dos homens, da qual as histórias lendárias do Egipto e da Síria não podiam dar mais do que uma expressão impura e imperfeita. Mas onde começa o erro, é quando se pretende identificar a Ressurreição de Jesus Cristo com todas as demais, fazendo dele uma espécie de émulo de Osíris, de Átis, de Adónis, e colocando-o, com estes, num mesmo plano de igualdade.

Nenhuma influência das lendas pagãs no pensamento judaico, durante a época de Cristo, foi demonstrada por forma que explique a formação dessa doutrina do Deus ressuscitado. Pelo contrário, tudo quanto se sabe da pequena comunidade de Israel nos últimos séculos, apresenta-nos esta entrincheirada numa defesa feroz. Como sabemos, nem os Lágidas, nem os Selêucidas haviam podido fazer germinar as suas crenças na terra da Palestina. Se o mito do deus ressuscitado fora, em Jerusalém, uma importação do Egipto ou da Ásia Menor, essa circunstância constituiria razão determinante para ele ser rejeitado. Deverá admitir-se que nos encontramos em presença duma natural inclinação do espírito humano, tão evidente, que pôde o mesmo tema surgir espontâneamente, nas margens do Nilo, nos planaltos da Anatólia, ou na cidade santa de Jerusalém? Mas, justamente, o que a comparação faz realçar, é a diferença total, absoluta, entre esses mitos e o texto do Evangelho.

Podem citar-se muitos desses «deuses mortos e ressuscitados»; o mais conhecido é Osíris, no qual, pelo menos uns mil e quinhentos anos antes da nossa era, os Egípcios viam já o guia capaz de fazer com que o homem transpusesse o negro desfiladeiro do sepulcro; além, é Tamuz, vindo das margens do Eufrates para o Mediterrâneo, onde, capturado pelos Gregos, o seu destino de moço caçador morto por um javali e ressuscitado por Afrodite, será o do formoso e lamentável Adónis; aqui, temos Átis, marido de Cibele, cujo sangue corre, com as águas primaveris, dos rios frígios, que os iniciados haverão de venerar com exaltados êxtases e horrorosas mutilações; ali, é Dionisos Zagreus, dito «o pequeno corninho», que o Orfismo

procurará nas selváticas florestas da Trácia, para o tornar conhecido em todo o Oriente grego, a ele, o macho virgem espostejado por mulheres em delírio, e cujo coração dissolvido numa certa beberagem e absorvido por Zeus, começará a germinar no seio da divindade, para, de novo, renascer.

Mas, sempre que abordemos algum destes temas, devemos fazê-lo com as maiores precauções. Destes credos misteriosos não conhecemos, na maioria dos casos, senão o exterior, um conjunto de palavras e de ritos, de que nos é assaz difícil reconstituir, quanto ao interior, a fé profunda. Devemos abster-nos de forçar os documentos e os textos, servindo-nos, para os explicar, de palavras e dum esquema de pensamento que são autênticamente cristãos. Quando, por exemplo, Moret escreve que «a representação da Paixão e da morte de Osíris era, certamente, acompanhada da ressurreição do deus», surpreende-se nessas palavras uma pequena tentação, talvez inconsciente, de sugerir uma analogia; as palavras *Paixão* e *Ressurreição* pertencem, por excelência, ao vocabulário cristão e não se encontram nenhuma vez nos textos egípcios; a primeira, sobretudo,—*Paixão*—impõe ao espírito a ideia cristã do dom de si próprio, de um sofrimento redentor e voluntàriamente aceite, ideia esta que os Egípcios não tiveram; e, quanto ao advérbio *certamente*, é, por si só, uma confissão, porquanto, a bem dizer, a ressurreição de Osíris nunca é afirmada de um modo claro.

As diferenças entre Jesus vencedor da morte e os outros deuses «ressuscitados», impõem-se ao espírito, de modo tão concludente que as semelhanças ficam sobremaneira atenuadas. Ponhamos de lado as obscenidades que tantos destes mitos encobrem e das quais os textos evangélicos se encontram rigorosamente indemnes: a insistência com que a deusa Ísis, tendo reunido os membros dispersos do marido, chora aquele único que falta e que era justamente o que a fazia fecunda, ou a obrigação em que se via o iniciado Átis, de sacrificar a virilidade, levam a mais do que participar em determinada impudência, na qual os povos primitivos revelam possìvelmente maior inocência que malícia. Mas as alusões sexuais têm um significado rigoroso: revelam que, na própria base da ideia de «ressurreição» assim evocada, há apenas o instinto vital, o

desejo imperioso, dominante no coração do homem, de ultrapassar o próprio ser individual assaz efémero, sobrevivendo a si mesmo, mediante a procriação. Franz Cumont, eminente especialista destes problemas, distingue fundamentalmente nesses mitos «o culto da potência genésica, e do desejo que a provoca». Por isso salienta que, nos textos referidos, «o primeiro lugar pertence à mulher», agente visível da transmissão da vida, e, portanto, agente simbólico da ressurreição.

Um outro dado, este ainda mais evidentemente naturista, aparece na grande maioria desses mistérios de deuses mortos e ressuscitados: o do rebentar da planta na Primavera, imagem que o homem pode contemplar, ano após ano, como um penhor de vida, eternamente renascente. As religiões da Anatólia, da Frígia e da Síria ligavam grande importância a esse tema: Átis tinha como símbolo um pinheirito novo; a Adónis chamavam o «grão na Avó», a qual era Cibele, imagem da terra. No próprio Egipto, uma das cerimónias do culto de Osíris consistia em semear grãos de trigo numa forma humana modelada com lama; ao crescerem, as hastezinhas constituiam a imagem da vida que renasce. Forçoso é confessar que seja qual for a explicação que se prefira, sempre nos encontraremos, em qualquer dos dois casos, justamente nos antípodas da concepção cristã.

Se considerarmos mais de perto a lenda mais pura e mais elevada de todo esse conjunto e que é, sem dúvida, a de Osíris, logo se verifica como os seus dados concretos são diferentes dos que nos refere o Evangelho! Osíris é um deus bom, um senhor justiceiro, organizador da família e da cidade, um exemplo flagrante de moral: mas o que não é, o que nunca foi, é um homem semelhante a nós. A sua identificação com o Nilo, essa água fertilizante graças à qual o Egipto vive, dá-lhe um sentido anímico evidente. O drama da sua morte, do seu assassínio por Set-Typhon, seu irmão descaroável (o deserto ardente e árido), o corte dos membros que nele praticaram e respectiva dispersão, esses episódios estranhos podem ter um alto significado espiritual, como, por exemplo, o de opor às forças bárbaras e cegas, o espírito organizador e benfazejo; mas nem por isso resta dúvida de que não se trata de um ofertório consciente, feito por um ente, da sua

própria vida, a fim de resgatar os pecados dos homens, e de os arrancar à sua miséria. Quando Ísis, ajudada por Hórus, consegue reunir os despojos do divino corpo, e, por mágicas operações, faz com eles uma múmia — a primeira das múmias, — não se trata de verdadeira ressurreição, mas de um ingresso num estado que permite continuar a viver para além da morte.

Estas oposições ainda nada são, ao lado de uma última, de ordem moral e espiritual. No culto de Osíris, como em todas as religiões de mistérios, o essencial é a imitação rigorosa, material, do deus. Para que a sua alma possa viver na sepultura, pensa o Egípcio ser indispensável que o seu corpo se mumifique segundo os métodos criados por Ísis, em antigos tempos. A essa concepção estritamente materialista e eivada de magia, juntar-se-á, no decurso dos séculos, a ideia de um julgamento de almas a que preside Osíris, tão equânime entre os mortos, como o fora entre os vivos. Mas, nem por isso, a parte essencial deixa de ser o rito, o qual é independente da recompensa moral. Declara uma inscrição funerária do Egipto: «tão verdade como Osíris vive, ele viverá também; tão verdade como Osíris não foi aniquilado, este também não será destruído». E comenta-a Cumont deste modo: «O destino de Osíris, deus morto e ressuscitado, acabou por se tornar o protótipo de todo o ser humano que *observava os ritos funerários*». E aí reside, precisamente, a diferença basilar. Para um cristão, a Ressurreição de Jesus Cristo não é uma promessa de vida eterna, automática, que a aceitação de certos ritos possa, de algum modo, assegurar; para compartilhar da felicidade eterna dos eleitos, é preciso «viver em Cristo», ser-se a própria imagem espiritual de Cristo. Na Ressurreição de Jesus, o que a separa mais radicalmente de todas as demais «ressurreições», é a própria intenção que a ela preside: não se situa no mesmo plano de todas as outras.

O dogma da Ressurreição

Por este modo, a importância que ao dogma da Ressurreição atribuem os cristãos é muito mais que um mero

interesse histórico. A «segunda vida» de Jesus ultrapassa os limites dum episódio surpreendente que acrescenta à sua biografia um capítulo suplementar. O Cristianismo reduzir-se-ia a um conpêndio de moral, como pretendem os protestantes «liberais», se a Ressurreição não transcendesse essa moral, atingindo a metafísica; para quem crê nesse dogma, é o próprio drama da vida, o mistério da condição humana, que se iluminam com nova luz. E não se diga haver aqui uma interpretação teológica, saída da subtil mentalidade de São Paulo! Se o apóstolo dos Gentios expôs mais profundamente esta doutrina, na sua *Primeira Epístola aos Corintios*, basta ler o discurso de São Pedro nos *Actos dos Apóstolos*, para verificar que toda a primeira geração de seres cristãos atribuiu o mesmo valor àquele facto; quando, em substituição de Judas, for indicado Matias, será para que se torne «testemunha da Ressurreição». A seguir, São Clemente de Roma, Santo Inácio de Antioquia, São Policarpo de Esmirna, São Justino, e Orígenes e Santo Agostinho, e, em suma, todos os Padres da Igreja, insistirão sucessivamente neste tema, proclamando a importância basilar da crença em Jesus ressuscitado.

A Ressurreição é a mais alta das promessas cristãs. Jesus, ressurgido dos mortos, representa «as primícias dos que estão mortos» (I *Cor.*, XV, 20). Do mesmo modo que ele se libertou do sepulcro, cada homem, aberto o precedente, pode esperar libertar-se também. «Eis, exclama São Paulo, um mistério que a todos eu vou revelar: nós não morremos! Todos nós seremos transmutados, num abrir e fechar de olhos, quando soar a trombeta final. Porque, essa trombeta há-de soar, e os mortos ressuscitarão incorruptíveis, e nós seremos transmutados» (I *Cor.*, XV, 51).

Esta esperança grandiosa, como tantos dons da fé cristã, foi, lentamente, germinando, crescendo e amadurando no mais íntimo da consciência de Israel. Os grandes Profetas tinham-no dito: a morte será aniquilada para sempre (*Isaías*, XXV, 8). «Os vossos mortos viverão; os seus cadáveres hão-de ressuscitar! Despertai e cantai, ó vós outros que estais dormindo no pó!» (*Isaías*, XXVI, 19). «Os que dormem no pó despertarão, uns para a vida eterna, outros para a eterna infâmia» (*Daniel*, XII, 2). E qual o crente que não tinha nos ouvidos aquele grito

jubiloso de Job, sua proclamação inesquecível: «Deste esqueleto que tornará a vestir a sua própria pele e a sua própria carne, hei-de ver Deus!» *(Job*, XIX, 26).

Era esta esperança que a ressurreição de Cristo vinha coroar com o diadema da certeza. No decurso da sua vida, Jesus tinha evocado o seu próprio drama, sob o símbolo do Templo destruído e reconstruído no espaço de três dias; mas os fiéis não o compreenderam. E, não de modo diferente do que acontecera com o «signo do Templo», o «signo de Jonas» não logrou iluminá-los. Mas quando a Ressurreição os forçou a abrir os olhos, compreenderam, souberam e afirmaram que o acontecimento lhes dizia pessoalmente respeito, e que, de igual modo, respeitava a muitos outros homens. Do que, no Velho Testamento, não passava de pressentimento e convicção mais ou menos discutível, vai o Novo fazer a pedra angular de toda a sua doutrina. Neste ponto, como em todos os outros, o último degrau da Revelação encontra-se transposto.

¡Mas a crença na Resurreição faz mais que dar ao homem, prometido à morte, uma suprema esperança. É toda uma concepção de vida que ela transforma. Quase toda a Filosofia antiga ensinava que o corpo é um *mal*, um *cárcere*, uma *cadeia*, ou até um *túmulo*. «A alma — escrevia Platão no *Fédon* — não se pertencerá inteiramente, senão quando destacada do corpo... Livres e puros da loucura do corpo, viveremos...» O Cristianismo, pelo contrário, associando a carne ao triunfo eterno da alma, declara o homem integral, composto de alma e corpo, ligados um ao outro por uma responsabilidade mútua. Já não é possível o desprezo do corpo, uma vez que o corpo é chamado a participar na glória eterna do ser íntegro. «Se os mortos não ressuscitam, comamos e bebamos!» (I *Cor.*, XV, 32), mas uma vez que ressuscitam, respeitemos em nós e nos outros este corpo destinado à glorificação. «Primícias» da ressurreição de todo o homem, a Ressurreição de Jesus Cristo é a afirmação da dignidade humana; muito longe de ser uma lenda, ou um símbolo literário, é o testemunho do mais salutar dos realismos, sendo nela que assentam, em última análise, a moral e a sociologia cristãs.

«Onde está a tua vitória, ó Morte? Ó Morte! onde está o teu aguilhão?» O grito jubiloso de São Paulo ecoa através

de toda a tradição cristã, como palavra de conforto. Ele acrescenta, no entanto: «Ora, o aguilhão da morte é o pecado...» (1 *Cor.*, XV, 55, 56) e, nesta breve frase, tudo ficou dito sobre o destino do homem. Jesus, vencendo a morte, venceu também as forças do mal. Foi pela porta do pecado que a morte entrou na História; mas, o que Jesus prova é que, por muito grandes que sejam as misérias e as abjecções da nossa condição, elas, não obstante, podem ser vencidas, segundo a promessa de Deus. O reino do Pai, onde ele vai reinar em a glória, é aquilo que «está dentro de nós» e que germina, — a princípio, qual grão de mostardeira e, depois, como árvore de mil folhas, — na alma dos santos. Participar em Jesus ressuscitado, é participar na alta lição que, na sua vida, ele nos deu. Assim, por conseguinte, o mal e a morte são perfeitamente semelhantes; o que, dentro de nós, cede ao pecado tende para a morte, mas todo o esforço para o bem é um passo dado em direcção à eternidade. A Ressurreição não é sòmente um facto da História, um acontecimento que se produziu num dado ponto e num dado momento. É a explicação do próprio drama do homem: só conservamos vivo em nós, o que merece subsistir — subsistir eternamente.

Muitos séculos antes, nessa mesma terra em que Jesus acabara de viver, de sofrer, e de vencer a morte, um pequeno povo descobrira, pouco a pouco, essa ideia grandiosa de que Deus não é apenas o poder, a vontade e o mistério das coisas, pois que, acima de tudo, ele é a suprema perfeição. Depois, o mesmo povo examinara minuciosa e lentamente os seus princípios, meditara profundamente as suas exigências, a fim de submeter todos os artigos da sua lei moral aos decretos do Altíssimo, e, único entre os outros povos, proclamara não haver moral que não derive de Deus. Era preciso ir mais longe ainda — subir a uma síntese tão alta como nenhuma outra Religião o ousou jamais: unir num todo único a moral e a metafísica, e oferecer aos homens um meio de realizarem o velho sonho de se tornarem «como deuses».

Na hora em que Jesus desaparecer, a alegria que vai deixar entre os seus discípulos será feita desta certeza — e então cumprir-se-á o pressentimento de Israel: o ser e o bem são coisas idênticas, não apenas para Deus, mas também para o homem. E o único meio de participar no divino, no eterno,

é pôr em prática, a partir desta vida transitória, as lições de que Jesus nos forneceu a fórmula e o exemplo, os preceitos difíceis do amor.

A presença de Cristo

Jesus ia subir até ao Pai, e os olhos dos homens não mais o veriam. Porém, desaparecido ele, a sua mensagem permanecia, mensagem que os discípulos iriam divulgar, segundo as ordens dele recebidas. Em poucas gerações, e tal como o grão da parábola evangélica, o grão de trigo do seu verbo será semeado em todas as terras do Império; produzirá messes esplêndidas. Esta doutrina de um vencido vencerá o mundo em menos de trezentos anos: outro mistério que a História admira e que constitui um novo depoimento.

Mas seria apenas essa mensagem o que Jesus nos legava, ao elevar-se aos céus? De um homem que desaparece, não subsiste mais do que uma saudade, algumas palavras escritas ou repetidas; e os maiores génios, evocados através das suas obras e das suas doutrinas, parecem reduzidos a uma espécie de imagem fossilizada. Mas do Deus vivo, o que resta é algo mais do que um ensinamento; é uma presença. O cristianismo, como fé, é coisa muito diferente de uma simples adesão a um conceito filosófico: sendo uma comparticipação em Jesus Cristo, exige a identificação de todo o ser ao seu modelo, e aquilo que os Cristãos chamam a Graça, é nada menos do que a sobrevivência do Deus feito homem, em cada um de nós.

Na narrativa evangélica da «segunda vida» de Cristo, há um episódio singelíssimo que, no entanto, se encontra repleto de misteriosa riqueza espiritual. É aquele que, descrito por São Lucas (XXIV, 13, 35) e confirmado por São Marcos (XVI, 12), nos refere a aparição de Jesus Cristo aos dois discípulos, na estrada de Emaús. Eram dois homens obscuros, dois homens como todos os demais. Sendo eles os primeiros membros da Igreja — sem falar dos doze apóstolos e das Santas Mulheres — que um trecho do Novo Testamento nos mostra individualisadamente, parece terem sido escolhidos para o benefício desta particular revelação, apenas por serem semelhantes a todos os

mais, e por anunciarem — por prefigurarem — o membro humilde do rebanho cristão. Amavam Jesus com todo o ardor das suas almas; não compreendiam muito bem a sua mensagem, que tomavam ainda num sentido bastante temporal. Um deles chamava-se Cléofas, e eis tudo quanto deles se sabe.

Retiravam-se, acabrunhados, depois de assistirem ao drama da Paixão. A aldeia para a qual se dirigiam — Emaús — seria, porventura, a terra deles? Regressariam, a fim de retomarem o labor quotidiano, a insulsa missão dos homens, uma vez que terminara a grande aventura que os afastara, por algum tempo, da sua rotina, elevando-os acima deles próprios? Discute-se hoje a localização da evangélica Emaús, que alguns situam em Qoubeibeh, distante de Jerusalém «sessenta estádios» (doze quilómetros aproximadamente), de que fala São Lucas, e que outros, fiéis à mais remota tradição, identificam com a moderna *Amwas*, ou antiga *Nicópolis*, à distância de cento e sessenta estádios (cerca de três dezenas de quilómetros), o que torna, aliás, mais difícil de aceitar uma viagem de ida e volta, a pé, no mesmo dia. No rebordo de uma colina, donde a vista se estende até aos campos de Jafa, a Emaús tradicional é uma pequena aldeia clara, semelhante a tantas outras; ciprestes e sicômoros, casas brancas, em forma de cubos, um pequeno ribeiro irregular, que corre ao fundo duma ravina pardacenta. Mas, a dois passos, os Trapistas saídos de Sept-Fons, instalados em El-Athroun, não quiseram apenas fazer a demonstração da contemplação cristã, nesse lugar onde, possìvelmente, Jesus se revelou; o trabalho que realizaram, fazendo daquele quase deserto um recanto luxuriante de vinhedos, laranjais e olivais, e estendendo a cevada loura, como um tapete, sobre as colinas fulvas, radica no espírito a ideia de uma bênção divina, como prova viva e insofismável de que a graça desceu sobre essa terra (1).

(1) Os trabalhos mais recentes confirmam, em grande maioria, a identificação tradicional. Emaús ficaria, pois, não muito longe de Lydda, na planície da Séphala, «no lugar em que as montanhas começam a elevar-se», como diz S. Jerónimo, uma simples *aldeia*, segundo a expressão do Evangelho, aquela mesma aldeia em que Judas Macabeu aniquilou um exército grego (I *Macabeu*, III, IV), humilde logarejo que, se não fosse este título de notoriedade, nada mais poderia reivindicar senão as suas «frescas fontes».

«Enquanto iam falando e discutindo, Jesus, em pessoa, juntou-se a eles e com eles foi caminhando; mas os olhos dos dois homens encontravam-se impedidos de o reconhecerem. — Sobre que ides a conversar, que estais tão tristes? — disse-lhes Jesus. E um deles, Cléofas, retorquiu: — És com certeza o único estrangeiro vindo a Jerusalém que desconhece o que se passou nestes últimos dias! — Que foi? — O caso de Jesus de Nazaré! Era um profeta, grande em palavras e em actos, diante de Deus, e diante do povo. Os Príncipes dos Sacerdotes e os nossos magistrados fizeram-no condenar à morte e crucificar. E nós que esperávamos que fosse ele o libertador de Israel! Três dias se passaram desde que sucederam essas coisas... A bem dizer, algumas das mulheres do nosso grupo fizeram-nos espantar contando-nos que tendo ido de manhãzinha à sepultura, não encontraram lá o corpo, e que lhes apareceram anjos, anunciando que Jesus estava vivo. Alguns dos nossos foram, na verdade, ao sepúlcro, e acharam tudo no estado que as mulheres haviam dito; mas, quanto a ele, não o viram.

---

de que fala a tradição talmúdica. No ano 4 da nossa era, no momento da agitação de Athonge os seus habitantes haviam atacado uma coluna romana; daí resultara uma tremenda punição, da qual a cidade saíra arruinada. Acabava, pois, de se reconstruir, quando o episódio evangélico se produziu. Acerca da dificuldade consequente da distância, é assaz difícil formar opinião: dos velhos manuscritos, dizem alguns, 60 estádios, enquanto outros indicam 160; dois deles, têm à margem o seguinte escólio: «Deve ler-se cento e sessenta, pois que assim dizem os textos exactos, e também a confirmação que Origenes dá à verdade». A hesitação dos textos prova que a dificuldade de fazer regressar a Jerusalém, duma aldeia que dista 29 quilómetros, pareceu, logo de início, muito séria. Os mais antigos textos geográficos, como a *Tábua de Peutinger*, a Geografia de Ptolomeu, a *Viagem do Peregrino de Bordéus*, confirmam o número de cento e sessenta. É, por conseguinte, necessário admitir ou que, levados pelo entusiasmo, os dois discípulos regressaram imediatamente, percorrendo assim 60 quilómetros num só dia, ou que, para regressarem, se serviram de montadas. Notemos um último pormenor curioso: foi Júlio Africano que deu a Emaús a sua notoriedade, pedindo ao Imperador Heliogabalo, esse semilouco coroado, esse doido místico, que lhe desse os créditos para isso: a cidade nova chamou-se Nicópolis. Ver, a respeito destes problemas, o livro monumental dos Padres Vincent e Abel, *Emmaüs*, Paris, 1932, ou o pequeno trabalho do P.e Duvignau, *Emmaüs*, Paris, 1937.

«Então, disse-lhes Jesus: — Homens obtusos! corações tardos em crer na palavra dos Profetas! Não é verdade que tudo isto deveria suceder ao Messias, para que ele pudesse entrar na sua glória? E, começando por Moisés, e passando por todos os profetas, explicou-lhes o que, nas Escrituras, o prefigurava a ele próprio.

«Quando chegaram à entrada da aldeia, Jesus fingiu que ia para mais longe. Mas eles insistiram com ele dizendo: — Fica connosco, já declina o dia, faz-se tarde. — Jesus entrou na casa deles. Estando estendido ao lado da mesa junto deles, pegou no pão, abençoou-o, partiu-o e repartiu-o. Naquele instante, abriram-se-lhes os olhos, reconheceram-no, mas ele tornou-se invisível, desaparecendo-lhes da vista. Então, disseram um para o outro: — Não é verdade que os nossos corações ardiam dentro de nós quando, pelo caminho, Jesus nos falava e nos explicava as Escrituras? E, sem perda de tempo, regressando a Jerusalém, foram direitos ao lugar onde os Onze se encontravam com os seus outros companheiros; contaram quanto se passara no caminho e como tinham reconhecido Jesus Cristo ao repartir o pão (1).»

É com esta cena, de uma simplicidade comovente, que apetece separarmo-nos da imagem de Jesus. No pequeno quadro do Louvre, Rembrandt evocou-a na perfeição. O aposento encontra-se cheio de sombra; a luz parece irradiar do próprio Cristo. Em cima da mesa, no meio da toalha desguarnecida, está apenas o pão que vai tomar um significado sacramental. Jesus reza; os dois pobres homens estão representados no instante em que o espírito se lhes ilumina; um deles esboça um gesto de retraímento, o outro de adoração. Dentro de um momento, o misterioso visitante vai desaparecer; porém, tudo ali diz admiràvelmente que a sua presença, apesar de invisível,

(1) Teria ali havido uma refeição vulgar, ou aquele «repartir de pão» seria a repetição da cerimónia eucarística da Ceia? A tradição discute-o e, em dezanove séculos, ainda não se decidiu. Pensava Santo Agostinho que «ninguém devia hesitar em admitir, naquele partir de pão em que os discípulos conseguiram reconhecer o Salvador, o Sacramento que nos faz participar, a todos nós, no seu conhecimento». Esta interpretação esteve muito em voga até ao século XVI; hoje, muitos sábios exegetas a põem de parte, ou pelo menos só a citam com reticências.

não será menos manifesta — e que permanecerá no coração dos fiéis o calor que os invadia quando Jesus os ensinava!

Esse calor no coração, que é ele, pois, senão o próprio Sinal da presença? É esta que irá persuadir os mártires a sacrificarem a vida carnal, em troca de outra, mais definitiva. É com ela que os grandes místicos haverão de alimentar os seus fervores heróicos e os seus dramas silenciosos. É ela, ainda, que o mais humilde dos crentes leva em si, quando, após ter recebido o Pão da Eucaristia, sente a sua alma muito mais forte, mais generosa e mais ardente. Os fiéis de Jesus terão, no decorrer dos séculos, numerosas fórmulas para exprimir essa — Presença: «Tufão invisível do amor» há-de dizer João de Fécamp, «abismo de que não consigo sondar a profundidade», escreverá Santa Teresa de Lisieux; todos, porém, são unânimes em afirmar-lhe que ela existe. «Já não sou eu que vivo, — mas o Cristo que vive em mim!», exclamará São Paulo. Há perto de dois milénios que um número imenso de homens e mulheres fala dessa Presença como da mais certa das realidades; Jesus, subido aos céus, continua sendo aquele ser de carne e vida, que pesosas do seu tempo amaram e que muitas outras, longos tempos depois, amam semelhantemente, com um vivo amor. Os testemunhos de uma Santa Teresa de Avila, de uma Santa Gertrudes, de uma Bem-aventurada Maria da Encarnação, e igualmente os de um São Bernardo ou de um São Francisco de Assis, não podem ser negados. Quando São Bernardo dizia a Cristo: «Conheço-o mais ìntimamente que a mim mesmo»; quando Claudel o definiu como: «Alguém que se encontra dentro de mim, mais ainda do que eu próprio», é essa Presença indesmentível que eles evocam. Digam-nos, embora: — «Vós saís do campo dos factos, entrais na metafísica»; responderemos que a afirmação, mil vezes repetida por homens e mulheres perfeitamente equilibrados e «de um bom senso superior», como diria Bergson, de que Jesus continua sendo, para eles, nada menos que um ser vivo — também isso é um facto. O historiador alemão Wellhausen escreveu: «A carreira de Jesus deixa a impressão de não se ter concluído, mas sim de haver sido interrompida logo que foi começada». No plano humano, talvez; mas essa «carreira» era precisamente daquelas

que nem os reveses nem a morte podem interromper; ela continua na alma dos fiéis.

No momento de desaparecer da vista dos seus, Jesus disse-lhes aquelas palavras com que São Mateus termina o Evangelho: «Estarei convosco até ao fim do mundo». Pacientemente, no decurso de alguns trinta meses da sua missão na terra, preparara aqueles homens que deviam sobreviver-lhe; escolhera-os, formara-os e organizara-os; dera-lhes o melhor da sua alma. A eles competia, agora, dar testemunho da Luz que receberam; não deixarão de o fazer.

E a história do Deus vivo prolonga-se, de futuro, na do «corpo místico» ao qual Jesus anima com a sua presença, nessa grande realidade inscrita no coração dos séculos: A Igreja de Jesus Cristo.

Junho de 1942 — Fevereiro de 1944.

ANEXOS

I — JESUS E A CRÍTICA

O «sinal de contradição» que, enquanto vivo, Jesus quis ser, ainda o continua a ser quase dois milénios decorridos. O espírito não deixa, de, a si próprio, se interrogar, sobre a pessoa do Mestre e sobre a sua prédica. Trata-se, incontestàvelmente, da personagem mais discutida, em toda a história das raças brancas. Não se passa um só ano, talvez que nem um mês, que não surjam livros novos, tratando dele. Para o negarem, ou para o entenderem, historiadores, críticos, exegetas teólogos, ficam em presença dele, como que presos nos seus estudos, por uma espécie de fascinação. Que haverá, então, nessa figura que prenda, pelo amor ou pelo ódio, tantas inteligências humanas? Até isto é um depoimento que não se pode rejeitar.

Não é de ontem que a polémica não-cristã vem procurando anular a mensagem de Jesus, propondo-lhe interpretações «racionais». Celso, esse importante burguês culto do tempo de Marco-Aurélio, quando, cerca de 180, empreendeu a refutação do cristianismo, misturando subtilmente citações exactas do Evangelho com caluniosas fábulas de origem judaica, visava objectivo assaz claro: demonstrar o absurdo da personalidade de Jesus, tal como a tradição cristã no-la apresenta. Pois, quê: um Deus que se lamenta, que chora em frente da morte e que se deixa crucificar! quando muito — um ambicioso, um exaltado que falhou nos seus empreendimentos e a quem a sua gente abandonou. Quanto à ressurreição — uma história sem pés nem cabeça, engendrada no cérebro duma mulher destrambelhada! Quando, um século mais tarde, o filósofo néoplatónico, Pórfiro, discípulo de Plotino, lançava contra os cristãos o tremendo montão dos seus quinze livros, parece que, a avaliar pelo pouco que deles se conhece (pois que os imperadores bizantinos Valentiniano III e Teodoro II os mandaram destruir no século V) a sua atitude espiritual era a mesma: um Deus pode sofrer? e, um morto, poderá ressuscitar? Não! Por conseguinte, Jesus Cristo não é mais do que um pobre homem que não ousa sequer desafiar o diabo, saltando do alto do tempo, e que, perante a morte, confessa uma cobardia indigna de um filósofo... É frisante verificar que o próprio mistério da Encarnação, isto é, da presença, em Jesus, de duas naturezas associadas, foi, através

dos séculos, a pedra de escândalo do espírito. Entre os filósofos antigos que insistiam na sua faceta humildemente humana para lhe tirarem a qualidade divina, e os «mitólogos» de hoje, que lhe negam toda a existência carnal e não vêem nele mais do que um tema espiritual materializado pela lenda, a oposição é mais aparente que real; é sempre a mesma «contradição» a que se quer fugir, e o mesmo mistério que se não quer reconhecer.

Assim, toda a crítica a respeito de Jesus se situa obrigatòriamente num ou noutro campo: aquele em que a Encarnação é aceite como um facto histórico, e aquele outro em que se não quer admiti-la. Do primeiro desses campos, nada diremos aqui; não, que nele não se tenha teimado, com secular obstinação, no conhecimento, cada vez mais profundo, de Jesus, ou que, retomada sem cessar, considerada de mais perto, analisada nos mais insignificantes pormenores dos testemunhos que a evocam, a adorável figura não tenha, graças a tão nobres esforços, cedido o mais essencial de si mesmo sem, aliás, nada perder do seu mistério. Mas aquilo que o lindo vocábulo *ortodoxia* exprime com firmeza, é precisamente que todos esses estudos se situam numa mesma linha, seguindo a mesma trajectória, em que a atitude do historiador, em face da personaldade de Jesus, se encontra definida, de uma vez para sempre, pelos versículos do *Credo*. A uma tal unidade, opõe a «crítica» toda a gama das humanas cogitações — desde as do sábio às do demente — e a figura de Cristo, desloca-se, ao sabor das hipóteses contraditórias.

Foi, sobretudo, a partir do século XVIII, que os homens de letras e historiadores abordaram o problema de Jesus, fora das perspectivas ortodoxas. Alguns fizeram-no com uma paixão, que não tinha parelha senão na leviandade e ignorância dos autores. O clã dos «filósofos» ilustrou-se em ataques que não pertencem senão à mais triste polémica: Voltaire, por exemplo, na *Bíblia finalmente explicada* e na *História do estabelecimento do Cristianismo*, cede a uma antipatia da mais incrível baixeza, tratando Jesus de vaidoso trapaceiro, vendo no Cristianismo a obra dum energúmeno — que era Paulo — e retomando como história, a imunda narrativa judaica do *Toledoth Jeshua*, em que Cristo é o bastardo oriundo de uma perfumista e de um legionário romano. Alguns anos mais tarde, Charles Dupuis, membro da Convenção, há-de garantir na sua *Origem de todos os cultos ou Religião Universal*, que Jesus, um ««duplo de Mitra», será em breve para os homens o mesmo que são Hércules, Baco e Osíris, ao passo que Volney nas *Ruínas* há-de sustentar, com gravidade, que a existência de Cristo não é mais do que a reprodução do curso do sol ao longo dos signos do Zodíaco! Foram os antepassados dos comparativistas e sincretistas, as sementes das quais Salomon Reinach havia de nascer.

Mais doutoral e mais sòlidamente estabelecida era a crítica alemã que, na mesma ocasião, iniciava o enorme progresso que se lhe vê, em todo o decorrer do século XIX. É inútil entrarmos nas minúcias dessas doutrinas contraditórias, das quais nunca resultou, nunca ficou grande coisa, e é apenas às teorias que no pensamento francês exerceram alguma influência

que queremos limitar a presente nota. Já não se atribui importância aos defensores do *Aufklärung* (a palavra comporta a ideia de esclarecimento; traduziram-na por vezes, pela palavra «iluminismo») que, na esteira de Reimarus e do seu editor Lessing, viam em Jesus um agitado político igual a tantos outros que viveram na Palestina, do qual os discípulos teriam embelezado ou idealizado a personagem; o que os levava a explicar o sobrenatural por delírios colectivos ou fábulas inteiramente inventadas. Citam-se ainda, mas para nos sorrirmos, as doutrinas do professor Paulus d'Heidelberg que encontrou a explicação lógica de todos os milagres evangélicos. A marcha sobre as águas? Uma ilusão de óptica! Jesus não fez mais do que avançar ao longo duma praia alta, em que só molhou os pés... A cura dos cegos e dos surdos-mudos? por que motivo não estaria Jesus a par de toda a antiga farmácopeia? A ressurreição de Lázaro e até a do próprio Cristo? mas, qualquer deles não se encontrava senão em letargia... Tal era o «racionalismo» do professor Paulus. Quanto a David F. Strauss, cujas «vidas de Jesus» conheceram um êxito imenso, além do Reno, pelos meados do século passado, se o seu nome não deve ser esquecido, é porque teve o bom senso de reduzir a zero as teorias de Paulus, e ainda porque, em muitos pontos, mostra ser um antepassado de Loisy e Guignebert dos nossos tempos; partidário duma teoria «mítica», Strauss acreditava num Jesus histórico, um homem verdadeiro, ao qual o mito se agarrou, quer dizer o conjunto das narrativas sobrenaturais que ele declarava extraídas, na sua maioria, dos textos proféticos do Velho Testamento; teoria que tem contra si a data da redacção dos Evangelhos, tão próxima da morte de Jesus, porquanto: como admitir que, em tão pouco tempo, a elaboração do «mito» tivesse dado tão extraordinários resultados como o de modificar radicalmente a figura do Messias, aos próprios olhos daqueles que o tinham conhecido?

Estas diversas teorias foram discutidas em toda a Europa intelectual, há-de haver setenta anos. A figura de Jesus tornou-se o fulcro duma luta filosófica em que se degladiavam as escolas. O materialismo inclinava-se muito para Paulus (e nas propagandas anticristãs de baixa espécie, à Léo Taxil, os seus resumos ainda se repetem, revistos e comentados). Viram-se idealistas que aplicavam a Cristo o método da dialéctica tripartida, tão cara a Hegel, e que garantiam que Jesus era a tomada de consciência de uma ideia pura e que a sua mensagem nascera da *síntese* entre a *tese* do messianismo judaico e a *antítese* de uma concepção universalista: era o que em 1850 se ensinava na Universidade de Tubinga.

De todas estas escolas, a mais considerável, pela sua enorme repercussão, durou até aos nossos dias e exerceu importante influência, directa ou indirecta, em muitas correntes de pensamento. Trata-se da escola liberal que tão profundamente assinalou o protestantismo, luterano e calvinista, até no momento em que se deu o movimento de reacção, no sentido teológico ou dogmático, ao qual Karl Barth ligou o nome. Na Inglaterra, uma grande parte dos elementos da doutrina oficial liga-se aí, e um livro como o de Middleton Murry, *«Cristo, homem de génio»* é, de tal facto, uma expressão representativa. Na França católica, podemos encontrar alguns vestígios dessa escola, entre os partidários do modernismo. Fundada em 1870 e 1880,

a escola liberal contou multíssimos nomes, deveras consideráveis pela densidade dos seus trabalhos; um Bernard Weiss, um Beyschlag, um Wellhausen, e, sobre todos, um Harnack, estão muito longe de ser desprezíveis. Ao contemplarmo-los à distância estabelecida pelo tempo, tais pensadores parecem uma espécie de reaparição dos antigos heréticos arianos. Como Ario, padre alexandrino do século IV, despojam Jesus Cristo da divina substância, chegando até a laicizá-lo inteiramente. Bem entendido, que não se trata de um Deus, nem ele, tão-pouco, se fez passar, alguma vez, por personagem sobre-humana. É um homem apenas — um homem incomparável pelo génio, força de ânimo e grandeza moral. Mas nada mais. O que ele ensina não tem qualquer significado que não seja psicológico e moral: o reino de Deus não é mais do que a euforia da consciência, em paz consigo própria. Uma expressão tal como a do «filho do homem» é interpretada como a verdadeira fórmula da abstracção humana, do arquétipo do homem. A tal esquema acrescenta cada um dos comentadores um pouco da sua representação pessoal do homem perfeito; as grandes ideias laicas do século XIX encontrarão aí um bom emprego. Jesus afirmou que era «a via, a verdade e a vida»; quer dizer: a via do progresso, a verdade dos homens esclarecidos pela inteligência e a vida harmónica dum paraíso terrestre, ideal, tão pouco carnal quanto possível.

O erro enorme da escola liberal estava em não entrar em conta com o homem-Jesus, concreto, tão espantosamente vivo como o vemos no Evangelho. O seu Cristo não era mais do que um esquema, digamos, um esquisso. E Renan — que, apesar de tudo e sob certos aspectos, aproveita desses teóricos a concepção dum Jesus «mestre de moral laica» — protestou contra a dissecação que fazem da personagem, observando que o modelo que adoptaram não era «nem um messias, nem um profeta, nem um Judeu» e que, por conseguinte, nem a vida nem a morte de Jesus têm qualquer significado na perspectiva deles.

Ao escrever a sua notável *Vida de Jesus (1863)*, Renan queria, assim, reagir contra os excessos duma determinada escola; contudo, ele próprio caía noutros erros dos quais o menor não é, decerto, haver escrito quatrocentas páginas a respeito dum modelo do qual declarara que os materiais chegariam com grande custo para lhe dedicar apenas uma página! A intenção proclamada por Renan foi colocar Jesus, de novo no seu quadro técnico e geográfico. Diz o crítico que, para se compreender devidamente a sua personagem, é necessário ter ido ao Oriente; e, evoca a terra da Palestina e os seus costumes, como um «quinto Evangelho». A bem dizer, se as suas evocações das paisagens possuem encanto, o certo é que as interpreta num sentido assaz particular, tendendo todas a acentuar certas feições do seu Jesus. Obra de literatura, no bom e no mau significado da palavra, o livro de Renan tem em si o vestígio de influências muito nítidas; a vida do profeta Maomé, pesou na concepção que teve da de Cristo; o Jesus dolorido do final é, pouco mais menos, uma figura à Lamennais; a Úmbria evocada por Ozanam no seu *Francisco de Assis*, cedeu algumas cores suaves à Palestina de Renan. Quanto ao Jesus, em si, tal como no-lo mostra o Evangelho, cerca-o o ilustre crítico duma rede de pontos de interrogação.

Que viveu, que ensinou, que teve discípulos e que morreu vítima de uma intriga clerical judaica é, sensivelmente, tudo quanto Renan considera como histórico. Os Evangelhos não são mais do que ingénuos romances em que o sobrenatural brota como flores delicadas. Os milagres pertencem à *Legenda dourada*. «Que sei eu?» Essa *Vida de Jesus* ficou assente no macio almofadão da dúvida.

Temos de confessar que, perante a figura de Jesus evocada nesse livro e apesar da inegável ternura que o autor dispensa ao seu modelo, sentimo-nos mais próximos da ira do que perante os raciocínios simplórios de um Paulus. Este «doce sonhador da Galileia», este «sedutor» a quem rodeiam amizades femininas, este filósofo anticlerical, a quem os amigos e afins insuflam, pouco a pouco, a idea de que é ele o Messias, este Mestre de uma religiosidade vaga, fundador da «grande doutrina do transcendente desdém», bem pode Renan vesti-lo à moda judaica, disfarçá-lo em Rabi da Palestina, que de longe se pressente quanto o autor se revê na sua obra. Que tenha querido — como dizia Sainte-Beuve — «obrigá-lo a pedir a sua demissão de Deus», é lá com ele; e, outros se esforçaram para atingir o mesmo fito. Mas, o próprio homem que ele exalta não vale mais que o dos liberais alemães. Salvo do olvido por um estilo que, apesar de envelhecido, ainda tem encanto, esse livro hipócrita não deixa, mesmo assim, de constituir uma traição (1).

Deve, no entanto, agradecer-se a Renan ter contribuído bastante para orientar os historiógrafos de Cristo para todo um conjunto de dados, dos quais demasiadamente desdenhavam. É certo que a geografia política da Palestina, no reinado de Tibério, ajuda a compreender algo melhor diversos pontos do Evangelho. É certo que a arqueologia oriental se revela duma utilidade basilar para quem quer colocar a vida de Cristo no seu cenário. Mas foi apenas depois de Renan que se aperfeiçoou o *método* chamado *histórico*, com que hoje em dia se acoberta todo aquele que pretende escrever sobre Jesus. Tal método consiste essencialmente — como, aliás, se sabe — numa análise minuciosa dos documentos, confrontados com tudo quanto a arqueologia e a história podem descobrir, passados pelo crivo da crítica textual, interpretados com a possível lealdade, sem qualquer ideia preconcebida, e sem solicitações de alguma espécie. Não devemos maldizer o método histórico, que impôs, aos exegetas e teólogos hábitos de precisão que nem sempre eles tiveram... Deve, de resto, observar-se que os mais notáveis historiadores católicos de Jesus, um P. de Grandmaison, um P. Lagrange, um P. Prat, um P. Lebreton, um P. Huby, um Mgr. Ricciotti, o reivindicam para si, tanto como os seus émulos «laicos». Há porém, o direito de confessar que, por vezes, esse método é falaz e tendencioso.

Falaz, porque, muito frequentemente, não chga a outra coisa que não seja uma negação pior que a de Renan. «O Jesus histórico é, a bem dizer,

(1) Um escritor comunista, Lucien Henry, classifica o livro de Renan de «romance insulso, desprovido de qualquer valor histórico». *(Origines de la religion*, pág. 240).

incompreensível, o que não quer dizer que não tenha existido, mas tão-somente que nada podemos afirmar a seu respeito...»: tal é a conclusão do vulgarizador do método histórico, que se chama Salomon Reinach. Falaz, é o método ainda mais para quem verificar que o mesmo texto, dissecado por este, ou por aquele, tão depressa diz sim como diz não.

Tendencioso, porque sob o pretexto de analisar os documentos exclusivamente à luz da razão lógica, esquematiza e elemina as realidades e os acasos da vida; por exemplo: a cena dos perfumes derramados em cima de Jesus, quando se encontrava na Betânia, será declarada simples «duplicação» da da pesca galilaica, por não ser *lógico* que esse gesto estranho haja sido feito duas vezes! Em consequência do mesmo raciocínio, o fim da dinastia dos Valois deve ser reputado como a duplicação do fim da dos Capetos directos, pois tanto uma como outra nos oferecem três reis irmãos, sucedendo-se sucessivamente por não terem filhos, o que não é, na verdade, muito lógico! E ainda mais tendencioso, visto que o racional, sendo aí entendido no sentido mais restrito e mais terra a terra da palavra, toda essa crítica assenta num preconceito desfavorável ao sobrenatural. Todo o facto milagroso é, frequentemente, e por definição, declarado inaceitável e, por isso, rejeitado.

Há precisamente meio século que o emprego do método histórico, correndo parelhas com os progressos notáveis da arqueologia, da semântica comparada e da crítica dos textos, alargou sobremaneira o quadro dos estudos acerca de Jesus. Escolas rivais põem em confronto as suas teses. A última em data tem o título de *Formgeschichtliche Method* e teve, principalmente de há vinte e cinco anos para cá, um grande renome na Alemanha com Bertram, Bultman, Dibelius e K. L. Schmidt. Apoia-se na análise textual da *forma* dos escritos neotestamentários (e, deste ponto de vista, prestou notáveis serviços, como, na França, os trabalhos de M. H. Pernot); ela tem a pretensão, examinando minuciosamente cada frase, de ir até às lendas populares, anónimas, de que os Evangelhos não seriam, afinal, senão repositórios. Destas observações, há que tirar determinadas conclusões, como, por exemplo, se um evangelista diz «Bem-aventurados sejam os pobres» e outro diz «Bem-aventurados sejam os pobres de espírito», não será caso de supor que a segunda fórmula data de uma época posterior à da primeira, em que os ricos sendo já numerosos no seio da Igreja, foi reconhecida a conveniência de os poupar? À *Formgeschichtliche Method* podemos ir buscar a técnica, embora não possamos aceitar exactamente as suas conclusões. Quando afirma que um Evangelho, como por exemplo, o de Marcos, foi obtido cerzindo, topo a topo, pequenos fragmentos de tradição, popularizados em meios judaicos ou helénicos, aos quais o relator nada mais teria feito senão dar um ambiente sem qualquer carácter histórico, poderemos opor-lhe que, em semelhantes condições, a irrecusável permanência da figura de Jesus, dum Evangelho para outro, e até mesmo a das figuras secundárias como as de Pedro, Tomé, Marta e Maria, é absolutamente extraordinária, tanto como a exactidão geográfica das quatro narrativas. E quando nos garante que foi a comunidade cristã que *criou* a tradição oral, cristalizada, a seguir, nos Evangelhos, para legitimar os seus usos (como, por exemplo,

para autenticar o rito do baptismo cristão, teria sido inventado o baptismo de Cristo por João) poderemos responder-lhe que nada, nem o mais leve indício dessa «função efabuladora» aparece no Cristianismo primitivo, e que, de resto, todos os trabalhos recentes sobre as grandes obras literárias, sobre Homero, por exemplo, ou sobre as canções de gesta, tendem a repelir aquela hipótese; as massas, nesta ordem de ideias, não inventam nada: as grandes personalidades é que são as criadoras.

Três nítidas tendências se revelaram, a partir de 1900, na crítica histórica racionalista francesa. Uma começa já a envelhecer a olhos vistos — é a dos «comparativistas» e «sincretistas». Essa teve a sua melhor época por 1900, quando da publicação, na Inglaterra e depois na França, das obras de J. G. Frazer sobre o culto dos primitivos (*Le Rameau d'Or*, principalmente) e de numerosos trabalhos sobre as religiões orientais, mesopotâmicas, egípcias e outras. Esteve muito em moda explicar os mais diversos fenómenos espirituais, pelas noções primitivas de *totem*, *tabu*, *animismo* e magia: e foi deveras tentador aproximar o Cristo das diferentes divindades do Nilo e do Eufrates ou das dos planaltos da Anatólia. Na massa dos factos complexos, mal coordenados, recolhidos por Frazer e pelos especialistas da antropologia, aproveitavam-se, conforme calhava, alguns aspectos desde as realezas de Sumer até aos Neozelandeses de hoje em dia, edificando-se assim uma espécie de imagem de Cristo que se parecia tanto com ele como um espantalho se pode parecer com um ser vivo.

Inventava-se inteiramente, ou, por outra, construía-se, deformando num sentido cristão, determinados ritos ou determinadas lendas antigas, um protótipo pagão de Jesus Cristo que, de algum modo, teria pairado nos ares, antes de se manifestar no filho de Maria. Tudo isso está hoje muito ultrapassado; já ninguém cita, senão por ironia, o audacioso comparativista que descobriria no *agnus dei* uma alusão ao deus *Agni* da Índia; ou o assiriologista P. Jensen que via no tipo evangélico de Jesus uma transposição da epopeia babilónica de Gilgamesh, e acrescentava que sendo Gilgamesh um herói solar, os doze apóstolos seriam incontestàvelmente os doze signos de Zodíaco. Guignebert observa que se trata do «tremendo erro dum erudito que julgou poder explicar todas as coisas, sem sair do campo da sua especialidade». Contudo, pôde ler-se ainda há pouco, escrito pela pena de Edouard Dujardin — mais inspirado como romancista do monólogo interior do que como exegeta — que «aquele que virá a ser chamado Jesus é o Noun, deus Peixe (ou mais exactamente serpente de água) que habita as águas vivas, e que o Jahvismo identificará com o Nahash (serpente da terra), maldita e condenada a arrastar-se miseràvelmente pelo pó». Aquele «mais exactamente serpente de água» não é delicioso? É fácil imaginar o resultado que estes métodos podem produzir quando aplicados à pomba que voa no momento do baptismo de Jesus, ou à frase: «Comei — isto é o meu corpo; bebei — isto é o meu sangue...»

A teoria comparativista e sincretista já não é aproveitada senão com certa discrição pelos prosélitos das escolas mais sérias da actualidade.

As duas principais divergem em todos os aspectos. Uma delas é a dos «mitólogos» e tem por principal representante P.-L. Couchoud, autor do *Mystère de Jésus* e de *Jésus le dieu fait homme*. Fundando-se no método histórico e vendo no Evangelho não uma narrativa, mas um esquema doutrinal, de carácter teológico, esses teóricos acabam por negar a existência de Jesus. «Jesus pertence à história pelo nome e pelo culto, mas não é uma personagem histórica. Não tem lugar entre a geração dos homens. Não é, portanto, um homem que tenha vivido e haja desaparecido no seio da morte. É um grande sonho dos homens, sonho constantemente vivo... — em suma... É um ser divino cujo conhecimento foi lentamente elaborado pela consciência cristã». E Couchoud acrescentava (em 1924): «Creio que, aí por 1950, Jesus terá passado inteiramente do plano dos factos materiais para o das representações colectivas, de ordem mental». Em suma, a comunidade cristã primitiva teria trazido em si a grande imagem dum deus salvador, e, colhendo no Velho Testamento algumas precisões proféticas, haveria «encarnado» tal imagem. Porquê? É o que não nos dizem. Porquê, a encarnação — que é um perfeito contra-senso em face de todas as tendências judaicas dessa época? Por que motivo os cristãos e o próprio Paulo não consideram Jesus Cristo como deus, se, na verdade, o é, e o que significa essa paródia humanitária, a respeito da qual estão de acordo em disfarçar com ela o mito? Porque teriam deixado na lenda desse deus tantas incoerências e lacunas, quando a mesma era construída fora de toda a realidade? Por que razão é que a encheram de facetas de baixa humanidade, perfeitamente inúteis ou, até, escandalosas? Por que há-de a própria família julgá-lo *fora de si* (*Marc.* III, 21)? Por que se encoleriza ele? Por que se aflige e chora, quer por ele mesmo, quer pelos outros? Em boa verdade, «a gente sente que as perguntas se levantam de todos os lados».

Estes argumentos não nos são dados por nenhum campeão da ortodoxia católica, mas por um dos mais importantes defensores da «livre» crítica, Charles Guignebert, professor de história do Cristianismo, na Sorbonne, no seu *Jesus*. É que Guignebert tem ligações com outra escola, a terceira, portanto, que é, seguramente, a que na hora actual se encontra mais em voga no campo racionalista, e na qual tantos esforços da crítica alemã do último século vêm dar numa síntese verdadeiramente sedutora. Em conjunto, poderemos dizer que, para os partidários desta doutrina, Jesus não é um deus que fosse feito homem, mas um homem a quem divinizaram. Nascida do ensino do ex-abade Loisy, tal concepção volta a encontrar-se, abrupta e radical, em Charles Guignebert, adoçada nas arestas pela delicadeza de Goguel, e nesse mais subentendida que afirmada. «A propaganda cristã — diz Guignebert — explorou, elaborou, engendrou um mistério de Cristo, em proveito de Jesus; é certo que não inventou Jesus, tendo sido este que, de qualquer modo, lhe sugeriu primeiramente a fé que nele pôs». Aquele Jesus cuja existência se admite, deve ser uma personagem sobremodo limitada e excessivamente rodeada de incertezas. A respeito de muitos dados da sua vida, hão-de pôr-se grandes pontos de interrogação. Bem entendido que tudo quanto, nela, assume foros de sobrenatural, virá a ser eliminado, como procedente do «mito». É, em resumo, um profeta que prega uma

alta moral anunciando o reino de Deus, a chegada dos últimos fins (donde proveio o nome de *escatológica* que, por vezes, se dá a esta escola: *escatologia* é o conhecimento dos fins últimos) e que, não obstante falhar materialmente, deixou um impulso de tal ordem, que os seus fiéis o reconheceram como Deus, depois de morto. O que resta, portanto, em toda esta perspectiva, da grandiosa figura de Jesus, da realidade concreta e viva dos textos evangélicos? «Algumas recordações bastante pobres, arranjadas na tradição acomodadas ao estilo do Velho Testamento. Milagres, dos quais o menos que poderá dizer-se é que são ao gosto dos tempos. Muitos incidentes concebidos para dar relevo à narração, e, sobretudo, para a realização das profecias, ou então com um interesse apologético». Assim respondeu Loisy. Nunca por demais se aplaudirá Couchoud por ter escrito que essa doutrina «implica umas vistas assaz mesquinhas do Cristianismo. Se a grande religião do Ocidente não é, no fundo, mais do que a deificação de um homem, mais do que a pobre apoteose dum indivíduo, então, e apesar da sua grande difusão, é dum tipo muito baixo. Religiosamente, é inferior ao judaísmo e ao islamismo, que sensatamente se abstiveram de tomar como deuses Moisés ou Maomé».

Além dos argumentos dos textos que podem contrapor-se a semelhantes doutrinários — dos quais vimos inúmeros, ao longo deste livro — resta ainda um, que é decisivo. Se foi a Igreja que fez Cristo, como se poderá explicar o aparecimento da Igreja? O surto que permitiu à comunidade primitiva conquistar o mundo todo, a *fé* que impôs aos mártires o dever de preferirem morrer a perjurar, o triunfo poderoso deste grande facto da História, de que modo poderão justificar-se? O R.° P.° Allo resume o argumento na seguinte alternativa: «Ou Jesus é aquele em que os católicos sempre creram, ou então, embora iluminado, temos de vê-lo como um génio de poder extraordinário, inexplicável, que só podemos chamar *miraculoso*».

No final deste rápido bosquejo sobre a crítica «livre», fica-nos um dado incontroverso: é o próprio Mistério de Jesus, o mistério do Deus que se encarnou. Tudo é simples, admiràvelmente simples, quando sòlidamente nos firmamos neste dogma: Jesus é Deus feito carne. Tudo se torna mais complicado que um *puzzle*, ficando sujeito a todas as contraditas da imaginação humana, quando se não quer aceitar esse mistério. Podemos fixar esta confissão de Loisy, ao escrever no *Hibbert Journal* que, salvo entre os católicos romanos, a teologia contemporânea é «uma verdadeira torre de Babel, em que a confusão das ideias é ainda maior que a diversidade das línguas».

II — A FACE MISTERIOSA DE TURIM

Em Turim, numa daquelas capelinhas demasiadamente ornamentadas, com que tanto se compraz o estilo jesuíta italiano, conserva-se um lençol que em grande parte do público cristão, goza de invulgar celebridade. Depois que em 1898 a fotografia popularizou as suas reproduções e, principalmente, depois que, em 1931, o cavaleiro Enrié, conseguiu obter dela boas provas, a imagem contida naquele pano misterioso difundiu-se em toda a Igreja católica. Sob o nome de «Santo Sudário», adquiriu em vários meios a reputação de uma verdadeira relíquia: e que relíquia! Na verdade, não se trataria, nada menos, que da própria mortalha em que Jesus foi embrulhado para o túmulo.

Essa peça apresenta-se como uma faixa de pano, com a largura de 1,^{m}10 e o comprimento de 4,^{m}36. Habitualmente conservada num cofrezinho, em cima do altar da capela que expressamente foi construída para ela, em 1694, só é mostrada ao público, com certa parcimónia. As últimas «exposições» datam de 1898, 1931, 1933. É incontestável que, a julgar pelas fotografias,o documento é impressionante. Marcas e sinais das mais diversas formas, pouco ou muito sombrios, desenham nele um corpo, o qual apresenta as mesmas cinco chagas de Jesus Cristo, e um rosto duma estranha e fascinadora beleza. Não é fácil, diante dessa imagem, evitar lembrarmo-nos de um homem ferozmente torturado, que tendo percorrido os piores desfiladeiros do sofrimento físico e da angústia humana, reconquistasse na morte, não se sabe que paz sobrenatural. Segundo Claudel, o Sudário é duma «espantosa veracidade...», «sendo, mais do que imagem, uma presença». Se se tratasse de obra de arte, teria de falar-se de obra-prima.

Há sòmente necessidade de dizer que, se a autenticidade histórica de semelhante documento se encontrasse demonstrada, o seu valor de testemunho seria inestimável. Poderia medir-se Jesus e dizer-se, com toda a segurança, que ele tinha 1,^{m}78 de estatura. Reconhecer-se-ia, através desse retrato, o seu tipo acentuado de semita, o nariz comprido, a boca bem vincada, a barba e os cabelos abundantes. Encerrar-se-iam, prontamente, todas as discussões a propósito de «Jesus enfermo» ou da estética da sua pessoa, dado que, nesse pano, o aspecto geral parece de homem forte, muito normalmente constituído; os seus traços fisionómicos são belos, e pode-se mesmo observar que a proporção da cabeça para o corpo (1 para 7,5) é esplêndida — a das melhores estátuas antigas.

Mas seria audacioso pretender que tal autenticidade esteja acima de toda a crítica. Uma discussão, cujo tom, algumas vezes, se excedeu, no diapasão, atiçou a luta entre os partidários e os adversários do «Santo Sudário». Em França, os mais eloquentes defensores da autenticidade foram um biologista, doutor em ciências naturais, Paul Vignon; um físico, René Colson; e um cirurgião, o dr. Pierre Barbet. No campo contrário, para não citar senão os únicos autores católicos, isto é, os não suspeitos de opiniões sistemàticamente hostis para a relíquia, devem nomear-se o cónego Ulysse Chevalier, Monsenhor Bellet, o abade Bouvier, e, sobretudo, o Rev.º P.ᵉ dominicano, Braun, cujos artigos na *Nouvelle Revue Théologique* constituem

o mais recente estudo da questão. Podemos acrescentar que, de um modo geral, os exegetas mais autorizados, quer se trate de Padres Jesuitas (Huby, Lebreton ou até os Bolandistas) quer de Dominicanos da Escola Bíblica de Jerusalém — são desfavoráveis à tese da autenticidade.

Não se trata, aqui, de tomar partido em tal disputa, em que os argumentos são bebidos em tesouros da ciência. Como muitos leitores católicos, porém, conservam, com certeza, bem presente nos espíritos, sobretudo quando pensam em Jesus, a misteriosa face de Turim, não se julgará inútil resumir os argumentos dos dois campos.

Segundo os partidários da autenticidade, a história desta peça, tal como, sumàriamente, poderá ser recontsituida, seria assim: A mortalha teria sido guardada pelos fiéis de Jesus Cristo; entre os judeus, todo o objecto que tenha estado em contacto com um cadáver, ficava tocado de impureza legal, e era, por tal motivo, destruido; pode-se, porém, admitir que os Cristãos, libertos, pelo Mestre, do estreito legalismo, houvessem guardado tão preciosa relíquia. Esta deveria ter sido levada para Bizâncio, quando reinava Constantino; no tempo de Teodósio e de Justiniano, teria figurado entre os tesouros da câmara imperial. Em 1204, o viajante Robert de Clary, que ali a vira, declarava que o Sudário era exposto, às sextas-feiras, em Santa Maria de Blanchernes. Na pilhagem que se seguiu à tomada de Constantinopla pelos Cruzados da terceira cruzada, a preciosa peça desapareceu. Volta a ser encontrada em Besançon, na igreja de Saint-Étienne, para onde a teria levado um dos cruzados, Otão de La Roche, o qual estivera aquartelado em Blachernes. A igreja de Saint-Étienne ardeu em 1349, mas o Sudário foi salvo, se bem que um pouco deteriorado. Aparece, depois disso, na chegada de Lirey, perto de Troyes, fundada por Geofroy de Charny, que levou consigo a relíquia, por ocasião de uma sortida militar. Durante a guerra dos Cem Anos. o Sudário está nas mãos de Margarida de la Roche, descendente dos antigos proprietários, sendo ela quem o vende a Ana de Lusignan, a qual, por casamento com Luis I, duque de Sabóia, faz passar a relíquia para a posse da família saboiana. Extraordinàriamente danificada pelo incêndio de Saint-Chapelle de Chambery, em 1532, consertada, sem um cuidado de maior, pelas Clarissas da cidade, a peça é, finalmente, levada para Tuirm, em 1578 (1).

É evidente que os adversários da tese da autenticidade, aproveitaram o ensejo para sublinhar, com malícia, tudo quanto nesse esqutma histórico se revela pouco satisfatório. Tomando como base o depoimento de R. de Clary, fica ainda uma lacuna de uns seis ou sete séculos, durante os quais ninguém sabe onde o Sudário esteve oculto. Além disso, caso fosse possível demonstrar que o lençol vindo de Blachernes era, na verdade, aquele mesmo

(1) Um dos mais interessantes argumentos aduzidos por partidários da autenticidade do Sudário de Turim, é colhido na História da Arte. Parece haver existido, anteriormente ao Séc. XIV, certo modo de representar Jesus, de harmonia com as características que se encontram no Santo Sudário. Mas se o Sudário é uma hábil contrafacção, de que vale o argumento? O falsário teria, muito naturalmente, aproveitado o modelo corrente.

que figurava nos tesouros dos Imperadores bizantinos, ficaria, assim, provado que era aquela a relíquia verdadeira? Que garantia exigira Constantino, ao receber o «Santo Sudário»? De resto — pormenor ainda mais grave — os primeiros documentos sérios que possuímos acerca do «Sudário», não o consideram, de nenhum modo, como sendo uma relíquia. O relatório enviado em 1389 por Pierre d'Arcis, bispo de Troyes, ao Papa Clemente VII, exprime-se em termos severos, presume fraudulentas intenções e fala de «pintura». Quando os cónegos da abadia de Lirey quiseram mostrar a peça aos seus fiéis, não foram autorizados a fazê-lo senão com a rigorosa condição de evitar todas e quaisquer demonstrações capazes de alimentar as crenças populares numa relíquia verdadeira. Em 1418, certo texto fala dela, como de «um pano em que está a figura ou a representação do Sudário de N. S. J. C.». Incontestàvelmente que, nos séculos XIV e XV, havia na Igreja uma corrente de pensamento que duvidava do misterioso espécime e recomendava toda a prudência.

Se o «Sudário» de Turim não é, de facto, a mortalha de Jesus, o que será, então? Há quarenta anos, o cónego U. Chevalier e o P.[e] Gaffre afirmaram, um pouco precipitadàmente, que um pintor, em 1355, se gabara de ter sido o autor de tal imagem. Os mais recentes trabalhos, sobretudo os que foram publicados pelo P.[e] Braun, tenderiam para a conclusão de que o documento havia sido feito segundo um Cristo gótico ou qualquer escultura do século XIV, embora tal modelo não tenha sido identificado.

O único ponto a respeito do qual os adversários parecem concordar, é o de não considerarem a mortalha de Turim como um daqueles retratos «milagrosos», à maneira do «Véu da Verónica», que não resultam de outra coisa que não seja uma piedosa tradição. Pensam uns e outros que se trata de marcas estampadas; mas, os partidários declaram que tais marcas são as do próprio corpo de Jesus, enquanto os adversários proclamam que são as de uma estátua bastante posterior. Traz, acaso, o estudo de semelhante documento quaisquer argumentos decisivos, a favor daquele ou deste campo?

Os argumentos essenciais e as explicações que dão os que defendem a autenticidade da mortalha, são as seguintes: — em primeiro lugar, o tecido é, com certeza, de factura muito antiga (é uma sarja de linho em espinha de peixe); encontraram-se outros bastante análogos,, que datam da época romana, em Mogúncia e em Palmira. (Pode-se, contudo, contrapor que tendo-se tal espécie de tecido perpetuado na Síria até aos nossos dias, aquele facto nada prova que a mortalha seja velha de dois mil anos).

Nem o exame directo, nem a fotografia descobriram a mais pequena mistificação. O tecido não denuncia o emprego, nem do pincel, nem do carvão, nem do esfuminho. A cor não se sobrepõe à urdidura, antes se encontra nela impregnada, fio a fio. (Até numa simples ampliação fotográfica pode este facto ser observado). Se se trata do trabalho dum falsário habilidoso, é indispensável admitir que ele não pintasse o pano, mas que o *teceu*, ou o *embebeu*.

Encontram-se duas espécies de marcas no lençol. Umas, desenham a fisionomia do cadáver, a forma e o modelo do seu corpo; outras, são apenas

o sinal, a nódoa dum liquido escuro que parece haver escorrido do corpo para o pano (liquido esse que portanto se julga ser sangue). Os estudos empreendidos e as experiências realizadas, especialmente por Paul Vignon e René Colson tendem a demonstrar que tais *nódoas são naturais*.

Quanto às primeiras impressões, as que constituem a marca do corpo, podem ter sido obtidas por um processo *natural*, semelhante ao da fotografia. Um lençol impregnado de aloés, tal como se encontrava a mortalha de Jesus, comporta-se à maneira de uma chapa fotográfica, quando se expõe à acção do amoníaco. Tal experiência foi efectuada por forma tão segura que não deixou lugar a dúvidas. Ora o corpo dum homem submetido a grande sofrimento, desprende ureia, substância que contém carbonato de amónio. O Sudário seria, por conseguinte, um verdadeiro *cliché* do corpo de Jesus. O que torna mais sedutora ainda tal hipótese é notar-se que, na verdade, ao inverter a fotografia do Sudário, isto é, ao considerar o tecido como se fosse negativo, tira-se-lhe um positivo, obtém-se um retrato de alucinadora precisão, uma verdadeira «presença», como disse Claudel. Ou, melhor dizendo, a imagem do corpo na mortalha constitui um verdadeiro negativo, facto em que ninguém pensou até 1898, ano em que foi tirada a primeira prova fotográfica. É absolutamente indispensável que o «falsário» do século XIV, se, de facto, existiu esse falsário, tenha imaginado a sua «falsificação» prevendo já a técnica fotográfica. Podemos acrescentar que a experiência prova ainda que a acção do amoníaco sobre o aloés, quando prolongada para além de 36 a 40 horas já não produz impressões nítidas, mas um escurecimento completo do tecido: ora, como se sabe, Cristo não esteve no sepulcro mais de 36 horas.

Além disso, as outras manchas não se parecem nada com as primeiras. Não são impressões fotográficas, mas antes nódoas trespassantes, o que parece perfeitamente lógico, tratando-se do sangue que correu. Trabalhos recentíssimos provaram que o sangue, sob a acção dos sais amoniacais, volta a ficar fluido, e que a localização das feridas está anatòmicamente exacta: por exemplo, só o sítio da lançada, à *direita*, pode, como vimos, explicar que se tenha dado derramamento de sangue (ver acima p. 626).

Outros trabalhos, como os do dr. Barbet, especialmente, trouxeram novos argumentos a favor desta tese. Nota-se, por exemplo, no Sudário de Turim, que as chagas das mãos se encontram situadas muito em cima, quase no pulso. O Dr. Barbet explica o facto, demonstrando que o corpo dum crucificado exerce nos pontos de fixação um considerável esforço de tracção: os braços não podem conservar-se horizontais, mas sim fazendo entre si um ângulo de 65°. Em função do peso suposto de um indivíduo com cerca de 1,m80 de altura, ou sejam 80 quilos, um simples cálculo de mecânica (80:2 cos 65°) dá um esforço de tracção igual a 95 quilos, esforço esse que dilaceraria, pela certa, as mãos do padecente, se os cravos estivessem pregados nas palmas. Experiências realizadas com peças anatómicas demonstraram-no, aliás. Os traços de sangue ao longo dos braços corresponderiam de igual modo ao ângulo de 65°. Assim, se veria o «Santo Sudário» cientificamente autenticado, tendo um médico, o Dr. Villandre, podido, por aquelas

indicações, estabelecer um Cristo pregado na Cruz, convicto de estar conforme com a própria realidade da Crucificação.

Os mais sólidos argumentos dos adversários foram, por muito tempo, essencialmente exegéticos. O que, na sua maioria, censuravam em semelhantes interpretações era o facto destas forçarem — ou, antes, contradizerem — o texto do Evangelho segundo São João. Inúmeras observações se apresentaram, algumas das quais parecem ser de peso.

Em primeiro lugar, para se admitir que a mortalha pudesse ter recolhido, como se vê na peça de Turim, as marcas sangrentas da flagelação, da coroação de espinhos e da Crucificação, é absolutamente indispensável supor-se que o corpo de Cristo, contràriamente aos hábitos judaicos, não havia sido lavado. — Não houve o tempo suficiente para se proceder a esse preparativo fúnebre! respondem os adeptos. Já vimos, no entanto, que o argumento não colhe, em face dos textos rabínicos que autorizam formalmente, mesmo em dia de Sábado, a prestar aos mortos os últimos deveres (conf. acima, p. 628 e 629). O simples facto de José de Arimateia ter levado 32 quilos de plantas aromáticas, mostra não se tratar dum enterramento de acaso. De resto, quase todos os exegetas que tiveram de se referir à colocação do corpo na sepultura, a consideraram, segundo o Evangelho, como normal, isto é, conforme aos usos (*João*, XIX, 40); é essa a opinião do P.e de Grandmaison, do P.e Lagrande, do P.e Huby, do P.e Lebreton e do P.e Prat, para não citar senão os mais recentes.

Em segundo lugar, S. João distingue nitidamente (XX, 7) os panos que envolviam Jesus e o *sudário* que lhe cobria o rosto. O *soudarion* não é o *sindôn*. Se admitirmos a autenticidade da peça de Turim, é necessário que a mortalha tenha sido inconsútil, que passasse por baixo e por cima do cadáver e apenas fosse dobrada pelo meio; só nestas condições poderia ter ficado devidamente encostada ao corpo, para receber a impressão «vaporográfica». Além disso, o verbo que São João emprega em XIX, 40 e que em francês se traduz, com frequência, por «envolveram», tem um significado mais rigoroso e mais enérgico. A Vulgata diz *ligaverunt*. Este verto *dèô* em grego corresponde à ideia de ligar; encontram-se muitos outros exemplos no Velho Testamento, com o mesmo sentido, que os dicionários traduzem todos de igual modo. Deveríamos, portanto, pensar em ligaduras como aquelas que, segundo o rito fúnebre, foram aplicadas a Lázaro, o que exclui a hipótese dum lençol em que ficassem inscritas as precisas imagens do «Sudário» de Turim.

Um outro argumento se extraiu também da palavra *aloés*. As experiências de Vignon foram realizadas com o aloés medicinal, do qual se garantiu que possuía virtudes antipútridas. Com efeito, parece mais que provável que, com a mirra, de aroma delicioso, não fosse colocado esse produto nauseabundo, antes se devendo supor que tivesse sido *madeira de aloés*, ou *agalloche*, que é também um bom perfume (ver acima, p. 631). Nestas condições, o argumento extraído das experiências vaporográficas, não surte efeito algum.

Pelo que respeita à veracidade anatómica das marcas do sudário, foi feita uma observação que não parece menos séria. Nos Evangelhos a palavra

«mãos» parece haver sido tomada no sentido comum do termo: por exemplo, quando Jesus diz a Tomé: «Põe aqui o teu dedo e olha as minhas mãos». (*João*, XX, 27). A perfuração dos pulsos não se justifica senão pelas deduções mecânicas que acabamos de ver, e pelas anatómicas evocadas atrás (p. 613). É, porém, esquecer por completo o uso romano do *sedile*, aquela muleta que, na cruz, segurava o condenado, por entre as coxas. Torna-se, por conseguinte necessário que, para Jesus, tivessem renunciado a esse uso. E isto não passa de uma hipótese.

Aos argumentos exegéticos, de que apenas citámos os principais, há que juntar aqueles que recentemente o P. Braun referiu na sua *Nota complementar* de Março de 1940.

«Há boas razões para supor que o Sudário não é um pano pintado. Seja. Mas sim uma impressão directa retocada, feita por um molde em baixo-relevo» — escrevera ele. Tal conclusão foi confirmada por experiências feitas independentemente das suas próprias investigações, por um membro da Sociedade Nacional de Belas Artes, Clément, falecido em 1939. Tendo sido posto ao corrente da questão do Sudário, pela leitura do livro de G. Enrié, Clément pensou que a famosa imagem podia ter sido obtida por decalque, ou, mais exactamente, por contacto com uma estátua de pedra, ou com um baixo-relevo de madeira. Não seria, por conseguinte, uma *pintura*, mas sim uma *tintura*.

Eis como, segundo aquele autor, teria procedido o artista desconhecido que, pelo século XIII, realizou essa obra extraordinária. Passou pelas duas faces duma estátua de Jesus, um preparado líquido, assim como tintura de aloés, que dá uns tons acobreados. Enquanto o revestimento estava fresco, estendeu o tecido sucessivamente sobre as duas faces da estátua, exercendo nele uma leve pressão das mãos, de modo a absorver a matéria corante. As partes salientes ficaram impressas no tecido, assumindo um tom acastanhado; quanto às partes reintrantes, essas ficaram em branco. Foi obtida pois, uma imagem *negativa*.

A operação tornou-se exequível, porque o artista utilizou um tecido de trama grossa que absorveu desigualmente o revestimento da estátua, permitindo assim as meias-tintas (do mesmo modo que para se reproduzir uma fotografia em cliché galvano-plástico, é necessário colocar de permeio uma trama reticulada). Houve também a precaução de não *moldar* o pano sobre a estátua, mas tão-sòmente de o comprimir muito ao de leve, ao passo que Vignon, fazendo uma análoga experiência, não colheu o mesmo efeito, pois que aplicou o tecido refego por refego.

Clément fez também a experiência. Sobre um busto qualquer (o do pintor Géricault, autor do *Radeau de la Méduse*, ao qual adaptara umas barbas e uns bigodes) operou como acaba de ser dito. O resultado, que se publicou na *Nouvelle Revue Théologique* é duma tal similitude com a imagem do Sudário (pelo menos, no reduzido formato das gravuras publicadas) que se torna impossível não nos sentirmos impressionados. O modelado do rosto e, em particular, o do nariz, apresenta-se rigorosamente de igual modo. E, sem fazer intervir, de forma alguma, o processo «fotográfico» ou «vaporográfico», o que existe é, na realidade, um *negativo* que, tirado em

positivo, dá um retrato extraordinário. Enfim, os traços *positivos*, os que correspondem às riscas de sangue, teriam sido feitos por meio de retoques, vertendo muito simplesmente um pouco de liquido no pano.

Eis no que estamos hoje, neste tão debatido problema. Poderá ele ser definitivamente resolvido? É muito duvidoso. Sem dúvida que os historiadores jamais reatarão o fio interrompido que ligaria a «relíquia» de Blachernes a Constantino. (Mas, por outro lado, quantos documentos e obras de arte não têm, na sua história, *lacunas* semelhantes?) Poderiam tentar-se alguns estudos científicos que não foram ainda feitos até hoje. Nunca se examinou o «Sudário» aos Raios X; todavia, isso poderia demonstrar, com grande facilidade, se se trata de pintura ou de tintura, dado que, as cores usadas no século XIV, eram opacas aos Raios X. Também não foram ensaiadas as radiações infravermelhas que deram surpreendentes resultados para a leitura dos palimpsestos, nem as ultravioletas que ajudariam a averiguar se se trata de sangue, de líquidos orgânicos, ou de pinturas ou tingidos. Tão-pouco se fotografou por transparência a mesma peça, ou se tentou determinar, pelos métodos químicos de análise, a possível presença de sangue, pêlos ou quaisquer espécies de secreções. Enquanto não forem feitas estas experiências fundamentais, é evidente que a discussão se arrastará.

Esse é o ponto de vista em que se deverá manter a crítica prudente. Por ser o único dotado de valor? Para que inteiramente o fosse, seria indispensável que chegasse a determinar quando e como, a «mistificação» foi perpretada, pormenor este a que nenhum *adversário* conseguiu jamais chegar. E, de resto, quando estamos em presença de fotografias em tamanho natural ou mesmo de ampliações de minúcias do Sudário; quando se verifica a extraordinária perfeição dessas minúcias, dessas imagens mais pequenas, perfeição que os *partidários* se apressam a interpretar a favor da sua tese — não podemos deixar de sentir determinada inquietação. Para se chegar a tal subtileza de perfeição, que conhecimentos arqueológicos, químicos, anatómicos, exegéticos, o «falsário» não deveria possuir! A verdade é que é tão difícil provar a mistificação, como demonstrar a autenticidade do famoso lençol.

Até agora, a Igreja Católica, abandonando tão bela imagem à espontânea devoção dos seus fiéis, não se pronunciou sobre a autenticidade. O menos que se pode dizer é que todo o cristão, ao considerá-la, não pode deixar de sentir, no mais íntimo da alma, uma emoção indomável: qualquer coisa que se produz em nós, a fazer-nos desejar que tal imagem fosse verdadeira. O Papa Pio XI, no *Osservatore Romano* de 7/8 de Setembro de 1936, falou da mortalha de Turim como de «coisa sagrada, tal como, possivelmente, nenhuma outra no mundo, objecto ainda misterioso mas que, seguramente, não foi feito por mão humana». Todavia, esta última frase não inclui qualquer afirmação de natureza doutrinária, pelo que podemos perfilhar aquela opinião do P.e Braun: «A autoridade da Igreja, não estando, de modo algum, comprometida num debate que se mantém perfeitamente livre», deixa a todas as pessoas a liberdade de se conservarem nas suas respectivas posições.

BIBLIOGRAFIA SOBRE O «SUDARIO DE TURIM»

A. *Partidários.* — Dom François Chamard, *Le Linceul du Christ* (Poitiers, 1902); Paul Vignon, *Le Saint Suaire de Turin devant la Science* (Paris, 1902; 2.ª edição, 1939); Giuseppe Enrié, *Le Suaire de Turin révélé par la photographie* (Paris, 1926); livros e brochuras de René Colson, Arthur Loth, Antoine Legrand, Noguier de Lalijay, etc.

Dr. Pierre Barbet, *Les cinq plaies du Christ* (Paris, 1937, nova edição aumentada, em 1948). *La Passion Corporelle de Jésus* (Paris, 1940) et Gérard Cordonnier, *Le Christ dans sa Passion révélé par le Saint-Suaire de Turin* (Paris, 1935). Em consequência da publicação desta obra, M. l'Abbé Le Borgne expôs, como resposta, a súmula dos argumentos a favor, num interessante artigo da revista da Universidade Católica de Angers, *Travaux et Documents,* Abril de 1947.

B. *Adversários.* — De entre os trabalhos antigos, citaremos de preferência o estudo do cónego Ulysse Chevalier, *Le Saint Suaire de Turin et le Nouveau Testament*, «Revue Biblique», 1902. Quanto a trabalhos recentes, bastará referir os artigos do R.º P.º Braun na «Nouvelle Revue Théologique», de Louvain (Setembro-Outubro e Novembro-Dezembro de 1939): *Le linceul de Turin et l'Évangile de Saint Jean*, e a sua nota complementar, de Março de 1940. Mais recentemente, o R.º P.º G.-K. Verbiste, nas *Miscellanea Historica Alberti de Meyer* (Louvain, 1946) expôs *Où en est le problème du Suaire de Turin.* Reproduzimos as suas conclusões: «Os inúmeros trabalhos científicos sobre o tema do Sudário de Turim, levam-nos, quando confrontados sem parcialidade, ao seguinte resultado: 1.° — que a História não dispõe de nenhum texto firme, que permita assegurar a existência, através dos séculos, de um sudário em que fosse envolto o corpo de Cristo, do qual conservasse a estampa; mas que, de igual forma, a História não possui nenhum elemento para negar formalmente a existência de tal mortalha; 2.° — que, para se poder explicar o Sudário de Turim, seria preciso alterar a interpretação do IV Evangelho, alteração que, de resto, nenhuma prova,

até hoje, pôde justificar; 3.º — que o Sudário de Turim é um facto único, o qual suscitou a admiração da Medicina, mas cujo exame está por concluir; 4.º — que, materialmente, é muito fácil reproduzir a imagem do Sudário. É, pois, possível que o Sudário de Turim seja, na verdade, a mortalha com que Nosso Senhor foi sepultado, mas no estado actual dos nossos conhecimentos, é forçoso sobrestar em qualquer juízo definitivo, se não se tem a coragem de afirmar que se trata de uma extraordinária mistificação.

TABUA CRONOLÓGICA

Antes da nossa era	
2000	Abraão.
1800	Jacob.
1630	José no Egipto.
1225	Moisés — o Êxodo.
1180	Josué em Canaã.
Século XI	Os Juizes.
1012-975	O rei David.
975-935	O rei Salomão.
935	O cisma de Israel.
753	Fundação de Roma segundo a lenda.
Século VIII	Amós, Oseias, Isaias.
722	Queda da Samaria.
Século VI	Sólon em Atenas.
586	Queda de Jerusalém.
539	Ruína de Babilónia.
538	Ciro reenvia os Judeus para a Palestina.
490-480	As guerras Médicas.
445	Neemias reedifica os muros de Jerusalém.
440	Construção do Parthenon.
398	Esdras e a redacção da Lei.
332	Alexandre atravessa a Palestina.
306	A Palestina reduzida a colónia grega dos Lágidas.
264-146	As guerras Púnicas.
200	A Palestina, colónia grega dos Seleucidas.
165-160	Judas Macabeu.
134-104	João Hircano.
63	Tomada de Jerusalém por Pompeu.
47	César atravessa a Palestina.
40-4	Herodes, o Grande.
44	Morte de César.

30	Augusto, Senhor do mundo.
20	Reconstrução do Templo de Jerusalém.
6	Nascimento de Cristo.
4	Morte de Herodes e partilha do reino.
Da nossa era	
6	O Menino Jesus no Templo.
6	Deposição de Arquelau. A Judeia é reduzida a Província Romana.
12	Tibério é associado ao Trono.
14 (19 de Agosto)	Morte de Augusto; subida ao trono, de Tibério.
26	Pôncio Pilatos chega à Judeia como Procurador.
Dezembro, 27	Inicia-se a predicação de João Baptista.
Janeiro, 28	Baptismo de Jesus.
	Tentação no deserto.
Março, 28	Jesus volta ao Jordão.
	Apelo de João, André e Simão.
	Bodas de Caná.
	Jesus sobe a Jerusalém, para celebrar a Páscoa.
	Jesus expulsa os vendilhões, do Templo.
Abril, 28	Episódio de Nicodemo.
Maio, 28	Prisão de João Baptista.
	Jesus reaparece em Nazaré, vindo pela Samaria.
	A Samaritana.
	Jesus cura um filho dum funcionário real.
	Inicia-se o ministério público.
	Jesus ensina nas Sinagogas.
	Estada em Cafarnaúm.
	Cura de um possesso.
	Cura da sogra de Pedro.
	A pesca milagrosa.
	A cura do paralítico.
Junho, 28	O leproso purificado.
	Episódio das espigas derrubadas.
	Apelo de Levi Meteus.
	O homem da mão mirrada.
	Escolha dos Apóstolos.
	Sermão da montanha.
Julho, 28	O centurião de Cafarnaúm.
	Mensagem de João Baptista a Jesus.
Setembro, 28	Jesus ressuscita o filho da viúva de Naim.
Novembro, 28	As parábolas do Reino de Deus.
Dezembro, 28	A tempestade aplacada.
	Cura da filha de Jairo.
	A hemorroíssa.
	Jesus é expulso de Nazaré.

Fevereiro, 29	Missão dos doze Apóstolos.
Março, 29	Morte de João Baptista.
Abril, 29	Primeira multiplicação dos pães.
	Jesus caminha sobre as águas.
Junho, 29	Em Jerusalém.
	Cura dum paralítico.
	Jesus atravessa a Fenícia e a Decápole.
	Segunda multiplicação dos pães.
Julho, 29	Cesareia de Filipe.
	Declaração de Pedro e promessa feita por Jesus.
Agosto, 29	Transfiguração.
	Primeiros anúncios da Paixão.
Setembro, 29	Jesus troca a Galileia pela Judeia.
Outubro, 29	Festas das Tendas (15 de Outubro).
	A mulher adúltera.
	O nado-cego.
	A missão dos 72.
	Parábola do Bom Samaritano.
	Marta e Maria da Betânia.
	O «Pai nosso».
Dezembro, 29	Festa da Devoção.
Janeiro, 30	Jesus na Pereira.
	Parábola da ovelha e da dracma perdidas.
	O Filho Pródigo.
Fevereiro, 30	Cura de dois leprosos.
	Deixai vir a mim os pequeninos.
Março, 30	Ressurreição de Lázaro.
	Jesus retira-se para Efraim.
	Em Jericó, o publicano Zaqueu.
	Alguns cegos curados.
Abril, 30	O jantar na Betânia e a unção de Maria.

Semana Santa	
Domingo, 2 de Abril	Os Ramos. Entrada triunfal.
Segunda-feira, 3	A figueira maldita.
	Parábola dos vinhateiros homicidas.
Terça, 4	Jesus anuncia a ruína de Jerusalém e o Juízo Final.
Quarta, 5	Judas pratica a sua traição.
Quinta, 6	A Ceia.
Sexta, 7	Processo, Paixão e Crucificação de Cristo.
Domingo, 9	Ressurreição.

Depois da morte de Jesus	
33 ou 34	Martírio de Santo Estêvão.
36	Conversão de São Paulo, no caminho de Damasco.
42	São Paulo começa a missão, durante a qual escreve as epístolas.
50-55	São Mateus escreve o seu evangelho em arameu.
57	Primeira Epístola de São Paulo aos Coríntios.
55-62	São Marcos escreve o seu evangelho em grego.
63	São Lucas escreve o seu evangelho em grego.
	São Mateus traduz para grego o seu evangelho.
63-64	São Lucas conclui os *Actos dos Apóstolos*.
67	Morte de São Paulo.
70	Tomada de Jerusalém por Tito.
81-96	São João escreve o *Apocalipse*.
93	Flávio Josefo (*Antiguidades Hebraicas*).
96-104	São João escreve o seu Evangelho.
112	Carta de Plínio, o Moço, a Trajano, acerca dos Cristãos.
116	Tácito fala dos Cristãos nos seus *Anais* a propósito do incêndio de Roma, em 64.

INDICAÇÕES BIBLIOGRAFICAS

Uma bibliografia, ainda que sumária, da vida e da doutrina de Jesus, com dificuldade se concebe; seriam necessários para isso livros inteiros. Por tal motivo, limitámo-nos aqui a indicar as obras que nos foram de utilidade e, principalmente, as que podem permitir ao leitor levar mais longe as suas investigações.

Entre os dicionários e obras genéricas mais úteis, citaremos: Vigouroux, *Dict. de la Bible;* D'Alès, *Dict. Apologétique de la Foi Catholique;* Vacant, Mangenot, Amann, *Dict. de la Théologie Catholique;* Cabrol e Leclercq, *Dict. d'Archéologie Chrétienne et de Liturgie; The Catholic Encyclopedia*, New York; *Christus*, dirigido pelo P.^e^ Huby, 1916, 2.ª ed., em que o capítulo sobre o «Novo Testamento» está assinado pelo P.^e^ Rousselot e J. Huby; *Où en est l'histoire des religions* dirigido por Bricout, Paris, 1911 («Les origines chrétiennes», por L. Vénard); *Initiation biblique*, Paris, 1939, dirigida por A. Robert e A. Tricot (em especial: «Le monde juif au temps de N. S.», por A. Tricot; «La vie de Jésus», pelo P.^e^ Huby; «Le dogme chrétien», pelo P.^e^ Lebreton); *Apologétique*, dirigido por M. Brillant e M. Nédoncelle, Paris, 1937 (sobretudo os capítulos: «Le Christ et l'Évangile», pelo P.^e^ Lauvergne; «L'Église», por F. Vernet e E. Masure, este último especialmente notável; «Les dogmes catholiques» por J. de Brandt e Van Hove); *Le Christ*, na mesma colecção dos grandes manuais Bloud e Gay, dirigido pelo abade Aigrain; falemos ainda do *Orpheus*, de Salomon Reinach, que as mais das vezes não é mais do que calino. No primeiro tomo de *Histoire ancienne de l'Église*, de Mgr. Duchesne, Paris, 1906, há ainda muito que descobrir; o tomo I da grande *Histoire de l'Église*, de Fliche e Martin (*«L'Église primitive»*, por Lebreton e Zeiller, Paris, 1932) contém um esplêndido resumo, da autoria de Lebreton. Entre os não-católicos, assinalemos *Histoire de l'Église Ancienne*, de H. Lietzmann, traduzida do alemão, Paris, 1936.

Para as datas da vida de Cristo ver: U. Holzmeister, *Chronologia vitae Christi*, Roma, 1933.

Para os textos do Evangelho, seguimos habitualmente a conhecida

versão de Crampon, publicada pela Sociedade de São João Evangelista; contudo, recorremos também à *Synopsis evangelica* estabelecida em grego pelo P.e Lavergne; vários pormenores foram achados nas versões de Goguel e de Pernot. Esses textos foram notàvelmente comentados por diferentes exegetas e arqueólogos; os comentários do P.e Lagrange e Jacquier são de grande erudição, os da Colecção *Verbum salutis* (RR. PP. Huby, Valensin, Durand) são, porém, mais acessíveis. Ver também a *Histoire des livres du Nouveau Testament*, Paris 1933, e *Le Nouveau Testament dans l'Église Chrétienne*, Paris, 1911-1913 de E. Jacquier. — Pelo que respeita aos Apócrifos, ver a nossa nota da pág. 27; ver também *The Apocryphal New Testament*, de R. James, Oxford, 1922, «pequenina obra-prima de modesta erudição», como lhe chamou de Grandmaison.

As «Vidas de Jesus» não têm conta. Entre os estudos já antigos, há ainda muito que aproveitar: por exemplo, no texto de Fouard, assaz agradável de ler e, por vezes, rico nos comentários; no de Mgr. Le Camus, que segue de perto o Evangelho; e, sobretudo, no do Padre Didon, que evoca os tempos de Cristo, com um pitoresco inexcedível. Entre os estudos recentes, muitos podem considerar-se de primeira ordem, e, além disso, clássicos. Três deles são já célebres: o *Évangile de Jésus-Christ* pelo P.e Lagrange, Paris, 1928, duma grande simplicidade de tom, mas em que cada frase se apoia visìvelmente na experiência de uma vida inteira de sábio; *Jésus-Christ, sa personne, son message, ses preuves*, pelo P.e Léonce de Grandmaison, Paris, 1928, manancial de informações, ainda que os intuitos do autor fossem mais apologéticos que históricos; o *Jésus-Christ* do P.e Prat, Paris, 1933, simultâneamente cheio de vida e muito conforme com os textos. No mesmo plano, entendemos dever colocar um livro menos conhecido, mas cujas qualidades nos parecem, todavia, excepcionais: *La vie et l'enseignement de J. C. notre Seigneur*, Paris, 1931, pelo P.e Lebreton; esta obra que mistura com arte os vários dados de uma enorme documentação, é a prova de uma sensibilidade muito rara em tais domínios. O livro mais recente é o de Mgr. Ricciotti: *Vita di Gesù Cristo*, Milão, 1941, concebido segundo a mesma fórmula, serena e rigorosa, já empregada na sua *Histoire d'Israël*, cuja tradução francesa — é de notar — ainda não foi publicada. Em *Les Quatre évangiles et l'Évangile*, Paris, 1929, livrinho muito elucidativo e de elegante sobriedade, o P.e Huby desenvolve maravilhosamente as correlações dos quatro depoimentos e o que cada um deles apresenta para o devido conhecimento de Jesus. *Le Sandale de Jésus*, do P.e E. B. Allo, Paris, 1927, é uma colectânea de artigos, dos quais dois, pelo menos, solicitam a atenção para o problema dos milagres e para o da Ressurreição. *Quel est donc cet homme?* de M. Marnas, Paris, 1927, é uma obra curiosíssima que reconstitui com grandes pormenores a atmosfera da Palestina no tempo de Jesus, e se nos afigura deveras superior à de Aymé Guerrin, *Jésus tel qu'on le vit*, Paris, 1928, o qual dá, não obstante, alguns esclarecimentos sobre a morte. As conferências reunidas por Mgr. P. Batiffol, sob o título de *Orpheus et l'Évangile*, Paris, 1912, são melhores que todas as respostas que pudessem

ser dadas ao livro de Reinach, visto ser em uma prestimosa exposição das fontes da vida de Jesus; ver ainda a sua obra sobre *l'Enseignement de Jésus*, Paris, 1910. Assinalemos ainda as «Vidas» de L. C. Fillion, Paris 1922; do P.^e Lelièvre, *L'Eternel Crucifié*, Paris, 1928, duma esplêndida dose de emoção; *Jésus le Christ*, de Karl Adam, e a resposta de Lépin às teses de Couchoud: *Le Christ Jésus, son existence historique et sa divinité*, Paris, 1930. Mas não devemos ocultar que deparámos matéria para muito sérias reflexões, em livros sem nenhumas pretensões criticas, como a *Vie de Jésus*, de François Mauriac, que projecta, por vezes, sobre a compreensão psicológica do Evangelho, luminosidades fulgurantes, e como a *Histoire du Christ*, de Giovanni Papini, tr. fr., Paris, 1922, onde se encontram algumas fórmulas felizes.

Para focar determinados pontos particulares, devem ser lidos: o livro do P.^e A. Durand sobre *L'Enfance de J. C.*, Paris, 1908; diversas obras consagradas ao processo, como: G. Rosadi, *Le Procès de Jésus-Christ*, tr. fr., Paris, 1908; H. Regnault, *Une province procuratorienne au début de l'Empire romain, Le Procès de Jésus-Christ*, Paris, 1909; K. Kastner, *Jesus vor Pilatus*, Munster, 1912; C. Hoffmann, *Le Procès de N. S. J. C.*, Paris, 1880. Sobre o enterramento, ver *La Sépulture de Jésus*, pelo Rev. P.^e F. M. Braun, Paris, 1937, e as obras citadas na nota sobre «A misteriosa face de Turim». Os documentos que respeitam ao Pretório, encontram-se na obra *Le Lithostrotos d'après les fouilles récentes*, livro publicado pelas Damas de Sião, Jerusalém, 1933. Sobre o problema da Ressurreição, existem obras numerosas: Ladeuze, *La Résurrection du Christ, d'après la critique contemporaine*, Paris, 1909; Mangenot, *La Résurrection de Jésus*, Paris, 1910; L. Pirot, artigos em *L'Ami du Clergé*, Set. - Dez. - 1923.

Entre as obras não católicas, duas são fundamentais: a de D. F. Strauss, tr. fr., Paris, 1880, e a *Vie de Jésus*, de Renan, Paris, 1863 (ver Anexo anterior), onde há ainda a observar certas evocações de paisagens, escritas, muitas vezes, num estilo magnifico. A *Essence du Christianisme*, de A. Harnack, tr. fr., Paris, 1907, está fora de moda. Dos trabalhos de Loisy, o mais notável encontra-se em *Jésus et la tradition évangélique*, Paris, 1910, e em *La naissance du Christianisme*, Paris, 1933; a seguir, vem o *Jésus*, de Guignebert, Paris, 1938 (cf. Anexo dado anteriormente), livro documentado e interessante, sobretudo pelas referências que faz ao Velho Testamento, mas que, independentemente das reservas de fundo, carece de entusiasmo e simpatia; muito mais vivo é o de M. Goguel, Paris, 1932, que, contestando a Jesus todo o carácter divino, fala do homem com amor e admiração. No clã dos mitólogos (Ver Anexo citado), devemos ver: P.^e L. Couchoud, *Le Mystère de Jésus*, Paris, 1924, e *Jésus, le dieu fait homme*, bem como A. Drews, *Le Mythe du Christ*, tr. fr., Paris, 1928. Citemos ainda os trabalhos de Réville, de Wellhausen, de Middleton Murry e o curioso trabalho de Alph. Séché, *Histoire merveilleuse de Jésus*, Paris, 1926, que se serve muito hàbilmente dos apócrifos. Três livros podem ser postos à parte: o do Pastor Henri Monnier, *La Mission historique de Jésus*, Paris, 1914, depoimento dum protestante; o de Dmitri Merejkowski, *Jésus inconnu* e *Le Christ qui vient*, r. fr., 1931-1937, deveras pitoresco, da autoria de um Russo ortodoxo profundamente crente; enfim, o *Jésus de Nazareth*, do

Rabino Klausner, tr. fr., Paris, 1933, que admira Jesus e chega à conclusão de que «o Evangelho é uma das jóias mais opulentas da literatura de Israel».

Para estudarmos as relações de Cristo com o meio judaico do seu tempo, a obra fundamental, infelizmente ainda não traduzida em francês, mas que todas as críticas utilizaram, ou melhor, pilharam de há vinte anos a esta parte, é: Strack und Billerbeck, *Kommentar zum Neuen Testament aus Talmud und Midrasch*, 4 vols., Munique, 1922-1928. Em francês, os livros essenciais são: R. P. Bonsirven, *Le Judaïsme palestinien au temps de J.-C.*, Paris, 1934, e *Les Idées Juives au temps de N.-S.*, id., e R. P. Lagrange: *Le Judaïsme avant J.-C.*, Paris, 1931, e *Le Messianisme chez les Juifs*, 1909; a grande *Histoire d'Israël*, de Mgr. Ricciotti, tr. fr., Paris, 1939, presta os melhores serviços. Ver ainda: *Les Pharisiens*, de R. Travers Herford, tr. fr., Paris, 1928, e para os textos judaicos, *L'Anthologie Juive*, de Edmond Fleg, Paris, 1923.

O estudo do paganismo e do Império romano no tempo de Cristo exige, simultâneamente, certos livros gerais, como aqueles que apareceram nas grandes colecções, tais como *L'Histoire générale*, de Glotz, *l'Évolution de l'humanité*, *Clio* e *Peuples et Civilisations*; por exemplo, os de L. Homo, E. Albertini, V. Chapot, e por outro lado, alguns estudos mais especiais, em cujo primeiro plano convém colocar os do P.[e] Festugière, *Le Monde gréco-romain au temps de N. S.* e *L'idéal religieux des Grecs et l'Évangile*, Paris, 1932, obras tão admiráveis pela respectiva ciência como pela imparcialidade. Ver ainda: Th. Zielinski, *La Religion de la Grèce Antique*, Paris, 1926; André Bremond, *La Piété Grecque*, Paris, 1914; L. Gernet e A. Boulanger, *Le Génie grec dans la Religion* e Albert Grenier, *Le Génie romain dans la Religion*; R. P. Allo, *L'Évangile en face du Syncrétisme païen*, Paris, 1910; J. Carcopino, *Aspects mystiques de la Rome païenne*, Paris, 1941, e *Virgile et le Mystère de la IV Églogue*, Paris, 1930; Franz Cumont, *Les religions orientales dans le Paganisme romain*, Paris, 1929 (nova ed.).

Terminemos estas considerações, reconhecendo quanto devemos aos viajantes e geógrafos que nos falaram da Palestina. A *Grande Géographie*, do P.[e] Abel, é um monumento de ciência, Paris, 1933-1938, e *Les Itinéraires de Jésus, de Dalmann*, tr. fr. Paris, 1930, e *La Palestine*, guia composta pelos professores de N. D. de França, Jerusalém, 1932, são preciosos; o capítulo de Raoul Blanchard, na *Géographie universelle* («Asie occidentale», Paris, 1929) é um relato breve e vivo. Citemos ainda: *Le Pays biblique*, de Mgr. Legendre, Paris, 1928. Mas numerosos escritores, sem pretensões científicas, fornecem documentos preciosos, desde Chateaubriand e Lamartine até Henri Bordeaux, o P.[e] Lelong, Loti e René Schwob; de entre eles, ponhamos à parte dois livros pouco conhecidos, mas deveras opulentos: E. Causséque, *Ces lieux où Il vécut*, e Henry Aurenche, *Vers Jérusalem*.

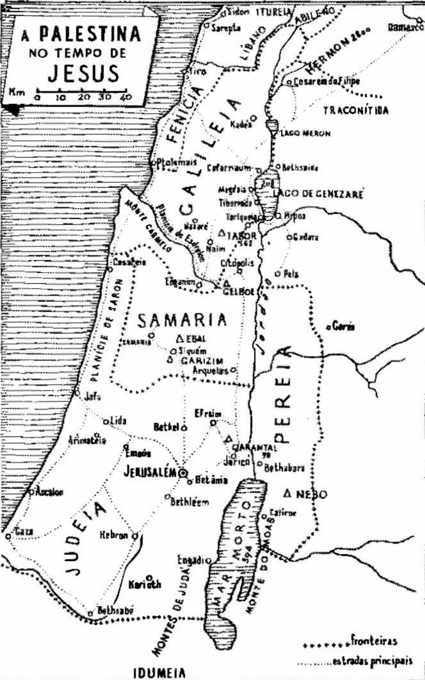
Enfim, entendemos não dever enumerar as muito numerosas obras de história de arte que consultámos para tornar a ver a imagem de Jesus na tradição cristã; contudo, porque é mais do que um simples comentário estético, e vai demasiadamente longe no conhecimento do seu modelo, *Le Christ dans l'Art Français*, Paris, 1939, do R. P. Doncoeur, deve figurar nesta relação, aliás muito incompleta.

ÍNDICE DOS ASSUNTOS MAIS DISCUTIDOS CONCERNENTES A JESUS CRISTO

Se bem que a presente obra não tenha qualquer pretensão apologética, parece-nos que prestamos bom serviço aos nossos leitores, indicando a seguir os principais assuntos que, já na ordem histórica, já na ordem teológica, já a mero título de curiosidade, são, com frequência, postos a respeito de Cristo, com indicação das passagens do livro em que os mesmos são tratados.

NOTA DO TRADUTOR

É de salientar que, na grafia de antropónimos e topónimos se preferiu, em muitos casos, adoptar formas arcaicas, para que os étimos ficassem mais em evidência. Assim, por exemplo, se grafaram *Béthabara* (casa da passagem), *Béthfagé* (casa dos figos), *Béthléem* (casa do pão), *Béthsaida* (casa da pesca), etc. Daí resultou, possivelmente, uma certa disparidade na grafia de vários nomes próprios, os quais, de resto, não foram, por isso, descaracterizados.


A PALESTINA
NO TEMPO DE
JESUS
Km 0 10 20 30 40
Sidon
ITUREIA
ABILENO
Sarepta
Damasco
LÍBANO
HERMON 2800
Tiro
Cesareia de Filipe
FENÍCIA
TRACONÍTIDA
GALILEIA
Kadés
LAGO MERON
Ptolemais
Cafarnaum
Bethsaida
Magdala
LAGO DE GENEZARÉ
Tiberíade
Tariqueia
Hippos
MONTE CARMELO
Planície de Esdrelon
Nazaré
TABOR 562
Gadara
Naim
Cesareia
Citópolis
Pela
Enganim
GELBOE
Jordão
SAMARIA
Gerasa
PLANÍCIE DE SARON
SAMARIA
EBAL
Siquém
GARIZIM
Arquelais
PEREIA
Jafa
Efraim
Lida
Bethel
Arimateia
QUARANTAL
Emaús
Jericó
Bethabara
JERUSALÉM
Betânia
Ascalon
NEBO
Bethleém
JUDEIA
Gaza
Hebron
Calirroe
MAR MORTO
MONTE DO MOAB
Engadi
Karioth
MONTES DE JUDÁ
Bethsabé
fronteiras
estradas principais
IDUMEIA

JERUSALÉM NA ÉPOCA DE JESUS

Mte SCOPUS
778
para Samaria
BEZETA
Piscina das cinco galerias
780
para Cesareia
735
800
GAREB
Antonia
720
para Jafa
GÓLGOTA
755
Porta de Efraim
Porta Dourada
para Jericó
Templo Moria
para Betfagé e Betânia
Getsemani
Túmulo de Josafat
Torre de David
Palácio dos Asmoneus
ponte
para Betânia
785
Palácio de Herodes
OPHEL
Túmulo de Zacarias
XISTO
774
MONTE DAS OLIVEIRAS
para Belém
Fonte da Virgem
SIÃO
Vale do Tripeon
Vale do Cedron
Piscina e Torre de Siloé
Cemitério velho
Palácio de Anás e de Caifás
Rua em degraus
635
Porta da Fonte
Cenáculo
760
Mte DO ESCÂNDALO
Vale de Geena
Porta da Bigorna ou Esterquilínio
685
630
612
Haceldama (Campo de sangue)
Mte DO MAU CONSELHO
715
Perde-se no deserto de Judá

PLANTA DO TEMPLO

12. Pórtico Real

0 100 200 300 400m

ESTRADAS

CURSO DE ÁGUA

TABUA DAS MATÉRIAS

VI — Filho do homem, filho de Deus.

VII — O grão nas pedras.

VIII — Sinal de contradição.

IX — Os derradeiros dias.

ESTA EDIÇÃO

ACABOU DE SE IMPRIMIR

NA TIPOGRAFIA SEQUEIRA

NO DIA 20 DE JULHO DE

1953